

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARIA CRISTINA RANGEL

**A CRISE DO TERRITÓRIO-REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: OS NÓS
DISCURSIVOS NAS TRAMAS DO PODER LOCAL PARA MANTER O
TERRITÓRIO – 1980-2010**

MARINGÁ

2013

MARIA CRISTINA RANGEL

**A CRISE DO TERRITÓRIO-REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: OS NÓS
DISCURSIVOS NAS TRAMAS DO PODER LOCAL PARA MANTER O
TERRITÓRIO – 1980-2010**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, para obtenção do título de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celene Tonella

MARINGÁ

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R196c	<p>Rangel, Maria Cristina</p> <p>A crise do território-região cacauceira da Bahia: os nós discursivos nas tramas do poder local para manter o território - 1980-2010 / Maria Cristina Rangel. -- Maringá, 2013.</p> <p>532 f.: il., figs., tabs.</p> <p>Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celene Tonella.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.</p> <p>1. Crise regional. 2. Domínio territorial. 3. Relações de poder. 4. Análise de discurso. I. Tonella, Celene, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.</p> <p>CDD 21.ed.320.0198142</p>
-------	--

MARIA CRISTINA RANGEL

**A CRISE DO TERRITÓRIO-REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: OS NÓS
DISCURSIVOS NAS TRAMAS DO PODER LOCAL PARA MANTER O
TERRITÓRIO – 1980-2010**

Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **02 de dezembro de 2013**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Celene Tonella
Orientadora – PGE/UEM

Prof^a. Dr^a. Tânia Maria Fresca
Membro convidado – PGE/UEM

Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva
Membro convidado – PGE/UEM

Prof. Dr. Antônio Nivaldo Hespanhol
Membro convidado – UNESP/PP

Prof^a. Dr^a. Lurdes Bertol Rocha
Membro convidado – UESC

DEDICO

Aos meus pais, Walda Correa Rangel e Miguel Rangel (em memória), por terem permitido e incentivado que eu estudasse.

À minha família: Guilherme, pai e mãe nas minhas frequentes ausências; meu filho Victor, amor da minha vida, e ao gato *Meo*, companheiro de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

À UESC, por ter me liberado para cursar o doutorado e pelo apoio financeiro.

À professora doutora Celene Tonella, por me socorrer nos momentos que precisei e ser tolerante diante das minhas angústias.

À Lurdes Bertol Rocha, ela sabe por quê (são tantas coisas que é difícil enumerá-las).

Aos professores do Colegiado de Geografia, principalmente aos que ficaram com carga horária maior devido ao meu afastamento.

Ao PGE-UEM, coordenadores, professores, secretárias e, em particular, à Míriam, pela atenção e carinho. A todos que me acolheram.

Ao César Miranda Mendes, pelo acolhimento e, diante da minha angústia entre separar (ou não) analiticamente território e região, por dizer: “Não separa não!” Era o que eu precisava ouvir.

A todos entrevistados, pela recepção, disposição e carinho em responder aos questionamentos.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu concluísse o doutorado quase inteira.

Cantares

Tudo passa e tudo fica
porém o nosso é passar,
passar fazendo caminhos
caminhos sobre o mar

Nunca persegui a glória
nem deixar na memória
dos homens minha canção
eu amo os mundos sutis
leves e gentis,
como bolhas de sabão

Gosto de ver-los pintar-se
de sol e graná voar
abaixo o céu azul, tremer
subitamente e quebrar-se...

Nunca persegui a glória

Caminhante, são tuas pegadas
o caminho e nada mais;
caminhante, não há caminho,
se faz caminho ao andar

Ao andar se faz caminho
e ao voltar a vista atrás
se vê a senda que nunca
se há de voltar a pisar

Caminhante não há caminho
senão há marcas no mar...

Faz algum tempo neste lugar
onde hoje os bosques se vestem de espinhos
se ouviu a voz de um poeta gritar
"Caminhante não há caminho,
se faz caminho ao andar"...

Golpe a golpe, verso a verso...

Morreu o poeta longe do lar
cobre-lhe o pó de um país vizinho.
Ao afastar-se lhe vieram chorar
"Caminhante não há caminho,
se faz caminho ao andar..."

Golpe a golpe, verso a verso...

Quando o pintassilgo não pode cantar.
Quando o poeta é um peregrino.
Quando de nada nos serve rezar.
"Caminhante não há caminho,
se faz caminho ao andar..."

Golpe a golpe, verso a verso.

(Antônio Machado)

A CRISE DO TERRITÓRIO-REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: OS NÓS DISCURSIVOS NAS TRAMAS DO PODER LOCAL PARA MANTER O TERRITÓRIO – 1980-2010

RESUMO

Nesse trabalho, nossos objetivos são os de demonstrar, pela análise do discurso, que os cacauicultores pretendem persuadir a população e o Estado de que há uma crise regional – a crise da região cacauqueira Sul baiana – com os limites temporais, territoriais e consubstanciais ditos por eles, uma crise regional e de todos, com o intuito de obter trunfos e continuar a dominar o território outrora conquistado; e que a irrupção desse discurso se dá com o rompimento da forma costumeira de intervenção do Estado nos momentos de crise entre as décadas de 1930 – 1980. Há a formação de um grupo discursivo pelos cacauicultores para que todos tenham os mesmos esquadramentos perceptivos sobre a crise cacauqueira regional e, ao mesmo tempo, são construídos mecanismos para interditar as vozes dissonantes ao domínio territorial por esse grupo de poder local. Através do exercício do poder, a crise cacauqueira deixou de ser um momento decisivo e de incertezas e adquiriu um caráter duradouro (mais de 20 anos), indicativo de que será estendida, enquanto não for resolvida para os cacauicultores. Sua contrapartida, a emergência, também ganha elasticidade temporal, as reivindicações de ajuda aos cacauicultores continuam. Para alcançar nossos objetivos, analisamos os seguintes materiais discursivos: *e-mails* enviados para a Lista do Cacau, entre 27 fevereiro de 2009 e 19 de novembro de 2010; entrevistas com os cacauicultores e trabalhadores, baseadas na história oral temática; dados estatísticos coletados em *sites* oficiais; diversos gêneros textuais obtidos nos sites Mercado do Cacau e Canal Rural; documentários; reportagens; referências sobre território, região e relações de poder no domínio territorial. Analisamos os discursos sobre a crise cacauqueira segundo Foucault (1979, 2008a, 2008b, 2009).

Palavras-chave: Crise regional. Domínio territorial. Relações de poder. Análise do discurso.

THE CRISIS OF THE BAHIA'S COCOA TERRITORY-REGION: THE DISCURSIVES KNOTS IN THE INTRIGUES OF THE LOCAL POWER TO KEEPING TERRITORY - 1980-2010

ABSTRACT

In this work, our objectives are to demonstrate, through discourse analysis, that cocoa farmers intend to persuade the population and the State that there is a regional crisis - the crisis of the cocoa region of Bahia Sul - with the time limits, territorial and consubstantial told by them, a regional crisis and of everyone, in order to obtain trumps and continue to dominate the territory once conquered; and that the breaking of this discourse occurs with disruption of the customary form of state intervention in times of crisis between the decades of from 1930 to 1980. There is the formation of a discursive group, by the cocoa farmers, for everyone to have the same perceptual frameworks on regional cocoa crisis and, at the same time, mechanisms are built to interdict dissenting voices to territorial domination by this group of local power. Through the exercise of power, the cocoa crisis is no longer a decisive moment and uncertainties to acquired a lasting character (over 20 years), indicating that it will be extended while the crisis is not resolved to cocoa farmers. Its counterpart, the emergence, also gain temporal elasticity, claims to help cocoa farmers continue. To reach our objectives, we reviewed the following discursive materials: emails sent to the Cocoa List, between 27 Feb, 2009 and 19 Nov, 2010; interviews with cocoa farmers and workers, based on oral history, statistical data collected in official websites; textual genres obtained in the Mercado do Cacau and Canal Rural websites; documentaries; reports; references around the territory, region and power relations in the territorial domain. We analyze the speeches on the cocoa crisis according to Foucault (1979, 2008a, 2008b, 2009).

Keywords: Regional crisis. Territorial domain. Power relations. Discourse analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Rede hidrográfica na região cacaeira da Bahia.....	158
Figura 2	O cacaeiro e seus frutos.....	160
Figura 3	Trabalhador derrubando o fruto do cacau com um podão.....	189
Figura 4	Ruma de Cacau.....	190
Figura 5	Tropeiros chegando à sede da fazenda – muares carregando caçuás com amêndoas de cacau.....	191
Figura 6	Trabalhador despejando as amêndoas de cacau nos caixotes, local onde ocorre a fermentação.....	191
Figura 7	Trabalhador movendo as amêndoas de cacau em uma barçaça.....	192
Figura 8	Amêndoa seca do cacau.....	192
Figura 9	Localização da Bahia no Brasil, localização da Mesorregião Sul Baiano no Estado da Bahia, destaque para a Microrregião Ilhéus-Itabuna na Mesorregião Sul Baiana.....	220
Figura 10	Microrregião Ilhéus-Itabuna (também denominada região cacaeira da Bahia).....	222
Figura 11	Região Econômica Litoral Sul da Bahia.....	226
Figura 12	Território de Identidade Litoral Sul da Bahia.....	228
Figura 13	O então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff, na inauguração da Gasene – Itabuna, 26 de março de 2011.....	268
Figura 14	Movimento 26 de Março – “pela anulação da dívida do cacau”.....	274
Figura 15	Movimento 26 de Março – “pela anulação da dívida do cacau”.....	274
Figura 16	Movimento 26 de Março – “Lula, dívida do cacau é impagável”.....	275
Figura 17	Movimento 26 de Março – “Terrorismo biológico no cacau desempregou 250 mil pessoas” e “Terrorismo biológico no cacau – Itabuna cidade mais violenta do país”.....	275
Figura 18	Paisagem de área de cabruca na região Sul da Bahia.....	280
Figura 19	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – taxa de ruralização (1980, 1991, 2000 e 2010).....	326

Figura 20	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna: variação relativa da população rural e urbana (1980-1991, 1991-2000 e 2000-2010).....	331
Figura 21	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – taxa de urbanização (1980, 1991, 2000 e 2010).....	332
Figura 22	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (1980, 1991, 2000 e 2010).....	339
Figura 23	Microrregião Ilhéus-Itabuna, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 1991.....	349
Figura 24	Microrregião Ilhéus-Itabuna, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 2000.....	350
Figura 25	Microrregião Ilhéus-Itabuna, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 2010.....	351
Figura 26	Remanescentes de Mata Atlântica na microrregião Ilhéus-Itabuna.....	477

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Grandes linhas de interpretação do território segundo Haesbaert (2007).....	85
Quadro 2	Elementos para a análise do território segundo Raffestin (1993).....	92
Quadro 3	Proposição de análise do território segundo Foucault (2008a) a partir da análise do discurso.....	95
Quadro 4	Uso da palavra região na Lista do Cacau: pastas de documentos sobre o crime da vassoura-de-bruxa, questão agrária, trabalho e trabalhadores.....	106
Quadro 5	Os significados da palavra região encontrados nas entrevistas com os cacauicultores.....	107
Quadro 6	Os significados da palavra região encontrados nas entrevistas com os trabalhadores.....	108
Quadro 7	Quantidade de entrevistas realizadas, idade, escolaridade, renda, sexo e identificação social e profissional dos entrevistados	113
Quadro 8	Codificação numérica, gênero, ocupação e local de moradia dos listeiros citados nesse trabalho.....	116
Quadro 9	Principais temas debatidos na Lista do Cacau e seu teor.....	136
Quadro 10	Dimensões, variáveis e especificações da Lista do Cacau.....	141
Quadro 11	Exportação de cacau do Sul da Bahia – 1840-1890.....	162
Quadro 12	Sobrenomes dos imigrantes que contribuíram para a (re)ocupação da região cacaueira da Bahia.....	163
Quadro 13	Procedência e sobrenomes de algumas famílias nordestinas que migraram para o município de Itabuna (1870-1920).....	165
Quadro 14	Locais de parada do trem, nome do proprietário da fazenda e modalidade de paradas: as vias dos fluxos do poder.....	171
Quadro 15	Representação simplificada da formação social agrário-exportadora de cacau.....	188

Quadro 16	Fatores internos e externos geradores da “última crise” da cadeia produtiva do cacau da Bahia.....	198
Quadro 17	Crises da cadeia produtiva do cacau do Sul da Bahia: possíveis causas e políticas públicas para saná-las – 1929-2011.....	199
Quadro 18	Organograma funcional da Ceplac, 1982.....	206
Quadro 19	Divisões regionais do Sul da Bahia: órgão responsável pela divisão, denominação, critérios e número de municípios que compõem – 1945-2007.....	214
Quadro 20	Resumo das principais medidas dos planos de ajustes econômicos brasileiros elaborados na década de 1980.....	239
Quadro 21	Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira - etapas, períodos, ações e problemas em sua execução.....	242
Quadro 22	Bioterrorismo: implantação e disseminação da vassoura-de-bruxa na região cacaueira do Sul da Bahia – denúncia, denunciante, acusados, período, motivos, delitos, punições possíveis e situação atual.....	246
Quadro 23	Lista do Cacau – crime da vassoura-de-bruxa – sentimentos despertados nos cacaucultores.....	248
Quadro 24	Lista do Cacau – crime da vassoura-de-bruxa: assuntos (enunciados) dos <i>e-mails</i>	249
Quadro 25	Lista do Cacau: identidade imposta aos cacaucultores segundos os mesmos	259
Quadro 26	Lista do Cacau: autoidentidade dos cacaucultores – traços identitários aglutinadores.....	263
Quadro 27	Lista do Cacau: recortes da crise cacaueira da Bahia segundo os cacaucultores.....	265
Quadro 28	Lista do Cacau – Movimento 26 de Março – título das mensagens de <i>e-mails</i>	270
Quadro 29	Lista do Cacau: Movimento 26 de Março – sugestões de <i>slogans</i> feitas pelos listeiros.....	272
Quadro 30	Lista do Cacau: Movimento 26 de Março – o poder no campo de batalha.....	277

Quadro 31	Lista do Cacau: Movimento 26 de Março – traços identitários agregadores e desagregadores dos cacauicultores.....	284
Quadro 32	Movimento 26 de Março – jornais e manchetes sobre a visita do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ilhéus e Itabuna	287
Quadro 33	Entrevistados: cacauicultores – síntese da história de vida relacionada com o cacau.....	290
Quadro 34	Entrevistados: cacauicultores – o que fizeram para sobreviver à crise.....	306
Quadro 35	Entrevista com os cacauicultores: quadro síntese sobre a crise cacauêira do Sul da Bahia.....	313
Quadro 36	Presidentes da República Federativa do Brasil, mandatos e respectivos partidos políticos – 1985-2012.....	317
Quadro 37	Governadores do Estado da Bahia, mandatos e respectivos partidos políticos – 1985-2012.....	318
Quadro 38	Composição das dívidas dos cacauicultores – valores liberados para empréstimos aos cacauicultores pelo Governo Federal – 1957, 1962 e 1971.....	318
Quadro 39	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – Índice de Desenvolvimento Humano (1980, 1991 e 2000).....	339
Quadro 40	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – valor total dos rendimentos recebido – rural e urbano (1980, 1991 e 2000).....	352
Quadro 41	A crise de microrregião cacauêira: mobilidade territorial e socioeconômica da população regional.....	354
Quadro 42	Lista do Cacau – falas dos cacauicultores sobre o trabalho e os trabalhadores: títulos dos <i>e-mails</i>	355
Quadro 43	Custos silenciosos da produção segundo um cacauicultor da Lista do Cacau.....	363
Quadro 44	Lista do Cacau – esquema de análise da fala dos cacauicultores sobre o trabalho e os trabalhadores.....	370
Quadro 45	Programas e características das políticas públicas de promoção social que minimizaram a crise.....	372
Quadro 46	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – Programa Bolsa-Família: quantidade e valor dos benefícios (2004-2011).....	373

Quadro 47	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – Pronaf – atividade agrícola e finalidade do financiamento – 2012.....	374
Quadro 48	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – Pronaf – atividade de pecuária e finalidade do financiamento – 2012.....	374
Quadro 49	Documentário Os magníficos: nome dos depoentes e suas identificações.....	377
Quadro 50	Documentário O nó: nome dos depoentes, cargo/função e local de origem.....	378
Quadro 51	Reportagem do SBT – nome dos depoentes e atividade profissional.....	380
Quadro 52	A Saga do Cacau: identificação dos depoentes.....	381
Quadro 53	Entrevistados: trabalhadores – síntese da história de vida relacionada com o cacau.....	384
Quadro 54	Recorte temporal e consubstancial da crise da região cacauzeira da Bahia segundo os trabalhadores.....	407
Quadro 55	A questão agrária na Lista do Cacau: assunto dos <i>e-mails</i> enviados	429
Quadro 56	Lista do Cacau – esquema de análise sobre a questão agrária falada pelos cacauicultores.....	464

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Ocupação dos listeiros – 1ª opção – de acordo com o escrito na ficha de inscrição na Lista do Cacau.....	127
Tabela 2	Local de residência dos Listeiros.....	128
Tabela 3	Lista do Cacau: conteúdo dos <i>e-mails</i> sobre o crime da vassoura-de-bruxa.....	251
Tabela 4	Lista do Cacau – Movimento 26 de Março: conteúdo dos <i>e-mails</i>	271
Tabela 5	Entrevistados: a crise cacaeira da Bahia segundo os cacauicultores.....	294
Tabela 6	Entrevistados: cacauicultores – o que perderam com a crise cacaeira.....	302
Tabela 7	Entrevistados: cacauicultores – o que ganharam com a crise cacaeira.....	305
Tabela 8	Entrevistados: cacauicultores – políticas públicas ou movimentos sociais para resolver a crise cacaeira.....	307
Tabela 9	Entrevistados: cacauicultores – saudade do tempo de maior produtividade do cacau.....	308
Tabela 10	Entrevistados: cacauicultores – o que pensam sobre o coronelismo.....	309
Tabela 11	Entrevistados: cacauicultores – a existência (ou não) da crise e os motivos da crise.....	311
Tabela 12	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – população rural absoluta, variação absoluta e variação relativa (1980, 1991, 2000 e 2010).....	324
Tabela 13	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – taxa de ruralização (1980, 1991, 2000 e 2010).....	326
Tabela 14	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – população urbana total, variação absoluta e variação relativa (1980, 1991, 2000 e 2010).....	329
Tabela 15	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – taxa de urbanização (1980, 1991, 2000 e 2010).....	332

Tabela 16	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – população total e variação absoluta e relativa da população (1980, 1991, 2000 e 2010).....	334
Tabela 17	Microrregião Ilhéus-Itabuna – percentual de municípios por faixa de Desenvolvimento Humano Municipal – 1980, 1991, 2000 e 2010.....	340
Tabela 18	Microrregião Ilhéus-Itabuna – percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas – 1980-2010.....	343
Tabela 19	Microrregião Cacaueira, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 1980.....	346
Tabela 20	Microrregião Ilhéus-Itabuna, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 1991.....	348
Tabela 21	Microrregião Ilhéus-Itabuna, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 2000.....	350
Tabela 22	Microrregião Ilhéus-Itabuna, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 2010.....	351
Tabela 23	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – População Economicamente Ativa (IPEA) – (1980, 1991 e 2000).....	352
Tabela 24	Microrregião Ilhéus-Itabuna – variação absoluta e relativa da PEA – (1980-1991 e 1991-2000).....	353
Tabela 25	Lista do Cacau: conteúdo dos <i>e-mails</i> sobre o trabalho e os trabalhadores.....	356
Tabela 26	Reajuste do salário mínimo (2002-2012): salário mínimo, reajuste nominal, INPC e aumento real.....	371
Tabela 27	Brasil, Bahia e municípios da Microrregião Ilhéus-Itabuna onde há postos de recepção do Seguro-Desemprego – quantidade de requerentes do Seguro-Desemprego pelo trabalhador formal (1996-1989, 1990-1999 e 2000-2010).....	375

Tabela 28	Entrevista – a crise cacauqueira segundo os trabalhadores.....	387
Tabela 29	Entrevistados: trabalhadores – perdas e ganhos com a crise.....	392
Tabela 30	Entrevistados: trabalhadores – o que fizeram para sobreviver à crise.....	397
Tabela 31	Entrevistados: trabalhadores – políticas públicas ou movimentos sociais para resolver a crise cacauqueira.....	399
Tabela 32	Entrevistados: trabalhadores – saudade do tempo de maior produtividade do cacau.....	400
Tabela 33	Entrevistados: trabalhadores – coronelismo.....	403
Tabela 34	Entrevistados: trabalhadores - a existência (ou não) da crise e os motivos.....	406
Tabela 35	Microrregião Ilhéus-Itabuna – municípios com projetos de reforma agrária, nome do projeto, área (ha), ato de criação e forma de obtenção – 1/01/1900 até 18/08/2011.....	421
Tabela 36	Microrregião Ilhéus-Itabuna – número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área total – 2006.....	424
Tabela 37	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área total (%) – 2006...	426
Tabela 38	A questão agrária na Lista do Cacau: conteúdo dos <i>e-mails</i> enviados.....	432
Tabela 39	Microrregião Ilhéus-Itabuna – Unidades de Conservação de Proteção Integral: esfera de administração, municípios abrangidos, área (ha) e data de criação.....	472
Tabela 40	Microrregião Ilhéus-Itabuna – Unidades de Conservação de Uso Sustentável: esfera de administração, municípios abrangidos, área (ha) e data de criação.....	472
Tabela 41	Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna: Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável.....	474

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAMI	Associação de Apicultores Ambientalistas de Ilhéus
ABC	Associação Brasileira de Cacaucultores
ACC	Adiantamento de Contratos de Câmbio
AIART	Associação Itabunense de Artesãos
ALB	Assembleia Legislativa da Bahia
AMURC	Associação dos Municípios da Região Cacaueira
APA	Área de Proteção Ambiental
APC	Associação dos Produtores de Cacau
APCFE	Associação dos Profissionais de Cacau Fino e Especial
BCB	Banco Central do Brasil
CACEX	Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CAVAB	Campanha de Controle da Vassoura-de-bruxa
CENEX	Centro de Extensão
CEPEC	Centro de Pesquisa do Cacau
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNPC	Central Nacional dos Produtores de Cacau
COMACAU	Associação de Apoio à Recuperação da Lavoura Cacaueira
CONCAUBA	Comissão de Comércio de Cacau da Bahia
COOAFBA	Cooperativa da agricultura familiar e Economia Solidária da Bacia do Almada e Adjacências
COOFASULBA	Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da agricultura familiar do Sul da Bahia
COOPERCACAU	Cooperativa Central dos Produtores de Cacau
CPB	Código Penal Brasileiro
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRASBA	Conselho Regional Associativista de Buerarema e Adjacências

CSC	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis
CTGA	Grupo Técnico de Garantia Ambiental da Ceplac
DEM	Democratas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOCTV	Programa de Fomento à Produção e Teledifusão ao Documentário Brasileiro
DQC	Desenvolvimento a Qualquer Custo
EMARC	Escola Média Agropecuária da Região Cacaueira
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FAEB	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
FCA	Fine Cocoa Association
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNE VERDE	Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente
GASENE	Gasoduto de Integração Sudeste-Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Instituto Cabruca
ICB	Instituto de Cacau da Bahia
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IESB	Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IG	Instituto Goethe
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPC	Instituto Pensar Cacau
IPEADATA	Banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LC	Lista do Cacau
LD	Lista de Discussão
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MLT	Movimento de Luta pela Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MVRC	Movimento de Valorização da Região Cacaueira
ONG	Organização Não-Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC DO CACAU (APELIDO)	Plano de Desenvolvimento e de Diversificação Agrícola na Região Cacaueira do Estado da Bahia
PDS	Partido Democrático Social
PGE-UEM	Programa de Pós-graduação em Geografia da UEM
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRLCB	Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRN-PMDB	Partido da Reconstrução Nacional-Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROCACAU	Plano de Diretrizes para Expansão da Cacaucultura Nacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RIO + 20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em junho de 2012
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia
SEDIR	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLANTEC	Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia
SR	Sindicato Rural
SRC	Sindicato Rural de Camacan
SRI	Sindicato Rural de Ilhéus
SRI	Sindicato Rural de Itabuna
UC	Unidades de Conservação
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFSBA	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
VB	Vassoura-de-bruxa
WCF	World Cocoa Foudantion

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO	31
1.1	OBJETIVOS.....	34
1.2	PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	43
2	CAMINHOS DA PESQUISA: PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	58
2.1	A REGIÃO, SUAS DIVERSAS ACEPÇÕES E SUBSTANCIAÇÕES.....	63
2.1.1	O determinismo geográfico e a região como evidência empírica “natural”	64
2.1.2	O possibilismo, a região “real” e a ação humana na “natureza”	66
2.1.3	O método regional e a região como construto mental	68
2.1.4	A Nova Geografia e o neopositivismo	70
2.1.5	A Geografia Crítica ou Radical	73
2.1.6	A Geografia Humanista e a fenomenologia	77
2.1.7	A região como construção mental: a “invenção” da região	78
2.2	TERRITÓRIO: TATEANDO NO ESCURO CAMINHO DE UM CONCEITO	80
2.2.1	Proposições para análise do território	86
2.2.1.1	Análise relacional.....	86
2.2.1.2	Relação ideal/material.....	89
2.2.1.3	O concebido e o falado na análise territorial.....	89
2.2.1.4	A problematização do território.....	90
2.2.1.5	Multiplicidades de atuação e os alvos das ordens imperativas do poder.....	91
2.2.1.6	Espaço e território.....	92
2.2.2	Análise do Discurso em Foucault (2008a, 2008b, 2009, 1979): a análise das relações de poder para se ler o território	94
2.2.3	Análise crítica do discurso – mecanismos externos de exclusão discursiva	96

2.3	NOSSA PROPOSTA: TERRITÓRIO E REGIÃO COMO PARES CONEXOS.....	103
2.3.1	A região falada, recortada e consubstanciada pelos cacauicultores e trabalhadores.....	104
2.4	OS PASSOS DA PESQUISA.....	109
2.4.1	Identificação dos sujeitos da pesquisa: os entrevistados.....	109
2.4.2	Realização das entrevistas.....	111
2.4.3	Tratamento das entrevistas.....	112
2.4.4	Quantidade de entrevistas.....	115
2.4.5	Identificação dos sujeitos: listeiros.....	115
2.4.6	Dados estatísticos.....	117
3	CAMINHOS VIRTUAIS: A LISTA DO CACAU E A REALIDADE VIRTUAL NA ANÁLISE DO TERRITÓRIO-REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA.....	119
3.1	LISTA DE DISCUSSÃO E SEU FUNCIONAMENTO	121
3.1.1	As “netquetas”.....	122
3.1.2	A Lista do Cacau.....	124
3.1.3	Quem pode acessar a Lista do Cacau.....	125
3.2	A LISTA DO CACAU COMO FONTE DE PESQUISA – A PESQUISA NÃO-PARTICIPANTE.....	130
3.2.1	O potencial da Lista do Cacau para a pesquisa.....	131
3.2.2	A validade dos e-mails na pesquisa.....	132
3.2.3	Determinação do período de análise da lista do cacau.....	133
3.2.4	Os assuntos mais debatidos na lista do cacau	134
3.3	O “E-TERRITÓRIO” E O TERRITÓRIO-REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: A REALIDADE VIRTUAL E O ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	136
4	OS CAMINHOS DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: LUZES DE UM TERRITÓRIO-REGIÃO.....	144
4.1	OS OBSTÁCULOS DO TERRITÓRIO À INSTALAÇÃO DOS	

	MECANISMOS DE PODER: OS AUTÓCTONES (ÍNDIOS) E A MATA ATLÂNTICA.....	145
4.1.1	Distinção e hierarquização: índios, pioneiros e desbravadores.....	149
4.1.2	A mata como fonte de riqueza e obstáculo a ser vencido.....	153
4.1.3	Os rios como caminhos: a territorialização do poder e a configuração geográfica.....	156
4.2	O CACAU E A CONSOLIDAÇÃO DA (RE)OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA PELOS PIONEIROS E DESBRAVADORES.....	159
4.2.1	Os rastros dos imigrantes na ocupação territorial da região cacauera do Sul da Bahia, os mecanismos de exclusão dos dizeres e as configurações geográficas.....	162
4.2.2	Os velhos e novos-ricos: distinção e separação na formação dos falares hegemônicos na região cacauera do Sul da Bahia.....	165
4.3	CORONELISMO – O EXERCÍCIO DO PODER E AS CONSTRUÇÕES DAS REDES DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES.....	168
4.3.1	A concretização do poder dos coronéis no território da região cacauera do Sul da Bahia: a construção das redes de transporte e comunicação.....	170
4.4	A DISPUTA POR UM TRUNFO: MECANISMOS DE EXPROPRIAÇÃO E A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIÃO CACAUEIRA DO SUL DA BAHIA.....	175
4.4.1	Divisão do trabalho nas fazendas de cacau.....	188
4.5	AS CRISES CÍCLICAS DA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO CACAU E AS AÇÕES ESTATAIS PARA SUPERÁ-LAS: SENTIMENTOS E EMOÇÕES EM <i>LUPPING</i> NA “SOCIEDADE DO CACAU”.....	193
4.6	O “ABANDONO” DA REGIÃO CACAUEIRA PELO ESTADO E A CRIMINALIZAÇÃO DA “ÚLTIMA CRISE”.....	209
4.7	REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: A REGIÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E A REGIÃO FALADA, ANUNCIADA.....	213

4.7.1	Zona fisiográfica cacaeira.....	218
4.7.2	Microrregião Cacaeira.....	219
4.7.3	Microrregião Ilhéus-Itabuna	220
4.7.4	Região de Influência da Aglomeração Ilhéus – Itabuna.....	223
4.7.5	Microrregião Programa Litoral Sul.....	223
4.7.6	Região do Diagnóstico e Grande Região Cacaeira.....	224
4.7.7	Região Cacaeira da Bahia.....	225
4.7.8	Região Econômica Litoral Sul da Bahia.....	225
4.7.9	Território de Identidade Litoral Sul.....	226
5	A “ÚLTIMA CRISE” DA REGIÃO CACAUEIRA SUL BAIANA: NOVOS CAMINHOS E OS NÓS DISCURSIVOS NAS TRAMAS DO PODER LOCAL.....	230
5.1	APROPRIAÇÃO DOS PERCURSOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS FOUCAULTIANOS PARA ENTENDER A CRISE DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA.....	233
5.2	A “ÚLTIMA” CRISE DA REGIÃO CACAUEIRA: RECORTE TERRITORIAL, TEMPORAL E CONSUBSTANCIAÇÕES FEITOS PELOS LISTEIROS.....	238
5.2.1	A vivência pessoal do crime da vassoura-de-bruxa pelos cacauicultores: resistência à identidade coronelista jorgeamadiana.....	255
5.2.2	A autoidentidade do poder como arma contra os adversários: Estado, sem-terra, assentados da reforma agrária, índios, quilombolas.....	257
5.3	LISTA DO CACAU: A “ÚLTIMA” CRISE CACAUEIRA NO MOVIMENTO 26 DE MARÇO.....	266
5.3.1	Movimento 26 de Março: adesão discursiva dos cacauicultores às políticas de conservação ambiental.....	279
5.3.2	Lista do Cacau: Movimento 26 de Março e a auto-identidade do cacauicultor.....	284
5.4	A CRISE DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA EXPRESSA PELOS CACAUCULTORES DE FORA DA LISTA DO CACAU:	

	ENTREVISTAS COM CACAUCULTORES.....	289
5.4.1	Entrevistas com cacauicultores: a chegada da vassoura-de-bruxa, motivos, consequências.....	293
6	A CRISE DA MICRORREGIÃO ILHÉUS-ITABUNA: CAMINHOS SOMBREADOS DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES DO CACAU.....	316
6.1	MUDANÇA PARADIGMÁTICA DO ESTADO: DIFERENTES GOVERNOS E AS MESMAS POSTURAS DIANTE DA CRISE CACAUEIRA.....	317
6.2	A CRISE CACAUEIRA DO SUL DA BAHIA E A MOBILIDADE TERRITORIAL E SOCIECONÔMICA DA POPULAÇÃO.....	321
6.2.1	Crise cacaeira e a mobilidade territorial da população regional.....	322
6.2.2	Crise cacaeira e a mobilidade socioeconômica da população...	337
6.2.2.1	IDHM.....	337
6.2.2.1.1	<i>IDHM - situação em 1980.....</i>	<i>340</i>
6.2.2.1.2	<i>IDHM – Comparação entre 2000 e 2010.....</i>	<i>340</i>
6.2.2.1.3	<i>IDHM – Comparação entre 1991 e 2000.....</i>	<i>341</i>
6.2.2.1.4	<i>IDHM – Comparação entre 1991 e 2010.....</i>	<i>341</i>
6.2.2.1.5	<i>Analfabetismo.....</i>	<i>342</i>
6.2.2.1.6	<i>Renda.....</i>	<i>345</i>
6.2.2.1.7	<i>PEA.....</i>	<i>352</i>
6.3	LISTA DO CACAU: O TRABALHO E OS TRABALHADORES.....	355
6.3.1	Viabilidade econômica da produção de cacau.....	357
6.3.2	Parceria agrícola orientada.....	358
6.3.3	A escassez de trabalhadores.....	361
6.3.4	Resistência passiva dos trabalhadores.....	363
6.3.5	Os afagos do poder para sanar o problema da “escassez de trabalhadores”.....	367
6.4	POLÍTICAS PÚBLICAS NÃO-DIRETAS E AMPLIAÇÃO DAS OPÇÕES DOS TRABALHADORES.....	370
6.5	A CRISE FALADA PELOS TRABALHADORES E SEUS	

	SILÊNCIOS.....	376
6.5.1	Entrevista com os trabalhadores: empregados, arrendatários, ex-empregados das fazendas.....	382
7	A CRISE DA MICRORREGIÃO ILHÉUS-ITABUNA: A QUESTÃO DA TERRA E A ABERTURA PARA MÚLTIPLOS CAMINHOS REGIONAIS.....	410
7.1	UM PEDAÇO DA TERRA: TRUNFO NAS MÃOS DE QUEM É PROPRIETÁRIO DE TERRA.....	412
7.2	O TER E O USAR A TERRA: A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA.....	415
7.3	CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA, CRIME DA VASSOURA-DE-BRUXA, BAIXO ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE E REFORMA AGRÁRIA EM GRANDES FAZENDAS CACAUEIRAS.....	420
7.4	A QUESTÃO AGRÁRIA NA LISTA DO CACAU: CRIMINALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO MST, INVASÕES, ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE.....	429
7.4.1	Conflitos com um inimigo imediato: o MST.....	433
7.4.2	As invasões: “[...] aproveitando a maré da mídia contra o mst [MST]”.....	435
7.4.3	Uso da terra: tensionamentos entre os cacauicultores e os membros dos movimentos de luta pela terra.....	438
7.4.4	A CPMI do MST: a luta pela desmoralização do inimigo.....	442
7.4.5	Contra os atuais índices de produtividade como parâmetros para a reforma agrária: “Vamos reivindicar para que esse índice de produtividade seja revisto na nossa região, o mais rápido possível”.....	446
7.4.6	Depoimentos emocionados, palavras encorpadas em movimento, reações passionais.....	452
7.4.7	Ano eleitoral: o MST e o resgate do medo da “revolução comunista” – da complexidade da questão agrária para a polarização entre capitalismo e comunismo.....	454
7.4.8	Pressão e desqualificação dos funcionários do INCRA.....	457

7.4.9	“Mas simplificar a questão em termos dos que são a favor da reforma e dos que são contra é errado”: dois extremos e poucas reflexões sobre a reforma agrária.....	459
7.5	ENTREVISTAS COM OS CACAUCULTORES: A QUESTÃO AGRÁRIA.....	461
7.6	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NO USO DA TERRA E NAS RELAÇÕES DE PODER LOCAL.....	466
7.6.1	Cacau-cabruca e Reserva Legal.....	470
7.6.2	As “novas” propriedades da matéria Mata Atlântica.....	476
8	PERCURSOS FINAIS.....	481
	REFERÊNCIAS.....	491

1 INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO

Na região cacauera do Sul da Bahia, há mais de 200 anos, predomina-se a monocultura do cacau voltada para o mercado externo¹, com o intuito de reforçar a balança comercial brasileira (CHIAPETTI, J., 2009). Trata-se de *commodity*, produto de origem primária comercializado nas bolsas de mercadorias. É a partir desta região, usada como território, *locus* do exercício do poder que se dá no e em nome do território-região, que os cacauicultores criam mecanismos e procedimentos para conseguir manter e ampliar o poder decisional e reputacional através da persuasão de que há uma crise com as mesmas consubstanciações e delimitações para todos.

Assim, colocamos em suspensão as verdades mais firmes sobre a crise, não só para questioná-las, mas tirá-las da sua quietude segura, desvendar suas construções, construir outras e também gerar recortes provisórios e imediatos. Logo, desatar os nós da rede de um jogo de remissões na construção do espaço geográfico. Para tanto, utilizamos a análise do discurso, sem a preocupação com a linguística, mesmo tendo que recorrer a ela, para entender as relações de poder entre o Estado, os cacauicultores do Sul da Bahia e a produção de um recorte regional e territorial, em suas imbricações discursivas e práticas.

Há um esforço por parte dos cacauicultores de tornar hegemônica uma crise recortada temporalmente em 1989, consubstanciada pela introdução criminosa do fungo *Moniliophthora perniciosa* (antes chamado de *Crinipellis Perniciosa*) conhecido como vassoura-de-bruxa, pelo fracassado Plano de Recuperação da Lavoura Cacauera Baiana (PRLC) (1995), realizado pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauera (Ceplac), e pelo insatisfatório Plano de Desenvolvimento e de Diversificação Agrícola na Região Cacauera do Estado da Bahia (PAC do Cacau) (2008). Estes recortes de acontecimentos mexeram com os trunfos do poder local e

1 “O Brasil sempre foi considerado exportador líquido de cacau na balança comercial. Até 1996/97 a produção brasileira sempre superou as moagens brasileiras, ou seja, a quantidade de cacau processado pelas indústrias moageiras no Brasil. Com a doença denominada Vassoura-de-Bruxa a produção brasileira caiu vertiginosamente, além disso, o consumo de cacau no mercado interno também aumentou consideravelmente. Isto fez com que, em 1997/98, houvesse uma reversão, em vez de exportador, o Brasil, pela primeira vez se tornasse importador de cacau” (ZUGAIB, 2005, p. 3). Passou a haver um déficit em relação a capacidade das indústrias de processamento de cacau existentes no Brasil como a Cargill, Joanes, Barry Calebaut, Nestlé e Indeca. Foi necessário importar amêndoas de cacau, complementar com a produção de amêndoas brasileira e exportar cacau processado.

possibilitou a irrupção de um discurso, dentre tantos outros possíveis, sobre a crise: invasões das propriedades, endividamentos, desemprego, mobilidade territorial da população, violência urbana e atribuição destes infortúnios à omissão do Estado na resolução da crise.

Nessa tentativa de construção de uma visão única da crise regional, na luta dos cacauicultores para que todos tenham o mesmo proceder no esquadramento sobre a crise, há resistências, dentre elas o uso da identidade como instrumento de poder. Assim, segundo eles, lhes são atribuídos pelos “outros” traços identitários negativos, remissivos aos coronéis do cacau jorgeamadiano, dos quais se ressentem e tentam se desvencilhar. Concomitantemente tentam construir uma identidade positiva para conseguir algo, fazer frente aos seus opositores e também impingem traços identitários desclassificatórios aos “outros”.

Para entendermos melhor os diversos falares dos cacauicultores sobre a crise da região cacauera do Sul da Bahia é preciso que nos situemos na articulação processual de múltiplas escalas geográficas e temporais. Estamos vivendo em um tempo-espaço em que é possível a vivência da simultaneidade dos acontecimentos, onde quer que aconteçam. Nossos horizontes não acabam mais nos limites do alcance dos nossos olhos e alguns eventos que acontecem além, muito além, nos afetam demasiadamente, quer saibamos disto ou não. As novas tecnologias dos meios de comunicação e transportes têm aumentado a velocidade e diminuído o tempo dos percursos e assim encolhendo virtualmente a Terra, aproximando as pessoas, mercadorias, valores, ordens, crenças, doenças. Há, nessa aproximação, uma desacomodação dos recortes territoriais que até então possibilitavam a ilusão da permanência, a vivência da certeza das suas extensões, limites e consubstanciações. Atualmente, o processo de des-re-territorialização acontece com maior dinamicidade, tirando o chão – físico e simbólico – de muita gente, obrigando-nos a novos aprendizados de como ser e agir neste mundo, cuja maior certeza é a efemeridade. O que parecia ser para sempre, transforma-se desnortando as ações balizadas pela repetição das mesmas variáveis.

Podemos situar, nesse contexto, dois exemplos recentes e emblemáticos: em 2008 tivemos a crise das hipotecas *subprime* norte-americanas que, como um efeito dominó, foi sucessivamente afetando outros mercados interconectados, sem qualquer respeito às fronteiras dos Estados-nações, colocando muitas pessoas, em diversos países, em crise até hoje (HARVEY, 2011).

A partir de dezembro de 2010, assistimos ao que ficou conhecido como Primavera Árabe, movimentos populares revolucionários em países do Oriente Médio e Norte da África contra regimes ditatoriais que já duravam mais de 30 anos. Nesse último acontecimento, um dos fatores que contribuiu para a organização popular foi a rede mundial de computadores – a internet. A troca de *e-mails*, a utilização das redes sociais de comunicação como o *Twitter* e o *Facebook*, por exemplo, serviram como ferramentas para unir pessoas e convocar movimentos sociais organizados em torno de reivindicações comuns.

A capacidade de aglutinação, a mobilização e a criação de movimentos sociais em rede, dentre outras ramificações, têm mudado a forma de espacialização das relações sociais, criando verdadeiros "e-territórios". Simultaneamente a isto, transforma-se o território real, aquele ligado à terra, aos limites criados pelos jogos de poderes em suas articulações constantes entre o geral e o particular. É como se pairasse sobre os territórios reais outros tantos, uns conectados aos outros, empurrando todos em um movimento "em nuvem", pois são de difícil rastreamento. Nesta intercambiação entre o virtual e o real, entre as ideias e acontecimentos, vai-se movimentando o espaço, criando outras realidades de referência, desencadeando novos acontecimentos, num processo contínuo, com infinitas possibilidades de articulações.

O leitor deve estar perguntando: mas qual é a relação disto com a crise da região cacauera do Sul da Bahia? É principalmente através da internet que um grupo de poder local busca persuadir a população e o Estado de que a crise da região cacauera da Bahia dura mais de 20 anos, é resultado de um crime biológico, da introdução proposital de um fungo nos cacauais, com o propósito de desarticular o poder dos "coronéis" do cacau e das medidas incorretas do governo federal, via Ceplac, no combate ao fungo.

A região cacauera do Sul da Bahia foi constituída tendo como base a concentração da propriedade da terra, o poder político nas mãos dos coronéis do cacau e a precarização socioeconômica da maioria. Este tripé da configuração territorial regional parecia firme, pois teve poucas alterações ao longo da história do território-região cacauera, mesmo nos momentos de maior bonança, como foi o "quinquênio de ouro" na década de 1970.

A partir da década de 1980, a confluência de diversos processos, de escalas geográficas variadas, fez com que houvesse uma acomodação neste tripé,

inclusive a mudança paradigmática do Estado ao deixar de fazer determinada política setorial voltada aos cacauicultores, com dinheiro público, e adoção de políticas públicas (SOUZA, 2006) mais abrangentes como o pleno emprego, aumento real do salário mínimo, crédito agrícola aos agricultores familiares, Programa Bolsa Família, dentre outras políticas de combate à pobreza, dando vazão aos pontos de tensão entre os diversos grupos de poder que disputam o território-região.

Ao não ter poder político suficiente para contrariar estas políticas, os cacauicultores – não todos – optaram por dar maior visibilidade à criminalização da introdução da vassoura-de-bruxa na região cacauieira, o que, como dizem, foi "a queda e o coice" no estado de bonança regional de uma minoria: alguns tiveram suas fazendas tornadas objetos da reforma agrária; o aumento real do salário mínimo diminuiu a margem de lucro – que não puderam recuperar em decorrência da doença que atingiu os cacauais –; a adesão dos trabalhadores aos programas sociais e o emprego nas cidades tornaram-se alternativas aos baixos salários pagos pelos cacauicultores, diminuindo a oferta de trabalhadores dispostos a trabalhar na árdua produção do cacau, enfraquecendo o poder dos cacauicultores.

Além disso, a intensa mobilidade territorial da população no sentido rural-urbano e para fora da microrregião Ilhéus-Itabuna, corrobora para a escassez de trabalhadores: agora, já acomodados no espaço urbano não querem retornar às fazendas de cacau, contribuindo para elevar o valor do trabalho rural. É o *débâcle* do território-região cacauieira supostamente consolidada e brecha para práticas territoriais múltiplas.

1.1 OBJETIVOS

Nossos objetivos gerais são os de demonstrar pela análise do discurso que os cacauicultores pretendem persuadir a população e o Estado de que há uma crise regional com os limites temporais, territoriais e consubstanciais ditos por eles, uma crise regional e de todos, com o intuito de obter algo e continuar a dominar o território outrora conquistado; e que a irrupção desse discurso se dá com o rompimento da forma costumeira de intervenção do Estado nos momentos de crise.

Para alcançar o proposto:

- a) promovemos discussão teórico-metodológica sobre os conceitos de território e região para demonstrar o uso que um grupo de poder faz da região para continuar a comandar o território;
- b) trabalhamos com a possibilidade de termos na contemporaneidade o "e-território", por meio da análise de uma lista de discussão dos cacauicultores via internet e as articulações deste com o território real;
- c) fizemos a contextualização histórico-geográfica da região cacaueira com base nas principais temáticas levantadas pelos falares dos cacauicultores sobre a crise cacaueira na Lista do Cacau;
- d) fizemos a análise do discurso dos cacauicultores e trabalhadores, sobre a crise regional, tendo como referência teórico-metodológica a análise dos mecanismos externos de exclusão dos dizeres e as diversas formas de relações de poder, segundo Foucault (1979, 2008a, 2008b, 2009), na constituição, consubstancialização e institucionalização do território-região cacaueira;
- e) demonstramos, por meio do discurso, os mecanismos de poder e resistência utilizados pelos cacauicultores para continuar a dominar a região como território deles e para eles, pelo uso da crise como se fosse de todos para fazer frente ao poder do Estado;
- f) demonstramos que as políticas públicas de combate à concentração da terra, da renda e inclusão social precária, mexeram com o domínio dos cacauicultores sobre três trunfos: a propriedade e uso da terra, o trabalho e o cacau. Além disso, desencadearam outras formas de pensar o desenvolvimento regional, inclusive por segmentos dos próprios cacauicultores, saindo do ciclo da "mono-inteligência", aquele voltado exclusivamente para o *commodity* cacau.

Para anunciar suas verdades sobre a crise regional, os cacauicultores utilizam-se de diversos meios. Sentindo-se abandonados pelo Estado, os cacauicultores passaram a falar sobre a crise da região cacaueira do Sul da Bahia, cujos relatos constam da Lista de Discussão – Lista do Cacau <cacau-l@listas.unicamp.br>; do site Mercado do Cacau, <www.mercadodocacau.com.br>; colunas opinativas e vídeos produzidos pela TV Mercado; do Canal Rural – <www.ruralbr.com.br>, pelo programa Mercado e Companhia; produção e

divulgação de um documentário intitulado “O nó - ato humano deliberado”, criação de um *blog* – <<http://documentarioono.blogspot.com.br/>> sobre a divulgação do documentário “O nó”. Enfim, divulgação de seus anseios pela televisão e na rede mundial de computadores – sites, *blogs*, *youtube*, programas de TV *on-line*, entre outros canais que lhes são abertos, formando um *grupo discursivo* sobre a crise.

Os cacauicultores foram construindo uma crise da região cacaueira da Bahia, que assim se mantém, utilizando-se de vários gêneros orais e textuais como relatos da experiência sobre a crise da região cacaueira, produção de livros, entrevistas, matérias, reportagens, crônicas sociais, artigos de opinião, exposição oral em seminários, encontros, *workshops* e festivais de cinema e de chocolate.

Ressaltamos que a construção dos objetivos deste trabalho não se fez de forma linear e nem baseada em uma hipótese preliminar. Foi no processo de análise do discurso que encontramos as condições para a irrupção daquelas falas. daquelas e não outras. Dito de outro modo: se o Estado tivesse atendido prontamente às reivindicações dos cacauicultores como no passado, teríamos outro discurso e não o que estamos analisando.

Para a construção dessa tese, partimos do senso comum para uma investigação mais aprofundada. Inicialmente, o que nos intrigou, provocou, foi o uso da crise da região cacaueira como instrumento para se obter algo e justificar várias coisas: teses, projetos de pesquisa, criação de instituições, solicitações de financiamentos, movimentos sociais, filmes, programas de rádio, páginas na internet, lista de discussão virtual, documentários, artigos científicos. Certos dizeres sobre a crise cacaueira concretizando-se em documentos com potência de verdade, porque reconhecidos socialmente, tornando-se práticas na construção da região cacaueira em crise.

Diante da aparente solidez da crise falada pelos cacauicultores², colocá-la em suspensão, desvendar suas construções e intencionalidades denotava até estupidez de forasteiro, politicamente e geograficamente insignificantes, nada que justificasse uma pesquisa. A crise era óbvia, autoevidente na paisagem da região cacaueira da Bahia e nos falares hegemônicos. Questioná-la resultava em achincalhamentos: vocês não conhecem a crise cacaueira? Não estão vendo?

2 E não crise do cacau, como denominam, porque cacau não tem sentimentos, não sabe o que é um momento decisivo, situação conflitiva, momento de indecisão diante de uma mudança súbita, uma ruptura naquilo que mentalmente já estava programado, previsível para acontecer.

Procurávamos na paisagem – incluindo aí a população – os rastros da propalada riqueza de outrora e da crise. Percebia-se, por um lado, verdadeiras incrustações arquitetônicas (nas fazendas e nas cidades) num lugar onde havia Mata Atlântica; construções luxuosas, suntuosas, parecendo estar fora do lugar-tempo e, por outro lado, muita pobreza, para além da ausência visível de bens materiais da maioria. Perguntávamos: são esses os resquícios da propalada riqueza de outrora? São esses os aspectos visíveis, os rastros dos tempos áureos? É esse tipo de riqueza que querem conservar e reproduzir indefinidamente? A região – composta por todas as pessoas que aí vivem – ainda está em crise?

Para nós havia incongruência entre os falares que apontavam para a existência de um tempo de bonança regional, seguida de uma crise sem precedente decorrente da omissão do Estado em resolvê-la e o que se via na paisagem. E que até hoje os cacauicultores – “guerreiros e ilibados” – estavam lutando contra o Estado para retornar aos tempos de outrora. Deste modo, o que se impunha de maneira discursiva como evidente – a crise atual da região cacauqueira da Bahia – foi colocada em suspenso.

E vieram muitas perguntas: quem fala sobre a crise regional? Como falam? De onde falam? Em nome de quem falam? Falam de quê? Em quais momentos falam? Para quem falam? Utilizam-se de quais meios? Com quais estratégias? Quais são e a quem se destinam as ordens imperativas naquilo que falam? Quais são e a quem se destinam os efeitos esperados? Quais os interesses em relação à prevalência e repetição de certos dizeres sobre a crise? Quais são as mediações espaciais sobre a crise?

Os cacauicultores delimitaram temporalmente a crise tendo como início o ano de 1989 e ainda não colocaram ponto final nela. Por que esse recorte temporal e não outro? Todos, nesta região, estão em crise há mais de 20 anos? Por que preservar, repetir por tanto tempo o falatório sobre a crise? Que falatório é esse? A quem interessa isto? Nos discursos sobre a crise, quem a delimita temporalmente, enuncia, nomeia, descreve, explica seu acontecimento, quem conta seus desenvolvimentos nestes últimos 20 anos, indica suas correlações, articula em seu nome? Nestes dizeres, que outros estão subjacentes e silenciados? Como intercambiam, tecem discursos e ações sobre a crise no recorte território-região cacauqueira? Do falatório disperso, o que é alinhavado para a construção de um território-região em crise?

A partir destas inquirições aos materiais discursivos utilizados nessa pesquisa, identificamos o que estava em crise, quem estava em crise e quais os recortes temporais, espaciais e consubstanciais de determinada crise regional. São estas perguntas e suas variáveis que utilizamos para inquirir nosso material de pesquisa, tendo como referência o território como *locus* de poder.

Partimos do pressuposto que se construiu, em mais de 20 anos, um grupo discursivo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010) da crise ou uma formação discursiva, no dizer de Foucault (2008). Neste grupo, a crise é irrompida e fortemente iluminada, destacada por um grupo de poder, tratada como se fosse autocapaz de indicar suas causas, consequências, indicar superações, da maneira que um grupo de poder – os cacauicultores – faz-diz. A crise, no entanto, não fala. A crise é falada, ouvida, repetida e feita continuamente.

Ressaltamos que os focos de luminosidade sobre a crise falada pelos cacauicultores variam com o tempo, pelas releituras do passado, desde as experiências e demandas do presente. Alguns focos foram abandonados, outros ignorados, outros emergidos, tirados da zona de opacidade em determinado tempo. E assim, neste movimento luze-luzes³ – apagar e acender de luzes – o território-região também se transformou. Deve-se considerar também que não existe somente este grupo de poder dizendo e fazendo a região. Existem concomitantemente outros dizeres-fazeres que se irrompem em diferentes escalas, outros que resistem e, nesta luta pela hegemonia dos dizeres/fazeres, uns ganham, outros perdem. E o território-região cacauieira vai continuamente se fazendo.

Para obter respostas às nossas inquirições, optamos por analisar os discursos dos cacauicultores e dos trabalhadores – dois segmentos sociais diretamente afetados pela crise – e, ao mesmo tempo, sobrepor estes dizeres-fazeres sobre a crise aos dados cartografáveis que poderiam dar indícios da ruptura do Estado em relação aos cacauicultores e sua reverberação no comportamento da população. Relacionar assim a crise concebida, passível de ser colocada em um programa matemático-estatístico, com a crise falada, potencializada por sentimentos e emoções, e sua relação com a produção do espaço geográfico.

Não nos interessamos pela crise mensurada pela variação do preço do cacau no mercado mundial, das oscilações da demanda pelo produto cacau; tampouco no

3 Luze-luze – popular - o mesmo que pirilampo. Sentido figurado, utilizado para dizer apagar e acender das luzes.

aumento ou queda da produtividade do cacau ou nos problemas de ordem fitossanitária, climática, fisiológica. Pretendíamos desvendar quais as conveniências daqueles discursos, identificar em suas sincronias e assincronias os meios utilizados para se chegar ao um determinado fim, saber quais eram as finalidades e como estas se tornavam produção do espaço (LEFEBVRE, 1992).

A prevalência de determinada acepção da palavra região e as manifestações de apropriações territoriais encontradas nos materiais discursivos sobre a crise nos encaminharam para trabalhar os conceitos de território e região. Ao separar as correspondências eletrônicas da Lista do Cacau⁴ por pastas temáticas, as problemáticas relacionadas com a crise falada pelos cacaucultores foram se revelando por meio da repetição regular de anunciados, formando um conjunto ou grupo, que com a análise foram se mostrando de difícil descrição e com objetos de preocupações inconstantes, na medida em que variavam suas práticas e seus anúncios de verdades. Lendo as correspondências eletrônicas e atentando-se aos termos região cacaueira (e suas variações denominativas: Região Sul Baiana, Microrregião Ilhéus-Itabuna, Litoral Sul da Bahia, Sul da Bahia...), nossos sentidos foram aguçados para o uso da região, do servi-se da região, da transmutação da crise dos cacaucultores à região, dos sentimentos de apego e revolta desses às mudanças territoriais que estão acontecendo. Daí trabalharmos território-região.

A palavra região está no domínio da prática social local (ROCHA, 2009), seja porque no linguajar comum as pessoas assumem a repartição geográfico-econômica feita pelo Estado da Bahia (Região Econômica do Litoral Sul da Bahia ou simplesmente Litoral Sul) (SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2011), por entidades de classes (Território da Cidadania Litoral Sul)⁵ ou pelo IBGE (Microrregião Ilhéus-Itabuna) (IBGE, 2011); seja a região falada como local de onde se rege o espaço e se vive. E a região tem seu processo de regionalismo correspondente, que, segundo Castro (1994, p. 164-165),

[...] é a expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões ou ao próprio Estado. Esse é um movimento político, porém vinculado à

4 Veja explicações sobre a Lista do Cacau na seção 3.

5 O território Litoral Sul da Bahia “[...] é composto por 26 municípios, com limites extremos em Marauá ao norte e Canavieiras ao sul. [...] é gerido por um conjunto de entidades ligadas aos trabalhadores, sociedade civil organizada e governo, que forma o GGE – Grupo Gestor Executivo” (TERRITÓRIO..., 2011).

identidade territorial. Se eliminarmos do conceito a idéia purista de defesa de interesses da 'região', percebemos que se trata, na realidade, de uma mobilização política em torno de questões e interesses de base regional, embora sua idéia-força possa ser, e quase sempre é, explicitada como defesa da sociedade regional.

No nosso caso, a análise do discurso dos cacauicultores demonstrou que há o regionalismo conforme Castro (1994), ou seja, falam como representantes dos interesses da sociedade regional. Entretanto, apelam à história de seus antepassados para extrair a legitimidade do apoderamento (real e imaginário), via tradição, para continuar a agir neste recorte espacial como território deles, desde o tempo dos desbravadores e dos coronéis do cacau. Não é só o falar em nome da região, é o sentimento de apropriação àquele território conquistado por seus familiares, sentirem-se ameaçados por outros grupos que despontam mediante a diminuição do vigor das ordens imperativas do poder até então hegemônicas.

Como disse um dos entrevistados:

Eles [coronéis] fechavam muito também. Tudo era fechado entre eles. [...] Que tudo era fechado para os coronéis. Circulava tudo entre eles, o que era bom era pra eles, política era deles. Então, não conseguia entrar outra pessoa de fora para vim querer investir ou ampliar alguma coisa aqui dentro da região (Entrevistado nº 18, 31/03/2011).

Em decorrência do exercício deste poder, mesmo com o fim do coronelismo oficial, os cacauicultores tiveram condições de agir quase que soberanamente sobre o território e sua população, ditando suas leis e regras (ROCHA, 2009). Só para exemplificar a corporificação deste poder, com o dinheiro arrecadado pela CEPLAC ao reter 10% do cacau exportado pelos cacauicultores do Sul da Bahia,

[...] abrimos estradas, construímos hospitais, fizemos aqui a Universidade Estadual de Santa Cruz. Isso foi feito com recurso da CEPLAC. O porto internacional do cacau foi feito com recurso da CEPLAC. Vários [...] Estradas vicinais foram feitas com recursos da CEPLAC. Hospitais. [...] Eletrificação (Entrevistado nº 1, 23/03/2011).

Chegaram inclusive a pensar em criar o Estado de Santa Cruz (NEVES, 2006), o que alude à independência financeira que os cacauicultores tinham em relação ao Estado.

Como o uso dos conceitos de território e de região, na Geografia, não acontece de forma contínua, linear, consensual e pode remeter a diferentes acepções, buscamos em vários autores aqueles conceitos mais estreitamente ligados ao entendimento de região como instrumento de poder e resistência, ou mais relacionados com sua origem etimológica como domínio, comando, lugar de onde se rege o espaço. Neste trabalho começamos por definir os conceitos de território e de região adotados e explicando porque utilizamos, nesta pesquisa, o termo território-região.

Antecipadamente podemos dizer que não vamos trabalhar aqui o território como extensão onde o Estado-nação exerce o seu poder, mas como *locus* de poder de um grupo social, político, econômico e cultural, para fazer frente ao Estado ou se aliar a ele, de acordo com os objetivos e circunstâncias. É um grupo que quer preservar seus trunfos: o domínio sobre a terra, o trabalho e o cacau como fontes de obtenção de riquezas.

Aceitamos, portanto, que o poder não é exclusividade do Estado, mas um campo de forças capaz de delimitar um espaço e ali estabelecer mecanismos de domínio, mesmo que na relação entre o Estado e os cacauicultores haja um poder assimétrico, o lado mais forte pendendo para o Estado. Afinal, como diz Foucault (1976, p. 127), “[...] onde há poder há resistência” e se o Estado é a organização máxima do poder, resistências acontecerão.

Então, o território será entendido como “substrato referencial” de relações de poder, que tem um referencial espacial concreto, resulta em apropriações reais e sentimentais, e pode dar-se também virtualmente, eletronicamente, constituindo-se no “e-território”, interconectado com o território real, sendo também real. Quanto à região, recorreremos a Haesbaert para trabalhá-la como artefato, “[...] tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política” (HAESBAERT, 2010b, p. 109).

Se por um lado os cacauicultores encontraram diversos meios e gêneros para divulgar suas aflições e estabelecer estratégias para obter legitimidade moral e legal na defesa de seus interesses, por outro, quanto aos trabalhadores, temos o silêncio. Assim, o mais precioso material de análise sobre a crise dita-feita pelos trabalhadores do cacau é o seu silêncio, a ausência de suas falas. E uma crise não falada é uma crise não ouvida, não repetida, não prolongada temporalmente pelos documentos, não subjetivada. Inexistente?

Temos aqui o silenciamento dos trabalhadores promovido por diversos procedimentos de exclusão (FOUCAULT, 2009), dentre eles o de distinção, separação e rejeição, em que na relação com os cacauicultores se encontram na parte rejeitada, sem o uso do direito à própria voz. Nesta posição social, a crise falada por estes não possui as mesmas consubstanciações da dos cacauicultores e prevalece no silêncio.

Falam em seu nome, mas poucos lhes ouvimos nas corporações materiais discursivas usadas por nós. Exemplos: “[...] houve um desemprego na região. Falam em torno de 150 mil ficaram desempregados, uns dizem 250, outros 150, outros 90. Então eu fico na média de 150 [mil] desempregados” (Entrevistado nº 1, 23/03/2011).
Ou:

Você disse: as pessoas ficaram desempregadas. Elas já eram desempregadas! Elas não ficaram, elas já eram. Simplesmente elas já não têm onde comer! Antigamente elas eram arrimos. ‘Oh! Coronel, dá pra ficar aqui na sua fazenda, e tal, ajudar na colheita, eu vou...’. ‘Fique ali naquela casinha meu filho. Construa um negocinho aí e vá trabalhar’. Era assim que funcionava (Entrevistado nº 2, 23/03/2011).

Para ilustrar esse silenciamento, recorreremos ao levantamento das manchetes feito por Rocha (2006) junto aos principais jornais regionais, sobre a crise na região durante o ano de 1989, quando da introdução da vassoura-de-bruxa. Não há qualquer menção ao flagelo dos trabalhadores, como propagam os cacauicultores, quando utilizam o desemprego como moeda de barganha com o Estado: faça o que queremos e daremos emprego, renda e divisas.

As manchetes voltam-se para a doença do cacau e não colocam sob holofotes preocupações com o desempregados ou futuros desempregados. O mesmo ocorre na Lista do Cacau, em que o desemprego inicial de grande número de trabalhadores é lembrado nos momentos reivindicatórios. Sendo assim, para obtermos as falas dos trabalhadores sobre a crise tivemos que entrevistá-los e recorrer aos documentários “Os magníficos”, “O nó – ato humano deliberado”, e às reportagens “A saga do cacau” e “SBT Repórter”.

Vê-se que o território-região se constitui como relações políticas e os discursos tanto são, como instituem também as repartições espaciais, vistas muitas vezes como diferenciações naturalizadas. E aqui não estamos nos referindo aos

elementos da natureza, mas à naturalização dos processos políticos de produção do espaço e que cabe a nós, estudiosos do espaço, desvendá-los, mostrar os campos de forças em seus movimentos de empurra-empurra, todos querendo comandar, direcionar os caminhos do espaço, eminentemente social, histórico e inerente aos seres humanos.

O território-região em questão, obviamente, não é exclusivo de um grupo, fechado, mas local de multiterritorialidades, fluxo de contradições, de disputas, conflitos, assincronias próprias de sua existência histórico-política e geográfica. É exatamente por isto que os cacauicultores que tinham este território-região quase que exclusivamente como seu/sua, ou seja, seu poder era hegemônico (ou quase, porque sofreriam resistências e a introdução criminosa da vassoura-de-bruxa pode ser um exemplo), hoje se defrontam com um mosaico de grupos que ululam e lutam por seu quinhão de poder: índios, quilombolas, sem-terra, ambientalistas, multinacionais, empresários, forasteiros, “outros” que disputam dizeres e fazeres.

Este grupo – o dos cacauicultores – ainda tem certa coesão, luta por manter o poder de decisão e mando; goza de reputação e tenta definir em suas práticas e dizeres os mecanismos para marcar o território um dia conquistado, defini-lo como local da produção de riqueza. Possuem informações, conhecimentos e acesso aos meios de divulgação, capazes de produzir determinados “efeitos de verdade” na população regional. Tentam – mesmo que não consigam – fazer com que a população, supondo ter acessado um conhecimento informado sobre a crise, seja persuadida a agir de modo a possibilitar que os cacauicultores atinjam seus interesses. É o uso de certa acepção de região para atingir e comandar o território.

1.2 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Enunciados, formações discursivas, grupos discursivos, discursos... nos dão indícios das fontes teórico-metodológicas de nosso trabalho. Assim, para analisarmos os discursos sobre a crise cacauceira no território-região em destaque, recorreremos a Foucault (1979, 2008a, 2008b, 2009). Esclarecemos que não usamos

a análise do discurso em Foucault *ipsis litteris*, senão como apropriação, orientação no entendimento das relações de poder na constituição, domínio, manutenção do território-região cacauera da Bahia: “Porque a análise de Foucault sobre a questão do poder é o resultado de investigações delimitadas, circunscritas, com objetos bem demarcados” (MACHADO, 1979, p. XVI), e não uma teoria geral, globalizante, sobre o poder. Em todas as relações sociais há poder, no entanto não há mecanismos únicos de poder para todas as relações. Elas são específicas em determinado tempo, lugar, e acontecem em escalas geográficas variadas.

Para análise das conexões entre as formações discursivas dos cacauicultores (empregadores, proprietários, arrendatários, membros de entidades de classe dos cacauicultores) e dos trabalhadores (empregados do setor público e privado que tiveram suas vidas ligadas à crise cacauera, parceiros, meeiros, pequenos proprietários, ex-trabalhadores das fazendas de cacau e membros de entidades de classe dos trabalhadores) e o território-região, utilizamos uma multiplicidade de materiais, documentos de análise do discurso.

Tomamos a produção de material pelos cacauicultores como discursos tornados matérias. Estes documentos não são apenas retenções de memórias, são também parte da construção do presente e projeção do futuro regional. São os dizeres sobre o passado apropriados socialmente e reditos, tornados ação e transformação nos percursos da vida presente e indicativos do futuro. Portanto, estes documentos não são rastros inertes, objetos sem contexto das coisas deixadas no passado, mas são elementos, energias constituintes do próprio território-região.

O estabelecimento dos materiais discursivos analisados partiu dos seguintes critérios:

a) *Lista de discussão Lista do Cacau* – a lista de discussão denominada Lista do Cacau foi escolhida porque é uma valiosa fonte de pesquisa sobre a crise da região cacauera da Bahia, pois nela os cacauicultores falam sua crise sem a possível indução da inquirição do pesquisador, dando maior autenticidade as suas expressões. Além disso, a Lista do Cacau é pública em dois sentidos: no sentido que é aberta ao público, elaborada diante de mais de 1.200 pessoas, que, por sua vez, reproduzem em reportagens, matérias, artigos, teses o que é debatido ali; e público no sentido jurídico da dicotomia esfera pública e esfera privada (BOBBIO, 2012), ou seja, a Lista do Cacau é de interesse público por seus objetivos e porque

está “hospedada” na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e administrada por um professor, na condição de funcionário público, da referida instituição. Portanto, poderíamos usá-la livremente como fonte de pesquisa. Utilizamos 1.048 mensagens eletrônicas, separadas em 4 pastas intituladas “Crime da vassoura-de-bruxa” (301 mensagens), “Movimento 26 de Março” (241 mensagens) “Trabalho e trabalhadores” (158 mensagens), e “Questão agrária” (348 mensagens).

b) *Site da Associação dos Produtores de Cacau (APC)* – buscamos neste site a ficha de inscrição dos associados para construir o quadro com alguns elementos identitários dos listeiros citados ao longo da tese. A ficha dos inscritos na APC é composta pelo nome, endereço eletrônico, telefone e município de moradia do associado.

c) *Site do Mercado do Cacau* – o objetivo deste site é “[...] difundir as práticas do agronegócio e transações ligadas diretamente ao mercado do cacau” (MERCADO..., 2012). Nele encontramos a TV Web, denominada TV Mercado, em que os representantes das principais entidades de classe dos cacauicultores, como a APC e o Instituto Pensar Cacau (IPC) são entrevistados ou são feitas matérias sobre as ações das referidas instituições. Neste portal são feitas reportagens sobre os problemas e soluções da cacauicultura em geral, mas principalmente local. Falam neste portal o representante da Câmara Setorial do Cacau, os membros da Organização Não-Governamental (ONG) Instituto Cabruca (IC), o Secretário da agricultura do Estado da Bahia, Eduardo Salles, advogados, pesquisadores, enfim, pessoas com status para falar em nome dos interesses dos cacauicultores. Acrescenta-se que muitos listeiros são entrevistados neste site serve-se da Lista do Cacau para divulgar a programação e mesmo pautar suas atividades jornalísticas. Há também uma coluna feita por listeiros que postam artigos opinativos, inclusive sobre a crise da região cacaueira.

d) *Documentários “Os Magníficos” e “O nó – ato humano deliberado”* – o primeiro documentário relata a ascensão e decadência dos produtores de cacau e aponta saídas para a crise dita regional, inclusive o uso pelos cacauicultores da parceria agrícola “[...] para tentar atravessar esse momento de dificuldade” (TAVARES, 2009). Já o segundo foi concebido e realizado durante a confecção desta tese e, segundo o mesmo,

[...] aborda o fato histórico [introdução da vassoura-de-bruxa na região] a partir dos relatos dos depoentes e do conteúdo de documentos oficiais, revelando uma realidade bem diferente daquela que por muito tempo vem alimentando o imaginário popular (DOCUMENTÁRIO O NÓ, 2012).

Foram escolhidos porque apresentam visões diferentes sobre a crise da região cacauera. “Os Magníficos” teve a direção e roteiro feitos por Bernard Attal, a produção é da Ondina Filmes e a realização é do Programa de Fomento à Produção e Teledifusão ao Documentário Brasileiro (DOCTV), do Ministério da Cultura, com parceria do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (Irdeb). Foi intensamente debatido na Lista do Cacau por contrariar a crise que os cacauicultores querem e divulgam.

“O nó” foi dirigido, roteirizado e financiado em 70% por Dílson Araújo, historiador do município de Ipiaú-BA. Parte foi financiada e divulgada pelo IPC, que fez campanhas de arrecadação de dinheiro por meio da Lista do Cacau para financiar a produção e divulgação do filme. Está sendo usado pelos cacauicultores para denunciar o crime da vassoura-de-bruxa e “[...] o fracasso da intervenção do Estado brasileiro” (DOCUMENTÁRIO O NÓ, 2012) na resolução da crise.

Trata-se de uma síntese do grupo discursivo da crise publicada pelos cacauicultores: na introdução do documentário é simulada a fala de uma bruxa debochando com a versão de que a vassoura-de-bruxa empobreceu os proprietários das fazendas de cacau e libertou os trabalhadores para irem para as cidades; apresentam uma série de infortúnios atribuídos às consequências do bioterrorismo; explicam a forma de atuação do fungo e descrevem como era a região antes do crime; atribuem à Ceplac a não recuperação da produtividade dos cacauais com o PRLC; falam das dívidas espúrias contraídas para atender ao PRLC; apontam que houve falhas em relação à biossegurança e no combate dos problemas posteriores a implantação e disseminação criminosa da doença nos cacauais; denunciam o bioterrorismo praticado por funcionários da Ceplac; concluem com o arrolamento dos infortúnios atribuídos ao crime da vassoura-de-bruxa.

Apropriamos-nos das falas de alguns depoentes por meio de citações ao longo desse trabalho, construímos quadros com a identificação dos depoentes “autorizados” a falar a crise segundo a concepção dos cacauicultores e destacamos as falas dos trabalhadores na forma de citações.

e) *Reportagem feita pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) – "SBT REPÓRTER" (1998)* – esta reportagem foi escolhida porque apresenta uma visão sobre a crise da região cacauífera sem a intermediação dos cacauicultores. Na reportagem, a jornalista Neide Duarte recortou temporalmente a crise na década de 1990, a dividiu em ascensão dos cacauicultores, crise e desmatamento da Mata Atlântica. A partir da reportagem, fizemos um quadro com a identificação das pessoas que falam da crise regional, dando destaques às falas dos trabalhadores na forma de quadro, citações e análises.

f) *Série de reportagens "A saga do cacau" (2005)* – série de reportagens feitas pela TV Santa Cruz, cujos objetivos são fazer uma "[...] uma viagem histórica sobre os caminhos do cacau" (MANCINI, 2005) e mostrar "[...] como o fruto do ouro do Sul da Bahia gerou riquezas, viveu grandes crises e ultrapassou as fronteiras do Brasil." (MANCINI, 2005). As sucessivas crises de lucratividade do mercado do cacau não são os destaques, mas principalmente a qualidade do cacau brasileiro no mercado internacional. Dessa série de reportagens fizemos um quadro identificando os que falam sobre o cacau regional e destacamos as falas dos trabalhadores na forma de citações.

g) *Entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas, gravadas e transcritas com os cacauicultores e trabalhadores do cacau* – quando iniciamos esta pesquisa, em 2009, não sabíamos da dimensão que a Lista do Cacau tomaria nem como fonte, nem como reflexão sobre território e ciberativismo. Então, em um primeiro momento, a base da pesquisa seriam as entrevistas com os cacauicultores e trabalhadores do cacau, com o intuito de descobrir o que foi/é a crise da região cacauífera para ambos. No percurso da pesquisa, a Lista do Cacau foi ganhando corpo, tornando-se, ao longo da caminhada, a principal fonte de investigação, informações e reflexões. Entretanto, não abandonamos as entrevistas porque percebemos algumas diferenças entre o que os cacauicultores relatavam na Lista do Cacau e fora dela. Além disso, não tínhamos muito material sobre a crise falada pelos trabalhadores, nem dos funcionários da Ceplac, e, neste sentido, as entrevistas foram fundamentais. Entrevistamos 11 cacauicultores e 23 trabalhadores. Das entrevistas extraímos material para a construção de tabelas e quadros, bem como citações longas para demonstrar os discursos.

h) *Coleta de dados em sites especializados* – para representar a crise da região cacauífera pelos quadros, tabelas e mapas, consultamos o banco de dados dos sites do Ipeadata (Banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)) ,

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SIEESE), Banco Central do Brasil (BCB), Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A escolha destes sites ou portais se deram pelo seu reconhecimento social e confiabilidade científica em seus dados. Utilizamos esse material para confirmar, negar ou apresentar outra perspectiva sobre a crise comparativamente à crise ditada pelos cacauicultores.

i) *Referências bibliográficas* – distinguimos as pesquisas bibliográficas em específicas sobre a região cacaueira do Sul da Bahia e gerais, referentes aos conceitos de território e região, análise do discurso e relações de poder.

Dividimos nosso trabalho em mais seis seções e as conclusões, conforme apresentamos a seguir.

Na seção 2, intitulada "Caminhos da pesquisa: percursos teórico-metodológicos", demonstramos o uso de diversas acepções de região usadas pelos cacauicultores e trabalhadores para falar a crise regional e atingir seus objetivos. Nos materiais discursivos utilizados por nós, a região cacaueira da Bahia é falada de diversas formas, includentes-excludentes das diversas acepções que assume a palavra região na Geografia e na sua apropriação no senso comum.

Em primeiro lugar a concepção de região predominante é a de território consubstanciado pela ocorrência de fenômenos históricos, sociais, culturais e políticos, um espaço com extensões e limites onde esses fenômenos acontecem: território-região "civilizado" pelos desbravadores, produção cacaueira determinante da ocupação territorial, local onde vive uma população cuja identidade se confunde com a história da própria região, manifestação de uma determinada cultura ou "civilização do cacau"⁶, referência locacional e de distinção identitária (a pessoa é da região, mora na região, entra e sai da região), local de inspiração para os romances de Jorge Amado, onde se deu o crime da vassoura-de-bruxa e acoplamento de suas consequências.

6 Expressão retirada de Adonias Filho. **Sul da Bahia**: chão de cacau (uma civilização regional). 2^a ed., Rio de Janeiro/Brasília, 1978, Civilização Brasileira/INL.

Em segundo lugar, a região é um recorte territorial que desperta apropriações sentimentais (sua, minha, nossa região). Trata-se de uma apropriação real e/ou simbólica, lugar de reprodução da vida, construtor de identidade, território referencial de onde se constrói diferenciações, hierarquizações, tentativas de tornar hegemônica uma multiplicidade de interesses.

Em terceiro lugar, como estratégia do poder local, a região é falada como entidade. A região adquire voz, fala em seu próprio nome, auto atribui conteúdo. Sendo assim, sofre transubstanciação simbólica dos infortúnios de um grupo de poder – era rica, ficou pobre; sofre, está endividada; está em crise, precisa de líderes; e que o Estado a salve, não precisa da reforma agrária e assim por diante. Dessa maneira, os cacauicultores falam e agem em seu nome, representam todos que nela vivem, mascarando as multiplicidades e imbuindo suas ações de alto valor moral – a luta pelo bem comum –, o que, por sua vez, revigora os próprios falantes e a região. Na medida em que suas reivindicações por exclusividade de tratamento discursivamente se destinam a atender as necessidades do território da região cacauieira, há a delimitação desse território, se inclui uma população como defensora da causa e os interesses de um grupo de poder são expandidos para todos.

Em quarto e último lugar, surge a região como uma evidência paisagística calcada nos seus aspectos naturais, uma região natural com expressões marcadas principalmente pela Mata Atlântica, clima quente e úmido, relevo acidentado; banhada pelos rios Almada, Cachoeira e Colônia.

Falada como “[...] espaço de relações sociais mais imediatas e da identidade cultural” (CASTRO, 1992, p. 33), pensada e levada a efeito, a região vai assumindo especificidades funcionais e suas expressões tidas como particularidades paisagísticas. Estrategicamente os cacauicultores e, em parte, os trabalhadores (com objetivos distintos), criam e apropriam-se dessas diversas acepções de região para fazer frente aos processos que os ameaçam. Há, assim, uma superposição do território à região e vice-versa, fenômeno que acontecem simultaneamente no mesmo substrato territorial de referência.

Por isso, nesta seção, apresentamos uma explanação sobre os conceitos de região e território. Apontamos a proposta de trabalhar, nesta tese, território e região como pares articulados, fenômenos espaciais que acontecem simultaneamente no

mesmo substrato referencial e explicamos os procedimentos metodológicos a partir dessa abordagem.

Para orientar a leitura do imbróglgio que é o caminho do conceito de região, organizamos nosso texto seguindo ordem cronológica dos acontecimentos – cientes de sua inoperabilidade prática –; apontamos as variantes analíticas e alguns dos pensadores que ganharam maior notoriedade em cada corrente do pensamento predominante em certo tempo. Quanto aos caminhos do conceito de território, procuramos abordá-los de acordo com a retomada de sua discussão na década de 1980, não só centrado na ideia de território relacionado ao Estado-nação, mas como um recorte espacial com extensões, limites e consubstanciações, onde se dão as relações de poder para tê-lo ou mantê-lo, diante de ameaças internas e externas ao domínio por um grupo de poder.

Concluída esta parte, expomos os passos da pesquisa: identificação dos sujeitos (entrevistados e listeiros), descrição do processo de coleta e análise dos dados, dos materiais e fundamentos teórico-metodológicos.

Como a principal fonte de pesquisa deste trabalho são as correspondências eletrônicas provenientes da Lista do Cacau e seu uso ainda não é comum às análises geográficas, construímos a seção 3, que denominamos de "Caminhos virtuais: a Lista do Cacau e a realidade virtual na análise do território-região cacauera da Bahia", com o intuito de entender a conexão entre o que ocorre virtualmente e sua correspondência no território-região em referência.

Quando nos deparamos com algo novo, sem a construção social de qualquer imagem mental precedente, costumamos recorrer a palavras e imagens já fixadas pela repetição social, uma representação conhecida para nos expressar. É assim no caso da rede usada como metáfora por vários autores (CASTELLS, 1999; HAESBAERT, 2010a; LÉVY, 1999, RAFFESTIN, 1993, etc.), para explicar os fluxos e conexões entre os lugares possibilitados pelos meios de transportes e comunicação, principalmente a internet - "interconexão mundial de computadores" (LÉVY, 1999).

Construímos processos (e nos imbuímos dos mesmos) de aligeiramentos, do fazer, agir, pensar na "modernidade líquida" (BAUMAN, 2005), o que, por sua vez, se expressa em novas formas de pensar-agir socialmente, inclusive (como não poderia deixar de ser) no que se refere às repartições espaciais, como é o caso do território-região cacauera.

A rede é um dos elementos constituintes do território, tornando o "território-zona tradicional" (HAESBAERT, 2007b) mais poroso, sujeito a mudanças ao adquirir novos componentes materiais e imateriais, de longe e de perto. Suas linhas são análogas aos dutos pelos quais correm os fluxos de pessoas, mercadorias, conhecimentos, informações, ordens. Enfim, diversas interconexões entre os lugares.

As interconexões em redes, que podem ocorrer simultaneamente em um mesmo território-região, trazem-levam continuamente concepções têmpero-espaciais, valores, formas diferentes de produzir, consumir, colocando-nos desafios para refletir sobre as novas possibilidades de relações sócio-espaciais. Também novas formas de pensar-agir quanto aos recortes territoriais, havendo, inclusive, a vivência de territórios virtuais (FRAGOSO; REBS; BARTH, 2010), que nós denominamos de "e-territórios", onde pessoas com referenciais históricos, interesses, projetos, construções de identidades comuns se encontram virtualmente e exercem suas territorialidades, no que Lévy (1999) chama de ciberespaço.

Tendo o território-região cacaueteira como substrato de referência para as discussões em rede, os cacauicultores constroem suas territorialidades e ao mesmo tempo exercem uma territorialidade no "e-território", naquilo que: "Existe em potência e não em ato, existe sem estar presente", como afirma Lévy (1999, p. 74). O que nos obriga a incorporar relacionamentos entre as pessoas e os recortes espaciais por meio da construção de imagens mentais, sem referência com algo concreto. Ao mesmo tempo, não devemos ignorar que o que se passa em nível virtual, pode ter suas correspondências no território-região. Os falares sobre o território-região cacaueteira provenientes da Lista do Cacau podem vir de listeiros de qualquer local (Salvador, Rio de Janeiro, Brasília), mas com temáticas centradas em interesses no território cacaueteiro.

A existência desse ciberespaço pode nos enganar, nos levar a construir a ideia de um espaço paralelo, virtual, acima das nossas cabeças. Essa seria uma das evocações mentais mais fáceis, porém estaria longe do esboço, da representação aproximada, do que é a intrincada relação entre esse ciberespaço, nada paralelo, e o território, pois o que acontece em um é indissociável do outro. Primeiro: a construção dessa realidade virtual não é alienígena, fora da sociedade humana, ou seja, é construída permanentemente por nós, de acordo com as possibilidades técnico-científicas de um tempo histórico (LÉVY, 1999). Segundo: o que acontece

em um é imediatamente movimento no outro, "[...] como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel [...]" (HAESBAERT, 2010a, p. 286). É nessa perspectiva que enfocamos a rede de comunicação denominada Lista do Cacau e a relação com o território-região cacaueira da Bahia. Assim, nesta seção, explicamos o que é uma lista de discussão, apresentamos a Lista do Cacau: um pouco sobre o início de sua formação, seu funcionamento e, em seguida, fizemos uma discussão sobre o "e-território" Lista do Cacau como realidade virtual integrante do território-região cacaueira da Bahia.

A seção 4 denominamos de "Os caminhos da região cacaueira da Bahia: luze-luzes de um território-região". Nela mostramos os caminhos de construção do território-região cacaueira, tendo como princípio norteador do texto as temáticas surgidas no "grupo discursivo" disponível na Lista do Cacau. Portanto, não se trata de uma escolha pessoal ou aleatória, mas direcionada para o esclarecimento das falas dos cacauicultores para o que foi içado do passado para dar sentido à formação do território-região e remeter à ideia de uma descrição despropositada, constante, verdadeira e linear no tempo-espaço. Enfim, não se pretendeu, nessa seção, fazer uma história-geografia regional, mas colocar sob os holofotes aquilo que os sujeitos dessa pesquisa nos trouxeram por meio dos diversos materiais pesquisados.

Centramos nossa atenção nos obstáculos que o território trouxe à instalação dos mecanismos de poder e nas artimanhas construídas para eliminá-los. Afinal a definição dos limites de uma região com suas extensões, denominações, singularidades não é um processo pacífico, simples recorte da Terra feito por pesquisadores/planejadores, manifestação autoevidente, construto mental ou vivência dos que a habitam. Trata-se do resultado de uma disputa, de uma luta ferrenha e sangrenta que tem como um dos resultados o amalgamar de discursos com tendência à homogeneização, excluindo tantos outros, obrigados a calar-se por serem interditados, impedidos de circular, desacreditados, diminuídos em seus valores, subjugados. Neste sentido, podemos dizer que a região é "botim de uma guerra": quem ganha a guerra a leva, recorta, lhe dá nome e voz, fala em seu nome, coloca todos em seu destino, define o passado e reconstrói permanentemente o seu futuro.

Desta maneira, circunscrevê-la, encorpá-la de conteúdos, nominá-la de Zona Fisiográfica Cacaueira ou simplesmente Zona Cacaueira na década de 1940 pelo IBGE

(LIMA, 2002) ou região cacauzeira na década de 1950 por Milton Santos (SANTOS, 1957), primeiras denominações que levam o apêndice da palavra cacauzeira à região, recortando assim o território regional, é a concretização, ápice, resultado de um campo de possibilidades estratégicas, em que os vencedores puderam fincar sua bandeira e dizer: é nossa! Para se chegar a isso, no entanto, jogos de relações foram estrategicamente construídos, procedimentos de exclusão foram criados e, para entendê-los, precisamos retroceder no tempo-espaço dessa região.

Como estamos trabalhando região e território de forma conjunta, vale dizer que o território, para consolidar-se, de acordo com determinada racionalidade e intencionalidade, precisa ser apropriado em dois sentidos: no sentido de propriedade, com ou sem seu correspondente jurídico, e no sentido simbólico, de apego sentimental, emocional, do bater os pés no chão e dizer: isto aqui é meu, me pertence! Eu sou daqui! E, por conseguinte dizer: isto aqui não é seu, não te pertence! Você não é daqui!

Para que esses dois processos se deem, é necessário identificar os obstáculos colocados pelo próprio território, identificar os problemas colocados por este para que os detentores do poder possam abrir caminhos, fincar seus tentáculos, dominar e fazer seu próprio território. Em outras palavras: é preciso acabar com as multiplicidades, “alisar as rugosidades”, acabar com aquilo que se coloca como obstáculo à apropriação. No caso do território-região cacauzeiro da Bahia, isso não é diferente. Enfim, tentamos tornar visível os mecanismos do poder para o domínio territorial e os focos de resistências.

A seção 4 é primordial para que possamos entender os diversos falares dos cacauicultores, analisados na seção 5 – “A ‘última’ crise da região cacauzeira sul baiana: novos caminhos e os nós discursivos nas tramas do poder local” – em que, finalmente, passamos a fazer a análise do discurso para entender o uso da crise da região cacauzeira para se obter algo. Nessa seção, trabalhamos especificamente com a crise cacauzeira falada pelos cacauicultores, em suas delimitações, periodizações, consubstanciações, principalmente por meio dos relatos da crise que constam na Lista do Cacau e das entrevistas realizadas por nós. Nestes relatos, aplicamos os indicativos de investigação e análise sobre o território apontados por Foucault (1979, 2008a, 2008b, 2009) e Raffestin (1993), em que identificamos o elemento aglutinador das diversas temáticas propaladas na Lista do Cacau: a ação do Estado que resultou no enfraquecimento do poder dos cacauicultores.

Segundo Raffestin (1993), o objetivo do poder é que as trocas não sejam equivalentes, pois o acúmulo de bens, serviços, poder, renda são os trunfos buscados. Pois bem, nesta seção descobrimos que os trunfos em jogo são: o disciplinamento do trabalho/trabalhadores, o cacau, a propriedade e uso da terra como fontes de riquezas. A diminuição do poder dos cacauicultores sobre esses trunfos, seja pela adoção efetiva de políticas públicas ou ausência proposital delas pelo Estado, provocou resistências. Pudemos finalmente descobrir as correlações, ordens, posições, transformações discursivas dos cacauicultores sobre a crise da região cacauífera da Bahia.

Isso nos remeteu a seção 6 – "A crise da microrregião Ilhéus-Itabuna: caminhos sombreados do trabalho e dos trabalhadores do cacau". Aqui procuramos, na coleta, organização, apresentação, análise e interpretação dos dados numéricos, conhecimento que nos auxiliasse a entender a crise regional na sua dimensão quantificável. Fomos buscar na região programada, aprisionada em uma representação cartográfica, político-administrativamente assumida, a articulação entre a crise regional falada e o concebido. Para isso, recorreremos a coleta de dados em três escalas geográficas de comparação: Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna com o intuito de captar a singularidade da crise regional.

Identificamos a mobilidade territorial e socioeconômica da população, bem como apontamos algumas políticas públicas realizadas pelo governo federal, que ampliaram as oportunidades e poder de decisão dos trabalhadores, contribuindo para a valorização da força de trabalho e a "escassez de trabalhadores" na atual conjuntura de retomada da produção cacauífera. Para isso, utilizamos os dados estatísticos secundários, de acordo com os sites e portais especificados anteriormente.

Analisamos 158 mensagens de *e-mail* (pasta intitulada "Trabalho e trabalhadores") enviadas para a Lista do Cacau no período de 02/05/2009 a 24/09/2010, em que os cacauicultores falaram sobre o trabalho e os trabalhadores. Nelas as preocupações voltaram-se principalmente para os custos de produção, a "escasses de trabalhadores" no momento da retomada da produção de cacau, as "malandragens" dos trabalhadores, como manter os trabalhadores nas fazendas e o uso da parceira agrícola como alternativa ao não pagamento dos direitos trabalhistas contidos na CLT.

Na prescrutação sobre a crise falada pelos trabalhadores utilizamos 23 entrevistas com os mesmos; os documentários "Os magníficos", "O nó – ato humano deliberado", uma série de reportagens intitulada "A saga do Cacau" e a reportagem do "SBT Repórter" sobre a crise cacaeira.

Na sequência, produzimos a seção 7, intitulada "A crise da microrregião Ilhéus-Itabuna: a questão da terra e a abertura para múltiplos caminhos regionais". A partir de 348 mensagens eletrônicas enviadas para a Lista do Cacau, confeccionamos um quadro com o título das mensagens e uma tabela com os principais enunciados sobre as relações estabelecidas pelos cacauicultores entre a crise cacaeira e a questão da propriedade e uso da terra no território-região.

Utilizamos os dados do IBGE (2006) sobre o número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área total (%) no Brasil, Bahia e microrregião Ilhéus-Itabuna, bem como os dados sobre os assentamentos de reforma agrária efetivos na microrregião. Demonstramos que para que os cacauicultores falem sobre o território-região e suas falas tornem-se atitudes na preservação do domínio territorial por eles, devem carregar algo a mais, que está fora do que foi dito, mas que deve ser reconhecido e subjetivado pelos que os ouvem. É necessário que tenham algo que gere deferência, que lhe confira status pelas pessoas no local aonde vivem ou pretendem influenciar. No que se refere à questão agrária regional, suas palavras devem soar como a de arautos contra os movimentos de luta pela terra, num jogo de interdições, separações e rejeições, mecanismos de determinação entre o verdadeiro ou falso, simulações, generalizações, esquecimentos ou lembranças içadas do passado, organizadas para dar sentido, em defesa da propriedade privada e do uso livre da terra.

No início da produção cacaeira, o principal elemento diferenciador, gerador de assimetrias sociais, econômicas, culturais e de uso do território, era ser possuidor de fazendas monocultoras de cacau. Não necessariamente ser proprietários de terras, mas de fazendas de cacau. Terra na região cacaeira do Sul da Bahia que não estivesse produzindo cacau valia bem menos do que se houvesse pés de cacau, tanto que, no momento da venda da terra, o preço desta era estipulado de acordo com a quantidade e idade de pés de cacau produzindo (GARCEZ, 1977).

Enfim, ser proprietário de terras era situação *sine qua non* para dominar o processo produtivo da monocultura cacaeira; adquirir a ajuda cooperada e mediadora do trabalho dos trabalhadores na obtenção e acumulação de riquezas,

para além somente dos objetos materiais, como é o poder decisional e o prestígio social e político; decidir os usos dos recursos naturais; influenciar nas decisões quanto ao que produzir, as técnicas e os fazeres sociais; ter acesso ao crédito agrícola subsidiado pelo Estado; configurar as redes de comunicação e transportes, dando maior visibilidade a alguns locais e opacidade a outros; ditar palavras de ordem e interditar, desqualificar, hierarquizar negativamente respostas inconvenientes. Enfim, fazer prevalecer práticas e discurso hegemônicos sobre o território-região de acordo com os interesses dos cacauicultores.

O controle sobre a estrutura fundiária, a monocultura cacauieira e a utilização de grande contingente de trabalhadores analfabetos ou com pouca escolaridade, assalariados ou não, foram conformando as formas de dizer e fazer o território, sob as ordens imperativas dos cacauicultores.

A base da deferência estava supostamente e mentalmente assegurada na propriedade da terra, local onde se emprega a energia pouco informada dos trabalhadores colocada para produzir cacau, trunfo gerador de riquezas, deferências e assimetrias espaciais e na distribuição dessas riquezas. Enfim, ter mais, ter algo a mais, deu poder aos cacauicultores, que puderam dizer o território-região, redefinir infinitamente o passado, ler o presente e projetar o futuro, não só deles, mas de todos seus seguidores, pessoas influenciadas, concordantes e praticantes dos seus dizeres. E compulsoriamente daqueles que tiveram suas vozes abafadas, silenciadas pela força opressiva dos símbolos, da violência feroz da oratória ou mesmo das armas (FALCÓN, 2010).

A partir da década de 1990, esse trunfo dos grandes proprietários de terras locais tornou-se vulnerável à reforma agrária e, por conseguinte, abalou a estratégia de usar a terra como instrumento para comandar o território-região por meio da monocultura e “mono-inteligência” cacauieiras. Diante do desarranjo das relações de poder provocado pela vassoura-de-bruxa, outras vozes puderam irromper-se e propor diferentes maneiras de pensar, falar e agir o território, conflitando sobremaneira com as bases do desenvolvimento regional até então posto.

Nas conclusões demos destaque para a crise cacauieira do Sul da Bahia no contexto dos megamovimentos movimentos sociais organizados pela internet, no Brasil e no mundo, que ganharam as praças públicas e ruas, resultaram em mudanças nas agendas políticas, sociais, econômicas e culturais. A Lista do Cacau, como uma micro rede social, imbuí-se desse contexto de "vida" na rede, suas

transformações no território e vice-versa. Colocamos em pauta a análise de discurso centrada nas relações de poder como método de investigação dos processos que resultam na construção, manutenção, esfacelamento dos recortes geográficos, bem como o papel do investigador ao revelar os nós nas tramas do poder e seus diversos caminhos.

2 CAMINHOS DA PESQUISA: PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

[...] a fronteira só se opõe, como fronteira, de uma liberdade humana que a afronta ou que se sente protegida, que a franqueia ou a respeita (DARDEL, 2011, p. 9).

Como veremos de forma detalhada ao final desta seção, a região cacauzeira da Bahia é falada, pelos trabalhadores e cacauicultores, de diversas formas, includentes-excludentes das diversas acepções que assume a palavra região na Geografia e na sua apropriação no senso comum. Nos documentos analisados por nós, a concepção de região que aparece em primeiro lugar é a de território consubstanciado pela ocorrência de fenômenos históricos, sociais, culturais e políticos, um espaço com extensões e limites onde esses fenômenos acontecem: território-região “civilizado” pelos desbravadores, produção cacauzeira determinante da ocupação territorial, local onde vive uma população cuja identidade se confunde com a história da própria região, manifestação de uma determinada cultura ou “civilização do cacau”, referência locacional e de distinção identitária (a pessoa é da região, mora na região, entra e sai da região), local de inspiração para os romances de Jorge Amado, onde se deu o crime da vassoura-de-bruxa e acoplamento de suas consequências.

É o local onde se vive, de onde se constrói uma história singular de enraizamento territorial, de onde se luta contra os processos, sócio-políticos e culturais, capazes de fazer recortes associativos diferentes e colocar em suspensão saberes e poderes consagrados pela tradição, que como diz Giddens, pressupõe “[...] uma idéia de *verdade ritual* ou *revelada* – e esse traço definidor também é a origem de sua autoridade (GIDDENS, 1996, p. 58, grifos do autor).

Em segundo lugar, a região é um recorte territorial que desperta apropriações sentimentais (sua, minha, nossa região). Trata-se de uma apropriação real e/ou simbólica, lugar de reprodução da vida, construtor de identidade, território referencial de onde se constrói diferenciações, hierarquizações, tentativas de tornar hegemônica uma multiplicidade de interesses como os dos cacauicultores, índios, quilombolas, agricultores familiares, organizações não governamentais. Local de onde se constrói diferenciações entre os que podem e os que não podem falar pela região, “os nós” e “os eles”, “os de dentro” e “os de fora”, sendo os “de dentro”

aqueles incorporados por uma história familiar peculiar relacionada com a produção de cacau na região e “os de fora”, os forasteiros, os de outras localidades, não ligados ao histórico da formação cacauceira regional, mas que estão fazendo, falando a região e incomodando os falantes hegemônicos.

Em terceiro lugar, como estratégia do poder local, a região é falada como entidade. A região adquire voz, fala em seu próprio nome, auto atribui conteúdo. Sendo assim, sofre transubstanciação simbólica dos infortúnios de um grupo de poder – era rica, ficou pobre; sofre, está endividada; está em crise, precisa de líderes; e que o Estado a salve, não precisa da reforma agrária e assim por diante.

Dessa maneira, os cacauicultores falam e agem em seu nome, representam todos que nela vivem, mascarando as multiplicidades e imbuindo suas ações de alto valor moral – a luta pelo bem comum –, o que, por sua vez, revigora os próprios falantes e a região. Na medida em que suas reivindicações por exclusividade de tratamento discursivamente se destinam a atender as necessidades do território da região cacauceira, há a delimitação desse território, se inclui uma população como defensora da causa e os interesses de um grupo de poder são expandidos para todos.

Em quarto e último lugar, surge a região como uma evidência paisagística calcada nos seus aspectos naturais, uma região natural com expressões marcadas principalmente pela Mata Atlântica, clima quente e úmido, relevo acidentado; banhada pelos rios Almada, Cachoeira e Colônia.

Falada como “[...] espaço de relações sociais mais imediatas e da identidade cultural” (CASTRO, 1992, p. 33), pensada e levada a efeito conforme anunciada acima, a região vai assumindo especificidades funcionais e suas expressões tidas como particularidades paisagísticas. Estrategicamente os cacauicultores e, em parte, os trabalhadores (com objetivos distintos), criam e apropriam-se dessas diversas acepções de região para fazer frente aos processos que os ameaçam. Os cacauicultores armam-se discursivamente para defender o território conquistado utilizando-se de diversas estratégias, entre elas os *procedimentos de exclusão* (FOUCAULT, 2009) dos falares: recorrência à tradição para legitimar suas falas e desqualificar as dos “outros” e as “dos de fora”, à influência, persuasão, ameaças, coerções, distinções, separações e rejeições. Tudo isso encorpado pelos sentimentos de proteção ao que é deles como se fosse de todos daquela região.

Há, assim, uma superposição do território à região e vice-versa, fenômeno que acontecem simultaneamente no mesmo substrato territorial de referência.

Por isso, nesta seção, apresentamos uma explanação sobre os conceitos de região e território. Apontamos a proposta de trabalhar, nesta tese, território e região como pares articulados e explicaremos os procedimentos metodológicos a partir dessa abordagem.

Para orientar a leitura do imbrólio que é o caminho do conceito de região, organizamos nosso texto seguindo ordem cronológica dos acontecimentos – cientes de sua inoperabilidade prática – apontamos as variantes analíticas e alguns dos pensadores que ganharam maior notoriedade em cada corrente do pensamento predominante em certo tempo. Quanto aos caminhos do conceito de território, procuramos abordá-los de acordo com a retomada de sua discussão na década de 1980, não só centrado na ideia de território relacionado ao Estado-nação, mas como um recorte espacial com extensões, limites e consubstanciações, onde se dão as relações de poder para tê-lo ou mantê-lo, diante de ameaças internas e externas ao domínio por um grupo de poder.

Ressaltamos que tal procedimento tem como finalidade contextualizar a proposta de trabalhar a região cacaueteira da Bahia a partir das relações de poder que a delimitam, denominam, substanciam e a utilizam atualmente como instrumento para enfrentar o poder do Estado. É nesse caminhar do conceito que encontramos o nosso caminho, o território-região *artefato*, e situamos esta pesquisa.

Iniciamos a seção com a discussão sobre o conceito de região tendo como referência os trabalhos dos seguintes autores: Lencioni (1999, 2009), Haesbaert (2002, 2010b), Bezzi (2004), Santos (1996, 2006), Carlos (2007), Gomes (2010), Albuquerque Júnior (2011), Corrêa (1987, 1997), Castro (1992) e Frémont (1980).

Concluída esta parte, expomos os passos da pesquisa: identificação dos sujeitos (entrevistados e listeiros), descrição do processo de coleta e análise dos dados, dos materiais e fundamentos teórico-metodológicos.

Os percursos do conceito de região na Geografia não se deram de forma linear, sem interrupções e de forma evolutiva, positiva ou sempre aumentaram a sua inteligibilidade, lapidada pelo tempo e uso. Pelo contrário, seus percursos são cheios de vai-e-vem, de mudanças de luzes-luzes, de descontinuidades, rupturas, recortes de diferentes perspectivas teóricas e analíticas. Ainda não temos um consenso sobre suas acepções, então teremos que construir a nossa ou escolher a que possa

contribuir melhor para entendermos o uso do território da região como instrumento para se obter algo que se quer.

Para começar, o conceito de região não encontra unanimidade no senso comum, nem em outras disciplinas (MOREIRA, 2006) e muito menos na Geografia. O conceito é tão polissêmico, escorregadio, cheios de caminhos que mesmo grandes dicionários não conseguem chegar a uma concepção menos difusa. Para se ter ideia da dificuldade de se precisar o que é região, Haesbaert (2010b, p. 20), consultando o *Oxford English Dictionary*, encontrou “sete acepções básicas de região”. Nessas diversas formas de entender o que é região, uma característica fundamental é recorrente: “[...] a da região como parcela ou ‘recorte’ do espaço, em múltiplas escalas [...]” (HAESBAERT, 2010b, p. 23) geográficas. O que não esclarece muito, visto que o território, a rua, bairro, a cidade, o campo também são recortes geográficos de múltiplas escalas. Qual é, afinal, a especificidade da região? O que faz com que certo recorte territorial seja denominado de região?

A origem etimológica da palavra região, entretanto, nos remete para além de um recorte espacial de escalas variadas. Conduz-nos a uma extensão de terreno com características singulares, delimitado e dominado por relações de poder, o que a aproxima da concepção de território como *locus* de poder. A diferença com relação ao território, segundo esse raciocínio, está na singularidade, na qualidade distintiva utilizada como recorte, que no caso do território não há essa exigência. O território não precisa, para se firmar, que haja particularidades paisagísticas ou de outra ordem. Entretanto, pode haver, pelo uso do território como substrato referencial de relações de poder e construtor de identidades – uma das formas de relações de poder –, a construção de paisagens singulares. Portanto, ainda aqui, o conceito de região não se assegura definitivamente.

À medida que vamos para a origem da palavra região, há uma aproximação com a de território como *locus* de poder, de onde se comanda, domina, rege, dirige certa parcela do espaço. Qual é a variável que distingue um e outro? A região estar submetida a um poder maior, como o de um império, Estado? Os territórios não estão submetidos a poderes maiores também? Vamos considerar o território nacional – até este está submetido a poderes maiores, como os das megacorporações, que fluem livremente pelas fronteiras, muitas vezes em detrimento aos desejos dos governantes. Que dirá dos territórios menores e menos protegidos por armas e poder político. Território e região estão em condições subescalares. Se houve um tempo em que se

acreditava que o Estado-nação era soberano, hoje o que traz à tona a discussão sobre o território é exatamente a fluidez de seus limites e fronteiras, havendo até quem apregoe o fim dos territórios (HAESBAERT, 2010b).

Parêntese feito, retomemos a região. Para Costa Gomes, a “[...] palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra etc.” (GOMES, 2010, p. 50). Já Haesbaert explica que o dicionário *Oxford English Dictionary*

[...] define genericamente região como ‘direction, line, boundary, quarter, district, etc.’ [direção, linha, limite, quarteirão, distrito, etc.], termo proveniente do antigo verbo ‘regere’, ‘to direct’ (dirigir, no sentido de indicar a direção), que no inglês antigo estava associado também a ‘to rule’ – comandar, governar (HAESBAERT, 2010b, p. 20, colchetes no segundo parágrafo usado pelo autor).

Dentre as concepções históricas de região, está a de “*Regione* [...] utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma” (GOMES, 2010, p. 50), isso durante o Império Romano. Nesse sentido, a produção do espaço se daria por meio do comando capitalizado, aquele centrado, procedente e difundido a partir de uma capital, no caso por Roma, que ia produzindo espaços diferenciados, particularizados, por meio das divisões político-administrativas, formas de reger fração do território conquistado.

Até aqui, o que assegura o conceito de região é a singularidade da manifestação de um fenômeno, ou vários, em uma extensão territorial, podendo haver como referência de análise os aspectos sócio-econômicos, culturais, políticos, históricos, ambientais para que ocorra o recorte territorial regional.

Para Gomes, no dia a dia, no cotidiano, a região parece ser mais usada “[...] como uma referência associada à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ser ainda uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial” (GOMES, 2010, p. 53) e suas compartimentações.

Entendida e praticada nos caminhar da vida, não há preocupação em precisar a extensão e os limites da escala espacial. As representações cartográficas do fenômeno regional, construídas a partir da região vivida, podem, inclusive, não coincidir com as utilizadas pelo Estado ou por alguns pesquisadores, principalmente aqueles dos órgãos estatais de planejamento que fazem as divisões regionais.

Trata-se da produção de um espaço de difícil precisão, porque não se submete ao rigor matemático da cartografia e nem por isso é menos importante para as pessoas que a vivem como tal. Como detectou Castro, há

[...] uma superposição, no território, de escalas de poder: a da região de identidade territorial e a da região definida pela administração política do território. A organização política do território impõe, portanto, a percepção de uma nova escala regional que pode incluir diferentes “regiões de vivência” ou subdividi-las (CASTRO, 1992, p. 34).

Ainda de acordo com Gomes (2010, p. 54), nas demais ciências, como a matemática, biologia, geologia, biogeografia, a região entra no vocábulo para indicar localização de certo domínio: “[...] domínio de uma dada propriedade matemática, domínio de uma dada espécie, de um afloramento, ou domínio de certas relações [...]” climato-botânicas.

Lencione (1999, p. 187) acrescenta à dificuldade de precisar o que é região o “[...] caráter ideológico, na medida em que serve de referência para a construção de mistificações geográficas, tornando-se, por isso, um instrumento de manipulação política”, como é o caso do regionalismo abordado por Castro (1992, 1994).

Pelo que vimos até aqui, não é sem sentido que muitas vezes nos deparamos com dicionários em que as palavras região e território são tratadas como sinônimas (HAESBAERT, 2010b). Para nós, entretanto, há diferenças: além da singularidade do recorte territorial da região, há a alteridade do território – o viver o território na condição do que é distinto, “do nós” neste território e “os outros”, “os de dentro” e “os de fora”. Na região, mesmo quando é usada como distinção identitária – sou, pertencço a tal região – não há a força, o poder da apropriação, mesmo que efêmera, real e/ou simbólica, do território. Não há o medo, o temor da chegada do estranho, a atitude de proteger o que é de um grupo.

2.1 A REGIÃO, SUAS DIVERSAS ACEPÇÕES E SUBSTANCIAÇÕES

Na Geografia, em particular, o significado de região e seu uso teórico-prático foram se transformando ao longo da história – afinal, tudo muda o tempo todo e na ciência isso não é diferente.

A partir da segunda metade do século XIX, foi possível que as correntes do pensamento geográfico ou paradigmas da Geografia se tornassem explícitos e, com elas, os principais enfoques dados à região fossem sistematizados. A seguir, apresentaremos essas abordagens nas seguintes correntes: Determinismo Geográfico, Possibilismo, Método Regional, Geografia Teorético-quantitativa ou Nova Geografia, Geografia Crítica ou Radical e o Humanismo, também crítico. Nossa intenção é demonstrar as diferentes acepções de região dentro da Geografia e indicar aquela mais pertinente a região dita e feita pelos cacauicultores e trabalhadores do cacau como instrumento de poder.

2.1.1 O determinismo geográfico e a região como evidência empírica “natural”

No determinismo geográfico, para o processo de regionalização, foram considerados, eleitos, evidenciados principalmente os aspectos mais visíveis das diferenciações espaciais da época: os naturais. Destacou-se a combinação dos elementos da natureza em dada extensão: clima, solo, vegetação, hidrografia, relevo para delimitar a região.

A região natural é concebida como uma porção da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza como, sobretudo, o clima, a vegetação e o relevo, combinação que vai se traduzir em uma específica paisagem natural [...] (CORRÊA, 1997, p. 184).

A região é considerada em sua dimensão empírica – externa ao homem e evidente aos olhos – e seu estudo parte da observação e descrição – mesmo que Ratzel (1897)⁷, autor de destaque nessa corrente, tenha proposto ir além da descrição. Tratou-se de um recorte territorial, baseado nas diferenciações da natureza, formando as *regiões naturais* – e naturalizadas, pois a análise de suas repartições não passavam pelo desvelamento dos embates, disputas muitas vezes violentas entre os que visavam estabelecer seus limites, denominá-las, eleger os elementos de sua diferenciação, utilizar-se de estratégias para comandá-las, dirigir

7 Ver RATZEL, Friedrich. **Politische Geographie**. München und Leipzig, 1897.

seus passos, conduzir sua história-geografia. Na análise, os jogos de poder ficavam na zona de opacidade, mas não completamente ignorados, pois se tratava de uma estratégia ter o espaço dividido, fragmentado, para melhor conhecê-lo, promover ações com base em conhecimentos sistematizados, hierarquizados, seriados e, assim, definir os rumos regionais de acordo com interesses específicos.

Tendo como lugar de gestação a Alemanha do final do século XIX, e o geógrafo alemão Frederic Ratzel (1844-1904) como seu principal representante, o determinismo pautou a discussão sobre a relação homem e natureza. A obra de referência que levou Ratzel a ser denominado determinista foi “Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História”, publicada em 1882, considerada por alguns autores como o livro fundante da geografia humana (CORRÊA, 1987). Os defensores do determinismo geográfico

[...] afirmam que as condições naturais, especialmente as climáticas, e dentro delas a variação da temperatura ao longo das estações do ano, determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir. Cresceriam aqueles países ou povos que estivessem localizados em áreas meteorológicas mais propícias (CORRÊA, 1987, p. 9).

Ressaltamos que a denominação de Ratzel como determinista decorreu da análise realizada pelo historiador Lucien Febvre (em 1922), ao forjar a expressão possibilista, em oposição à “[...] perspectiva de um meio natural "explicativo" das diferenças sociais e do conjunto da diversidade espacial [...]” (GOMES, 2010, p. 55).

Nosso intento neste momento não é discutir a alcunha de determinista dada a Ratzel. Então vamos retomar as explicações sobre a região dentro das correntes do pensamento geográfico.

De *região natural* de mais fácil apreensão, determinada pelas condições naturais, principalmente as climáticas, a aparente estabilidade regional foi colocada em processo de inquirição, pois os humanos foram paulatinamente alterando os elementos referencias de determinação, destruindo sua base de visibilidade, desacoplando o dizível da região do visível, tornando necessário enfatizar a irrupção de outros processos sociais de produção permanente do espaço como parte da fisionomia da região. Outras forças, mais poderosas, entraram no campo de batalha

pelo retalhamento do espaço, como o processo de urbanização e o de industrialização, fazendo germinar o possibilismo.

2.1.2 O possibilismo, a região “real” e a ação humana na “natureza”

Nessa corrente, a natureza passa a ser portadora de possibilidades, de condições para que os humanos a transformem em recursos econômicos e simultaneamente se modifiquem também. A região adquire outro apêndice denominativo e passa a se chamar *região geográfica*. Nesta segunda acepção, a “[...] matriz agora é o historicismo de base neokantiana, enfatizando a separação entre ciências naturais e sociais, atribuindo um caráter idiográfico aos eventos e às regiões, ao tempo e ao espaço” (CORRÊA, 1997, p. 185).

Aqui a região ainda é considerada um fenômeno autoevidente, facilmente detectável na paisagem. Existe como substrato referencial para os que ali vivem e constroem suas identidades regionais e os elementos diferenciadores estão no processo de transformação da paisagem natural em cultural, “[...] resultado das influências físicas, históricas e sociais, presentes na relação do homem com o meio” (LENCIONI, 2009, p. 103). Aqui, encontramos o conceito de gênero de vida, proposto por Vidal de La Blache:

Segundo esse enfoque, seria por intermédio de uma série de técnicas confundidas com uma cultura local que o homem entra em relação com a natureza. O espaço como objeto de estudo seria o resultado de uma interação entre uma sociedade localizada e um dado meio natural: um argumento sob medida para reforçar a idéia de região como unidade do estudo geográfico (SANTOS, 1996, p. 18).

O método de investigação parte da descrição dos aspectos empíricos para se chegar aos processos de interação e estruturação daquele espaço particular, com certa “personalidade geográfica”:

A recuperação da relação das pessoas com o lugar passava pela valorização da memória social e da identidade regional, que se vinculava a uma forma de consciente territorial. A literatura nacional francesa se voltou para a diversidade das paisagens, descrevendo

lugares, falando do tipo físico dos habitantes, dos seus sentimentos, dos seus costumes e da forma das cidades. Nesses textos, a região foi vista e mostrada como sujeito, daí surgindo a concepção da região como personagem (LENCIONI, 2009, p. 101).

Assim, sem que a discussão sobre a relação homem-natureza, com o predomínio da natureza sobre a natureza humana, tenha se esgotado na Geografia, irrompe-se o que se denominou de possibilismo. Considerando suas particularidades analíticas, “[...] estas ideias aparecem na França no final do século passado com Paul Vidal de la Blache, na Alemanha da primeira década deste século com Otto Schlüter, e nos Estados Unidos, em 1925, com Carl Sauer [...]” (CORRÊA, 1987, p. 28). Nelas,

[...] constata-se que o homem é parte indissociável da fisionomia, do espaço geográfico terrestre, seu componente indissociável. Não há mais como separar geografia física e geografia humana, natureza e sociedade. [...] O homem entra na “batalha” com a natureza “para dirigi-la segundo seus próprios fins”. Ele ‘somente triunfa sobre a natureza pela estratégia que ela lhe impõe e com as armas que ela lhe fornece’ (HAESBAERT, 2002, p. 2).

Então, sendo a natureza fornecedora de possibilidades ao homem de transformá-la, irrompe-se a região geográfica, não ficando totalmente submetida àquela. Nessa perspectiva,

[...] as regiões existem como unidades básicas do saber geográfico, não como unidades morfológica e fisicamente pré-constituídas, mas sim como o resultado do trabalho humano em um determinado ambiente. São assim as formas de civilização, a ação humana, os gêneros de vida, que devem ser interrogados para compreendermos uma determinada região. [...] Nasce daí a noção de região geográfica, ou região-paisagem na bibliografia alemã e anglo-saxônica [...] (GOMES, 2010, p. 56).

Como vimos, ainda aqui a região é um fenômeno evidente, facilmente distinguível na paisagem, e existe como substrato referencial para os que ali vivem e constroem suas identidades regionais. O método de investigação deve se pautar pela descrição, como forma de se chegar aos processos de interação e estruturação daquele espaço particular. Segundo Haesbaert (2010b, p. 32): “La Blache, pelo menos na fase que se tornou a mais difundida de seu trabalho, via a região como ‘algo vivo’, uma ‘individualidade’ ou mesmo uma ‘personalidade geográfica’”.

Nesse sentido, o papel do geógrafo “[...] é o de reconhecê-la, descrevê-la e explicá-la, isto é, tornar claros os seus limites, seus elementos constituintes combinados entre si e os processos de sua formação e evolução” (CORRÊA, 1987, p. 29).

2.1.3 O método regional e a região como construto mental

Tanto na análise das regiões naturais, quanto das regiões geográficas, o imbróglio das relações de poder de retalhar o espaço em regiões não é posto nos holofotes, diante da sua visibilidade sem ilusão. Contudo, com o tempo, a multiplicidade de parâmetros passíveis de serem utilizados para promover a divisão do espaço geográfico aumentou e contribuiu para minar a região como fenômeno evidente aos olhos. O visível resplandescente estava ficando lusco-fusco diante da complexidade das relações sociais.

Irrompe-se outro ponto de emanções luminosas, agora tornando resplandecente a região como concepção mental do investigador. A luz não parte mais da visibilidade paisagística da região, é o investigador que a ilumina, determina seus limites, escolhendo os elementos de diferenciação. Surge o *método regional* de estudo das diferenciações espaciais, síntese de múltiplas determinações.

Nessas duas correntes anteriores – determinista e possibilista – tivemos em seu interior a discussão sobre as diferenciações de áreas, os contrastes da superfície terrestre, e essas diferenciações são de base empírica e denominadas pelos gregos de estudo corográfico (LENCIONE, 1999), que irá caracterizar a Geografia Regional. No *método regional* retoma-se o debate sobre as diferenciações de áreas, mas agora centrado na região como reflexão, concepção mental do investigador.

Diante de meios técnicos capazes de representar a dinâmica dos fenômenos por meio de modelos matemáticos considerados mais precisos do que a descrição empiricista, até então predominante na análise das regiões, surge a *classificação das áreas*. Nesse contexto a região não é definida *a priori*, mas a partir da combinação de diversos elementos entrelaçados pelos métodos matemáticos para

definir, entre um conjunto de lugares, o que havia de comum entre eles. A região surge *a posteriori* à aplicação do método e só depois ganha contornos e visibilidade:

A região é considerada a partir de propósitos específicos, não tendo *a priori*, como no caso da região natural e da região-paisagem, uma única base empírica. É possível identificar regiões climáticas, regiões industriais, regiões nodais, ou seja, tantos tipos de regiões quantos forem os propósitos do pesquisador (CORRÊA, 1997, p. 186).

Nesse sentido a proposta de Richard Hartshorne, contida na obra *The nature of Geography* (1939), em que estabelece o método regional, supera a concepção de região como dado óbvio da realidade. As diferenciações das áreas se dão como resultado do método geográfico do investigador: “Hartshorne a percebia [a região] mais como um construto intelectual e que, como tal, poderia variar (inclusive em suas delimitações) de acordo com os objetivos do pesquisador” (HAESBAERT, 2010b, p. 32).

A região é “[...] um produto mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência fundamentos da organização diferenciada do espaço” (GOMES, 2010, p. 59-60), e a Geografia passa a ser uma ciência de síntese de múltiplas relações, com diferentes escalas, dependendo do “pensamento filosófico” do investigador.

Haesbaert, no entanto, nos despertou a atenção para a concepção de Hartshorne, de não tratar a região “[...] como ‘um produto da investigação’. Na concepção ideal-racionalista de Hartshorne, isso significa que a região é construída [pelo que] ele denomina [de] ‘pensamento filosófico’, sobre a Geografia. (HAESBAERT, 2010b, p. 101).

Enfim, nas primeiras décadas do século XX, três geógrafos se destacaram no debate sobre a Geografia Regional: “[...] Paul Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne. Esses autores, em distintas perspectivas, enfatizaram a ‘diferenciação de áreas’ [...]” (HAESBAERT, 2010b, p. 32), tendo os seguintes pontos em comum:

– **a importância dada ao específico, ao singular** – aquilo que ‘um certo’ La Blache [...] vai denominar ‘individualidade’ ou ‘personalidade geográfica’ e Hartshorne, ‘diferenciação de áreas’; apesar de não serem partidários de um empirismo estrito, baseado na descrição de características únicas, como muitas leituras simplificadoras alegam, nenhum dos três autores muito menos é defensor explícito de um racionalismo lógico-analítico;

- **o estudo integrador ou de ‘síntese’** que permite perceber uma coesão/coerência interna à região, envolvendo as múltiplas dimensões do que hoje tratamos como espaço geográfico, a começar pelas ‘humanas’ e ‘naturais’.
- **a continuidade espacial** – nenhum deles trabalha com regiões fragmentadas ou descontínuas, embora La Blache, na região ‘nodal’, admita sobreposições, e Hartshorne, ainda que sob uma perspectiva crítica, admita a proposição de regiões descontínuas.
- **a (relativa) estabilidade regional** – embora mais visível na obra inicial de La Blache – fica implícita nas propostas de Sauer e Hartshorne (que, na obra que consiste numa espécie de revisão de seu *The Nature of Geography* [Hartshorne, 1978], discute de modo mais incisivo os fluxos e as regiões funcionais).
- **a relação entre região e uma ‘mesoescala’ de análise**, aspecto esse não exatamente proveniente da abordagem desses três autores, mas de uma tradição mais ampla em Geografia Regional; esta ‘mesoescala’ estaria geralmente situada num nível sub ou infranacional, imediatamente referida ao Estado-nação (HAESBAERT, 2010b, p. 32-34, grifo nosso).

Lencione (1999, p. 189) afirma que, a respeito dessa fase,

[...] as monografias regionais acabaram construindo uma geografia que destacava o caráter único de cada estudo regional, sem preocupação com o estabelecimento de leis e princípios gerais no conhecimento da realidade. Portanto, acabou comprometendo o *status* científico da disciplina e conduzindo a um novo impasse teórico: a dicotomia entre geografia regional e geografia geral.

Embora tanto a Geografia Regional como a Geografia Geral tenham como base a descrição como método de investigação, uma dicotomia artificial aí se apresenta: de um lado a Geografia “[...] nomotética, mais abstrata, preocupada com as generalizações e mais tarde, com o caráter “científico” da Geografia, e a idiográfica, mais concreta, enfatizando as singularidades e/ou particularidades e a descrição do espaço” (HAESBAERT, 2010b, p. 28-29).

2.1.4 A Nova Geografia e o neopositivismo

Nessas três concepções de região, percebemos que os caminhos do conceito de região aconteceram em torno de dois eixos: a região como autoevidente e a região como fruto da acepção ou construto mental do pesquisador. Essa disputa entre o visível e o mental foi provocando tentativas de superação, abrindo novos

caminhos, oferecendo novas oportunidades de análise, sem, contudo, invalidar um desses eixos, mesmo que, em alguns intervalos de tempo, um ou outro tenham entrado na zona de opacidade, ofuscado pela força da corrente predominante de pensamento.

Em meados da década de 1950, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, surge a Geografia teórico-quantitativa ou *New Geography*, com a pretensão de fazer oposição à geografia tradicional, de cunho positivista e ideográfico, portanto, às correntes deterministas, possibilistas e ao *método regional*.

Nesse contexto, a região “[...] é definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1987, p. 32). “Trata-se da passagem do paradigma corológico clássico, também dito da ‘diferenciação de áreas’, para o paradigma espacial ou da classificação de áreas” (HAESBAERT, 2010b, p. 43), embasado pelo positivismo lógico. Em outros termos: “Imbuídos da posição de que o procedimento científico deve partir de teorias, formulando hipóteses e, em seguida, proceder à observação esta passou a se situar no final, não no início da análise” (LENCIONI, 1999, p. 191).

Segundo Bezzi (2004, p. 120), duas obras foram fundamentais para esse momento da Geografia, a saber: “‘Exceptionalism in Geography: a Methodological Examination’ de Fred K. Schaefer, de 1953, que ataca o cerne da concepção regional-historicista da Geografia, e a ‘Theoretical Geography’ de Willian Bunge, de 1962 [...]”.

A chamada ‘nova geografia’ se manifestou sobretudo através da quantificação. Mas ela utilizou igualmente como instrumentos os modelos, a teoria dos sistemas (ecossistemas incluídos), a tese da difusão de inovações, as noções de percepção e de comportamento e, da mesma maneira, as múltiplas formas de valorização do empírico e do ideológico (SANTOS, 1996, p. 41).

Nessa *Nova Geografia*: “Os métodos matemáticos são considerados como os mais precisos, os mais gerais e os mais dotados de um valor de previsão” (SANTOS, 1996, p. 45). Entretanto, exatamente por isso, com o passar do tempo, essa corrente foi sendo criticada por querer transformar os processos sociais, a dinâmica da vida, em objeto de tratamento matemático, reduzindo o uso da quantificação para entender os fenômenos espaciais, sem, no entanto, interrogá-los em seu

movimento, o que foi considerado um “abuso das estatísticas” (SANTOS, 1996, p. 49). E também por não tecer reflexões acerca da própria Geografia, tanto no que se refere a suas bases teórico-metodológicas, quanto ao seu papel na sociedade.

De acordo com Santos (1996, p. 52), “O grande equívoco da chamada ‘geografia quantitativa’ foi o de considerar como um domínio teórico o que era apenas um método e, além do mais, um método discutível”.

Além disso, outro fator contribuiu para perturbar as bases da *Nova Geografia*: “Cada vez mais começou a se desenvolver e a se afirmar a ideia de que o espaço é uma construção social e que para entender a geografia é preciso entender a sociedade” (LENCIONE, 1999, p. 192-193).

Acontecimentos históricos marcantes vão colocar em suspensão a forma tradicional de se pensar a sociedade, e a Geografia precisa achar seu lugar para além do positivismo lógico para tornar inteligíveis os processos que eclodiram nessas séries temporais e/ou aleatórias de acontecimentos, que irão manifestar-se no espaço. As provocações desencadeadas pelo fim da Segunda Guerra Mundial (1945); Guerra Fria; movimentos de libertação das colônias europeias; discussões sobre o subdesenvolvimento; eclosão de movimentos sociais, tendo como objetivo buscar respostas e soluções para os problemas sociais e ambientais; intensificação do processo de urbanização e também dos problemas urbanos; protestos estudantis (Paris, maio de 1968); Guerra do Vietnã (1972); crise do petróleo (1973) são alguns dos elementos fecundantes, chacoalhadores, da renovação da Geografia:

As críticas à influência do positivismo lógico na geografia se avolumaram e a busca de novos caminhos significou o desenvolvimento de outras correntes do pensamento geográfico, tais como a fenomenologia e o marxismo, que, de diferentes maneiras, acentuaram a preocupação com o caráter social da geografia e conduziram à construção de novos parâmetros para o estudo regional (LENCIONE, 1999, p. 193).

Então, a *classificação das áreas*, tendo como referência os modelos matemáticos, a medida de sua aplicação, principalmente no planejamento, foi se mostrando insuficiente diante da dinâmica social, que os modelos e sistemas tentavam aprisionar. O pulsar da vida demonstrava ter muita energia, não se deixando reter por representações quantitativas e novamente o conceito de região

“pôs os pés na estrada”, sem, contudo, abandonar totalmente cada um dos caminhos já percorridos, assinalados anteriormente.

O marxismo é colocado sob holofotes na academia por diversos pesquisadores do espaço geográfico, que passaram a iluminar nos recortes geográficos a divisão do trabalho, o estágio da acumulação do capital, as classes sociais. A análise das diferenciações espaciais passa a considerar que o capitalismo não se dá da mesma forma, em todos os lugares, ao mesmo tempo, com a mesma intensidade, mas de forma articulada e única, em cada lugar-tempo, dependendo da fase do modo de produção:

Trata-se da regionalização da divisão social do trabalho, do processo de acumulação capitalista, da reprodução da força-de-trabalho e dos processos políticos e ideológicos. Alguns autores argumentam ainda ser a região o resultado de práticas específicas de classe, de uma cultura distinta ou do regionalismo (CORRÊA, 1997, p. 187).

As regiões passam a ser vistas como formações *sócio-espaciais* e sua coerência interna, suas particularidades tornam-se pouco sustentáveis diante da mundialização da economia. É o que veremos na Geografia Crítica ou Radical.

2.1.5 A Geografia Crítica ou Radical

Tornada mais sólida em suas bases teórico-metodológicas nas décadas de 1970-1980, nessa corrente do pensamento geográfico as diferenciações do espaço deveriam ser entendidas como resultado do processo de divisão do trabalho e do estágio da acumulação do capital, que (re)produz continuamente, e de forma ampliada, a desigualdade social.

Atentamos que no capitalismo a norma é o estabelecimento de relações sociais assimétricas em que uma das partes procura ganhar sempre, mesmo que não consiga, e a outra, na maioria das vezes, perde, mesmo que labute contra. Em outros termos: no capitalismo a pobreza não é para ser combatida, superada, – mesmo que se apregoe o contrário – por tratar-se de um mecanismo natural, próprio do processo de repartição desigual da riqueza socialmente produzida.

Influenciados pelo materialismo histórico e dialético, os geógrafos dessa corrente

[...] procuraram estabelecer uma relação estreita entre o conceito de região e os conceitos da economia política marxista. Tal é o caso das regiões vistas como formações sócio-espaciais que se aproxima, ou coincide, com o conceito de formação sócio-econômica (GOMES, 2010, p. 66).

De acordo com Haesbaert (2010b), na Geografia Crítica, estabelece-se a “morte da região” de matriz francesa, expressa por Santos (1996, p. 23) da seguinte maneira:

Nas condições atuais da economia mundial, a região não é mais uma realidade viva dotada de uma coerência interna; ela é, principalmente, definida do exterior [...]. Nestas condições a região deixou de existir em si mesma.

Da mesma forma que se apregou o fim dos territórios, nesse momento de intenso fluxo de mercadorias, serviços, informações, pessoas, dinheiro, capital, decretou-se a morte da região pela “[...] difusão das relações econômicas capitalistas homogeneizadoras” (HAESBAERT, 2010b, p. 51).

Os geógrafos que buscavam na região uma entidade com estabilidade têmporo-espacial, com particularidades e autonomia, viram-se diante do desafio de entender as novas regionalizações que iam se produzindo, (re)organizando-se de forma a incorporar a articulação dos múltiplos ritmos de tempo (articulação dos tempos-lentos/tempos rápidos), ideias, objetos, ações, mexendo com o que parecia sólido. É como diz a música *Parabolicamará*, de Gilberto Gil (2011): “antes mundo era pequeno, porque Terra era grande, hoje mundo é muito grande, porque Terra é pequena, do tamanho da antena Parabolicamará”. Ou do tamanho de um artefato (telefone celular, computadores portáteis), conectado à rede mundial de computadores.

Entretanto, os processos de “compressão tempo-espço” (HARVEY, 1993), que tornariam as regiões “peneiras aos olhos”, ou seja, de difícil apreensão visual e análise, também são enxergados de outra perspectiva. De acordo com Corrêa (1987, p. 44-45):

É no modo de produção capitalista que o processo de regionalização se acentua, marcado pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração, verificada dentro da progressiva mundialização da economia a partir do século XV. Sob a égide do capital, os mecanismos de diferenciação de áreas tornam-se mais nítidos, quais sejam:

- a) a divisão territorial do trabalho, que define o *que* será produzido aqui e ali;
- b) o desenvolvimento dos meios e técnicas de produção e a combinação das relações de produção originadas em momentos distintos da história, que definem o *como* se realizará a produção;
- c) a ação do Estado e da ideologia que se espacializa desigualmente, garantindo novos modos de vida e a pretensa perpetuação deles;
- d) a ampla articulação, através dos progressivamente mais rápidos e eficientes meios de comunicação, entre as regiões criadas ou transformadas *pele e para* o capital (Grifos do autor).

Nesse caso a região não desapareceu do debate na Geografia Crítica, mas modificou-se o método de análise – o materialismo histórico e dialético – e inseriram-se outras variáveis fecundadas, entre outras, pelo “meio técnico-científico-informacional”, difundido por Milton Santos (2006).

Os autores principais da Geografia Crítica de língua inglesa e da francesa são:

Jates Anderson, Neil Smith, Dereck Greg, Doreen Massey, Richard Peet, Phil O'Keef, Richard Morrill, Rod Burgess, J. S. Campbell, Steen Folke, Michel Stoper, Allen Scott, Michael Dunford e Diane Perrons [de língua inglesa]. Entre os geógrafos de língua francesa: Yves Lacoste, Jean Tricart, Jean Dresh, Jacques Levy, P. Y Villeneuve e J. L. Kleine. E, em certa medida, os geógrafos identificados com a Geografia Ativa: Michel Rochefort, Bernard Kayser, Pierre George e Raymond Guglielmo (LENCIONI, 2009, p. 171).

No Brasil destacamos os nomes de Milton Santos, Manuel Corrêa de Andrade e Rui Moreira.

Os cursos da vida provocaram na Geografia Crítica uma autocrítica sobre suas bases teórico-metodológicas e, assim, há um esforço do pensamento geográfico para se reconstruir, superar sua forma de enxergar as transformações do mundo e ao mesmo tempo reconstruir-se internamente com coerência. Como afirma Carlos (2007, p. 4):

Todo pensamento se manifesta histórica e socialmente em seu contexto. Estamos diante da necessidade da construção do conhecimento pelo processo crítico, momento de explicação determinado historicamente que se supera constantemente [...].

Ao mesmo tempo em que a corrente de maior cunho marxista elegia as formações sócio-espaciais para entender os recortes regionais em oposição ao positivismo lógico da corrente das classificações das áreas, irrompia outra forma de analisar a região, também crítica ao positivismo lógico: *a região vivida*. Como vivida, a região não está fora das experiências dos humanos; é vista, delimitada, denominada. Para entendermos a região, é preciso saber como os humanos que ali vivem a sentem, delimitam, se apropriam físico-emocionalmente daquele lugar. Os sentimentos humanos, tão desconsiderados nas correntes do pensamento anteriores, aqui ganham relevância e iluminam-se com intensidade, e a região torna-se um substrato material onde a sociedade cria e recria os seus referenciais existenciais. A inteligibilidade da região é construída a partir do indivíduo, que, ao falar sobre a região, não remete *pari passu* a região, mas também cria a região. Assim:

A região, se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam. É um reflexo. Redescobrir a região é pois procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens (FRÉMONT, 1980, p. 17).

Nessa corrente de caráter humanista, retoma-se a região como materialidade, mas de uma ótica distinta: sua luminosidade não parte de si para o pesquisador que a lê, e nem o inverso; aqui é preciso investigar como as pessoas que ali vivem focam, experienciam a região, como estabelecem seus limites, identificam sua essência, dão sentido à sua existência naquele lugar. Não há preocupações com a criação de explicações gerais sobre as regiões, e a subjetividade é fundamental para o conhecimento da espacialidade das relações humanas, mas sem fazer generalizações.

Hoje, na pós-modernidade em transformação, aceita-se que esses diversos paradigmas sejam adotados por pesquisadores, de forma distinta ou conjugados em uma mesma análise, sendo uma abordagem híbrida, eclética, não hermética.

2.1.6 A Geografia Humanista e a fenomenologia

A partir de meados da década de 1970, vai-se solidificando também a Geografia Humanista, que tem como principais precursores os geógrafos David Lowenthal, Yi-fu Tuan e Armand Frémont (1980), cujo título do livro “Região: Espaço vivido” indica bem sua forma de ver e dizer a região.

Segundo Pocock (apud GOMES, 2010, p. 306), o humanismo na Geografia trata-se de uma “[...] reação ao positivismo lógico, à quantificação exagerada, e às explicações mecanicistas, deterministas, reducionistas, de uma geografia sem homem”.

Nessa corrente do pensamento, a região

[...] começou a ser vista como não constituindo uma realidade objetiva, pelo contrário, ela foi concebida como construção mental, individual, mas também submetida à subjetividade coletiva de um grupo social, por assim dizer, inscrita na consciência coletiva (LENCIONI, 1999, p. 194).

Em outros termos, a região é

[...] vista como um quadro de referência fundamental na sociedade. Consciência regional, sentimento de pertencimento, mentalidades regionais são alguns dos elementos [...] [da] dimensão regional como um espaço vivido [...]. Neste sentido, a região existe como um quadro de referência na consciência das sociedades; o espaço ganha uma espessura, ou seja, ele é uma teia de significações de experiências, isto é, a região define um código social comum que tem uma base territorial [...]. Novamente, a região passa a ser vista como um produto real, constituído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender uma região é preciso viver a região (GOMES, 2010, p. 67).

Segundo Corrêa (1997, p. 188), essa forma de enxergar a região procede de duas fontes: a geografia humanista, que “[...] se apoia nas filosofias do significado e que, em última instância, considera a região como um espaço vivido” e “A outra é a geografia cultural renovada, cuja origem remonta aos estudos sobre a paisagem realizados por geógrafos alemães, franceses e anglo-saxônicos”.

A valorização da inteligibilidade do mundo, a partir da leitura que os humanos fazem deste, da subjetividade, trouxe para essa corrente do pensamento a fenomenologia:

A fenomenologia prioriza a percepção e entende que qualquer ideia prévia que se tenha da natureza dos objetos deve ser abolida. [...] Por isso, pela compreensão racional do vivido, com sua dimensão subjetiva, distante do mundo objetivo e abstrato da ciência, é que se alcança a essência dos objetos tal como eles se apresentam na consciência (LENCIONE, 1999, p. 193).

Alguns dos principais referenciais teóricos da fenomenologia são: Edmund Husserl, Maurice Merleau-Ponty, Yi-Fu Tuan, David Lowenthal e Eric Dardel.

2.1.7 A região como construção mental: a “invenção” da região

Recentemente, na História Regional, temos uma obra que tem despertado polêmicas, pois retoma a análise da região como arte ou artifício teórico, mas de outro modo. Trata-se do livro de Albuquerque Júnior, intitulado *A Invenção do Nordeste e outras Artes*, versão resumida da tese de doutorado, defendida em 1994, na Unicamp, com o título de *O Engenho Anti-moderno: A invenção do Nordeste e Outras Artes*. A tese teve por objetivo “[...] entender alguns caminhos por meio dos quais se produziu, no âmbito da cultura brasileira, o Nordeste” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 33), região histórico-geográfica “inventada” (discursivamente), objeto de saber, construída socialmente a partir de 1910, como objeto de poder.

Para defender a tese da região Nordeste como invenção, Albuquerque Júnior recorreu à visão do Nordeste em diversas formas de linguagem, como o cinema, a música, a pintura, o teatro, a literatura e a produção acadêmica, que são “monumentos” da construção dessa região brasileira.

Inserida no que Haesbaert (2010b, p. 67) denominou de “re-invenção pós-estruturalista da identidade regional”, porque assume “[...] claramente princípios pós-estruturalistas de desconstrução da própria região como ‘realidade’” (HAESBAERT, 2010b, p. 71), essa é a obra em que Albuquerque Júnior enfoca a subjetividade

como parte da construção das relações sociais, que são, ao mesmo tempo, relações de poder e expressões de sentimentos.

Então, para a análise da região Nordeste, Albuquerque Júnior recorre principalmente a pensadores como Foucault, Deleuze, Guattari, Paul Veyne e Roger Chartier. Trabalha o sujeito ao mesmo tempo como produto e produtor de práticas discursivas e não discursivas:

Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 35, grifos do autor).

Assim, a região não é uma realidade objetiva, uma externalidade, senão uma construção histórico-social, uma “distribuição espacial dos sentidos”, que “destrói as determinações naturais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 33).

Haesbaert (2010b, p. 68) afirma que

[...] às vezes, parece que o mundo das práticas materiais ou ‘visível’ se desconecta ou, pelo menos, torna-se secundário dentro desse complexo jogo de, nas palavras do autor [Albuquerque Júnior], ‘práticas e discursos’ – ou, numa visão foucaultiana, ‘formações discursivas’ e ‘não-discursivas’ [...].

Os discursos que “instituem” o Nordeste, contidos nas diversas linguagens utilizadas por Albuquerque, “não apenas representam o real, mas instituem reais” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 34), sendo, assim, diretamente conectados com as práticas materiais. Ao se tomar esse caminho, não há destaque para o processo permanente de retroalimentação, em que, ao mesmo tempo, os discursos “instituem reais” e são realimentados por esses mesmos “reais”, por meio de práticas espaciais vividas, experienciadas.

Diante da dicotomia entre a região como algo real, empírico (fato), imediata à visão da paisagem, e a região como construção mental (“artifício” teórico ou discurso) ou instrumento de ação e controles políticos (CORRÊA, 1987), Haesbaert propôs a *não* separação entre o material-ideal, mas o entendimento da região como “artefato”:

Encaminhamo-nos, sobretudo, para o entendimento da região não simplesmente como um ‘fato’ (concreto), um ‘artifício’ (teórico) ou um instrumento de ação, mas da região como um ‘*artefato*’, tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política (HAESBAERT, 2010b, p. 109).

Por essa junção, adotamos nesta pesquisa a adaptação da proposta de Haesbaert (2010b), a de enxergar a região como *artefato*, tendo também como uma das referências teórico-metodológicas o trabalho de Albuquerque (2011), sem, no entanto, pretender desconstruir a região na sua expressão material.

Feitos esses esclarecimentos e proposições de trabalho, vamos discutir o conceito de território, para no final apresentarmos nossa proposta em trabalharmos território e região como pares conexos nesse caso. Caminhemos ao território.

2.2 TERRITÓRIO: TATEANDO NO ESCURO CAMINHO DE UM CONCEITO

O título do artigo de Santos (1994) “O retorno do território” nos remete à retomada desse conceito na Geografia brasileira na década de 1980, primeiro, em um contexto histórico diferente – denominado de globalização – daquele em que o mesmo foi cunhado por Ratzel (1897), quando da consolidação dos Estados nacionais na Alemanha. Segundo, que a sociedade é dinâmica, está em constante transformação, e os conceitos, para dar conta da inteligibilidade do mundo, precisam ser (re)elaborados, (re)articulados, (re)construídos, desconstruídos, ou mesmo desprezados (SPÓSITO, 2004). Como já afirmamos ao discutir o conceito de região, a história de um conceito não é linear e melhorado até o limite máximo da sua racionalidade e abstração. Ele precisa ser validado em seu contexto histórico-geográfico, usado na prática e teoricamente falado (TERRA, 2009).

Haesbaert (2010a) afirma que esse “retorno do território”, ou seja, a discussão sobre a teoria-prática do território, na Geografia ou mesmo em outras ciências sociais, como na Antropologia, teve por objetivo “falar do seu desaparecimento” pelo processo de aceleração do tempo e encurtamento virtual das distâncias, pois, no entendimento de alguns autores citados por Haesbaert, como Virilio (1997)⁸ e Badie

8 Os interessados neste debate ler: VIRILIO, P. Fin de L’histoire, ou fin de la géographie?: un monde surexposé. **Le Monde Diplomatique**, Paris, v. 44, n. 521, p. 17, ago. 1997.

(1996)⁹, a globalização detonaria com os limites, derrubaria todas as fronteiras, perpassaria o território, tornando-o efêmero, transitório, rápido, fluido, vazado, até ao desaparecimento deste. Ideia contestada veementemente pelo autor citado, com o qual concordamos. Acreditamos que estamos vivendo em um tempo histórico em que os processos de des-re-territorialização são mais velozes, mexem com os fundamentos territoriais consolidados de longa data, o que não quer dizer o seu fim, mas a construção permanente de novos arranjos territoriais

É nesse tempo de “Grito do Território” (SANTOS, 2005) que iniciamos nossa discussão. Nossa análise fundamentar-se-á nos trabalhos de Foucault (1979, 2008a); Raffestin (1993); Souza (2010), Haesbaert (2007, 2010a, 2010b), Haesbaert e Limonad (2007), Santos (1994, 2006, 2007) e Santos et al. (2007).

Procuramos nesses autores uma concepção de território; proposições e justificativas para a análise da dinâmica do território, de modo que pudéssemos ou construir um conceito que nos servisse, ou adotar um conceito que nos auxiliasse a entender o uso discursivo de uma crise dita regional tendo o território como instrumento para obter e manter determinados trunfos.

Ao discutir território, Foucault (2008a) circunscreve o poder ao Estado-nação. O território é o *locus* do poder do soberano, se constitui a partir da instalação dos mecanismos de poder em dada extensão, institui limites, e visa atingir uma população, para que a mesma se comporte de acordo com os objetivos do soberano na obtenção de trunfos: aquilo que dá vantagem a alguém para conseguir algo. A existência do território está ligada à acepção de território-nação, pois os exemplos utilizados pelo autor, para discutir território, disciplina e segurança, são buscados no poder do Estado, (séculos XVII e XVIII), em que tem origem o processo de “desenvolvimento dos Estados administrativos” e, posteriormente, do jurídico-político na Europa.

Estava em questão a ordem territorial do feudalismo e foram postos novos questionamentos em relação à repartição do espaço, de como mudar as formas-funções-símbolos do espaço, constituírem-se os Estados nacionais, sem se mexer em demasia nas relações de poder, até então centradas na figura do soberano. Mais preocupado com a institucionalização de uma forma de governar, Foucault (2008a, p. 143) abandona o enfoque inicial do curso, que deveria ser “segurança, território,

9 Os interessados neste debate ler: BADIE, B. **La fin des territoires**. Paris: Fayaard, 1996. (Ed. Portuguesa: BADIE, B. **O fim dos territórios**. Lisboa: Instituto Piaget, s/d).

população”, e volta-se para a “governamentalidade”, e não é dada sequência à abordagem estritamente territorial.

Em Foucault (2008a), o Estado-território possui extensão, domínio, formas como expressões das relações de poder. Formas, que, por sua vez, atendem a funções específicas, quais sejam, promover a fluidez do poder; tirar os obstáculos que o território possa impor ao soberano; conter símbolos capazes de garantir funções, relações, processos, etc., elementos de análise do Estado-território ou do Estado-nação, território como área e *locus* da instalação dos mecanismos de poder. Segundo o autor, “Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 157).

Essa assunção do território como *locus* do poder é também assumida por outros autores, ao exemplo de Souza (2010) para quem “O *território* [...] é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (SOUZA, 2010, p. 78, grifo do autor), e Raffestin (1993, p. 58), segundo o qual, “[...] o território [...] é a cena do poder e o lugar de todas as relações [...]”. Entretanto há uma diferenciação desses autores com relação a Foucault: para esses há territórios que não pressupõem a “noção jurídico-político”. Em outros termos: há território sem ser o do Estado-nação ou Estado-território.

Portanto, Raffestin (1993) começa seu livro fazendo exatamente uma crítica à Geografia Política clássica de Ratzel (1897), em que “[...] tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 14-15).

De acordo com o autor, com o qual concordamos, a análise territorial centrada no Estado “[...] não é aceitável na medida em que existem múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais ou locais” (RAFFESTIN, 1993, p. 16-17). Assim, quando uma população, um grupo, uma comunidade unem-se para defender um território, este não se converte obrigatoriamente em Estado, mas estão exercendo sua territorialidade: “Com efeito, se o fato político atinge a sua forma mais acabada no Estado, isto não implica que não caracterize outras comunidades [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 17). Dessa forma, Raffestin (1993, p. 17-18) admite que “[...] há poder político desde o momento em que uma organização luta contra a entropia que a ameaça de desordem. Esta definição, [...], nos faz descobrir que o poder político é congruente a toda forma de organização”.

Na perscrutação teórico-metodológica para entendermos o território como relações de poder, imbuídas de sentimentos e ações, em seus aspectos políticos, econômicos e culturais, ora nos aproximamos da concepção de Santos (1994) e Silveira e Santos (2002) de território, ora dela nos afastamos. Aproximamo-nos quando esse autor afirma que “O que interessa discutir é [...] o território usado, sinônimo de espaço geográfico” (SILVEIRA; SANTOS, 2002, p. 20).

Ressaltamos, entretanto, que em Santos (1994) o termo território “usado” pode ter uma conotação ligeiramente diferente do uso como ato ou efeito de se servir de algo, e volta-se mais para o sentido de lugar para se viver, morar, estabelecer relações de poder. Para nós, a concepção de território como espaço de vivência não nega o uso do espaço como instrumento, sendo este uso uma forma de vivência intencionada e poderá ocorrer mesmo quando os sujeitos estejam exercendo o domínio territorial a distância, como acontece com alguns listeiros da Lista do Cacau.

Essa ressalva é importante porque, ao nos referirmos ao território usado, não estamos evidenciando somente o espaço habitado, substrato material-ideal em processo, porque muitos dos listeiros que fazem uso do território da região cacauzeira, não moram lá e, no entanto, utilizam-se da região cacauzeira para seus fins. Possuem terras, produção de cacau, negócios, apegos territoriais, mas não o habitam necessariamente. A região é comandada de longe, em um “local em nuvem”, por meio de fluxos de informações, ordens que encontram seus pontos de conexão no território da região.

Nesse sentido o território cada vez mais vai ganhando o seu conteúdo topológico, em que os fluxos de mandos, ordens, vêm através da internet, e têm como ponto de interconexão o território da região. As ordens, decisões vêm não se sabe de onde – porque vêm de todos os locais – e muitos humanos do lugar só as reconhecem – quando reconhecem – no momento do acontecimento, na sua tradução topográfica.

Além disso, lembramos que Souza (2010) trabalha com territórios móveis, que podem existir de forma cíclica em um mesmo substrato material de referência. Em outros termos: para ser território, não é necessário que o mesmo seja usado de forma duradoura, como lugar de morada, estar presente de forma contínua, permanente, mas precisa de alguma forma, ser apropriado, real, virtual e/ou simbolicamente falando. Assim, o seu uso, como relacional, pode ser móvel e até

mesmo a distância – virtual –, o que nos afasta, mas não nos separa, da concepção de Santos (1994) de território como espaço habitado.

Pelo que escrevemos até aqui, notamos que não há um consenso sobre o que vem a ser território, e o processo de globalização, em sua complexidade, traz novas possibilidades de interpretação. Tentando facilitar quanto às variáveis implicadas nas diversas acepções de território, recorreremos a Haesbaert (2007), (Quadro 1, a seguir), porque este apresenta duas grandes linhas de interpretação do território, segundo os referenciais teórico-metodológicos adotados por pesquisadores até o momento do trabalho realizado pelo referido autor: território numa posição materialista e território numa perspectiva idealista. Haesbaert identifica nessas interpretações dimensões priorizadas, os contextos histórico-sociais em que se dão e o território no sentido absoluto e relacional.

Entretanto, nos alerta que é possível que haja interpretações híbridas, em que um mesmo autor possa recorrer a diferentes linhas para entender a problemática que se propõe a investigar. Afinal, como afirma Gilles Deleuze (apud FOUCAULT, 1979, p. 71):

Uma teoria [para quem pretende fazer uma] é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. [...] Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas.

VARIÁVEIS INTERPRETATIVAS	REFERENCIAIS TEÓRICOS
Território numa posição materialista: território e natureza	<ul style="list-style-type: none"> – na perspectiva materialista, o território é dado e mediado pelas relações econômicas. – as relações econômicas são enfatizadas, mesmo que não necessariamente determinantes na constituição do território. <p>Segundo Maurice Godelier (1984, p. 114 apud HAESBAERT, 2007, p. 47, destaque feito por Haesbaert): <i>“Denominamos ‘território’ a porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência”</i>.</p> <ul style="list-style-type: none"> – ligação do território com a natureza – “[...] o território se torna, antes de mais nada, uma fonte de recursos, ‘meios materiais de existência’” (HAESBAERT, 2007, p. 47).
Território numa perspectiva idealista: território e cultura	<ul style="list-style-type: none"> – nesta perspectiva incorpora-se a dimensão ideal ou “apropriação simbólica” do território. – para ilustrar esta concepção, Haesbaert (2007, p. 50) recorre a Bonnemaïson e Cambrézy (1996), em que a leitura de território passa pela “[...] lógica culturalista ou, se preferirmos, pós-moderna, que a geometria não permite medir e a cartografia, menos ainda, representar. Nesta [...] perspectiva o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que as fronteiras, inscreve-se nos

VARIÁVEIS INTERPRETATIVAS	REFERENCIAIS TEÓRICOS
	<p>lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaço homogêneo e contínuo da 'ideologia geográfica' (termo de Gilles Sautter para definir a visão de espaço cartesiana moderna".</p> <ul style="list-style-type: none"> – Ainda segundo Bonnemaïson e Cambrézy (1996, p. 10 apud HAESBAERT, 2007, p. 50): "O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico". – A força de sua carga simbólica é tamanha que o território é "um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos" (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996, p. 14 apud HAESBAERT, 2007, p. 51).
Dimensões priorizadas na definição de território	<ul style="list-style-type: none"> – dimensão natural, biológica do território – visão já ultrapassada na Geografia. – dimensão que "[...] prioriza as relações de poder, a condição política do território, principalmente aquela ligada ao Estado nação moderno" (HAESBAERT, 2007, p. 52). – dimensão simbólico-cultural – o território está investido de valores éticos, morais, materiais, simbólicos, afetivos. – dimensão econômica – "[...] geralmente acoplada a discussão sobre o domínio político do espaço a serviço de interesses econômicos" (HAESBAERT, 2007, p. 52). – Haesbaert considera que "[...] é imprescindível trabalhar com o território numa interação entre as múltiplas dimensões sociais" (HAESBAERT, 2007, p. 52).
Território e contextos histórico-sociais espacial	<p>o território, numa perspectiva histórica pode ser amplo ou restrito:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) perspectiva restrita – "[...] se privilegiamos as questões políticas e, dentro delas, a questão do Estado, o território pode ficar restrito às sociedades modernas articuladas em torno de Estados nações" (HAESBAERT, 2007, p. 54). b) perspectiva ampla – "Para outros, o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são ou geograficamente mediadas. – perspectiva intermediária – "Numa perspectiva intermediária em termos de problemática às quais se vincula [...] temos o território definido a partir das relações de poder mediadas pelo espaço" (HAESBAERT, 2007, p. 54). Neste caso é necessário definir o que se entende por relações de poder – podendo ser concebido, por exemplo, como Foucault, ou como Bourdieu (1989), ao se referir ao "poder simbólico" (HAESBAERT, 2007, p. 54). – Síntese – "O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder" (1984, p. 115)" (HAESBAERT, 2007, p. 54).
Território: sentido absoluto e relacional	<ul style="list-style-type: none"> – território absoluto – "[...] como um <i>a priori</i> ou como coisa (substrato concreto) [...]" (HAESBAERT, 2007, p. 54). – território relacional – "[...] como fruto de relações sociais ou, de modo mais específico para alguns autores, de relações de poder" (HAESBAERT, 2007, p. 54). – Síntese – "Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx. Além disso, outra consequência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira. Justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões" (HAESBAERT, 2007, p. 56).

Quadro 1 – Grandes linhas de interpretação do território segundo Haesbaert (2007).

Por meio dessas perspectivas identificadas por Haesbaert, podemos afirmar que a palavra território pode nos remeter às acepções distintas, dependendo das variáveis teórico-metodológicas escolhidas pelos autores. Daí a premente necessidade de dizermos quais são as bases referenciais desta tese.

2.2.1 Proposições para análise do território

Mesmo não estando em total conformidade com o pensamento de Foucault (2008a) sobre a análise territorial, visto que este amalgama território com a instância jurídico-política do Estado-Nação, continuamos o “nosso diálogo”, pois este não reduz o poder ao do Estado e tampouco reduz o território a um substrato material, pois considera também os processos sociais e suas complexidades, baseadas nas relações de poder, geradoras de apropriações reais e simbólicas. Abaixo elencamos alguns elementos que levamos em consideração ao analisar a crise cacauera da Bahia falada, delimitada, consubstanciada pelos cacauicultores, com o intuito de continuar a mandar no território conquistado pelos seus antecessores: os pioneiros, os desbravadores. E as mudanças nesse território em função de políticas públicas adotadas (ou não) pelo Estado brasileiro.

2.2.1.1 Análise relacional

Foucault (2008a) não faz uma teoria sobre o que é o poder, mas proposições, como coisa a ser experimentada, buscada, trabalhada, desanuviada na análise prática de relações concretas de poder. Assim, a investigação da crise falada da região cacauera não se volta para o poder em si, e sim para um “conjunto de procedimentos” (FOUCAULT, 2008, p. 4), de “mecanismos de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 4) que têm por objetivos provocar certos “efeitos de verdade” na população, para atingir o Estado, produzir “[...] a dimensão política da sociedade em sua composição espacial ou geográfica” (HAESBAERT, 2010b, p. 169) no uso

do território e tendo-o como referência para se obter ou manter trunfos. Essa é a primeira indicação de opção de análise do poder, aqui relacionado ao território.

Na segunda indicação de opção de análise está a questão da necessidade do consentimento, consciente ou não, dos comandados, para que o poder possa ser exercido. Cria-se, para tanto, mecanismos que induzem a comportamentos, como a sedução, recompensa, proibição, censura, interdição, repressão, coação, recursos à lealdade, tradição, autoridade, práticas exemplares, ao ritual das circunstâncias. Em outros termos, “O poder não se funda em si mesmo e não se dá a partir de si mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 4), pois ele se dá na relação com “os outros”.

Em terceiro lugar, essa análise dos mecanismos de poder, “[...] tem a ver com a filosofia, isto é, com a política da verdade, porque não vejo muitas outras definições para a palavra ‘filosofia’ além dessa” (FOUCAULT, 2008, p. 5). Dito de outra maneira, o saber constituído institui verdades e inibe vozes dissonantes ao poder da hierarquia social. Cabe a nós, portanto, descortinar as políticas da verdade, o que faz com que se instituem certas verdades em detrimento a outras, no comando do território.

Como quarta indicação de opção, Foucault considera a necessidade de se identificar a procedência de quem fala, como fala, de onde fala, em nome de quem fala, fala sobre o quê, em quais circunstâncias, para quem fala, utiliza-se de quais meios, com quais estratégias, quais são e a quem se destinam as ordens imperativas naquilo que fala, e os efeitos materiais e/ou simbólicos esperados. Detectar os objetivos dos discursos imperativos mais velados e polifônicos. É uma opção utilizamos para interrogar materiais discursivos na análise do território, como: reportagens, entrevistas, artigos, contos, depoimentos, palestras, seminários, filmes, documentários, teses.

Por último, a quinta indicação de opção: a relação entre a luta e a verdade, “[...] essa relação séria e fundamental entre a luta e a verdade, creio que não faz nada mais que se teatralizar, se descarnar, perder o sentido e a eficácia nas polêmicas internas ao discurso teórico” (FOUCAULT, 2008, p. 6). No que se refere ao território, a luta é pela apropriação real e simbólica dos bens sociais ali existentes. Cada soberano que o disputa, mune-se de indicativos de verdade, como a autoridade, tradição, lealdade, o saber e o conhecimento, para fazer

distinções, separações, hierarquizações, interdições e, assim, conseguir com que suas ordens surtam efeitos de verdade, resultem em práticas intencionadas.

Sobre o poder, Souza (2010) fundamenta-se em Hannah Arendt (1994), não só para responder ao que é o poder, mas para ressaltar que onde o poder é claramente usado com violência, sem aquiescência alguma da parte sobre quem é exercido, não há poder, contrariando a concepção de Raffestin (1993, p. 163) de que a violência física é "a forma extrema e brutal do poder."

Para nós, alguns tipos de violência – utilizar-se do saber para intimidar, constranger, persuadir, oprimir, calar – fazem parte das relações de poder, mas a violência física implica a ausência de poder, mesmo quando os já empoderados a utilizam-na para alcançar mais poder. O exercício do poder envolve o consentimento, mesmo involuntário, sobre quem aquele é exercício. Quando há a violência pura, física, rompem-se as relações de poder. Não é sobre a violência explícita que trabalharemos nesta tese, e sim a violência dissimulada.

Aqui, os autores Raffestin (1993), Haesbaert, (2007, 2010a) e Souza (2010) comungam das mesmas perspectivas analíticas, ou seja, de partir de uma problemática relacional para ler o território “[...] porque [...] as relações são capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais” (RAFFESTIN, 1993, p. 31). Ou, como afirma Haesbaert (2007, p. 54), “O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder”. Ou ainda porque envolve

[...] uma relação complexa entre processos sociais e espaço material [...]. Além disso, [...] ele [território] não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira. Justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões (HAESBAERT, 2007, p. 56).

De acordo com Souza (2010), Raffestin (1993) propôs fazer uma análise relacional do território, mas não alcançou tal intento, visto que “[...] não discerniu que o território *não* é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*” (SOUZA, 2010, p. 97, grifo do autor). Como veremos mais adiante, Raffestin (1993) concebe o espaço como um suporte

material no qual as relações de poder se dão e ao mesmo tempo um trunfo, meio para se obter algo.

2.2.1.2 Relação ideal/material

Consideramos que o território não é somente o “substrato referencial” de relações de poder. O território é, também, a delimitação concreta das relações de poder, a partir de onde o poder constrói suas teias, estabelece-se o “campo de forças”, local de onde e sobre o qual se fala-faz.

Em outros termos: o território não deve ser somente um substrato *a priori*, muito menos apenas um referencial para as relações de poder. Deve haver imbricação entre o substrato e sua eterna construção relacional, incluindo-se aí as representações sociais, os apegos sentimentais a esse recorte espacial. Assim, o território envolve concomitantemente “[...] a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações” (HAESBAERT, 2010a, p. 42).

2.2.1.3 O concebido e o falado na análise territorial

Além de tentarmos superar o binômio material/ideal, outro a ser superado é o de território já concebido – estabelecido, representável, mapeável, cartografável, “real”, programável/programado – do território falado (e as ausências de falares), fruto das disputas entre grupos de poder.

Nesse sentido cabe a sobreposição entre a crise da região cacaueteira da Bahia quantificável e cartografável, com o falado da crise, escrito, áudio-imagemmente registrado, como acontecimentos constituintes do próprio território. É o território como espaço de ação política, lugar da construção de identidades como armas do poder, de apropriações reais e simbólicas, nebulosamente delimitado.

2.2.1.4 A problematização do território

Como já dissemos, dependendo dos problemas colocados pelo território ao exercício do poder, os mecanismos de poder utilizados acontecem de formas múltiplas e em diferentes escalas: país, estado, região. Dessa forma, a configuração que o território assumirá não é procedente de uma forma única, por exemplo, hierarquizada, horizontal, vertical, ou aquela que mantém células individuais, articuladas entre si. Sob a aparente fixidez de um território dominado, ululam “ofensivas dispersas e descontínuas” (FOUCAULT, 1979, p. 168), eficazes no rompimento da ordem posta. Utilizando-nos da metáfora da rede de pescar, em um território-rede (HAESBAERT, 2010b) (redes de transporte, comunicação), os espaços vazios entre as linhas e nós estão cheios dessas possibilidades ofensivas, corroedoras dos poderes estabelecidos. Ou como afirma Foucault (1979), onde há poder resistências acontecem.

Foucault (2008a), quando tomou o território em seu aspecto empiricizável como uma das bases para suas reflexões, assume que, para desvendar as relações de poder, é necessário problematizar o território, interrogar sempre quais são os problemas que o território traz ao exercício do poder, para se entender exatamente, as formas-funções-símbolos desse território e as ações ali dispostas, colocadas para funcionar de acordo com objetivos pré-determinados, intencionais. A problematização entra como um dos elementos para a análise relacional.

Portanto, enfocamos as problemáticas de caráter político-econômico e cultural que fazem parte das relações de poder por meio do uso que um grupo de poder faz da região cacauera da Bahia, ou seja, centramos nos “efeitos de ordem material do poder”, das “ordens do discurso” (FOUCAULT, 2008a; HAESBAERT, 2010b), oriundas da falada crise da região cacauera. Enfim, em um território com sobreposições, descontinuidades históricas, com ordens, mandos vindos de longe e de perto, endógenos e exógenos – e suas resistências – sem uma base nitidamente delimitada, temos que perguntar quais seriam os empecilhos internos e externos e facilidades de ordem político-econômica ao exercício do poder dos cacauicultores, sem desconsiderar os processos de significação na apropriação simbólico-identitária, como estratégia de domínio dos trunfos materiais.

2.2.1.5 Multiplicidades de atuação e os alvos das ordens imperativas do poder

Um dos elementos que devemos levar em consideração, ao analisar os discursos sobre a crise, é a forma como os cacauicultores, na sua multiplicidade de formas de exclusões discursivas (inversões, interdições, separações-rejeições, mecanismos de oposição entre o verdadeiro e o falso, sistemas de diferenciações, reconhecimento de traços diferenciadores de categorias profissionais, rituais, institucionalizações, subversões, desqualificações, dissimulações, etc.), nas suas diferentes frentes de atuação, vão tratar a multiplicidade, por meio de diferentes táticas.

As táticas de poder atuam sobre uma multiplicidade, exatamente para acabar com ela, alisá-la, e tornar prevaiente uma que seja desejável para determinado grupo de poder. É sobre essa multiplicidade que irá atuar um conjunto de procedimentos, entre eles, os imperativos do poder: faça assim, faça daquele modo, assim é melhor, esqueça isso, lembre-se disso, assim não, veja isso.

Assim, o intuito é sempre acabar com as multiplicidades – como devir –, abrandar, alisar as “nodosidades”, acabar com qualquer elemento que se contraponha aos interesses dos empoderados. Para isso, em princípio, é necessário descortinar os objetivos do grupo de poder, identificar quais os comportamentos desejados por ele – por oposição, concomitantemente, determinar quais são os indesejados – e as normas estabelecidas para se alcançar o que se pretende.

Por isso (entre outras coisas), de acordo com Raffestin (1993), é necessário identificar as relações a serem analisadas, partindo-se da premissa de

[...] que toda relação, no que se refere ao seu conteúdo, é 'política', visto interessar e concernir realmente, ou virtualmente, a todo ser que pertence à coletividade ou a uma dada coletividade. Em outros termos, coloca-se o problema fundamental da repartição das coisas entre os seres humanos (RAFFESTIN, 1993, p. 34).

É preciso, portanto, identificar os tipos de relações (RAFFESTIN, 1993), se simétricas ou dissimétricas, e tornar claros os elementos da relação: os atores, os objetivos, as estratégias, os meios, os códigos e os componentes espaciais e temporais (Quadro 2), considerando-se que as relações de poder são difusas, porosas, não lineares, dispersas, difíceis de se apreender.

Abaixo apresentamos matriz analítica com a síntese dos elementos para ler o território, baseada em Raffestin (1993). São elementos que nos apropriamos para fazer as análises contidas nesse trabalho.

Identificação de quem fala	Objetivos	Estratégias	Meios	Códigos	Componentes espaço-temporais
Deve-se identificar os atores que “[...] realizam um programa [institucional] e os que não realizam um programa – [...] aqueles que surgem de uma classificação [pode ser profissional, grau de escolaridade...], de uma repartição, sem integração num processo programado [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 40).	Determinar quais os objetivos, se são simples ou complexos. Trata-se de somente um objetivo ou vários ao mesmo tempo, interdependentes ou não.	Desvendar as estratégias, descrever “[...] a combinação de uma série de elementos a serem convocados para chegar a um objetivo. Esses elementos são os mediatos [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 42), os meios para se chegar a um fim.	“[...] são muito diversos: meios financeiros, forças militares, discursos, trabalho, produtores etc.” (RAFFESTIN, 1993, p. 42)	Instrumentos para se transmitir uma mensagem. Podem ser linguísticos e não-linguísticos.	Entendimento da articulação tempo-espaço. Domínio territorial.

Quadro 2 – Elementos para a análise do território segundo Raffestin (1993).

Há, portanto, uma variedade de meios para se alcançar determinados objetivos e, no caso da crise da região cacauera, recorreremos aos enunciados dos cacauicultores e trabalhadores do cacau, em que identificamos suas recorrências e as analisamos segundo a proposta de Raffestin (1993) (Quadro 2) e Foucault (2008a) (Quadro 3 a seguir).

2.2.1.6 Espaço e território

Raffestin (1993) compreende o espaço como “[...] um suporte, além de um recurso, e, por conseguinte, um trunfo” (RAFFESTIN, 1993, p. 47) e têm duas faces, uma material e outra “[...] que tem seu significado dado pelos autores sociais”

(RAFFESTIN, 1993, p. 48). E existem “O tempo 'real', aquele dos movimentos astronômicos [...]”, e o tempo relativo, que “[...] é o tempo social da ação.” (RAFFESTIN, 1993, p. 49). “De qualquer forma, em toda análise relacional o tempo e o espaço devem ser considerados junto.” (RAFFESTIN, 1993, p. 49-50).

O entendimento de Raffestin (1993) sobre o espaço como “suporte”, como “recurso”, “trunfo”, foi contestado por Haesbaert (2010b, p. 164-165) e Souza (2010):

Naturalmente que se concorda aqui com RAFFESTIN (1993:143) em que o espaço é anterior ao território. Mas acreditamos que este autor incorre no equívoco de ‘coisificar’, ‘reificar’ o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material – vale dizer, o espaço social (SOUZA, 2010, p. 95).

Por essa polêmica, uma das questões feitas a Raffestin durante o Seminário Estadual de Estudos Territoriais, intitulado “Novos horizontes na geografia: perspectivas de território e de territorialidade”, em 2009, realizado em Francisco Beltrão-PR, foi: Como o senhor diferencia esses dois (espaço e território) conceitos? Raffestin respondeu o seguinte:

É uma questão difícil, porque você sabe que escrevi ‘Por uma Geografia do poder’ não agora, mas há cerca de 30 anos. [...] E eu me encontrei diante da necessidade de mostrar que o território era uma construção a partir de alguma coisa que existia antes dessa população. E a construção do território se faz com o ecossistema, com a realidade geográfica que existe ao redor de nós. [...] Eu considerei que a ‘matéria prima’ do território era o espaço, o espaço da realidade material que existia, o qual podia ser ordenado (‘aménagé’), delimitado, demarcado para dar um território. [...]. Então, evidentemente, hoje, no debate da geografia, o que é o espaço? É sobretudo uma categoria que talvez pode ser modificada, intelectualmente falando. Uma categoria que pode ser construída, etc. É um conceito mais mental do que material, no debate atual. [...]. O espaço é, de preferência, um processo do pensamento, é um sistema cômodo para pensar a realidade material, mas não é somente a realidade material. [...]. Eu continuo a pensar que o território é a construção dos homens; é a demarcação, a delimitação em um ecossistema; é uma produção a partir dos mediadores materiais e não materiais; é uma produção a partir de elementos políticos, institucionais que são extremamente importantes. Então eu continuo a dizer que no espaço, hoje, a matéria prima é o ecossistema, quer dizer, a parte inorgânica do ecossistema, como o solo. Hoje, se eu falo da matéria primeira do território, eu utilizarei talvez não o espaço, mas utilizarei o termo ecossistema, com sua parte inorgânica, o solo, o ar, a água com sua parte orgânica, a vegetação, a fauna, os diferentes fluxos vivos e energéticos. É nele que o homem trabalha para fazer o território (RAFFESTIN, 2009).

Esclarecimentos feitos, coadunamos com Souza (2010), Haesbaert (2010b) e Raffestin (2009) de que o espaço não se confunde com o substrato material. Para Haesbaert (2010b, p. 166), deve-se considerar espaço “[...] como outro nível de reflexão ou "outro olhar", mais amplo, cuja problemática específica se confunde com uma das dimensões fundamentais da sociedade, a dimensão espacial. Ao território caberia, dentro dessa dimensão, a focalização na espacialidade das relações de poder.”

2.2.2 Análise do Discurso em Foucault (2008a, 2008b, 2009, 1979): a análise das relações de poder para se ler o território

Uma das formas de elucidarmos o território é por meio da análise do discurso, incluídos aí os elementos de análise sugeridos por Raffestin (1993) e Foucault (2008a) vistos anteriormente. Segundo Foucault (2008a), é necessário identificar a procedência e objetivos dos discursos imperativos mais velados e polifônicos.

[...] a dimensão do que se tem a fazer só pode aparecer, parece-me, no interior de um campo de forças reais, isto é, um campo de forças que nunca um sujeito falante pode criar sozinho e a partir da sua palavra, é um campo de forças que não se pode de maneira nenhuma controlar nem fazer valer no interior desse discurso (FOUCAULT, 2008a, p. 5-6).

Vejamos: o sujeito falante nunca pode criar sozinho a partir de sua palavra. Deleuze, em diálogo com M. Foucault no livro “Microfísica do Poder”, afirma o seguinte: “Quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos” (FOUCAULT, 1979, p. 70). No entendimento de Deleuze (FOUCAULT, 1979), o sujeito não é fonte única do seu discurso, mas fala como indivíduo social, plural, histórico e socialmente construído na relação com os outros. Há uma polifonia, diversas vozes constituintes daquele dizer, que, ao dizer, revelam que: “A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não Linguística. Relações de poder e não relação de sentido” (FOUCAULT, 1979, p. 5). Se for assim, então no falatório sobre a crise da região cacauera vamos encontrar diversos outros falatórios. Haverá uma remissão a falas

dispersas, alinhavadas para dar certo sentido, uma hiperligação – uma referência a outras partes, a outras coisas não ditas.

A seguir, apresentamos uma matriz de análise do território segundo Foucault (2008a), à qual submetemos os conteúdos do corpus discursivos eleitos por nós para tentar desvendar a crise cacauera pelos cacauicultores e trabalhadores do cacau.

Procedência de quem fala	Discursos imperativos	Efeitos esperados	Com quais objetivos	Os efeitos esperados no território
Identificar quem fala, como fala, de onde fala, por quem fala, de quê fala, quando fala, para quem fala, porque fala.	Identificar sobre quem e o que indicam fazer, como fazer, quando fazer, em qual lugar, com que objetivo.	Identificar quais os efeitos esperados. Geralmente ligados à mudança de comportamento, seja do Estado, de um indivíduo, grupo ou população.	Identificar quais os poderes querem obter/manter/fortalecer. Quem pretendem tirar de campo. Os efeitos materiais que pretendem obter.	Identificar quais são os efeitos esperados no território – manter ou adquirir poder de decisão sobre, por exemplo, a propriedade e uso da terra e manter assimétricas as relações de trabalho.

Quadro 3 – Proposição de análise do território segundo Foucault (2008a) a partir da análise do discurso.

No entendimento de determinada crise cacauera e o uso de intermediações espaciais como instrumentos para se obter algo, é imprescindível para nossa pesquisa a questão da procedência, como exposta no Quadro 3. Nele, Foucault nos apresenta uma indicação dos questionamentos que devemos fazer para desvelar no que está dito, o não dito, mas remissivo:

[...] Primeira questão: quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o *status* dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (FOUCAULT, 2008b, p. 57).

Após decifrar os elementos que indicam a procedência, precisamos descobrir quais são as ordens imperativas e a quem elas se destinam. Ora os cacauicultores direcionam suas falas ao Estado, ora falam para a população, ora para os dois ao

mesmo tempo. Ao produzir e divulgar o documentário “O nó”, falam ao Estado e ao pretense aliado, a população.

O efeito esperado desse conjunto de falas é a mudança de comportamento do Estado e da população ao seu favor. Mas, afinal, o que querem? Qual o objetivo final de tanto dispêndio de energia? Quais são os efeitos materiais e imateriais que pretendem obter? Por fim, como utilizam um recorte espacial – o território da região – para alcançar seus intentos?

Mas não é só isso: precisamos saber também os meios utilizados, os gêneros discursivos, as estratégias, as dissimulações, desqualificações para entendermos como age o poder dos cacauicultores.

2.2.3 Análise crítica do discurso – mecanismos externos de exclusão discursiva

Até agora apresentamos algumas indicações, alternativas de como fazer a Análise do Discurso segundo Foucault, porque este autor não é prescritivo – faça assim, faça daquele jeito, assim é melhor, é assim que ocorre – e nem tenta apresentar análises globalizantes. Ao contrário, seu trabalho possui uma “[...] espécie de produção teórica autônoma, não centralizada, isto é, que não tem a necessidade, para estabelecer sua verdade, da concordância de um sistema comum” (FOUCAULT, 1979, p. 169). Ao estudar as relações de poder relacionadas com a crise da região cacauieira, devemos identificar e olhar cuidadosamente o nosso foco de análise, fazer as próprias inquirições, achar os caminhos.

Assim, apresentamos alguns elementos da análise crítica do discurso, que acreditamos funcionar, dar conta de focar a complexidade de relações mascaradas por uma verdade dominante sobre a crise cacauieira. Centraremos nossa análise nos procedimentos externos de exclusão – procedimentos que têm por objetivos dominar, sepultar determinados saberes, fazendo com que sobressaia a verdade de alguns.

Foucault (2009) nos apresenta três procedimentos de exclusão dos dizeres: interdição, separação e rejeição, oposição entre o verdadeiro e o falso, sem, no entanto, afirmar que essas são as únicas formas. A seguir explicamos e exemplificamos cada um desses procedimentos.

1º – interdição – criamos socialmente mecanismos que nos impelem a não dizer tudo, sobre tudo, em qualquer lugar e tom. Isso não está dito, mas está interdito, está interditado e introjectado. Não é preciso que nos digam o que dizer, quando, como e em qual tom dizer já que somos social, históricos e geograficamente contextualizados e aprendemos como nos comportar. Como diz Foucault (2009, p. 9), “[...] sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa [...]”. Assim como escolhemos a roupa adequada a cada circunstância, também escolhemos as palavras, o tom, o assunto, a postura, para que nossas palavras surtam “efeitos de verdade”, resultem em adesões, de forma contextualizada. Podemos proceder assim por:

a) *tabu do objeto* – assunto de que não se pode ou de que não se deve falar, assunto proibido. Por exemplo: falar sobre sexo em nossa sociedade ainda é tabu. É um assunto restrito a lugares, faixa etária, gêneros e assim por diante;

b) *ritual das circunstâncias e/ou por lugares institucionais de onde se fala* – escolhemos os lugares onde falar para que as palavras sejam encorpadas com maior potencial para a transformação, portanto, não é permitido que qualquer um fale em determinadas circunstâncias. As palavras dos cacauicultores possuem maior poder porque são ditas nas universidades, na associação patronal, no Senado Federal, na Ceplac, APC, IPC, Lista do Cacau, Unicamp, Instituto Goethe, Câmara Setorial, na TV global, Mercado do Cacau, na internet. Diferente dos trabalhadores que falam nas praças, nas roças ou buraras, nas entidades de classe, nos assentamentos de reforma agrária. Em cada uma dessas instituições e locais há circunstâncias ritualísticas diferentes e as palavras surtem efeitos socialmente distintos. Neles alguns têm a palavra franqueada, em detrimento a outros que são coagidos, interditados, impelidos a não falar. Sem que digam, aqui você não pode falar, sabem que não podem e assim se comportam.

c) *direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala* de acordo com o status social que lhe confere competências e exige saberes: se cacauicultor, trabalhador braçal, capataz, cientista, professor, agrônomo, médico, administrador de empresas, empresário, analfabeto, letrado. Os empoderados explicitam, valorizam, apropriam-se de determinados saberes e, em contrapartida, submergem, desqualificam e excluem outros. Há aqui diferenciações de relações:

[...] (divisão das atribuições, subordinação hierárquica, complementaridade funcional, demanda, transmissão e troca de informações) com outros indivíduos ou outros grupos que têm eles próprios seu *status* (com o poder político e seus representantes, com o Poder Judiciário, com diferentes corpos profissionais [...]) (FOUCAULT, 2008b, p. 57).

Há traços “[...] que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade” (FOUCAULT, 2008b, p. 57). As falas não são dissociáveis do personagem, definido por status, que tem o direito de articulá-las. Mas esse status pode ser modificado ao longo do tempo. A fala do professor, hoje, vale menos do que a fala do professor 40 anos atrás e o mesmo pode-se dizer dos atuais cacauicultores baianos.

A luta pela palavra que surta efeito de verdade é contínua, mas não retilínea, como se fosse possível haver o retorno eterno ao ponto inicial de origem, do que foi dito pela primeira vez. São irrupções, rupturas, emergências, focos iluminados de acordo com o contexto histórico-geográfico. Afinal, “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, é o poder do qual nós queremos apoderar”, afirma Foucault (2009, p. 10).

2º – separação e rejeição – distingue-se, separa-se e rejeita-se uma das partes em uma relação de poder. Nesta pesquisa pensamos no autóctone tornado índio e nos não índios; índios “belicosos” e índios “genocidas cordiais”; pioneiros e não pioneiros; quilombolas e não quilombolas; analfabetos e letrados; trabalhadores braçais e “pensantes”; ricos e pobres; com terras e sem-terra; agricultores familiares e produtores capitalistas; invasores históricos da terra (primeiros invasores das terras indígenas), invasores jurídicos na atualidade (os sem-terra invasores das terras dos cacauicultores). Criam-se as artimanhas da distinção e separação: denomina-se um e outro, atribuem-se determinadas características – positivas/negativas, identificam-se marcas (fisionômicas, comportamentais, morais, profissionais, culturais, legais, tradicionais etc.), adjetivam-se, desqualificam-se os saberes, hierarquizam socialmente as pessoas. As palavras das pessoas quando colocadas no “andar de baixo” não são acolhidas, aceitas. Não tendo a energia social da verdade, soam sem importância, sem efeitos; não acolhem respeito ou temor, não suscitam adesões de outros humanos: “Saber desqualificado pela hierarquia dos conhecimentos e da ciência [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 170). Além

disso, os inferiorizados, como supostamente desprovidos de saber, não devem falar o território. Como não falam, não são ouvidos e nem suas falas são reproduzidas. Nas relações de poder, esses são os que devem, docilmente, ouvir e obedecer.

Esses procedimentos de exclusão, aqui descritos separadamente, podem acontecer simultaneamente. Trata-se de um jogo “[...] de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar” (FOUCAULT, 2009, p. 9).

A seguir, apresentamos, a título de exemplo, uma ação de exclusão, de identificação de procedência e interdição, que acontece na fala/escrita de um listeiro, por meio da diferenciação e desqualificação. *E-mails* postados na Lista do Cacau pelo Listeiro nº 2 (sem identificação de procedência no *e-mail*) e o Listeiro nº 14. Vamos começar pelo *e-mail* do Listeiro nº 2:

Vale destacar outro enigma: o do pseudo produtor chorão... chora por causa da vassoura, chora por causa da dívida, chora por causa do código florestal, chora por causa do porto, do governo, ambientalistas... isso é uma comédia... O verdadeiro produtor de cacau é aquele que resiste com honra aos desafios e não fica com frescura... (LISTEIRO nº 2, 29/12/2011a).

Sou produtor de cacau ambientalista e estou inconformado pelo alto nível de preconceito que existe nessa lista, seja contra ambientalistas, agricultores familiares, quilombolas, assentados, dentre outros e resolvi protestar. Não imagino ser um agricultor sem estar ao lado do meio ambiente e daqueles que o protejam. E não sejam ingênuos, as grandes ONGs internacionais estão intimamente ligadas com as corporações, veja o caso da TNC/Cargill, CI/Monsanto e inúmeros outros exemplos... (LISTEIRO nº 2, 29 dez. 2011b).

Segue abaixo uma das respostas a esses *e-mails* pelo Listeiro nº 14, solicitando-se a procedência do Listeiro nº 2:

Boa tarde , Sr. [Listeiro nº 2]
 O Sr. tem CPF?
 O Sr. tem C.I.?
 O Sr. é natural de que localidade?
 O Sr. é da Bahia, ou de onde?
 O Sr. tem matricula no Incra?
 Poderia informar o número?
 O Sr. possui propriedade em que Município?
 Qual o nome dessa propriedade?

Descreva a localidade exata da propriedade para podermos localizar no google?

Informe quem o inscreveu na lista?

Informe quem são seus amigos que o conhecem pessoalmente, que fazem parte da lista do cacau?

Caso o Sr. nada disso informe ou confirme, o Sr. é um Nick Name, ou seja, somente mais um endereço eletrônico fantasmilha Pluft, não é Gasparzinho não.

Tenho uma leve impressão do que cito acima, no entanto gostaria que exista, para dentro do que o

colocaram, além de minha pessoa, pudesse sucintamente nos responder. Senão vai ficar feio, igual a laudos antropológicos inidôneos de falsos Antropólogos contratados pelo INCRA para mentir, mentir e reinventar mentiras no tocante a terras de FALSOS INDIOS, FALSOS QUILOMBOLAS. Outra coisa, se é que existe, nos respeite enquanto produtores rurais. Por favor! Passar bem! (LISTEIRO nº 14, 30/12/2011).

Meu amigo,

para que você precisa de todas estas informações?

quer me ameaçar somente porque não concordo com algumas coisas que vejo aqui nessa lista escrita? Sou bisneto de produtores e assim permaneço até hoje, mas não acho que devo agora prestar esse tipo de consideração. Penso que seria melhor fazer isso pessoalmente. Oportunidades não faltarão. Um cordial abraço. (LISTEIRO nº 2, 02/01/2012).

Sr. [Listeiro nº 2]

Primeiro que não sou seu amigo, por favor retire essa palavra quando se referir a minha pessoa, pois nem lhe conheço e nem pretendo conhecer o misterioso Mister. Mais é muito risível, para não dizer sofrível essa sua infantil resposta, que nada mais é do que a confirmação do que se imaginava. Não se pode responder se não é REAL. Se perguntar não ofende, como é que você se fez vítima [vítima] de ameaça! Que absurdo, me processe meu Fantasmilha de estimação! Você tem IP, correto, sua fantasia de carnaval pode ruir a qualquer momento, aparecendo a verdadeira face. Quanto ao seu PESSOALMENTE, sinto um leve toque de "amedrontar", mas estou aguardando, sentado ou deitado, para não me cansar, pois não aparecem 'fantasmas' há muito tempo. Não mais retorno a essa sua ladainha já devidamente comprovada de Nick Name. Passar bem, caro e ilustre desconhecido, até a máscara cair (LISTEIRO nº 14, 02/01/2012).

Aqui há uma tentativa de o Listeiro nº 14 inabilitar, desacreditar, desqualificar, anular, cassar qualquer possibilidade de que as palavras do Listeiro nº 2 resultem em adesões e surtam efeitos de verdade, em ações concretas, contrárias aos interesses dos cacauicultores. Assim, pergunta-se a procedência de quem fala, para identificar sua posição no contexto social, seu status - se baiano, cacauicultor, amigo de cacauicultor, proprietário local. No discurso, o Listeiro nº 14 diz que quem está

autorizado a falar sobre os cacauicultores é somente quem possui determinado status, pois é isso o exigido do Lesteiro nº 2. Caso contrário, essas palavras estão obstaculizadas, inibidas, condenadas à dissipação porque não têm “certificado de origem”, não têm credenciais. As palavras não bastam. É preciso saber de quem elas emanam, saber com quem está se falando, com quem a pessoa falante se relaciona, mesmo na troca eletrônica de correspondência em uma lista de discussão virtual em que não é corriqueiro as pessoas se identificarem dessa maneira, por correrem o risco, inclusive, de parecerem pedantes.

Contudo, é pertinente observarmos que

[...] em nossas sociedades (e em muitas outras, sem dúvida), a propriedade do discurso - entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao *corpus* dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas - está reservada de fato (às vezes mesmo, de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos [...] (FOUCAULT, 2008b, p. 75).

Voltando aos procedimentos de exclusão, vamos ao terceiro item.

3º – oposição entre o verdadeiro e o falso – como diz Foucault (2009, p. 14), “[...] algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) [...]”. Para que haja reconhecimento de algo como verdade, estabelecem-se regras, procedimentos, instrumentos, métodos.

Já houve um tempo em que o poder procedente da autoridade é que definia o que era verdade e não aceitá-la era risco de ser queimado na fogueira, esquartejado e exposto em praça pública, entre outras formas de coagir a palavra. O verdadeiro e o falso eram historicamente construídos, baseados no poder da autoridade – o que o papa dizia era verdade, o mesmo poderia se dizer do rei, imperador, coronel, etc.

Era o dito por quem de direito, de acordo com um ritual, que levava ao aceite da verdade. O verdadeiro e o falso eram assim assumidos, dependendo da autoridade, respeito, temor de quem os dizia. Para questionar a veracidade do que se diz, ainda hoje se pergunta: quem falou isso? Ou de antemão se anuncia (pelo sobrenome, por exemplo), quem está falando, para que não haja dúvidas sobre o poder do dito.

Nesse caso, a verdade se estabelece fora do discurso: pelo ato ritualizado da autoridade que enuncia. Mas “[...] chegou um dia em que a verdade se deslocou do

ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência” (FOUCAULT, 2009, p. 15). Recorre-se a diversos materiais, referências e representações como quadros, gráficos, tabelas, mapas, dentre outras formas de “vontades de verdade”, ou vontades que determinados ditos tornem-se verdades.

Excluem-se os dizeres de quem não tem autoridade e nem determinadas formas para dizê-los. Exclui-se o “saber das pessoas” – “[...] um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 170). Exclui-se o que não passou pelo crivo da “vontade da verdade”.

Desloca-se o mecanismo de exclusão do ato, da ritualização do discurso para o próprio discurso, da enunciação para o enunciado. Mas ela é [a vontade da verdade] também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido de certo modo atribuído (FOUCAULT, 2009, p. 15).

Esses não são os únicos mecanismos de exclusão. Poderíamos acrescentar o lugar institucional ocupado por quem fala; a expectativa em relação a quem está ouvindo, a que público se dirige; aos comportamentos esperados dos profissionais (do cacauicultor, trabalhador braçal, professores, pesquisadores, etc.), a forma como a pessoa falante está vestida, os símbolos de status externos à pessoa. Mas vamos nos ater aos três primeiros, porque é o que nosso *corpus* discursivo nos permite analisar melhor.

Assim é que nossos falares não são só nossos, são dispersos, descontínuos em relação a nós mesmos. Podemos, ao longo do tempo (de um dia, por exemplo), falar ocupando diversas posições, status, lugares e mudar os nossos falares, a vontade de poder, de acordo com as variáveis a); b); e c) acima.

Cabe ao investigador, no entendimento do território, tornar visíveis esses dizeres, suas práticas e os focos de resistências assim como desvendar os “efeitos de saber” produzidos socialmente e as “táticas de poder nessa luta”, para que os ditos de alguns sejam praticados como verdade. Assim, a análise territorial “[...] tem o papel de mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta” (FOUCAULT, 2008a, p. 5), no

domínio do território da região cacauzeira, caso em referência. Cabe, portanto, ao filósofo [e ao geógrafo] nessa análise dos mecanismos de poder, posicionar-se

[...] como contrapoder e se dá como tarefa analisar; elucidar, tornar visíveis e, portanto, intensificar as lutas que se desenrolam em torno do poder, as estratégias dos adversários no interior das relações de poder, as táticas utilizadas, os focos de resistência, constante, em suma, que a filosofia pare de colocar a questão do poder em termos de bem ou mal, e sim em termo de existência (FOUCAULT apud SENELLART, 2008a, p. 505-506).

Portanto, cabe aos analistas do território “[...] saber que campos de força reais tomar como referência para fazer uma análise que seja eficaz em termos táticos” (FOUCAULT, 2008a, p. 6).

2.3 NOSSA PROPOSTA: TERRITÓRIO E REGIÃO COMO PARES CONEXOS

Colocamo-nos outro caminho que acontece simultaneamente à concepção de região como *artefato*: sua sobreposição ao território, sendo, ao mesmo tempo, região *artefato* e território, *locus* das relações de poder, objeto político de reivindicações, de discursos de um grupo de poder e de experiências sentimentais carregadas de intenções.

Entendemos o território como substrato material, *locus* das relações de poder, espaço de expressão e constituição dos mecanismos de poder, aprisionamento sentimental de apego, referencial para construção de identidades propositadas e de apropriações. Esse território possui uma área, mesmo que de delimitação fluída, e sobreposta à de região; é alvo de apropriação por um grupo de poder, que fala e age como sendo dele e o usa como referencial de luta por exclusividade e tratamento diferenciado pelo Estado.

A aproximação do conceito de região ao de território, neste caso, ocorre pelo seu uso instrumental e da região como *locus* para o domínio, comando, regência de um espaço, como nos remete a origem etimológica da palavra região.

Segundo Albuquerque Júnior (2011, p. 36),

[...] ela [região] remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu esquadrinhamento, ao seu recorte e à sua análise, que produz saber. Ela é uma noção que nos envia a um espaço sob domínio, comandado. Ela remete, em última instância, a *regio* (rei). [...] *A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço* (grifo do autor).

Assim, a região cacauzeira do Sul da Bahia se realiza também como território porque, embora seu acesso não seja controlado, não haja a necessidade de seus ingressantes ultrapassarem cancelas, guaritas, ou outros elementos materiais de controle de acesso, e nem sofrer agressões físicas ao ingressar nela, há reações discursivas e práticas dos cacauicultores àqueles que constroem outros esquadrinhamentos perspectivando regionais.

2.3.1 A região falada, recortada e consubstanciada pelos cacauicultores e trabalhadores

Como afirmamos na introdução desse trabalho, o que nos instigou a pesquisar sobre a crise da região cacauzeira foi sua constante repetição nos falares e práticas discursivas. Assim, começamos por apresentar as quatro principais acepções da palavra região encontradas na Lista do Cacau¹⁰, conforme quadro 4 a seguir:

a) A região como território de ocorrência de fenômenos históricos, sociais e políticos: substrato material em que acontecem, suas extensões e limites (78,85%), como produção cacauzeira, crime da vassoura-de-bruxa, fatores relacionados ao crime da vassoura-de-bruxa, local onde vive uma população, manifestação de uma determinada cultura ou “civilização do cacau”, lugar de referência e identidade (a pessoa é da região, mora na região, entra e sai da região), local de inspiração para os romances de Jorge Amado;

b) Sentimento de pertencimento, apego sentimental (sua, minha, nossa região) (14,75%): apropriação real e simbólica – lugar de reprodução da vida, construtor de identidade, recorte territorial para construção de diferenciações entre

10 Só contabilizamos a palavra região. Quando os entrevistados ou listeiros se referiam à região somente como Sul baiano, não contamos.

os que podem e os que não podem falar em nome da região, os “de dentro” e “os de fora”. Os “nós”, como grupo de poder e “os eles,” os não iguais, os que não coadunam com os interesses dos cacauicultores.

Apropriando-nos das palavras de Souza (2010, p. 86):

Aqui, o território será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os *insiders* e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

Com nos disse a entrevistada nº 18: “Que tudo era fechado para os coronéis. Circulava tudo entre eles, o que era bom era pra eles, política era deles” (Entrevistado nº 18, 31/03/2011). Assim, os “de fora” muitas vezes são vistos com desconfiança, temor ou como pessoas que precisam ser desclassificadas para não ter credibilidade e não ameaçar o poder dos que têm prestígio e legitimidade social para falar pela região.

A esse respeito à entrevistada nº 22 nos disse o seguinte: “Mas eles [que se dizem nativos] se sentem tanto daqui, que querem expulsar quem eles acham que é diferente”. Ou: “O rapaz do Greenpeace foi cuspidado! Cuspiram no rosto dele. O rapaz que é e não é daqui. Que é de fora, mas está aqui há muito tempo”. Ou ainda:

É tão engraçado porque as pessoas, às vezes, que falam assim: 'ele é estrangeiro!' 'Ah, vem essa gringinha pra cá...' Porque as vezes vem do Sul do país. Aí diz assim: “você... Ele é forasteiro”. 'Forasteiro? Por que forasteiro? Veio de onde? De marte?' (Entrevistada nº 22, 18/05/2012).

Além disso, a região cacaueira torna-se imediatamente território quando os cacauicultores reivindicam uma política territorial de exceção para o cacau na região, alegando serem vítimas do crime da vassoura-de-bruxa, das orientações ineficazes da Ceplac, e são merecedores de um tratamento diferenciado. Há, dessa maneira, uma mobilização política de base territorial para fazer frente ao poder do Estado.

Nesse caso o território está inserido, imbrica-se com a região. Trata-se de uma região pensada e agida também como território, mesmo que os territórios não necessitem da região – longe disso – para firmar-se. E nem o contrário.

c) A região como entidade, *anima*, ator político, símbolo (5,28%): transmutação de ações e sentimentos para o território da região cacaueira, como por

exemplos, dizer que a região está em crise, sofre, ou está endividada. Ao fazer isso, se evita falar quem está em crise, quem está sofrendo, ou quem está endividado na região. Transfere-se a crise para todos da região, faz o mesmo referente ao sofrimento e as dívidas.

d) A região como a combinação dos elementos da natureza (1,10%): clima, solo, vegetação, hidrografia, relevo – local onde acontecem, sua extensão e limites: Mata Atlântica, clima quente e úmido, solo acidentado que dificulta a mecanização da produção cacaueteira, banhada principalmente pelos rios Almada, Cachoeira, Contas e Colônia.

Uso da palavra região na Lista do Cacau	Qde.	%
Região como território de ocorrência de fenômenos históricos, sociais e políticos – localização, extensão, limites desses fenômenos: produção cacaueteira, crime da vassoura-de-bruxa, fatores relacionados ao crime da vassoura-de-bruxa, onde vive uma população, local de uma determinada cultura ou “civilização do cacau”, lugar de referência (é da região, mora na região, de onde se sai e entra), referência para os livros de Jorge Amado.	358	78,85
Sentimento de pertencimento, apego sentimental (Sua, minha, nossa região): apropriação real e simbólica	67	14,75
A região como <i>anima</i> , símbolo: está endividada, era rica, recebe pesares, não reconhece o valor de seu patrimônio histórico, está em crise, passa por dificuldades, precisa de soluções, está em situação de penúria, tem esperança, está desgraçada, precisa ser reabilitada, a riqueza gerada é para a região, sofreu um ato terrorista, tem um destino, pede redenção, é defendida, recebe prestação de serviços, possui produtividade, luta, precisa se desenvolver, é justa, honesta, elege pessoas, é boa para se viver, sofreu diversos males. “Os criminosos sempre ficarão com muitas pulgas atrás de suas zorelhas [dizer brincalhão para a palavra orelhas] e zovidos [dizer brincalhão para a palavra ouvidos], principalmente em suas porcas,sujas,nefastas consciências psicopatas,pois creio que absolutamente eles sabem o vendaval de maldades que fizeram contra toda uma região,outrota rica,e fulgurante”(LISTEIRO nº 14, 25/05/2010).	24	5,28
Região como a combinação dos elementos da natureza: clima, solo, vegetação, hidrografia, relevo – localização, extensão, limites.	5	1,10
Total	454	99,98

Quadro 4 – Uso da palavra região na Lista do Cacau: pastas de documentos sobre o crime da vassoura-de-bruxa, questão agrária, trabalho e trabalhadores.

Nota: Período de perscrutação da palavra região na Lista do Cacau: março de 2009 a novembro de 2010.

Essas mesmas variáveis da acepção da palavra região aparecem nas entrevistas com os cacauicultores, como demonstra o Quadro 5. O que muda é a menor frequência com que aparece a região como local que desperta sentimentos de pertencimento e apegos sentimentais de apropriação, dando lugar à região como ente vivo, *anima*. A região natural é repetida, falada com maior frequência nas entrevistas com os cacauicultores.

Entrevista com os cacauicultores - uso da palavra região	Qde.	%
Região como território de ocorrência de fenômenos históricos, sociais e políticos – localização, extensão, limites desses fenômenos: produção cacauieira, crime da vassoura-de-bruxa, fatores relacionados ao crime da vassoura-de-bruxa, onde vive uma população, local de uma determinada cultura ou “civilização do cacau”, lugar de referência (é da região, mora na região, de onde se sai e entra), referência para os livros de Jorge Amado.	233	70,39
A região como <i>anima</i> , símbolo: está endividada, era rica, recebe pesares, não reconhece o valor de seu patrimônio histórico, está em crise, passa por dificuldades, precisa de soluções, está em situação de penúria, tem esperança, está desgraçada, precisa ser reabilitada, a riqueza gerada é para a região, sofreu um ato terrorista, tem um destino, pede redenção, é defendida, recebe prestação de serviços, possui produtividade, luta, precisa se desenvolver, é justa, honesta, elege pessoas, é boa para se viver, sofreu diversos males.	72	21,75
Região como a combinação dos elementos da natureza: clima, solo, vegetação, hidrografia, relevo – localização, extensão, limites.	17	5,13
Sentimento de pertencimento, apego sentimental (Sua, minha, nossa região): apropriação real e simbólica.	9	7,71
Total	331	99,98

Quadro 5 – Os significados da palavra região encontradas nas entrevistas com os cacauicultores.

Essas quatro principais acepções da palavra região expressam formas do poder recortar (delimitar uma área), apropriar-se (real e simbolicamente), falar e agir como se fosse a própria região, consubstanciando a região à semelhança de suas vontades e verdades vinculadas ao território regional. Portanto:

As características regionais referem-se, então, a uma tendência histórica patrocinada pelos interesses localmente dominantes - família, religião, política e empreendimentos – no sentido de favorecer práticas compatíveis, e tornar-se parte da mesma estrutura de percepção cultural. Portanto, a própria identidade regional é influenciada pelo comportamento das suas elites em relação à própria região, ao poder central e às outras regiões (CASTRO, 1992, p. 39).

Nesse sentido não é de se estranhar que no que se refere aos trabalhadores, houvesse poucas modificações quanto ao uso da palavra região. No quadro 6 temos as representações da palavra região segundo o entendimento dos trabalhadores. Em primeiro lugar está a região como localização, limite e extensão de fenômenos (75,92%), sendo ressaltados o coronelismo e a introdução da vassoura-de-bruxa como alguns desses fenômenos. A região é o local das ações dos antigos coronéis e de seus descendentes e de onde lutam contra o poder e as injustiças praticadas por esses. A existência da vassoura-de-bruxa na região é falada com pesar pela

desestruturação que essa trouxe às suas vidas e ao mesmo tempo com exaltação pelas novas possibilidades surgidas com a diminuição do poder dos cacauicultores.

Em segundo lugar aparece a região como ente, com 14,50% das manifestações, e, nesse caso, pede-se que haja maior união na reconstrução da região que está vivendo ou viveu um drama. Em terceiro aparece a região como apropriação emocional, afetiva, sentimental (5, 86%).

Por último, temos a região natural, aquela delimitada pelas particularidades do clima, vegetação, relevo, hidrografia, que por um lado apresentam as condições ótimas para os cacauais, foi desfavorável ao combate à vassoura-de-bruxa e ao uso de maquinários no transporte e colheita do cacau, dificultando a substituição dos trabalhadores.

Entrevista com os trabalhadores - uso da palavra região	Qde.	%
Região como território de ocorrência de fenômenos históricos, sociais e políticos – localização, extensão, limites desses fenômenos: produção de cacau, coronelismo, disseminação vassoura-de-bruxa e suas consequências.	246	75,92
A região como ente, <i>anima</i> , símbolo: entra em crise, está em crise, ressurgiu da crise, foi afetada pela crise, é rica, está saindo da crise, é pobre, está falida, empobreceu, está crescendo, é dependente financeiramente, é frágil politicamente, é promissora, subsidiada, fica triste, gera riquezas, pode praticar autofagia se não houver união entre os diferentes segmentos sociais na condução do desenvolvimento regional, sofre um drama, tem aptidão, tem espírito, futuro, tem um produto que é o cacau...	47	14,50
Sentimento de exclusividade, pertencimento (É minha, é nossa).	19	5,86
Região como a combinação dos elementos da natureza: clima, solo, vegetação, hidrografia, relevo – localização, extensão, limites.	12	3,70
Total	324	99,98

Quadro 6 – Os significados da palavra região encontrados nas entrevistas com os trabalhadores.

No que se refere aos trabalhadores, aqui cabe uma ressalva: quanto menor o grau de instrução e participação dos entrevistados nos problemas de ordem regional, menos se fala e repete a palavra região. Entretanto, como consideramos nessa pesquisa como trabalhadores também os ligados aos movimentos sociais de luta pela terra e funcionários públicos envolvidos com o planejamento regional, nas entrevistas desses a palavra região se repetiu com frequência.

Encontramos, assim, no conceito de região,

[...] sem sombra de dúvida *com* um de seus principais ‘satélites’ [...] o conceito de território. Basta verificar a sobreposição dos dois conceitos, que na maior parte dos dicionários são tratadas sempre, em algum momento, *como* sinônimas (HAESBAERT, 2010b, p. 158).

Além disso, longe de ser visto *como* simples abstração, representação, generalização (condição fundamental, contudo, em nossas conceituações), um conceito é também, em si, uma realidade (um evento ou ‘acontecimento’, diria de forma mais provocativa Gilles Deleuze) *no* sentido de que ele não simplesmente ‘traduz’ ou ‘representa’, *como* no positivismo clássico, mas, ao pretender ‘traduzir’, ‘reproduzir’ ou ‘re-apresentar’, da mesma forma e concomitantemente produz realidades, ou seja, é também um instrumento de criação ou como já dissemos, de *devenir*, de abertura para a produção do novo (HAESBAERT, 2010b, p. 158-159, grifos do autor).

Esses esclarecimentos e discussões são relevantes, pois admitimos que território e região são espaços usados pelos humanos, que recortam o espaço e formam *imagens receptoras* do real desigualmente, sem, contudo, desvincular-se do ser social que é ao *evocar* outras imagens a partir desse real (DAMÁSIO, 2011) e fazer outros recortes. Esses humanos escalonam o espaço, atribuem funções, nomes, delimitam, emitem juízos, se apropriam, têm apegos profundos e intencionalidades.

Identificar-se como sendo da região cacaueteira tem um efeito, um sentido reconhecido pelos “de dentro” e “os de fora”, que implica mudança de tratamento pessoal. Ou pelo menos implicava mais do que atualmente. Assim, do vai-e-vem entre o homem e a região, da região ao homem, o território e região vão ganhando espessura, modelagem, despertando as pulsações da afetividade e da racionalidade.

2.4 OS PASSOS DA PESQUISA

2.4.1 Identificação dos sujeitos da pesquisa: os entrevistados

Entrevistados – as entrevistas foram temáticas; conforme Alberti (2005, p. 37)¹¹, essas “[...] são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido [...]”. Para a escolha dos entrevistados utilizamos o tradicional método de recrutamento e seleção denominado “bola de neve”, em que os entrevistados indicam outros e assim sucessivamente (EIDE; ALLEN, 2005). Os

11 O trabalho realizado com as entrevistas seguiram algumas orientações contidas na seguinte referência: ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

entrevistados iniciais foram contactados por meio da Lista do Cacau. Passamos *e-mails* para dois listeiros, apresentando-nos e convidando-os a participar da pesquisa por meio de uma entrevista. Após o aceite, marcamos dia, hora e local da entrevista. Esses primeiros entrevistados indicaram outros a serem entrevistados – cacauicultores ou não.

Quanto aos trabalhadores, estes foram contactados no Sindicato do Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna, e também indicaram outros a serem entrevistados. Além disso, conversamos com os taxistas do ponto localizado defronte à Catedral de São Sebastião – Ilhéus - BA, fizemos uma entrevista com um deles e obtivemos indicações de outros potenciais entrevistados. Para ser entrevistada, a pessoa teria que ser produtora de cacau (proprietária ou não), estar trabalhando ou ter trabalhado com o cacau, ter testemunhado esse acontecimento.

O roteiro individual semiestruturado da entrevista continha perguntas que objetivavam construir um perfil sócio-econômico e educacional do entrevistado: idade, gênero, formação escolar, atividade remunerada principal (profissão), salário/renda, expresso em quantidade de salários mínimos. Quando o entrevistado era proprietário ou produtor em terras alheias (arrendatários, meeiros, parceiros), solicitamos os dados da propriedade, da produção e das relações de trabalho adotadas.

Somente após a coleta desses dados é que iniciamos a gravação da entrevista com o seguinte roteiro:

1. Conte-me sua história de vida relacionada com a produção do cacau.
2. Fale-me sobre a crise cacauera (e as variações desse questionamento. Por exemplo: O que foi/é a crise cacauera para o(a) Sr(a)?).
3. Responda-me às seguintes questões referentes à crise cacauera (se o entrevistado não tivesse mencionado essas questões nas perguntas anteriores):
 - O que o(a) Sr(a) perdeu com a crise cacauera?
 - O que o(a) Sr(a) ganhou com a crise cacauera?
 - O que o(a) Sr(a) fez para sobreviver à crise cacauera?
 - O(A) Sr(a) sente saudade do tempo de maior produtividade do cacau? De quê?
 - Coronelismo... Se necessário complementava-se com a pergunta: O que o(a) senhor(a) tem a me dizer sobre isso?

- A Região Cacaueira da Bahia ainda está em crise? Por quê?
- Gostaria de falar sobre alguma coisa referente à crise que não foi perguntada?

Ressaltamos tratar-se de um roteiro, o que nos deu liberdade para solicitar esclarecimentos e complementar a ideia do entrevistado com outras perguntas. Destacamos também que são perguntas abertas em que procuramos deixar o entrevistado com grande margem para expor seus falares sobre a crise e o território-região. Não fizemos qualquer pergunta direta sobre o que era a região cacaueria para os entrevistados ou sobre o território. A enunciação sobre a região veio espontaneamente, à medida que a pessoa foi dizendo, se manifestando sobre a crise.

Encontramos maior dificuldade em entrevistar os trabalhadores nas fazendas porque os contactados alegavam receio de sofrerem represálias dos patrões. Nesse caso não realizamos a entrevista, mas conversamos informalmente. Com referência aos assentados da reforma agrária, um caso em específico, os trabalhadores não quiseram falar conosco e nos indicaram falar com uma das lideranças, o que prontamente fizemos.

2.4.2 Realização das entrevistas

No momento das entrevistas tínhamos em mãos: gravador digital portátil; pilhas sobressalentes, máquina fotográfica digital, *pendrive*; e caderno/caneta de campo. Neste caderno anotamos os dados do perfil sócio-econômico do entrevistado, o número da entrevista, a data de realização, o local da entrevista, as condições do ambiente e a duração da entrevista. Anotamos também siglas, grafia correta dos nomes próprios citados pelos entrevistados, bem como expressões regionais ou próprias da lida com o cacau e seus significados. Anotamos os endereços ou telefones para contato dos próximos entrevistados.

A maioria das entrevistas foi realizada no local de trabalho dos entrevistados: Ceplac, UESC, STR, SR-Ilhéus, SR-Itabuna, APC, ponto de táxi, ponte de venda do trabalhador ambulante, assentamentos rurais, posto de gasolina, loja de material para construção, Instituto Cabruca, bar localizado na

rodovia Ilhéus-Itabuna, bar localizado no bairro Bela Vista. Somente uma entrevista foi realizada na residência da entrevistada.

2.4.3 Tratamento das entrevistas

Consideramos as entrevistas documentos, registros de como a crise cacaueteira foi apreendida, interpretada, recortada, consubstanciada, e não com a pretensão de reconstituir a "verdadeira história da crise cacaueteira". Tratadas como documentos nesse sentido, após cada entrevista, salvamos a gravação no computador e fizemos as transcrições. Nas transcrições as palavras ou frases inaudíveis ou não compreendidas foram colocadas entre colchetes da seguinte forma: [inaudível], [não compreendidas]; as expressões regionais e algumas palavras não encontradas nos dicionários convencionais foram buscadas no "Dicionário das roças de cacau e arredores", de Euclides Neto (2002), e anotadas no rodapé. Em relação às siglas e abreviações citadas, procuramos na internet seus significados. Os silêncios prolongados após uma pergunta, a ruborização, o princípio de choro, a voz embargada, o riso e alguns gestos como ficar batendo a caneta na mesa durante toda a entrevista, esfregar de mãos no rosto, ir desenhando em uma folha enquanto falava, também foram assinalados.

Por exigência do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, da Universidade Estadual de Maringá, a identidade dos entrevistados foi protegida e as entrevistas em áudio e transcritas não serão socializadas. Diante disso, fizemos um quadro com as entrevistas que contém um pequeno perfil sócio-econômico do entrevistado (Quadro 7) e lhes atribuímos um número de acordo com a sequência da realização da entrevista. Durante este trabalho os entrevistados serão identificados com um número e a data da realização da entrevista, assim: (Entrevistado nº 1, 23/03/2011).

Nº do entrevistado	Idade	Escolaridade	Renda (SM)	Identificação social e profissional	Classificação
1ª etapa - entrevistas realizadas no período de 22/03/2011 – 01/04/2011					
1	52	Mestrado	Mais de 10	Engenheiro Agrônomo, funcionário público, técnico em planejamento, professor universitário, meeiro (proprietário herdeiro) na produção de cacau. Neto de coronel do cacau.	Cacaucultor
2	57	Ensino Médio	5-6	Técnico em informática, chocolateiro, neto de produtor de cacau.	Trabalhador
3	53	Ensino Médio	Mais de 10	Produtor de cacau, funcionário público e presidente de uma entidade de classe patronal. Filho de produtor de cacau.	Cacaucultor
4	50	Fundamental II	2	Produtor familiar, assentado da reforma agrária, tesoureiro de uma entidade de classe dos trabalhadores. Membro do movimento dos sem terra. Neto de coronel do cacau.	Trabalhador
5	36	Ensino Médio	2-3	Técnico administrativo, funcionário público, possui quatro hectares de terra improdutivo.	Trabalhador
6	57	Ensino Médio	2	Taxista e ex-administrador de fazenda de cacau.	Trabalhador
7	56	Analfabeto	1 e 1/2	Vendedor ambulante e ex-administrador de fazenda de cacau.	Trabalhador
8	48	Ensino Médio	7-8	Agroindustrial e funcionário de uma ONG. Filho, neto e bisneto de tradicionais produtores de cacau.	Cacaucultor
9	84	Fundamental I	2	Aposentado e pequeno produtor de cacau. Filho e herdeiro de pequeno produtor de cacau.	Trabalhador
10	55	Superior	10	Geólogo, produtor de cacau, empresário da área de educação e presidente de uma entidade de classe patronal. Filho de tradicional família produtora de cacau.	Cacaucultor
11	66	Superior	Mais de 10	Advogado, comerciante, grande produtor de cacau em terra própria e em arrendamento de terra. Filho de família tradicional na região.	Cacaucultor
12	79	Superior	10	Economista, aposentado, produtor de cacau e comerciante. Herdeiro de tradicional produtor de cacau.	Cacaucultor
13	72	Analfabeto	1	Agricultor familiar, aposentado presidente de uma entidade de classe dos trabalhadores. Possui 12 hectares de terra oriunda de uma indenização trabalhista.	Trabalhador
14	39	Ensino Médio	1	Agricultor familiar, assentado da reforma agrária e membro do movimento dos sem terra.	Trabalhador
15	52	Fundamental II	1	Agricultor familiar, assentado da reforma agrária e membro do movimento dos sem terra.	Trabalhador
16	58	5ª série	1	Agricultor familiar, assentado da reforma agrária em fazenda onde trabalhou de empregado por quinze anos.	Trabalhador
17	45	Analfabeto	1	Agricultor familiar, assentado da reforma agrária em fazenda onde trabalhou de empregado por treze anos.	Trabalhador

Nº do entrevistado	Idade	Escolaridade	Renda (SM)	Identificação social e profissional	Classificação
18	39	Ensino Médio	NI	Técnico administrativo e funcionário público. Os avós foram funcionários de fazendeiros, o sogro foi administrador de fazenda e o pai morava em uma fazenda de cacau.	Trabalhador
19	31	Ensino Médio	1 1/2	Coordenador de manutenção e funcionário público. Neto de coronel do cacau.	Trabalhador
20	37	Mestrado	Mais de 10	Engenheiro Agrônomo, professor universitário, funcionário público, membro de entidade de classe dos produtores de cacau. Neto de coronel do cacau.	Cacaicultor
2ª etapa - entrevistas realizadas no período de 17/05/2012 – 24/05/2012					
21	57	Mestrado	Mais de 10	Engenheiro agrônomo, membro de duas entidades de classe dos produtores de cacau. Possui 28 hectares destinados à pecuária. Ex-funcionário da Ceplac e oriundo de família tradicional produtora de cacau.	Cacaicultor
22	53	Ensino Médio	5-6	Ex-funcionária pública, aposentada, membro de uma organização não-governamental em defesa de Ilhéus.	Trabalhador
23	44	Fundamenta II	1-2	Técnico administrativo, funcionário público. Herdeiro de pequena parcela de terra e de um posto de gasolina, hoje inativo. Filho de pequeno produtor de cacau.	Trabalhador
24	60	Superior	Mais de 10	Engenheiro Agrônomo, funcionário público, produtor de cacau em terra própria e arrendada.	Cacaicultor
25	63 anos	Superior	Mais de 10	Engenheiro Agrônomo e funcionário público. Os pais e avós eram produtores de cacau.	Trabalhador
26	68	Mestrado	9-10	Funcionário público.	Trabalhador
27	47	Mestrado	8	Funcionária pública.	Trabalhador
28	54	Superior	5-6	Advogada e funcionária pública.	Trabalhador
29	67	Mestrado	Mais de 10	Funcionário público.	Trabalhador
30	49	Superior	Mais de 10	Engenheiro Agrônomo, funcionário público.	Trabalhador
31	48	Médio	2,5	Comerciante e herdeiro de pequena propriedade de cacau.	Cacaicultor
32	37	Médio	2,5	Microempresário no ramo de construção. Herdeiro de 128 hectares de cacau, os pais são donos de uma empresa de transportes e de fazenda de gado no Pará.	Cacaicultor
33	59	Superior	Mais de 10	Funcionário público.	Trabalhador
34	51	Fundamental II	2	Agricultor familiar, assentado de reforma agrária, membro do movimento dos sem-terra. Os avós tiveram suas terras expropriadas pelo caxixe. Os pais eram contratistas.	Trabalhador

NI – Não informado

SM – Salário Mínimo

Obs.: Os entrevistados de nº 22, 27 e 28 são do sexo feminino.

Quadro 7 – Quantidade de entrevistas realizadas, idade, escolaridade, renda, sexo e identificação social e profissional dos entrevistados.

2.4.4 Quantidade de entrevistas

A quantidade de entrevistas realizadas foi definida por exaustão, ou seja, à medida que as respostas tornaram-se repetitivas tanto para os cacauicultores quanto para os trabalhadores do cacau (ou ex), consideramos suficiente para alcançar os objetivos desse trabalho (MINAYO, 2010). Tivemos o cuidado de não entrevistarmos somente os listeiros, pois, além de sabermos de antemão, grosso modo, o que falavam sobre a crise, rapidamente as respostas aos questionamentos começariam a se repetir. Então, diversificamos as pessoas entrevistadas. Foram entrevistados 23 trabalhadores e 11 cacauicultores. As transcrições das mais de 42 horas de entrevistas resultaram em 544 páginas digitadas.

2.4.5 Identificação dos sujeitos: listeiros

Listeiros – são chamadas de listeiros as pessoas que fazem parte da Lista do Cacau. Os listeiros que tiveram suas mensagens citadas neste trabalho foram codificados numericamente. A proteção da identidade dos listeiros foi uma exigência do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, da Universidade Estadual de Maringá, para que os mesmos não sofressem qualquer dano moral ou material decorrente desta pesquisa. Então, para identificação da fonte das mensagens oriundas da Lista do Cacau, colocamos nas referências: a) identificação numérica do listeiro; b) título da mensagem enviada para a Lista do Cacau; c) fonte; d) data do envio da mensagem para a lista. A data de acesso corresponde ao dia do envio da mensagem. Exemplo: (LISTEIRO nº 1. DIAGNÓSTICO e CURA. Lista do Cacau. Mensagem disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 31 ago. 2010). Durante o texto as citações da Lista do Cacau serão identificadas da seguinte forma: (LISTEIRO nº 1, 31/08/2010). À codificação acrescentamos o gênero, profissão e local de moradia, conforme quadro 8. Estes dados foram obtidos por meio da ficha de inscrição dos listeiros na Lista; da lista de associados da APC e de suas mensagens na Lista do Cacau. Na pesquisa foram utilizadas 1.048 correspondências eletrônicas.

Código numérico	Gênero	Profissão	Local de moradia
Listeiro nº 1	M	Produtor rural/cacaucultor	Salvador-BA/Itabuna-BA
Listeiro nº 2	M	Produtor de cacau e ambientalista	Ituberá-BA
Listeiro nº 3	M	Professor universitário e pesquisador	Itabuna-BA
Listeiro nº 4	M	Engenheiro Agrônomo, fazendeiro de cacau e dono de hotel	Salvador-BA
Listeiro nº 5	M	Comerciante de imóveis Alemanha/Brasil	Hamburgo - Alemanha
Listeiro nº 6	M	Engenheiro Agrônomo, agricultor, pecuarista e cacaucultor	Itabuna-BA
Listeiro nº 7	M	Professor universitário	Campinas-SP
Listeiro nº 8	M	Produtor rural	Salvador-BA (Itaigara)
Listeiro nº 9	M	Produtor rural e funcionário público	Itabuna-BA
Listeiro nº 10	M	Funcionário da Procuradoria da República Federal-Ilhéus-BA	Ilhéus-BA
Listeiro nº 11	M	Ex-pesquisador da CEPLAC e ex-professor da UESC	Salvador-BA
Listeiro nº 12	F	Designer gráfico, editora de publicações impressas, multimídia e cacaucultora. Projeto gráfico para livros	Salvador-BA
Listeiro nº 13	M	Engenheiro Agrônomo e produtor rural	Camacan-BA
Listeiro nº 14	M	Produtor rural (produtor de cacau e café)	Ilhéus-BA
Listeiro nº 15	M	Engenheiro agrônomo, cacaucultor e funcionário público	Sem informações
Listeiro nº 16	M	Cacaucultor e proprietário de pousada	Santa Luzia-BA
Listeiro nº 17	M	Perito Criminal e Cacaucultor	Salvador-BA
Listeiro nº 18	M	Cacaucultor, filho de um coronel do cacau e uma retirante do sertão da Bahia.	Ibirataia-BA
Listeiro nº 19	M	Engenheiro Agrônomo e cacaucultor (falecido)	Gandu-BA
Listeiro nº 20	M	Arquiteto	Uruçuca-BA
Listeiro nº 21	M	Engenheiro	São Paulo-SP
Listeiro nº 22	M	Cacaucultor	Sem informação
Listeiro nº 23	M	Sem informação	Sem informação
Listeiro nº 24	M	Professora de idiomas e tradutora	Lauro de Freitas-BA
Listeiro nº 25	M	Advogado	São Paulo-SP
Listeiro nº 26	M	Sem informação	Sem informação
Listeiro nº 27	M	Engenheiro Agrônomo	Ilhéus-BA
Listeiro nº 28	M	Sem informação	Sem informação
Listeiro nº 29	M	Sem informação	Sem informação
Listeiro nº 30	M	Administrador	Salvador-BA
Listeiro nº 31	M	Superintendente do IMIC	Salvador-BA
Listeiro nº 32	M	Médico	Sem informação
Listeiro nº 34	M	Sem informação	Sem informação
Listeiro nº 35	M	Economista e advogado	São Paulo-SP
Listeiro nº 36	M	Engenheiro Agrônomo e Produtor Rural	Camacan-BA
Listeiro nº 37	M	Sem informação	Sem informação

Quadro 8 – Codificação numérica, gênero, ocupação e local de moradia dos listeiros citados nesse trabalho.

Por tratar-se de uma fonte de pesquisa ainda pouco usual na Geografia, a Lista do Cacau será melhor apresentada na seção 3.

2.4.6 Dados estatísticos

Além das fontes de pesquisa já mencionadas, recorreremos à estatística, à quantificação própria do fenômeno da crise regional no comportamento da população regional. Procuramos, na coleta, apresentação, análise e interpretação dos dados numéricos, conhecimento que nos auxiliasse a entender a dita crise regional na sua dimensão quantificável. Fomos buscar na região programada, aprisionada em uma (re)apresentação cartográfica, político-administrativamente assumida, a articulação entre a crise falada e seu correspondente numérico. Para ter um entendimento aproximado entre as repetições de determinado recorte substancial da crise regional e a crise na sua expressão quantificável, recorreremos a coleta de dados em três escalas geográficas de comparação: Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna (considerando ser o mesmo que região cacauzeira Sul baiana).

A região cacauzeira do Sul da Bahia, sendo falada, seus contornos são imprecisos, não determinados, porque seu significado não remete, necessariamente, a uma divisão político-administrativa, região ecológica ou de planejamento. "Há, portanto, uma superposição, no território, de escalas de poder: a da região de identidade territorial e a da região definida pela administração política do território" (CASTRO, 1992, p. 34). Então, para que pudéssemos entender a crise da região cacauzeira da Bahia representada pelos números recorreremos aos dados da microrregião Ilhéus-Itabuna, região administrativa de onde se fala a região cacauzeira Sul baiana. Identificamos a mobilidade territorial da população, a mobilidade socioeconômica e da estrutura fundiária associadas à crise.

Para isso, utilizamos as seguintes fontes de pesquisa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹², Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Banco Central do Brasil (BCB) e Ministério do Trabalho e Emprego.

12 Ressaltamos que os dados populacionais e agropecuários foram coletados obedecendo aos anos de publicação do Censo Demográfico (1980, 1991, 2000 e 2010) e Agropecuário do IBGE (2006).

Na próxima seção esclarecemos como uma rede de comunicação chamada Lista do Cacau será utilizada nessa pesquisa e qual a relação dessa com a produção do espaço geográfico da região cacaueira Sul baiana.

3 CAMINHOS VIRTUAIS: A LISTA DO CACAU E A REALIDADE VIRTUAL NA ANÁLISE DO TERRITÓRIO-REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA

A principal fonte de pesquisa deste trabalho são as correspondências eletrônicas provenientes de uma lista de discussão denominada Lista do Cacau. Pessoas que, em rede, encontram-se virtualmente através da conexão entre computadores para discutir temas comuns de interesse. Veremos como isso funciona mais adiante. Por enquanto, vamos ressaltar a importância da rede de comunicação para entendermos o território-região.

Quando nos deparamos com algo novo, sem a construção social de qualquer imagem mental precedente, costumamos recorrer a palavras e imagens já fixadas pela repetição social, uma representação conhecida para nos expressar. É assim no caso da rede usada como metáfora por vários autores (CASTELLS, 1999; HAESBAERT, 2010a; LÉVY, 1999; RAFFESTIN, 1993; etc.), para explicar os fluxos e conexões entre os lugares possibilitados pelos meios de transportes e comunicação, principalmente a internet - "interconexão mundial de computadores" (LÉVY, 1999).

Construímos processos (e nos imbuímos dos mesmos) de aligeiramentos, do fazer, agir, pensar na "modernidade líquida" (BAUMAN, 2005), o que, por sua vez, se expressa em novas formas de pensar-agir socialmente, inclusive (como não poderia deixar de ser) no que se refere às repartições espaciais, como é o caso do território-região cacaueira.

A rede é um dos elementos constituintes do território, tornando o "território-zona tradicional" (HAESBAERT, 2007b) mais poroso, sujeito a mudanças ao adquirir novos componentes materiais e imateriais, de longe e de perto. Suas linhas são análogas aos dutos pelos quais correm os fluxos de pessoas, mercadorias, conhecimentos, informações, ordens. Enfim, diversas interconexões entre os lugares. Os pontos ou nós são os "Locais de poderes, mas também locais de referência, cuja posição se determina de uma forma absoluta ou de uma forma relativa" (RAFFESTIN, 1993, p. 156), e geralmente são cidades. As redes, "sistema de linhas que desenham tramas" (RAFFESTIN, 1993, p. 156), podem ser concretas – redes rodoviárias, ferroviárias, marítimas – ou abstratas – redes ligadas às comunicações, como rádio, televisão, internet (RAFFESTIN, 1993).

As interconexões em redes, que podem ocorrer simultaneamente em um mesmo território-região, trazem-levam continuamente concepções têmporo-espaciais, valores, formas diferentes de produzir, consumir, colocando-nos desafios para refletir sobre as novas possibilidades de relações sócio-espaciais. Também novas formas de pensar-agir quanto aos recortes territoriais, havendo, inclusive, a vivência de territórios virtuais (FRAGOSO; REBS; BARTH, 2010), que nós denominamos de "e-territórios", onde pessoas com referenciais históricos, interesses territoriais, projetos, construções de identidades comuns se encontram virtualmente e exercem suas territorialidades, no que Lévy (1999) chama de ciberespaço,

[...] novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999, p. 17).

Tendo o território-região cacauera como substrato de referência para as discussões em rede, os cacauicultores constroem suas territorialidades e ao mesmo tempo exercem uma territorialidade no "e-território", naquilo que: "Existe em potência e não em ato, existe sem estar presente", como afirma Lévy (1999, p. 74). O que nos obriga a incorporar relacionamentos entre as pessoas e os recortes espaciais por meio da construção de imagens mentais, sem referência com algo concreto. Ao mesmo tempo, não devemos ignorar que o que se passa em nível virtual pode ter suas correspondências no território-região. Os falares sobre o território-região cacauera provenientes da Lista do Cacau vêm de de qualquer local (Salvador, Rio de Janeiro, Brasília), mas com temáticas centradas em interesses no território cacauero.

A existência desse ciberespaço pode nos enganar, nos levar a construir a ideia de um espaço paralelo, virtual, acima das nossas cabeças. Essa seria uma das evocações mentais mais fácil, porém estaria longe do esboço, da representação aproximada, do que é a intrincada relação entre esse ciberespaço, nada paralelo, e o território, pois o que acontece em um é indissociável do outro. Primeiro: a construção dessa realidade virtual não é alienígena, fora da sociedade humana, ou seja, é construída permanentemente por nós, de acordo com as intenções e possibilidades técnico-científicas de um tempo histórico (LÉVY, 1999, p. 23). Segundo: o que acontece em um é imediatamente movimento no outro, "[...] como o

componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel [...] (HAESBAERT, 2010a). É nessa perspectiva que enfocamos a rede de comunicação denominada Lista do Cacau e a relação com o território-região cacaueira da Bahia. Assim, nesta seção, explicamos o que é uma lista de discussão, apresentamos a Lista do Cacau: um pouco sobre o início de sua formação, seu funcionamento e, em seguida, fizemos uma discussão sobre o "e-território" Lista do Cacau como realidade virtual integrante do território-região cacaueira da Bahia.

3.1 LISTA DE DISCUSSÃO E SEU FUNCIONAMENTO

Antes de tratarmos especificamente sobre a rede de comunicação eletrônica denominada Lista do Cacau, vamos explicar o que é uma lista de discussão e como ela funciona, para assim entendermos melhor a dinâmica da Lista do Cacau e sua importância para análise do território-região.

De acordo com Böhmerwald e Cendón:

As Listas de Discussão são um serviço de Internet baseado no *e-mail*, que utiliza a tecnologia do envio e recebimento de mensagens por correio eletrônico, com o objetivo de proporcionar a troca de informações entre várias pessoas de forma otimizada. Ao se engajar em uma lista de discussão, uma pessoa pode comunicar-se com todos os outros participantes da lista (BÖHMERWALD; CENDÓN, 2003, p. 41).

Assim, utilizando-se somente do endereço eletrônico da lista, enviam-se mensagens para todas as pessoas interessadas na discussão de uma temática e que se inscreveram naquela lista. Resumidamente, trata-se de uma discussão temática realizada por meio de correspondências virtuais. Essas correspondências eletrônicas são distribuídas por um programa de computador que, ao recebê-las, "consulta" a lista de endereço dos participantes e as envia aos destinatários.

O criador da lista torna-se o dono da mesma e poderá decidir: a temática, se haverá moderador ou não, se será aberta a todos ou mediante inscrição autorizada pelo administrador, se será restrita a um grupo específico.

Nas listas muitas pessoas em/de diferentes lugares, idades, gêneros, escolaridade, posição social, culturas estão em contato. Nesse caso os diálogos entre as pessoas não passam pelos signos e interdições discursivas usuais do tête-à-tête como a vestimenta, gestos, entonação da voz, status social, etnia, cores, odores etc. Aqui, os códigos, símbolos e signos são outros, mediados pela escrita, pelo ritmo dado pela pontuação, pela gramática e pela linguística. Outros mecanismos de exclusão vão ocorrer à medida que os listeiros vão se conhecendo pelas ideias e estilos de cada um.

Na Lista do Cacau é usual os listeiros se apresentarem pelo nome; alguns acrescentam a profissão, entre outros elementos de reconhecido prestígio social, como a titularidade acadêmica, instituição onde trabalha, atividade profissional. Há, ainda, a tentativa de transformar discursos em verdades por meio da autoridade, reconhecida pela tradição do sobrenome familiar, e não da discussão de ideias, o que foge da intenção de criar uma lista de discussão não permeada pelo status social das pessoas. Nesta lista muitas pessoas se conhecem, se encontram pessoalmente, reconhecem os laços familiares e os sobrenomes.

Entretanto, não estar submetido aos rituais usuais ao se falar em público – palco, tribuna, bancada, púlpito, mesa redonda – e não estar diante do outro, fisicamente falando, destrava alguns elementos de inibição, de constrangimentos sociais, o que muitas vezes gera conflitos, agressões, tratamentos preconceituosos, desconfianças, palavras duras, ásperas, violentas. Daí, criarem-se normas de etiqueta para as listas, geralmente seguidas pelos listeiros e administradores. São as denominadas “netquetas” (LÉVY, 1999).

3.1.1 As “netquetas”

O conhecimento das “netquetas” auxilia não só para se evitar gafes virtuais como também na decodificação dos signos próprios dessa ferramenta, pelo leitor; por isso, a seguir, apresentamos algumas dessas “netquetas”, segundo Moraes (2000) e Lorenzoni (2001), pois as mesmas nos auxiliam na leitura das citações retiradas da Lista do Cacau dispostas ao longo deste trabalho. Grosso modo, recomenda-se o seguinte:

- a) não enviar mensagens que fujam da temática da lista;
- b) não fazer perguntas sem antes consultar se as mesmas não tenham sido respondidas;
- c) enviar mensagens breves, diretas;
- d) ser preciso em relação ao enunciado do assunto e o conteúdo da mensagem;
- e) assinar todas as mensagens para agilizar a identificação do remetente;
- f) ser solidário com os demais listeiros, compartilhando informações sobre o tema;
- g) exercer a cortesia, gentileza e compreensão. Xingamentos, palavrões, descontroles não são bem aceitos, podendo ser motivos de exclusão dos listeiros;
- h) não usar mensagens com letras maiúsculas. Para a “netiqueta”, isso significa que o listeiro está esbravejando, gritando, irado. Se bem que na prática o uso da letra maiúscula tem sido também indicativo de ênfases no interior do texto. Cabe ao leitor fazer a distinção desse uso pelo contexto e procedência das mensagens;
- i) deixar um espaço entre parágrafos, para facilitar a leitura;
- j) não utilizar ou usar com moderação os anexos;
- k) não esquecer que os conteúdos das listas são públicos;
- l) lembrar-se de que o relato de experiências pessoais relacionadas ao assunto da lista é esperado;
- m) se for responder a *e-mail* especificamente para um listeiro, o destinatário deverá ser identificado. Ao dar continuidade ao assunto, reproduzir trechos da mensagem enviada para que o receptor da mensagem saiba do que se trata;
- n) agradecer se for ajudado por algum listeiro;
- o) responder o mais rápido que puder;
- p) não usar siglas que não forem de domínio do grupo.

Apesar do controle do administrador, no entanto, verborragias enfiadas acontecem na Lista do Cacau, principalmente quando um listeiro se atreve a falar sobre a crise cacauera com consubstanciações diferentes daquelas apregoadas pela maioria.

3.1.2 A Lista do Cacau

A Lista do Cacau foi criada em 1998, nove anos depois de os cacauicultores terem delimitado o início da crise regional e de a terem denominada de crise cacauera. Como veremos na seção 4, a década de 1990 foi a mais traumática da transição paradigmática do Estado com relação à estrutura de poder da região cacauera da Bahia, o que deixou os cacauicultores desorientados, sem saber o que fazer-ser. Foi nesse contexto de desagregação da “sociedade do cacau” que a Lista do Cacau surgiu.

A ideia de se criar uma lista de discussão para abordar os problemas dos cacauicultores originou-se no interior da antiga diretoria da Associação Brasileira de Cacauicultores (ABC). Naquela época, fazia parte da diretoria Deroaldo Boida Andrade¹³, engenheiro agrônomo, fazendeiro, produtor de cacau, hoteleiro, membro do Conselho Nacional dos Produtores de Cacau (CNPC), que nos diz o seguinte: “Quanto à criação da lista, ela foi criada em outubro de 1998, pela diretoria da antiga [...] Associação Brasileira de Cacauicultores - ABC. Dentre os diretores estava eu que, tendo levantado a ideia, fiquei incumbido de levá-la adiante” (ANDRADE, 9 set. 2009):

Em 1996 levamos à ABC-Associação Brasileira de Cacauicultores, em Salvador, a proposta de criação de uma lista do cacau na internet, integrando produtores. José Mendes e Deroaldo Boida, integrantes da diretoria, articularam-se com provedores pagos de internet nos EUA, criando assim a lista. Na época, poucos cacauicultores tinham email e a região cacauera não dispunha de provedor (ATHAYDE, 2009, s/p).

O modelo da lista foi copiado por mim de um grupo de interessados em cacau da Universidade da Pensilvânia. Pen State University ou OHIO-STATE.EDU - dessa participação eu conheci a possibilidade do serviço LISTSERV¹⁴. (ANDRADE, 4 fev. 2011).

13 Deroaldo Boida Andrade possui um *blog* disponível em: <http://braziliancocoa.blogspot.com/2006_02_01_archive.html>. Acesso em: 14 dez. 2010. Neste *blog* algumas mensagens enviadas para a Lista do Cacau são reproduzidas.

14 “Listserv. Sistema de correio eletrônico grupal, que permite a qualquer membro de um grupo predeterminado (uma lista de usuários) enviar mensagem para todos os outros membros da lista”. Disponível em: <www.escolanet.com.br/dicionario/dicionario_l.html>. Acesso em: 05 fev. 2010.

No início do funcionamento da Lista, o acesso à internet ainda era para poucos, pois, entre outros fatores, na década de 1990 a internet estava em seu início no Brasil, tendo maior facilidade de conexão à rede pesquisadores ligados a instituições de pesquisa (como a Ceplac) e universidades (como a Unicamp), através das redes acadêmicas. As dificuldades iniciais para o funcionamento de uma rede de comunicação fora do âmbito das instituições de pesquisa eram grandes: “A lista funcionava, desde quando pertencia à ABC, sob o serviço de uma empresa americana LSOFT (veja Lsoft.com).” (ANDRADE, 3 fev. 2011a). Com o desmonte da ABC, o criador da Lista continuou mantendo-a por meio da arrecadação de dinheiro dos listeiros.

[...] quando a ABC, sob nova diretoria, deixou de funcionar, eu repassava aos participantes que faziam transferências bancárias (20 reais anuais) para minha conta. Essas campanhas de arrecadação para as despesas da lista era algo trabalhoso, mas tinha efeito maior que a arrecadação em si, culminava com um sentimento mais forte de "coisa nossa", de companheirismo. [...] Numa dessas campanhas, ainda com 120 participantes na lista, surgiu o professor Gonçalo, prontificando-se a abrigar esse serviço de forma gratuita na UNICAMP. [...] Eu queria mesmo era que a lista não deixasse de existir (ANDRADE, 3 fev. 2011b).

3.1.3 Quem pode acessar a Lista do Cacau

Assim, a Lista, além de continuar a existir, transformou-se em uma ferramenta de comunicação importante para os cacaucultores e outros interessados em discutir os mais diferentes problemas relacionados com o cacau: crises, cacau, trabalho e trabalhadores, propriedade e uso da terra, papel do Estado, técnicas de produção, pesquisas, sentimentos, emoções, histórias-geografias da vida.

Ademais, tornou-se pública em três sentidos: o de pertencente ao povo porque está “hospedada” em uma universidade pública; o de ser de acesso irrestrito, qualquer um pode participar, desde que se inscreva e aceite as regras de funcionamento; e o de ser pública, porque os assuntos ali debatidos são de acesso público, podendo ser consultados por jornalistas, advogados, políticos, pesquisadores.

No início de seu funcionamento, a Lista também era de acesso irrestrito, mas era mantida primeiramente pela ABC, uma entidade de classe dos cacauicultores, depois passou a ser mantida com dinheiro dos próprios listeiros. Atualmente, a Lista está “hospedada” na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), não tem custo e é administrada pelo Professor Gonçalo Guimarães Pereira, chefe do Departamento de Genética, Evolução e Bioagentes e membro do Laboratório de Genômica e Expressão, do Instituto de Biologia da Unicamp, o que confere maior credibilidade à lista e intensifica os “efeitos de verdade” do que é discutido:

[...] A passagem da lista para a UNICAMP, depois de ficar algum tempo sob minha condução, deu-lhe uma valorização maior, e a participação de Gonçalo como responsável, manteve o saudável sentimento de coisa de todos, [...] mantêm-se a liberdade total do que se fala e espera-se a devida ponderação de quem discorda (LISTEIRO nº 4, 09/09/2009).

Sendo assim, a Lista do Cacau é aberta a todos, mediante inscrição. A divulgação do seu conteúdo extra lista é livre, desde que se identifique a fonte. É como disseram os listeiros nº 7 e nº 4, respectivamente:

[...] a lista é pública, em princípio tudo que é aqui transmitido pode ser repassado. No caso da imprensa, sites, etc, é muito importante que seja dado o devido crédito ao autor das mensagens. [...]. Portanto, creio que não há necessidade dos autores apresentarem a sua autorização para a replicação do texto. Essa autorização já fica implícita ao se mandar uma mensagem. Por outro lado, pode haver uma situação em que o autor - embora divulgando amplamente as suas ideias ao repassa-las para a lista - tenha alguma razão para não querer que um site ou um jornal repercute aquelas informações/opiniões. Nesse caso, é importante que o remetente indique, com clareza, que não permite que aquelas informações sejam divulgadas por terceiros. Que elas são exclusivamente para o uso da lista (LISTEIRO nº 7, 02/03/2010).

[...] Concordo perfeitamente com a tese de que uma vez enviada à lista sem ressalva, a mensagem possa ser replicada com os devidos créditos ao autor. Acho que quem não concordar deve postar sua opinião, sendo o silêncio entendido como aceitação do princípio. Só a ressalva retira a liberação tácita de replicação de mensagens (LISTEIRO nº 4, 02/03/2010).

De acordo com a Unicamp, a Lista do Cacau é uma

Lista para discussões de relevância técnica, econômica ou política sobre o agronegócio cacau e setores associados a esse, em uma visão ampla (por exemplo, ecoturismo), tendo como missão a articulação dos atores para o progresso do setor, em benefício dos produtores e das regiões cacauceiras (CACAU-L, 2010).

Hoje, com o avanço na tecnologia da comunicação e maior facilidade de acesso aos provedores de internet, a Lista já tem mais de 1.000 listeiros (1.195 inscritos até 01/02/2011), formados principalmente por: engenheiros agrônomos (11,63%), agricultores (6,68%), administradores (9,95%), empresários (3,71%), cacauicultores (3,47%), engenheiros civis (3,47%), agropecuaristas (2,97%), professores/pesquisadores (2,72%), advogados, funcionários públicos e médicos (2,48% respectivamente), (Tabela 1).

Tabela 1 – Ocupação dos listeiros – 1ª opção – de acordo com o escrito na ficha de inscrição na Lista do Cacau¹⁵

Ocupação dos listeiros – 1ª opção	Quantidade	%
Engenheiro Agrônomo	47	11,63
Agricultor	27	6,68
Administrador	20	4,95
Empresário	15	3,71
Cacauicultor	14	3,47
Engenheiro Civil	14	3,47
Agropecuária	12	2,97
Professor	11	2,72
Advogado	10	2,48
Agrônomo	10	2,48
Funcionário Público	10	2,48
Médico	10	2,48
Ocupações com menos de 10 listeiros	193	47,77
Total	404	100

Fonte: Ficha de inscrição dos listeiros.

Do total de listeiros que preencheram a ficha de inscrição na lista, 20,25% reside em Salvador-BA, sendo a maioria. Na sequência, temos Ilhéus (19,62%) e Itabuna (18,67%). Se considerarmos como território de referência para o local de residência a microrregião Ilhéus-Itabuna, a maioria é proveniente dela (Tabela 2).

¹⁵ 423 listeiros preencheram a ficha de inscrição da Lista do Cacau. Dados disponíveis em: <http://www.lge.ibi.unicamp.br/cacau/lista/lista_de_inscritos.php?ordenar=instituicao>. Acesso em 30 nov. 2010. Constam 503 inscritos nesta Lista, mas foram analisadas somente 423 porque havia inscrições repetidas e foram excluídas. Além disso, alguns listeiros não preencheram corretamente o campo determinado para a ocupação profissional. O termo ocupação da tabela está de acordo com o anunciado pelos listeiros. Alerta-se que para a confecção desta tabela usou-se somente a primeira ocupação do listeiro. Muitos deles são, por exemplo, agrônomo e cacauicultor. Se a ocupação anunciada primeiro foi agrônomo, utilizou-se esta para compor a tabela.

Tabela 2 – Local de residência dos Listeiros¹⁶.

Local de residência dos listeiros	Quantidade	%
No Brasil		
Salvador (BA)	64	20,25
Ilhéus (BA)	62	19,62
Itabuna (BA)	59	18,67
Camacan (BA)	11	3,48
Linhares (ES)	10	3,16
Coaraci (BA)	9	2,85
Gandu (BA)	7	2,22
Ipiaú (BA)	6	1,90
Itagibá (BA)	6	1,90
Jequié (BA)	6	1,90
Brasília (DF)	5	1,58
Itacaré (BA)	5	1,58
Itajuípe (BA)	5	1,58
Ibicaraí-BA	4	1,27
Porto Seguro (BA)	4	1,27
Campinas (SP)	3	0,95
Canavieiras (BA)	3	0,95
Eunápolis (BA)	3	0,95
Apuarema (BA)	2	0,63
Buerarema (BA)	2	0,63
Camamu (BA)	2	0,63
Colatina (ES)	2	0,63
Ibirataia (BA)	2	0,63
Lauro de Freitas (BA)	2	0,63
Maceió (AL)	2	0,63
Medicilândia (PA)	2	0,63
Rio de Janeiro (RJ)	2	0,63
Almadina (BA)	1	0,32
Alta Floresta (MT)	1	0,32
Arataca (BA)	1	0,32
Barreiras (BA)	1	0,32
Barro Preto (BA)	1	0,32
Belmonte (BA)	1	0,32
Campo Grande (MS)	1	0,32
Feira de Santana – BA	1	0,32
Ibirapitanga (BA)	1	0,32
Itamaraju (BA)	1	0,32
Itamari (BA)	1	0,32
Itambé (BA)	1	0,32
Itapetinga (BA)	1	0,32
Itapevi (BA)	1	0,32
Itororó (BA)	1	0,32
Itu (SP)	1	0,32
Lagoa (RJ)	1	0,32
Maraú (BA)	1	0,32
Petrópolis (RJ)	1	0,32
Piracicaba (SP)	1	0,32
Piraí do Norte (BA)	1	0,32
Ribeirão Preto (SP)	1	0,32
No exterior		
Alemanha	2	0,63
Estados Unidos	2	0,63

16 Dos 423 que fizeram a inscrição na Lista, somente 316 preencheram corretamente o item referente ao local de residência. Muitos colocaram o endereço, mas sem indicação da cidade ou município de origem.

Local de residência dos listeiros	Quantidade	%
Total	316	100,00

Fonte: Ficha de inscrição dos listeiros

No dizer do criador da Lista: "Para mim, o fundamental, no sentido de diferir do modo que era antes [quando estava hospedada na ACB], é a abertura franca para novos colaboradores. A lista aceita a participação de qualquer um, mesmo que seja interessado de última hora" (ANDRADE, 3 fev. 2011c).

No entanto, como veremos mais adiante, existem quatro fatores, de imediato, limitantes para a democratização da Lista do Cacau ou quatro instrumentos de exclusão: a) a baixa escolaridade da população da região cacaueira da Bahia, já que, para participar da Lista, é pré-requisito saber ler, escrever e interpretar textos; b) a baixa renda dos trabalhadores assalariados e produtores em terras alheias (parceiros, meeiros, arrendatários), que dificulta o acesso, pelo custo considerado alto, tanto dos *hardwares* quanto dos *softwares*, e mesmo dos serviços (servidores) de conexão à internet; c) o fato de as discussões da Lista serem "[...] de relevância técnica, econômica ou política sobre o agronegócio do cacau e setores associados a esse [...]" e, pelo que veremos, o saber oriundo da labuta diária dos trabalhadores com o cacau não ser valorizado na lista; e d) o fato de que, afastando-se dos centros urbanos da região, ainda não há conexão segura à internet. Configura-se, dessa maneira, a exclusão digital de parte importante da "sociedade do cacau".

Reconhecendo a dificuldade de alguns em participar da lista, um listeiro diz o seguinte:

Um ponto importante: a participação de todos os que possam se beneficiar com a informação. Esta universalização da informação é que mantém a Lista interessante e útil. Na pequena associação de pequenos produtores (SPA) que participo, temos incentivado aqueles ainda não informatizados (ou com baixa autoestima para fazê-lo) a fazerem uso deste mecanismo, inclusive com o uso de centros de informática públicos. Nós não modificamos o mundo: basta nos modificarmos e ajudarmos ao próximo a buscar o seu crescimento (LISTEIRO nº 16, 21/10/2010a).

Assim, a Lista se restringe a um grupo privilegiado de letrados, composto principalmente por cacauicultores, administradores e pesquisadores.

3.2 A LISTA DO CACAU COMO FONTE DE PESQUISA – A PESQUISA NÃO-PARTICIPANTE

A intenção de fazer um trabalho sobre a crise cacauera dita e feita por cacauicultores e trabalhadores, tendo como foco de análise as relações de poder, surgiu antes de sabermos a existência da Lista do Cacau. Ingressamos na Lista do Cacau em 18 de janeiro de 2009, por intermédio de um listeiro que, sabendo dessa nossa intenção, nos inscreveu. Num primeiro momento não lemos as mensagens, fomos só guardando-as no correio eletrônico, em uma pasta denominada "Lista do Cacau". Somente com o ingresso no Programa de Pós-graduação em Geografia da UEM (PGE-UEM) é que passamos a ler as mensagens acumuladas e separá-las por temáticas. Daí, nos demos conta da importância que esta poderia assumir como fonte de pesquisa e optamos por não dialogar com os listeiros.

Consideramos essa observação importante por esclarecer que não dialogamos com os listeiros enquanto estávamos colhendo dados na Lista. Ficamos na posição que os listeiros denominam de "corujas"¹⁷, ou seja, daqueles listeiros inscritos, mas pouco ativos nas discussões.

Periodicamente, o administrador divulga a quantidade de listeiros inscritos (1.219 em 10 outubro de 2011) e que não corresponde ao número de listeiros que escrevem frequentemente na lista.

Somos 1217 [listeiros] e seguramente mais de 1000 acessam a lista regularmente e a maioria absoluta acessa a lista rotineiramente. Desses uma boa parte é formada por jornalistas e outros formadores e divulgadores de opinião, o que multiplica os nossos 1217 em centenas de milhares de pessoas e muitas vezes milhões. A lista é o grande organismo de organização da região e dela têm emanado as soluções ou o encaminhamento de soluções para os nossos principais problemas (LISTEIRO nº 7, 14/04/2009).

17 [...] Sempre achei que essa lista, com tantos participantes, só é possível por termos os corujas. Se todos falassem, bastaria uma mensagem semanal de cada para isso ficar caótico. Hoje a lista é, sem dúvida, um patrimônio nosso, de todos que zelam por ela [...] (LISTEIRO nº 4. **Proposta para a lista do cacau.** Mensagem disponível em: Lista do Cacau. <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 20 out. 2010).

Em uma dessas divulgações, a existência desses "corujas" provocou a seguinte sugestão: "[...] fazer a limpeza da lista e colocar nela uma coisa chamada QUALIDADE e não QUANTIDADE" (LISTEIRO nº 1, 18/10/2010). O listeiro nº 7 respondeu o seguinte:

[...] Sabe porquê a lista funciona? Porquê tem quem escreve e tem quem lê. Todos participam, cada um de sua forma. Essa diversidade é a essência da lista do cacau e por isso funciona, com enorme qualidade. Apenas repetindo o que você mesmo disse, foi da lista que todos esses movimentos [DOCUMENTÁRIO DA VASSOURA e a CAMPANHA APC MIL] emanaram. Isso chama-se qualidade. [...] A limpeza "desta lista" não acontecerá. Aliás, esse termo me remete a alguns dos piores movimentos da humanidade (LISTEIRO nº 7, 18/10/2010).

Logo, continuamos na nossa posição de "corujas" por considerar que a interferência em qualquer debate conduziria este para direções diferentes daquelas que os listeiros dariam, influenciando no resultado da própria pesquisa que estava em andamento. No entanto, não ficamos totalmente ocultas, só observando e coletando informações. Preenchemos a ficha de inscrição e, no campo destinado às observações, colocamos nossas intenções.

Desse modo, para as pesquisas do cunho desta, consideramos não recomendável a ação como membro ativo da lista, porque as mensagens eletrônicas são usadas como declarações por escrito, relatos comprobatórios da falada/escrita crise cacauera e das estratégias de um grupo de poder para obter, manter certos trunfos. Como já alertamos, não se trata de usar as mensagens de *e-mails* como documentos para comprovar "a verdade sobre a crise", mas analisá-las como discursos materializados, instrumentos para a análise do discurso. Investigamos o contexto histórico das discussões, detectamos os conteúdos expressos e suas ramificações, referências, dispersões, *links* e os diversos objetivos que podem assumir os *e-mails* naquele grupo de discussão e nos jogos do poder local.

3.2.1 O potencial da Lista do Cacau para a pesquisa

Consideramos que a Lista do Cacau tem grande potencial como material de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, como Geografia, História, Sociologia¹⁸, Ciências Sociais, Psicologia, Linguística, Agronomia, Genética, Ecologia, Turismo, entre outros discursos sistematizados do saber. Além disso, possibilita uma multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas¹⁹ de análise, como as empírico-analíticas, as fenomenológico-hermenêuticas²⁰, as crítico-dialéticas²¹, as baseadas na Análise do Discurso ou mesmo aquelas sem “estado civil”, no dizer de Foucault (1979).

Para nós, trata-se de um grupo de mensagens em que se acumulam enunciados de um grupo de poder local, território virtual eletrônico de onde se expressam, constroem suas identidades como armas de poder e criam estratégias de dominação territorial.

3.2.2 A validade dos *e-mails* na pesquisa

Aqui, diferente da História Oral, seja história de vida ou temática, (THOMPSON, 1992; FERREIRA; FERNANDES; ALBERTI, 2000), em que há interação entre o entrevistador/entrevistado, a história-geografia fazem-se pela escrita, sem inquirição, sem intermediação do pesquisador. Como a lista é composta geralmente por pessoas que constroem/construíram os mesmos acontecimentos, nela expressam o modo particular de selecionar os fatos mais marcantes, recortar, conhecer e explicar estes mesmos acontecimentos. São apropriações histórico-geográficas, cheias de idiosincrasias, emoções, reações, buscas pela reconstrução

18 Ver o artigo: FIORAVANTI, Carlos Henrique; VELHO, Léa. Fungos, fazendeiros e cientistas em luta contra a vassoura de bruxa. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 256-283, mai./ago. 2011. Neste artigo os autores utilizaram a Lista do Cacau para escrever sobre “[...] as interações entre produtores de cacau e pesquisadores acadêmicos, agências de financiamento à pesquisa e atores não-humanos, como fungos em meio à propagação e tentativas de contenção da vassoura-de-bruxa, doença que abateu a lavoura cacauzeira da Bahia. [...] Uma lista de discussão pela internet emergiu como meio capaz de aproximar diversos grupos de interessados e de promover a produção coletiva de conhecimento” (p. 256).

19 Sobre as correntes filosóficas contemporâneas ver: SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**. São Paulo: Unesp, 2004. Quadro 1, p. 52-53.

20 Ver a tese de ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauzeira da Bahia: uma abordagem fenomenológica**. Aracaju, SE: UFS/POSGRAD, 2006. A autora usou a Lista do Cacau – mas não só – para fazer a abordagem fenomenológica da região cacauzeira da Bahia.

21 Ver a tese de CHIAPETTI, Jorge. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: Transformações e Permanências na Região Cacauzeira da Bahia**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia)– Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009. O autor também usou a Lista do Cacau como uma das fontes da sua pesquisa.

de uma identidade daquele grupo por meio da memória evocada, manipulada continuamente para dar origem a vários resultados e da projeção de futuro.

Em outros termos, os depoimentos espontâneos contribuem para a reconstrução dos acontecimentos, com suas omissões, eleições, assincronias, por parte dos que os experienciaram (ALBERTI, 2007). O relato dos acontecimentos é feito de livre vontade, parte das intenções dos listeiros em compartilhar seus sentimentos, emoções, impressões, sensibilidades sobre determinados temas, inclusive sobre a região, construir suas identidades e expressar suas “vontades de verdade”, de tornar o que dizem verdadeiro para outras pessoas, no intuito de que isso surta o efeito que querem.

3.2.3 Determinação do período de análise da lista do cacau

Analisamos as mensagens enviadas para a Lista do Cacau no período de 18/02/2009 até 23/11/2010. A escolha desse período deu-se pelos seguintes motivos:

- a) data da nossa inscrição na Lista do Cacau;
- b) 2010 ter sido ano eleitoral para o Brasil – houve eleição para a Presidência da República, para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados Federais. Ocorreu segundo turno, eleição realizada em 31 de outubro de 2010. Nesse ano os debates sobre os problemas dos cacauicultores foram acirrados, pois implicavam tomadas de posições políticas e de decisões pelo grupo na escolha de seus candidatos. Os confrontos de interesses entre os xingados de "PeTralhas"²² (LISTEIRO nº 11, 16/10/2010) e os também insultados de "DEMocratas e PseuDoBalisadores de opinião política"²³ (LISTEIRO nº 16, 21/10/2010b) foram difíceis de serem mediados pelo administrador da Lista;

22 Neologismo para partidários do PT, alusão aos irmãos Metralha da Disney. Definição encontrada no artigo “Sufixos bons de briga. Uso de termos depreciativos marca confrontos em São Paulo”. **Língua Portuguesa**, São Paulo, ano 7, n. 77, mar. 2012. p. 19.

23 Alusão aos partidos políticos Democratas e PSDB e de que ambos partidos arvoram ser balizadores da opinião pública.

- c) a data de encerramento deu-se após a realização do segundo turno das eleições, quando os ânimos das discussões se arrefeceram.

3.2.4 Os assuntos mais debatidos na lista do cacau

No Quadro 9, apresentamos os principais temas debatidos na Lista do Cacau, no período de 18/02/2009 até 23/11/2010, enumerados e colocados em ordem alfabética. Trata-se de uma delimitação com finalidade didática, de uma simplificação para a apreensão, pois os temas estão intensamente imbricados e, portanto, de difícil separação, daí ser uma representação parcial e escolha entre outras possíveis. Além disso, muitos *e-mails* remetem a mais de um assunto, o que impõe maior obstáculo a esse afastamento, separação dos temas. Para denominar os temas do quadro 9, procuramos identificar, nos *e-mails*, os que despertavam maior emotividade, conflitos de interesses, intrigas, já que nosso enfoque são as relações de poder e o território-região. Mesmo utilizando esses critérios, por exemplo, seria um abuso separar qualquer desses assuntos da abordagem território-região e o papel do Estado diante da crise falada pelos produtores e trabalhadores do cacau.

N	Temas	Teor
1	Associação dos Produtores de Cacau (APC)	Criação da associação, suas atividades e debate sobre sua dependência de dinheiro público para funcionamento. Movimento APC Mil – movimento para que a APC chegasse a ter mil associados.
2	Biofábrica do Cacau	Função e administração da Biofábrica do Cacau.
3	Câmara Setorial do Cacau	Composição da Câmara Setorial, principais demandas e conflitos internos de interesses.
4	Ceplac	Discussão sobre o papel atual da Ceplac na região cacauzeira baiana. Identificamos três polos de discussão: pela continuidade de sua existência, pelo fim e pela transformação da Ceplac em Universidade Federal. Debate sobre o Plano de Recuperação da Lavoura Cacauzeira/crime da vassoura-de-bruxa; a relação entre conhecimento científico e conhecimento prático.
5	<i>Clippings</i>	Resumo de matérias de jornais, revistas, sites, com assuntos de interesse dos cacauicultores: Clipping do Laudeci Silva, Newsletter Mercado do Cacau e Informativo Calheira.
6	Complexo Porto-Sul	Construção do Complexo Porto-Sul em Ilhéus e os problemas socioeconômicos e ambientais. Debate entre os que defendem a construção do Porto-Sul e os que são contra.
7	Crime da vassoura-de-bruxa	Luta pelo reconhecimento por parte do Estado/governos de que os cacauicultores foram vítimas de um crime biológico; conseqüências deste crime; luta pela anulação das dívidas dos cacauicultores e ressarcimento dos danos morais e materiais que sofreram.

N	Temas	Teor
8	Dívidas dos cacauicultores	Discussão sobre a legitimidade ou não das dívidas dos cacauicultores, como pagá-las e análise dos diversos documentos de descontos e parcelamentos das dívidas. Embate entre três movimentos: anulação das dívidas; renegociação da dívidas; renegociação das dívidas e luta pela anulação, simultaneamente.
9	Documentários	Discussões sobre o documentário “Os Magníficos” e sobre a produção do documentário “O nó – ato humano deliberado”, dirigido pelo historiador Dílson Araújo, através do qual os cacauicultores pretendem mostrar a “[...] verdadeira História do crime de lesa Pátria e de terrorismo biológico que fomos vítimas [...]” (LISTEIRO nº 14,11/10/2010).
10	Economia	Variação do preço e da produtividade do cacau no mercado mundial, conflitos sociais nos países africanos produtores de cacau, política econômica brasileira relacionada ao cacau.
11	Eduardo Salles	Demonstração de fisiologismo através de movimentos de solidarização com o trabalho do Secretário da Agricultura e Reforma Agrária do Estado da Bahia, reivindicações e movimento pela permanência do secretário no cargo.
12	Estado	Papel do Estado na questão da “última” crise da região cacauera.
13	Fábricas de cacau	Instalação de fábricas de derivados do cacau na região.
14	Geral	Troca de felicitações, notas de falecimento e pesar, campanhas de ajuda financeira a determinados listeiros, acompanhamentos sobre o estado de saúde dos adoentados, elogios mútuos.
15	Imprensa	Relacionamento dos listeiros com a imprensa. Agendamento de entrevistas, decisões de quem pode falar em nome dos cacauicultores.
16	Índios	Delimitação dos territórios indígenas pela FUNAI e os conflitos agrários na região.
17	Lista	Administração da Lista do Cacau pelo Professor Gonçalo: adesão e exclusão de listeiros, solicitação de maior comedimento por parte de alguns, alertas sobre vírus, interdições de <i>e-mails</i> de teor político-partidário ou que promovam o comércio de algum produto/serviço etc.
18	Livros de Edvaldo Sampaio	Divulgação dos livros com técnicas de combate a vassoura-de-bruxa e orientações técnicas feitas por Edvaldo Sampaio difundidas diretamente na lista.
19	Meio Ambiente	Debates sobre as questões ambientais locais, o papel das ONG, o novo Código Florestal e os limites do uso da terra.
20	Movimento 26 de Março	Movimento reivindicatório pela anulação das dívidas e/ou parcelamento e por maiores investimentos na cacauicultura ocorrido em 26 de março de 2010, data da presença do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da candidata a presidência Dilma Rousseff, em Ilhéus e Itabuna.
21	PAC do Cacau	O Plano de Desenvolvimento e de Diversificação Agrícola na Região Cacauera do Estado da Bahia e suas implicações político-econômicas.
22	Pensar Cacau	Movimento de criação do Instituto Pensar Cacau (IPC) e as ações do Instituto.
23	Política	Discussões políticas apartidárias e partidárias no período eleitoral. Discussões sobre a necessidade ou não dos cacauicultores se posicionarem politicamente.
24	Questão agrária	Movimentos pela criminalização do MST, contra a reforma agrária e os limites de uso da terra presentes na Constituição Federal de 1988.
25	Região	Referências à crise cacauera como sendo regional.
26	Técnico	Informações e debates sobre pesquisas científicas relacionadas com o cacau e lidas com o cacau no combate a pragas, principalmente a vassoura-de-bruxa. Informações climatológicas sobre o tempo.
27	Trabalhador	Discussões sobre as relações de trabalho no campo, como diminuir os custos do trabalho/trabalhador, qualidade do trabalho, a parceria como forma alternativa ao assalariamento no campo, rotinas de trabalho, mecanização, escassez de mão-de-obra, aumento do valor real do salário mínimo, programas do governo como o Seguro Desemprego e o Bolsa Família.
28	Turismo	O turismo e eventos como atividades econômicas sustentáveis que

N	Temas	Teor
		poderão alavancar o desenvolvimento regional.
29	Vitórias	Sobre as vitórias alcançadas pelos cacaucultores decorrentes da organização dos mesmos.

Quadro 9 – Principais temas debatidos na Lista do Cacau e seu teor.

Fonte: Lista do Cacau (18/02/2009-23/11/2010).

3.3 O “E-TERRITÓRIO” E O TERRITÓRIO-REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: A REALIDADE VIRTUAL E O ESPAÇO GEOGRÁFICO

A rede virtual – como a internet –, sua existência, liga-se à sociedade que a produz, que tem em seu devir o objetivo de romper os obstáculos do tempo-espaço, voar nas asas do vento, ir para qualquer lugar, abraçar a Terra e dismantelar regulamentações, esparramar transformações sociais, criando múltiplas formas de regulamentações em esferas abstratas, “em nuvens”, nem por isso menos real. Não só provoca mudanças, como é mudança em movimento, que também tem suas resistências. Ultrapassa os limites dos territórios “consolidados”, reais, dando-lhes outras dinâmicas, outras configurações, outras possibilidades de apropriação do território. A territorialização das relações sociais não desaparece diante da aceleração do tempo dos fluxos de pessoas, mercadorias, dinheiro, informações, símbolos, signos, etc. Mas exige mudanças na forma de pensar-agir no espaço, que inclui aquilo que chega de forma avassaladora, e, como diz o músico Lenine (2011), em outro contexto: “Vem de qualquer lugar. Chega, nem pede licença. Avança sem ponderar”²⁴, muda o mundo das pessoas, chacoalha as bases tidas como sólidas do pensamento, impõe outros discursos de ordem, de tempo e de produção/representação do espaço.

É nesse contexto que se insere a Lista do Cacau, uma rede de comunicação que viabiliza o ciberativismo de um grupo de poder, formado e falado como um “e-território”, com suas territorialidades, lugar virtual de encontro, domínio e ação dos denominados listeiros. Trata-se de um espaço de concepção lógico-territorial bem diferente do território entendido como substrato físico, com fronteiras e limites, *locus* das relações de poder, como discutimos na seção 2.

Trata-se de outra maneira de se pensar a produção do espaço, que acrescenta à imaginação o que não é morfocorpóreo, assumindo a força da

24 Trecho da música do músico Lenine “Aquilo que dá no coração”. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/lenine/131363/#selecoes/1685719/>>. Acesso: 10 out. 2011.

onipresença (ou quase), criando metaforicamente o espaço como nuvens invisíveis pairando em nossas vidas, com limites que não são para serem ultrapassados, pois se formam no limite do pensamento, das possibilidades de territorialidades mentais de cada um. Sendo realidade virtual, corporifica-se no território real por meio, por exemplo, da participação e ações políticas por um grupo de poder, inclusive influenciando nas políticas públicas. O imaginado tomado como real, tornado real na dinâmica da sociedade. Território real, mesmo sendo virtual, porque apropriado e implicado de ações no mundo dos humanos.

A seguir, apresentamos algumas das características do “e-território”:

O virtual tornado verbo – a corporificação do “e-território” constitui-se em correspondências eletrônicas – textos, gráficos, tabelas, sons, imagens – , mas não tem um substrato territorial no sentido de solo, terra, com fronteiras e limites “reais” bem definidos. Os caminhos percorridos pelos *e-mails* são codificados, abstratos, eletrônicos, mas configuram-se como “local” de debates no ciberespaço. O virtual aqui não se opõe ao real, não é uma quimera, é também real. Como diz Deleuze (2006, p. 199): “O virtual possui uma plena realidade enquanto virtual”; ou Lévy (1999, p. 48): “[...] ainda que não possamos fixá-lo em nenhuma coordenada espaço-temporal, o virtual é real. [...] O virtual existe sem estar presente”.

O imediatamente palpável do e-território – para a existência do “e-território” e sua correspondente territorialidade é imprescindível que o território “real” sofra alterações para construir, circular, receber os fios de fibra ótica, servidores de internet, *modem*, computadores em rede e seus aplicativos, entre outras parafernalias tecnológicas. Os lugares dos computadores – nas casas, nos escritórios – precisam ser criados. Se bem que, com os meios móveis de conexão à internet sem fio (telefones celulares, computadores portáteis, *iPads*, *iPods*), até esse pequeno espaço está sendo destituído, dispensado. Em todo caso, para que exista o “e-território”, é preciso utilizar-se de um computador conectado à rede mundial de computadores e criar, apropriar-se do ciberespaço no que for interesse, desejo, necessidade de cada um.

Limites – os limites para permanecer nesse “e-território” são: a) escrever na Lista de acordo com os objetivos e normas de funcionamento da mesma; b) comungar das ideias dos “vigilantes da Lista” – listeiros que acessam e escrevem para Lista constantemente e apresentam suas resistências ao que consideram ameaças aos seus objetivos.

Não é um limite localizável, tornado sólido, mas solidificado em ações sociais de territorialidade. No caso a) acima, se o Listeiro abordar assuntos impertinentes aos objetivos da Lista, pode ser advertido pelo administrador e mesmo deletado, excluído, se persistir. O mesmo pode acontecer quanto ao uso de xingamentos, exaltação de ânimos, difamações, constrangimentos. No caso b), o mecanismo de exclusão de alguns falantes não é a expulsão do listeiro, mas os ataques verbais consecutivos levam à autoexpulsão, como foi o caso de um deles que saiu dia 27/07/2010, ou ao silenciamento, quando deixam de ser ativos na lista, como vários deles fizeram no período analisado.

Tempo sem rédeas – seu tempo é qualquer um, pois os listeiros podem enviar mensagens de qualquer lugar onde houver conexão com a internet, em qualquer momento, sem qualquer dificuldade por ser noite ou dia, fazer sol ou chover, ser hora do almoço ou jantar. Enfim, esse é um tempo que não obedece às regulamentações do tempo social da ação cotidiana, habitual, e nem ao tempo astronômico: dia, noite, perto ou longe, hora de dormir ou acordar – os listeiros podem acessar a Lista a qualquer tempo-lugar.

Local-global – alguns membros são endógenos à região cacaueteira e se ligam também por proximidade espacial, sentimental, afetiva; outros são exógenos, moram longe, em qualquer local, ligados ou não por sentimentos de afetividade, fazendo com que nesse “e-território” haja fluxo de informações procedente de diversas escalas de localização. Alguns se conhecem pessoalmente, outros nunca tiveram um *tête-à-tête* presencial. Na Lista, são *animas* sem corpos, podendo estar em qualquer localização da Terra. Como muitos listeiros vivem fora da região cacaueteira e, no entanto, participam ativamente na defesa de seus interesses ligados ao território-região, vivem a possibilidade de ligar-se afetivamente a vários lugares ao mesmo tempo – o lugar onde moram, o território-região cacaueteira, outros lugares com os quais mantêm-se conectados.

Ciberativismo – neste “e-território” exercem o ciberativismo ou o ativismo da realidade virtual. A lista é usada como ferramenta para convocar, aglutinar pessoas e instituições em torno de objetivos comuns. Estão presentes na lista as seguintes instituições: APC, IPC, SR, FAEB, UESC, Unicamp, SEAGRI, Ceplac, Instituto Cabruca, MAPA, Biofábrica, CNA, CNPC, Instituto Floresta Viva, Ação Ilhéus, Instituto Uiraçu, Associação dos Pequenos Produtores Rurais, TV Santa Cruz, TV Mercado, *WWI-Worldwatch Institute*, UFBA.

Durante o período analisado da Lista, surgiram as seguintes ações: a) movimento de consolidação e fortalecimento da APC, criada a partir da lista, o Movimento APC1000; b) organização do Movimento 26 de Março; c) surgimento do Grupo Pensar Cacau, hoje Instituto Pensar Cacau; d) criação do site Mercado do Cacau “[...] como consequência, mesmo que parcialmente, da lista do cacau. Adilson, dono do site, é membro antigo da lista, e acho que a lista o motivou, ou o encorajou, a fazer o site sobre o assunto” (ANDRADE, 5/02/2011); e) movimento contra a reforma agrária e pela criminalização do MST; f) movimento de apoio ao Novo Código Florestal; g) movimento pela permanência do Secretário da Agricultura e Reforma Agrária do Estado da Bahia, Eduardo Salles, no cargo; h) movimento pela extinção da Ceplac; i) ações de combate à vassoura-de-bruxa; j) luta pelo cancelamento e negociações das dívidas; k) criminalização da crise cacauceira, incluindo-se aí o feitiço do documentário “O nó – ato humano deliberado”; l) combate à vassoura-de-bruxa – união entre a técnica aplicada por Edvaldo Sampaio, Engenheiro Agrônomo e ex-funcionário da Ceplac e a pesquisa desenvolvida por Gonçalo Guimarães Pereira, professor na Unicamp.

*Ágora*²⁵ pós-moderna (ainda sobre o ciberativismo) – a Lista do Cacau possibilita a aproximação virtual entre os cacauicultores, administradores, pesquisadores, instituições e tem se tornado a *Ágora* pós-moderna, a praça, o lugar do debate político, a assembleia dos patrícios. Os megafones de convocações são mensagens áudioimagéticas e escritas, o que, por sua vez, potencializa e cria movimentos sociais no interior da Lista, capazes de atar outros nós nas tramas do território-região. Essa capacidade de aglutinação, mobilização, criação de movimentos sociais em rede, entre outras ramificações, muda a forma de espacialização das relações sociais, criando os territórios da realidade virtual, acoplados a outras territorialidades. Simultaneamente a isso, desencadeia transformações no território "real", aquele ligado à terra, aos limites, mesmo que fluidos, criados pelos jogos de poder. É como se pairassem sobre territórios "reais" outros tantos "e-território", com suas infovias, os caminhos eletrônicos, um influenciando no outro, num vaivém de difícil identificação do fio da meada, de onde começa um e termina o outro. É a intercambiação entre o virtual e o "real", entre os acontecimentos, movimentando o espaço, criando outras "realidades" de referência, desencadeando novos acontecimentos, num processo contínuo, com infinitas possibilidades de articulações. Afinal: "A realização desses atos de comunicação e

25 Principal praça pública nas cidades da Grécia antiga.

debates, que reúnem virtualmente indivíduos territorialmente distantes, é um primeiro passo para influenciar, mesmo que indiretamente, os processos de tomada de decisão" (DOIMO; MITRE; MAIA, 2007, p. 109).

Motivação – o grupo de poder que se encontra no “e-território” está se sentindo ameaçado e para se proteger, além de buscar os objetivos já mencionados, está costurando uma história identitária comum: a dos herdeiros dos desbravadores, conservacionistas, responsáveis pela riqueza regional de outrora e vítimas do crime da vassoura-de-bruxa. Isso lhes confere pré-disposição, motivação, impulso maior para participar da lista, tornarem-se ciberativistas. É o "poder da identidade", “[...] como fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 1999, p. 22), arma do poder impulsionando a participação social. Castells considera a identidade como “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados” (CASTELLS, 1999, p. 22). No caso dos listeiros, a origem da construção de suas identidades são de dois tipos principais: a) *identidade de resistência* (CASTELLS, 1999) – em que o fator aglutinador encontra-se na resistência à perda do poder; e ao estigma de perdulários, luxuriantes, absentistas, arrogantes, mandonistas, soberbos, autoritários, conservadores, incompetentes, coronéis, presentes na obra de Jorge Amado; b) *identidade de futuro* (CASTELLS, 1999, p. 24) – ao construir a identidade de resistência, tentam construir uma nova identidade, se redefinir socialmente diante dos "outros" e serem capazes de influenciar no projeto de futuro do território-região cacauera e em seu próprio futuro. Aqui a representação política partidária não é o enfoque, mas a participação como meio de se obter e produzir informações, conhecimentos e poder, formas de tomada de decisões embasadas em alinhamentos discursivos.

Pelo que vimos, o “e-território” tem sua face de materialidade e é, ele próprio, também "real" em nosso pensamento e nas conexões das linhas de sua rede que nos abarcam, mandam ordens, mudam nossas vidas. O dizível e o não-dizível, mas remissivo, na Lista do Cacau tornam-se também visíveis no território-região cacauera da Bahia. As escalas que compõem a forma como comumente organizamos o espaço, como exemplifica Frémont (1980), em conchas de proteção que despertam sentimentos de familiaridade, aconchego, segurança, pertencimento – construídas e ampliadas com o tempo social de existência (idade) –, como a casa, o quintal, rua, bairro, cidade, município, região, Estado, país, continente, mundo, são tornadas porosas. São

ultrapassadas sem cerimônia. Independentemente de onde estejam os listeiros, estes podem alimentar a lista com discursos de ordens, compartilhar e produzir conhecimentos científicos, técnicos, políticos sobre o cacau e mesmo enviar/receber dinheiro para financiar movimentos sociais "concretos", como foi o caso do Movimento 26 de Março.

Romper essas escalas mais familiares por meio da lista não implica anulá-las, mas incrementá-las, trabalhar com outros arranjos, lidar com misturas, não só em termos de aproximação virtual dos lugares (HARVEY, 1993), como também com a conexão com ritmos de tempos sociais múltiplos. O mundo chega na casa via os meios de comunicação e transportes, a região impõe-se ao mundo e assim por diante. O longe está muito além do horizonte e definitivamente não dá para ir a pé, mas dá para ir instantaneamente. O que acontece para além do horizonte é cada vez mais difícil ignorarmos ou não sermos por ele afetados, mesmo que não saibamos nem de onde vem esse acontecer.

Assim, os listeiros podem estar em qualquer lugar da Terra e afetar o território-região cacauera com suas "presenças" conectivas virtuais, que se desdobram em espacialidades bem concretas. Vivem simultaneamente duas qualidades de tempo: a) o tempo cotidiano das distâncias, dos transportes materiais de pessoas e mercadorias, do cansaço físico ao caminhar, das ações de cada indivíduo; b) o tempo da instantaneidade, que anula as distâncias, impõe outros ritmos, acelera processos, rompe barreiras, faz pouco caso dos limites, possibilita múltiplas territorialidades (HAESBAERT, 2005).

A seguir temos um quadro-resumo das principais dimensões organizacionais, temporais e espaciais da lista.

Dimensões	Variáveis	Especificações
Dimensão organizacional	Atores sociais	Cacaucultores - grupo social de poder
	Origem	Política e espontânea – instrumento de organização de um grupo de poder.
	Natureza dos fluxos	Informações técnico-científicas, políticas, econômicas, sociais e culturais.
	Função	Realização dos objetivos de um grupo de poder.
	Finalidade	Instrumento de organização de um grupo de poder. Ciberativismo.
	Existência	Real/virtual – parafernália técnico-científica, trocas eletrônicas de correspondências, constituição de um "e-território".
	Formalização	Formal – "hospedada" em uma instituição de ensino, pesquisa e extensão – Unicamp.
Dimensão temporal	Duração da rede	Imprevisível. Já dura mais de 14 anos.
	Velocidade dos	Instantânea – as pessoas podem receber as mensagens no

Dimensões	Variáveis	Especificações
	fluxos	momento em que são enviadas.
Dimensão espacial	Escalas	Múltiplas, mas tem como referência territorial em seus falares e objetivos principalmente a região cacauera do Sul da Bahia.
	Forma espacial	Abstrata/concreta – existe em potência e real. Imersão ao mundo virtual por navegação via Internet. Concretiza-se nas obediências e resistências às ordens enviadas através dela.

Quadro 10 – Dimensões, variáveis e especificações da Lista do Cacau.

Fonte: Adaptado de Correa (1997, p. 107-118).

Falamos de território-região, de “e-território”, mas não falamos especificamente na região neste tempo do “agora, neste instante, já, e em qualquer lugar”, ou do período técnico-científico-informacional de Milton Santos (2003), “expressão geográfica da globalização” (SANTOS, 2003, p. 21).

Em 1998, diante da evidência do regionalismo gaúcho a distância, dos fluxos materiais e imateriais entre os “gaúchos” em/e a partir de diferentes territórios, Haesbaert fez a proposição em trabalhar “[...] a noção de rede regional” (HAESBAERT, 1998, p. 61). Segundo o autor referenciado:

Enquanto a região tende a ser um espaço mais centralizado, contínuo e homogêneo, a rede regional é mais descentralizada, territorialmente descontínua e heterogênea. Podemos então afirmar que, dependendo da escala enfatizada, a rede regional é ao mesmo tempo um território no sentido tradicional, que prioriza a dimensão horizontal, contínua ou em superfície do espaço, numa lógica 'areolar', e uma rede, numa lógica 'reticular' pautada em ligações materiais e imateriais através de fluxos que unem seus espaços fragmentados (HAESBAERT, 1998, p. 66-67).

Como estamos considerando que a região cacauera é também um território, os fluxos materiais e imateriais a que o território está submetido, concomitantemente o mesmo acontece com a região, indo ao encontro do que Haesbaert denominou de rede regional. Não queremos dizer, no entanto, que exista uma rede regional cacauera – pode até existir, mas não é nosso foco de análise – mas precisamos assumir que o regionalismo cacauero é exercido não só a partir da região em si, mas de qualquer lugar, via internet, seja por meio da Lista do Cacau, de sites, *blogs*, TV, etc.

O mesmo se dá quanto às ordens mandadas ao território pelos cacauicultores: anulem nossas dívidas, nos concedam mais financiamentos bancários com juros subsidiados, invistam dinheiro público em infraestrutura, transportes e pesquisas relacionadas ao cacau, formem pessoas para trabalhar com

o cacau, atribuam um preço mínimo ao cacau, reconheçam nosso poder decisional e reputacional, mantenham quem nós queremos nos cargos públicos, não façam reforma agrária nas nossas grandes propriedades cacaeiras, não regulamentem o uso do solo rural, não promovam políticas públicas sociais que ampliem o poder de decisão dos trabalhadores, não confirmem direitos ao território cacaeiro aos índios, quilombolas e sem terra, entre outras ordens vistas nas seções posteriores.

Na seção 4, nos deteremos mais demoradamente sobre a constituição do território-região cacaeira da Bahia, com o intuito de tornar inteligíveis os discursos dos listeiros vistos nas seções seguintes.

4 OS CAMINHOS DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: LUZE-LUZES DE UM TERRITÓRIO-REGIÃO

A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no *espaço dos litigantes*. As regiões são *aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço*. Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é botim de uma guerra. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 36, grifos do autor).

Nesta seção, temos por objetivo fazer a contextualização histórico-geográfica da região cacaueira com base nas principais temáticas levantadas pelos falares dos cacauicultores sobre a crise cacaueira na Lista do Cacau. Portanto, não se trata de uma escolha pessoal ou aleatória, mas direcionada para o esclarecimento das falas dos cacauicultores e trabalhadores para o que foi içado do passado para dar sentido à formação do território-região e remeter à ideia de uma descrição despropositada, constante, verdadeira e linear no tempo-espaço. Enfim, não se pretendeu, nesta seção, fazer uma história-geografia regional, mas colocar sob os holofotes aquilo que os sujeitos dessa pesquisa nos trouxeram por meio dos diversos materiais pesquisados, porque os caminhos de um território-região são muitos e podem ter distintos focos iniciais que poderão formar ou desconstruir a própria região.

Centramos nossa atenção aos obstáculos que o território trouxe à instalação dos mecanismos de poder e nas artimanhas construídas para eliminá-los. Afinal a definição dos limites de uma região com suas extensões, denominações, singularidades não é um processo pacífico, simples recorte da Terra feito por pesquisadores/planejadores, manifestação autoevidente, construto mental ou vivência dos que a habitam. Trata-se do resultado de uma disputa, de uma luta ferrenha e sangrenta que tem como um dos resultados o amalgamar de discursos com tendência à homogeneização, excluindo tantos outros, obrigados a calar-se por serem interditados, impedidos de circular, desacreditados, diminuídos em seus valores, subjugados. Neste sentido, podemos dizer que a região é “botim de uma guerra”: quem ganha a guerra a leva, recorta, lhe dá nome e voz, fala em seu nome, coloca todos em seu destino, define o passado e reconstrói permanentemente o seu futuro.

Desta maneira, circunscrevê-la, encorpá-la de conteúdos, nominá-la de Zona Fisiográfica Cacaueira ou simplesmente Zona Cacaueira na década de 1940 pelo IBGE (LIMA, 2002) ou região cacaueira na década de 1950 por Milton Santos (SANTOS, 1957), primeiras denominações que levam o apêndice da palavra cacaueira à região, recortando assim o território regional, é a concretização, ápice, resultado de um campo de possibilidades estratégicas, em que os vencedores puderam fincar sua bandeira e dizer: é nossa! Para se chegar a isso, no entanto, jogos de relações foram estrategicamente construídos, procedimentos de exclusão foram criados e, para entendê-los, precisamos retroceder no tempo-espaço dessa região.

Como estamos trabalhando região e território de forma conjunta, vale dizer que o território, para consolidar-se, de acordo com determinada racionalidade e intencionalidade, precisa ser apropriado em dois sentidos: no sentido de propriedade, com ou sem seu correspondente jurídico, e no sentido simbólico, de apego sentimental, emocional, do bater os pés no chão e dizer: isto aqui é meu, me pertence! Eu sou daqui! E por conseguinte dizer: isto aqui não é seu, não te pertence! Você não é daqui!

Para que esses dois processos se deem, é necessário identificar os obstáculos colocados pelo próprio território para que os detentores do poder possam abrir caminhos, fincar seus tentáculos, dominar e fazer seu próprio território à semelhança do seu poder. Em outras palavras: é preciso acabar com as multiplicidades, “alisar as rugosidades”, acabar com aquilo que se coloca como obstáculo à apropriação. No caso do território-região cacaueira da Bahia, isso não é diferente. Enfim, tendo como material de pesquisa referências bibliográficas diversas, nesta seção tentamos tornar visível os mecanismos do poder para o domínio territorial e as resistências.

4.1 OS OBSTÁCULOS DO TERRITÓRIO À INSTALAÇÃO DOS MECANISMOS DE PODER: OS AUTÓCTONES (ÍNDIOS) E A MATA ATLÂNTICA

Colocados na zona da opacidade da história-geografia da região cacaueira, os autóctones (índios), no atual contexto de disputas territoriais locais, são ameaças à propriedade da terra dos cacaucultores consolidada desde o tempo dos

desbravadores e estão presentes nas falas dos listeiros quando relacionam à “última crise”, entre outras conexões, a suposta insegurança jurídica em relação à propriedade e uso da terra. As dificuldades de eliminação física e/ou simbólica dos naturais da região, pelos desbravadores, são exaltadas como atos de bravura, usadas na construção identitária e legitimação social da dominação territorial pelos atuais cacauicultores.

Quanto à Mata Atlântica, a prevalência de resquícios da floresta no Sul da Bahia e a produção do cacau na forma de cabruca são acoplados à conservação ambiental. Olhados a partir do presente (com os valores do presente em relação à natureza), os desbravadores são considerados conservacionistas porque não derrubaram totalmente a floresta e mantiveram os extratos arbóreos mais altos para fazer sombra aos cacauais. Ser conservacionista é mais um elemento constitutivo da identidade dos atuais cacauicultores, energia com potencial para tornar-se verdade e induzir comportamentos favoráveis aos seus pleitos na crise. Decorre daí os destaques dados aos índios e a Mata Atlântica nesta seção.

A implantação e relativa consolidação dos mecanismos de poder sobre o território-região vão acontecer de formas múltiplas, em diferentes escalas geográficas, com intensidades e problematizações territoriais variadas, no tempo. Na especialização dos lugares pelo capital mercantilista, coube ao Sul da Bahia, na primeira fase da (re)ocupação territorial (1534-1822), o papel de habitat de indígenas, reserva extrativista de madeira para a Coroa portuguesa (DIAS, 2010) e de produtos alimentícios, como mandioca, milho, feijão, café, aguardente, açúcar e pesca para o consumo e para atender às necessidades alimentares do Recôncavo monocultor da cana-de-açúcar (DIAS, 2007)²⁶. Uma pequena parte era exportada para a Europa (MAHONY, 2007).

Não obstante as diversas tentativas de transformar essas terras em produtivas, no sentido mercantilista, estas só foram incorporadas ao sistema agrário-exportador a partir da introdução do cacau, matéria cuja serventia encontrada foi ser o principal ingrediente do chocolate. Esta incorporação tardia a economia mercantil, comparativamente ao Recôncavo baiano produtor de cana-de-açúcar, ocorreu marcada por dois obstáculos que se postaram à frente dos colonizadores: os índios (ou autóctones) e a Mata Atlântica.

26 Entre os séculos XVI – XVII, o Recôncavo foi um grande exportador de cana de açúcar para a Europa (SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2001).

No período mencionado, as relações comerciais com o exterior, da que viria a ser a região cacauera do Sul da Bahia, se davam principalmente no sentido Leste da costa litorânea brasileira com a costa Oeste da Europa e, internamente, no sentido Norte, com o Recôncavo, particularmente com Salvador, capital do Brasil de 1549 até 1763 e distante 462 quilômetros da cidade de Ilhéus. Sem outras vias de transportes, a navegação marítima era a utilizada.

O processo oficial de (re)ocupação territorial da região cacauera da Bahia, por europeus, teve seu início em 1534 com as chamadas Capitâneas Hereditárias – Capitania de São Jorge dos Ilhéus²⁷ – e, enquanto estas prevaleceram, não se consolidou a economia do tipo agrário-exportadora, como em outros lugares do Brasil, ficando isolada pela mata e os estranhos ao local sujeitos aos ataques/defesas indígenas. De acordo com Barros (2004, p. 49), “D. João III doou essa Capitania [Capitania de Ilhéus] a Jorge de Figueredo Corrêa, por Carta Régia de 25 de abril de 1534 com o Foral de 26 de agosto do mesmo ano [...]”, como uma forma de demarcar, explorar, dominar esse território pela Coroa portuguesa.

Antes da chegada dos colonos portugueses ao local onde hoje está a região cacauera da Bahia, existiam múltiplos territórios indígenas, como os dos Aimorés, Pataxós, Camacan, Botocudos, Tupiniquins, Mongoiós (PARAISO, 1982). A resistência destes índios à invasão dos seus territórios dificultou a vida dos colonos portugueses, mantendo-os mais na faixa litorânea, ou mesmo os expulsando (CAMPOS, 2006) por algum tempo. O processo de expulsão dos indígenas de suas terras e/ou “aniquilação cordial indígena”, aquela que ocorre sem resistência violenta, só se aprofundaram com a efetivação do cacau como matéria-prima de exportação, em 1860.

É a partir desse recorte temporal, baseado na (re)ocupação territorial e tendo a terra como fonte de riqueza agrário-exportadora e da valorização da madeira, que se costura o início da história-geografia dessa região. Portanto, é uma história-geografia marcada pela relação dos recém-chegados colonizadores europeus com a natureza – valorização da terra e da mata como recursos econômicos – e com outros humanos aqui existentes. Nessa relação, não é sem intencionalidade que aos índios não são concedidos adjetivos de pioneiros e desbravadores.

27 “O território da capitania de Ilhéus corresponde a um espaço costeiro – hoje pertencente ao estado da Bahia – limitado ao norte pelo rio Jequiriçá e, ao sul, pelo rio Jequitinhonha. A capitania hereditária, que deixou de existir em 1761, quando foi incorporada à capitania real da Bahia, deu lugar à comarca, mantendo, todavia, os mesmos limites territoriais até meados do século XIX” (DIAS, 2010, p. 195).

Uma das acepções da palavra pioneiro, no dicionário Houaiss (2012), é a seguinte: “que ou aquele que está entre os primeiros que penetram ou colonizam uma região, abrindo-a à ocupação e ao desenvolvimento; desbravador”. Enfim, pioneiros são os colonos de terras desabitadas, primeiros que desbravam regiões incultas; desbravadores, dianteiros, precursores. É isso que nos remete a palavra. Isso implica dizer que: a) as terras que viriam a ser da região cacaueteira do Sul da Bahia estavam desocupadas. Havia, portanto, um vazio demográfico e, dessa forma, os territórios indígenas foram desconsiderados; b) essas terras foram abertas à ocupação e ao desenvolvimento, como se não existissem habitantes e nem desenvolvimento.

Na “frente pioneira” em andamento separa-se e rejeita-se os habitantes autóctones, suas relações com a terra e com a mata, porque ser pioneiro está ligado a uma forma específica de uso atribuída a esses elementos. José de Souza Martins ressalta que “[...] a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e compreendedor.” (MARTINS, 1996, p. 28).

Para os europeus e brasileiros “europeizados”, a mata é ao mesmo tempo fonte de riqueza e um obstáculo a ser vencido. A terra, para os europeus, já era, naquele tempo, vista como propriedade, lugar de moradia e instrumento para a produção de riquezas. Dentre várias possibilidades, tornara-se terra para ser desmatada, cultivada e habitada. As terras usadas na forma indígena eram consideradas improdutivas (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2001) e sem donos.

Dito de forma resumida, as terras encontradas pelos europeus eram tidas como incultas, desabitadas e disponíveis para serem desbravadas, submetidas a outro objetivo intencional: produzir riquezas para exportação.

São colocados em movimento os objetos, conhecimentos, valores, limites, técnicas, práticas que iriam impregnar aquele espaço a partir de uma racionalidade supostamente única e verdadeira, se sobrepondo às possibilidades de multiplicidade cultural, política, econômica, na lida com a terra. Consolida-se o recorte do objeto terra como mercadoria em detrimento da terra com valor sagrado, místico, afetivo, lugar para se viver, território indígena. A terra era para ser subjugada e, com ela, as idealidades e técnicas diferentes das dos indígenas, opositoras à nova ordem que chegava.

Não havia valorização social dessa forma de relação “primitiva”, “atrasada”, “improdutiva” com a terra. Na diferenciação da relação com a terra, rejeita-se uma das partes – a dos índios – desautorizam-se seus discursos, cassam-se suas palavras e reconhece-se a “ocupação histórica da terra” ou (re)ocupação pelos invasores.

Nas “ocupações históricas” da região cacauera da Bahia, construíram-se diferentes mecanismos de expropriação da terra. No caso das terras indígenas, houve a persuasão da catequização jesuítica, das missões dos capuchinhos, a cooptação dos índios “amansados” (como se fossem bichos), a expulsão, o extermínio, o contágio por doenças (CAMPOS, 2006): “Armas, germes e aço”²⁸ a serviço do poder vindo de outras terras, por outros povos.

4.1.1 Distinção e hierarquização: índios, pioneiros e desbravadores

Sons desconhecidos e amplificados, índios e não índios, ouvidos alertas, humanos com pavor de outros humanos. Uns defendendo seus territórios socialmente já consolidados, outros querendo construir os seus. Humanos diferenciando-se, rejeitando-se e hierarquizando-se em índios e não índios, desbravadores e não-desbravadores, pioneiros e não-pioneiros, “invasores históricos” construindo os futuros “invasores jurisdicionais” da terra. Como ressalta Martins ao falar do tempo da fronteira, são confrontos e conflitos “[...] decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. [...] desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. (MARTINS, 1996, p. 27).

É o espaço geográfico em construção no confronto de dois “mundos” em processo de distinção. Ambos se estranhando e lutando. Os índios lutando por suas tabas, ocas, floresta, rios, animais, comunidades, valores, sentimentos, emoções. Os brancos lutando para sobreviver confrontando-se com os índios que se colocavam como obstáculos, fossem como corpos e flechas que se postavam à sua frente e/ou como sociedade diferente, com outra racionalidade em relação à floresta, à propriedade e uso da terra, aos animais, às coisas e às pessoas – considerados

28 Referência ao livro de DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço**. São Paulo: Record, 2001.

socialmente inúteis, sem religião, sem lei (CAMPOS, 2006). Humanos contra diferentes racionalidades, tentando eliminar-se física e simbolicamente (e ao mesmo tempo se imbricando culturalmente), se estranhando, com tentativas de alisamento de discursos, de uniformidade territorial que impusesse aos demais uma nova ordem de como mobilizar pessoas, produzir coisas, consumir, circular mercadorias, ideias de como ser no mundo.

Para exemplificar esse estranhamento, a seguir reproduzimos pequenos trechos da entrevista de Boaventura Ribeiro de Moura (PINTO, 2004) sobre os antepassados – família Ribeiro – que formaram o município de Camacan e o pavor do encontro desses humanos:

[Os índios] Apresentavam-se mais pacíficos em Canavieiras, chegando a serem brincalhões até em excesso, daí a compreensão de não serem registrados informações de ataques indígenas nesta região, mais propícia a cultura do cacau, enquanto que em Ilhéus se apresentavam mais agressivos. Região habitada por índios podia-se ouvir a reação dos mesmos ao longo da mata quando da derrubada das árvores. Conta-se também que fiel ao seu atavismo, sua herança indígena, mameluco, Leandro Ribeiro também urrava durante o processo de derruba das árvores. Ao seu lado Felipa, com espingarda na mão e rosário, vigiava o entorno.

A família morava em jirau sobre palafitas no rabo da lagoa, em cima da lagoa, numa posição estratégica [...] tinha que vir de peito com a saída na retaguarda em caso de ataque de índios. Quando a família à noite se recolhia, removia a escada que dava acesso à parte superior do abrigo, enquanto a área abaixo era cercada para maior proteção.

Leandro também costumava colocar armadilhas [para caça] e os filhos eram quem olhavam. Um dia, um deles, foi olhar a armadilha escorregou e caiu, quando ouviu uma gargalhada do índio e ele tremendo de medo voltou correndo e contou a mãe [...].

O nome da cidade, Camacã, representa uma justa homenagem aos verdadeiros proprietários da terra, os índios da tribo dos Camacãs, que pacificamente recuavam, diante da ocupação dos homens brancos.

A ausência de relatos feitos pelos índios desses encontros denota seu silenciamento. Os índios, diante do poderio dos homens pálidos, com pêlos pelo corpo, fogo, pólvora e aço, objetos técnicos como a espingarda e machado nas

mãos, entregaram seus territórios, entregaram suas habitações: “Pacifamente recuaram”, recuaram, recuaram, recuaram...

Territórios reduzidos até ao aniquilamento, “desaparecidos”, nas palavras de Barros (2004), separação de humanos acostumados a viver em grupos, escravidão para quem tinha a floresta como habitação, agricultores compulsórios para alimentar os não índios, aldeados “[...] em Almada, Ferradas, Catulé ou Olivença no período colonial ou nas primeiras décadas do Império [1822-1889]” (MAHONY, 2007, p. 741), subjugados em seus valores, costumes, etc. (PARAISO, 1982).

Onde estão esses antepassados na e da região cacauera da Bahia? Pouco se sabe, suas falas foram excluídas por processos sociais que os colocaram – não sem resistência, afinal “atacavam”, eram “bravos”, “hostis”, “guerreiros” “belicosos”, (CAMPOS, 2006) – na condição de “improdutivos”, “selvagens”, “bárbaros”, “vingativos”, “de maus instintos”, “dissimulados” (BARROS, 2004; CAMPOS, 2006).

Como diz Garcez e Freitas (1975, p. 10): “Atualmente, tanto na literatura sobre a região cacauera quanto na consciência de seus habitantes e, ainda mais, no setor das atividades econômicas e políticas da região, a presença dos índios não ultrapassa o nível de referências esporádicas [...]”.

Outro entrevistado pela Senhora Marita, Zé Campos, também falando sobre seus antepassados – a família Ribeiro –, diz o seguinte:

[...] embora estes [índios] deixassem marcas de sua passagem, através de água toldada, dos cipós laticínios, ainda vazando o leite, que os índios torciam de propósito, para demonstrar a presença deles aqui; mas visualmente nunca teve contato, dava presentes, facão, machados, espelhos, tudo isso ele dava. Chegava nos acampamentos dos índios, depositava lá, nos acampamentos dos índios e os índios recuando pacificamente, vendo que não havia nenhuma hostilidade pelos intrusos. Uma conquista totalmente pacífica o que não aconteceu com os exploradores de Santa Rosa [hoje Pau Brasil].

Diante dos invasores, dos opositores mais fortes, dos “bravos guerreiros”, impotentes alguns índios foram “recuando pacificamente”, sem confronto direto foram perdendo seus territórios.

Então, o processo inicial da constituição territorial “branca”, houve uma tentativa de apagar os índios, fosse no sentido de aniquilá-los fisicamente, fosse no sentido de “branqueá-los”, torná-los ao mesmo tempo iguais e diferentes dos não índios. Ao procurar “branqueá-los”, os índios, que não lutaram com armas em punho,

transformaram-se em “mansos” “pacíficos” e “iguais” na língua, valores, crenças, forma de pensar o espaço-tempo, de dar valor às pessoas e coisas, e diferentes porque continuavam tendo traços fenóticos e étnicos usados como diferenciadores e inferiores. É na relação social com os colonizadores e desbravadores que os autóctones se tornaram índios e, como tais, no processo de hierarquização humana “branca”, foram colocados no patamar de baixo, como não civilizados. E, mesmo quando foram “civilizados”, continuaram a ser tratados pejorativamente como índios, como artifício para se justificar a tomada “histórica” de suas terras.

Hoje, quando esses índios “branqueados” reivindicam suas terras em Ilhéus, Una, Buerarema, Pau Brasil, são rechaçados porque são considerados não índios. A vivência da dualidade de ser ou não ser índio, aparece no momento da luta pela propriedade da terra. Nas relações sociais, são ordinariamente índios, descendentes dos índios, mas, quando reivindicam terras, são “fabricados”, porque representam uma ameaça aos proprietários de terras. Como dizem alguns listeiros:

[os índios] Atacaram em Pau-Brasil. Ninguém se manifestou. Atacaram agora em Olivença. Pouco se fala no assunto. [...]. Segue decisão do STF que se aplicada no caso de Olivença decide o assunto. Aldeia de índio agora só a existente em 1.988 – ano da Constituição. Nada de fabricarem novos índios e novas aldeias. Isto é golpe. Precisamos combater a DITADURA do MST, dos INDIOS e dos QUILOMBOLAS. Chega de oba-oba. Temos que cumprir as leis. (LISTEIRO nº 8, 04/10/2011).

E será que os produtores, donos de fato e de direito, vão mesmo receber de volta suas fazendas de cacau, invadidas pelos ‘índios’? Desejo boa sorte aos produtores envolvidos no processo, esperando que possam mesmo recuperar e re-construir seus patrimônios. (LISTEIRO nº 15, 13/10/2011).

Assim, os índios continuam a ser um obstáculo aos cacauicultores na manutenção das “invasões históricas” da terra e a mata, outrora valorizada principalmente quando derrubada, hoje adquire valores quando conservada em pé.

4.1.2 A mata como fonte de riqueza e obstáculo a ser vencido

Na relação humana com a *caá-etê*, a floresta brasileira torna-se, para os estrangeiros à mata, obstáculo e/ou utilidade econômica. De acordo com as intencionalidades dos não indígenas, quais eram os problemas colocados pela existência da floresta atlântica na constituição de seu território? Quais as utilidades que a floresta poderia ter, ao mesmo tempo em que ela se constituía como obstáculo a ser vencido? Quais foram as formas assumidas pelo território-região, decorrentes dessa relação dos “estranhos homens brancos” que chegavam para ocupar as terras indígenas?

As intencionalidades e os sentimentos humanos – o medo, o pavor, o deslumbramento, a impiedade, a ganância – estão ali presentes diante do que denominamos de planície costeira, com suas enseadas e estuários, e daquele imenso paredão arbóreo – comparativamente com a estatura humana – de diferentes extratos, “florestas que se sobrepõem a florestas” (DEAN, 2000, p. 26), afetadas pelo vento alísio de Leste, carregado de umidade do mar equatorial (DEAN, 2000). Recorrendo à memória do passado, Zé Campos²⁹ nos diz:

Nesta região [Camacan] a chuva era em demasia, chovia quase 350 dias no ano [...] eu me lembro [...] minha mãe dizia o seguinte: uma certa feita ela anotou num caderno em 1917, ela notou no caderno os dias de sol no ano, foi uma semana, tudo mais é chuva [...].

Não predominou a visão do reconhecimento social da diversidade de plantas e animais dessa floresta ou uma tentativa de harmonizar-se a ela, mas, para além da matéria, substância, estava a ambição de transformá-la em madeira de lei – pau-brasil, vinhático, sucupira, potumuju, cedro, maçaranduba, jequitibá, jatobá, oiticica, carvalho – para construção de navios, casas, móveis (DIAS, 2007), barcaças, lenha; os animais, em caças, divertimentos, ornamentos, feras; a terra como herança e para produzir riquezas. Enfim, a intenção era dar-lhes uma utilização, um fim que servisse aos humanos “europeizados”.

29 Entrevista realizada por Maria Joaquina Moura Pinto em 2004, gentilmente nos cedida para as finalidades desta pesquisa.

Estavam “inventadas” as utilidades da madeira, as propriedades da matéria madeira (RAFFESTIN, 1993) convertidas em recursos. É como diz Boaventura Ribeiro de Moura³⁰ em entrevista concedida à sua sobrinha, Maria Joaquina Moura Pinto (2004, s/p)³¹:

As condições iniciais da colônia no século XVI, como todos sabem, tiveram como primeira atividade comercial o extrativismo da madeira do jacarandá e do pau-brasil por durante 300 anos. Os indivíduos viviam da economia de subsistência, isto é, pesca, mandioca, cereais como milho, arroz, cana de açúcar, cujo próprio nome, canavieiro, fornece um indício desta atividade, entretanto, o alto índice pluviométrico comprometia, gerando uma baixa produção destes produtos.

Conhecedores de “[...] florestas [que] se amontoam em tímida uniformidade, vastas formações com umas vinte árvores diferentes, ou uma dúzia, ou apenas espécie única; em seus galhos, em seus ocos e em meio a suas raízes tão-só um reduzido grupo de espécies de animais [...]” (DEAN, 2000, p. 22-23), muitos colonizadores se depararam com uma floresta diferente: densa, quente, úmida – podendo variar de 1.500 a 4.000 ml de chuvas anuais – com árvores que poderiam chegar a 50 m de altura e uma enorme biodiversidade (DEAN, 2000).

Olhando a floresta como riqueza a ser explorada – reserva extrativista, recurso fundamental para alimentar a indústria naval e civil (DIAS, 2007, 2010) – e obstáculo a ser vencido para ali habitarem, foi que os autodenominados pioneiros e desbravadores, os “ocupantes históricos”, tentaram construir sua concepção de vida, de passado, presente e de futuro. Com a implantação e a disseminação do cacau, resquícios da Mata Atlântica foram mantidos para uso da madeira nas fazendas de cacau e algumas árvores permaneceram de pé para fazer sombreamento ao cacau-cabruca, fazendo com que as necessidades da agricultura do cacau conservasse parte da floresta.

Além da possível “hostilidade” e “ataques” indígenas, os denominados e aceitos socialmente como pioneiros e desbravadores sofriam com a presença dos

30 Boaventura Ribeiro de Moura foi o primeiro prefeito do município de Camacan. Nascido em 11/12/1925, faleceu em 20/05/2004. Membro de família de grande poder decisional e reputacional na região.

31 Além da monografia a senhora Maria Joaquina (conhecida como Marita) nos cedeu transcrições de 5 entrevistas realizadas por ela em 2004, parte da sua pesquisa monográfica e aqui utilizamos para consubstanciar este trabalho.

animais. Vejamos dois exemplos contados por Boaventura Ribeiro de Moura e Zé Campos, respectivamente:

Conta-se também que um certo dia estando os pais na roça e os filhos pequenos no terreiro, [esses] perceberam a proximidade de uma onça, rapidamente recolheram-se e com grande esforço Simião, o mais velho, puxava com uma corda a escada que dava acesso ao jirau, enquanto a onça espreitava balançando o rabo (PINTO, 2004, s/p).

[...] Ele viu dois olhos clareando em baixo da cama de tio João e ele percebeu que se tratava de uma cobra gigantesca ele disse: *Oh João! Oh João! Oh João!* (tio João tinha um sono pesado) e João disse: *o que é? João esfrie o corpo e saía devagarinho de sua tarimba* e João perguntou: *por que? Porque em baixo tem uma cobra muito grande [...]* (Entrevista cedida pela senhora Marita, grifo da autora).

Mata quente e úmida, cheia de bichos e índios “bravios”, falta de estradas, doenças tropicais, privações de todas as espécies: são focos que os descendentes dos pioneiros e desbravadores ressaltam e querem perpetuar, autoatribuindo adjetivos identitários como o de destemidos, bravos, ilibados, perseverantes, sofredores (CAMPOS, 2006). Quais são suas intencionalidades ao fazer isso? Quais os interesses ao perpetuar com cores fortes, alto e bom som e grandiloquência³² essas histórias? Quais outras não interessam que sejam colocadas sob os holofotes? Vejamos o que diz Costa (1992) sobre a “epopeia” do “Pioneiro-Desbravador”, da “[...] verdadeira história dos pioneiros desbravadores, da figura dos ‘Coronéis’ do cacau e dos incompreendidos cacauicultores” (COSTA, 1992, p. 4):

Nos registros dos avanços e recuos da produção do cacau, no decorrer dos anos, está consignada a epopéia da atividade do cacauicultor, prevalecendo, entretanto, o aumento gradativo da produção no bojo de cada época. A bravura, o sofrimento e a persistência da ação do 'Pioneiro-Desbravador', brasileiros e estrangeiros, vencendo todas as dificuldades, como: a luta pela conquista e domínio das terras incultas, o desbravamento das matas agrestes, o plantio e a manutenção dos cacauzeiros, as precárias condições de subsistência, a ausência adequada de financiamentos, a inexistência de qualquer assistência técnica, inclusive agrônômica, a falta de assistência nos setores de saúde e educação, os prejuízos e dificuldades diante das condições climáticas adversas, a falta de segurança na integridade pessoal e patrimonial, a inexistência ou

32 Ver: BARROS, Francisco Borges de. **Memória sobre o município de Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2004.

precariedade dos meios de comunicação, a falta de normas justas e de fiscalização nas atividades de produção, compra, venda e exportação de cacau, a ausência ou deficiência dos meios de transporte, os pesados tributos de impostos e taxas cobrados pelos poderes públicos, a permanência de um processo de descapitalização do Sul da Bahia pela falta de retorno adequado dos recursos arrecadados mediante a não realização de obras públicas necessárias ao processo de desenvolvimento (COSTA, 1992, p. 13-14).

Colocar em evidência esses aspectos do passado, de acordo com Mahony (2007), é uma estratégia de luta:

Ao expor as dificuldades dos desbravadores do século XIX, ele [o mito de origem da economia cacauzeira e da elite regional, como se refere a autora] ajuda a obscurecer desigualdades raciais e a justificar a imensa concentração fundiária e de renda que se desenvolveram na região no século XX. Também ajudou a elite a se defender da reforma agrária, da organização dos trabalhadores e da regularização das leis trabalhistas no meio rural, assim como a reforçar seus apelos por assistência federal em tempos difíceis. Então, nós sustentamos que esta versão histórica serviu como uma arma na luta da elite cacauzeira por legitimidade e poder tanto no contexto local quanto nos contextos regional e nacional (MAHONY, 2007, p. 738-739).

Acrescentamos ao que diz Mahony o desejo dos descendentes dos antigos coronéis do cacau em continuar definindo o destino do território-região cacauzeira, como fez até a década de 1980, sem encontrar oposição suficientemente forte. Imbuem-se da repetição de informações estratégicas, de uma história capaz de promover comoção e adesões para produzir respostas supostamente válidas para decidir o futuro da região cacauzeira. Nessa guerra, exclui-se a história-geografia dos “perdedores”, dos que tiveram/têm suas vozes abafadas. Os europeus ou brasileiros de outras localidades tornaram-se pioneiros e desbravadores aqui: invadiram territórios, expulsaram seus habitantes, mataram e fincaram suas bandeiras. Puderam decidir o destino da região e da população ali residente.

4.1.3 Os rios como caminhos: a territorialização do poder e a configuração geográfica

Retomando a história da floresta e falando sobre rios, para romper com a floresta, romper com esse obstáculo era preciso estrategicamente caminhar pelos

rios. Os caminhos eram as margens e os leitos dos rios. Foz, estuários eram os lugares mais fáceis para se habitar, inclusive pelos índios. As margens dos rios eram lugares estratégicos para a ocupação territorial, pois eram também os caminhos dos índios, lugares onde foram aldeados, berçário de mão de obra indígena “mansa” (SOUZA, T. M. M., 2006), subserviente aos religiosos e exploradores ou escravizados, pois “[...] os colonos portugueses impunham a escravidão aos índios” (BARROS, 2004, p. 64). Assim, fazendo os índios recuarem para o interior da mata ou entrando em confronto direto com eles – caminhos sem volta -, os pioneiros foram se apropriando dessas estradas naturais, por onde trilharam o caminho do cacau – “Caminhos de ir e vir” (PARAÍSO, 1982, p. 258).

A região cacauceira é abrangida por cinco bacias hidrográficas principais, por onde foram feitas as entradas para o interior do continente (Figura 1):

a) *Bacia do rio de Contas* – os principais rios desta bacia são: “Brumado e seu principal afluente, o rio do Antônio, Gavião, do Peixe e Gongogi, na margem direita; e Sincorá, Jacaré e Jequezinho, na margem esquerda” (CHIAPETTI, R. J. N., 2009, p. 36);

b) *Bacia do rio Almada* – tem como rio principal o Almada, destacando-se os afluentes do rio do Braço e a Lagoa Encantada (ou Itaipe), onde desembocam, entre outros, os riachos Caldeirão, Taquaril, Buranhem, Serrapilheira e Ponta Grossa;

c) *Bacia do rio Cachoeira* – composta pelo rio Cachoeira e os afluentes: rios Macuco, Santana, Japu e Piabanha. Esse rio corta os municípios de Ilhéus e Itabuna;

d) *Bacia do rio Pardo* – abrange 16 municípios, inclusive Canavieiras, onde é reforçada pelos rios Salsa e Catulé Grande e pelo ribeirão de São João. Destacam-se as Lagoas do Timóteo, Três Capangas, do Muari ou Amarela, do Rocha e do Timiquim.

f) *Bacia do rio Jequitinhonha* – abrange alguns municípios baianos, como o de Belmonte.

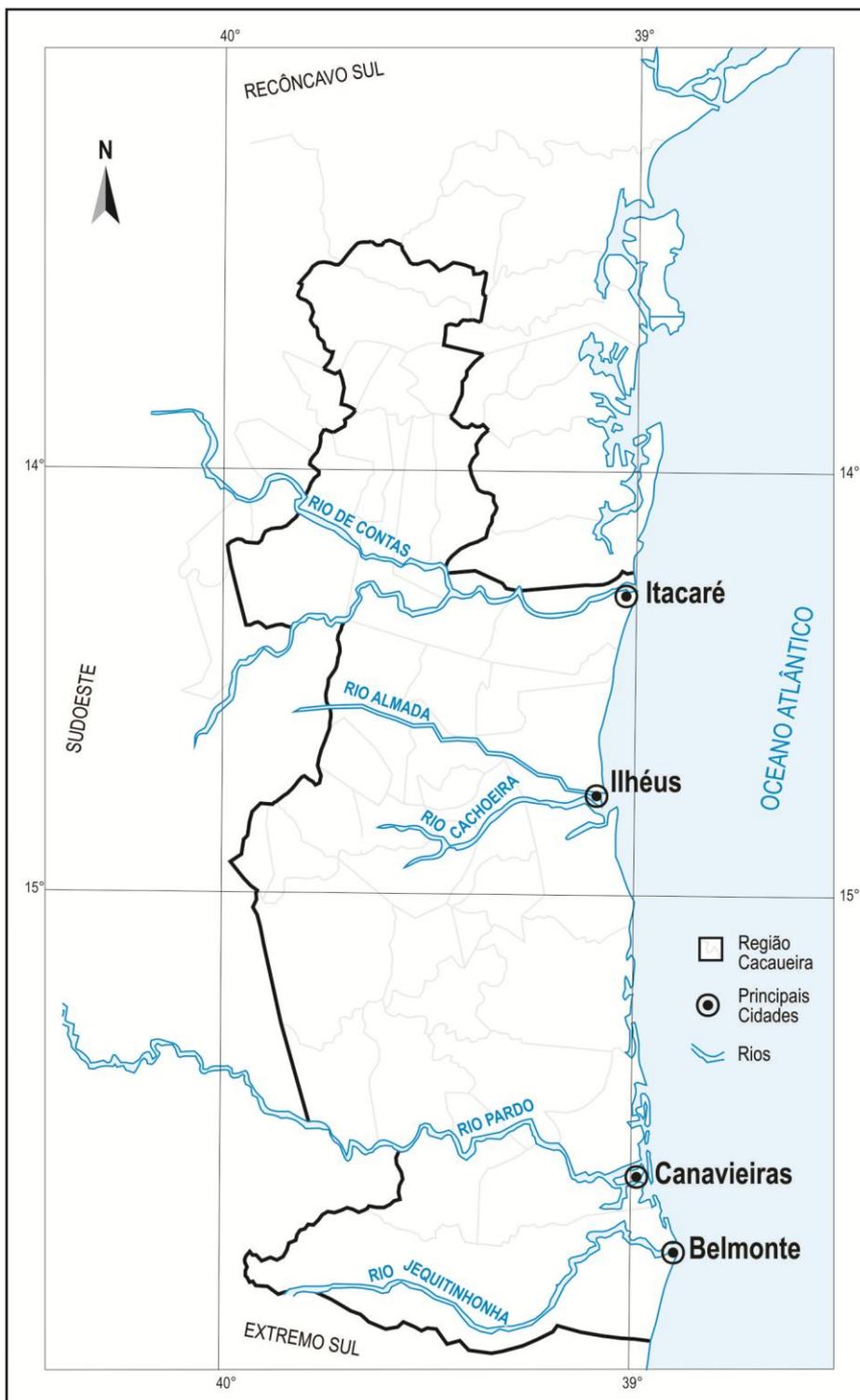


Figura 1 – Rede hidrográfica da região cacaueira da Bahia.
Fonte: (IBGE, 2005)

Foi nas margens desses rios que, aos poucos, a rede urbana da região cacaueira se configurou, até chegar ao ponto da polarização Ilhéus-Itabuna, na primeira metade do século XX (TRINDADE; FRANÇA, 2010). Ali também aconteceu a formação dos territórios das famílias extensas empoderadas, daquelas que, em

meio ao processo de ocupação territorial atabalhado, “sem régua e compasso”, conseguiu, via diversos mecanismos de poder, estabelecer-se (RIBEIRO, 2001), territorializar-se.

4.2 O CACAU E A CONSOLIDAÇÃO DA (RE)OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA PELOS PIONEIROS E DESBRAVADORES

A superação dos primeiros obstáculos à (re)ocupação territorial não imprimia singularidade regional, era preciso encontrar uma atividade que a definisse temporo-substancialmente e territorialmente. A produção do cacau de forma extensiva voltada para a exportação tornou-se essa atividade, sendo território de realização de uma atividade econômica, que nele encontrou as condições propícias para sua realização, assegurando à região a denominação de região cacauera.

No que se refere ao cacau, não há um consenso sobre como e quando se deu a introdução dessa árvore de 6 a 12 m de altura³³ (CARVALHO, 1997) – o cacauero – planta exótica^{34,35} à Mata Atlântica (Figura 2), senão nos seguintes itens:

a) foi uma introdução proposital, com a intenção de se encontrar outro produto que pudesse substituir a cana-de-açúcar como produto de exportação, já que esta entrava em processo de decadência e era preciso equilibrar a balança comercial brasileira. No século XIX: “Dentro do modelo agro exportador, que integrava a antiga colônia ao mercado internacional, outras saídas deviam ser tentadas, entre elas, as culturas de café e cacau [...]” (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. 10);

b) ocorreu em meados de 1700, mas só se consolidou como produto de exportação a partir de 1860;

33 De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados (2011) “O cacauero, também chamado palmeira-cacau, é uma planta da família das *sterculiaceas* e sua árvore tem uma particularidade: dá ao mesmo tempo brotos, flores, folhas e frutos. A altura do cacauero varia entre 4 e 12 m., mas na América tropical pode chegar a 15 m”.

34 “O cacauero (*Theobroma cacao* L.) é planta nativa da floresta Amazônica e seu centro de origem principal são as regiões próximas das nascentes dos rios Amazonas e Orinoco. Da Amazônia, o cacauero migrou para a região dos Andes e mais tarde dispersou-se pela Venezuela, Colômbia, Equador, América Central e México, além de ter se estabelecido também ao longo das regiões às margens do rio Amazonas e seus afluentes. A partir da Amazônia, o cacauero foi levado para a África, através das ilhas de São Tomé, Príncipe e Fernando Pó, expandindo assim seu cultivo em vários países, como Gana, Nigéria, Costa do Marfim, Camarões e Malásia, de onde provém, hoje, mais de 70% da produção mundial” (FERREIRA, 1997, p. 21).

35 Cf. FERREIRA, Lucas Tadeu. Cacau: clones tecnológicos, a salvação da lavoura. **Revista Biotecnologia Ciência & Desenvolvimento**, ano 1, n. 3, p. 20-24, nov./dez. 1997. Disponível em: <http://www.biotecnologia.com.br/revista/bio03/3hp_7.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

c) as primeiras plantações ocorreram às margens do rio Pardo, no município de Canavieiras;

d) sua expansão foi dando-se lentamente, como cultura doméstica, até 1830, quando o cacau já despontava como monocultura, substituindo a policultura de cereais até então predominante (GARCEZ; FREITAS, 1975);

e) configurou-se como monocultura de exportação baiana no início do século XX.



Figura 2 – O cacauero e seus frutos.
Fonte: Weber (2012).

O autor Ribeiro (2008, p. 41) diz: “Zehntner assevera que o cacau foi trazido para a Bahia no final da década de 1750 e plantado, em primeiro lugar, no município de Ilhéus. Outros situam o início do plantio no começo da década de 1780, no governo do Marquês de Valença”. Há inclusive uma versão menos difundida de que “O cacau veio da África para a Bahia, trazido por homens e mulheres que haviam sido vendidos como escravos, de acordo com uma tradição oral dos trabalhadores rurais do Distrito de Almada, em Ilhéus, Bahia” (MAHONY, 2001, p. 95).

No entanto, a versão mais aceita e reproduzida é a de que

[...] as primeiras sementes teriam chegado à Bahia no ano de 1746, trazidas do Pará pelo colono francês Luis Frederico Warneaux, que

as deu a Antônio Dias Ribeiro. Este plantou-as na fazenda Cubículo, no Município de Canavieiras, então Capitania de S. Jorge dos Ilhéus, á margem direita do rio Pardo (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. 15).

Segundo os autores Garcez e Freitas (1975), a propagação do cacau tipo forasteiro³⁶ deu-se a partir das margens dos rios, pela “[...] maior exigência em relação à qualidade do solo e a quantidade de umidade, daí ser produzido às margens dos rios, a começar pelo rio Cachoeira” (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. 48), de Contas, Cachoeira, Pardo e Jequitinhonha (GARCEZ; FREITAS, 1975). No entanto, a esse fator devem ser aliados outros como: o uso dos rios como caminhos; as “clareiras” abertas por índios estarem às margens dos rios, o que facilitava a retomada do território; os aldeamentos que serviam como entreposto de mão de obra indígena para o trabalho, inclusive para combater outros índios “bravios” (ROCHA; ANDRADE, 2005); e as primeiras tentativas de colonização estrangeira também acontecerem aí, deixando como vestígio, entre outros, parte desmatada da Mata Atlântica (PARAISO, 1982).

Essa configuração territorial – (re)povoamento e estradas que se iniciam do litoral para o interior do continente, da foz para as nascentes dos rios – só vai tomar outros caminhos com a maior valorização do cacau no mercado internacional e mais pessoas que se propuseram a plantar cacau; as terras de mais fácil acesso já terem sido (re)ocupadas; e ter havido maior crescimento da lavoura pela introdução de novas variedades de cacau – cacau Pará e Maranhão, menos exigentes em relação ao solo e umidade (GARCEZ, 1977).

A partir de 1820, a plantação de cacau começa com maior intensidade. Em 1834, o cacau passou a ser exportado com regularidade e, a partir de 1860, houve aumento da produtividade (GARCEZ, 1977) decorrente da introdução de novas variedades, consolidando o cacau como produto de exportação, ilustrado no Quadro 11:

36 “Existem mais de 16 espécies de cacau, mas duas são as mais comuns: *Theobroma cacao* L (criollo venezuelano) e *Theobroma leiocarpum* Bern, o nosso cacau forasteiro ou cacau roxo, como é mundialmente conhecido. O cacau roxo se subdivide nestas quatro variedades: Comum, Pará, Maranhão e Catongo” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CHOCOLATE, CACAU, BALAS E DERIVADOS, 2011).

Ano	Arrobas	Toneladas
1840	6.377	103
1845	12.048	193
1850	20.261	304
1855	27.379	411
1860	38.629	579
1865	54.133	812
1870	81.046	1.216
1875	62.109	932
1880	111.244	1.662
1885	-	-
1890	233.505	3.502

Quadro 11 – Exportação de cacau do Sul da Bahia – 1840-1890.

Fonte: Bondar (1939, p. 127) e Garcez (1977).

A consolidação do cacau como produto de exportação até 1895, momento em que o cacau tornou-se a base da economia regional, prolongou-se no tempo. Assim, no *ranking* das exportações do Estado da Bahia, o cacau ocupou o primeiro lugar em 1910, contribuindo para a expansão da lavoura, “[...] e a frente de penetração ganhou rumo a Noroeste, em direção do rio de Contas e Poiri, adaptando-se e seguindo preferencialmente as ocorrências hidrográficas da área as margens dos rios, riachos e ribeirões” (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. 83-84).

Destacamos o uso dos cursos fluviais como “caminhos de ir e vir”, não só por pessoas e mercadorias, mas também por ordens, mandos do que produzir, como, quando, em que tempo, quem produzir, e também de fluxos das táticas do poder para impor uma forma de existir no mundo, de relacionar-se com as coisas e com as pessoas. Procedimentos de “naturalização” de quem poderia ficar com a riqueza socialmente produzida, falar e ser ouvido, definir o que poderia ser dito, em quais circunstâncias, com quais rituais e qualificações. Ao mesmo tempo construir procedimentos de subserviência, aceitação de assimetrias na distribuição da riqueza e silenciamento de vozes dissonantes. Luze-luzes manifestando-se, colocando em movimento o território-região, configurando as relações de poder.

4.2.1 Os rastros dos imigrantes na ocupação territorial da região cacauzeira do Sul da Bahia, os mecanismos de exclusão dos dizeres e as configurações geográficas

No século XIX, o Brasil importou pessoas – os imigrantes – para trabalhar, principalmente nas fazendas de café do Sul e Sudeste do Brasil, em substituição paulatina ao trabalho dos escravos africanos. Nesse processo, famílias sem-terras em seus locais de origem vieram para o Sul da Bahia: portugueses, alemães, franceses, sírios, libaneses, suíços, espanhóis, italianos, holandeses, irlandeses, árabes, povos que conseguiram com que seus sobrenomes se sucedessem na história da região cacauera da Bahia, mesmo com a desistência de muitos (CAMPOS, 2006).

Muitos dos sobrenomes desses imigrantes estão presentes na Lista do Cacau e continuam a perpetuar suas marcas no tempo-espaço dessa região. No Quadro 12 temos os sobrenomes de alguns dos imigrantes que contribuíram para o desbravamento e construção da região cacauera da Bahia (FALCÓN, 2010). São sobrenomes de muitos dos falantes da região, de alguns que fazem, repetem e perpetuam certa crise regional.

Sobrenome dos imigrantes “talhados” na história do território-região cacauera da Bahia		
Aquer	Giesse	Nink
Berbert	Hagge	Overbeck
Berhmann	Halla	Riso
Biensecan	Hallenwerger	Rodenburg
Bunchachi	Kauffman	Rosckacl
Chalhoud	Kruschewsky	Scaldaferri
Chaouí	Larocca	Schoppmeyer
Cohem	Lavigne	Sellmen
Da Rin	Loria	Shaum
Danneman	Luedy	Siuffo
Duder	Lussenhop	Stevenson
Ganem	Magaldi	Stoltenberg
Gedeon	Maron	Stteiger
Gerbogni	Medauar	Studer
Giesse	Midlej	von Uslar
Hagge	Muller	Wense
Halla	Nazal	Wetstein
Hallenwerger	Nejm	Weyll
Kauffman	Nielsno	Wildberger

Quadro 12 – Sobrenomes dos imigrantes que contribuíram para a (re)ocupação da região cacauera da Bahia.

Fonte: Falcón (2010, p. 77).

Apesar de os primeiros colonizadores não terem conseguido (re)ocupar totalmente essa parcela do Brasil, outros imigrantes vieram no século XIX³⁷ e

37 “Na primeira fase da imigração alemã para o Brasil (1818-1830), registram-se os seguintes assentamentos no sul da Bahia, além da mencionada Colônia Leopoldina (1818): a Colônia de Frankental (1824); Fazenda, depois Colônia Almada (1815, 1817) e Colônia de São Jorge dos Ilhéus, ou São Jorge da Cachoeira (1818, 1822). Na fase imediatamente posterior à criação do Império Alemão (1871), fez-se ainda uma derradeira tentativa nesse sentido; trata-se da Colônia Moniz (1873), instalada

tentaram fincar bandeira, mas os desconfortos climáticos, o medo e a resistências dos índios, a falta de infraestrutura e as doenças fizeram com que muitos emigrassem. Afinal, ali estava a Mata Atlântica, quente e úmida, em contraste com a Europa, de clima temperado a frio e com processo já acentuado de desmatamento (THOMAS, 1988).

Entretanto, de acordo com Borges (2010) e Campos (2006), o potencial do cacau como produto de exportação foi reconhecido por um grupo de alemães que passou a cultivá-lo no começo do século XIX e a expansão do cacau deveu-se aos pioneiros, discurso este assumido pelo “[...] filho dos cacauicultores, Eustáquio e Magda Weyll Fialho Costa, construtores de um patrimônio agro-cacaueiro [...]” (COSTA, 1992, Prefácio).

A partir de 1818 a Colônia de São Jorge de Cachoeira, com a chegada do holandês Pedro Weyll que com a participação de outros imigrantes, principalmente, Alemães e Suíços transformaram essa Colônia numa grande produtora de café, algodão, cana de açúcar, para logo fazer florescer vitoriosamente o cultivo do cacau (COSTA, 1992, p. 12).

Com a permanência de Pedro Weyll nessa Colônia houve a miscigenação da família Weyll com as famílias Fialho, Lavigne e Cardoso e Silva. Integraram-se, também, a essa Colônia e a outras, emigrantes de outros países, como: Kruschewsky, Hohlemwenger, Steiner, Wildberger, Berbert, Minelk, Selman, Schuau, Mofe, Lavwisky e outras, cujos descendentes prosseguiram a luta em favor do desenvolvimento sócio-econômico do Sul da Bahia até hoje (COSTA, 1992, p. 13).

Enfim, depois de alisadas, ou quase, a ferro e fogo, as multiplicidades, eliminados ou domados os obstáculos, a construção da região cacaueira da Bahia passava para a história como o resultado da luta dos colonizadores portugueses, dos imigrantes que vieram para o Brasil no século XIX e dos migrantes nordestinos, todos chamados de desbravadores, pioneiros. Os migrantes nordestinos, apesar de serem também desbravadores, pioneiros, na sociedade do cacau, por preconceito de origem, ganharam o apêndice distintivo de “novos-ricos”, para aqueles que conseguiram enriquecer, e colocados em um degrau abaixo dos “velhos ricos”.

4.2.2 Os velhos e novos-ricos: distinção e separação na formação dos falares hegemônicos na região cacauera do Sul da Bahia

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, definiu-se o fluxo migratório dos nordestinos para o Sul da Bahia: “Isso ocorre quando o cacau passa a constituir um dos mais importantes e, depois, o principal produto de exportação da Bahia, em função da crescente procura e dos preços pagos pelos países consumidores” (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. 13). E também pelos longos períodos de secas no sertão.

A seguir, quadro 13 que indica a origem e os sobrenomes de alguns dos migrantes nordestinos que vieram para Itabuna, fizeram parte da história regional e construíram *status quo* suficiente para falar em nome da sociedade regional.

Sobrenome das famílias migrantes	Local de procedência
Araújo – Rocha Franco – Santana – Araújo – Oliveira	Buquim (SE)
Andrade	Capela (SE)
Alves – Aquino – Oliveira – Santos – Pereira – Reis – Alves – Santos – Silva – Ferreira	Chapada dos Índios /Vila Cristina (SE)
Amado – Borges – Fontes – Miranda – Cruz	Estância (SE)
Falcão – Leal – Leão – Soares do Nascimento – Souza Freire	Itabaianinha (SE)
Dantas – Modesto – Andrade	Simão Dias (SE)
Menezes – Padilha – Sodré – Oliveira	Tobias Barreto (SE)
Fontes Lima	Abadia (BA)
Brandão – Setenta – Ayres de Almeida	Feira de Santana (BA)
Fontes de Faria	Jandaíra (BA)
Garcia – Lins – Rosa – Matos	Rio Real (BA)
Cordeiro de Miranda	Tucano (BA)
Pereira da Costa	Vila Nova da Rainha (BA)

Quadro 13 – Procedência e sobrenomes de algumas famílias nordestinas que migraram para o município de Itabuna (1870-1920).

Fonte: Andrade e Rocha (2005), adaptado por Ribeiro (2008, p. 106).

Inicialmente a produção cacauera possibilitou que muitos enriquecessem, mas preconceitos de origem, fenótipos, hábitos, comportamentos foram elementos usados para distinção e hierarquização entre os membros da elite em formação (MAHONY, 2007), marcando as disputas territoriais até hoje e dificultando a aglutinação de elementos identitários para fazer frente aos “outros” que os ameaçam.

Mesmo com o enriquecimento de “[...] segmento formado por uma gama de origens sociais, desde pequenos proprietários locais e nordestinos até descendentes

de escravos e índios [...]” (RIBEIRO, 2008, p. 17), os novos-ricos, no processo de diferenciação, separação e hierarquização social, não lhes coube o mesmo status daqueles mais próximos de Portugal – a elite tradicional ilheense. Criaram-se, entre os ricos e os novos-ricos (MAHONY, 2007), elementos de diferenciação – traços étnicos e comportamentais – e coube aos novos-ricos, o patamar de baixo: “O problema central estava na recusa da elite tradicional ilheense em tratar os novos-ricos como iguais – como membros da mesma classe social. As elites tradicionais consideravam os proprietários novos-ricos como inferiores” (MAHONY, 2007, p. 748).

A multiplicidade de grupos de poder disputando a região tem suas correspondências, não exatas, no território. A disputa política pelo poder municipal entre os ricos e os novos-ricos – entre os adamistas e pessoístas – respectivamente, caracterizou os discursos de Antônio Pessoa:

Nas páginas do seu primeiro jornal, A Gazeta de Ilhéus, Pessoa identificava seus inimigos – Domingos Adami de Sá, Ernesto Sá Bittencourt Câmara e seus aliados – como os ‘senhores de escravos’, ‘ditadores’ e ‘senhores feudais’ da região. [...] Ele acusava seus oponentes de manipular o governo em benefício próprio, de atacar agricultores pobres e pacíficos, assim como de agredi-los e insultá-los chamando a atenção para as suas origens na África e na escravidão. (MAHONY, 2007, p. 751).

Ao fazer isso, como oposição, Antônio Pessoa construía a sua própria identidade como defensor dos mais humildes, dos afrodescendentes, dos miscigenados, dos pequenos proprietários, da maioria da população precariamente incluídas (MARTINS, 1997) na nova sociedade do cacau.

As relações de poder no comando do território foram construindo seus tentáculos a partir dos rios. Ribeiro (2001), em seu livro intitulado *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*, aborda as “[...] práticas sociais desenvolvidas pela família [Sá] no município de São Jorge dos Ilhéus, vinculadas ao poder e ao território [...]” (RIBEIRO, 2001, p. 12). Nele, demonstra o controle social da família extensa – “parentela e clientela” – do Coronel Domingos Adami de Sá, dominando determinado território às margens do rio Almada, em torno do atual distrito de Castelo Novo. “[...] Os engenhos Vitória, Sant’Anna, Castelo Novo e outros ficaram nas mãos dos vários ramos da família Sá Bittencourt Câmara” (MAHONY, 2007, p. 745).

Aqui, principalmente as famílias Homem d'ÉI-Rei, Lavigne, Hohlenwerger, Adami e Sá Bittencourt Câmara “[...] estabeleceram entre si relações de parentesco e compadrio” (RIBEIRO, 2001, p. 26) e mantiveram-se – os adamistas –, como eram chamados, no poder municipal de Ilhéus até 1912, quando foram substituídos por outra família extensa – a dos pessoístas:

A luta entre as facções da burguesia local fez com que grupos antagônicos de cunho familiar se aglutinassem nos partidos políticos existentes: conservadores e liberais, no Império, e, depois, federalistas e constitucionalistas, na República Velha. Estes últimos eram conhecidos no município pelas alcunhas de ‘adamistas’ e ‘pessoístas’, originadas dos nomes de seus principais líderes: coronéis Domingos Adami de Sá e Antônio Pessoa da Costa e Silva, ambos coronéis da Guarda Nacional (RIBEIRO, 2001, p. 15).

O entrevistado nº 4 fala dessa configuração territorial do poder em zonas: “As zonas rurais daqui tinham um controle de coronéis. Como a área de Misael Berbet Tavares, tinha a área de Eduardo Catalão. Eram regiões. Como Rio do Braço era de um, a outra parte norte era de outro.” (Entrevistado nº4, 23/03/2011).

Enquanto o território passa a ser objeto de competição entre determinados grupos de cacauicultores, ao mesmo tempo a região foi ganhando concretude, visibilidade e dizibilidade. É um território que começa a ser diferenciado, adjetivado, organizado e disciplinado de acordo com a lógica da mercantilização, de uma racionalidade espacial exógena ao território brasileiro, pois está relacionado à produção agrário-exportadora de *commodity*, e de uma territorialização do poder de acordo com as maiores possibilidades de se obter lucro por meio do controle da propriedade (com título ou sem) da terra, instrumento para se obter o cacau, e o disciplinamento do trabalho, trunfo para se obter o lucro.

Na multiplicidade de sujeitos dessa história: “[...] aristocráticos plantadores de açúcar do Recôncavo, colonos europeus, migrantes do nordeste do Brasil, escravos africanos e libertos, índios pacificados e descendentes dos colonizadores de Ilhéus” (MAHONY, 2001, p. 107), imigrantes europeus e do Oriente Médio, desponta um “conjunto de procedimentos” para se acabar exatamente com essa multiplicidade.

Construindo seus caminhos, seja os dos rios ou os novos construídos – as estradas, ferrovias, rodovias, aeroporto –, inicia-se uma configuração socioespacial nitidamente marcada pela articulação entre os fatores endógenos e exógenos à região, seja pela presença de estrangeiros ou pelos migrantes de outras partes do

Nordeste, fugidos das secas (1850-1860, houve uma grande seca), principalmente os sergipanos, ou pela produção voltada para a exportação.

Na luta pela apropriação do cacau, diferencia-se e divide-se a sociedade, criam-se artimanhas para se tornar as relações sociais assimétricas, em que uns detêm maior poder e riquezas que outros e constitui-se a ordem social na sociedade do cacau: os cacauicultores ricos descendentes de europeus (semiaristocratas ou de primeira classe); os cacauicultores – novos-ricos – migrantes nordestinos (sertanejos) e miscigenados (os de segunda classe); os também ricos comerciantes, cacauicultores ou não, que faziam a conexão entre a região e os países importadores (FRANK, 2009); os pobres das mais diferentes origens geográficas e etnias.

Como dissemos, entre os ricos, mesmo havendo relações sociais assimétricas entre eles, competições arraigadas, os mesmos se aliavam/alinham em nome dos “interesses regionais”, sustentados pelo sentimento comum de defesa do território duramente conquistado no período dos desbravamentos.

4.3 CORONELISMO – O EXERCÍCIO DO PODER E AS CONSTRUÇÕES DAS REDES DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES

Terminado o período de maior intensidade do desbravamento, temos a implantação dos grandes estabelecimentos cacauzeiros e do coronelismo oficial, entre 1895 a 1930 (FRANK, 2009).

Vimos falando de coronéis, mas não explicamos do que se trata e nem como a presença do coronelismo contribui para construir os caminhos do território-região em questão. Segundo Rocha e Andrade (2005, p. 14): “O aumento da produção do cacau levou ao aumento do fluxo monetário que, por sua vez, trouxe prosperidade à região, tornando o antigo desbravador um coronel, possibilitando-lhe viver na cidade”. É sobre os desbravadores tornados coronéis que falaremos a seguir.

Para entendermos a geografia do território-região cacauzeira, as conformações do poder local e a crise segundo os trabalhadores e os produtores de cacau, é imprescindível esclarecer que na região cacauzeira houve o que ficou conhecido como coronelismo (FALCÓN, 2010), manifestação do poder privado dos

proprietários de terras, que coexiste com um regime político de extensa base representativa. E o clientelismo “[...] troca de favores entre o poder público em ascensão e os chefes locais, senhores da terra [...]” (PEIXOTO, 2000, p. 1).

O coronelismo institucionalizado foi fortalecido no Brasil com a Guarda Nacional, em 18 de agosto de 1831, em que os membros da sociedade que possuíam prestígio e influência nas decisões locais foram imbuídos de manter a ordem que o Estado não tinha condições de impor. Os cacauicultores ocupavam os cargos de maior prestígio na hierarquia da Guarda Nacional, no caso o de coronel, seguido pelos de major e capitão. A Guarda Nacional foi extinta com a proclamação da República do Brasil (1889), mas as relações sociais, baseadas nas máximas: manda quem pode, obedece quem tem juízo e é dando que se recebe, permaneceram e se expandiram. Imbricadas na sociedade local, foram se transmutando em diversas formas de exercício do poder local e resistências.

De forma ampla, o coronelismo era caracterizado pelo apoio incondicional aos candidatos a cargos políticos oficiais pelos que detinham o poder econômico e prestígio social local, por meio da coerção física ou moral para angariar votos para seus candidatos. Também, pelo uso de relações assistencialistas, paternalistas junto aos correligionários, formados inclusive por seus empregados, e clientelistas no que se refere à administração pública (AVELINO FILHO, 1994; BURSZTYN, 1985; FAORO, 1991; LEAL, 1975; CAMPOS, 2006).

Assim, quanto maior o poder do coronel, maior era o número de eleitores que votavam nos candidatos daquele, maior era o poder dele em decidir a agenda das políticas públicas e indicar seus representantes aos cargos públicos, amalgamando os interesses privados com os públicos.

Em um lugar marcado pelo trabalho escravo, pelo afugentamento, “branqueamento” ou extermínio dos índios locais, pela dureza da vida daqueles que deixavam o sertão e procuravam o litoral para trabalhar, dos imigrantes (MAHONY, 2007), o coronelismo encontrou terreno fértil (FALCÓN, 2010) para impor a “lei do cacau”: “Com o controle da propriedade privada de terras e exercendo um controle hegemônico sobre o processo produtivo do cacau a elite cacaueira comanda também a política administrativa dos municípios e da região do sul da Bahia” (CHIAPETTI; KAHIL, 2008, p. 3) e comanda o território ao seu modo.

Desta maneira, o coronelismo infiltrou-se nas relações locais, naturalizou as relações hierárquicas e desiguais – e os dizeres, em ordem imperativa, tornaram-se

espelho, modelo de ação correspondente a certos interesses – e teve sua representação máxima na figura do coronel do cacau (com título ou por convenção social) e nas condições dos trabalhadores que mal se distinguiam da miséria (SOBRINHO, 1975): “O que interessa à grande massa de pobreza [pobres] se exportamos um dia 1 bilhão de dólares em cacau, se o exército dos [de] baixa renda e despossuídos continua a aumentar, mal alimentado e desempregado e quantas vezes, sem o mínimo dos direitos humanos?”, pergunta Asmar (1985) na orelha do seu livro.

A sincronicidade entre o aumento da demanda, do preço e da produção do cacau; a falta de mão de obra, o que levava ao aliciamento dos que precisavam de terra para trabalhar, anexando-os aos domínios territoriais dos coronéis; a ausência do Estado para garantir outra ordem; a formação de uma elite latifundiária agrário-exportadora; e o advento do coronelismo na região formaram os elementos necessários para a liberação da energia explosiva do poder: a junção entre o poder econômico, social, político e das armas (os coronéis tinham suas guardas pessoais) nas mãos da elite:

Na região Sul da Bahia, os coronéis centraram suas atividades no município de Ilhéus, o maior produtor de cacau, e consolidaram o mandonismo local, reunindo de forma ‘sui generis’ os três elementos vitais ao controle do poder: a força econômica, o prestígio político e a violência (FALCÓN, 2010, Capa).

4.3.1 A concretização do poder dos coronéis no território da região cacauzeira do Sul da Bahia: a construção das redes de transporte e comunicação

Com o título de coronel ou simplesmente com o reconhecimento da sua autoridade, os coronéis determinavam por onde deveriam passar as redes de transportes, configurando a imagem do poder e, ao mesmo tempo, iam excluindo lugares dessa forma de comunicação, criando paisagens de pouca vivacidade memorial, “opacas”. Em 1911, “[...] eles [adamistas] conseguiram manipular a construção da ferrovia e fizeram com que esta servisse aos distritos adamistas – Itaípe, Castelo Novo e Almada, deixando de fora o principal distrito pessoista da época, Cachoeira de Itabuna” (MAHONY, 2007, p. 751).

Enfim, para garantir o escoamento das amêndoas de cacau e comunicar ordens no “[...] início do século XX, a zona cacauera da Bahia era servida por três estradas de ferro: a E.F. Ilhéus – Conquista, a E.F. de Nazaré e a E.F. da Bahia – Minas” (TRINDADE, 2011, p. 110), ampliando assim as microrredes de transportes fluviais e as feitas pelo trotar dos burros – os carregadores no interior das fazendas.

O incremento dos meios de transportes objetivava garantir e firmar o poder, fincar as raízes das intencionalidades dos produtores e comerciantes de cacau, evitando as revoltas, “num contexto multivalente e transformável”:

O itinerário dos trens acompanhou uma linha de fazendas pertencentes a famílias de plantadores do cacau, muitos dos quais influentes políticos. Durante a construção da ferrovia, a política estadual era dirigida por aliados do partido adamista, liderado por grandes fazendeiros da zona do Almada. Como podemos observar pela Tabela 8 [Quadro 14], os trilhos da *State [The State of Bahia South Western Railway Company Limited]* traçaram o roteiro do poder, privilegiando determinados fazendeiros no serviço prestado pelos trens (RIBEIRO, 2008, p. 87).

Local	Proprietários	Modalidade
Rosário	Lavigne de Lemos	Parada
Aritaguá	Siúffo – Brasil	Estação
Barbosa	Tavares	Parada
Almada	Sá Bittencourt – Cerqueira Lima – Moniz Barreto – Homem d’El-Rei	Parada
Provisão	Adami – Weyll	Parada
Rio do Braço	Kruschewsky – Catalão	Estação
Boa Lembrança	Alves	Parada
Mutuns	Oliveira	Estação

Quadro 14 – Locais de parada do trem, nome do proprietário da fazenda e modalidade de paradas: as vias dos fluxos do poder.

Fonte: API, *Diário da Tarde*, “Horários”, 5/03/1929, p. 3, copiado de Ribeiro (2008, p. 97).

As vias, meios para os fluxos das ordens do poder constituído, estavam se formando e ampliando suas conexões em rede, abrandando as dificuldades próprias do ambiente de Mata Atlântica. O porto do rio Cachoeira foi construído pelos cacauicultores nos anos 1920, para fazer o escoamento do cacau e receber os produtos importados. Não dando conta do fluxo de mercadorias que entravam e saíam da região, em 1971 foi inaugurado o Porto do Malhado – o porto do cacau –, principalmente para garantir a exportação de cacau e a importação de mercadorias tanto do exterior como do Brasil, já que pouco se produzia na região além do cacau.

A construção da BR – 415, a Ilhéus – Itabuna (1928), se iniciou por iniciativa dos coronéis locais: “[...] numa conversa entre o advogado itabunense José Nunes da Silva e o Coronel Virgílio Amorim, de Ilhéus, surgiu a idéia de uma estrada ligando o litoral ao interior” (SILVEIRA, 2012). Tratou-se de “[...] uma espécie de resposta à concentração do transporte de cacau pelos trilhos do Almada” (RIBEIRO, 2008, p. 98). Depois de muitos perrengues entre os cacauicultores, a BR – 415 acabou sendo construída com dinheiro público. No dizer de Pang (1979, p. 23):

Com o tempo, a distinção entre o interesse privado da classe latifundiária e as preocupações do município chegaram a confundir-se e em muitas cidades do interior tornaram-se sinônimos. Durante a monarquia e a república, o município continuou a servir de reduto do coronel-fazendeiro, que usava e abusava da região como se fosse seu domínio privado. A ausência de um Estado forte e centralizado, de 1850 a 1930, favoreceu o florescimento do coronelismo como sendo a única instituição viável de poder.

Como uma das decorrências do poder oriundas do cacau, em 1939 foi inaugurado o Aeroporto Jorge Amado, incrementando a rede de poder advindo do cacau.

A construção da BR-101, (1973), que corta o interior da região cacaueira no sentido Norte-Sul, deu nova dinâmica à ocupação territorial, facilitando a circulação de pessoas, mercadores, informações e ordens, configurando e/ou consolidando a rede urbana mais continental, principalmente com população de migrantes nordestinos (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2001).

Posterior à década de 1980, somente uma rodovia foi construída, mudando a dinâmica dos fluxos regionais: a litorânea BA-001 (1998), que liga Ilhéus (Aeroporto Jorge Amado) a Itacaré. Entretanto, esta não foi construída somente para atender ao escoamento do cacau, mas, principalmente, como resposta às funções da atividade turística em Itacaré (MELIANI, 2011).

Enfim, as redes de transporte foram, ao mesmo tempo, os tentáculos do poder, expressões da hierarquização social, veículos dos fluxos das ordens do poder, instrumentos para o disciplinamento social, alisamento artificial das multiplicidades, irradiadoras dos “efeitos funcionais específicas dessa distribuição” sobre a população.

As redes foram se constituindo e as ordens emergindo com força, foram sendo o suporte e o exercício – não exato – da função (garantir o poder, mesmo que

não se conseguisse), promovendo sua autoevidência (e tornando opacos outros locais), deixando os “famosos” sobrenomes familiares nas ruas, praças, prédios públicos (ou não), avenidas, cidades e nos principais cargos públicos: nas prefeituras municipais, Fórum, Ceplac, UESC, enfim, até na Lista do Cacau:

Os principais fazendeiros e comerciantes utilizaram a cidade como um lugar estratégico para representar seu prestígio político e social. As ruas e praças mais importantes de Ilhéus passaram a ser conhecidas pelos nomes dos seus moradores mais ilustres ou dos principais chefes políticos [...] (RIBEIRO, 2008, p. 84-85).

E, também na literatura, tendo como principais precursores Jorge Amado (1912-2001) e Adonias Aguiar Filho (1915-1990); no cinema – A Civilização do Cacau, Os Deuses e os Mortos, Os Magníficos, Saga do Cacau, O Nó – ato humano deliberado; na novela - Gabriela e Renascer; na fotografia – O Legado da Família Wildberger, O Cacau na Moda: Registros do IX Cidade *Fashion Day*, Visita ao cacau: uma fotorreportagem; entre outras artes, como pode ser visto no *Goethe Institut Salvador-Bahia* (2011).

Mostrando-se na arquitetura, nas lápides, bem como nos aspectos culturais intangíveis como os funerais suntuosos (RIBEIRO, 2008), as festas nos clubes, o poder impunha seus símbolos e signos, definindo quem mandava e, por conseguinte, quem não mandava no território. Símbolos comunicavam ordens, dizendo de quem era o território-região cacauaieira.

Mas, como afirma Foucault (1979), onde há poder, resistência acontecem. Onde o poder age com força, as resistências também se fortalecem e assumem formas, ações, dissimulações. Os sentimentos sufocados impregnam a região cacauaieira, estão na memória, estão na região, são, também, a região. A expropriação dos pequenos produtores, os mandos e desmandos, o enriquecimento ilícito, a soberba são revisitados ou recriados como revanche: assassinatos, roubos, domínio socioeconômico e político, exploração ao extremo são lembrados, repetidos, colocados sob os holofotes em momento de enfraquecimento do poder local.

Assim, o que alguns cacauicultores querem esquecer ou remeter para a ficção, outros querem falar, reviver, fazer associações depreciativas aos cacauicultores. Vejamos alguns exemplos desse reviver nas citações seguintes:

E o coronelismo era aquela questão de sempre estar imprensando o pequeno e quando não conseguia comprar, tinha que matar o pequeno para a propriedade dele ir crescendo. Isso é uma coisa real aqui na região. Muitos pequenos produtores foram mortos pelos coronéis para que o latifúndio deles fosse crescendo. Quando eles concordavam em vender, eles compravam. Quando eles não vendiam, eles morriam. [...] Depois do coronelismo, quando começou a surgir a justiça, começou a haver essa prática ilegal deles, eles começaram a constituir advogados... Na verdade era um jogo de oportunismo. Que quando não ia de um jeito... Numa época era de um jeito: matava. Na outra época não tinha mais condições de matar, eles começaram a tomar na justiça, ilegal (Entrevistado nº 4, 24/03/2011).

Os coronéis da região... [Risos]. A gente sabe que existia muito. A gente via muita história de coronel, muita história de coronel mesmo. Quem mandava era o coronel, quem decidia, quem era o delegado da cidade era o coronel. O prefeito era o coronel. Quem estudava nas melhores escolas eram os filhos dos coronéis. E aí por diante. Tinha as histórias dos coronéis que não gostava de pagar a seus funcionários. Mandava matar. Mandava pegar no cano da espingarda. Era o Sá Barreto, que foi o último coronel (Entrevistado nº 18, 31/03/2011).

Era aquele negócio: 'eu sou fulano de tal!' Porque tinha dinheiro, tinha fazendas, tinha posses, aí tinha aqueles arrogantes. Tinham pessoas decentes também, que não usava isso, mas a maioria tinha esses negócios. [...]. Era fulano de tal, nem a polícia podia triscar: 'sou filho de fulano de tal'. A polícia não... Nem olhava! 'Não vou nem chegar lá senão amanhã me transferem para o interior aí. Eu tô ferrado!' Tinha muito isso. Quem mandava eram os coronéis (Entrevistado nº 19, 31/03/2011).

E mudar essa cabeça do pessoal de: 'eu sou fulano de tal. Eu não boto a mão na massa, eu sou doutor, eu sou não sei o quê'. E todo mundo está na mesma situação e uns querendo ser mais do que outros e tal (Entrevistado nº 19, 31/03/2011).

Coronelismo é uma postura da pessoa. Você se comporta... Existe toda uma forma de comportamento que é inerente ao coroné [Fala irônica e proposital do entrevistado]. Ele tem uma presença, ele tem dinheiro, ele tem alguma coisa na carteira, algum cartãozinho dizendo que ele é coroné institucionalizado. Alguém lhe delegou aquele poderzinho de porcaria, entende, e tem sempre a sua pequena corte de puxa-sacos [bajuladores], pessoas que ele sustenta com pequenos favorzinho, com pequenos benesses e que se deleitam com isso. Entende? Coroné sem platéia não existe. É tatu. [...]. Ele é bonachão, ele é... Ele tem uma áurea de bom, de bonachão, e parte duro, de severo. É macho! Entende? Mas é um cara legal, conta piada, joga bola, tem time de futebol. Bom papo com as mulheres, conhece vinhos, charutos, etc, etc, etc. Tem uma cultura de verniz (Entrevistado nº 2, 23/03/2011).

Enquanto os atuais cacauicultores querem se desvencilhar das histórias dos coronéis (presentes ou não na obra de Jorge Amado), seus oponentes fazem questão de lembrar ou reconstruir lembranças quando da feitura de suas identidades, diferentes da dos coronéis e seus herdeiros.

4.4 A DISPUTA POR UM TRUNFO: MECANISMOS DE EXPROPRIAÇÃO E A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIÃO CACAUEIRA DO SUL DA BAHIA

A questão agrária está em pauta na Lista do Cacau, sendo uma questão atrelada à “última crise” do cacau, por isso aqui contextualizamos histórico-geograficamente os diversos falares dos cacauicultores e trabalhadores do cacau a esse respeito.

Quando da definição do cacau como *commodity*, preço e a demanda em alta, o desafio era aumentar a produção de cacau. Como superar mais esse obstáculo à produção de mais cacau? Está liberada a energia para a construção de mecanismos de expropriação da terra e para dificultar seu acesso.

No processo de consolidação do cacau como mercadoria, são entrelaçados acontecimentos que irão marcar profundamente esse território-região, a saber:

a) de 1822 até 1850 – não houve instrumento legal de regulação do uso da terra no Brasil. A terra era de uso livre para quem quisesse nela produzir, exceto aquelas já juridicamente legitimadas;

b) Lei de Terras de 1850 – Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (BRASIL, 1850), que dispunha sobre as terras devolutas do Império e entre outras disposições proibia as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra;

c) 1850 – início do processo de libertação dos escravos -, começando com a Lei Eusébio de Queirós (proibiu o tráfico interatlântico de escravos), prosseguindo em 1871 com a Lei do Ventre Livre (tornou livres os filhos de escravos), em 1885 com a Lei dos Sexagenários (tornou livres os escravos negros com mais de 65 anos), culminando em 1888 com a Lei Áurea (abolição da escravatura);

d) 1891 – primeira Constituição brasileira e a transferência das terras devolutas para os Estados;

e) 1889-1930 – período da República Velha [1889-1930] – remodelação da Corporação dos Oficiais da Guarda Nacional e institucionalização do coronelismo.

Como se dão os entrelaçamentos, dentre outros possíveis, entre esses acontecimentos na formação do território-região cacauífera?

De 1822 até 1850 as terras do Brasil eram de todos. Qualquer pessoa que quisesse cultivá-las poderia fazê-lo, pois não haveria empecilhos legais, como o direito jurídico à propriedade. Suspensas as Companhias Hereditárias e o regime de sesmaria (1822), a terra tornava-se livre, exceto aquela já legitimada aos sesmeiros.

Antes, no regime de sesmarias, a solicitação da concessão e a legitimação da terra se davam após a comprovação do emprego útil da terra, mas poderiam ser revertidas à Coroa caso esse emprego não fosse confirmado. No caso dos que recebiam as Companhias Hereditárias, o mesmo poderia acontecer. Além disso, 80% das terras da Companhia deveriam destinar-se às sesmarias, forma encontrada pela Coroa portuguesa de colonizar o Brasil, sem muitos investimentos (MARTINS, 1983). Ressaltamos que as sesmarias se destinavam praticamente aos brancos: “[...] um mestiço pobre podia abrir a sua posse, mas, devido aos mecanismos tradicionais de exclusão que alcançavam o impuro de sangue, dificilmente podia tornar-se um sesmeiro” (MARTINS, 1983, p. 34).

O período de maior intensificação do desbravamento regional aconteceu entre 1820 a 1895, quando se deu a consolidação da monocultura do cacau (FRANK, 2009), período quase que totalmente coincidente com o que a terra ficou livre no Brasil, 1822-1850, e qualquer um poderia ter acesso à terra. Os migrantes, na maioria originários dos sertões da Bahia e de Sergipe, procuravam fugir da seca, ter acesso a terra e fugir de relações sociais opressoras. Não vinham sonhando com o emprego, mas com a terra.

Pois bem: durante o tempo em que a terra esteve livre, essas pessoas puderam ter acesso a terra, sem precisar comprá-la: “[...] [n]o início da ocupação o acesso às terras era aberto a praticamente todo aquele que tivesse a coragem de desbravá-las e plantar a sua roça de cacau” (GARCEZ, 1977, p. 80). Poderiam trabalhar para si, formar sua “burara” – pequena roça de cacau – escasseando, assim, a quantidade de trabalhadores disponíveis para formar as grandes fazendas de cacau. Quem iria formá-las? Os escravos?

No Brasil ainda se utilizava a escravidão – um humano cativo inteiramente por outro, um humano (o senhor de escravos) desumanizando o outro (o escravo

tornado coisa, objeto do outro) para apropriar-se da sua energia, do seu trabalho – mas nessa região em processo de constituição a ordem escravocrata não chegara com intensidade suficiente para expressar-se na paisagem tal como na “Casa Grande e Senzala” dos engenhos de açúcar.

Isso pode ser explicado por alguns fatores *sui generis* à produção cacauaieira e ao contexto histórico da formação dos cacauais, a saber:

a) para se obter escravos, é preciso ter capital inicial para comprá-los, o que os imigrantes, migrantes e locais geralmente ainda não tinham. Somente os “ricos de primeira classe”, a elite aristocrática ilheense, como Domingos Adami de Sá e seu tio, Ernesto Sá Bittencourt Câmara, com dinheiro oriundo de outras fontes, possuíam (MAHONY, 2007);

b) da derrubada da mata, plantio, até a primeira colheita, levavam-se aproximadamente dez anos (GARCEZ, 1977) e manter os escravos por esse período, sem retorno monetário do cacau, era muito caro;

c) a partir de 1850, o tráfico de escravos foi proibido, o que os encareceu, exatamente no período em que o cacau deslanchava-se.

Diante da dificuldade de acesso ao trabalho escravo e à força de trabalho livre, o que fazer para formar grandes fazendas com um produto tão valorizado no mercado internacional? A resposta foi: apropriar-se legal ou ilegalmente das propriedades já formadas e criar-se novas relações de trabalho. Para isso, dois personagens surgiram no Sul da Bahia: os jagunços – criminosos violentos contratados pelos cacauicultores como seguranças particulares e para tomar as terras de outrem – e os caxixeiros – pessoas que burlavam a lei para adquirir a terra “legalmente” –, que substituíram os primeiros, quando passou a existir o “império da lei” (FRANK, 2009) em detrimento da “lei do cacau” (FRANK, 2009).

Assim, quanto ao acesso a terra, começa o que chamamos de processo de territorialização atabalhado: sem ordem, confuso, desorientado, violento. Havia a confluência de antigos sesmeiros, burareiros, remanescentes das colônias de imigrantes, comerciantes compradores de terras, tropeiros, profissionais liberais, jagunços, caxixeiros (ROCHA; ANDRADE, 2005). Enfim, uma leva de pessoas querendo seu naco de terra, onde ouro dava em árvores – o cacau – o tal fruto de ouro. Angelina Garcez (1977) identifica como principais agentes da (re)ocupação da terra da região cacauaieira da Bahia o seguinte:

1. os *antigos proprietários de grandes áreas havidas por sesmarias* e outras concessões, em muitos casos, áreas inativas que são ocupadas com cacau;
2. *pequenos posseiros da lavoura de subsistência* que passaram a plantar cacau e ampliar suas roças ocupando terras contíguas às suas;
3. *remanescentes de imigrantes estrangeiros das antigas tentativas de colonização* que ficaram definitivamente em Ilhéus, como foreiros em diversos sítios, dedicando-se não poucos à cultura do cacau e todos a de cereais e de que são exemplos dignos os nomes de Berbert, Lavigne, Kruschewsky, Sullman, Schavan, Meffe, Leaf, Ninck, Steiger, etc.,
4. *imigrantes nacionais, retirantes das áreas secas do Estado ou de Estados vizinhos notadamente Sergipe, Alagoas e Ceará*, que afluíram em massa à região e realizaram a forma mais simples de ocupação primária instalando suas buraras, em alguns casos reunindo duas ou mais famílias em uma única posse, trabalhando conjuntamente, e posteriormente requerendo do Estado a compra da terra em nome de todos;
5. *grandes comerciantes nacionais ou estrangeiros, donos ou representantes das casas exportadoras* que passaram a participar ativamente do processo de ocupação das terras, como Fernandes & Cia, Tude & Irmãos;
6. *pequenos comerciantes nacionais ou estrangeiros* que atuavam unicamente no abastecimento e compra de cacau nas pequenas localidades;
7. *tropeiros*, que se encarregavam do transporte do cacau para os pontos de embarque, muitas vezes compradores de pequenas partidas, outras vezes apenas freiteiros, que requereram terras devolutas ou compraram buraras no seu trajeto habitual;
8. *profissionais liberais*, médicos, dentistas, advogados, engenheiros, funcionários públicos inclusive da magistratura e Delegados de Terras que compõem a camada dos 'cultos' fazendeiros da região a exemplo de Mangabeira, Catalão, Devoto, Maltez, etc. (GARCEZ, 1977, p. 92-93, grifo nosso).

A Lei de Terras (BRASIL, 1850) chega nesse momento de efervescência, de aumento da demanda por terras e trabalhadores livres dos meios necessários à própria sobrevivência. Diferentemente da atualidade, essa demanda por terras não se dava em decorrência do possível status e poder que ter terra poderia conferir ao seu proprietário, pois ainda não se configurava a relação de aprisionamento da terra por meio de um símbolo – a escritura – na forma de propriedade, bem, herança, patrimônio, legado do cacau, já que o preço da terra nua era baixo naqueles rincões.

Em princípio, não prevalece a vaidade ou o prestígio de ser senhor de terras e nem se investe nela com objetivo de entesouramento do solo com vistas a futura especulação imobiliária. A ocupação é

orientada pelo imediatismo do empreendimento produtivo (GARCEZ, 1977, p. 68).

O interesse voltava-se para os cacauais e o preço da terra era estipulado de acordo com a quantidade de pés de cacau, idade dos cacauais, produtividade, localização da propriedade que facilitasse o escoamento: “[...] vendiam-se cacauais e não fazendas de cacau” (GARCEZ, 1977, p. 61).

Se por um lado a Lei de Terras dificultava o acesso a terra por meio da institucionalização do mercado de terras, fazendo com que as pessoas tivessem que imobilizar parte de seu dinheiro, capital, renda, na compra da terra, por outro lado, havia o interesse de (re)colonizar essas terras incultas, de fazê-las produtivas no sentido mercantilista de produção de mercadorias para exportação. Assim, conjugando o interesse político de não dificultar a (re)ocupação dessas terras com a dificuldade de se fazer chegar essa ordem (da Lei de Terras) aos lugares longínquos para aquele tempo de poucas redes de comunicação e transportes – “terras do sem fim” –, essa lei pouco teve efetividade imediata, prevalecendo a “lei do cacau” em detrimento ao “império da lei” do Estado.

Segundo Garcez (1977), a falta do Estado na organização da ocupação territorial do Sul da Bahia resultou em muitos conflitos pela terra:

[...] a apropriação das terras conhece todas as formas de arbitrariedade e ilegitimidade paralelas as alternativas legais que o Governo oferece, já no final do século. Essas formas ilegais, arbitrárias, violentas, coexistirão com os meios legais durante todo o período [1890 –1930], intensificando-se e tornando-se mais frequentes á medida em que o cacau se valoriza nos mercados externos (GARCEZ, 1977, p. 60-61).

Acrescentamos outro motivo à ausência do Estado na resolução dos conflitos de luta pela terra: poucos trabalhadores disponíveis. Baiardi (1986) corrobora essa ideia ao afirmar que não houve primeiramente a expropriação dos trabalhadores familiares ou colonos, transformando-os em trabalhadores livres para o assalariamento. Estes tinham serventia para os grandes produtores de cacau como supridores de alimentos e animais, possibilitando o integral estabelecimento da monocultura do cacau nas grandes fazendas e, nos momentos de muito trabalho, complementavam as necessidades dos cacauicultores por força de trabalho (BAIARDI, 1986).

Como já dissemos, quanto à falta de força de trabalho, a resposta foi: ir anexando parte de outras propriedades produtivas às suas, por meio de mecanismos de endividamento, como o crédito hipotecário, agiotagem com juros impagáveis e ir tomando as terras dos devedores: “[...] grande parte dos estabelecimentos produtores de maiores dimensões se formaram por progressiva aglutinação de pequenos cultivos, fruto do trabalho individual ou familiar dos primeiros posseiros [...]” (GARCEZ, 1977, p. 63), formando o que na região é conhecido como conjunto – uma fazenda formada pela anexação de várias propriedades.

Vejamos alguns depoimentos sobre os mecanismos de formação das grandes propriedades cacauceiras:

Misael Tavares foi muito bom por um lado, mas também foi muito esperto. Ele foi o agiota da região naquela época, porque ele era o único que... vamos dizer, que ele sabia lidar com a compra e venda do cacau. Então ele teve muitas fazendas que foram tomadas por dívidas (AMADO, 2009).

Em Ilhéus botou [o pai] um armazém de ferragens para poder articular, melhorar a renda dele. Armazém de ferragem, esse armazém foi crescendo e ele chegou a vender ferragem por esse sul do Estado da Bahia todo. E aí começou a tomar corpo. Comprando uma fazendinha, outra. Comprando uma fazendinha, outra. Chegou a ter 45 fazendas de cacau (PEPE, 2009).

Hoje em dia a propriedade é 423 hectares. Mas ela, a propriedade, era toda dividida. Por questão dos coronéis do cacau... Tanto que tem uma roça lá, é interessante o nome da roça: chama [...] Meota³⁸. Foi adquirida pelo proprietário, o dono da fazenda, através de meota de cachaça, que foi dando ao trabalhador. Que antes era de um agricultor familiar, era de um pequeno trabalhador. Aí por meota, meota, meota, meota, e aí chama Meota. [...] Lá onde é esse, a Cosme Muniz, hoje, fazenda Conceição, antes era toda assim: por exemplo, é Contratinho [nome de uma das propriedades anexadas], proprietáriozinho, pequeno produtor; a Meota era outra, o Gavião era outra [nome das propriedades anexadas]. Ele foi se apoderando dessas pessoas e tomando essas pequenas propriedades, que formou a Fazenda Conceição (Entrevistado nº 14, 30/03/2011).

Compravam algumas [terra com cacauais formados]. Outras simplesmente pegavam como pagamento de dívidas ou criavam dívidas fictícias. Tem uma figura muito conhecida que mandava você assinar uma promissória e dizia: ‘Puxa! Errei!’ Aí, amassava [fazendo

38 Meota – aguardente (EUCLIDES NETO, 2002).

o gesto da pessoa amassando o papel], jogava na lata de lixo, fazia você assinar outra. Só que ele não rasgava. Quando você saía, entende? Ele pegava... Você pegava, levava a sua promissória. Quando você saía, ele pegava aquela sua, guardava lá. Dez anos depois ele aparecia: 'Olha aqui a promissória que você assinou, aqui!' A que você já tinha pago. Isso é roubo! E o que mais tinha nessas terras era ladrão, safado (Entrevistado n.º 2, 23/03/2011).

Às vezes ele [coronel] chegava, colocava um cara para trabalhar e dava um pedaço de terra. O cara pegava aquela terra e cultivava e tal. Depois o cara [coronel] não cumpria a palavra (Entrevistado n.º 2, 23/03/2011).

Milton Santos (1957) fala desse processo de concentração fundiária via compra: "A fazenda S. Jorge, [...], quando foi comprada, tinha 10 hectares de superfície. Hoje, porém devido à agregação, por compra, de roças que lhe eram vizinhas, mediante quase 500 escrituras de compra e venda, ocupa cerca de 1.500" (SANTOS, 1957, p. 36).

O acesso a terra continuou com certa flexibilidade, havendo complacência quanto à ocupação fora da ordem da Lei, constituindo-se as buraras, tendo como energia, para sua formação, a mão de obra familiar:

Graças á imigração e diante da possibilidade da pequena produção familiar se expandir nos interstícios da malha fundiária – em virtude da existência de disponibilidade de terras virgens no perímetro conformado pela mata atlântica – a 'produção burareira' não apresenta tendência ao desaparecimento (BAIARDI, 1986, p. 187).

Em 1850 começa também o processo que culminou com a libertação dos escravos, em 1888, ou seja, foi proibido o tráfico de africanos tornados escravos. Paulatinamente, os humanos civilizados e civilizadores foram sendo obrigados a adotar outros mecanismos de apropriação do trabalho de outrem. Posterior à escravidão, viria o assalariamento, no entanto, entre uma e outro, muitas formas intermediárias foram utilizadas na "civilização do cacau":

a) *contratistas* – estes trabalhadores incumbiam-se da derrubada da mata e plantação do cacau nas terras alheias em troca do direito de plantar, entre os cacauzeiros, gêneros alimentícios. Ao final, quando o cacau dava seus primeiros frutos, recebiam pequeno pagamento em dinheiro pela formação da fazenda cacauzeira – quando recebiam. Por sua vez, com a primeira safra após a devolução

da posse da terra, o fazendeiro conseguia auferir o dinheiro pago aos trabalhadores agregados, saindo, assim, para o proprietário, um trabalho gratuito (GARCEZ, 1977);

b) *moradores* – agregados à fazenda que também formavam os cacauais para poder produzir produtos alimentícios entre os pés de cacau. Formava-se uma roça, mudava-se para outra dentro da mesma propriedade, ficando-se anos na mesma fazenda. Com isso, além da troca da cessão da terra por produtos alimentícios, estabeleciam-se relações pessoais, de afetividade com o proprietário da terra, que imbuía-o de outras formas de troca: a lealdade e o compadrio;

c) *lealdade e compadrio* – na fazenda, o agregado tinha a proteção do coronel e, em troca, também protegia as terras e família daquele, e votava-se no candidato do coronel, nos períodos eleitorais municipais. O compadre passava a ser “do coronel fulano de tal”, como diziam. No compadrio entrava o imbróglie religioso – dava-se o filho para o coronel batizar e, ao fazê-lo, colocava-se o afilhado sob a proteção do coronel, estabelecendo-se relações de prestações de favores – inclusive trabalho gratuito por parte do afilhado – e de lealdade.

d) *preposto e o intermediário* – no início da formação dos cultivos de cacau, “[...] o produtor era um preposto do capital comercial da Colônia que contratava intermediários os quais, por sua vez, assalariavam turmas de trabalhadores para derrubadas das matas e formação da lavoura cacauaieira comercial” (BAIARDI, 1986, p. 145).

Essa frouxidão em relação à aplicação da Lei de Terras perdurou por um bom tempo e foi paulatinamente se arrochando à medida da efetividade dos mecanismos de expropriação dos cacauais pertencentes aos pequenos proprietários e posseiros: compra mediante coação, pagamentos por dívidas, tocaias, invasões, tomadas, anexações indevidas – processo de transformação das “invasões históricas” em “invasões jurisdicionais”.

No dizer de um dos entrevistados (Entrevistado nº 14, 30/03/2011), muitas pequenas propriedades foram tomadas no toco: os jagunços dos coronéis escondiam-se atrás do toco das árvores, matavam os proprietários e apropriavam-se das terras do falecido. Acontecimentos inspiradores para um filho da terra, nascido em Itabuna: Jorge Amado³⁹, que tornou essas histórias conhecidas mundialmente

39 Jorge Amado nasceu a 10 de agosto de 1912, na fazenda Auricídia, no distrito de Ferradas, município de Itabuna, sul do Estado da Bahia. Filho do fazendeiro de cacau João Amado de Faria e de Eulália Leal Amado. A obra literária de Jorge Amado conheceu inúmeras adaptações para cinema, teatro e

por meio de seus livros intitulados “Cacau”, “Terras do Sem Fim”, “São Jorge dos Ilhéus”, “Gabriela, Cravo e Canela”, “Tocaia Grande” e “O Menino Grapiúna” (ROCHA, 2011). No jogo do poder, a verossimilhança entre os personagens jorgeamadianos e os acontecimentos locais é usada pelos adversários dos herdeiros dos coronéis, principalmente porque esses personagens estão constantemente na mídia⁴⁰, demonstrando que traços identitários não pertencem somente aos identificados, mas também aos identificadores.

A flexibilidade na aplicação das leis de regulamentação do fracionamento da terra em propriedades, nos anos iniciais da produção cacauceira, contribuiu para termos atualmente uma estrutura fundiária com a presença de grande quantidade de pequenas propriedades, fator ressaltado pelos cacauicultores para explicar que nessa região não é preciso fazer reforma agrária. Asmar (1985, p. 15) diz: “Por inocência metodológica, falta de vivência regional, uso de dados pouco confiáveis e viés ideológico, os economistas e sociólogos têm singularizado e inocentado a Região Cacaueira de uma distribuição de terras injusta.” No discurso esses profissionais e mesmo os cacauicultores ignoram “[...] a concentração de propriedades contíguas ou distantes entre si por parte de um mesmo proprietário” (ASMAR, 1985, p. 15); não fazem a relação entre quantidade de propriedades e área ocupada por estas; e nem investigam a quantidade de propriedade e área de terras nas mãos da mesma família, o que explicitaria melhor a relação dos herdeiros do cacau com o território-região.

Para exemplificar a concentração fundiária na década de 1980, o Índice de Gini, ao indicar a desigualdade da distribuição da propriedade da terra no Estado da Bahia, na Microrregião Homogênea Cacaueira, apontava para 0,705⁴¹ (SILVA; MENDES, 1998). Em 2010 esse índice era de 0,755 (COSTA, 2012).

No processo de constituição da elite regional, aos poucos foram sendo criadas formas para se arrochar a aplicação da Lei de Terras e colocar obstáculos ao

televisão, além de ter sido tema de escolas de samba em várias partes do Brasil. Seus livros foram traduzidos para 49 idiomas, existindo também exemplares em braile e em formato de audiolivro (FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO, 2012).

40 No dia 15 de junho de 2012 o programa Globo Repórter fez uma homenagem aos 100 anos do nascimento de Jorge Amado. Composto por 5 quadros, sendo o mais direcionado para Ilhéus o intitulado “Personagem mais sensual de Jorge Amado foi inspirada em pessoa real” (GLOBO TV, 2012). Como parte destas comemorações, no dia 18 de junho de 2012 a Rede Globo de Televisão relançou a novela Gabriela, gravada pela primeira vez em 1975. Os coronéis do cacau jorgeamadianos estão novamente em evidência.

41 Quanto mais próximo de 1, maior é a concentração fundiária.

acesso a terra, para que se formasse o mercado de força de trabalho ou mesmo que se aumentasse o montante desta, fazendo com que alguns legalizassem suas terras e, por oposição, que outros tornassem sua relação com a terra ilegal e passível de anexações, invasões e tomadas arbitrárias.

Já tínhamos como força de trabalho os índios “mansos”, os negros libertos, os de “sangue sujo”, os pobres fugidos da seca ou da guerra do sertão (1896-1897, ocorreu a Guerra de Canudos nos sertões da Bahia), os trabalhadores vindos dos engenhos falidos do Recôncavo, os precariamente inseridos na história da região cacaujeira.

Como diz Martins (1983): terra livre, humanos cativos, terra aprisionada, humanos livres: livres e despossuídos das condições necessárias até mesmo da sobrevivência. Livres para fazer o que outros humanos mandassem em relação à plantação de cacau, ao trabalho nas fazendas. Foi preciso aprisionar a terra para libertar os humanos e reter a sua capacidade produtiva, inventiva, criativa. Torná-los trabalhadores braçais, nessa produção quase extrativista – o cacaujeiro pode produzir entre 50 a 80 anos (até mais), sem que haja grandes investimentos na produção e nem quanto aos salários e condições de trabalho.

Mesmo a escravidão permanecendo até 1888, fase adiantada da produção do cacau, a elite regional ainda não se formara com força político-econômica suficiente, e havia poucas pessoas com condições para comprar escravos e mantê-los, porque, sendo a propriedade da terra pouco regulamentada efetivamente, os escravos poderiam fugir e produzir sozinhos para eles, sendo necessários maiores investimentos na vigilância. Fugiam, formavam quilombos e trabalhavam para si. Nas palavras de Barros (2004, p. 161): “Em 1837 e 1838 os negros se aquilombaram no interior de Ilhéus, formando mocambos e quilombos (negros e escravos fugidos) e tornaram-se elementos de desordem”.

Alguns autores, inclusive, afirmam que não houve utilização do trabalho escravo na formação das fazendas de cacau (BAIARDI, 1984, 1986; FALCÓN, 2010; FILHO, 2007; GARCEZ, 1977; GARCEZ; FREITAS, 1975), ressaltando que este se despontou como monocultura de exportação em um período de transição da escravidão para o assalariamento ou outras formas de relações de trabalho menos formal: “A lavoura cacaujeira se realizara, inicialmente, na pequena propriedade, sendo o produto explorado pelo trabalho familiar. Assim foram feitos os primeiros desbravamentos e plantadas as primeiras roças.” (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. 18).

No entanto, na literatura regional, há controvérsias sobre o uso e a importância da escravidão na produção cacauieira. Para Mahony (2001), Cruz (2010), Ribeiro (2008), Menezes (2008) e Barbosa (2001), a escravidão foi muito importante para a cultura do cacau baiano. A afirmação de que os primeiros cacauicultores recorreram ao trabalho escravo é contrária

[...] à noção convencional sobre a história da região cacauieira, segundo a qual os primeiros plantadores de cacau não tinham acesso ao trabalho escravo, ou, quando tinham, o número de escravos que possuíam era tão pequeno que chegava a ser insignificante. Eu já sustentei, em outras ocasiões, que essa visão da história regional constitui um mito histórico, formado durante o século XX, como parte da luta da elite do cacau contra seus inimigos imaginários (MARONY, 2001, p. 96).

A disputa entre essas duas visões antagônicas sobre o uso ou não da escravidão na formação das primeiras plantações de cacau, aos incautos, pode parecer irrelevante. Entretanto esse é um elemento importante na constituição da identidade dos atuais cacauicultores, que não gostariam que, aos seus ancestrais, fosse atrelado o uso da escravidão. Por que não? Porque, ao (re)ler a história do passado com a visão atual sobre a escravidão, haveria uma mácula na identidade histórica desses autodenominados ilibados e destemidos cacauicultores. Isso os tornaria menos merecedores das benesses do Estado, menos “limpos” aos olhos da sociedade atual, comprometendo os “efeitos de poder e de verdade” dos seus discursos. Além disso, os diferenciaria positivamente dos coronéis da cana-de-açúcar e do café, que foram escravocratas:

No **Vale do Paraíba** entre Rio e São Paulo, estabeleceram-se fazendas de café imperiosas, algumas com 600 escravos, produzindo grandes e verdadeiras riquezas e, os primeiros homens ricos do Brasil: os **BARÕES** do café! A cacauicultura da Bahia - ao contrário do cultivo cacau da América Central - **nunca** usou mão de obra escrava. Também nunca gerou milionários. Os chamados 'Coronéis' do cacau seriam uns pobretões, se comparados com os 'Barões' escravocratas do café... Precisamos **resgatar a história**, e o melhor instrumento que está em curso é o DOCUMENTÁRIO DA VASSOURA DE BRUXA (LISTEIRO nº 17, 12/11/2010a, grifos do autor).

Um grupo político chamar o outro de escravocrata trata-se de uma depreciação sobre a origem da riqueza do outro e, por outro lado, um

vangloriamento por não se ter servido da escravidão para se enriquecer. Portanto, trata-se de um elemento importante de identidade dos grupos e uma arma discursiva para se diminuir a importância do opositor.

Logo após a libertação dos escravos (1888), tivemos a primeira Constituição da República (1891), que, em seu artigo 64, diz:

Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais. (BRASIL, 1891).

Em outras palavras: as terras devolutas são transferidas para os Estados, que têm que gerenciá-las:

Até a República as terras devolutas pertenciam ao Governo Imperial, que não opôs restrições oficiais à sua ocupação, pela extensão de terras sem uso, alidada a dificuldade de fiscalizar a ocupação (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. 20).

A Lei nº 198, de 11 de agosto de 1897, do Estado, define melhor o que são terras devolutas. São consideradas devolutas

- as terras que não estiverem sob domínio particular por título legítimo;
- as terras que se acharem aplicadas a uso público federal, estadual ou municipal;
- aquelas passivas de legitimação ou revalidação;
- as que não foram legalizadas em tempo hábil;
- os terrenos de aldeias de índios extintas por abandono dos ocupantes por lei;
- as sesmarias ou outras concessões antigas que não cumpriram as cláusulas de doação (GARCEZ, 1977, p. 77).

Se por um lado a “[...] inoperância dos órgãos do governo para proteger as terras do Estado [...]” democratizou o acesso à terra, por outro lado, na efervescência da produção cacaueteira e conseqüente maior demanda por terras, colocou em estado de vulnerabilidade os que não tinham a titularidade da terra, os mais “fracos”, havendo “[...] toda sorte de ocupação arbitrária das terras devolutas, paralelamente às formas legais, sem que o governo alcance a sua disciplinação”

(GARCEZ, 1977, p. 79), expropriando os mais “fracos” para formar as grandes propriedades e dar maior poder aos então coronéis:

Aqueles que ainda pensam em ter uma relação não pecuniária com o seu pedaço de terra não devem ter mais ilusão de aí viver. Os vizinhos maiores e os aproveitadores de novas estradas, ao sentirem o cheiro de terra rasgada, lá estarão com fome de terras, não aparecendo muitas vezes nas estatísticas para assuntos fundiários, mas se apresentando no Banco para maiores créditos (ASMAR, 1985, p.18).

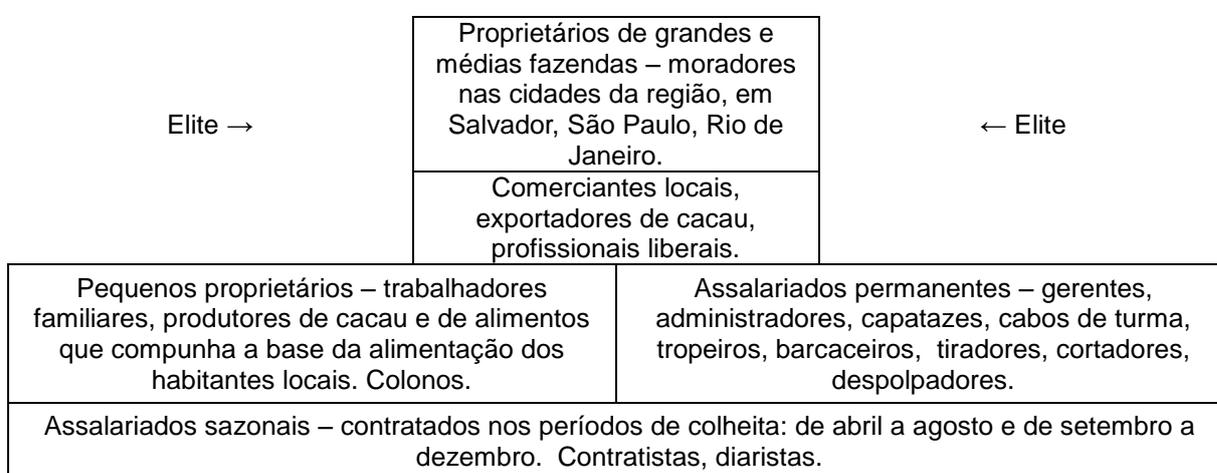
Acentuaram-se as estratégias para se concentrar a propriedade da terra e o domínio territorial. Fossem estas respaldadas na Lei ou no cano da espingarda, arma popularmente conhecida como “Papo Amarelo” ou a “Santa Repetição” na visão de alguns. Instauraram-se os conflitos pela terra, a disputa por este bem natural, retalhado e monopolizado por uma parcela de humanos, principalmente aquelas localizadas, estrategicamente, próximas aos rios, riachos, ribeirões e as mais férteis. A luta era pela repartição de dois recursos: a terra e seu fruto, o cacau. As estratégias voltaram-se para o aniquilamento físico e/ou moral dos que se posicionassem à frente dos objetivos dos coronéis.

Como já dissemos, na primeira década do século XX, o cacau atingiu o posto de primeiro produto de exportação do Estado da Bahia e em 1924 atingiu o 2º lugar nas exportações mundiais (ROCHA; ANDRADE, 2005), o que impulsionou a disputa pelas terras livremente ocupadas (e mesmo as legalmente ocupadas) e não demarcadas ou legalizadas e sua expansão para áreas até então não desmatadas (GARCEZ, 1977).

Aquilo que o governo havia tentado, por meio dos imigrantes, ou seja, a (re)colonização dessas terras, agora estava se dando em função da “corrida pelo cacau”. A vinda de migrantes de outras partes do Estado, paulatinamente, foi criando as vilas, povoados, cidades, consolidando a rede urbana do território-região cacauera, do litoral para o interior.

Enfim, novamente aqui se diferencia, cria-se a elite e “[...] o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância [...]” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 287) passa a ser exercido por um “círculo restrito de pessoas” – e exclui-se o considerado obstáculo. Hierarquizam-se os humanos por meio de mecanismos de poder: “O que se quer mostrar é que, se emerge afinal uma elite que detém a posse

das terras do cacau (à medida que estas se aglutinam e concentram, para formar o estabelecimento monocultor)” (GARCEZ, 1977, p. 98). E, como oposição, surge a não elite, os burareiros, pequenos proprietários, assalariados permanentes das fazendas, assalariados sazonais – trabalhadores destituídos, não só dos bens materiais, mas também das condições necessárias para o exercício pleno da cidadania, senão nas ocasiões de “brechas” deixadas pela elite, ou quando cavocadas, a duras penas, por esses trabalhadores. A seguir apresentamos um quadro (Quadro 15) simplificado da organização da sociedade agrário-exportadora, de acordo com as hierarquias e exclusões construídas.



Quadro 15 – Representação simplificada da formação social agrário-exportadora de cacau.

4.4.1 Divisão do trabalho nas fazendas de cacau

Ao constituir-se a elite “pensante”, divide-se o trabalho no interior das fazendas. No topo da hierarquia de comando nas fazendas está o gerente, seguido do administrador, do capataz e do cabo de turma. Só depois vêm os trabalhadores que lidam diretamente com o cacau. Como vemos no Quadro 15, dentre as atividades permanentes da fazenda de cacau estão as de tiradores, cortadores, despoldadores, tropeiros, barcaceiros e cabos de turma.

Os *tiradores* de cacau são os trabalhadores que derrubam o fruto do cacau com podões – instrumentos cortantes em forma de gancho fixado na ponta de uma vara comprida, com aproximadamente 3 m, utilizado para retirar os frutos dos pés de cacau quando estes estão no alto (Figura 3).



Figura 3 – Trabalhador derrubando o fruto do cacau com um podão.
Fonte: Weber (2012).

Derrubados os frutos do cacau, formam-se as bandeiras (Figura 4), pequenos montículos, que, depois de acumulada certa quantidade, são ajuntadas em rumas, montes maiores, em torno das quais grupos se reúnem para fazer o corte – são os *cortadores* – trabalhadores que cortam o fruto do cacau, e outros que retiram as amêndoas dos frutos – os *despolpadores* – e depositam-nas em caixotes ou sacos. Depois, colocam os caixotes ou sacos com as amêndoas em caçuás – cestos feitos de cipós.



Figura 4 – Ruma de Cacau
Fonte: Weber (2012).

Os *tropeiros*, nos lombos das muares, levam os caçuás até a sede da fazenda (Figura 5), onde são despejadas as amêndoas do cacau em caixotes ou barris maiores para que ocorra a fermentação (Figura 6). Após isso, as amêndoas são colocadas nas barcaças para secar. Nos tempos de poucas estradas, os tropeiros transportavam o cacau até os pontos de escoamento da produção, como os rios e portos.

O *barcaceiro* é o trabalhador que trabalha na barcaça – terreiro suspenso com cobertura móvel –, movendo as amêndoas com um rodo ou pás para secarem com maior uniformidade (Figuras 7) - e as pisoteia.

Paralelamente às barcaças, são instaladas as estufas, que, quando não há sol suficiente para secar as amêndoas, utilizam-nas, criando-se a função de *estufeiro*, pessoa responsável por manter funcionando a estufa e controlar a temperatura. Depois de seco (Figura 8) e já frio, o cacau é colocado nos armazéns (CALDEIRA, 1954), pronto para seguir para as indústrias fazerem o líquido, a manteiga de cacau, a torta de cacau, o pó de cacau e, também, o chocolate.



Figura 5 – Tropeiros chegando à sede da fazenda – muares carregando caçuás com amêndoas de cacau.

Fonte: Weber (2012).



Figura 6 – Trabalhador despejando as amêndoas de cacau nos caixotes, local onde ocorre a fermentação.

Fonte: Weber (2012).



Figura 7 – Trabalhador movendo as amêndoas de cacau em uma barcaça.
Fonte: Weber (2012).



Figura 8 – Amêndoa seca do cacau.
Fonte: Blog do Miolo Baiano (2012).

Da década de 1950 até o presente momento, esses trabalhos pouco mudaram, senão nos tratos ligados às doenças dos cacauais.

Quanto ao *cabo de turma*, é o encarregado da vigilância dos demais trabalhadores. Ele é responsável por fazer cumprir as ordens dos patrões no que se refere ao cumprimento dos horários, tarefas a serem realizadas, tempo destinado a cada tarefa e qualidade do trabalho. Juntos, trabalhadores e cabo de turma, saem bem cedo – com gotículas formadas por orvalho ou neblina pingando dos cacauais em seus corpos – e voltam no final da tarde – entre 16 e 17 h – hora do crepúsculo nas baixas latitudes:

O cabo de turma é assim... Era assim: ele, nós ia pra roça, ele ia também mais a gente. Aí ele ficava lá mais a gente. Quando dava o horário das 12, ele dizia: 'O meninos, é 12 hora! Vamos almoçar.' Aí, dava uma hora, ele olhava: 'Meninos, é uma hora. Vamos trabalhar!' Aí nós pegava. 4 [16 horas] hora, ele disse: 'Meninos, ó 4 hora!' Aí nós... (Entrevistado nº 17, 30/03/2011).

Essas são algumas das atividades em que os trabalhadores empregam sua capacidade de produzir riquezas na cadeia produtiva do cacau e recebem para isso, em sua maioria, um salário mínimo.

4.5 AS CRISES CÍCLICAS DA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO CACAU E AS AÇÕES ESTATAIS PARA SUPERÁ-LAS: SENTIMENTOS E EMOÇÕES EM *LUPPING* NA “SOCIEDADE DO CACAU”

Definido o produto de exportação, sua produção na forma de *plantation*, uso intensivo de força de trabalho, o mercado externo como destino e a distribuição assimétrica da riqueza coletivamente produzida, os obstáculos agora se relacionam principalmente com a manutenção dos mecanismos de acesso a determinados trunfos como a estrutura fundiária concentrada, disciplinamento do trabalho/trabalhadores, concentração de renda e do poder local no substrato referencial do território cacauero.

Apesar do poder local, os coronéis (os do passado e os sem título de hoje) não conseguiram controlar toda a cadeia produtiva do cacau. Na separação e hierarquização social do poder entre os produtores de cacau, os comerciantes, os industriários e os especuladores nas bolsas de valores, os produtores de amêndoas de cacau “ficaram por baixo”.

Para entender essa relação assimétrica entre os “pensantes” da cadeia produtiva do cacau, algumas coisas precisam ser consideradas em relação ao cacau. Primeiro: o cacau é o principal ingrediente do chocolate, que, por sua vez, inicialmente⁴², era apenas uma guloseima bem calórica, relacionada com a obesidade, vícios, alergias, dores de cabeça, enxaquecas, doenças cardíacas, colesterol ruim alto, diabetes, cárie dentária, hiperatividade, espinhas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CHOCOLATE, CACAU, BALAS E DERIVADOS, 2011). Ou ração durante as duas grandes guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945):

O conceito de chocolate-alimento é uma coisa que remonta a Primeira Guerra Mundial ainda. Aonde, foi o que fez as moageiras aparecerem, foi justamente a Primeira Guerra Mundial. Por quê? Chocolate é energia, é portátil e é também estimulante. Então, tudo na humanidade é o quê? Comida. É energia. Então, se você tem energia barata, gordura. Então, tem açúcar, tem gordura? Ótimo! Dá pro soldadinho, bota um pouquinho de gosto... E é portátil. E é barato. [...]. O grande *boom* do cacau, do chocolate, foi por causa disso, como ração. E aí o que fazer com as fábricas de cacau depois que a guerra acabar? Ah! Aí vamos ter então que repensar o mercado. Aí entra achocolatado, cacau em pó... A própria logística de produção, da saída da amêndoa do cacau para chegar até esses produtos, mudou completamente (Entrevistado nº 2, 23/03/2011).

Como o chocolate não é um alimento de primeira necessidade ou não compõe os ingredientes principais dos pratos da população dos maiores países consumidores de chocolate: Estados Unidos, Alemanha, França e Reino Unido (THE INTERNATIONAL COCOA ORGANIZATION, 2012), a sua saída do consumo oscila de acordo com o pêndulo de suas economias: se vão bem, aumenta-se o consumo; se vão mal, tira-se da lista de compras. Ciente disso, a indústria do chocolate alardeia as vantagens do consumo deste para garantir maior fidelidade ao produto:

[...] sabor apreciado por todo mundo, enorme variedade de formas, grande valor nutritivo e energético, rápida metabolização e ótima digestibilidade. Especialmente em barras, tabletes ou líquido, o chocolate é o alimento indicado para a merenda escolar e para as grandes coletividades (quartéis, hospitais, escolas, parques infantis, concentrações esportivas etc.) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CHOCOLATE, CACAU, BALAS E DERIVADOS, 2011).

42 Hoje diversas pesquisas já apontam os benefícios à saúde proporcionado com o consumo moderado do cacau. Em uma busca através do Google pelos termos “benefícios do cacau à saúde”, em português, apareceram 434.000 resultados.

Segundo: trata-se de uma *commodity*, uma mercadoria de origem primária, utilizada nas transações comerciais nas bolsas de mercadorias. Seu preço e produção não são definidos pelos produtores com base no custo de produção, nos investimentos e o lucro médio a ser auferido. Quem decide, muitas vezes, é a oferta e a demanda pelo produto nas bolsas de valores, com influências dos especuladores.

Terceiro: além disso, há as outras indústrias que influenciam em seu preço, oferta e qualidade do produto: a moageira, a chocolateira e a confeitaria. Indústrias de países que impõem tarifas protecionistas aos derivados do cacau, dificultando o desenvolvimento da indústria brasileira (CHIAPETTI, J., 2009). Vejamos uma das formas de a indústria controlar a produção, mantendo os produtores de cacau aprisionados às suas formas de trabalho:

Agora, o pessoal da Bélgica já colocou uma fábrica lá e já tem um contrato com os produtores de lá daquela região de Linhares só para comprar toda a produção deles e ele, a própria, o próprio pessoal da Curatos vai fiscalizar as plantações, pra ver se está sendo plantado de acordo para dar um... Vai ser processado de acordo com que a Curatos quer. Da forma que ela quer. Tá saindo um cacau saboroso? Tá. Aqui a Nestlé já está fazendo esse tipo de trabalho também. Ela já tem, digamos, seus feudos de produtores de cacau. O pessoal da Barry Callebaut já faz isso há bastante mais tempo, aonde você encontra nas fazendas que é exclusiva da produção da Barry Callebaut (Entrevistado nº 2, 23/03/2011).

Quarto: nos períodos em que não é lucrativo o uso do cacau na produção do chocolate, a indústria inclui outros produtos, como, por exemplo, mais leite, açúcar, xarope de milho, lecitina, glúten, castanhas, amendoim, avelã, diminuindo a quantidade de amêndoas de cacau. Os produtores de cacau perdem muito com isso.

Quinto: a produção do cacau brasileiro está sujeita à concorrência com outros países produtores: Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Equador, Indonésia e Malásia (ZUGAIB, 2011), que produzem amêndoas de cacau com menor custo.

Acrescentam-se a isso as variações climáticas, as pragas, a falta de uma política clara do Estado em relação ao cacau, o despreparo dos trabalhadores pouco letrados e a oscilação da quantidade de trabalhadores de uma safra para outra.

Enfim, o cacau ser um meio de obtenção de riqueza e tratar-se de um produto suscetível a muitas variações, leva o seu produtor à crise, colocando a segurança, mentalmente construída, de um futuro previsível, de um dia com lucro igual ou superior ao outro, em estado de instabilidade e angustiada expectativa sobre o que poderá acontecer.

Essa instabilidade econômica, social, política e emocional dos produtores de cacau têm marcado as relações destes com a região: é preciso segurá-la, agarrá-la, dominá-la, protegê-la, porque ora desperta sentimentos de segurança, de altivez, ora parece fugir, escapar, é vulnerável e fugidia. De acordo com Couto (2000, p. 38),

As crises do cacau são fases depressivas dos ciclos econômicos. Os ciclos curtos, que podem ser tanto de natureza endógena quanto exógena, têm periodicidade juglariana (de seis a dez anos), com variações alternadas de expansão e contração da atividade predominante, cujas causas podem ser várias. No caso dos ciclos do cacau, uma das explicações pode ser encontrada nas teorias da superprodução e subconsumo, cuja visibilidade se manifesta no comportamento dos preços das suas *commodities* no mercado internacional. Outra explicação, de corte monetarista, está relacionada com as ações institucionais na área do câmbio, do fisco (particularmente o confisco cambial) e do crédito. Esses ciclos, que aconteceram em 1957, 1961, 1971, 1987 e 1989, têm apresentado uma certa regularidade, conformando crises conjunturais.

Essas crises, denominadas “do cacau”, colocam as vidas daqueles que dependem da produção cacauzeira para enriquecer em *lupping*, expressadas sentimentalmente por aqueles que a veem esvaír por entre os dedos e retornar-lhes às mãos, em vai-e-vem. Assim, é a região que entra em crise, se desequilibra, é ameaçada, sofre, é alvo de um crime, é grata, é nossa (CORTIZO, 2010), e não há coronel ou descendentes que a segure definitivamente. Ou então é próspera, ou entra em recessão (COUTO, 2000).

A periodização da “última crise” da região cacauzeira é o final da década de 1980, marcada pelo aumento da quantidade e da competição entre os países produtores de cacau, oscilações do preço do cacau nos mercados de *commodity*, transferências paulatinas de investimentos do setor agrário-exportador para o da indústria pelo Estado brasileiro, rompimento do Estado com as políticas de salvaguardas dos interesses dos cacauicultores nos momentos de crise, sequência de fracassados planos econômicos no Brasil, incentivos à migração campo-cidade para atender a demanda da indústria, fim do regime ditatorial, maior democratização política e maior organização dos trabalhadores, falta de investimentos na formação e melhorias das condições de vida dos trabalhadores do cacau, falta de renovação e de investimentos na melhora dos cacauais, crime biológico da introdução e disseminação da vassoura-de-bruxa nos cacauais e suas consequências: pequenas transformações na propriedade da terra, mudanças nas relações de trabalho em favor dos trabalhadores, mobilidade territorial da população no sentido rural-urbano e para fora da microrregião Ilhéus-Itabuna, diminuição do poder dos

“coronéis” do cacau e vão para disputas territoriais entre diferentes grupos de poder local: sem terras, índios, quilombolas, ONG etc.

A “última crise” fez com que os autores Baiardi e Rocha (1998) refizessem as denominações dos ciclos da produção de cacau: “O ciclo anteriormente denominado “A Recuperação”, passaria a chamar-se a “A Recuperação Frustrada” e finalizaria em 1986. Neste ano teria início um outro ciclo, denominado “Decadência e Reestruturação Setorial” (BAIARDI; ROCHA, 1998, p. 1).

Somente nos anos 2000, com maiores investimentos em ciência, tecnologia e em técnicas na lida diária com o cacau, processo de industrialização nacional/local, segmentação da produção de acordo com a qualidade, além do aumento do preço no mercado mundial, é que novamente há alguns indícios de “reafirmação regional” baseada no cacau, fazendo surgir, por exemplo, a Associação dos Produtores de Cacau (APC) e o Instituto Pensar Cacau (IPC)⁴³, ambos em defesa dos cacauicultores e do desenvolvimento sustentável, como apregoam seus estatutos, porém com atuações conflituosas.

Os produtores de cacau consideram que passaram a viver em crise econômica, social e política, de forma cíclica, a partir da década de 1920. A conjugação de fatores internos e externos (Quadro 16) fez com que os cacauicultores tivessem que ficar sempre alerta, porque a “região” tornava-se frequentemente vulnerável. Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e queda do consumo; quebra da Bolsa de Nova York (1929), nova queda do consumo; Revolução de 30 no Brasil (1930); Segunda Guerra Mundial (1939-1945); precariedade técnica diante da acomodação dos cacauicultores que trataram o cacau como produto extrativista – só retiravam a amêndoa, mas não investiam no trato do cacau; vulnerabilidade a pragas, como no caso da vassoura-de-bruxa (1989); além de todos os fatores enumerados anteriormente, colocavam o domínio dos cacauicultores sob essa região em dúvida, em suspensão. Acrescentamos, ainda, a miséria social (ASMAR, 1985)⁴⁴.

43 A Associação dos Produtores de Cacau (APC) foi criada em 20/12/2000 - “[...] é uma sociedade civil sem fins econômicos, com personalidade jurídica de direito privado”, cujo objetivo é “[...] defender os interesses da cacauicultura e promover o debate dos temas socioeconômicos e ambientais das regiões cacauíferas” (Estatuto Social da APC, 2000).

O Instituto Pensar Cacau foi criado em 15/03/2011 - “[...] sob forma de associação, é uma pessoa [entidade] jurídica de direito privado, sem fins lucrativos”. Tem por objetivo “ – I - a defesa dos interesses dos produtores de cacau; II – o desenvolvimento sustentável da cacauicultura” (Lista do Cacau, Ata da Assembleia Geral do Instituto Pensar Cacau, 13/10/2011).

44 Os interessados em estudar as diversas crises dos cacauicultores através das oscilações entre preço e produtividade ler, entre outros, Rocha (2006) e Chiapetti, J. (2010), que em seus trabalhos ilustraram com gráficos, tabelas, quadros, estas variações.

FATORES EXTERNOS	FATORES INTERNOS
<ul style="list-style-type: none"> • preços baixos; • grandes estoques mundiais de amêndoas; • substituição e/ou redução do cacau nos “chocolates” e afins; • entrada de novos concorrentes (Ásia-Oceania), com inovações tecnológicas e estratégias de redução de custos; • reestruturação da lavoura e indústria processadora, principalmente na Costa do Marfim (maior produtor mundial); • novos desafios relacionados com a inserção no mercado mundial de <i>commodities</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • gestão ineficiente, conservadora e clientelista; • tradicionalismo dos agentes; • absenteísmo; • desestruturação do ecossistema; • clima adverso; • doenças do cacauero; • quedas do rendimento físico e da produtividade do trabalho/trabalhador; • redução de preços e da produção; • baixa qualificação e remuneração do trabalho; • baixo nível de escolaridade, principalmente na área rural; • planos econômicos do governo federal; • diminuição do crédito público e privado.

Quadro 16 – Fatores internos e externos geradores da “última crise” da cadeia produtiva do cacau da Bahia.

Fonte: Asmar (1985), Baiardi e Rocha (1998) e Couto (2000).

A seguir, apresentamos um quadro (Quadro 17) resumo das principais crises sofridas pelos cacauicultores e as intervenções estatais – políticas públicas – para saná-las.

Ressaltamos que, nesses momentos de crise, os trabalhadores tiveram suas vidas afetadas pelo desemprego, dentre outras maneiras. Na ascensão da produção, importava-se força de trabalho e, nos momentos de decadência, dispensavam-se os trabalhadores, que eram obrigados a buscar outras alternativas para continuar a viver. A migração cíclica dos trabalhadores é destacada pelos produtores porque, em alguns casos, não se forma a força de trabalho especializada: os trabalhadores são dispensados quando começam a aprender a lidar com a produção do cacau. No entanto, na literatura regional citada neste trabalho, não se verificou qualquer referência à política pública voltada especificamente ao atendimento dos trabalhadores nesses períodos de crise.

CRISES	CAUSAS	AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
<p>1ª – 1929-1930</p>	<p>– “[...] predominava o capital comercial ligado diretamente ao mercado internacional. Nesse período, houve uma queda brusca de preços das <i>commodities</i> internacionais [...]” (COUTO, 2000, p. 40), devido à quebra da Bolsa de Nova York (1929) e a Revolução de 30, no Brasil.</p> <p>– baixo conhecimento técnico de cultivo;</p> <p>– envelhecimento das plantações;</p> <p>– esgotamento da fertilidade do solo devido à falta de reposição dos nutrientes;</p> <p>– rede de transporte precária, que dificultava o transporte do cacau das fazendas até o Porto em Ilhéus (CHIAPETTI, J., 2009).</p>	<p>– Criação do Instituto do Cacau (ICB) – Decreto Estadual nº 6.430, de 8 de junho de 1931 – transformado em autarquia estadual pelo decreto nº 11.861 de 27 de março de 1941 (GARCEZ; FREITAS, 1975).</p> <p>– “Em princípio, ferindo a legislação cooperativista, o ICB foi uma cooperativa semi-estatal em 1931, para em 1939 passar a ser uma verdadeira cooperativa sob o título de Cooperativa Central do Cacau que o Governo logo em seguida impediu, para em 1942, transformá-la, numa autêntica autarquia (COSTA, 1992, p. 86).</p> <p>– Houve uma confluência de interesses do Estado aos dos cacauicultores. O Estado dependia da arrecadação de impostos oriundos do cacau e os cacauicultores precisavam da intervenção Estatal para resolver os problemas de produção, preço e transportes do cacau (CHIAPETTI, J., 2009).</p> <p>– situação – extinto.</p>	<p>– O ICB “[...] investiu em inovações, sobretudo nos transportes (construção e recuperação de rodovias), processamento, embalagem, armazenamento e embarque das amêndoas” (COUTO, 2000, p. 40).</p> <p>– O ICB “[...] teve por objetivo, assim, atender às necessidades da zona que proporcionava os maiores tributos para o Estado da Bahia e da qual dependia grande parte da capacidade de importar desse Estado, reconhecidamente carente de bens industrializados” (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. 37).</p> <p>– “[...] em 1931, foi criado através de Decreto Federal, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada – Instituto do Cacau da Bahia (ICB), o primeiro sistema de ações intermediário entre o Estado e a elite do cacau. O ICB representou o primeiro sistema técnico-científico de organização e de defesa da atividade cacauífera, intervindo no sistema de atividades agrícolas oferecendo: a) carteira hipotecária, com crédito de longo prazo e juros subsidiados; b) carteira comercial que intervinha diretamente no mercado, estabelecendo normas para garantir os preços, eliminando a especulação generalizada do comércio exportador e resguardando, assim, os interesses da atividade produtiva; e também interferindo nos sistemas de engenharia do meio geográfico, com obras públicas, como: construção de estradas, de armazéns para estocagem de amêndoas, de agências de fomento, de estação experimental e de uma empresa de transporte de passageiros, a Viação Sul Baiano SA” (CHIAPETTI, J., 2009, p. 46).</p>

CRISES	CAUSAS	AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
2ª – 1957	<p>– “[...] houve um descuido muito grande com a lavoura cacaueteira por parte dos produtores brasileiros; eles viviam basicamente do extrativismo, sem investir na modernização da produção, o que acarretava baixos níveis de produtividade.” (COUTO, 2000, p. 40).</p> <p>– “[...] os países africanos, que produziam cacau com base em sistemas de produção familiar apoiados por políticas públicas específicas, aumentaram sua produção. No entanto, esse aumento não foi suficiente para abastecer o mercado mundial; como consequência, caíram os estoques mundiais do produto, aumentando o seu preço. O Brasil não pôde aproveitar essa oportunidade comercial.” (COUTO, 2000, p. 40).</p>	<p>– Criação da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueteira (Ceplac) (20/01/1957) - foi criada pelo Ministério da Fazenda inicialmente com o objetivo de sanar as dívidas dos cacauicultores. Depois tornou-se órgão de pesquisa e extensão relacionado ao cacau, inclusive criando e executando políticas de desenvolvimento regional com o que era arrecadado através de uma cota de retenção do cacau exportado (BRASIL, 2009).</p> <p>– 1957 – 1ª recomposição das dívidas dos cacauicultores.</p> <p>– 1962 – 2ª recomposição das dívidas dos cacauicultores.</p> <p>– 1971 – 3ª recomposição das dívidas dos cacauicultores.</p> <p>– situação – em funcionamento.</p>	<p>– “[...] implantação da Ceplac e seu ‘pacote tecnológico’, fatos que levaram à integração produtiva da lavoura e à melhorias no processo produtivo das amêndoas” (COUTO, 2000, p. 40).</p> <p>– “[...] construiu-se toda uma estrutura técnica e de serviços, e fortaleceram-se a infra-estrutura e a imagem do cacauicultor” (COUTO, 2000, p. 40).</p> <p>– O Plano foi instituído com o objetivo de recuperar a região e dar assistência financeira aos cacauicultores para cobertura de dívidas não pagas em decorrência da queda dos preços do cacau (BRASIL, 2009, p. 4).</p> <p>– “A CEPLAC foi criada, inicialmente, para servir à elite cacaueteira, renegociando e prolongando as dívidas e fornecendo crédito subsidiado aos produtores.” (CHIAPETTI, J., 2009, p. 49).</p> <p>– “Em 1962, a CEPLAC fortaleceu suas atividades com a implantação do Centro de Pesquisado Cacau (CEPEC) [...], do Centro de Extensão (CENEX) e da Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueteira (EMARC), tornando-se uma das principais referências de pesquisa e desenvolvimento sobre o cacau no mundo” (CHIAPETTI, J., 2009, p. 49).</p> <p>– A Ceplac construiu estradas, pontes, escolas, universidades. Agiu como um Estado dentro do Estado (Entrevistado nº 26).</p>

CRISES	CAUSAS	AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
3ª – 1987 até o momento	– “Antes de eclodir a crise [1987], verifica-se uma forte queda no preço das amêndoas, decorrente da participação de novos países produtores, com aumentos da área plantada e do rendimento físico, o que provoca uma superprodução. Logo em seguida, chega à Bahia a doença ‘vassoura-de-bruxa’ [1989], fazendo cair o rendimento físico dos cacauzeiros e a produtividade do trabalho” (COUTO, 2000, p. 41).	<p>– Criação do Plano de Recuperação da Lavoura Cacauzeira (PRLC) (1995) – criado pelo Governo Federal e desenvolvido pela Ceplac. Tinha como objetivo inicial sanar as dívidas dos cacauzeiros.</p> <p>– Criação da Biofábrica do Cacau (1999) – “[...] a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária/SEAGRI e a CEPLAC montaram o complexo Biofábrica de Cacau, uma unidade fabril localizada no distrito de Banco do Pedro, município de Lhéus-Bahia, com recursos do governo estadual e da CEPLAC” (BRASIL, 2009, p. 14). O objetivo da Biofábrica é “[...] garantir a produção em larga escala de bio-insumos mais modernos, em termos de mudas clonais e garfos vegetativos para enxertia de copas, elementos necessários à formação de jardins clonais, renovação de cacauais decadentes e estabelecimento de novos plantios” (BRASIL, 2009, p. 14).</p> <p>– Programa Genoma Vassoura-de-bruxa (2000-2005) – coordenado por Gonçalo Amarante Guimarães Pereira. Participam do projeto Genoma Vassoura-de-bruxa – seqüenciamento genético do fungo <i>Crinipellis pernicioso</i> –, além da Unicamp, as seguintes instituições: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauzeira (Ceplac), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Os trabalhos, que deverão consumir aproximadamente R\$ 2,5 milhões, contam com financiamento do governo do Estado da Bahia e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (ALVES FILHO, 2002).</p> <p>– Projeto Renorbio-vassoura de bruxa (Renobruca) (2011) – reúne “[...] pesquisadores da Ceplac, Embrapa, Uesc, Unicamp, USP, e secretaria estadual da Agricultura através da EBDA e Adab” (COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO</p>	<p>– constantes refinanciamentos das dívidas dos cacauzeiros e reduções dos juros;</p> <p>– investimentos estatais através o orçamento da Ceplac em pesquisas, enxertias, clonagens;</p> <p>– inovações tecnológicas e nas práticas de trabalho com o cacau e cacauzeiros;</p> <p>– diversificação na produção;</p> <p>– inovações organizacionais nas fazendas;</p> <p>– adoção da parceria agrícola, com a finalidade de diminuir os custos da mão-de-obra dos trabalhadores;</p> <p>– valorização do sistema cabruca de produção;</p> <p>– organização dos cacauzeiros em defesa de seus interesses;</p> <p>– seqüenciamento genético do fungo <i>Crinipellis pernicioso</i>, causadora da doença conhecida como vassoura-de-bruxa. Diversas pesquisas realizadas na Unicamp relacionadas com o Programa Genoma Vassoura-de-bruxa;</p> <p>– “[...] a revitalização da cacauicultura baiana e dinamização da cacauicultura nacional, através do controle da doença, por meio do desenvolvimento de novas variedades para plantio, com adequada qualidade de produto, boas características gerais e maior durabilidade de resistência, a partir da acumulação de genes e utilização de variedades com diferentes conjuntos de genes associados a este caráter [...]. [...] Além disso, a identificação de novos genes de resistência à vassoura-de-bruxa e marcadores ligados a estes, visa dar suporte à obtenção de variedades do cacauzeiro com resistência durável” (COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA, 2011).</p>

CRISES	CAUSAS	AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
		<p>DA LAVOURA CACAUEIRA, 2011).</p> <p>– Convênio entre a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir) e o Instituto Cabruca, [...], para o ‘Manejo Agroecológico do Cacaueiro e Processamento de Cacau de Qualidade em Assentamentos Rurais e Comunidades Quilombolas e Indígenas no Território Litoral Sul da Bahia’ (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 2011).</p> <p>– Projeto Vila Cacau – “[...] busca comercializar e divulgar as potencialidades da agricultura familiar da região”, através da exposição e comercialização de “[...] alimentos e doces produzidos com chocolate, mel e tapioca, além de artesanato típico e apresentações musicais de artistas sulbaianos. Uma exposição contando a história da agricultura familiar na região também acontece na Vila [...]”. O projeto conta com a parceria da Sebrae. Além disso, “São parceiros também do Projeto Vila Cacau o Governo da Bahia, através do Projeto Vida Melhor, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Secretaria de agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Sedir), Ceplac, Instituto Cabruca, Prefeitura de Ilhéus, Cooperativa da agricultura familiar e Economia Solidária da Bacia do Almada e Adjacências (Cooafba), Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da agricultura familiar do Sul da Bahia (Coofasulba), Associação de Apicultores Ambientalistas de Ilhéus (AAMI), Associação Itabunense de Artesãos (Aiart) e o Conselho Regional Associativista de Buerarema e Adjacências (Crasba)” (MARON, 2012).</p> <p>– Programa Cacau para Sempre (29/05/2012) – programa do governo estadual que tem por objetivo “[...] apoiar e incluir socioprodutivamente mais de 10 mil famílias baianas. A ação será executada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir), no âmbito do programa estadual Vida Melhor, e permitirá a recuperação da lavoura cacaueira, por meio do fortalecimento estrutural, logístico e produtivo para a produção do cacau de qualidade e da conservação do sistema ‘cabruca’” (BAHIA, 2012).</p>	<p>– “[...] enriquecimento de áreas de cacau e o processamento de amêndoa de cacau com qualidade, visando a geração de renda, segurança alimentar e a conservação de mata atlântica [...]” (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 2011).</p> <p>– exposição e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar da região.</p> <p>– valorização do sistema cabruca através da adoção da conservação produtiva.</p>

CRISES	CAUSAS	AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
		<p>– Conservação produtiva (07/06/2012) – o governo do Estado, através do decreto 14.024, reconheceu e liberou ações para o manejo do cacau cabruca. A Comissão Técnica de Garantia Ambiental (CTGA) da Ceplac, poderá emitir pareceres técnicos ambientais também referentes ao sistema cabruca (MENEZES, 2012).</p> <p>– situação de todos – em funcionamento, exceto o programa genoma vassoura-de-bruxa, concluído em 2005.</p>	

Quadro 17 – Crises da cadeia produtiva do cacau do Sul da Bahia: possíveis causas e políticas públicas para saná-las – 1929-2011.

O Quadro 17 resume cada uma das grandes crises da cadeia produtiva do cacau e demonstra as ações governamentais para tentar saná-las. Foram investimentos na produção (ciência e tecnologia), circulação (infraestrutura de transporte), consumo (subsídios no preço do cacau para manter a margem de lucro dos cacauicultores), formação de mão de obra (escolas técnicas, universidade). No entanto, apesar dessas séries de políticas públicas, os cacauicultores estão sentindo-se abandonados pelo Estado na resolução da “última crise”. Como veremos, esse sentimento de abandono está relacionado com a mudança de postura do Estado em lidar com essas crises.

Existem três fatores preponderantes na relação entre o Estado e os cacauicultores:

a) até o cacau firmar-se como produto de alto valor comercial e voltado para atender às necessidades das grandes indústrias de chocolate, os produtores de cacau alegam que não tiveram o respaldo direto do Estado. Vangloriam-se de não terem dependido do Estado para se tornarem produtores de cacau;

b) com o aumento da produção e do preço no mercado internacional, por muito tempo, o Estado da Bahia passou a depender da arrecadação advinda do cacau para se manter. Ao financiar a cacauicultura, o Estado se autofinanciava;

c) após a Ceplac ser criada pelo Estado, o Ministério da Fazenda (a Ceplac passou para o Ministério da Agricultura em 1974) criou uma taxa de retenção (em 1961) – referente a 20% (inicialmente, depois mudou para 15%, 10%) do cacau e seus derivados exportados. A Ceplac arrecadava esse dinheiro – chegou a arrecadar mais de 1 bilhão e meio de dólares – e investia na própria cacauicultura, em pesquisa, assistência técnico-agronômica, formação de força de trabalho por meio de escolas técnicas, criação e execução de projetos de desenvolvimento regional. A arrecadação não ia para o Estado e depois redistribuída, de acordo com as razões deste. O dinheiro arrecadado, apesar de tornado público, destinava-se a um segmento particular da sociedade – os cacauicultores. Essa taxa de retenção foi totalmente extinta em 1989 (BRASIL, 2009; COSTA, 1992).

Então, além dos impostos convencionais sobre a produção do cacau, foi criada uma taxa de retenção cambial de 15% sobre o cacau, em 1961 (GARCEZ, 1985), “[...] destinada a constituir o Fundo de Reserva de Defesa do Cacau” (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, 1982, p. 25).

Pela instrução 217, de 4 de outubro de 1961, também da SUMOC [Superintendência da Moeda e do Crédito do Banco Central], a cota de contribuição cambial foi fixada em 15% sobre as divisas provenientes da exportação do cacau em amêndoas ou massa. (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, 1982, p. 25).

Do total arrecadado, 50% destinavam-se à CACEX [Carteira de Comércio Exterior, do Banco do Brasil] e os demais, à Ceplac (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, 1982).

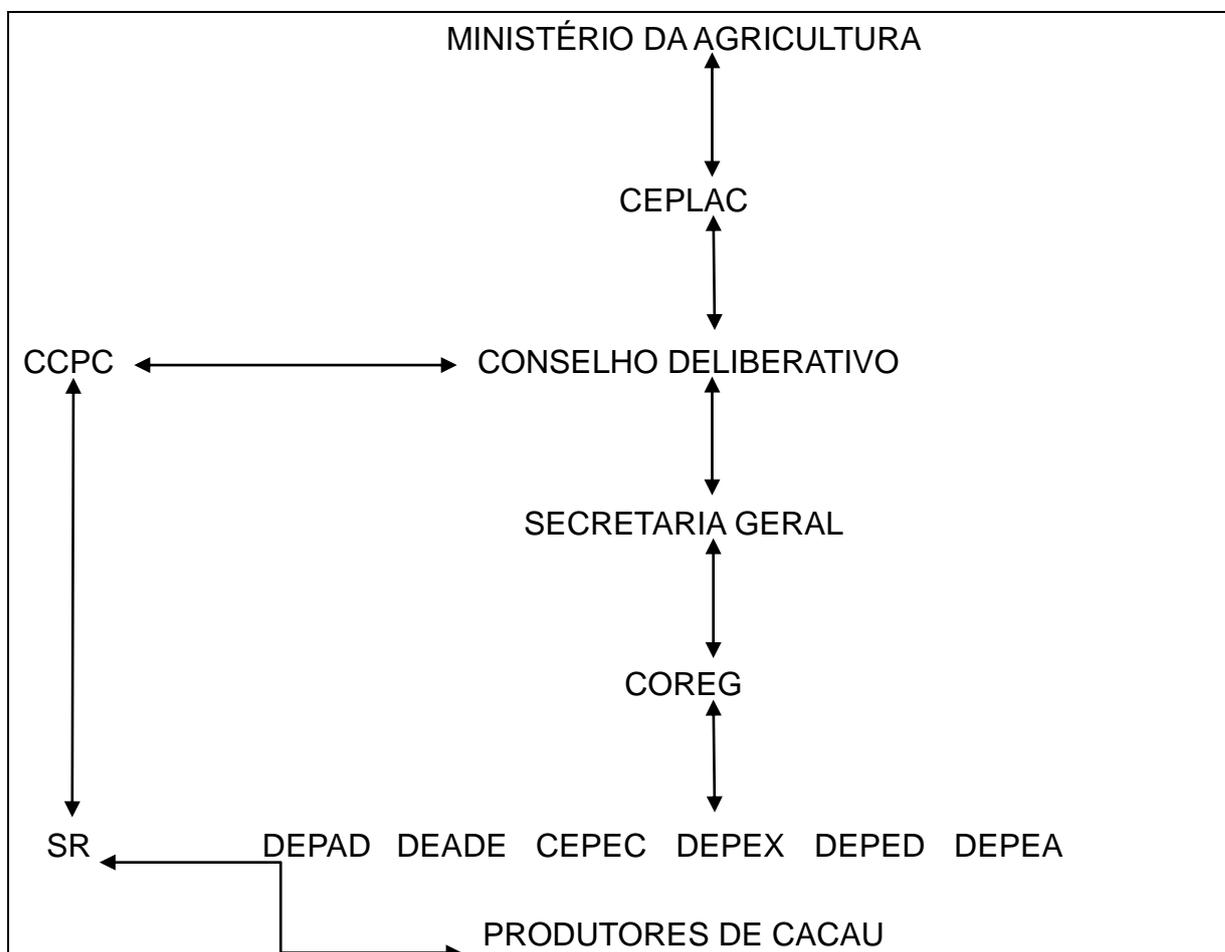
Nas fases da “recuperação frustrada” e “Decadência e Reestruturação setorial” (BAIARDI; ROCHA, 1998), essa taxa de retenção, paga e destinada aos interesses dos cacauicultores, é frequentemente lembrada quando se quer a anulação das dívidas, como se o Estado estivesse em débito para com os cacauicultores. Segundo Baiardi e Rocha (1998, p. 3),

A partir de meados dos anos 80, diante da continuidade do tradicionalismo no processo de produção agrícola, da ausência da integração vertical que levasse o setor a exportar predominantemente bens intermediários e bens finais e sobretudo diante de uma nova postura do Estado – resistindo a pagar a conta da ineficiência do setor através de subsídios que neutralizassem a diferença entre o custo de produção mais elevado que a cotação internacional – não restou outro caminho que o agravamento de antigos problemas estruturais, resultando na mais séria crise jamais vivida pela cacauicultura brasileira, em especial baiana, uma vez ser a Bahia detentora de mais de 85% da produção nacional.

O poder de barganha dos cacauicultores com o Estado diminuiu diante da substituição paulatina do cacau como produto “[...] gerador de divisas e mesmo com o mercado de insumos industriais” (MARINHO, 1989, p. 8), de sua substituição pela indústria e petróleo na Bahia e pelo fim da referida taxa de retenção.

Por um lado, tínhamos o Estado, principalmente o da Bahia, dependente da cacauicultura para arrecadação de imposto e sustentação do *superávit* da balança comercial; de outro, tínhamos um órgão federal com autonomia financeira para investir na cacauicultura, contando com grande volume de recursos, principalmente na década de 1970. Ou seja: no cabo de forças, o Estado estava perdendo para os cacauicultores. “A Ceplac era um Estado dentro do próprio Estado.” (Entrevistado nº 25, 20/05/2012), com a participação direta

dos cacauicultores no Conselho Deliberativo da instituição, conforme organograma funcional da Ceplac a seguir.



Quadro 18 – Organograma funcional da Ceplac, 1982.

Nota: Ceplac – Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira
 CCPC – Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau; COREG – Coordenadoria Regional; SR – Sindicatos Rurais; DEPAD – Departamento Administrativo; DEADE – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento; CEPEC – Centro de Pesquisas do Cacau; DEPEX – Departamento de Extensão; DEPED – Departamento de Educação; DEPEA – Departamento Especial da Amazônia.

Fonte: IICA (1982).

Quando a “última crise” se instalou, os cacauicultores exigiram uma contrapartida do Estado. Lembraram a este que não dependeram de recursos públicos no início da produção cacaueira (1890-1931) – sendo as casas de exportação e a figura do intermediário os agentes que comandam a cacauicultura baiana (MARINHO, 1989, p. 1) – e de que, por muito tempo, financiaram o Estado e se autofinanciaram (1961-1989).

Em 1957 Milton Santos já identificava essa dependência do Estado em relação à produção cacauífera:

A zona cacauífera da Bahia é a mais nova de nossas zonas de produção, e, entretanto, a mais rica. Cabem-lhe, no conjunto do país; cerca de 95% da produção total de cacau, o que nos confere o 2.º lugar na estatística mundial. Tem o cacau, na economia do Estado, um papel de relevo, já que de sua cultura, direta ou indiretamente, beneficia-se o erário com muito mais de metade do seu orçamento, constituindo, por si só, o sustentáculo de sua vida econômica. As crises que o assolam – crises, aliás, muito comuns aos produtos primários – não se limitam à zona produtora, mas se refletem, indelevelmente, em todo o Estado da Bahia, cujas finanças também se regozijam com os seus períodos de bonança (SANTOS, 1957, Prefácio).

Essa forma clientelista de se pensar a relação Estado/cacauicultores impregna a bibliografia regional, manifestada em adendos como:

[a criação do ICB] [...] teve por objetivo, assim, atender às necessidades da zona que proporcionava os maiores tributos para o Estado da Bahia e da qual dependia grande parte da capacidade de importar desse Estado, reconhecidamente carente de bens industrializados (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. 37).

Continuam os autores: “Os recursos com que contou o Instituto, procederam, em grande parte, da própria cultura do cacau (cotas calculadas sobre o valor da propriedade e taxa de Cr\$2,50 sobre cada saco exportado da Bahia)” (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. 37).

Nesse sentido, os cacauicultores tentam estabelecer com o Estado uma relação de força e de troca: nos períodos de maior produtividade/preço, o Estado alimenta-se com a arrecadação do cacau e, nos períodos de crise, deve investir na salvaguarda dos interesses dos cacauicultores. O que é arrecadado não se destina às razões do Estado.

Sabedores disso, os cacauicultores imbuem-se de poder de barganha e reclamam ação do Estado a seu favor. O dinheiro arrecado pelo Estado, oriundo do cacau, não se torna, assim, dinheiro público, mas moeda de troca econômico-política, indissociação entre dinheiro público e capital privado. Cria-se o campo de força intermediário, o jogo político de poder entre o “toma lá” e o “da cá”. Mas a situação mudou:

Às vezes você fala com o cacauicultor [e ouve]: ‘Mas a UESC foi feita com o dinheiro do cacau!’ Sim, realmente! Isso a gente não pode negar. A criação da CEPLAC, tinha uma taxa de retenção cambial de 15%, foi praticamente um governo paralelo e foi uma forma até de governança, vamos dizer assim. Só que era uma governança pouco democrática. Era uma elite, ali, é quem detinha o poder econômico e político, e interessava ao Estado da Bahia. O Estado da Bahia, toda vez que precisou intervir na região do cacau, ele interviu. Interviu também através do Instituto do Cacau da Bahia, depois da CEPLAC. Quando não mais interessou ao Estado do Bahia porque o PIB que representava isso aqui era muito baixo, hoje é 3%, então o Estado não interviu [...]. [...] não interviu como das outras vezes, porque era uma questão de sobrevivência do Estado. [...] Mas depois da década de 80, quando se criou o Pólo Petroquímico de Camaçari e o governo passa a ter outros ativos econômicos no território, então o cacau, ele perde importância, vem o oeste da Bahia, vem o eucalipto e aí o cacau perde a importância política e econômica que tinha. (Entrevistado nº 20, 01/04/2011).

Quanto ao desemprego relacionado com as crises, este aparece como parte da barganha: o Estado precisa criar políticas públicas para os cacauicultores para que estes voltem a produzir e criar emprego (mesmo quando os cacauicultores reclamam de escassez de trabalhadores no momento atual):

O soerguimento da lavoura cacauieira baiana tem sido tratado com descaso por vários governos, e isto completou 23 longos anos! Neste período, a economia da região desempregou 200 mil trabalhadores e deixou de receber uma injeção de 22 bilhões de Reais (14 bilhões de dólares), apenas considerando uma “quebra” de 200 mil toneladas/ano (ANDRADE, 2011).

Além disso, os cacauicultores associam uma série de infortúnios, como o aumento da violência, a desruralização, a urbanização, a decadência moral, associados à “última crise” como estratégia de forçar o Estado a resolver os problemas dos mesmos, tidos como regionais. Atreiam uma coisa à outra, mesmo que o falado não seja o feito, como demonstram os dados estatísticos, e alguns cacauicultores percebem isso:

[referindo-se á sociedade do cacau] Não era uma sociedade voltada para melhorar a qualidade e as condições de vida nessa região. Você tinha 70% do PIB [Produto Interno Bruto] da Bahia sendo gerado por essa região, com 70% de analfabetismo no meio rural. Então, apesar de ter havido a CEPLAC, de ter feito logística, assim, mas para o volume de recursos que foi, ainda assim foi pouco. (Entrevistado nº 20, 01/04/2011).

4.6 O “ABANDONO” DA REGIÃO CACAUEIRA PELO ESTADO E A CRIMINALIZAÇÃO DA “ÚLTIMA CRISE”

O poder da reputação, prestígio social e de decisão, pautado pelas relações socioeconômicas e políticas dos cacauicultores não eliminaram o tensionamento permanente entre aqueles que estavam no poder local e os que queriam “empoderar-se”. Para Machado:

Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, [...] e se exerce como uma multiplicidade de relações de força. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social (MACHADO, 1979, p. XIV-XV).

É na luta pelo poder local (político, econômico, social) que se desenrola o crime biológico de introdução e disseminação da vassoura-de-bruxa na região Sul da Bahia. De acordo com inquérito policial de número 2-169/2006-DPF.B/ILS/BA, registrado na Delegacia de Polícia Federal de Ilhéus – BA, conclui-se

[...] que a introdução e a disseminação da doença vassoura-de-bruxa na região Sul da Bahia decorreu de ato humano deliberado, não podendo ser atribuído a agentes naturais [...] sendo destacadas evidências técnicas características da ação humana deliberada não apenas na introdução, como na disseminação da infecção da Região Sul da Bahia (BRASIL, 2006, p. 18).

O resultado das investigações evidencia como foi avassaladora a disseminação da vassoura-de-bruxa na região, já que esse fungo não seguiu seu curso natural de propagação, atingindo pontos estratégicos da região Sul da Bahia, o que corroborou para que a Polícia Federal concluísse que houve “ação deliberada humana”, pois, segundo os opositores ao comportamento coronelista, “[...] a única forma de tomar o poder na região cacauieira era enfraquecer economicamente os produtores de cacau”⁴⁵. A diminuição da oferta de crédito público e privado, a queda da produtividade dos cacauais, pela vassoura-de-bruxa, a falta de apoio técnico, conjugada com a baixa do preço do cacau no mercado mundial, o aumento do custo

45 Veja na “Íntegra da denúncia registrada por Luiz Henrique Franco Timóteo” detalhamento da forma de disseminação da vassoura-de-bruxa de acordo com o depoimento do réu confesso Luiz Henrique Franco Timóteo (TIMÓTEO, 2005).

de produção, a estiagem nos anos de 1987 e 1988, contribuiu para a quebra dos produtores de cacau (ÁLVARES-AFONSO, 2000):

A ‘vassoura-de-bruxa’, reduzindo a produtividade média dos cacauais de 750 kg para 180 kg por hectare, e a produção de 400 mil toneladas atingidas, com receita cambial de US\$ 1 bilhão em 1979, situa-se hoje em torno de 100 mil toneladas, fomentou que o Brasil ficasse, outrora exportador de cacau e o segundo maior produtor mundial, passando a ser importador de cacau da ordem de US\$ 213 milhões para suprir a necessidade operacional do seu parque fabril, o que promoveu um problema social na região, ocasionando mais de 250 mil desempregados. Hoje, a produção de cacau está situada em volume inferior ao do ano inicial do órgão criado para recuperação da lavoura, a CEPLAC, há 53 anos atrás⁴⁶.

Muitos cacauicultores se endividaram, faliram, migraram, e os já absenteístas assim permaneceram. Os que não aceitaram o empobrecimento e o enfraquecimento do poder adoeceram, morreram, suicidaram-se⁴⁷. Os sentimentos de impotência e perplexidade diante da nova situação arrasaram os cacauicultores: “Quando chegou a vassoura, o produtor não estava preparado para ela. [...] ele já vinha sofrendo pelo problema da seca, problema de queda da produção, problema de adoção de tecnologia que já tinha caído, e a vassoura de bruxa, realmente, ele ficou perdido e muitos foram ao *débâcle*, mesmo” (Clóido Guanaes Mineiro, Coordenador de Planejamento do CENEX, abril de 2005). “Os cacauicultores estão, agora, na pior”. “[...] Muita gente sem dormir, sem apetite à mesa, sem planos, sem esperanças. Desânimo total. O nosso mundo caiu” (OTTONI, 1990, p. 5).

Saindo da escala território-região cacaueira, devemos considerar que os maiores problemas dos produtores de cacau – o endividamento e falta de crédito – vão para escala geográfica mais ampla, como a nacional, como demonstra a carta entregue ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 26 de março de 2010, assinada pela Associação dos Produtores do Cacau (APC), Associação dos Municípios da Região Cacaueira (Amurc), Instituto Biofábrica de Cacau (IBC) e Sindicato Rural de Ilhéus (SRI), na qual pedem a anulação de todos os contratos do

46 Trecho da carta entregue ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 26 de março de 2010, assinada pela Associação dos Produtores do Cacau (APC), Associação dos Municípios da Região Cacaueira (Amurc), Instituto Biofábrica de Cacau (IBC) e Sindicato Rural de Ilhéus (SRI). Carta entregue a Lula. Lista do Cacau. Mensagem disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 28 mar. 2010.

47 Sobre a ascensão e queda dos produtores de cacau assistir ao filme **Os Magníficos**, dirigido por Bernard Attal para o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão ao Documentário Brasileiro (DOCTV). Sobre os suicídios assistir ao documentário **O nó – ato humano deliberado**, de Dilson Araújo.

Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (PRLCB), desconto de 80% das outras dívidas e créditos para a lavoura cacaueira.

Nessa ação em específico, não aparece qualquer solicitação de adoção de políticas públicas específicas para atender aos ditos “200 mil trabalhadores” que perderam seus empregos com a crise, dando a entender que, ao recuperarem a fonte de lucro, os trabalhadores recuperarão seus empregos e o desenvolvimento regional continuará como antes. O que não se diz é que muitos desses trabalhadores deixaram a região, migraram ou já arrumaram emprego, porque não poderiam ficar indefinidamente esperando pela recuperação do trabalho nas lavouras de cacau. Já não estão mais lá nas fazendas.

Para muitos desses trabalhadores, os processos decisórios vêm nas asas do vento e aqueles só tomam conhecimento da tragédia em que estão envolvidos no momento em que ela acontece⁴⁸. Em outros termos: sem prestígio, surrupiados em seu poder de decisão, os discursos dos trabalhadores são interditados. Índios, negros, pobres fugidos das secas e guerras do sertão e pobres de toda ordem não são os destaques na história regional propagada. Suas ausências na história-geografia regional deixam a sensação de que a riqueza acumulada e/ou consumida por alguns cacauicultores foi produzida só por eles ou por geração espontânea: autorreprodução. Ao lançarem os holofotes sobre as dificuldades vividas pelos autodenominados de pioneiros e desbravadores, na construção da região, colocam na penumbra outros “bravos”, “guerreiros”, “destemidos” e “ilibados”, como mostra Andrade (2006, p. 243):

Aplica-se ao cacau o epíteto de ‘o fruto da sombra’, no sentido de que é uma árvore que exige sombreamento e que, até por isso, ajudou a preservar parte da Mata Atlântica; mas pode-se deslocar o sentido e considerá-lo fruto da sombra porque foi nessa condição que ficaram os trabalhadores – sem luz que os focasse, sem foco que os mostrasse, sem oportunidade de se apresentarem como sujeitos da história, pela condição de pouca visibilidade, de um certo obscurecimento a que foram submetidos.

Os indígenas e os negros também ficaram envolvidos em sombras, como já dito: cassaram seus nomes, denegriram sua forma de pensar e agir no mundo, não lhes permitiram transmitir aos filhos seus nomes, idioma, crenças, valores...

48 Alusão a um trecho da música intitulada Parabolicamará, do cantor e compositor Gilberto Gil. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/gilberto-gil/46234/>>. Acesso em: 06 set. 2011.

Tentaram negar sua existência – que, como oposição, afirma-se – na constituição da trama desse recorte territorial.

Nesse apagar e acender de luzes sobre o passado, presente e futuro de um território-região é que se traça a história da região cacauera da Bahia. Os destaques são dados pelos e sobre os que venceram e, como botim dessa guerra, levaram a região cacauera e, agora, na “última crise” procuram agir para não perdê-la (não perder o cacau como fonte de riqueza) de vez.

Atualmente, como há um distanciamento cada vez mais evidente entre os interesses dos cacauicultores da Lista do Cacau e os da Ceplac; e os resultados do Programa de Recuperação da Lavoura Cacauera Baiana para resolver a “última crise” não agradaram aos cacauicultores, estes lutam para inculcar a culpa pela não recuperação da lavoura à Ceplac e, por conseguinte, ao Estado, isentando-os da responsabilidade na tomada de decisão. Como publicado no o Jornal Agora *Online* (IPC... 2011):

Polêmico, o presidente do Instituto Pensar Cacau (IPC), Ágido Muniz, dispara sua metralhadora giratória e defende a extinção da dívida de R\$ 1 bilhão dos produtores de cacau, em função dos erros do Programa de Recuperação da Lavoura Cacauera da Bahia. Ele anuncia uma Ação Declaratória, iniciada na Vara Única de Ilhéus, para que seja declarada a responsabilidade civil da Ceplac e do governo federal em relação aos efeitos do PRLCB, que considera um fracasso reconhecido pela própria Ceplac através de Notas Técnicas.

Ou como diz Andrade, A. B. (2011, s/p):

Chegou o momento de guerra, onde todo “buraco” vira trincheira! Guerra na mídia, e guerra nos Tribunais. Os produtores de cacau entram numa luta sem tréguas pela anulação das dívidas infames que estrangulam a lavoura. Vítima de um crime doloso (introdução da VB) seguido por um crime culposo (o fracassado programa de combate à doença, que gerou o endividamento), é como se o cacau da Bahia tivesse levado, ‘além de queda, coice’, como se diz na roça.

Apesar desse grito de guerra, o apêndice denominativa de cacauera à região está sendo, aos poucos, substituído pelas denominações oficiais. O poder dos cacauicultores está sendo disputado por uma “multiplicidade de relações de força” à medida que eles perdem a hegemonia. E a referência geográfica de localização e político-administrativa – região Sul baiana ou Microrregião Ilhéus-Itabuna,

respectivamente – vem ganhando força, em detrimento à região econômica e cultural da “civilização do cacau”. É a região cacauzeira perdendo forças, porque perde vigor o cacau como fonte de riqueza, enfraquecendo o poder dos cacauicultores. Outra região está sendo construída.

4.7 REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: A REGIÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E A REGIÃO FALADA, ANUNCIADA

Como vimos até agora, a região cacauzeira da Bahia é um lugar que, na representação cartográfica, não existe e ao mesmo tempo tem uma existência profunda na vida de muitos que a habitam e têm lá suas delimitações, recortes territoriais, vivências, articulações, estratégias, emoções, sentimentos, dissimulações, intencionalidades. Atualmente, ela não existe como região concebida, matematicamente mensurável e representável em mapas, mas como região falada, escrita, desenhada, pintada, cantada, exaltada, amada, renegada (ROCHA, 2006).

Segundo Rocha (2006), que fez sua tese tendo como fundamento teórico-metodológico a fenomenologia, para seus pesquisados

[...] a região cacauzeira é composta pelos municípios que são mais representativos quanto à produção de cacau e pela cidade que, de uma forma ou outra, faz parte de seu cotidiano, supre suas necessidades de comércio, estudo, lazer, enfim, é o palco onde suas vidas acontecem, o lugar de sua vivência (ROCHA, 2006, p. 67).

É, portanto, uma construção social expressa pela “boca do povo”, mas omitida dos documentos oficiais, que utilizam geralmente as divisões regionais feitas pelos órgãos competentes como IBGE ou Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Assim, dependendo das referências socioeconômicas, políticas, “naturais”, ou das utilizadas pelos planejadores, dos objetivos de cada trabalho de pesquisa regional, foram sendo construídas as diversas delimitações regionais, ora recortando-se o território-região, baseado na produção cacauzeira, ora não. Abaixo, tem-se um quadro-resumo sobre as diferentes denominações do território-região cacauzeira, de acordo com as variáveis escolhidas por pesquisadores e planejadores,

em períodos distintos. Logo após há uma descrição sobre o processo de denominação da região cacaeira da Bahia.

Ano	Órgão	Denominação	Critério	Qde. de municípios
IBGE				
ZONAS GEOGRÁFICAS OU FISIAGRÁFICAS – 1945				
1945	IBGE	Zona Fisiográfica Cacaeira da Bahia	<p>– Quadro Natural, complementado por características econômicas e sociais. A Bahia ficou dividida em 16 zonas fisiográficas: Cacaeira, Extremo Sul, Litoral Norte, Recôncavo, Barreiras, Senhor do Bonfim, encosta da Chapada Diamantina, Jequié, Conquista, Chapada Diamantina, Serra Geral, Médio São Francisco, Sertão do São Francisco, Baixo Médio São Francisco, Nordeste, Feira de Santana.</p> <p>– “[...] tendo por base principal os aspectos naturais e a posição geográfica mas também considerando os aspectos socioeconômicos” (LIMA, 2002, p. 13).</p>	24
1968	IBGE	Região Cacaeira	<p>“Trata-se de um conceito inicialmente confundido com o de Zona Cacaeira determinado pelo I.B.G.E. Mais exatamente eram idênticos, só diferencando na terminologia. Mais tarde, a partir de 1968, ele passa a caracterizar os 48 municípios produtores de cacau do Sul do Estado (ASMAR, 1983, p. 22).</p> <p>“Vale salientar que esse conceito valorizava essencialmente o fator socioeconômico, minimizando o geográfico, permitindo uma visão de um mapa entrecortado e com falhas em seu interior; caso dos municípios vizinhos e não produtores de cacau (ASMAR, 1983, p. 22).</p>	48

Ano	Órgão	Denominação	Critério	Qde. de municípios
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS – 1968-1969 [1970]				
1970 (Resolução nº 1 da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Normas Geográfico-Cartográficas, de 8 de maio de 1969, publicado no DOU de 4 de dezembro 1970) (LIMA, 2002)	IBGE	Microrregião Cacaueira	<p>– “[...] substituir as Zonas Fisiográficas da década de 40 [...]” (LIMA, 2002, p.14).</p> <p>– “[...] combinações de fatos físicos, sociais e econômicos” (LIMA, 2002, p. 14).</p> <p>– “Estabeleceu 361 Microrregiões Homogêneas, sendo 28 na região Norte, 128 na Nordeste, 111 na Sudeste, 64 na região Sul e 30 na Centro-Oeste” (LIMA, 2002, p.14).</p> <p>– “Em 1968, ao elaborar uma nova divisão regional do país para fins estatísticos, o IBGE aceitou o conceito de homogeneidade, substituindo o de “zona fisiográfica”. Considerou-se homogeneidade “em torno das formas de organização da produção”, denominando-se as regiões de microrregiões homogêneas. A cacaueira era homogênea pela presença da monocultura do cacau” (DINIZ; DUARTE, 1983, p. 33).</p>	28
	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia	Microrregião Programa Litoral Sul	“Coube à CEPLAC estudar a Microrregião Litoral Sul, assim cognominada uma aglomeração de 48 municípios pertencentes às Microrregiões Tabuleiros de Valença, Cacaueira e Encosta do Planalto de Conquista.” (ASMAR, 1983, p. 23).	48
MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS – 1989/1990				
1989 (31 de julho de 1989 – Resolução da Presidência do IBGE nº. 51) (LIMA, 2002)	IBGE	<p>– Mesorregião Sul Baiano.</p> <p>– São 7 as Mesorregiões da Bahia, sendo a “Mesorregião Sul Baiano subdivida em três microrregiões: Baixo Sul, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro” (ROCHA, 2006, p.</p>	Definição da microrregião Ilhéus-Itabuna tendo como referência a polarização Ilhéus-Itabuna.	70

Ano	Órgão	Denominação	Critério	Qde. de municípios
		65). – “Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas que substituíram as Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas” (LIMA, 2002, p.15).		
1990 (Resolução da Presidência do IBGE nº. 11, de 5 de junho de 1990) (LIMA, 2002)	IBGE	Microrregião Ilhéus-Itabuna	Especificidade da produção do cacau e aglomeração urbana Ilhéus-Itabuna.	41
2008	IBGE	Região de Influência da Aglomeração Ilhéus – Itabuna	“Atualizar os estudos sobre a rede urbana considerando as transformações recentes da urbanização brasileira decorrentes da globalização da economia e dos impactos da tecnologia no território” (TRINDADE, 2011, p. 93).	[?]
CEPLAC				
1970/71 (início do diagnóstico)	CEPLAC	Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira – Região do Diagnóstico, Polígono do Diagnóstico ou Sudeste da Bahia	“Se essas oito Microrregiões eram homogêneas de per si, eram heterogêneas demais entre si para merecer um mesmo enfoque e tratamento” (ASMAR, 1983, p. 24).	89
		“Esse estudo abrangeu oito microrregiões homogêneas, sendo que a Microrregião Jequié fora tomada parcialmente. As microrregiões são: Cacaueira (28 municípios); Interiorana do Extremo Sul (6 municípios); Litorânea do Extremo Sul (7 municípios); Tabuleiros de Valença (8 municípios); Jequié (10 municípios); Encosta do Planalto de Conquista (12 municípios); Planalto de Conquista (12 municípios); e Pastoril de Itapetinga (6 municípios)” (ASMAR, 1983, p. 24).		
1974/75	CEPLAC	Grande Região Cacaueira (GARCEZ; FREITAS, 1975), termo cunhado no decorrer do <i>Diagnóstico</i> .	Complexidade Econômica (ASMAR, 1983).	89 (GARCEZ; FREITAS, 1975) ou 102

Ano	Órgão	Denominação	Critério	Qde. de municípios
		“Este conceito foi criado por nós [funcionários da Ceplac] no ano de 1974, quando de uma série de trabalhos que versavam sobre a área do diagnóstico sócio-econômico da CEPLAC. [...]. Enquanto a Microrregião Cacaueira tinha sua economia baseada no cacau, [...] a Grande Região Cacaueira representava uma complexidade econômica.” (ASMAR, 1983, p. 26).		(ASMAR, 1983, p. 26).
SUDENE				
1978	SUDENE	Região Cacaueira (área do sistema cacaueiro)	“[...] constituída pelos municípios das microrregiões homogêneas do IBGE denominadas ‘Tabuleiros de Valença’ e ‘Cacaueira’ (DINIZ; DUARTE, 1983, p. 27).	44
1983	Convênio SUDENE/Universidade Federal de Sergipe	Região Cacaueira da Bahia	A existência da lavoura cacaueira e as relações sociais por ela geradas. “[...] os municípios a serem incluídos na área de pesquisa deveriam possuir dois dos três aspectos seguintes: 1 – estar incluído na “Área do sistema cacaueiro”; 2 – possuir orientação da agricultura fortemente voltada para o cacau; 3 – estar na área de influência de Ilhéus-Itabuna como centro regional” (DINIZ; DUARTE, 1983, p. 29).	41
SEI				
2001	SEI	Região Econômica Litoral Sul da Bahia	Fatores econômicos. A SEI divide o Estado da Bahia em 15 regiões econômicas, sendo a R4, a Litoral Sul. Esta é subdividida em: Microrregião de Valença, com 27 municípios e Microrregião Ilhéus-Itabuna, com 25 municípios.	42
2007	SEI	Território de Identidade Litoral Sul	“A nova regionalização do estado, que vem sendo adotada desde 2007,	27

Ano	Órgão	Denominação	Critério	Qde. de municípios
			reagrupa os municípios segundo novos critérios e tipologias, reestruturando-os por território de identidade.” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010).	

Quadro 19 – Divisões regionais do Sul da Bahia: órgão responsável pela divisão, denominação, critérios e número de municípios que compõem – 1945-2007.

Fonte: Adaptado de Rocha (2006).

4.7.1 Zona fisiográfica cacaeira

Na década de 1940, o IBGE, tendo como critério para o retalhamento dos Estados brasileiros em zonas, recorreu ao quadro natural, complementado por características econômicas e sociais. Assim, dividiu-se a Bahia em 16 zonas fisiográficas: Cacaueira, Extremo Sul, Litoral Norte, Recôncavo, Barreiras, Senhor do Bonfim, encosta da Chapada Diamantina, Jequié, Conquista, Chapada Diamantina, Serra Geral, Médio São Francisco, Sertão do São Francisco, Baixo Médio São Francisco, Nordeste e Feira de Santana (LIMA, 2011). A *Zona Fisiográfica Cacaueira* é composta por 24 municípios. Aqui, o cacau tomou-se o elemento diferenciador da Zona, colocando a produção cacaeira em evidência. Contudo, ainda não se falava em Região Cacaueira, mas zona cacaeira.

Em 1957, no livro *Zona Cacaueira*, Milton Santos referiu-se à Região Cacaueira: “Pode-se, também, falar da existência, na Bahia, de uma verdadeira *região cacaeira*, isto é, uma área maior de que faz parte a *zona cacaeira*, e que a ela está íntima e funcionalmente ligada” (SANTOS, 1957, p. 14, grifo do autor).

Nasce, assim, abrangendo a *zona cacaeira* e às suas custas, isto é, às custas das suas necessidades e dos seus capitais, uma verdadeira região, a *região cacaeira*, cujos limites não são muito definidos, nem definitivos, mas cuja realidade se constata não apenas pelas linhas de transporte que se estabelecem, cada vez mais densas e profundas, mas pelas trocas comerciais e de toda natureza, cada dia mais intensas (SANTOS, 1957, p. 15, grifo nosso).

Mesmo que não reconheçam seus limites, as relações de poder já demonstravam certo alisamento (repressão dos conflitos) do território-região pelas forças político-sociais da época. As ramificações do poder espalhavam seus tentáculos dando certa configuração territorial. A elite cacaeira se despontava e algumas vozes já eram mais ouvidas que outras. Os sussurros de alguns eram como falar num megafone. Os “efeitos” de poder de suas palavras repercutiram “nos bares, nas camas, nos lares, na lama” (MATOGROSSO, 2011)⁴⁹. E também nos carreadores, estradas, rodovias, avenidas, jornais, tribunas, “senadinhos”. Para outros, gritos soavam como sussurros, excluídos pelas forças diferenciadoras, hierarquizadoras, como as dos índios, quilombolas, trabalhadores rurais analfabetos. Definiam-se os que poderiam mandar na região, falar em seu nome, comandá-la.

Asmar (1983) fala da Região Cacaeira, no entanto, não diz qual órgão criou essa denominação:

Trata-se de um conceito inicialmente confundido com o de Zona Cacaeira determinado pelo I.B.G.E. Mais exatamente eram idênticos, só diferenciando na terminologia. Mais tarde, a partir de 1968, ele passa a caracterizar os 48 municípios produtores de cacau do Sul do Estado (ASMAR, 1983, p. 22).

Utilizaram-se como critério para o referido recorte territorial os fatores socioeconômicos.

4.7.2 Microrregião Cacaeira

No final da década de 1960 e início da década de 1970, o IBGE criou as Microrregiões Homogêneas, em substituição às Zonas Fisiográficas, época em que foi criada a Microrregião Cacaeira, composta por 28 municípios:

A Microrregião [Homogênea] Cacaeira substitui o conceito do I.B.G.E. de Zona Fisiográfica Cacaeira, embora não coincidindo quanto aos municípios componentes; agora em número de 28.

49 Trecho da música “Mal necessário”, de Ney Matogrosso. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/ney-matogrosso/47728/>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

São eles: Almadina, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibirataia, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapitanga, Mascote, Teolândia, Ubatã, Ubaitaba, Una, Uruçuca e Wenceslau Guimarães. (ASMAR, 1983, p. 25).

Essa divisão perdurou até a década de 1980.

4.7.3 Microrregião Ilhéus-Itabuna

Na década de 1990, em substituição às Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas, o IBGE criou as Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (LIMA, 2002). São sete as Mesorregiões da Bahia, sendo a Mesorregião Sul Baiano composta por 70 municípios e subdivida em três microrregiões: Valença, Ilhéus-Itabuna (com 41 municípios) e Porto Seguro (ROCHA, 2006), (Figura 9)

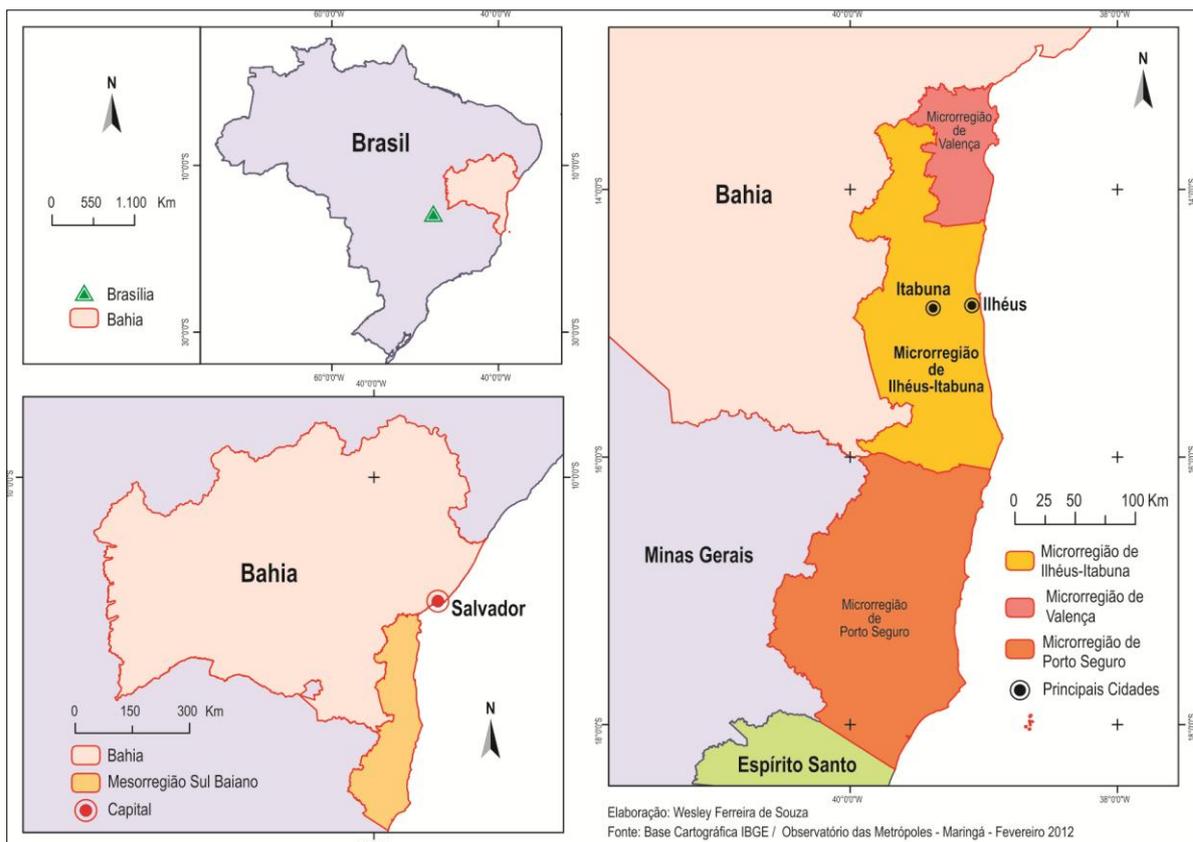


Figura 9 – Localização da Bahia no Brasil, localização da Mesorregião Sul Baiano no Estado da Bahia, destaque para a Microrregião Ilhéus-Itabuna na Mesorregião Sul Baiana.

Aqui o IBGE não fez alusão à produção cacaueteira no nome da microrregião e destacou as cidades polos de Ilhéus e Itabuna. A microrregião Ilhéus-Itabuna é constituída por 41 municípios – Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itagibá, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Jussari, Mascote, Nova Ibiá, Pau Brasil, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Uma, Uruçuca e Wenceslau Guimarães (Figura 10).



Figura 10 – Microrregião Ilhéus-Itabuna (também denominada região cacauceira da Bahia).
Fonte: IBGE(2005)

4.7.4 Região de Influência da Aglomeração Ilhéus – Itabuna

Em 2008, o IBGE criou a Região de Influência da Aglomeração Ilhéus-Itabuna, colocando ambas as cidades “aglomeração Ilhéus-Itabuna” (TRINDADE, 2011) como centros irradiadores (mas não únicos) dos novos imperativos do poder em relação ao território. Segundo Trindade (2011),

Nos primeiros anos do século XXI surge novo estudo sobre a região de influência das cidades brasileiras (IBGE, 2008) no qual se insere a *região de influência de Itabuna e Ilhéus*, onde as duas cidades aparecem como uma *aglomeração urbana com centralidade* sobre um vasto território que extrapola os limites da antiga região cacauzeira (TRINDADE, 2011, p. 91, grifo do autor).

Há, portanto, um afastamento na denominação desse espaço, do predomínio da produção e comercialização do cacau, como atividades principais na região. Outros processos, também poderosos, estão aos poucos transformando o território-região cacauzeira, e isso tem sido representado nas denominações regionais:

Até a década de 80, era possível se referir à região comandada pelas cidades de Itabuna e Ilhéus através da denominação *região cacauzeira*. A partir dos anos 90, alguns acontecimentos resultaram em mudanças de conteúdos geográficos que exigiram atualização do discurso regional, uma vez que novos vetores econômicos, políticos e culturais modificaram as relações socioespaciais na região (TRINDADE, 2011, p. 80, grifo do autor).

Saindo das divisões regionais feitas pelo IBGE, nos deparamos com divisões feitas pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, Ceplac, SUDENE e SEI.

4.7.5 Microrregião Programa Litoral Sul

Na década de 1970, a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, com finalidade político-administrativa, criou a Microrregião Programa Litoral Sul e “Coube à CEPLAC estudar a Microrregião Litoral Sul, assim cognominada uma aglomeração

de 48 municípios pertencentes às Microrregiões Tabuleiros de Valença, Cacaueira e Encosta do Planalto de Conquista” (ASMAR, 1983, p. 23).

4.7.6 Região do Diagnóstico e Grande Região Cacaueira

Na década de 1970, a Ceplac realizou o *Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira*. De acordo com seus autores, “O [...] denominado ‘Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira’, [...] abrangeu 89 municípios e 91.819 quilômetros quadrados, da codominada GRANDE REGIÃO CACAUEIRA.” (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. IX) e envolveu “[...] técnicos e instituições colaboradoras, sob o comando da CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, do Ministério da Agricultura e do IICA – Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, da Organização dos Estados Americanos” (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. IX).

O conceito de Grande Região Cacaueira foi criado por funcionários da Ceplac durante o processo de construção do *Diagnóstico*:

Este conceito foi criado por nós [funcionários da Ceplac] no ano de 1974, quando de uma série de trabalhos que versavam sobre a área do diagnóstico sócio-econômico da CEPLAC. Visava, então, contrapor-se ao conceito de Microrregião Cacaueira. Seria a macro região. Enquanto a Microrregião Cacaueira tinha sua economia baseada no cacau, tendo em Itabuna e Ilhéus os dois importantes centros urbanos e pólos de crescimento econômico, a Grande Região Cacaueira representava uma complexidade econômica (ASMAR, 1983, p. 26).

No *Diagnóstico* os técnicos e pesquisadores fizeram uma retrospectiva que abrangeu o período histórico, econômico e social de 1890-1960, além disso, enfocaram os municípios voltados para a produção cacaueira ou dependentes dela. Na década de 1970, a história da cacauicultura regional foi caracterizada pela alta lucratividade (conhecido como período áureo), havendo a necessidade de se conhecer melhor a região geradora de tanto lucro e poder controlar melhor o território-região, daí os investimentos em pesquisas regionais.

4.7.7 Região Cacaueira da Bahia

No início da década de 1980, foi elaborado o trabalho intitulado “*Região Cacaueira*” (DINIZ; DUARTE, 1983). Trata-se de mais um trabalho em que a Região Cacaueira é delimitada e denominada, tendo como critério a existência da lavoura cacaueira e as relações sociais por ela geradas. De acordo com seus autores, os municípios a serem inclusos na área de pesquisa deveriam possuir dois dos três aspectos seguintes: 1 – estar incluso na “Área do sistema cacaueiro”; 2 – possuir orientação da agricultura fortemente voltada para o cacau; 3 – estar na área de influência de Ilhéus-Itabuna como centro regional (DINIZ; DUARTE, 1983). Segundo os autores, o Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe (DG-UFS) foi encarregado, pela SUDENE, de elaborar trabalho sobre a “Área do Sistema Cacaueiro [...]” (DINIZ; DUARTE, 1983, p.7), “[...] constituída pelos municípios das microrregiões homogêneas do IBGE denominadas ‘Tabuleiros de Valença’ e ‘Cacaueira’” (DINIZ; DUARTE, 1983, p. 27). No trabalho citado acima:

Discute-se o conceito de região para se chegar à conclusão que a base conceitual que daria conta da complexidade do espaço cacaueiro como uma região seria considerá-lo como uma totalidade social, um espaço geográfico produzido por uma sociedade. Com base em estudos precedentes e em modelos de combinação de cultivos, define-se a área de pesquisa (DINIZ; DUARTE, 1983, p. 8).

Não obstante a esses fracionamentos territoriais, o governo da Bahia, por questões político-administrativas, criou a Região Econômica do Litoral Sul da Bahia.

4.7.8 Região Econômica Litoral Sul da Bahia

Em 2001, a SEI criou a Região Econômica Litoral Sul da Bahia (Figura 11), tendo os aspectos econômicos como principais critérios de divisão territorial. A SEI dividiu o Estado da Bahia em 15 regiões econômicas, sendo a Litoral Sul com 52

municípios. Esta foi subdividida em: Microrregião de Valença, com 27 municípios e Microrregião Ilhéus-Itabuna, com 25 municípios.

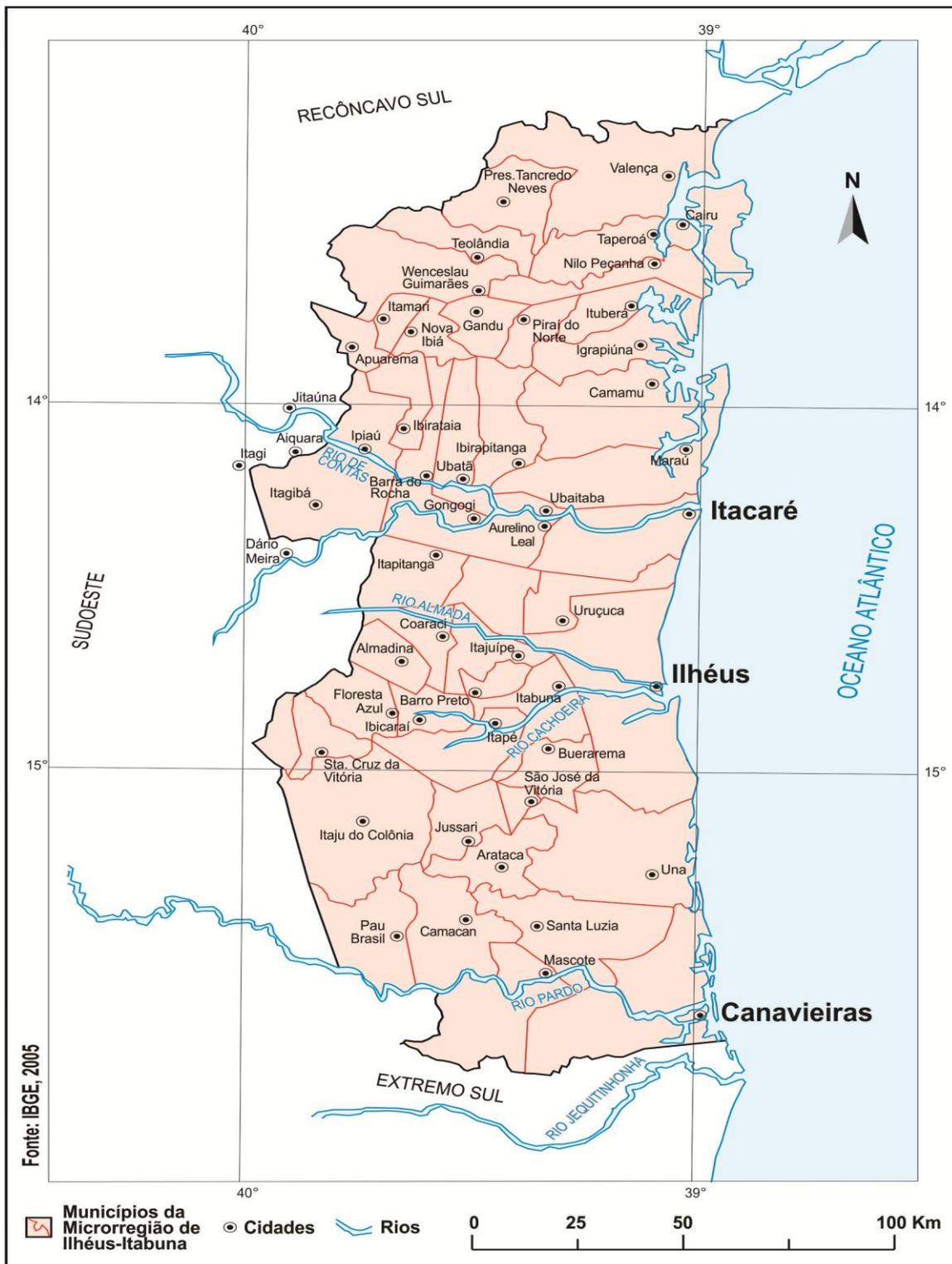


Figura 11 – Região Econômica Litoral Sul da Bahia.
 Fonte: IBGE, 2005

4.7.9 Território de Identidade Litoral Sul

Por fim, em 2007, a SEI criou o Território de Identidade Litoral Sul (Figura 12): “A nova regionalização do estado, que vem sendo adotada desde 2007, reagrupa os municípios segundo novos critérios e tipologias, re-estruturando-os por território de identidade.” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010) e inclui 27 municípios: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca.

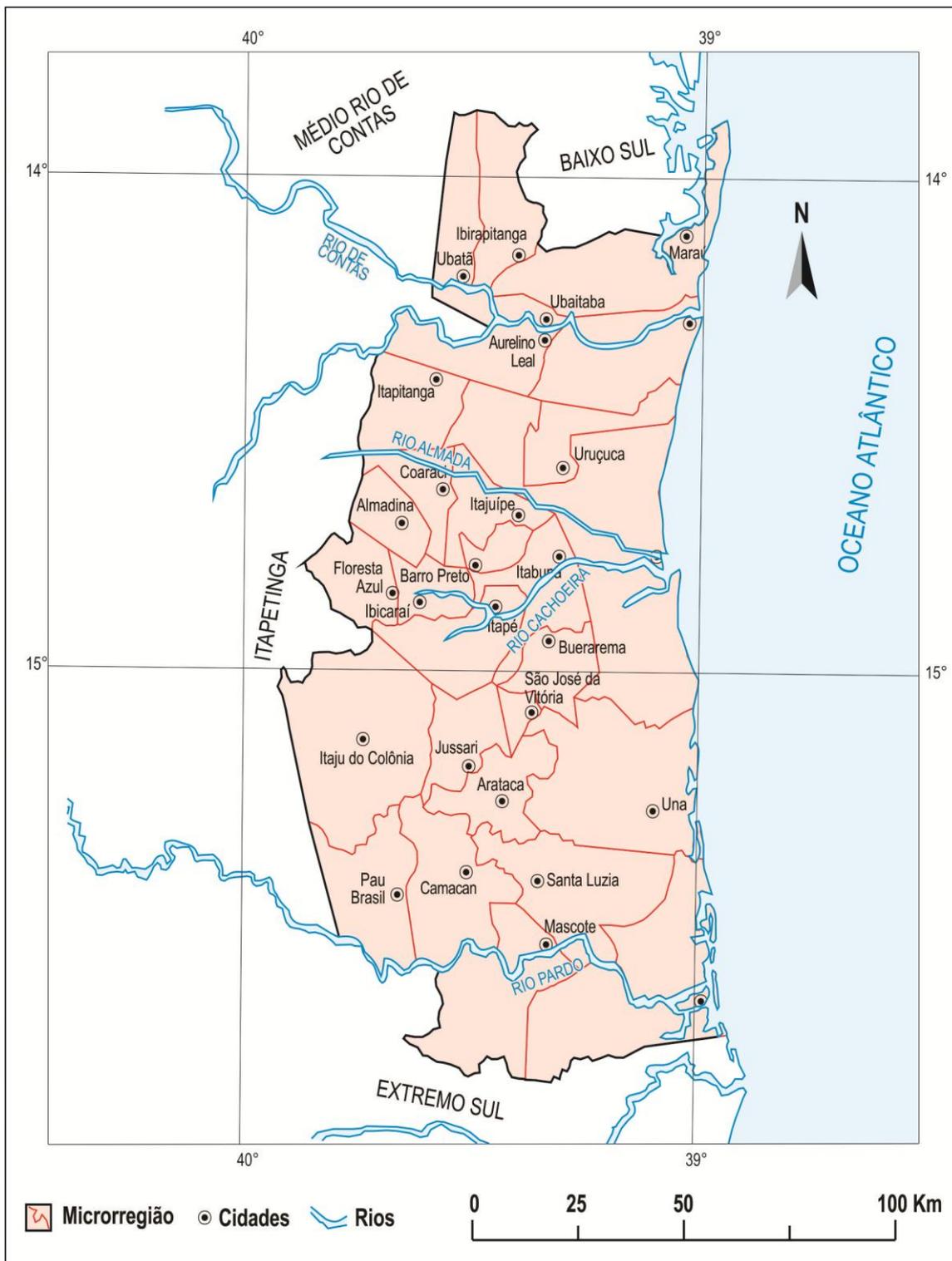


Figura 12 – Território de Identidade Litoral Sul da Bahia.
Fonte: IBGE,2005.

O que pretendemos mostrar é que atualmente a região cacaeira da Bahia é, principalmente, uma região falada, mas não assumida por divisões político-administrativas do Estado. O sociólogo Asmar (1983), na década de 1980, já alertava sobre isso:

Especificamente, o que se entende por Região Cacaueira da Bahia? A confusão também aí é enorme, seja por parte dos estudiosos, ou técnicos, escritores, políticos e habitantes do Sul da Bahia. O conceito nunca foi definido ou discutido em profundidade. Aceita-se! (ASMAR, 1983, p. 21).

Como não é cartograficamente delimitada, utilizaremos, para esta pesquisa, os dados estatísticos produzidos pelo IBGE para a denominada Microrregião Ilhéus-Itabuna. No entanto, para a análise da crise falada pelos produtores de cacau e pelos trabalhadores, vamos considerar a crise dita e feita, dita e não feita, feita e não dita por esses mesmos sujeitos, utilizando-nos da denominação região cacaueira, quando assim for referida.

No início da (re)ocupação territorial do que veio a denominar-se região cacaueira do Sul da Bahia, os principais obstáculos impostos pelo substrato referencial das relações de poder local foram as múltiplas formas de resistência dos indígenas às invasões de seus territórios e a Mata Atlântica. Domados esses obstáculos ao “poder branco”, outras dificuldades foram sendo construídas, como a “escassez de trabalhadores” e falta de infraestrutura de transporte e comercialização do cacau. Obstáculos superados, outros iam surgindo, como as crises cíclicas comandadas por processos exógenos e endógenos. Hoje os principais obstáculos ao poder dos grandes cacauicultores ao domínio do território-região estão relacionados à mudança de postura do Estado em relação à cacauicultura; os programas sociais do Governo Federal que ampliaram o poder de barganha dos trabalhadores; os movimentos de luta pela terra; o compartilhamento do poder com outros grupos. E os cacauicultores criam os mecanismos de poder para superá-los, como veremos na seção seguinte.

5 A “ÚLTIMA CRISE” DA REGIÃO CACAUEIRA SUL BAIANA: NOVOS CAMINHOS E OS NÓS DISCURSIVOS NAS TRAMAS DO PODER LOCAL

Nesta seção, fizemos a análise do discurso dos cacauicultores sobre a “última crise” regional, tendo como referência teórico-metodológica a análise dos mecanismos externos de exclusão dos dizeres e as diversas formas de relações de poder, segundo Foucault (1979, 2008a, 2008b, 2009), na constituição, consubstancialização e institucionalização do território-região cacauqueira, e demonstramos, por meio do discurso, os mecanismos de poder e resistência utilizados pelos cacauicultores para continuar a dominar a região como território, pelo uso da crise para fazer frente ao poder do Estado.

Veremos como a crise falada pelos cacauicultores se entrelaça com determinadas intencionalidades, nem sempre explícitas ou conscientes, não-ditas, mas remissivas, *hiperlincadas*, e contribuem para a institucionalização de uma crise tantas vezes repetida como sendo regional, com determinados conteúdos perfilados (e abertos para o aleatório, o indeterminado) ao longo do tempo para aumentar a potência da crise.

Os destaques e repetição com certa frequência de elementos da “última crise” regional, pelos cacauicultores, se tornam significativos porque comunicam, impõem suas ordens (RAFFESTIN, 1993), potencializam a crise e expõem suas inseguranças diante do que os ameaçam. Como forma de demonstrarmos isso, recorreremos aos enunciados sobre o crime da vassoura de bruxa (pasta com 301 mensagens de *e-mail*) e sobre o Movimento 26 de Março (pasta com 241 mensagens de *e-mail*) expressos na Lista do Cacau, nos períodos de 03/03/2009 a 30/06/2010, e as entrevistas realizadas com os cacauicultores, nos períodos de 22/03/2011 a 01/04/2011 e 17/05/2012 a 24/05/2012.

Confeccionamos quadros com: a) os títulos das mensagens enviadas para a Lista; b) quadros e tabela com os conteúdos das mensagens; e c) construímos um fluxograma da crise, segundo os cacauicultores, baseada nos procedimentos da análise do discurso, conforme seção 2 e discussões feitas no item 5.1, a seguir. Já quanto às entrevistas, fizemos tabelas representativas com o resumo das respostas às perguntas e posteriormente produzimos um fluxograma da crise, vista agora pelos cacauicultores, mas de fora da Lista do Cacau e provocadas por nossas indagações.

No aspecto teórico-metodológico, inquirimos nosso material de pesquisa sobre: quem fala, como fala, de onde fala, utilizando-se de quais meios, fala por quem, de quê, quando, com quais estratégias, quais são e a quem se destinam as ordens imperativas, os efeitos esperados, com quais objetivos, com quais intermediações espaciais. Procuramos identificar as articulações, cooperações e conflitos entre os cacauicultores e destes com outros grupos de poder local que se digladiam ou se associam para obter ou manter o controle sobre valores e determinadas matérias, substâncias naturais tornadas socialmente em recursos econômicos, fontes da produção de riquezas, símbolos de uma cultura: o cacau e a terra, em um território-região que adquire contornos e substâncias também decorrente destes embates.

O desencadear da formação discursiva sobre a crise regional deu-se principalmente decorrente de uma mudança de paradigma do Estado brasileiro e baiano com relação a cacauicultura e, por conseguinte, aos cacauicultores: houve um maior enfoque dos investimentos estatais no setor industrial em detrimento ao agrário-exportador, provocando o “abandono” aos cacauicultores.

Acrescenta-se a esta mudança a aplicação mais rigorosa das leis trabalhistas no campo, que mesmo existindo desde a década de 1960⁵⁰ (em 1963 foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural e funcionou até 1973, quando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passou a valer para todos os trabalhadores brasileiros), foram aos poucos sendo adotadas, tornando-se mais exigidas pelo Estado, inclusive pelos trabalhadores, a partir do fim do regime ditatorial brasileiro (1985); e o acirramento dos movimentos de luta pela terra no Brasil (1984 – fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)). (FERNANDES, 1996).

Os laços trabalhistas baseados no paternalismo e compadrio praticados no interior das fazendas foram aos poucos se desmantelando e as grandes fazendas ficaram suscetíveis à reforma agrária.

50 Cf. FRANK, Joseph Luce. **Rural workers and labour justice: the Estatuto do Trabalhador Rural in Brazil's Cacao Region, 1963-1973.** 2009. Tese (Doutorado)– Osgoode Hall Law School, York University, Toronto, 2009. Disponível em: <<http://ezproxy.library.yorku.ca/login?url=http://proquest.umi.com/pqdweb?did=1934999961&sid=1&Fmt=2&clientId=5220&RQT=309&VName=PQD>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

Segundo o autor: “The case study concludes that although the Ilhéus junta provided a coherent forum in which the labour rights of cacao workers were protected, the limitations of state law, and its limited recourse to effective means of coercion, allowed the cacao growers to comply with some provisions of the ETR [Estatuto do Trabalhador Rural] and to resist others. I argue that the promise of labour rights was not fulfilled in the cacao region for three reasons: the change in the political regime brought about by the military coup, structural defects in the labour law regime, and the flawed performance of the region's rural unions”.

As vozes sobre a abertura política, a intenção de maior democratização da sociedade brasileira, a maior liberdade de expressão, principalmente dos trabalhadores que tiveram suas vozes cassadas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), puderam soar aos poucos. Apesar deste contexto estar presente nos enunciados sobre a “última crise” da região cacauzeira, não é exatamente sobre eles que falam, senão em sua dispersão.

Pudemos, na análise dos enunciados sobre a crise, identificar duas tendências principais, dos cacauicultores, de resistência a este rompimento da política Estatal com a política local: a) uma, mais conservadora, que reivindica do Estado a reprodução das condições para manter a região cacauzeira nas bases de outrora e se sustenta na iluminação de determinados aspectos do passado histórico-geográfico da região para projetar o futuro deles, incluindo aí o território-região como destino comum a todos. Este movimento tem declaradamente uma postura contra as políticas públicas do Estado brasileiro adotadas para resolver a crise, contra a reforma agrária e contra o compartilhamento do território com outros grupos sociais de poder; b) outra, mais avançada, que usa o Estado para continuar mandando na região. Nessa tendência, os cacauicultores tentam construir o futuro do território-região cacauzeiro incorporando o discurso da conservação ambiental; valorização da política de industrialização interna do cacau; valorização do cacau como símbolo de *status*, saúde, bem-estar⁵¹; adoção das políticas regionais de superação da exclusão social, inserindo outros grupos locais em suas demandas, como os assentados da reforma agrária e os quilombolas. Ambas tendências não são excludentes, há imbricações de difícil dissociação entre elas.

São duas tendências discursivas que se complementam na intenção dos cacauicultores de continuarem a ter reputação (renome, estima, autoridade da hierarquia) e poder de decisão sobre o futuro deles no e por meio do uso político do território-região. Ambas as tendências têm em comum a necessidade de melhorar a reputação dos cacauicultores perante determinadas pessoas e instituições, hoje mais democráticas, pois os valores negativos atribuídos pelos “outros” a estes têm dificultado a obtenção dos seus pleitos junto ao Estado. Vamos percorrer os

51 Cf. MELLO NETTO, Durval Libânio. Exclusivo na web: agrônomo fala sobre a produção de cacau no Brasil. **G1**, São Paulo, mar. 2012. Entrevistadores: Mariana Ferrão e Fernando Rocha, Programa Bem Estar. Disponível em: <<http://globovivo.globo.com/rede-globo/bem-estar/v/exclusivo-na-web-agronomo-fala-sobre-a-producao-de-cacau-no-brasil/1867057/>>. Acesso em: 31 mar. 2012.

caminhos que nos levaram a estas identificações e às intenções dos cacauicultores em aglutinar elementos formadores do sentido que querem dar à certa crise.

5.1 APROPRIAÇÃO DOS PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS FOUCAULTIANOS PARA ENTENDER A CRISE DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA

Para analisar a crise do território-região cacauqueira, segundo a análise do discurso na perspectiva arqueológica de Foucault (2008b), é necessário antes esclarecer sobre os aspectos que nos apropriamos, no sentido de tomá-los como uso, prática teórico-metodológica.

Primeiro: para determinar as formações discursivas relacionadas a um objeto – a crise regional – não se deve: “Considerar que os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2008b, p. 36). É preciso colocar em suspenso o conjunto de enunciados construídos para fazerem sentidos, dar singularidade e permanência a um objeto, procurar fora, na dispersão, o que possibilitou a irrupção de enunciados sobre a crise do território-região cacauqueira.

Os enunciados sobre a crise cacauqueira, feitos pelos cacauicultores, remetem às mesmas formações discursivas? Como recortam a crise ao qualificá-la? Para estes, a crise da região cacauqueira baiana decorre do rompimento do Estado com a elite agrário-exportadora e maior atenção ao setor industrial? Da adoção pelo Estado de uma nova postura em relação à propriedade e uso da terra no Brasil e a conservação ambiental? Ou se concentram na desestruturação da produção, circulação e comercialização do cacau como cultura quase totalmente hegemônica em um território-região? Ou ainda: na desarticulação das instituições públicas e particulares legitimadas e legitimadoras dos discursos dos produtores de cacau? Na flexibilização do poder de decisão dos partidos políticos municipais? No deslocamento dos mecanismos de expropriação dos trabalhadores para outros sustentáculos? Na ampliação de oportunidades dos trabalhadores com os programas sociais do governo? Ou se refere à suspensão do poder reputacional (renome, estima) e do poder decisional dos cacauicultores? Ou mais: é a crise dos cacauicultores endividados?

E, no cotidiano, como a crise adquire seus contornos qualitativos? Como ela é recortada, usada, referida, falada? Como suspensão da tradição da cultura cacauera, como fruto de um crime, como uma injustiça, hecatombe da cultura cacauera? Como uma crise de todos, indistintamente? É o ruir das articulações econômicas, políticas, sociais e ambientais, secularmente construídas? Dependendo dos recortes que os cacauicultores façam em relação à crise da região cacauera, estes podem remeter para construções de formações discursivas distintas, frutos de relações de poder particulares.

Em segundo lugar, Foucault (2008b, p. 37) não recomenda: “Definir um grupo de relações entre enunciados: sua forma e seu tipo de encadeamento”. Assim, não se deve repetir o discurso dos cacauicultores na sua forma linear, já amarrado, acoplado para dar sentido, movimento e ação. Devem-se demonstrar as junções, colagens, evoluções, desalinhamentos, recortes, interrupções, feitas pelos cacauicultores sobre a crise cacauera.

Veremos que a crise específica expressa pelos cacauicultores só se constrói nos dizeres da própria crise, já que existem diversas outras formas de dizê-la, datá-la, dar-lhes conteúdo, dependendo do foco assumido, das intencionalidades e do *status* de quem fala a crise. Supor que há um mesmo enquadramento perceptivo, uma mesma análise do fato, da interligação entre os elementos constituintes da crise, uma mesma tradução para o que se fala e vê (FOUCAULT, 2008b) é uma tentativa de negar a multiplicidade, as heterogeneidades que minam e desequilibram o poder.

Em outros termos, o *corpus* de conhecimento sobre a crise não poderia ser subtraído dele mesmo (*corpus*), ser uma repetição com tendência a infinitude do que seja a crise. É preciso descobrir como este *corpus* se formou, porque se formou, quais os elementos a que recorreram para dar sustentação, os desníveis, as sobreposições, as descontinuidades. Desvendar o conjunto de regras que tornou possíveis, simultânea ou sucessivamente, descrições puramente perceptivas, mas, também, observações tornadas mediatas por instrumentos, como a estatística, representações gráficas, mapas, produções científicas partidas delas, documentos tidos como fonte da verdade primeira e única, repouso congelado no tempo esperando pelo resgate da história descompromissada, desinteressada, para que revele a verdade.

Terceiro: desfazer-se de determinadas regularidades discursivas aparentemente consolidadas, como os dizeres da crise da região cacauera da Bahia, pois “[...] são sempre, [...] categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são, por sua vez, fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros [...]” (FOUCAULT, 2008b, p. 25).

A este tema liga-se outro: “[...] segundo o qual todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; como se jamais outros já não os dissessem ou pudessem (re)-dizer” (FOUCAULT, 2008b, p. 28). Ou como diz Orlandi (2003, p. 5) usando outras palavras:

Quando interpretamos, interpretamos com sentidos já postos, evidentes, e nem sabemos como eles se formaram em nós. Estão lá. Disponíveis. Fazem parte de nossa memória, nosso 'saber' discursivo. Desde que ouvimos algo, esses sentidos estão lá prontos para 'significarem'.

Quarto: diante de uma aparente unidade discursiva – a crise da região cacauera –, procurar identificar nos enunciados dos cacauicultores, dizeres que passam a estabelecer vínculos, conexões, compatibilidade entre fatos, processos, ações, institucionalizações. Desta forma, construir, identificar as formações discursivas – jogo de relações entre os enunciados – que fazem com que surjam uma crise descritível, mesmo que inconstante.

Quinto: além disso, deve-se atentar que a crise da região cacauera, na perspectiva dos cacauicultores, como objeto factual ou mental para a qual convergem os pensamentos, sentimentos, ações, que daria unidade aos diversos enunciados, se liga a outros objetos. As palavras são as mesmas – crise regional – mas podem ligar-se a construções físico-mentais, sentimentais diferentes, encaminhar para outros sentidos e materializações, dependendo da concepção que se toma como referência. Por exemplo: a crise da região cacauera da Bahia antes de os cacauicultores terem acesso ao resultado do inquérito da Polícia Federal sobre o crime da vassoura-de-bruxa, é a mesma do que após? O que mudou? O que permaneceu? Ou ainda: a crise é a mesma com a incorporação do discurso da conservação ambiental? Se as grandes fazendas produtoras de cacau improdutivas não fossem suscetíveis à reforma agrária, qual seria o discurso sobre o uso da terra? Há, portanto, uma multiplicidade de discursos sobre a crise e que se

transformam constantemente, de acordo com os acoplamentos que fazem, tornados acontecimentos, irrupções inesperadas.

Sexto: como afunilar esta multiplicidade discursiva? Reduzi-la ao que se diz sobre o cacau e a terra como recursos econômicos? Estes também se ligam a outros objetos – o cacau como matéria; recurso econômico; alimento; símbolo de uma cultura, e assim por diante. Aqui é preciso admitir que a unidade dos enunciados sobre a crise não está no objeto crise, a qual se ligam outros e mais outros objetos. Temos que recorrer ao movimento, aos deslocamentos constantes das relações de poder e de sentidos dados às palavras, admitir que “[...] a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam” (FOUCAULT, 2008b, p. 37). Assim, o que temos que investigar é a crise no jogo das regras que a tornaram possível para os cacauicultores, durante um dado período; crise recortada por medidas de discriminação e de repressão (FOUCAULT, 2008a) a outras possibilidades de dizer, pensar, agir a crise. Crise que se diferencia na vivência cotidiana, nas instituições bancárias (pode significar inadimplência dos cacauicultores), científicas (estudo sobre um fungo, por exemplo), políticas (maior diversidade político-partidária), ambientais (desmatamento e ao mesmo tempo a conservação do cacau cabruca e das matinhas), sociais (mobilidades sociais e territoriais da população regional), enfim, geográficas (diversidade de substanciações e apropriações territoriais).

Sétimo: precisamos, então, saber qual é o jogo das regras que transformam essa crise (FOUCAULT, 2008b), que a coloca em movimento constante, com interrupções, rearranjos, descontinuidades internas. Quais são os códigos de sua enunciação – onde se pode falar dela – (Mercado do Cacau, APC, IPC, Ceplac, UESC, Unicamp, MAPA, Instituto Goethe, CNPC, Sindicatos Rurais)? Quando – em determinadas circunstâncias – (bancadas jornalísticas, assembleias, palestras, seminários, festivais, reuniões, audiências públicas)? De que forma (de acordo com os rituais cerimonialísticos exigidos a cada circunstância)? Por quem (por pessoas com falas legitimadas pelos cacauicultores, podendo ser cacauicultor ou não, por pesquisadores, historiadores, políticos, autoridades)? E quais são os conceitos e as escolhas temáticas mobilizados para darem sentido à crise?

Afinal, o que daria unidade aos enunciados dos cacauicultores? Para Foucault, isto se daria:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) (FOUCAULT, 2008b, p. 43).

O que Foucault disse acima, por convenção, trata-se de uma *formação discursiva*. Antes, porém, de termos uma formação discursiva sobre a crise, esta precisou, em determinado tempo e lugar, ter as condições históricas, socioculturais, de emergência, para que alguém falasse dela e outros falassem qualquer coisa sobre ela:

Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade (FOUCAULT, 2008b, p. 50).

E estas condições precisam ser buscadas fora (e ao mesmo tempo dentro) do próprio dizeres sobre a crise cacauera, da fala em curso. Que relações existiam e que foram rompidas para que aparecesse uma crise? Que laços econômicos, políticos, sociais, institucionais foram fragmentados? São estas condições que

determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática (FOUCAULT, 2008b, p. 51).

Em outros termos: fazer aparecer os feixes de relações que são próprias do discurso sobre a crise cacauera, em sua prática: “[...] lugar onde se forma ou se deforma, onde aparece e se apaga uma pluralidade emaranhada – ao mesmo tempo superposta e lacunar – de objetos” (FOUCAULT, 2008b, p. 54).

Quais são as *modalidades enunciativas* do discurso sobre a crise da região cacauera da Bahia? Encontramos no corpus discursivo dessa pesquisa descrições, correspondências virtuais, narrações biográficas, contos, entrevistas, dados estatísticos, teses, artigos opinativos, palestras, imagens, depoimentos.

Enfim:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2008b, p. 132-133).

Feitas estas rápidas considerações e assunções, vamos para a crise da região cacauera da Bahia, segundo os cacauicultores.

5.2 A “ÚLTIMA” CRISE DA REGIÃO CACAUEIRA: RECORTE TERRITORIAL, TEMPORAL E CONSUBSTANCIAÇÕES FEITOS PELOS LISTEIROS

Como demonstramos na seção anterior, a cadeia produtiva do cacau vem passando por crises sucessivas desde 1929, acompanhadas de intervenções estatais para salvaguardar os interesses dos cacauicultores e do próprio Estado. Na década de 1980 ocorreu mais uma dessas crises cíclicas, delimitada como decorrente da queda dos preços do cacau no mercado mundial (aumento da quantidade de países produtores, aumento da produção); índice pluviométrico abaixo do necessário para a produção do cacau na região cacauera Sul baiana; falta de investimentos na renovação e cuidados com a lavoura; baixa qualificação dos trabalhadores na lida com o cacau; suspensão da operação mata-mata⁵²; sucessivos Planos Econômicos do governo Federal (Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Brasil Novo (Plano Collor)), inflação, mudança na política cambial, diminuição na oferta de crédito (CHIAPETTI, J., 2009), mais atenção estatal à indústria em detrimento à agricultura, dentre outros alinhamentos possíveis, como nos conta um cacauicultor, citado a seguir:

52 “Mata-mata. É o seguinte. Eu tenho um custeio [empréstimo para custeio], vai vencer, vamos dizer, 31 de janeiro. Isso naquela época, né. Eu pegava aqui, em novembro, entrava com meu pedido de novo custeio para o banco. Com a inflação, o que eu devia aqui 10, com a inflação, eu já fiz um novo custeio de 15. Então, eu ia num comprador de cacau, dizia: ‘Me empresta um cheque por 5 dias’. Ele lhe dava. Trabalhavam muito na base de confiança. Ele lhe dava o cheque, você pagava os 10. O banco creditava no dia seguinte os 15, você devolvia os 10, ficava com 5. Então, isso se chamava operação mata-mata. Era o comum na região, era a operação mata-mata. Veio o Plano... Veio o fim do Plano Cruzado, mudou tudo, veio a inflação. O câmbio... O cacau ficou bem depreciado, bem no fundo do poço e para pagar um custeio com mais 70% e sem ter o respaldo de um novo custeio” (Entrevistado nº 12, 29/03/2011).

[...] Se lembra do Plano Cruzado [Plano econômico de 28 de fevereiro de 1986]? A *débâcle* veio... Um pouco antes do Plano Cruzado, houve seca e houve queda de produção e com o Plano Cruzado... [...]. No Plano Cruzado, houve um, não digo confisco... Houve a fixação do câmbio. [...]. E logo depois... 60 dias depois ou 90 dias depois, a volta, veio a volta da inflação e o cacau ficou com o câmbio preso, com o câmbio preso e os custos aumentando extraordinariamente (Entrevistado nº 12, 29/03/2011).

Segundo o entrevistado nº 12, o endividamento dos cacauicultores começou antes da vassoura-de-bruxa, decorrentes dos Planos Econômicos do governo brasileiro, tornando as dívidas agrícolas impagáveis não só para os cacauicultores, mas para todos os agricultores brasileiros que pegaram empréstimos com o governo para custeio. Isto obrigou o governo a diminuir juros, prolongar prazos de pagamento e mesmo assumir as dívidas como sendo da União, para que as instituições financeiras não entrassem em colapso. Com o intuito de contextualizar historicamente algumas falas dos cacauicultores, abaixo apresentamos um resumo dos principais planos econômicos do governo da década de 1980 que atingiram a todos (Quadro 20).

Nome / ano	Governo / autor	Principais medidas
Plano Cruzado Fevereiro de 1986	Governo José Sarney (1985 a 1990) O plano foi idealizado pelo ministro da Fazenda Dílson Funaro	<ul style="list-style-type: none"> – Congelamento de preços de bens e serviços; – Reforma monetária, alterando a moeda que passou a se chamar cruzado; – Congelamento dos salários pela média de seu valor dos últimos seis meses e do salário mínimo em Cz\$ 804,00; – Criação de uma tabela de conversão para transformar as dívidas contraídas em uma inflação muito alta em dívidas contraídas em uma economia de inflação praticamente nula; – Criação de um tipo de seguro-desemprego para quem fosse dispensado sem justa causa ou em virtude do fechamento de empresas; – Os salários passam a ser reajustados pelo chamado gatilho salarial, que estabelecia o reajuste automático dos salários sempre que a inflação alcançasse 20%.
Plano Bresser Julho 1987	Governo José Sarney O plano foi idealizado pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira	<ul style="list-style-type: none"> – Instituição do congelamento dos preços dos aluguéis e dos salários; – Criação da UPR, que serviu como referência monetária para o reajuste de preços e salários; – Desativação do gatilho salarial; – Aumento dos impostos; – Corte dos subsídios para os financiamentos agrícolas; – Suspensão da moratória e volta da negociação com o FMI.
Plano Verão Janeiro de 1989	Governo José Sarney O plano foi idealizado pelo ministro da fazenda Mailson da Nóbrega	<ul style="list-style-type: none"> – Modificação do índice de rendimento da caderneta de poupança; – Congelamento dos preços e dos salários; – Criação de uma nova moeda (cruzado novo); – Paridade da moeda com o dólar.

Quadro 20 – Resumo das principais medidas dos planos de ajustes econômicos brasileiros elaborados na década de 1980.

Fonte: Chiapetti, J. (2009, p. 77).

Todos esses Planos, conjugado com “[...] o prolongado período de baixos preços do cacau e a insuficiência de crédito, tanto público como privado, contribuíram para um declínio acentuado da produção baiana, antes dos efeitos acentuados da vassoura-de-bruxa sobre as lavouras” (BRASIL, 2009, p.7).

Segundo um dos cacauicultores entrevistados, corroborando para a crise que se instalava, os herdeiros dos antigos coronéis do cacau,

[...] não foram preparados para serem empresários de cacau, como o pessoal do café foi. [...] E esse pessoal, quando começou a crise do cacau, que veio antes da vassoura [vassoura-de-bruxa], pega o pessoal, vamos dizer, de calça na mão, na saia justa. Porque um produto que vendia-se, naquela época a 3500 dólares, passar para 700 dólares! (Entrevistado nº 12, 29/03/2011).

Além disso, os cacauais locais são suscetíveis às doenças como a Podridão-parda (*Phytophora spp*), Mal-do-facão (*Murcha-de-Ceratocystis*), Morte súbita (*Murcha-de-Verticillium*), Monilíase (*Moniliophthora roreri*) doenças de raízes, cancrios, entre outras, que precisam ser continuamente combatidas ou adotadas medidas para impedir sua entrada nos cacauais brasileiros, como é o caso da monilíase (OLIVEIRA; LUZ, 2005).

Entretanto, não foram estes fatores, e nem diversos outros, perfilados diante de uma explosão de luzes, focos iluminados pelos cacauicultores da Lista do Cacau na construção da crise cacauaieira. O que prevaleceu foi a criminalização da crise: chegada do fungo *Moniliophthora perniciosa* (antes chamado de *Crinipellis Perniciosa*) na região, conhecido como vassoura-de-bruxa⁵³, que atacou os cacauais, a partir de 1989: “O crime da vassoura-de-bruxa, a introdução criminosa da vassoura-de-bruxa, vamos dizer assim, é o elemento disparador de uma série de eventos. [...]. A região já vinha... Já existia

53 A vassoura-de-bruxa é uma das mais importantes e destrutivas doenças do cacauaieiro, chegando a causar perdas de até 90% na produção [...]. A doença foi descoberta pela primeira vez no Suriname, em 1895 [...], e embora ocorresse de forma endêmica na região Amazônica, desde o século XIX, além de estar presente em diversos países da América do Sul e Central como: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Granada, Peru, Suriname, Venezuela, Trinidad e Tobago, só foi constatada na principal região produtora de cacau do Brasil, o sul da Bahia, em 1989 (OLIVEIRA; LUZ, 2005, p. 15).

uma crise anterior, mas eram coisas inerentes a própria cultura do cacau. Coisa de mercado externo” (ARAUJO, 2012b, s/p):

A crise já vinha de muito antes, com os problemas climáticos e dificuldades para o pagamento dos créditos de custeio. A vassoura foi o golpe final, e o Estado não compareceu para apurar o fato. O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, lançado em 1995, no governo Fernando Henrique, potencializou a crise (ARAUJO, 2012a, p. B4).

No entanto, de 1989 até 2006, a chegada da vassoura-de-bruxa na região cacaueira era considerada infortúnio, uma calamidade, um evento natural do qual não se tinha controle, mera constatação do inevitável, praga que algum dia chegaria à região, diante do vai e vem das pessoas da região para outras produtoras de cacau com a vassoura-de-bruxa na forma endêmica. Os sentimentos eram de conformidade, mesmo que houvesse certa desconfiança sobre a chegada e disseminação da doença, de aceitação, pesar diante de uma praga, e como viriam a descobrir, difícil de ser erradicada e controlada:

Toda a sociedade – a gente fala assim como cacauicultor – mas toda a sociedade, parece que a bruxa, ela enfeitiçou tudo. Não só os cacauicultores, mas toda a sociedade, todos esses 3 milhões de habitantes desta região do Sul da Bahia, via a coisa de uma forma normal, né! Natural, como se nada tivesse acontecido e esse crime da vassoura-de-bruxa é um escândalo mundial, está arquivado, está abafado [...] (SANTO, 2012, s/p).

Com a vassoura-de-bruxa, na sua face mais virulenta, as colheitas vinham, poucas toneladas eram colhidas, e os compromissos assumidos não eram cumpridos, as fazendas de cacau eram desvalorizadas, adjudicadas para pagar os direitos trabalhistas dos ex-empregados ou desapropriadas para se fazer a reforma agrária. Muitos cacauicultores já endividados e sem o crédito de outrora, empobreceram rapidamente, deixaram de cumprir seus compromissos financeiros e acumularam dívidas. No dizer de um ex-cacauicultor, empobrecido pela crise: “A queda foi brutal. Muitos entraram em pânico. Porque você imagine, você colher 3 mil arrobas de cacau e de repente você não colhe 500. A sua estrutura emocional, ela dá uma pancada” (JORGE, 2009, s/p).

Prevalecia a desolação, o desconsolo, a tristeza e uma identidade imposta pelos “outros”, aos cacauicultores como falidos, endividados e desmazelados com a lavoura, dentre outros adjetivos depreciativos.

Segundo a Ceplac (BRASIL, 2009), já havia uma crise instalada na região cacauieira do Sul da Bahia e a implantação e disseminação da vassoura-de-bruxa foram agregadas a outros fatores adversos. Assim, a queda do preço da arroba do cacau no mercado mundial e os problemas econômicos internos fizeram com que os cacauicultores diminuíssem os investimentos na própria lavoura – lida, uso de insumos, renovação dos cacauais – e quando a vassoura-de-bruxa chegou, foi só mais um agravante.

Por isto: “A queda da produção de cacau da Bahia, a partir de 1987/88, não reflete o efeito da vassoura-de-bruxa” (BRASIL, 2009, p. 10), mas a conjunção de fatores anteriores. De acordo com os cacauicultores, a aglutinação desses fatores, com o tempo, foi agravando a situação e muitos não conseguiram sair desta sobrecarga de problemas.

De acordo com Brasil (2009, p. 22):

O agravamento da crise da lavoura cacauieira, em 1995, levou o Governo Federal a criar o Programa de Recuperação da Lavoura Cacauieira Baiana – PRLCB, com o objetivo de promover a recuperação das plantações, conter o avanço da vassoura-de-bruxa e aumentar a produção de cacau.

Não houve repasse de dinheiro diretamente para os produtores, para que usassem como quisessem, como eram as recomposições das dívidas realizadas pela Ceplac nas décadas de 50, 60 e 70 (Ver seção posterior). Houve o atrelamento da liberação dos empréstimos ao cumprimento do Programa, dividido em 4 etapas, segundo o quadro a seguir:

Etapas	Períodos	Ações	Problemas
1 ^a -2 ^a	1995 – 1996	– “[...] remoção de material infectado e do rebaixamento de copa do cacauieiro, com o principal objetivo de conter o avanço do fungo” (BRASIL, 2009, p. 23).	– Pouca adesão ao Plano – 16% de adesão, dos 25.000 produtores; – “[...] os produtores ficaram impossibilitados de gerar receitas suficientes para saldar os passivos assumidos, e os empréstimos contraídos não produziram os resultados esperados sobre as suas lavouras” (BRASIL, 2009, p. 23).
3 ^a -4 ^a	2001 – [...]	– “[...] substituição de plantações susceptíveis, através da recomposição de stand e da enxertia	– Diminuição da quantidade de adesões, caiu de 16 para 6%. – os cacauicultores que não tinham conseguido pagar os empréstimos da 1 ^a e 2 ^a etapas não

Etapas	Períodos	Ações	Problemas
		de cacauzeiros com material resistente (BRASIL, 2009, p. 23).	<p>puderam executar as 3ª e 4ª etapas, diminuindo a adesão ao Plano.</p> <ul style="list-style-type: none"> – receio das instituições financeiras em liberar os empréstimos para cumprimento das etapas do Plano; – os cacauicultores ficaram receosos com a radicalidade das ações da 1ª e 2ª etapas; – os resultados eram de médio e longo prazos e os cacauicultores precisavam de ações com resultados mais imediatos; – não havendo combate da vassoura-de-bruxa por todos os cacauicultores, as medidas tornam-se pouco eficientes, porque o fungo de uma fazenda se alastrava para as outras.

Quadro 21 – Plano de Recuperação da Lavoura Cacauzeira - etapas, períodos, ações e problemas em sua execução.

Vejam: houve uma assincronia entre as fases 1 e 2 e o restabelecimento das condições – aumento da produção/preço do cacau – para a obtenção de lucro suficiente para o pagamento dos empréstimos contraídos para atender ao Programa. Há assim, uma diminuição da adesão dos cacauicultores ao Programa, de 16% para 6%, já que a liberação de novos empréstimos estava condicionada ao pagamento dos empréstimos anteriores e a execução das fases 1 e 2. 16% (4.000 cacauicultores) dos cacauicultores ficaram com empréstimos bancários, sem que houvesse a retomada das condições de produção da riqueza anteriores.

O alinhamento desse quadro de infortúnios aflorou os sentimentos de aflição, angústia, desolação, dos cacauicultores. Então o quadro de aceitação (inconformada) de infortúnios foi alterado e despertou outros sentimentos quando a revista *Veja*⁵⁴, revista semanal brasileira de maior tiragem (MAKHOUL, 2009), na edição de 21 de junho de 2006, publicou matéria intitulada: “Terrorismo biológico: petistas são acusados de disseminar a praga que destruiu a lavoura de cacau no sul da Bahia” (POLICARPO JÚNIOR, 2006).

A revista *Veja* considerou o delito denunciado primeiramente como terrorismo biológico: imprescritível e com penalidade que pode ultrapassar 15 anos de detenção, dependendo da gravidade do caso. Terrorismo biológico é a disseminação de agentes biológicos – fungos, bactérias, vírus, fungos, ou

54 Neste caso é relevante lembrar que “No primeiro mandato de Lula, principalmente em 2005 e 2006, o semanário [Veja] deixou o jornalismo de lado e trabalhou para tirar o PT do poder” (MAKHOUL, 2009, p. 198), podendo, neste caso, ser a denúncia de terrorismo biológico e de sabotagem, também uma estratégia da revista para alcançar seu intento.

toxinas, com o intuito de provocar o terror, pânico, medo e criar “[...] um estado de insegurança generalizada, com o objetivo de alcançar determinados fins” (PEREIRA, 2003, p. 26).

O terrorismo no Brasil está previsto na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. No art. 2º da referida lei consta o seguinte:

[...] os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o *terrorismo* são insuscetíveis de: I - anistia, graça e indulto; Causas de Extinção da Punibilidade; II - fiança. (Alterado pela L-011.464-2007); III – Irretroatividade da Lei Penal (BRASIL, 1990, grifo nosso).

Em matéria subsequente intitulada: “A caça às bruxas. A Polícia Federal abre investigação sobre denúncia de que o cacau na Bahia foi alvo de sabotagem” (POLICARPO JÚNIOR, 2006, s/p), o terrorismo biológico foi transformado em sabotagem. Neste enquadramento poder-se-ia recorrer à Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, art. 16: “Integrar ou manter associação, partido, comitê, entidade de classe ou grupamento que tenha por objetivo a mudança do regime vigente ou do Estado de Direito, por meios violentos ou com o emprego de grave ameaça. Pena: reclusão, de 1 a 5 anos” (BRASIL, 1983).

A partir da primeira matéria da revista *Veja*, foi aberta uma sindicância no MAPA, na Ceplac⁵⁵; formou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), (LIDERANÇA DO PT BAHIA, 2006, s/p) e foi aberto inquérito policial na Delegacia de Polícia Federal de Ilhéus-BA visando “[...] apurar suposta introdução e disseminação criminosa da doença vassoura-de-bruxa nas lavouras de cacau no sul da Bahia” (BRASIL, 2006, p. 1), conforme denúncia feita pelo réu confesso Luiz Henrique Franco Timóteo⁵⁶, à *Veja*. E a notícia correu à região como “fogo no monturo”, nos dizer dos cacauicultores.

55 Segundo Dílson Araújo, essa sindicância “[...] não só chega a materialidade, como mostra indícios da participação de cinco servidores da Ceplac na infração administrativa” (ARAUJO, 2012a, p. B4).

56 As palavras do autodenunciado Luiz Henrique Franco Timóteo perderam credibilidade quando divulgou-se que, segundo o blog Pimenta na Muqueca, este “[...] é casado com Sandra Cássia de Souza, mãe do goleiro Bruno, ex-atleta do Flamengo e acusado de mandar matar a ex-amante Eliza Samudio” e se envolveu no caso. PIMENTA NA MUQUECA. “**Bioterrorista**” é padrasto do goleiro Bruno. 10 jul. 2010. Disponível em: <http://www.pimenta.blog.br/tag/franco-timoteo/>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

Ver também entrevista de Luiz Henrique Franco Timóteo concedida à Rede TV falando do seu envolvimento no caso do assassinato da ex-amante do goleiro Bruno. Disponível em: <<http://www.redetv.com.br/atardeesua/video/314349/padrasto-do-goleiro-bruno-garante-que-eliza-samudio-esta-viva.html>>. Acesso em: 04 abr. 2013.

Diferentemente da Veja, a Polícia Federal de Ilhéus enquadrou os delitos praticados como disseminação de praga e formação de quadrilha. Pelo que consta no relatório do inquérito policial da Polícia Federal de Ilhéus-BA (inquérito nº 2-169/2006-DFP.B/ILS/BA, instaurado em 21/06/2006), concluiu-se três fatos:

a) “[...] reputa-se indubitável que a introdução e a disseminação da doença vassoura-de-bruxa na região sul da Bahia decorreu de ato humano deliberado, não podendo ser atribuído a agentes naturais” (BRASIL, 2006, p. 18);

b) ainda de acordo com o inquérito, os delitos de difundir doença ou praga que possa causar dano à floresta, plantação ou animais de utilidade econômica (artigo 259 do Código Penal brasileiro) e a associação de mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes (artigo 288 do Código Penal Brasileiro), tinham prescritos desde 2004;

c) faltam provas – “míngua de outros elementos de convicção” – de que os denunciados tenham praticado tais delitos (BRASIL, 2006, p. 19).

Diante disso, os autos do inquérito da Polícia Federal de Ilhéus (n. 2006.33.11.006390-3) foram encaminhados ao Ministério Público Federal, que pela procuradora da República, Fernanda Alves de Oliveira, promoveu o arquivamento do inquérito em 19 de abril de 2007 (BRASIL, 2007). De acordo com a “Promoção de Arquivamento”, há

[...] razoável possibilidade de ocorrência do delito descrito no art. 259 do CP [Código Penal] [...] e, eventualmente, do descrito no art. 288, do CP, pelo que se justificaria o prosseguimento das investigações visando a melhor elucidar a autoria delitiva, uma vez que, para oferecimento de denúncia, há necessidade de um lastro probatório mínimo, consubstanciado em indícios de autoria e prova da materialidade do crime (BRASIL, 2007, p. 301).

Em outros termos: a implantação e disseminação da vassoura-de-bruxa na região cacauzeira da Bahia decorreu de “ato humano deliberado”, mas não foi possível imputar culpa pelo Estado aos denunciados por Luiz Henrique Franco Timóteo, pela ausência de indícios de autoria e de provas. No Quadro 22, é apresentado síntese da sequência dos acontecimentos, desde a denúncia à revista Veja até o arquivamento do inquérito.

ABERTURA DO INQUÉRITO
<p>Denúncia</p> <p>↓</p> <p>A introdução e disseminação da vassoura-de-bruxa na região cacauzeira do Sul da Bahia foi criminosa</p>
<p>Denunciante</p> <p>↓</p> <p>Luiz Henrique Franco Timóteo</p>
<p>Denunciados</p> <p>(e profissão dos denunciados em 2006, segundo o réu confessou no inquérito da PF)</p> <p>↓</p> <ul style="list-style-type: none"> – Luiz Henrique Franco Timóteo – auto-denunciado – Geraldo Simões – ex-prefeito de Itabuna e presidente da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) – Jonas Nascimento – encarregado de assuntos pedagógicos do Cenex/Ceplac – Elieser Correia – Diretor do Centro de Extensão e Educação Cenex/Ceplac – Everaldo Anunciação – ex-Coordenador Geral de Apoio Operacional da Ceplac – Wellington Duarte – Coordenador Geral de Apoio Operacional e substituto eventual do diretor da Ceplac
<p>Quem são?</p> <p>(partido político a que pertencem)</p> <p>↓</p> <p>Funcionários da Ceplac militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), exceto o denunciante, militante do Partido Democrático Trabalhista (PDT)</p>
<p>Por quê?</p> <p>(motivos para o crime)</p> <p>↓</p> <p>Enfraquecer economicamente os produtores de cacau, quebrar o poder econômico destes e o PT “tomar conta”</p>
<p>Período</p> <p>(do crime)</p> <p>↓</p> <p>Entre os anos de 1989 – 1992</p>
<p>Quando?</p> <p>(Data da abertura do inquérito)</p> <p>↓</p> <p>21 junho de 2006</p>
<p>Delitos e possíveis punições pelo Estado</p> <p>(de acordo com o inquérito)</p> <ul style="list-style-type: none"> – Difundir doença ou praga que possa causar dano a floresta, plantação ou animais de utilidade econômica. – Reclusão de 2 a 5 anos, e multa. – Associação de mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes. – Reclusão de 3 anos.

<p>Situação (do inquérito)</p> <p>↓</p> <p>– Arquivado. Motivos: prescrição da intenção punitiva do Estado em 2004 e falta de provas contra os denunciados.</p>
<p>MATÉRIA DENÚNCIA – REVISTA VEJA</p>
<p>Denúncia</p> <p>↓</p> <p>Bioterrorismo: introdução e disseminação da vassoura-de-bruxa na região cacauieira do Sul da Bahia</p>
<p>Auto-denunciado</p> <p>↓</p> <p>Luiz Henrique Franco Timóteo</p>
<p>Quem? (partido a que pertence)</p> <p>↓</p> <p>Militante do Partido Democrático Trabalhista (PDT)</p>
<p>Em que veículo foi feita a denúncia?</p> <p>↓</p> <p>Revista Veja</p>
<p>Quando?</p> <p>↓</p> <p>21 junho de 2006</p>
<p>Por quê? (motivos para o crime segundo Luiz Henrique Timóteo no inquérito da Polícia Federal, no documentário <i>O nó – ato humano deliberado</i> e o Jornal Diário do Sul)</p> <p>↓</p> <p>– Atingir a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, na época concorrendo como membro do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república: Geraldo Simões é compadre do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e filiado ao PT.</p> <p>– Atingir o PT.</p> <p>– Dar utilidade à Ceplac e justificar sua continuidade como instituição, qual seja, combater a praga vassoura-de-bruxa.</p>
<p>Delitos apontados pela revista Veja, possíveis punições pelo Estado e situação atual</p> <p>↓</p> <p>– Terrorismo biológico – delito não prescritivo. Punição: até mais de 15 anos de reclusão, dependendo da gravidade. Situação: não investigado considerando esse enquadramento jurídico.</p> <p>– Sabotagem – delito não prescritivo. Punição: 1 a 5 anos de reclusão. Situação: não investigado considerando esse enquadramento jurídico.</p>

Quadro 22 – Bioterrorismo: implantação e disseminação da vassoura-de-bruxa na região cacauieira do Sul da Bahia – denúncia, denunciante, acusados, período, motivos, delitos, punições possíveis e situação atual

Fonte: Brasil (2006); Terrorista... (2006, p. 7) e Almeida (2012).

Com a confirmação de que a vassoura-de-bruxa foi propositadamente disseminada na região produtora de cacau da Bahia, os ânimos se acirraram, pois vítimas de uma fatalidade, os produtores de cacau passaram a ser vítimas de “terrorismo biológico”, de “sabotagem” motivados por fatores político-ideológicos – destruição de um grupo de poder ou diminuição do poder do mesmo, por militantes do PT, partido de “esquerda”, com o intuito de ascensão deste ao poder local.

Decorre daí a mudança de ânimos, que de resignação passa a ser o da revolta, incredulidade, sentimentos tornados potência na luta dos cacauicultores. No Quadro 23, apresentamos os sentimentos expressados na Lista pelos cacauicultores sobre o crime da vassoura-de-bruxa no território-região.

Sentimentos despertados pelo crime da vassoura-de-bruxa nos cacauicultores	
Amargura	Insegurança jurídica em relação à propriedade da terra
Angústia	Mágoas por serem chamados de egocêntricos.
Castigo (sentiram-se castigados)	Pagadores dos pecados alheios
Com medo de seus sentimentos, porque está a ponto de idolatrar a irresponsabilidade.	Revolta
Corretos (traídos)	Sensação de perda
Descrença no Estado e na justiça brasileira.	Sofredores de castigos físicos ou pena de morte
Desespero	Sofrimento
Esperança que a justiça seja feita, mesmo após a morte dos cacauicultores.	Tristeza
Esperançosos	Vergonha
Falta de esperança para quem já passou dos 60 anos em ver a solução dos problemas dos cacauicultores.	Vítimas de dívidas insanas, imorais e espúrias
Incredulidade	Vítimas de salafrários
Infortunados	Vítimas de um crime bárbaro
Injustiçados	Vítimas de um crime biológico

Quadro 23 – Lista do Cacau – crime da vassoura-de-bruxa – sentimentos despertados nos cacauicultores.

Fonte: Lista do Cacau. Temática: Crime da Vassoura de Bruxa. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período: 27 fev. 2009 a 19 nov. 2010.

Carregada de emoções, aqui – 1989 – é delimitada temporalmente a crise cacauera do Sul da Bahia, consubstanciada por um delito: a introdução e disseminação de uma praga – a vassoura-de-bruxa. Os outros recortes possíveis tornaram-se opacos, subjugados, sem brilho:

[...] a lavoura andava muito bem até 1988, 'voava em céu de brigadeiro', anotados apenas alguns acidentes de percurso, que a história registra como 'tropeços', no andamento natural do que concerne a qualquer atividade humana. No seu gráfico institucional,

nada se assemelha a uma planície, e fica mais para um relevo geográfico, entremeado de vales e montanhas, formando no seu perfil uma linha sinuosa que sobe e desce, sem uma frequência definida. Tudo tem altos e baixos, com grande nitidez apenas, o marco da introdução da vassoura de bruxa – VB – que abalou as estruturas de uma civilização construída com suor e sangue (LISTEIRO nº 6, 31/08/2010).

A partir da constatação de que houve um crime, muitos elementos dispersos foram sendo acoplados, criados mecanismos para dar sentido, energia renovada à crise e à vida de muitos cacauicultores. Entretanto, somente as matérias da revista *Veja* não foram suficientes para mobilizar e configurar melhor a crise cacauífera pelos cacauicultores. Foi preciso que os mesmos tivessem acesso à conclusão do inquérito da Polícia Federal de Ilhéus, o que só ocorreu em 2009, mesmo o inquérito tendo sido concluído em 2006. Segundo Paulo Cortizo, foi difícil os cacauicultores terem acesso ao inquérito:

Foi difícil nós conseguirmos. Nós não tivemos acesso, na justiça federal, desse inquérito. Após muitas negociações um historiador de Ipiaú, nosso amigo Dílson Araújo, que conseguiu e nos passou às mãos para que seja anexada ao processo jurídico que nós temos contra a União (CORTIZO, 2010, s/p).

A partir daí, este documento foi transformado em monumento grandioso, valorado, no intuito de contribuir para a perpetuação de um acontecimento relevante na história do território-região cacauífera; um trunfo, compondo também o que é a região cacauífera; e foi espalhado como “rastro de cobra”, divulgado. Agora o Estado legitimamente poderia intervir à favor dos cacauicultores, porque eram vítimas de um crime. Na Lista do Cacau, separamos mais de 300 mensagens cujos assuntos principais foram o crime da vassoura-de-bruxa, o inquérito da Polícia Federal de Ilhéus e o uso estratégico que dariam às conclusões do inquérito, como se pode ver no Quadro 24.

Assuntos dos e-mails	QDE.	Assuntos dos e-mails	Qde.
CRIME DA VASSOURA DE BRUXA. MILHARES DE VÍTIMAS VOCÊ É UMA DELAS.	21	CARTA AOS ESTUDANTES DA UESC. (UM CRIME SEM CRIMINOSO, MAS COM MILHARES DE VÍTIMAS).	3
TERRORISMO BIOLÓGICO NO CACAU DA BAHIA.	17	CRIME DA VASSOURA DE BRUXA. (UM CRIME SEM CRIMINOSO E COM MILHARES DE VÍTIMAS).	3
a ação judicial , morreu junto com os	15	Chega de MIRAGEM	3

Assuntos dos e-mails	QDE.	Assuntos dos e-mails	Qde.
predutores?			
TERRORISMO BIOLÓGICO (DESABAFANDO).	12	Cobras [BB = Banco do Brasil]Judiciais	3
TERRORISMO BIOLÓGICO NO CACAU DA BAHIA. (O CRIME COMPROVADO).	11	Comissão Agricultura-AUDIENCIA PÚBLICA SENADO	3
Estratégia de luta	10	(GRANDES GUERREIROS.)	3
CRIME DA VB E CUSTO DE CÓPIAS	9	negociação na fazenda _UM BOM ADVOGADO	3
Geraldo Simões lança manifesto em defesa do porto sul	7	primeira "coisa julgada"	3
Convite	7	PROPOSTAS AO GRUPO BRASÍLIA	3
Relatório Polícia Federal	7	Vou pescar?	3
TENTATIVA DE GOLPE!!!!!!!!!!!!	7	A história da Vassoura de Bruxa em vídeo-VEJAM	2
TERRORISMO BIOLÓGICO	7	Ação Coletiva	2
VASSOURA DE BRUXA - PESQUISA ESALQ PIRACICABA	7	convivência com a vassoura de bruxa	2
CRÔNICA AQUI PAPAI, FOI TUDO QUE CONSEGUI...	6	CRIME DA VASSOURA DE BRUXA. (O CRIME SEM CRIMINOSO).	2
Esqueceram de nós	6	CRIME DA VB E CUSTO DE CÓPIAS	2
TERRORISMO BIOLÓGICO (AGRADECIMENTOS).	6	Esclarecimento a Deroaldo crime da vb	2
E agora	5	Pagar R\$ 107 mil (R\$100, 00 DE CADA)para quem? e para que?.Re: [Bulk] FW: Doc. vassoura de bruxa	2
Problemas iguais	5	PENSAR CACAU - NOVOS TEMPOS NOVOS DIAS	2
Prescrição do crime	5	(sem assunto)	2
(TERRORISMO BIOLÓGICO), ATÉ QUANDO VAMOS FINGIR?	5	SUPERINTENDENTE DO B. DO BRASIL 2	2
TERRORISMO BIOLÓGICO NO CACAUAL DA BAHIA.	5	TERRORISMO BIOLÓGICO. (CONCLUSÃO DA POLÍCIA FEDERAL NA MÃO DE LULA).	2
cabruca, jamais como antes	4	TERRORISMO BIOLÓGICO NO CACAU, (E NA CONSCIENCIA DO PRESIDENTE LULA).	2
Polícia Federal -VB e Ministro Jorge Hage	4	Valor da desapropriação.....Re: TERRORISMO BIOLÓGICO NO CACAU DA BAHIA. (O CRIMECOMPROVADO).	2
VASSOURA DE BRUXA. UM CRIME SEM CRIMINOSO, MAS COM MILHARES DE VÍTIMAS. VÔCE É UMA DELAS!	4	Mensagens únicas	31
Total			301

Quadro 24 – Lista do Cacau – crime da vassoura-de-bruxa: assuntos (enunciados) dos e-mails.

Observação: foi mantida a forma da escrita do título dos assuntos.

Fonte: Lista do Cacau. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período: 27 fev. 2009 a 19 nov. 2010.

Pelos títulos e conteúdos das mensagens de e-mail (Tabela 3), os cacauicultores assumiram o enquadramento do delito cometido como sendo

terrorismo biológico e colocaram toda a população da região cacauzeira do Sul da Bahia como vítimas. O passado é relido, reconstruído e a crise cacauzeira, diante do novo acontecimento, foge do discurso sempre reto, infinita linha do tempo, sem lacunas, rasuras, contradições, enxertos, esquecimentos, lembranças reconstruídas. A história-geografia do território-região é reconstruída, inclusive os sentimentos, agora com a consistência de um inquérito da Polícia Federal.

Feitos estes dois enquadramentos: 1) crime biológico; 2) contra um território-região, os cacauicultores passaram a discutir como utilizar o resultado do inquérito, quais as estratégias a serem adotadas para: a) obter o reconhecimento social e jurídico do seu poder, porque são vítimas de um crime; b) conseguir com isto reverter a forma como a sociedade negativamente os identificam; c) a adesão da população à sua causa; d) reunir forças para pressionar o Estado com o objetivo de obter a anulação das dívidas contraídas para atender ao PRLC e ao Plano de Desenvolvimento e de Diversificação Agrícola na Região Cacauzeira do Estado da Bahia (PAC do Cacau)⁵⁷; e) suspender a aplicação do índice de produtividade para fim de reforma agrária em suas propriedades; f) restituir a propriedade e posse das grandes fazendas que foram objeto de reforma agrária baseada no baixo índice de produtividade; g) restabelecer o crédito agrícola; h) obter ressarcimento por danos materiais e morais.

Na Tabela 3, temos os conteúdos dos *e-mails* sobre o crime da vassoura-de-bruxa, em que as discussões apontam nos sentidos descritos acima.

Tabela 3 – Lista do Cacau: conteúdo dos *e-mails* sobre o crime da vassoura-de-bruxa

Conteúdo dos <i>e-mails</i> – crime da vassoura-de-bruxa	Qde.	%
O uso do inquérito da Polícia Federal para pressionar o Estado – procurando advogados que os defendam no caso do crime da vassoura-de-bruxa; considerando que a saída para a crise é através da justiça, da lei. Falando sobre os passos do inquérito da Polícia Federal: tramitação, prescrição, acesso.	69	17,51
Falando sobre a divulgação do Inquérito da Polícia Federal – discussão de onde divulgar, como divulgar, porque divulgar, solicitando cópia, dando contribuições monetárias para a divulgação, solicitando ajuda para divulgação. Dizendo que é necessário chamar a atenção da opinião pública sobre o crime da vassoura-de-bruxa. Carta enviada aos alunos da UESC sobre o crime da vassoura-de-bruxa.	48	12,18
Terrorismo biológico – listeiros falando que a prática ilícita praticada no caso do crime da vassoura-de-bruxa é o terrorismo biológico ou bioterrorismo e os acusados são terroristas. Crime de lesa-pátria.	30	7,61
Relatando a vivência pessoal da crise. Congratulações, apoios, elogios, dando força aos cacauicultores que divulgaram o inquérito e que deram depoimentos	26	6,60

57 Plano de Desenvolvimento e de Diversificação Agrícola na Região Cacauzeira do Estado da Bahia (PAC do Cacau), criado através da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008).

Conteúdo dos e-mails – crime da vassoura-de-bruxa	Qde.	%
na Lista sobre o crime da vassoura-de-bruxa.		
Divisões entre os cacauicultores – desunião, falta de organização, falta de liderança, falta de garra, falta de participação nas entidades de classe, falta de cooperação, falta de pensamento coletivo. Considerando que a desunião e a vassoura-de-bruxa foram responsáveis pela falência dos cacauicultores.	21	5,33
Necessidade da intervenção do Estado – dívidas – falando sobre a nulidade de todas as cobranças (dívidas) dos planos de recuperação da lavoura cacaueteira; considerando o cancelamento das dívidas ser a única forma de recuperação da lavoura cacaueteira; querendo o cancelamento das dívidas; querendo a resolução do PESA e Securitização. Anulação das dívidas e punição aos culpados.	16	4,06
Reforma Agrária – índice de produtividade: desapropriações das fazendas pelo INCRA, com base nos índices de produtividade, considerados impossíveis de serem alcançados com o advento da vassoura-de-bruxa. Considerando os funcionários do INCRA como representantes do movimento dos sem-terra e não técnicos na aplicação da lei. Discussões sobre a intenção do governo Lula em aumentar o índice de produtividade. Considerações sobre a aplicação do índice de produtividade às grandes propriedades cacaueteiras vítimas da vassoura-de-bruxa.	14	3,55
Ceplac – condenando as práticas de controle da vassoura-de-bruxa; comentários sobre o inquérito administrativo aberto pelo MAPA: considerando que há falta de transparência e divulgação dos resultados; despreparo da Ceplac em combater o fungo.	13	3,30
A ação do Estado [governantes] – falta de ação; propagação enganosa sobre a crise (dizendo que a mesma está resolvida); silêncio, omissão na resolução do crime da vassoura-de-bruxa e no cancelamento das dívidas; considerando que houve “engavetamento” do inquérito; não esforço na resolução do crime.	12	3,05
Dissociando política da política partidária – não querendo a participação político-partidária na resolução dos problemas dos cacauicultores. Sugerindo usar meios políticos não partidários: Notas Técnicas da Ceplac, investigação policial do crime da vassoura-de-bruxa, divulgação de que são vítimas. Objetivo: “fortalecimento público de opiniões que interessam à sociedade na região”.	9	2,28
Considerando que todos os cacauicultores são vítimas de criminosos que não foram punidos. Os cacauicultores estão sendo penalizados e não os criminosos. Comentando sobre a implantação e disseminação da vassoura-de-bruxa na região como ato criminoso intencional. Discutindo se interessa aos cacauicultores a punição (ou não) dos culpados do crime da vassoura-de-bruxa.	9	2,28
Documentário – surgimento da proposta em se fazer um filme sobre o crime da vassoura-de-bruxa; adesões à ideia.	9	2,28
Acreditando na ciência e na técnica para saída da crise.	8	2,03
Administrador da Lista solicitando que não usem termos ofensivos. Debates sobre esta solicitação.	8	2,03
Alinhando as consequências do crime da vassoura-de-bruxa – desmatamento, desemprego, deterioração do patrimônio da Cacau Industrial e Comercial S/A – Kaufmann (empresa fechada em função da crise), violência urbana, falta de investimento na lavoura, desvalorização das propriedades. Desemprego de 250 mil pessoas, suicídios de pais de família, desagregação familiar, crime contra a natureza, doenças de fundo emocional, aglomeração urbana, aumento da miséria, violência urbana, desmoralização.	8	2,03
Dizendo não entender os pronunciamentos em favor dos mais pobres por parte do Deputado Federal Geraldo Simões (PT-BA), um dos denunciados no inquérito da Polícia Federal sobre o crime da vassoura-de-bruxa.	7	1,78
Solicitando informações de como se deu o processo de implantação e disseminação do fungo vassoura-de-bruxa na região.	7	1,78
Sugerindo mudar o foco das reivindicações, passando do problema das dívidas para problemas que envolvam a região.	7	1,78
Dizendo que a opinião pública considera os cacauicultores responsáveis pela falência da região e que não souberam aplicar as técnicas da Ceplac.	6	1,52
Falando sobre a necessidade de decretação de estado de calamidade pública	5	1,27

Conteúdo dos e-mails – crime da vassoura-de-bruxa	Qde.	%
porque foram vítimas de terrorismo biológico. Jurisprudência: desacreditando da justiça brasileira. Considerando procurar instâncias internacionais.	5	1,27
Chateado porque estão dando conotação política [oposição entre comunismo x capitalismo] ao crime da vassoura-de-bruxa. Comentando sobre o medo do comunismo na região.	4	1,02
Combatendo a visão jorgeamadiana sobre os cacauicultores.	3	0,76
Incorporando à luta dos cacauicultores os agregados das fazendas, os pequenos e os médios cacauicultores, para aumentar o poder de pressão contra o Estado. Estendendo às famílias que ficaram desempregadas o ressarcimento por serem vítimas da vassoura de bruxa.	3	0,76
O território-região como instrumento – apresentando alternativas à crise – união dos cacauicultores, manejo do cacau cabruca, aproveitamento da madeira proveniente do raleamento das árvores dos cacauais (madeira com certificação de origem), silvicultura, turismo, conservação ambiental e fábricas que se utilizam de produtos regionais.	2	0,51
Considerações sobre as causas da crise: crime da vassoura-de-bruxa e orientações erradas da Ceplac.	2	0,51
Dizendo não entender porque um listeiro está entendendo que querem a contratação de um caxixeiro.	2	0,51
É da opinião de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá dizer que a saída para a crise na região é o Complexo Porto Sul. Considerando que o Complexo Porto Sul não ajudará a região se não resolverem a questão dos cacauicultores.	2	0,51
Esclarecendo sobre o conteúdo do inquérito – os laços de amizade entre os denunciados.	2	0,51
Indicando filme sobre o combate à vassoura-de-bruxa feito pela Ceplac em 1989.	2	0,51
Jurisprudência: intimações. Presidente do Sindicato Rural de Ilhéus dizendo que os cacauicultores precisam fazer algo em relação às intimações que estão recebendo.	2	0,51
Sobre o falecimento de Carlos Viana.	2	0,51
Conteúdos não repetidos.	31	7,87
Total	394	100

Observação: a quantidade de conteúdos é maior do que a quantidade de *e-mails* porque em um *e-mails* pode haver mais de um assunto.

Fonte: Lista do Cacau. Temática: Crime da Vassoura de Bruxa. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período: 27 fev. 2009 a 19 nov. 2010.

Seguindo a ordem dos cinco primeiros temas mais repetidos pelos listeiros, demonstrados acima, temos o uso do inquérito da Polícia Federal para pressionar o Estado (17,51%), rompimento das negociações com o Estado referentes às dívidas ao buscar via jurisprudência meios legais de não pagá-las; falas sobre a divulgação do Inquérito da Polícia Federal (12,18%) e construção de mecanismos de convencimento à população de que foram vítimas de um crime⁵⁸. População aqui considerada como “[...] uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem” (FOUCAULT, 2008a, p. 28).

⁵⁸ Sobre os demais itens falaremos mais adiante.

Convencer a população de que os cacauicultores tiveram seu poder diminuído de forma moralmente condenável é valoroso porque lhes dá energia, coragem, força, ousadia, para lutar contra o Estado:

Esses grupos [de poder], quase sempre em minoria, acabam por ter poder sobre a região e sua população, inclusive repassando às novas gerações sua maneira de agir e de pensar, permitindo se não perpetuar, ao menos consolidar a hegemonia nas decisões locais. A população é manipulada, voluntariamente ou não, pelo caráter simbólico de crenças, valores e outros, bem como pelos meios de comunicação (que transmitem essas ideologias), legitimando as ações dos grupos detentores de poder (SILVA, 2008, p. 71).

Não é à toa que Dílson Araújo, diretor do documentário “O nó – ato humano deliberado” disse na TV Mercado, sobre o crime da vassoura-de-bruxa:

O que aconteceu aqui foi uma coisa grave, foi uma coisa séria e a população tem o direito, sim, de saber. Temos que levar à população a verdade [...]. A verdade que está documentada, que está registrada [...] (ARAUJO, 2012b, s/p).

Para Raffetin, a população é um dos instrumentos do poder e: “Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). É levando em conta “as capacidades virtuais de transformação” da população, que os cacauicultores tentam reverter a forma como esta negativamente os identifica.

Através da jurisprudência (meio moralmente aceito, consagrado socialmente) e pressão política (contando aí com a pressão popular, se for convencida a aderir à causa) contra o Estado, tentam obter respaldo moral para não pagar as dívidas e melhorar sua identidade diante da população. Objetivam atrelar o resultado do inquérito da Polícia Federal com uma indenização por parte do Estado na forma de anulação/perdão das dívidas e ressarcimento pelos danos morais e materiais que sofreram. No entanto, para que isto ocorra, não basta que o Estado reconheça que a introdução da vassoura-de-bruxa na região cacauieira do Sul da Bahia foi criminosa.

O terceiro item mais debatido foi sobre o terrorismo biológico (7,61%). Nesse sentido é preciso também que o Estado assuma que errou no controle da fronteira fitossanitária, ou seja, não foi eficiente nos procedimentos de controle da

mobilidade de organismos vivos – o fungo da vassoura-de-bruxa – nas fronteiras dos Estados produtores de cacau, o que permitiu sua chegada à região: “Logo depois do crime, em 89, ele [crime] inicia um período muito ruim, porque o Estado não aparece, o Estado, ele fica totalmente omissos, ausente. E vem o Plano de Recuperação” (ARAUJO, 2012b, s/p).

Na Nota Técnica de 2009, afirma-se que em 1978,

[...] foi estruturada a CAVAB – Campanha de Controle da Vassoura-de-bruxa, um serviço de defesa sanitária vegetal. Através de um Termo de Ajuste firmado com o Ministério, a CEPLAC teve a atribuição de coordenar e executar as ações e foram instalados postos de fiscalização nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Pará, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Sergipe. Esse “*cinturão de defesa*” mostrou-se eficiente e assegurou, por muito tempo, a proteção da lavoura (BRASIL, 2009, p. 11, grifo do autor).

Mesmo com estas medidas, outro tempo chegou: o tempo da vassoura-de-bruxa. Segundo os cacauicultores, houve falha por parte da Cavab em suas funções, o que permitiu a entrada da vassoura-de-bruxa na região.

Além de provar que houve negligência do Estado no controle fitossanitário, é preciso que a Ceplac assuma que errou na forma da erradicação e/ou controle da doença. A assunção destes dois elementos pelo Estado poderia resultar em indenizações, daí a busca por provas neste sentido. Desde já, há um indicativo da Ceplac de que: “Essas dívidas não devem ser entendidas sob as condições de normalidade das dívidas rurais, ao contrário, merecem o amparo das disposições legais aplicáveis a situações catastróficas e emergenciais” (BRASIL, 2009, p. 23).

Enquanto este tratamento diferencial em relação às dívidas dos cacauicultores Sul baianos não ocorre, a “bala na ponta da agulha”, os dizeres de maior poder de transformação são encontrados no resultado do inquérito da Polícia Federal, pois contribuem para minar a identidade negativa lhes imposta e a população poderá até apoiá-los.

Em resumo, segundo o historiador Dílson Araújo (apoiado pelo IPC): “Aí vejo duas indecências: a não apuração do crime e a cobrança da dívida, obrigando o produtor a assumir o ônus do fracasso do Estado” (ARAUJO, 2012a, p. B4).

5.2.1 A vivência pessoal do crime da vassoura-de-bruxa pelos cacauicultores: resistência à identidade coronelista jorgeamadiana

O quarto item sobre o crime da vassoura-de-bruxa, conforme o quadro anterior, são os relatos pessoais sobre o crime da vassoura-de-bruxa (6,60%). De acordo com os cacauicultores da Lista do Cacau, os mesmo são adjetivados de forma negativa, desfavorável, não só pela população local, como também pela nacional e internacional, decorrente da *força de saber* contida nos livros de Jorge Amado, força esta que também é, compõe, institui a região cacaueira do Sul da Bahia, pois a inclui na imagem, texto, escuta, fala, enfim, na visibilidade e dizibilidade da região cacaueira (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011), porque “Amado [Jorge Amado] produz assim uma identidade-síntese do baiano que, além de guardar ligações com a realidade, torna-se realidade, ao ser subjetivada por seus leitores e ouvintes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 247), ou replicantes, conforme os diversos depoimentos a seguir:

Não tenho dúvidas de que a grande dificuldade decorre, fundamentalmente, da imagem que a ficção criou para o cacauicultor: Ganancioso, Lascivo, Incompetente, Perdulário. Nós permitimos que a ficção de Jorge Amado se estabelecesse no lugar da verdadeira história (que, não chegou a ser contada) e hoje quem está no poder - independente de ideologia ou partido - decide com base nesta ficção. Aliás, todo o nosso turismo regional, e até fábrica de chocolate, se fundamenta e apoia esta ficção, como se realidade fosse. [...] Tenho certeza que podemos chegar aos 300 espartanos! O documentário [sobre a vassoura-de-bruxa] está respaldado em documentos, e é história. E história não pode parar. Precisamos tirar o tampão plástico vermelho dos nossos narizes! (LISTEIRO nº 17, 12/11/2010b).

[...] essa visão (jorgeamadiana), construída a partir da ficção, nos persegue e prejudica qualquer negociação que envolva os cacauicultores. Tenho uma imensa atenção em repelir isso, e passar a verdadeira história, pois a outra versão é estória (LISTEIRO nº 13, 12/11/2010).

E uma outra situação é que o cacau sempre foi visto, sempre foi lembrado pelas histórias dos coronéis do cacau, de Jorge Amado, e essa pecha para quem acha que não existe, ela é na verdade muito forte. A gente que vai a Brasília sempre, que está lá brigando, que está lá batalhando pela lavoura junto ao Governo Federal, a gente está ouvindo sempre esse tipo de comentário. Indiretas, as vezes diretas, sobre esse tipo de coisa (LIBÂNIO, 2010).

É outra dificuldade que eu tive em Brasília: foi dizer para as autoridades que aquilo era uma mentira! Que a visão do coronel vestido de branco, de chapéu branco, era uma visão de 150 anos! Dizem que a gente era soberbo, que a gente era perdulário... A gente tinha muito dessa visão em Brasília. Foi muito complicado para a gente resolver! Essa é a parte ruim de Jorge Amado. Que Jorge Amado, ele criava fantasia com base na região cacauceira, mas muitas vezes ele exagerava nos conceitos dele (Entrevistado nº 8, 23/03/2011).

Agora, no cacau, talvez tenha sido mais acentuado [coronelismo] por dois motivos: pelo apogeu econômico e pela compra de títulos de coronéis, coronel, foi muito grande, porque você tinha um poder econômico que facilitava isso. [...] Estão num período em que outros ciclos como o do café, como o da própria cana... Eles já estavam se esvaziando mais, aí o cacau vem, uma coisa mais recente e a questão da literatura regional de Adonias Filho, de Jorge Amado que ganhou notoriedade, então isso fez com que essa pecha de coronelismo, ela ficasse mais, mais, arraigada. [...] Forte, na imagem... No inconsciente coletivo, tanto aqui na região, como externamente (Entrevistado nº 20, 01/04/2011).

Ao atribuir a Jorge Amado a forma depreciativa como são vistos por seus adversários e/ou “inimigos imaginários” (MARONY, 2001, p. 96), transformam em ficcionais as formas como são representados pela população e por aqueles com quem têm que barganhar, negociar os seus interesses junto ao Estado. Tenta-se com isso desvencilhar-se da identidade atribuída aos cacauicultores por seus inimigos e presente na obra de Jorge Amado.

5.2.2 A autoidentidade do poder como arma contra os adversários: Estado, sem-terra, assentados da reforma agrária, índios, quilombolas...

Nas obras de Foucault que utilizamos como referência teórico-metodológica, não há referência sobre a questão da constituição, mesmo que discursiva, da autoidentidade de um grupo como um dos mecanismos de poder. Como não há predefinição de como se dão as relações de poder, exatamente porque se trata de relações que, em cada lugar e circunstâncias, acontecem de modos diferentes; aqui vemos a tentativa dos cacauicultores em se desvencilhar de uma identidade territorial e social do cacauicultor lhes imputada (segundo eles) e a tentativa de construir outra, mais condizente com o contexto histórico atual. E, ao mesmo tempo,

tentam impingir aos “outros”, com quem disputam o território-região, traços identitários negativos, como fazem com os membros do movimento sem terra.

Os cacauicultores de hoje pertencem às gerações passadas dos coronéis do cacau, com ou sem título, porque os grandes produtores de cacau, mesmo posterior a Primeira República (1889-1930) e fim do coronelismo oficial, continuaram a ser denominados de coronéis.

A identidade de coronel não se aglutina somente aos mecanismos de poder instituídos na Primeira República, a partir do município (LEAL, 1980), numa relação de troca de favores entre os poderes municipais, governo do Estado e presidência da República, durante a Primeira República; à patente de coronel dada ou comprada da Guarda Nacional; e nem à produtividade cacauceira acima de certas toneladas anuais de amêndoas de cacau, quando os cacauicultores passavam a ser denominados, localmente, de coronéis. Por extensão de sentido, implica também em indivíduos poderosos e influentes social, econômica e politicamente entre os integrantes de um grupo, em um território-região (PANG, 1979, p. 22).

Daí, a associação dos coronéis ao hábito de querer mandar em qualquer circunstância, especialmente com abuso e prepotência; além do clientelismo, nepotismo, paternalismo, mesmo que estas relações de poder possam extrapolar e coexistir independentemente da concepção tradicional de coronel, como na obra clássica de Leal (1948).

Acrescenta-se socialmente à identidade do coronel, comportamentos como orgulho, vaidade, soberba, luxúria, avareza, abuso de poder, violência, autoritarismo, para manter e reproduzir uma sociedade baseada em mecanismos que produzem um fosso profundo entre os poucos ricos e a maioria pobre. Esta conjunção identitária em determinado momento da história brasileira não só era desejada, mas até comprada (FALCÓN, 2010); hoje, porém, é carregada de sentidos negativos. Atualmente o exercício da cidadania de forma mais equitativa, a expressão de demandas sociais reprimidas, tornaram-se múltiplas e inéditas⁵⁹,

59 Para se ter uma ideia do ineditismo, em 1º de janeiro de 2003 ingressou na Presidência da República o ex-metalúrgico, ex-sindicalista, cofundador do Partido dos Trabalhadores (PT) Luiz Inácio Lula da Silva, cargo que ocupou até 1º de janeiro de 2011, quando foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil: Dilma Rousseff, também do PT. No Supremo Tribunal Federal temos Joaquim Benedito Barbosa Gomes, filho de pai pedreiro e mãe trabalhadora no lar e primeiro negro a alcançar o cargo de presidente da referido instituição. No cenário internacional, em janeiro de 2009, tomou posse Barack Obama, primeiro presidente negro da história dos Estados Unidos.

tanto na escala brasileira, como a internacional, tornando as características atribuídas aos coronéis – e seus herdeiros – em características negativas.

Como os significados das palavras são construções histórico-geográficas, seus conteúdos podem mudar com a dinâmica das relações de poder que se estabelecem dos humanos significando as palavras e as coisas. Com a diminuição do poder dos coronéis e seus herdeiros (herdeiros dos bens materiais e imateriais), palavras caladas pela autoridade, saber ou conhecimento, comportamentos induzidos (como o “voto de cabresto”) heterogeneidades alisadas a ferro quente, vieram à tona, e/ou fizeram ouvidos moucos para as lamentações dos cacauicultores diante da crise. O crime da vassoura-de-bruxa, propalado pelos cacauicultores, não provocou desordem, agitação, rebuliço, revolta na população, que permaneceu calada, “[...] como se nada tivesse acontecido [...]” (SANTOS, 2012, s/p).

O reconhecimento social, o poder decisional e reputacional que tinham os coronéis do cacau e seus descendentes, hoje se inverte, volta-se contra os próprios. São as palavras em movimento, construções histórico-sociais, (re)fazendo sentidos. Decorre daí, no jogo de poder local, seus herdeiros serem impingidos por adjetivos depreciativos, conforme consta no Quadro 25.

Cacauicultores pelos cacauicultores: traços identitários que os <i>outros</i> lhes impõem	
Arrogantes	Inadimplentes
Conservadores. Medo do comunismo, o que os levam a tratar todos os movimentos sociais como movimentos comunistas.	Incompetentes
Coronéis	Lascivos
Covardes – têm medo de dizer que estão pobres, não vão às ruas reivindicar seus direitos.	Malvados coronéis
Egocêntricos	Perdulários
Elite burguesa	Picuinha (Atitude hostil em relação a alguém. Sinônimo de cisma, implicância)
Falastrões	Prepotentes
Gananciosos	Saudosistas
Gastões	Utilizadores do dinheiro dos empréstimos para manter o <i>status</i> .

Quadro 25 – Lista do Cacau: identidade imposta aos cacauicultores segundos os mesmos. Fonte: Lista do Cacau. Temática: Crime da Vassoura de Bruxa. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período: 27 fev. 2009 a 19 nov. 2010.

No passado do território-região cacauieira, como contextualizamos na seção anterior, ser denominado de coronel era sinal de respeito, seja por apreço, tradição, reputação, respeito a hierarquia social ou por medo; hoje é motivo de zombaria: “O

coronel que você era, fazia parte daquela clã, de repente você passava a ser até motivo de chacota. Tá certo! [...] Falavam que de repente Paulão não era mais Paulão, Paulão era Paulinho” (JORGE, 2009, s/p).

Enfim, hoje as acepções ligadas à palavra coronel (fora seu uso militar) são, grosso modo, negativas; ser coronel é desprezível em uma sociedade que está ampliando os direitos civis e políticos, com pretensão de ser democrática: “Tomado como um resto do passado que teima em viver e uma figura que parece estar imune às transformações históricas, o coronel é sempre o coronel, a figura truculenta e discricionária, que muitas vezes não possui a menor humanidade, nem interioridade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 226). É dessa concepção da palavra coronel, construída socialmente, que os cacauicultores querem se livrar. Mostrar que são diferentes, possuem outra substanciação identitária, para que esta também seja subjetivada, reproduzida, repetida, e torne-se ação e coisas, só que agora a seu favor e institua a “nova” região cacauera do Sul da Bahia:

Esses dias eu falei com a mulher do Instituto Goethe, que eu estava até preocupado com isso. Eles fizeram um seminário lá e eu ouvi muito: ‘Os coronéis do cacau...’ Os temas das palestras. Eu chamei, eu liguei para ela e disse: ‘olha, sou representante da Câmara Setorial do Cacau e a gente está iniciando um trabalho de *marketing* para melhorar um pouco a imagem do cacau. [...] Estou querendo trabalhar muito o conceito de cacau, saúde e meio ambiente, questão de alimento funcional e também questão... Chamando atenção para isso, o cacau está presente no bioma Mata Atlântica, bioma Amazônia’. E ela, alemã: ‘Não, não vamos falar nada disso...’ ‘Eu só queria alertar porque a gente não quer ficar reproduzindo esse discurso e tal’. E acabou que reproduziram. [...] Qual o sentido disso? Qual o sentido de você estar discutindo isto? Faz um seminário em Salvador, não convida ninguém, nenhum representante da região cacauera, com professores apenas da UFBA. Nada contra, mas para ficar... Fica parecendo que é retórica. O que você quer construir mesmo de novo? Para ficar repetindo aquilo que já está nos livros de Jorge Amado, já está presente no inconsciente... Eu não vejo nem sentido. É desperdício de dinheiro, pô. Para que tu quer ficar repetindo isso, né? Se for para repetir isso, fazer uma análise crítica para ver como a gente transforma a realidade, tudo bem. Agora, ficar repetindo isso por retórica, só para dizer que foi assim, que é assim... [...] Aí eu citei para ela a questão do Bahia Rural [Programa de televisão]: [...] Na hora de falar da uva, ela falou dos novos vinhos que são feitos no Vale do São Francisco, na hora do algodão do oeste... Na hora de fazer a chamada para o cacau, ela faz a chamada dizendo: ‘NA TERRA DOS CORONÉIS DO CACAU...’ [Risos] (Entrevistado nº 20, 01/04/2011).

A divisão, falta de coesão interna na autoidentidade dos cacauicultores, está presente no item cinco da tabela 3 (5,33%). Assim, na luta pelo poder e para não perder o que ainda resta, notamos duas tendências na construção da autoidentidade dos cacauicultores: uma interna e outra externa. A tendência interna refere-se à aglutinação de elementos que supostamente daria coesão aos cacauicultores (orgulho por serem descendentes dos desbravadores, história ligada a um crime biológico; espartanos, guerreiros, aguerridos, ilibados, sofredores, vítimas, adimplentes, apolíticos) e ao aspecto profissional do ser cacauicultor (conservacionistas, preservacionistas⁶⁰, inovadores na gestão dos negócios, justos na aplicação das leis trabalhistas, produtores de riquezas para o Estado da Bahia e para o Brasil, não-escravocratas, desbravadores, empreendedores, austeros), signos repetidos até a fixação por determinadas pessoas com *status*, reputação suficientemente fortes para conseguir adesão de outras pessoas.

De um lado, se tem o esforço no sentido do desvencilhamento da “pecha” coronelista do passado e, do outro, energia na construção de outra, mais condizente com as forças do poder atualmente, como:

a) valorização da produção e consumos internos – agregação de valor aos produtos primários pela industrialização, da produção do cacau fino (CRIAÇÃO..., 2012), do cacau orgânico (MUNDO..., 2012), tudo para não ficar “refém da monocultura cacaueteira” (Entrevista nº 8, 23/03/2011) para exportação e atender às demandas internas pelo chocolate;

b) discurso alinhado com a política ambiental brasileira – conservação da Mata Atlântica; valorização do cacau-cabruca como sistema agroflorestal; da produção cacaueteira como atividade de baixa emissão de gases do efeito estufa; olhar voltado para o recebimento por serviços ambientais; comercialização de créditos de carbono; conservação da biodiversidade, proteção aos mananciais.

Como diz um cacauicultor referindo-se ao atrelamento dos herdeiros ao coronelismo do passado:

O poder do mando. Mandavam. Eles eram assim, muito austeros! Mas era super bons! Outra ideia errada que se faz: que o coronel do cacau era perdulário. Isso é uma grande mentira! Isso não pode ser dito, não pode ser escrito. É uma mentira. Imagine o que é o fim do século retrasado: 1860. Você não ter estrada nenhuma! A [rodovia] Ilhéus-Itabuna não existia. Salvador-Itabuna, Salvador-Ilhéus, nada existia!.

60 Ver a diferença conceitual e política entre conservação e preservação da natureza em Diegues (2001).

Nada existia! Era trem de Castelo Novo para Ilhéus – Ilhéus-Castelo Novo. Estrada vicinal Ilhéus-Itabuna/Itabuna-Ilhéus. Tem fotos aí para provar. Imagina o que era esse cenário, uma pessoa pegar a sua mulher... [...] E se meter nas matas da Mata Atlântica para poder formar a roça de cacau! Essa pessoa ganha dinheiro, vence na vida, educa os filhos nos grandes centros, e é taxada de coronel? Essa pessoa traz o aporte industrial pra cá, enriquece o americano, o europeu, e essa pessoa é subvalorizada! Isso é uma injustiça! [...]. Eles foram desbravadores, empreendedores, conservacionistas mais do que ninguém! Porque eu descobrir uma lavoura que tem valor econômico e preservar a floresta primária toda, durante todo esse tempo! Eu lhe dei um dado aqui, que da floresta atlântica, a parte do sul da Bahia é a mais preservada de todo o Brasil. [...] Como é que a gente pode julgar o coronel assim, como julgam hoje as pessoas! 'Olha, aquele cara é coronel!' Como se fosse a escória da sociedade! Isso não pode ser dito não! Isso é uma injustiça! Eu lhe digo isso com propriedade! [Risos] (Entrevista nº 8, 23/03/2011).

Como dissemos, nesta nova autoconstrução identitária não há unanimidade, total coesão interna, entre os cacauicultores. Há também disputas entre aqueles que querem usar o Estado para projetar o futuro voltando-se para o passado: identidade baseada na tradição, na história dos desbravadores, na continuidade intervencionista do Estado nos momentos de crise (identidade de retrovisor, no dizer do entrevistado nº 25); na autoridade de quem fala; e os que têm no Estado um aliado para transformar a “sociedade do cacau” de acordo com suas preferências, assumem a ideia de futuro para construir o presente, principalmente ligada à questão da conservação ambiental: “[...] desenvolver as potencialidades do território como um todo. Os ativos desse território como um todo e tentar minimizar esses conflitos [agrários]” (Entrevistado nº 20, 01/04/2011), por meio da Ceplac. Esses criticam os que querem “[...] voltar a ganhar dinheiro com o cacau como era no passado” (Entrevistado nº 20, 01/04/2011):

Agora, aquela coisa da Lista do Cacau, por exemplo, de: ‘Vamos fazer reunião no Shopping Barra em Salvador’. Pessoas que não tem vínculo nenhum com a região, não estão preocupadas com as questões sociais da região, não estão preocupadas com as questões econômicas da região... Querem na verdade voltar a ganhar dinheiro com o cacau como era no passado. Isso eu não considero saudável para região (Entrevistado nº 20, 01/04/2011).

No processo permanente de construção da autoidentidade do grupo de poder local dos cacauicultores, ao mesmo tempo em que acontece um turbulento movimento interno que tende (e só como tendência) a cindir-se e institucionalizar-se separadamente

em IPC e APC, acontece o movimento externo, que é a construção da diferenciação em relação aos outros grupos territoriais, aos não-cacaucultores: trabalhadores, sem-terra, assentados da reforma agrária, índios e descendentes, quilombolas:

O Ministério Público, FINGE, que não sabe da catástrofe implantada na região do cacau, em forma de terrorismo biológico. Fazem isso porque o cacaucultor ainda não aprendeu e não vai aprender nunca a agir como os índios, sem terra e quiombolas [quilombolas]. No mínimo, acho que deveríamos provocar o ministério público a assistir o documentário O NÓ. S[ó] não podemos é ficar quietos como um monte de 'bunda moles', esperando 'o monstro emergir da lagôa [lagoa]' (LISTEIRO nº 18, 21/06/2012).

Desta diferenciação podendo gerar a desqualificação, hierarquização, inferiorização, subordinação e cassação das palavras dos “outros” pelos ditos e práticas regionais. Aqui também há divergências entre os cacaucultores: os mais conservadores querendo a continuidade da sufocação de demandas historicamente reprimidas, como são as dos sem-terras, índios, quilombolas, produtores familiares; os mais progressistas, querendo a incorporação destas demandas, comungando com as políticas por maior porosidade e participação social nas políticas públicas do Estado.

Portanto, segundo Woodward (2011), a construção da identidade é relacional, histórica e diferenciadora: “A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades [...]” (WOODWARD, 2011, p. 14, grifo do autor), que deve representar o que eles são e os diferenciar do que eles não são, em determinado tempo e lugar.

Autoidentidade dos cacaucultores – traços identitários aglutinadores	
Adimplentes	Incansáveis
Aguerridos	Retos
Espartanos (sentido figurado: austero, rigoroso, severo; sóbrio; solidários entre seus membros, corajosos; honrados, gloriosos).	Sofredores
Guerreiros	Vítimas

Quadro 26 – Lista do Cacau: autoidentidade dos cacaucultores – traços identitários aglutinadores.

Fonte: Lista do Cacau. Temática: Crime da Vassoura de Bruxa. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período: 27 fev. 2009 a 19 nov. 2010.

De acordo com Silva (2011, p. 81):

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e linguística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas.

Como as relações de poder são disputadas, o poder de definir e manter a identidade, decorrente dessas disputas, são oscilantes. A identidade de um grupo de poder, portanto, não é fixa, imutável. Está em constante transformação, à medida que outras forças entram em jogo, minam ou obrigam que ocorram mudanças, deslocamentos em suas características.

Há, na construção do que seja o cacauicultor Sul baiano, resistências aos traços identitários que lhes imputam e a tentativa de afirmar uma determinada identidade, legitimá-la por referência ao território-região cacauieira, ao atribuir-lhes um suposto e autêntico passado – um passado glorioso, que lhes parece "real" (WOODWARD, 2011) e se institui como real, porque assim é vivido. É uma "identidade de resistência" e ao mesmo tempo, a "construção de uma identidade de projeto" (CASTELLS, 1999, p. 24) daqueles que querem definir o destino da região cacauieira da Bahia, como seu, dizendo que é o de todos. Esta luta é travada pela apropriação, real ou simbólica, de um território-região, com características histórico-geográficas peculiares e em nome dele. Não se trata, porém, da luta pela definição da identidade e da diferença

[...] entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais (SILVA, 2011, p. 81).

Há, portanto, uma intencionalidade, o desejo de se obter determinado efeito material do poder. É este efeito material que se quer alcançar (ou não perder) e não a construção inocente, natural e despropositada da identidade. Daí o dispêndio de energia em se difundir, reproduzir um determinado recorte da crise cacauieira, transmutando os dizeres dos cacauicultores sobre a crise na própria crise cacauieira do Sul da Bahia como uma das combinações estratégicas.

A seguir, apresentamos o Quadro 27 que contém síntese das táticas dos cacauicultores para realizar suas intencionalidades.

Lista do Cacau: a “última” crise cacauera do Sul da Bahia segundo os cacauicultores		
Quem? (Procedência do discurso) ↓		
Cacauicultores da Lista do Cacau		
Quando? (início da ocorrência da vassoura-de-bruxa) ↓ 1989		
Onde? ↓ Região cacauera da Bahia do Sul da Bahia		
Por quê? ↓ – Introdução criminosa da vassoura de bruxa ↓ – Fracasso do PRLC ↓ – Ineficiência do Plano de Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação da Região Cacauera (PAC do Cacau) ↓ Rompimento do Estado com as formas de “socorro” aos cacauicultores e as políticas territoriais: reforma agrária, mudança no uso da terra, demarcação das terras indígenas e quilombolas.		
Consequências acopladas pelos cacauicultores à crise		
Crime da vassoura-de-bruxa	PRLC e PAC do Cacau	Políticas territoriais
<ul style="list-style-type: none"> – Falta de investimentos na produção; – Baixa produtividade do cacau; – Desunião dos cacauicultores; – Violência urbana; – Desemprego; – Desruralização; – Diminuição do poder de barganha dos cacauicultores junto ao governo; – Suicídios; – Desagregação familiar; – Desmoralização social – aumento da prostituição; – Abandono dos cacauicultores pelo Estado; – Doenças de fundo emocional em muitos cacauicultores; – Desmatamento – para comercializarem a madeira e poderem sobreviver; fazerem o raleamento e permitir maior incidência de sol nos cacauais; substituir o cacau por outra cultura. – Desvalorização das fazendas de cacau 	<ul style="list-style-type: none"> – Técnicas ineficazes de combate à vassoura-de-bruxa; – Endividamento dos cacauicultores; – Violência urbana; – Desemprego; – Suicídios; – Desagregação familiar; – Prostituição; – Urbanização; – Desruralização; – Doenças de fundo emocional em muitos cacauicultores; – Desmatamento – para comercializarem a madeira e poderem sobreviver; fazerem o raleamento e permitir maior incidência de sol nos cacauais; substituir o cacau por outra cultura. – Diminuição no trato dos cacauais e mesmo o abandono de algumas fazendas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Desvalorização das fazendas de cacau; – Impossibilidade de pagar os salários e os direitos trabalhistas; – Reforma agrária nas fazendas improdutivas – insegurança jurídica em relação à propriedade da terra; – Insegurança jurídica em relação à propriedade da terra no caso das demarcações das terras indígenas e quilombolas; – mudanças no uso da terra – incentivos governamentais à agricultura familiar em detrimento aos grandes produtores de cacau; – Restabelecimento da Mata Atlântica nas área de cabruca e impedimento legal ao desmatamento.
Estratégias		
<ul style="list-style-type: none"> – Divulgar o inquérito da Polícia Federal – na Lista do Cacau, na Internet (sites, blogs, TVs) nos jornais, revistas, eventos, instituições (escolas, universidades, entidades de classe), documentários; 		

<ul style="list-style-type: none"> – Caracterizar o crime da vassoura-de-bruxa como crime de lesa-pátria; – Considerar como erradas as técnicas da Ceplac para conter a vassoura-de-bruxa; – Imputar culpa à União por não conter a entrada da vassoura-de-bruxa na região; – Comportar-se como vítimas de um crime biológico; – Não centrar suas reivindicações aos interesses exclusivos dos cacauicultores. Incluir: turismo, meio ambiente, desemprego e violência; – Financiar e dar apoio logístico para realização do documentário “O nó – ato humano deliberado”, para divulgar o crime da vassoura-de-bruxa, as práticas da Ceplac no combate ao fungo, e as consequências do bioterrorismo; – Procurar tribunais internacionais que os defendam; – Incluir o território da região cacauieira em suas reivindicações – todos estão em crise, todos podem se beneficiar do que os cacauicultores conseguirem do Estado; – Mudar a identidade, imagem, que a opinião pública lhes imputa; – Dar autenticidade à sua história em detrimento a outras – considerar a sua história da crise como a verdadeira; – Firmar a sua história: dos desbravadores, dos conservacionistas, dos austeros e bons; – Mudar a opinião pública ao seu respeito e conseguir a adesão da mesma aos seus projetos regionais.
Efeitos esperados
↓
<ul style="list-style-type: none"> – Persuasão da população e do Estado: mudar o comportamento da população e do Estado ao seu favor.
Objetivos (efeitos materiais do poder)
↓
recursos econômicos em disputa: o cacau e a terra
<ul style="list-style-type: none"> – Anulação das dívidas contraídas para atender ao PRLC e ao PAC do Cacau ou tratamento diferenciado por parte do Estado e órgãos financeiros na questão das dívidas; – Suspensão da aplicação do índice de produtividade para fins de reforma agrária; – Devolução das propriedades que foram objeto de reforma agrária baseada no índice de produtividade após ao crime da vassoura-de-bruxa; – Ressarcimento pelos danos materiais e morais; – Restabelecimento do crédito agrícola; – Suspender qualquer possibilidade de demarcação das terras indígenas e quilombolas. <p>Ameaças – suas terras não podem sofrer reforma agrária porque foram vítimas de um crime biológico que os impede de atingir o índice de produtividade exigido em lei. Se suas terras continuarem a sofrer invasões recorrerão aos tribunais internacionais, denunciarão internacionalmente o Estado brasileiro. Se não houver a criminalização das ações dos movimentos sociais de luta pela terra poderá ocorrer conflitos com consequências trágicas. O mesmo poderá acontecer se houver a demarcação das terras indígenas e quilombolas. Não votarão nos candidatos que não são contra a criminalização do MST. Alertam que estrangeiros deixarão de investir no Brasil.</p> <p>Recompensas – se o Estado fizer o que querem a ordem será restabelecida, respeitarão o direito de propriedade, serão produtivos, produzirão postos de empregos, gerarão impostos e renda. Não haverá conflitos e o Estado de direito será mantido.</p>
Ordens imperativas ao Estado e persuasão ao Estado e à população
↓
<ul style="list-style-type: none"> – Não fazer reforma agrária em suas terras; – Não fazer demarcação das terra indígenas e quilombolas – porque os atuais proprietários possuem o título de propriedade emitido pelo Estado há séculos e os que reivindicam a demarcação são não-índios e nem remanescentes dos antigos quilombos. Não permitirão o fracionamento do território brasileiro; – Não cobrar as dívidas contraídas para atender ao PRLC; – Liberar novos empréstimos bancários; – Investir em formação profissional, infraestrutura, ciência e tecnologia relacionadas com o cacau. <p>Persuasão:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Defenderão o direito à propriedade; zelarão pela ordem; assumem que as terras são de todos os brasileiros, de forma indistinta, mantendo coeso o território do Brasil; gerarão postos de empregos, desenvolverão a região.

Quadro 27 – Lista do Cacau: recortes da crise cacaueira da Bahia segundo os cacauicultores.

Fonte: Lista do Cacau. Temática: Crime da Vassoura de Bruxa. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período: 27 fev. 2009 a 19 nov. 2010.

Como já afirmamos, a comunicação reiterada de ordens dos cacauicultores ao falar da crise não são expressadas somente na Lista do Cacau. O denominado Movimento 26 de Março nasceu na Lista de Cacau e tomou corpo nas ruas de Ilhéus e Itabuna, ao articular *ciberativismo* e ativismo político no território real. Veremos que as ordens destinadas ao Estado e população se repetem.

5.3 LISTA DO CACAU: A “ÚLTIMA” CRISE CACAUEIRA NO MOVIMENTO 26 DE MARÇO

Motivados, ânimos inflamados pelo acesso ao Relatório da Polícia Federal, os cacauicultores da Lista do Cacau iniciaram um movimento reivindicatório denominado Movimento 26 de Março, que foi um movimento dos cacauicultores para apresentar suas reivindicações junto ao ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, quando esteve em Ilhéus-Itabuna para a inauguração da Gasene (Gasoduto de Integração Sudeste-Nordeste) e abrir as licitações para construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Figura 13). Isto ocorreu no dia 26⁶¹ de março de 2010, dia do “Cacau e do Chocolate”, coincidência notada e exaltada no nome do movimento.

Neste movimento os cacauicultores demonstraram o descontentamento com o Estado brasileiro e com o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em particular, no que se refere a não assunção do bioterrorismo e, por conseguinte, o não tratamento diferenciado no que diz respeito às dívidas agrícolas.

61 Inicialmente estava previsto para ocorrer dia 23 de março.



Figura 13 – O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff, na inauguração da Gasene – Itabuna, 26 de março de 2011.
Fonte: Bahia (2010).

O movimento reivindicatório dos cacauicultores surgiu a partir da Lista do Cacau. Pela Lista do Cacau os cacauicultores foram chamados a participar; as reuniões foram marcadas, os mecanismos de reivindicações foram pensados e elaborados, as estratégias e meios foram definidos, os objetivos foram debatidos, o território-região foi incorporado como instrumento.

O Movimento 26 de Março começou no dia 04 de março de 2010, por Listeiro nº 6, agropecuarista e Engenheiro Agrônomo ⁶², com o seguinte *e-mail*: “Turma do cacau: LULA vem aí. No dia 23 de MARÇO para inauguração do GASODUTO em

62 Engenheiro Agrônomo, ex-Diretor Industrial de Cooperativa de Produtores, ex-Diretor de Empresa de Águas e Saneamento, Especialista em Gestão Municipal e Impacto Ambiental. Membro do conselho da APC na época do Movimento, como consta na ficha de adesão à Lista do Cacau.

ITABUNA. Temos que pensar no que fazer. QUEM CALA CONSENTE...” (LISTEIRO nº 6, 04/03/2010).

Esta chamada não teve repercussão imediata e novamente os cacauicultores foram chamados a manifestar-se:

Turma do cacau:

O presidente LULA vem para Itabuna no próximo dia 23 de março. Não é possível que INEXISTA manifestação por parte dos produtores de cacau. Creio que está na hora de valer, a convocação feita por já há alguns anos, de ir acampar em Brasília e assar jabá em frente ao Palácio do Planalto. Precisamos chamar atenção da mídia Nacional para o nosso problema. Passar a oportunidade em ‘brancas nuvens’, é o pior que poderia acontecer. Produtores de cacau – ‘UNI –VOS’ (LISTEIRO nº 6, 07/03/2010A).

A partir do dia 08 de março de 2010 começaram a aparecer as primeiras adesões aos chamamentos: gente se oferecendo para participar e solicitando informações sobre os encaminhamentos. Ao que o líder respondeu confirmando uma reunião presencial já marcada para discutirem o assunto e dizendo:

Espero que quem quiser se manifeste, pois a luta é de todos, e cada um deve manifestar seu pensamento. Participação é a palavra de ordem. Não haverá segredo no que vier a ser feito. Contamos com um movimento ordeiro, aberto, democrático, que traduza na íntegra a nossa indignação e inconformismo, com o que está sendo feito com a cacauicultura (LISTEIRO nº 6, 07/03/2010B).

Os títulos das mensagens, expressos no Quadro 28, enviadas para a Lista do Cacau no período de 3 de março a 20 de junho de 2010, demonstram o encaminhamento do movimento: apelos, reuniões, procura por colaboradores com dinheiro e com trabalho, procura por frases, *slogan* para colocar nas faixas, camisetas, forma e controle das doações. A leitura das mensagens possibilitou uma caracterização maior do Movimento.

Títulos das mensagens de e-mail sobre o Movimento 26 de Março			
Título das mensagens	Qde.	Título das mensagens	Qde.
FALHA NOSSA	21	Comigo é na PORRADA->Re: MOVIMENTO 23 de MARÇO	2
A VITÓRIA É NOSSA	20	Não esqueçam das rádios->>Re: Movimento 23 d março	2
Movimento 23 de março	16	DA CRISE CAUSADA PELA VB TAMBÉM RESULTA A VIOLENCIA	2
Reuniao movimento 23 marco	10	Atenção. Vão prometer...DE NOVO !-Re: O Movimento anda	2
Movimento	9	movimento 26 de março	2
Procura-se frases	9	Os parceiros e trabahadores do cacau...Re: Atenção. Vão prometer...DE NOVO !-Re: O Movimento anda	2
Pobres de espíritos	9	MOVIMENTO 26 DE MARÇO	2
APELO	7	Fwd: Procura-se frases	2
Fwd: APELO	5	Precisa-se de VOLUNTÁRIOS	2
Política não	5	[Cacau-] A maioria ficou pobre!Re: Precisa-se de VOLUNTÁRIOS	2
ERRATA	4	FW: eu também estarei lá dia 26	2
Fwd: Pobres de espíritos	4	Doações	2
HORA de GRITAR:	3	Deposito	2
Movimento 23 d março	3	Fwd: COMPROVANTE DEPOSITO	2
Somente leu a sugestão ? as rádios, as rádios...os horários, os horários->Re: Movimento 23 d março	3	Fwd: APELO / Présidente Lula e aeroporto	2
Entrevista Radio /	3	FW: contribuição	2
O Movimento anda	3	Noticias	2
Atenção. Vão prometer...DE NOVO !-Re: O Movimento anda	3	RES: Fwd: APELO / Presidente Lula e aeroporto - Artigo da Folha SP	2
Mas a questão é essencialmente política->Re: Atenção. Vão prometer...DE NOVO !-Re: O Movimento anda	3	Prestacao de contas Movimento do Cacaicultor-Confidencial	2
(sem assunto)	3	sobre prestacao de contas- so para quem adotou uma faixa	2
Fwd: APELO / Présidente Lula e aeroporto - Artigo da Folha SP	3	Fwd: A VITÓRIA É NOSSA	2
QUASE	3	O movimento saiu na Assembleia legislativa da Bahia	2
So para quem adotou uma faixa	3	CACAUCULTORES UNIDOS, VENCEREMOS!	2
Prestacao contas	3	TERRORISMO BILÓGICO. (CONCLUSÃO DA POLÍCIA FEDERAL NA MÃO DE LULA).	2
MOVIMENTO 23 de MARÇO	2	Mensagem únicas	36
Total			241

Quadro 28 – Lista do Cacau – Movimento 26 de Março – título das mensagens de e-mails.

Nota: Foram mantidas as formas de escrita dos títulos das mensagens de e-mail.

Fonte: Lista do Cacau. Temática: Movimento 26 de Março. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período: 03 mar. 2010 a 20 jun. 2010.

Quanto ao conteúdo das mensagens, representado no Tabela 4, destacam-se os aspectos da organização da manifestação (18,50%), manifestações de lealdade e consentimentos ao movimento (13,87%), as estratégias para conseguirem o maior número de adesões possível ao movimento e os meios de manifestação (10,67%);

as sugestões de *slogans*, conteúdos dos meios de divulgação do evento (9,60%), entre outros.

Tabela 4 – Lista do Cacau – Movimento 26 de Março: conteúdo dos *e-mails*

Conteúdos dos <i>e-mails</i> – síntese	Qde.	%
Organizando o Movimento: confirmando patrocínio, apresentando comprovante de depósito, divulgação do montante arrecadado. Solicitando e indicando conta para depósito bancário; sugerindo forma de identificar os colaboradores; solicitando e indicando o que cada um poderia fazer pelo Movimento; definindo valor da participação; dizendo que os cacauicultores que moram em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Porto Seguro, também podem patrocinar o Movimento.	52	18,50
Solidarizando-se com o movimento, parabenizando pela iniciativa e organização, agradecendo a participação dos cacauicultores.	39	13,87
Apresentando os meios e as estratégias: uso do rádio para atingir os trabalhadores; aumentar o número de participantes para que o clamor seja levado em consideração; usar o rádio como instrumento de ameaças e denúncias; usar o rádio para fazer pressão popular; produção de faixas, camisetas, panfletos, caravanas, caminhão de som, <i>blimps</i> ; chamar todos que foram prejudicados pelo crime da vassoura-de-bruxa no sul da Bahia; usar carta aberta ao Presidente e faixas, panfletos, TV, <i>internet</i> , jornais na divulgação do Movimento; definição de quem iria falar no rádio; dizendo que o movimento é apolítico; solicitando aos patrões que liberarem seus empregados para aumentar o número de participantes; falar no rádio em horário para possa atingir os trabalhadores; solicitando união dos cacauicultores.	30	10,67
Sugerindo e solicitando frases para serem escritas nas faixas, panfletos, etc.	27	9,60
Comentando as notícias dos jornais sobre o Movimento: jornais que os chamaram de caloteiros e destacaram que o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu aos cacauicultores que tivessem juízo ao pedirem a anulação das dívidas; dizendo que não queriam a demarcação das terras indígenas e eram contra o PAC do Cacau.	23	8,18
Incitando os cacauicultores à participação	13	4,62
Ampliando o Movimento: inserindo os trabalhadores (peões) e comerciantes.	13	4,62
Incitando à mobilização dos cacauicultores e dando os motivos: dívidas, invasões, indenizações pelo crime da vassoura-de-bruxa; oportunidade de chamar a atenção da mídia nacional para os vossos problemas; protestar contra o “EMPACADO PAC”; mostrar a insatisfação pelo tratamento que têm recebido; “contar a verdadeira histórica, que querem abafar”; lutar por justiça; erros da Ceplac; violência urbana; anulação das dívidas.	10	3,55
Reunião com os companheiros para decidir o que fazer.	8	2,84
Justificando ausência do Movimento: por estar em Salvador, na Itália; por estar trabalhando; estar doente.	8	2,84
Carta ao presidente: teor, quem deveria assinar, participação dos órgãos de classe, divulgação da carta.	7	2,49
Cobrando, comentando a participação da APC e FAEB no Movimento.	6	2,13
Discussão sobre o movimento ser apolítico (não partidário).	5	1,77
Apresentando síntese do Movimento: teor das reuniões, divulgação, adesões.	4	1,42
Aderindo ao movimento.	3	1,06
Dizendo que poderá faltar gente para segurar as faixas no dia do Movimento: justificativa: os cacauicultores querem circular, conversar com outras pessoas durante a manifestação.	2	0,71
Dividindo o Movimento: chamando alguns colaboradores de “melancias”, verde por fora e vermelho por dentro (fazendo alusão à cor símbolo do comunismo, o vermelho). Listeiro discordando desta ideia, considerando a divergência de ideias salutar. Afirmando a ideia.	2	0,71

Conteúdos dos e-mails – síntese	Qde.	%
Andamento do movimento: Dizendo que o Movimento está se propagando igual "fogo de monturo", está se espalhando.	2	0,71
Chegada do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao aeroporto de Ilhéus.	2	0,71
Solicitando notícias do Movimento após a realização do mesmo.	2	0,71
Relatando o encontro com o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.	2	0,71
Solicitando reunião de avaliação do Movimento.	2	0,71
Teor das mensagens que não se repetem – conteúdos únicos.	19	6,76
Total	281	99,89

Fonte: Lista do Cacau. Temática: Movimento 26 de Março. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período: 03 mar. 2010 a 20 jun. 2010.

Os objetivos dos cacauicultores ficaram mais explícitos nas sugestões de *slogans* das faixas, camisas, panfletos e *blimps* a serem expostos no dia 26 de março (Quadro 29). Nas sugestões destacam a aprovação do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela população brasileira e, como aparente contradição, os descontentamentos dos cacauicultores com as cobranças das dívidas agrícolas. Consideram que a região foi abandonada - “A região toda vivendo essa crise, uma crise que perdura por 20 anos. Que às vezes a gente se pergunta porque é preciso levar tanto tempo, não é... O que a gente percebe é que na verdade, que essa região foi abandonada” (TAVARES, 2009, Os magníficos).

Destacam que são merecedores da atenção do Estado por terem uma atividade econômica que é conservacionista e que exige grande quantidade de trabalhadores (mal remunerados) para mantê-la.

Movimento 26 de Março – sugestões de <i>slogans</i> feitas pelos listeiros	
80% de Aprovação do Presidente[Lula] = a 80% de produtores de Cacau endividados!	Meu partido é o cacau
80% de Aprovação do Presidente = a 80% de produtores de Cacau endividados!) =250 mil desempregados (verificar)	MOVIMENTO dos Produtores de Cacau O “CRIME da VASSOURA” deve ter COMPENSAÇÃO
A região do cacau continua esquecida	Na folia, cacau é show! Na Bahia, cacau é dor... [alusão ao tema do samba-enredo da escola de samba “Rosas de Ouro” do Carnaval de 2009, cujo título é O Cacau é <i>Show</i> . (GLOBO.COM, 2009)]
Cabruca sim é desenvolvimento sustentável	Não deixemos o Cacau extinguir na Bahia!
Cacau com "político": um fato mítico	O “PAC do CACAU” precisa de CORREÇÃO. Para o CACAU ter SALVAÇÃO.
Cacau cria empregos crise produz desempregados	O cacau é uma reserva legal
Cacau da Bahia ainda é o futuro	O cacauicultor ficou pobre – sorte sua político mau
Cacau e preservação florestal é melhor e não faz mal	PAC-cacau solução ou enganação?????
Cacau na Bahia = crime + 21 anos de abandono	Pedimos apoio e soluções urgentes para a Regi[ã]o Cacaueira.
Cacau Preserva a Floresta e estimula a inclusão Social	Produtor de Cacau Clama por Justiça

Movimento 26 de Março – sugestões de <i>slogans</i> feitas pelos listeiros	
Cacau-maior empregador.	Produtor de cacau Luta por Justiça
Cacau, bom para a saúde física e social	Produzir Cacau cria emprego
Cacau: crime da vb [vassoura de bruxa] + erros agrônômicos = dívidas imorais	Queremos solução agora; somos milhões de votos. Chega de promessas
Cacauicultor: o produtor que nunca desiste	Recur[s]os maciços para o produtor recuperar suas lavouras
Cadê o PAC-cacau D. Dilma?	Região Cacaueira caiu no abandono.
Cultivar cacau é garantir empregos	Se anunciou BILHÃO e nem chegou TOSTÃO. A ESPERANÇA se transformou em DECEPÇÃO.
Cultivar cacau é preservar a Mata Atlântica	Sei que sou besta, somente não gosto que me façam de besta
Cultivar cacau é preservar a natureza	Socorro mãe-PAC Dilma: O presidente esqueceu a região cacaueira (BA)?
Descaso com a região cacaueira: a pior das pragas	Terrorismo Biológico-Desgraça Humana
E agora presidente? A região cacaueira ainda aguarda...	VASSORA DE BRUXA É MOTIVO DE CALAMIDADE PÚBLICA
Estamos sem PAC-ciência	Vassoura de bruxa = extermina[çã]o de 250.000 empregos = mis[é]ria trabalhista
Floresta preservada produção assegurada	Vassoura de bruxa = extermínio de 250.000 empregos = trabalhadores na miséria
Injustiça gera Violência;	Vassoura-de-bruxa na Bahia. Flagelo para 3 milhões de baianos. Maior vítima é o Brasil!
Massacre no Campo, sangue na cidade.	Vassoura-de-bruxa: calamidade pública produz dívidas imorais, espúrias!
Invasão com mediação é pura enganação [alusão ao Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e a reforma agrária]	vassoura-de-bruxa acabou com uma monocultura [cacaueira]. Agora temos a cultura da miséria, do vício e da violência.
Itabuna lidera ranking brasileiro de violência entre jovens de 12 a 29 anos. [Pode surgir uma frase desta manchete, de acordo com o listeiro que a enviou]	

Quadro 29 – Lista do Cacau: Movimento 26 de Março – sugestões de *slogans* feitas pelos listeiros.

Fonte: Lista do Cacau. Temática: Movimento 26 de Março. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período: 03 mar. 2010 a 20 jun. 2010.

A seguir apresentamos algumas fotos das faixas e *blimp* com os *slogans* utilizados no dia 26 de março.



Figura 14 – Movimento 26 de Março – “pela anulação da dívida do cacau”.
 Fonte: Rafael Gama Moreira – Itabuna, 26 de março 2010.



Figura 15 – Movimento 26 de Março – “pela anulação da dívida do cacau”.
 Fonte: Rafael Gama Moreira – Itabuna, 26 de março 2010.



Figura 16 – Movimento 26 de Março – “Lula, dívida do cacau é impagável”.
 Fonte: Rafael Gama Moreira – Itabuna, 26 de março 2010.



Figura 17 – Movimento 26 de Março – “Terrorismo biológico no cacau desempregou 250 mil pessoas” e “Terrorismo biológico no cacau – Itabuna cidade mais violenta do país”.
 Fonte: Rafael Gama Moreira – Itabuna, 26 de março 2010.

Diferentemente das fotos acima, apesar de os objetivos dos cacauicultores serem a anulação das dívidas e a restituição do crédito agrícola (entre outros), estes pouco apareceram diretamente nos *slogans* do Movimento 26 de Março enviados para a Lista do Cacau. Os efeitos materiais desejados pelos cacauicultores deram vez a objetivos mais globalizantes e condizentes com o momento político, ao envolverem outros grupos e discursos sobre conservação e preservação ambiental, geração de empregos na região, o crime da vassoura-de-bruxa e o combate às mazelas sociais atribuídas à crise.

Por que não dizer objetivamente o que querem por meio dos *slogans*? Por que aquelas e não outras palavras? Os cacauicultores nos respondem: “Tudo depende de decisões políticas e os políticos se impressionam com uma grande MASSA (milhões) e não apenas com um pequeno grupo considerado ELITE [...]” (LISTEIRO nº 10,16/03/2010).

À medida que o Movimento foi ganhando corpo, outras categorias profissionais foram incorporadas ao discurso dos cacauicultores como também vítimas do crime da vassoura-de-bruxa: os “pobres trabalhadores”, “peões”, “comerciantes”, “trabalhadores rurais”, “trabalhadores culturais”, “empregados” e, sobre estes, os cacauicultores tentaram exercer o poder de persuasão, tentando fazê-los comportar-se de acordo com sua conveniência no dia do evento, como visto nas próximas citações:

[...] Se quiserem mudar algo em política, usem as RÁDIOS no horário mais cedo. Isso aterroriza os políticos (maus) viu CUMPANHEIRO? Os peões, os pobres trabalhadores (maioria esmagadora dos eleitores), ouvem radinhos de pilha ao acordarem e se deslocarem para o trabalho. Ao retornarem, não acessam nem INTERNET nem novelas na TV; estão exaustos e vão dormir. Eles também foram prejudicados pelo *débâcle* do cacau [...] (LISTEIRO nº 10, 08/03/2010).

Nesta questão, estou de acordo com você, não exatamente na PORRADA, mas na pressão popular e isso se consegue através de comunicação. Vamos botar a boca nas rádios e contar a história verdadeira, aquela que alguns querem abafar, chamando a participar todos aqueles que viviam e sobreviviam, com dignidade, na região, comerciantes, trabalhadores rurais, trabalhadores culturais... antes próspera e agora mendiga dos poderes públicos para tudo o que precisa. Um abraço, meu cacique (LISTEIRO nº 12, 09/03/2010).

Lembrem-se que milhares de trabalhadores rurais foram prejudicados; muitos morreram, outro tanto desempregados e o pior; muitos viraram assaltantes, traficantes e drogados. O radinho de pilha na matutina é uma arma tremendamente poderosa; milhares poderão comparecer

com a permissão dos patrões (agricultores como vocês). Acredito que não custa muito um relato e convocatória para o evento. Paguem a todas as rádios; o custo benefício tende para ZERO! UMA SOLUÇÃO SIMPLES, INESPERADA E...PODEROSA (LISTEIRO nº 10, 12/03/2010).

Sua sugest[ã]o é melhor ainda, gostei. Dessa forma demonstramos que n[ã]o somente os cacauicultores foram prejudicados, mas também os trabalhadores. Seria bom conseguir alguns grupos deles participarem da demonstra[çã]o também. Aí se tornará um movimento da regi[ã]o mesmo com mais 'power'. [...] (LISTEIRO nº 5,13/03/2010).

Gente, Sete horas da manhã já é dia avançado para quem trabalha no pesado. Essas entrevistas têm que ir ao ar entre cinco e seis e meia da manhã, hora em que os trabalhadores estão tomando café ou já a caminho da roça. [...] (LISTEIRO nº 12, 17/03/2010).

[...] QUANTO AO MOVIMENTO, se ainda houver tempo, recomendo aos líderes (especialmente os sindicatos dos agricultores, comércio etc.) que convoquem e liberem seus empregados para participarem do movimento; evidentemente com as devidas instruções. MUITA GENTE (que foi prejudicada) pesa muito. CHEGA DE PROMESSAS. SOLUÇÕES AGORA (LISTEIRO nº 10, 17/03/ 2010).

A seguir apresentamos quadro síntese com as interrogações costumeiras aos materiais discursivos, já enunciadas anteriormente.

Lista do Cacau: Movimento 26 de Março
Quem? (Procedência de quem fala)
Os cacauicultores da Lista do Cacau
Quando? (Data de ocorrência do Movimento 26 de Março)
26 de Março de 2010 (ano eleitoral – disputa principal entre PT - PSDB)
Onde? (Local da manifestação)
Cidades de Ilhéus e Itabuna-BA
Por quê?
Anulação das dívidas e/ou negociação das dívidas dos cacauicultores; protestar contra a reforma agrária (invasões) em suas grandes propriedades tendo como fundamento o baixo índice de produtividade; indenizações pelo crime da vassoura-de-bruxa; chamar a atenção da mídia nacional para seus problemas; protestar contra PAC do Cacau; mostrar a insatisfação pelo tratamento que têm recebido do Estado; contar a verdadeira história deles, que querem abafar (Quem?); lutar por justiça; denunciar os erros da Ceplac no combate a vassoura-de-bruxa (PRLC).
Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Conseguir legitimidade jurídica, política e moral junto ao Estado para que ocorra a anulação das

Lista do Cacau: Movimento 26 de Março
<p>dívidas contraídas para atender ao PRLC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • incorporando os discursos conservacionistas e preservacionistas; • dizendo-se apatidários; • atribuindo as mazelas sociais regionais ao crime da vassoura-de-bruxa; • considerando que o Estado os abandonou e conseqüentemente abandonou a região; • divulgando nos meios de comunicação que os cacauicultores são vítimas do crime da vassoura-de-bruxa e são injustiçados; • atribuindo à produção do cacau a geração de emprego, e à vassoura-de-bruxa, o desemprego; • criticando o PAC do Cacau; • apontando conseqüências sociais e econômicas atribuídas ao crime da vassoura-de-bruxa; • criando elementos diferenciadores dos demais manifestantes: índios querendo a demarcação das suas terras; pequenos produtores familiares querendo que os índios não “invadam” suas terras; sem terras querendo terras; assentados querendo financiamento; ambientalistas contra a construção do Porto Sul. • incorporando a região como vítima do crime do vassoura-de-bruxa.
Meios
↓
<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas em rádios para alcançar os trabalhadores rurais; • Divulgação na TV, Lista do Cacau, <i>Internet</i> e jornais; • Produção de faixas, camisas, panfletos e <i>blimps</i> contendo suas reivindicações; • Organização de caravanas e providenciando caminhão de som; • Manifestando-se politicamente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através da Carta aberta ao Presidente.
Efeitos esperados
↓
<ul style="list-style-type: none"> • Convencer o Estado e a opinião pública de que são merecedores da anulação das dívidas agrícolas. • Fortalecer o poder de barganha dos cacauicultores junto ao governo/Estado – quanto maior o número de adesões aos seus objetivos, maior pressão ao governo, principalmente contando que 2010 foi ano eleitoral e os candidatos precisavam de votos para se eleger.
Objetivos, ameaças e recompensas
↓
<ul style="list-style-type: none"> • Conseguir a anulação das dívidas contraídas para atender ao PRLC; • Obter novas linhas de crédito para os cacauicultores endividados; • Impedir a reforma agrária em suas terras; • Continuar a comandar o território-região. <p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se não alcançarem tais objetivos a produção de cacau no sul da Bahia poderá acabar e não gerarão empregos. A região continuará abandonada. <p>Recompensas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao serem atendidos em suas reivindicações continuarão a produzir cacau, conservarão a Mata Atlântica com essa atividade econômica, gerarão empregos e a ordem ameaçada pelas invasões e violência urbana será restabelecida. Conduzirão a região ao desenvolvimento.
Ordens imperativas (exprime uma ordem)
↓
<ul style="list-style-type: none"> • Cancelem as dívidas contraídas para atender ao PRLC; • Abram novas linhas de financiamento bancário para a cacauicultura; • Valorizem o cacau-cabruca e nos remunerem: “O cacau é uma reserva legal”. • Parem com a reforma agrária; • Parem com a demarcação das terras indígenas.
Efeitos materiais do poder
↓
<ul style="list-style-type: none"> • Continuar a definir a estrutura fundiária e uso do solo na região ao seu favor; • Continuar a disciplinar as relações de trabalho, produção e circulação do cacau; • Manter os mecanismos de concentração de renda e do poder.

Quadro 30 – Lista do Cacau: Movimento 26 de Março – o poder no campo de batalha

Fonte: Lista do Cacau. Temática: Movimento 26 de Março. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período: 03 mar. 2010 a 20 jun. 2010.

5.3.1 Movimento 26 de Março: adesão discursiva dos cacauicultores às políticas de conservação ambiental

Quanto à agregação do discurso conservacionista aos *slogans* “Cabruca sim é desenvolvimento sustentável”, “cacau é reserva legal”, “cacau preserva a floresta e estimula a inclusão social”, precisamos esclarecer três questões: cacau e necessidade de árvores para o sombreamento; cacau-cabruca; reservas florestais.

Primeiramente, vale ressaltar que o cacau é uma planta que se adapta bem a sub-bosques e matas raleadas, portanto, exige que algumas árvores sejam preservadas para promover o sombreamento. Pode ser cultivada com maior densidade do plantio, em fileiras mais organizadas ou de forma mais aleatória, aproveitando-se do sombreamento de algumas árvores da Mata Atlântica ou exóticas. Em todo caso, precisa que algumas árvores permaneçam de pé, para que haja produção.

Segundo: no início da ocupação do território-região cacaueira, havia escassez de gente disposta a trabalhar na formação das fazendas de cacau, porque poderiam formar suas próprias roças ou buraras (GARCEZ, 1977). Isto obrigou os fazendeiros que queriam aumentar a produção do cacau, não investindo no manejo da produção, mas ampliando a área plantada, a encontrar alternativas. Uma das alternativas foi ralear a floresta e plantar cacau sob o dossel, “cabrocando os cipós e arbustos” (BONDAR, 1938, p. 129) ao modo de plantar indígena. Assim, formou-se um sistema agrossilvicultural conhecido como cacau-cabruca (Figura 18):

Na cabruca, cerca de 20 a 35 espécies nativas de árvores são deixadas por hectare para sombrear os pés de cacau, que dominam o sub-bosque com 891 árvores por hectare. Cerca de 650.000 hectares de cacau são cultivados na Bahia, 70% dos quais sob o sistema de cabruca (OLIVEIRA et al., 2011, p. 3).



Figura 18 – Paisagem de área de cabruca na região Sul da Bahia.
Fonte: Sambuichi (2003).

Esse modo de produzir cacau, entretanto, era incompatível com o produtivismo adotado pela Ceplac. Entre as décadas de 1970 – 1980, a Ceplac adotou o modelo norte-americano da “Revolução Verde” ou em outros termos, implementou o aumento da produção cacaujeira a qualquer custo, como parte da política do desenvolvimento a qualquer custo (DQC) (SANTOS, 2003), baseado na desvalorização da agricultura familiar, na grande propriedade, maior concentração de renda, no produtivismo, em monoculturas alvo, como o cacau, na adubação química, uso de agrotóxicos (PORTO-GONÇALVES, 2004): “Nesse modelo aqui, na realidade, somente o econômico era intensivado, ou seja, a ordem era produzir a qualquer custo” (Entrevistado nº 33, 22/05/2012). Houve, inclusive, incentivo ao desmatamento das áreas de cabruca e a introdução de espécies exóticas à Mata Atlântica, como a *Erythrina* spp. e *Artocarpus heterophyllus*, para fazer o sombreamento do cacau.

De acordo com o superintendente da Ceplac para a Bahia e o Espírito Santo, Juvenal Maynard:

Houve, lá atrás, um progresso, mas um progresso sem a mínima preocupação com o meio ambiente. Há 30, 40, 50 anos atrás havia uma política agrícola nacional voltada para a exportação e uma estrutura social na qual ficava claro que se privilegiava quem estava no topo da pirâmide. [...]. Também a legislação trabalhista não funcionava em favor do trabalhador. Essa conjuntura foi realidade, principalmente na década de 70. A Ceplac, infelizmente, continua estruturada dentro desta ótica (MAYNART, 2012a, s/p).

Entretanto, nem todos os cacauicultores aderiram ao “pacote tecnológico da Ceplac” e mantiveram suas cabruças. Nestas cabruças foram plantadas árvores frutíferas, que foram incorporadas à alimentação local, entre elas a cajazeira, jaqueira, abacateiro, pinha, em substituição às árvores nativas, envelhecidas e caídas pelo tempo (SAMBUICH, 2001).

Nas áreas de cabruca houve maior conservação de espécies arbóreas de Mata Atlântica, se comparado com o plantio enfileirado de cacau e com menor sombreamento, denominado de cacau pleno sol; e mesmo que não tendo preservado integralmente as espécies originárias, visto que houve introdução de espécies exóticas, a cabruca contribuiu para a conservação do solo, mananciais e espécies animais (INSTITUTO CABRUCO, 2012).

De acordo com Lobão e Valeri (2009, p. 43): “Esse sistema gerou recursos financeiros, fixou o homem no campo, conservou recursos naturais e compatibilizou o desenvolvimento socioeconômico com a conservação”. Entretanto, quando da sua implantação, não havia uma ação pensada, informada, sobre a conservação ambiental, mas simplesmente garantir o sombreamento necessário para os cacauais (SANTOS, 2003), o que manteve algumas árvores de pé.

Este sistema de produzir cacau foi considerado pela Ceplac como “primitivo” na década de 1970. Hoje o que temos é o inverso disto: uma valorização acentuada desta forma de cultura do cacau pela própria Ceplac. Houve inclusive a inquietação em se buscar o significado da palavra cabruca. Para Dan Lobão, pesquisador da Ceplac:

Tem duas histórias que ligam a formação da palavra cabruca. A palavra vem derivada da palavra ca oca. Ca é mata; oca é casa de mata. Isso os índios já usavam isso. Eles faziam pequenas intervenções na floresta e faziam os cultivos deles. Já outra é a do coronel, em que ele diz assim: ‘Zé, vem cá brocar essa mata, para que eu possa plantar cacau’. Então, vem cá brocar, ao longo do

tempo... Vem cá brocar, cabroca a mata, cabruca a mata (LOBÃO, 2011, s/p).

Enfim, concomitantemente à “Revolução Verde”, o movimento ecológico foi ganhando consistência e, seus adeptos, maior notoriedade. Os discursos preservacionistas e conservacionistas foram adquirindo legitimidade social e política. Os mecanismos de cassação das palavras dos ambientalistas foram se afrouxando e sendo incorporados pelas “[...] corporações transnacionais, organizações multilaterais – o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, as organizações não-governamentais [...]” (PORTO-GONÇALVES; SADER, 2004, p. 15), que comandam o que deve ser valorizado e/ou desvalorizado em nível local. Hoje, falar em desmatamento da Mata Atlântica, mesmo sendo uma cabruca, é contar que haverá resistências bem fundamentadas e consistentes, tanto em nível local como global.

Ao discurso dos cacauicultores foram acrescentadas essas mudanças e hoje se fala até em uma política pública específica para a cabruca, que beneficiaria economicamente os cacauicultores por meio de incentivos e, ao mesmo tempo, contribuiria para a conservação ambiental (BRASIL, 2010). Com a Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro, as qualidades conservacionistas do cacau-cabruca foram potencializadas, como pode ser visto nas entrevistas realizadas por Kaline Ribeiro, para a TV Mercado, quando da realização, pela Ceplac, do seminário “Conservação produtiva: a região cacauceira e o sistema cabruca no Rio+20”. Segundo o Superintendente da Ceplac-BA, Juvenal Maynart:

Hoje se faz um marco, de uma transformação de uma fase – de visão produtivista para uma relação responsável com meio ambiente. Que nossa ciência consegue desenvolver mecanismos, seja em pesquisa, seja no manejo, seja na extensão, de uma relação de sustentabilidade, onde o tripé: econômico, social e ambiental sustentará o projeto de conservação produtiva que estamos levando ao Rio + 20 e gestando, junto com o IPEA e organismo do governo do estado federal para se apresentar efetivamente um plano de desenvolvimento regional integrado e sustentado e eco-conservação produtiva que nós iremos transformar, e dar uma resposta à sociedade regional e mostramos uma Ceplac revivida (MAYNART, 2012b, s/p).

Nesse mesmo sentido, temos as falas do Deputado Federal (PT-BA), Geraldo Simões; Claudio Dourado, presidente da Amurc; Wallace Setenta, presidente da Central Nacional dos Produtores de Cacau (CNPC) e Jay Wallace, diretor geral da Ceplac, no referido seminário. Para o Deputado Federal Geraldo Simões, o cacau, como produto que contribui para a conservação da Mata Atlântica, merece um tratamento diferenciado:

Há 200 anos nós fizemos uma opção por uma cultura, que é a cultura do cacau. E essa cultura é responsável pela preservação do que tem de mais importante no Brasil de conservação da Mata Atlântica. Saia dessa região, vá para o extremo sul. Lá é pecuária, lá não tem mais Mata Atlântica. Então, nós temos toda a autoridade para participar deste debate. Inclusive exigir do governo federal e de instituições federais, um cuidado diferenciado para com a nossa região, para com o cacau, Mata Atlântica e a Ceplac (SIMÕES, 2012, s/p).

Terceiro: além da cabruca, existem alguns remanescentes da Mata Atlântica que foram conservados pelos cacauicultores quando não existiam as exigências legais de conservação de certo percentual da propriedade. São as matinhas, pedaços da Mata Atlântica deixados para o consumo da madeira nas feitorias das fazendas, abastecimento das estufas para secagem do cacau, caça (LINS, 2005), enquanto a legislação ambiental permitia. Algumas fazendas ainda possuem serrarias. Segundo o entrevistado nº 8, “[...] [sua fazenda] tem uma fábrica de móveis desativada, uma carpintaria, marcenaria, serraria, tudo desativado. Não pode mais mexer com floresta da Mata Atlântica” (Entrevistado nº 8, 28/03/2011).

Então, esses retalhos, reservas de Mata Atlântica, também entram no processo de valoração ambiental e, juntamente com o cacau-cabruca, os cacauicultores aglutinam: turismo, comunidades tradicionais, mercado de carbono, certificação ambiental, selo verde, sustentabilidade, conservação produtiva, etc. E mais: os antigos cacauicultores, de forma historicamente remissiva, foram transformados em conservacionistas, por manterem as matinhas e o cacau-cabruca.

Na luta pelo poder local, para tornar interesses particulares em gerais, esse acontecimento é usado de duas formas: a) na construção de um dos traços identitários positivos dos cacauicultores e seus descendentes como conservacionistas; b) na abertura de possibilidade para que outras vozes também se apropriassem desse discurso e passassem a dizer e fazer a região cacauieira do Sul da Bahia, como é o caso das ONG e do MST e mesmo da Ceplac. É o que veremos

quando demonstrarmos as transformações na estrutura fundiária e de uso do solo na microrregião Ilhéus-Itabuna, na seção 6.

5.3.2 Lista do Cacau: Movimento 26 de Março e a auto-identidade do cacauicultor

A questão da construção da auto-identidade dos cacauicultores como potência para transformar a realidade reaparece no Movimento 26 de Março. Internamente à elaboração da auto-identidade dos atuais cacauicultores, temos qualidades agregadoras, que servem para legitimar o *status quo* dos mesmos, e apontamentos para os elementos conflituosos. As qualidades que os unem referem-se ao fato de serem: abertos, abnegados, admoestados, possuírem prestígio e liderança regional, democráticos, esperançosos, injustiçados, ordeiros, apolíticos, não serem arruaceiros e nem piqueteiros (em oposição dos demais grupos presentes no dia 26 de março). Por outro lado, encontram-se calados, desunidos, dormentes, omissos, parados e esperam que outros façam algo por eles (Quadro 31).

A auto-identidade dos cacauicultores	
Identidade agregadora	Identidade desagregadora
Abertos	Calados (não reclamam)
Abnegados	Desunidos
Admoestados	Dormentes
Apolíticos	Omissos
De grande prestígio regional	Parados
Democráticos	Preferem ficar em casa esperando que façam algo por eles
Esperançosos	
Injustiçados	
Líderes regionais	
Não são arruaceiros	
Não são piqueteiros	
Ordeiros	

Quadro 31 – Lista do Cacau: Movimento 26 de Março – traços identitários agregadores e desagregadores dos cacauicultores.

Fonte: Lista do Cacau. Temática: Movimento 26 de Março. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período: 03 mar. 2010 a 30 jun. 2010.

Os conflitos entre os cacauicultores é recorrente na Lista, como presente no Quadro 31, que em 21 *e-mails* falam sobre: desunião; falta de organização, de liderança, de garra, de participação nas entidades de classe, cooperação,

pensamento coletivo; mensagens considerando que a desunião e a vassoura-de-bruxa foram responsáveis pela falência dos cacauicultores.

Algumas explicações foram dadas para esta desunião: os cacauicultores não estão acostumados a fazer suas reivindicações indo às ruas; dispersão espacial dos cacauicultores – muitos moram fora da região e raramente vão às fazendas; estão acostumados a posições de comando e têm dificuldades de adaptação quando é necessário serem comandados:

Você se referiu à distância! É verdade! O produtor de cacau, ele tem outro grande defeito. Sabe qual é? Ele é apaixonado! É um negócio difícil de você superar. Você só supera se você se superar. [...] Você deixar para o outro aquilo que você não consegue fazer, e que o outro sabe fazer, é inteligente! [...] O produtor de cacau, ele se sente menor. Isso é um grande erro. É um erro de autoconhecimento. [...] O produtor vê uma cooperativa, vê o presidente, quer tomar o lugar do presidente [Risos]. Ou então briga com o presidente, sem substância, sem consistência. [...] E aí as coisas vão ficando difíceis! (Entrevistado nº 8, 28/03/2011).

Quanto à substanciação da identidade imposta aos cacauicultores, reconhecida por estes como decorrente dos conflitos de interesses com os outros grupos sociais de poder, no Movimento aparecem dois termos: arrogantes e elite:

Se não houver participação maciça das vítimas da tragédia regional-produtores trabalhadores e suas famílias (usem rádios para convocar os trabalhadores rurais), vão ouvir repetição dos filmes anteriores: 'se formos eleitos, desta vez cumpriremos'; não se esqueçam que os produtores são apenas 'ELITE' e a esquerda não simpatiza (LISTEIRO nº 10, 16/03/2010).

Um dos “a mais” nesta citação está a ideia de que os cacauicultores, mesmo não se considerando elite ou minoria dominante, são assim considerados pelos partidos ditos de esquerda, que apoiaram e elegeram o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, membro do Partido dos Trabalhadores (PT), partido com quem os cacauicultores precisavam dialogar e suas vozes poderiam ter menos *efeito de verdade* por serem considerados “elite”. Por isto, a necessidade de participação maciça das outras “vítimas da tragédia regional”. Daí serem apertados – precisam dialogar com o governo “de esquerda”, mas não querem apoiá-lo e nem opor-se declaradamente. Na relação política com o governo, parte dos cacauicultores ainda fracionam as ideias como sendo de direita ou esquerda, o que os colocam em

oposição ao governo petista, tanto da Bahia, com os dois mandatos do governador Jaques Wagner (PT), como do Brasil, com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de 2003 até 1º janeiro de 2011, e agora com a presidente Dilma Rousseff (PT).

Para finalizar o Movimento, os cacauicultores entregaram uma carta aberta ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinada pela Associação dos Produtores de Cacau (APC), Associação dos Municípios da Região Cacaueira (Amurc), presidente do Conselho de Administração do Instituto Biofábrica de Cacau, Sindicato Rural de Ilhéus (SRI) e Sindicato Rural de Camacan (SRC):

Assim Senhor Presidente, de forma sucinta, os produtores de cacau reivindicam:

a) Que todas as etapas do PRLCB, inclusive as transformadas em PESA, conseqüentes da orientação errônea da CEPLAC, conforme Notas Técnicas emitidas por este órgão federal e, também, SECURITIZAÇÃO, tornam os produtores merecedores da anulação de todos os contratos do referido programa.

b) Que seja fomentada uma política de crédito, compatível com os recursos financeiros necessários, no atendimento de CUSTEIO e INVESTIMENTO, permitindo estabelecer uma nova cacauicultura, com as novas tecnologias ora existentes, permitindo a recuperação e manutenção das fazendas de cacau, promovendo o equilíbrio econômico, social e ambiental (LISTEIRO nº 36, 28/03/2010).

No item b, acima, os cacauicultores se alinharam à política ambiental e social propagandeada pelo governo de então: “promovendo o equilíbrio econômico, social e ambiental”, mas não apresentaram qualquer proposta efetiva neste sentido na Lista do Cacau.

Em entrevista coletiva concedida às rádios Difusora, de Itabuna, e Santa Cruz, de Ilhéus, no dia 26 de março, o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse o seguinte sobre os “erros da Ceplac” e a anulação das dívidas dos cacauicultores:

Olha, primeiro, que nenhum técnico pode ser culpado se um jogador perder um gol. Ou seja, se o cidadão fez uma jogada errada, se chutou a bola fora... A Ceplac é uma instituição de pesquisa, de alta competência. Agora, como ela é dirigida por seres humanos, de pesquisas e pesquisadores, podem ter cometido um erro humano. [...] Tem gente que reivindica o perdão total das dívidas. Não existe possibilidade de perdão total das dívidas porque senão você habitua as pessoas a tomarem dinheiro emprestado e não pagarem. Não é possível. As pessoas têm que saber que têm responsabilidade. Se houve erro do governo, se houve erro da Ceplac, vamos tentar corrigir [...] (SILVA, 2010, p. 5-6).

Veja, o desconto, a gente faz aquilo que é possível fazer. [...] Veja, é importante que a gente tenha juízo na hora de discutir determinados assuntos, porque a maioria do dinheiro emprestado para os agricultores brasileiros é dinheiro do Banco do Brasil. Se esse Banco emprestar e não receber de volta, vai chegar um dia em que ele não vai ter dinheiro para emprestar. Então, é importante que as pessoas saibam... Uma coisa é você tratar, em época de crise, uma coisa diferenciada. Mas você não pode tornar hábito as pessoas contraírem empréstimo, não poderem pagar e você anistiar. Você não pode tornar isso um hábito (SILVA, 2010, p. 5-6).

Para decepção dos cacauicultores, nos noticiários *on-line* dos principais jornais locais, baianos e nacionais, houve destaque à fala do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre os produtores de cacau terem juízo ao pedirem a anulação das dívidas; à disputa eleitoral entre PT e PMDB na Bahia; às reivindicações dos indígenas e pequenos produtores de cacau, conforme Quadro 32.

Jornais	Manchetes
A Tarde	Em visita ao sul da Bahia, presidente Lula cobra juízo de produtores de cacau (ROCHA, 2010)
	Cacauicultores baianos querem uma solução para o endividamento (CACAUICULTORES..., 2010)
	Índios e produtores buscam apoio de Lula (OLIVEIRA; GLÓRIA, 2010)
A Região	Lula não aceita calote do cacau (LULA..., 2010a)
UOL Notícias	Lula e Wagner defendem Geddel de vaia em inauguração de gasoduto na Bahia (LULA..., 2010b)
O globo	Lula: Palanque duplo na Bahia pode dificultar campanha de Dilma (LULA..., 2010c)
Estadão.com.br	Lula prega paz entre PT e PMDB na Bahia (LULA..., 2010d)
Bahia em Pauta	Lula enfrenta vespeiro de políticos, cacauicultores e militantes no sul da Bahia (SOARES, 2010)

Quadro 32 – Movimento 26 de Março – jornais e manchetes sobre a visita do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ilhéus e Itabuna.

Para Soares (2013), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por “apelo político eleitoral”,

[...] alimenta sonhos e fantasias de reabilitação da economia da lavoura cacauieira devastada nas últimas duas décadas pela praga 'vassoura de bruxa' e pela terceira geração de “empresários da cacauicultura” (às vezes pior do que praga que atinge e seca a plantação, segundo historiadores locais), viciados nas tetas dos empréstimos dos bancos públicos (e privados também), e no perdão paternalista das dívidas por sucessivos governos estadual e federal.

Na Lista do Cacau, essas manchetes e opinião deixaram os cacauicultores entristecidos, decepcionados e divididos entre os que querem a anulação das dívidas e os que querem condições para pagá-las:

[...] Deixa-me triste depois de um fato de extrema importância como foi a APC ser recebida pelo presidente da república juntamente com o governador do estado e saber que setores da imprensa preferem divulgar que produtores querem dar calote em dívida. [...] Lamento pelos pobres de espírito. [...] (LISTEIRO nº 9, 26/03/2010).

Creio que tem gente querendo melar a cacauicultura na Bahia. Gostaria muito de saber qual o intuito. É verdade que existem alguns produtores que querem aquilo que chamam de perdão da dívida, direito deles, mas a maioria dos produtores quer mesmo é arrumar uma forma de pagar o que deve e ter um dinheiro novo para revitalizar a produção. TUdo o mais que for dito a respeito é intriga da oposição, é gente querendo ver a derrocada do cacau, querendo ver a miséria na região. URUBUS, É O QUE SÃO (LISTEIRO nº 12, 26/03/ 2010).

Na carta aberta entregue ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não consta qualquer solicitação de política pública específica que beneficiasse aos milhares que perderam o emprego com a crise, acontecimento tão ressaltado pelos cacauicultores, e nem é assinada por qualquer entidade representante dos trabalhadores. A crise cacauieira da Bahia expressa pelos cacauicultores é, principalmente, de quem se encontra endividado, dos que têm propriedades propícias à reforma agrária, dos que se sentem prejudicados com a identidade negativa que lhes imputam, que está grudada neles e que não conseguem se desvencilhar, e dos que se sentem ameaçados em seu poder por outros grupos no compartilhamento do domínio territorial. Para quem não contraiu dívidas, não tem grandes propriedades, não tem deferência identitária baseada na anterioridade do passado glorioso e nem tem domínio territorial a ser ameaçado, qual é a crise? É a mesma difundida pelos cacauicultores?

Os conflitos de como manter o domínio territorial entre os próprios cacauicultores aparece no Movimento 26 de Março, quando, por exemplo, o presidente do Sindicato Rural de Itabuna e do CNPC, Wallace Setenta, não assinou a carta dos cacauicultores entregue ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alegando que

[...] existe é uma diferença conceitual quanto à forma e o modo de entender a cacauicultura. No nosso entendimento, a nova cacauicultura tem que respeitar a cultura e a tradição da cacauicultura baiana que deve ser sustentada na harmonia entre a produção e a conservação dos recursos naturais, o que denominamos conservação produtiva. [...] O documento [carta entregue ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva] só fala em crédito e perdão de dívida e, de quebra, ainda ressuscita brigas e desencontros entre os atores regionais do cacau. Além disso, não propõe nenhuma alternativa concreta para a recuperação técnica e econômica da cacauicultura baiana. Só faz pedir. [...] Essa forma de entender o cacau só favorece ao grande produtor, que detém hoje 80 por cento do débito bancário do setor. Esse benefício solicitado também não garante que o grande produtor, mesmo recebendo o tal perdão, continue na atividade. E mais: todas as etapas dos programas de controle da vassoura-de-bruxa foram baseadas no crédito rural e até agora não resolveram absolutamente nada. Ao contrário, criaram mais um problema: tornaram o produtor de cacau num inadimplente (SETENTA, 2010, s/p).

A seguir veremos a mesma crise expressada pelos cacauicultores, mas agora vista através das entrevistas com os cacauicultores. Veremos que o discurso sobre a crise expressa pelos entrevistados não está tão orquestrado quanto na Lista do Cacau.

5.4 A CRISE DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA EXPRESSA PELOS CACAUCULTORES DE FORA DA LISTA DO CACAU: ENTREVISTAS COM CACAUCULTORES

Da mesma forma como procedemos anteriormente, aqui voltamos a inquirir nosso material de pesquisa, as entrevistas, como feito com as correspondências eletrônicas. Para a apresentação das entrevistas, optamos pela síntese em tabelas de acordo com a sucessão de perguntas que fizemos aos entrevistados, para depois fazer a análise buscando identificar as relações de poder e as intencionalidades.

A primeira questão refere-se à relação do entrevistado com a produção do cacau. Em princípio não mencionamos a palavra crise, pois tínhamos por objetivo saber se esta os incomodava. De uma forma geral os entrevistados dividiram suas vidas relacionadas ao cacau de duas maneiras: a familiar e a profissional.

Na vida familiar, houve destaque para as relações afetivas com os pais (com o pai em particular) e a vivência com o cacau: férias escolares na casa dos pais ou

avós e as brincadeiras ou atividades ligadas ao cacau. Dos oito entrevistados, somente um não mencionou a formação escolar e os demais relataram que estudaram fora da região cacauera e vinham passar as férias na região. Quanto ao aspecto profissional, este se relaciona com a formação escolar e/ou a ligação com o cacau.

Entre os aspectos familiares, educacionais e profissionais, outros temas foram ressaltados, como a interrupção dos estudos decorrentes da crise; a necessidade de transformar o cacau em um produto mais rentável por meio da industrialização, comercialização e *marketing*; o papel da Ceplac na região; as relações entre cacauicultores-trabalhadores; o combate à visão negativa que imputam aos cacauicultores, atribuída às obras de Jorge Amado; a valorização da cabruca e o incômodo de ser denominado de herdeiro atualmente (Quadro 33).

Questão 1 – Conte-me sua história de vida relacionada com a produção do cacau.

Aspecto familiar – a mãe era filha de coronel do cacau de Uruçuca e herdou 32 hectares porque as terras do avô foram divididas entre 18 filhos. Era comum ter muitos filhos para proteger a propriedade. Produziam, quando receberam a herança, 400 arrobas, e chegaram a produzir 2.200 arrobas de cacau. Agrônomo formado pela UFBA, vinha para a propriedade nos finais de semana. **Aspecto profissional** – os pais investiram em seus estudos, ele prestou concurso público e ingressou na Ceplac. Foi gerente de duas cooperativas de cacau. Fez um curso de comércio exterior, especialização na Fundação Getúlio Vargas, na Fundação Centro de Estudo de Comércio Exterior. Quando voltou foi trabalhar na Copercacau Central, como assessor de vendas. Continuou a trabalhar na Ceplac. Depois saiu para fazer o mestrado na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Terminou o mestrado e no auge da crise cacauera voltou a pedido da família.

Aspecto familiar – desde pequeno frequentava a fazenda do pai, que obteve a fazenda por herança de um tio. Chegaram a colher 11 mil arrobas em duas fazendas (do pai e da do avô), em 230 hectares. Não pertenciam a histórico de família abastada. Os irmãos do pai trabalhavam com cacau ou em atividades relacionadas com o cacau, iam na fazenda. Metade morava fora: Aracaju, Minas Gerais, Rio de Janeiro. Só um dos tios teve destaque: foi vereador e na época da Revolução [de 1930] o prefeito foi cassado e ele assumiu interinamente o cargo de prefeito de Ilhéus por um ano e meio. Depois virou deputado estadual de único mandato. Então todos viviam do cacau mesmo. Todos construíram suas casas. O único que não tem casa é seu pai, porque vendeu a casa para comprar uma fazenda, veio a vassoura-de-bruxa e ele não pode mais comprar a casa. **Aspectos trabalhistas e educacionais** – enquanto o pai trabalhava com o cacau, ele estudava fora e vinha nos finais de semana. Acompanhava o pai pelas fazendas, enquanto o pai fazia a administração. Nasceu e se criou vendo o que é fazer uma fazenda de cacau. Fez o segundo grau em Belo Horizonte. Ingressou no ensino superior na UESC, antiga FESPI, mas não concluiu os estudos. Hoje tem a própria fazenda. A fazenda do pai quem toma conta é um irmão e um cunhado. A fazenda foi comprada através da venda de uma casa adquirida através de financiamento. Comprou uma fazenda no sertão, depois vendeu a fazenda do sertão e comprou uma fazenda de cacau. Trabalha em Itabuna e mora na fazenda.

Aspecto familiar – “[...] bisneto da lavoura cacauera. Filho de 5 tios e um pai, que tiveram grandes empreendimentos rurais com ênfase no cacau no sul da Bahia e também na área comercial”. Produziam cacau e depois investiram na fabricação de móveis. Processavam borracha e também trabalharam no ramo de automóveis, prestação de serviços e peças. Os familiares saíram do cacau, foram para o comércio e voltaram para o cacau. Estudou em Salvador, fez até o ensino médio. Quando veio a crise passou a pensar em alternativas que não a de só produzir cacau. O patrimônio familiar era incalculável e foi dividido entre os herdeiros. Para sair da crise pensou em agregar valor ao cacau, se aproximar mais do consumidor. E agregar valor aos recursos naturais. Criou uma cooperativa com mais dois estrangeiros para vender o cacau diretamente para a indústria e ficou como superintendente por 8 anos, sem remuneração. Ajudou a criar um instituto de valorização da cabruca. **Aspecto profissional** – sempre foi

Questão 1 – Conte-me sua história de vida relacionada com a produção do cacau.

empregado do pai. Quando voltava da escola, trabalhava para o pai. Foi recepcionista, balconista, gerente de vendas, gerente de revendas, atividades relacionadas com uma representação da Ford no Sul da Bahia. Foi empregado do pai até quando este transferiu-lhe a responsabilidade dos negócios. Não gosta de ser chamado de herdeiro. Considera-se “um instrumento, uma peça que move um mecanismo, que precisa dar resultado”. Não gosta de ser chamado de herdeiro porque na cultura cacauera a palavra herdeiro foi um desastre, porque muitos herdeiros entenderam-se ricos e perderam tudo.

Aspecto familiar – é da terceira geração de produtores de cacau. Descendente direto de espanhóis. O avô veio após Guerra Civil espanhola, na época de Franco [entre 1936 – 1939]. Foi trabalhar em Salvador como garçom. O avô se casou com uma viúva, de origem francesa, que morava no município de Ilhéus. O irmão desta viúva foi até prefeito de Ilhéus, era muito influente e deu crédito ao avô para que este adquirisse uma propriedade na região. O avô teve que derrubar a mata para formar a fazenda. E começou a vender cachaça, flores... O avô comprou 8 fazenda no Rio do Braço. Era uma pessoa de nome conhecido na cidade, sério, íntegro, negócios corretos. Morreu antes da vassoura-de-bruxa chegar na região cacauera. Não passou pelo que os herdeiros passaram com a crise. **Jorge Amado** – fala que Jorge Amado era um romancista, não historiador; que a história da região cacauera era só festa, mulheres, queimava-se dinheiro, é estória; que em toda região têm pessoas que distorcem, fazem extravagâncias, porque havia muita facilidade para se conseguir dinheiro. O cacau era muito rentável. Entre os produtores de borracha, café, também teve isto, mas o cacau é mais visado. Quando se fala que é cacauicultor, as pessoas relacionam com esbanjador. Na verdade os cacauicultores quando ganhavam dinheiro compravam outra propriedade. Hoje as pessoas criticam os cacauicultores porque só investiam no cacau, mas o cacau era rentável e tinha gente aqui querendo comprar cacau. Não dava para mudar para outra cultura. **Trabalhadores** – nasceu e cresceu dentro de fazendas de cacau e sempre houve muito respeito com o trabalhador, muita amizade. O trabalhador sempre teve casa de tijolo, luz. Havia dificuldade de transporte. O trabalhador hoje tem plano de saúde, naquele tempo era mais difícil, mas para todo mundo. Para ir para a fazenda iam de trem, saltava e pegava-se duas mulas para chegar até a fazenda. Era uma dificuldade geral. Fica chocado quando as pessoas dizem que aqui se brincava de gastar dinheiro; o que não é verdade. A história dos homens que desbravaram a região é muito bonita, homens de luta. Infelizmente alguns netos ou pessoas fizeram extravagâncias, mas foram poucas.

Aspectos familiar e de trabalho – herdou da avó da esposa 55 hectares de cacau. Com a produção de cacau, comprou mais terras até chegar a 115 hectares. Herdou a fazenda quando tinha 25 anos. Antes já trabalhava no comércio de Ilhéus. Toma conta de uma fazenda de 4.760 mil hectares, de produção diversificada e fica com 10% do lucro. Até hoje continua a produzir cacau e trabalha no comércio.

Aspecto familiar – nasceu em Ilhéus e com 12 anos foi estudar nas melhores escolas do Rio de Janeiro, onde só estudavam europeus milionários e refugiados. Fez faculdade de economia. É filho de imigrantes judeus. Os pais começaram a vida econômica como mascates. Eles acumularam patrimônio e fizeram questão que os filhos estudassem. **Aspectos profissionais e educacionais** – ao mesmo tempo em que estudava, começou a construir prédios no Rio de Janeiro aos 20 anos de idade; tornou-se incorporador. Aos 41 anos teve o primeiro enfarte. Foi um dos 400 primeiros operados pelo Adib Jatene. Por orientação médica resolveu encerrar as atividades profissionais no Rio de Janeiro e voltou para Ilhéus. Acha que a cirurgia despertou-lhe desejo incessante de viver. Estava em fase excepcional na vida: com dinheiro, desquitado, não queria nada, só praia e namorar. O pai já estava com 80 anos e não reconhecia aquele comportamento no filho. Então pediu ao pai uma fazenda a ser formada, uma mata. Em Ilhéus fez a fazenda. Derrubou a mata porque não tinha IBAMA para impedir, mas deixou uma área, uma RPPN. E há 35 anos está “fazendo” esta fazenda. Há 12 anos a crise cacauera o pegou, mas não se arrepende, porque ama a fazenda. Já teve mais dois enfartes e fez três cirurgias do coração. Tem uma escola dentro da fazenda, mantida pela Prefeitura de Ilhéus. Hoje a fazenda não dá prejuízo, é gratificante e lhe dá sobrevida. Quando trabalhava no comércio teve sucessivos enfartes. Está com 17 anos sem enfarte. Não conhecia nada de cacau até vir para Ilhéus. Vivía no Rio de Janeiro, no Leblon, na praia. Tem consciência de conservação ambiental, mas não concorda com certas restrições de uso do solo em relação à propriedade. Iria discutir o novo Código Florestal com Aldo Rebelo, relator do Novo Código Florestal e presente em Ilhéus e Itabuna na época. Considera que a única coisa que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez de bom foi instalar luz elétrica na área rural. A fazenda agora tem luz elétrica. A fazenda tem umas 15 casas de empregados.

Aspectos familiares – o pai é produtor de cacau no município de Gandu. Os avós eram coronéis. O pai sempre foi grande cacauicultor, mas de esquerda. O pai foi o primeiro presidente de uma cooperativa em Gandu. **Aspectos profissionais e educacionais** – fez EMARC em Valença, fez

<p>Questão 1 – Conte-me sua história de vida relacionada com a produção do cacau.</p> <p>agronomia em Cruz das Almas e depois veio para a UESC, foi ativo no movimento estudantil, participou como estagiário da fundação da Cooperativa Cabruca, foi estagiário do IESB. Depois de formado foi trabalhar na Kerr Internacional, onde teve contato com a produção do cacau, como profissional, em assentamentos de reforma agrária. Em seguida foi trabalhar no Instituto Floresta Viva e se afastou um pouco do tema cacau. Fez o mestrado relacionado com mandioca. Antes de concluir o mestrado começou a trabalhar na UESC como professor substituto na área de fertilidade e conservação de solos. Na UESC aprovaram um projeto de 4 anos com o fundo <i>Dunting Banking Stoke</i>, da Holanda. O projeto “Melhorando a Eficiência do Sistema Agroflorestal Cacau Cabruca no Sul da Bahia”, envolvia pesquisa, extensão e articulações com políticas públicas ligadas ao cacau cabruca. Deste projeto que saiu o Instituto Cabruca. Através deste projeto conseguiu incluir o cacau na linha de financiamento chamado FNE Verde, com juros mais baixos do que os do mercado, 12 anos de carência e com 20 anos para pagar. Foi a APC que defendeu o FNE Verde. Daí ser ponto de partida para políticas públicas ligadas ao cacau e a questão ambiental. Na Ceplac está sendo criado o CTGA, que é o Grupo Técnico de Garantia Ambiental, que foi uma articulação entre o IMA – Instituto de Meio Ambiente – e a Ceplac.</p>
<p>Aspecto familiar – a família veio morar em Itabuna em 1896. Em 1910 a região se tornou a maior produtora de cacau do Brasil, e a família usufruiu dessa riqueza. Aspecto profissional – formou-se em Agronomia em Cruz das Almas, foi funcionário público da Ceplac, mas pediu demissão para abrir uma empresa de assistência técnica, tornou-se sindicalista patronal, fez mestrado na UESC. Hoje sua empresa presta consultoria ao Estado baiano sobre a relação conservação produtiva e a inclusão social.</p>
<p>Aspecto profissional – é funcionário público da mesma instituição desde 1977. Aspecto profissional – é funcionário público, fazendeiro e arrendatário de cacau.</p>
<p>Aspecto familiar – o pai era produtor de cacau. Herdou 41 hectares de cacau, mas não investe na produção. Considera que a mão de obra é muito cara e as amêndoas de cacau estão muito baratas. Não dá para contratar trabalhadores fixos porque é muito caro devido aos direitos trabalhistas. É difícil contratar diaristas por 30 reais por dia, porque está faltando gente qualificada para trabalhar. Devido a isso conserva os 41 hectares de cacau herdados, mas não pensa em ampliar os investimentos em cacau, abrir novas fazendas, inclusive porque o IBAMA não permite o desmatamento e o retorno financeiro é imprevisível por causa das doenças e do alto preço da mão de obra. Hoje não se encontra pessoas para trabalhar como diarista para ganhar 30 reais por dia, e quando encontra não sabe trabalhar direito. Aspecto profissional – mantém os 41 hectares de cacau e mantém-se como comerciante.</p>
<p>Aspecto familiar – enfatiza que o pai já teve 158 funcionários trabalhando na fazenda de cacau. Hoje a fazenda de cacau está abandonada porque não compensa produzir cacau. O pai era peão, foi formando fazendas e conseguiu ter grandes fazendas de cacau. O preço da fazenda no passado era tão alto que não tinha gente com condições para comprá-la. Hoje querem vender a fazenda e não acham comprador, ninguém quer. Aspectos profissionais – investiram em empresa de ônibus e fazendas para criação de gado. Nem os sem-terra querem a fazenda porque não dá lucro.</p>

Quadro 33 – Entrevistados: cacauicultores – síntese da história de vida relacionada com o cacau.

Nessa questão, a crise cacauceira apresentou-se de forma mais diluída, menos consubstanciada, comparativamente às discussões na Lista do Cacau, mas nem por isto as intenções em falar em nome da região foram inexistentes. Recorreu-se novamente à valorização dos recursos naturais, em particular à cabruca e à agregação de valor ao cacau.

Há também falas repetitivas, tentativas de fixação de ideias: as justificativas para as relações entre os patrões e empregados terem maior cunho afetivo no passado e com menos direitos trabalhistas (paternalismo); recorrência à valorização

dos desbravadores; a austeridade dos pais. Quando pedimos para que os entrevistados relatassem sobre a crise, estes assuntos voltaram a se repetir.

5.4.1 Entrevistas com cacauicultores: a chegada da vassoura-de-bruxa, motivos, consequências...

Na Questão 2, solicitamos para que os entrevistados relatassem sobre a crise cacauera. Aí se apresentou algumas diferenciações em relação ao que vimos referentes à Lista do Cacau. Aqui a crise não é recortada temporalmente a partir da introdução da vassoura-de-bruxa, a crise começa antes, no início ou meados da década de 1980. Em termos de substanciação, o início da crise deu-se por vários motivos, internos e externos em relação à produção do cacau, entre eles:

1. os conflitos entre os próprios cacauicultores;
2. a falta de apoio do Estado e da população aos cacauicultores;
3. baixo investimento na renovação e adensamento dos cacauais;
4. aumento da produção pelo aumento da área plantada;
5. crédito fácil, liquidez, e preços elevados do cacau em uma determinada fase, o que levou a acomodação dos cacauicultores;
6. queda dos preços das amêndoas de cacau;
7. baixos investimentos em novas técnicas de plantio e em pesquisas relacionadas à produção cacauera;
8. fim do Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) a juros subsidiados, conforme prazo;
9. estiagens;
10. mudanças na estrutura rodoviária, mais vantajosa para Itabuna, com a construção da BR 101;
11. Consolidação das Leis Trabalhistas, até então pouco aplicadas;
12. maiores investimentos do Estado na industrialização do país em detrimento à agricultura;
13. fim da política pública de retenção de 15% da comercialização do cacau pela Ceplac, aplicada aos próprios cacauicultores;
14. crime da vassoura-de-bruxa.

A chegada da vassoura-de-bruxa, segundo um dos entrevistados foi: “Como se costuma dizer lá na roça: a queda e o coice. Vem a queda de preços e vem o coice, que é o advento da vassoura-de-bruxa [...]” (Entrevista nº 3, 24/03/2011). Assim, os holofotes que estavam voltados, quase que exclusivamente à vassoura-de-bruxa, aqui concorre com outros focos de luzes, buscados no passado sempre refeito. Como principais explicações para a crise temos: a) a desunião dos cacauicultores (8,96%); b) maculação do nome dos cacauicultores (7,46%); c) queda do padrão de vida; e) conjunção de fatores (5,97%); e; f) desemprego (5,97%) (Tabela 5).

Tabela 5 – Entrevistados: a crise cacauieira da Bahia segundo os cacauicultores.

Questão 2 – Fale-me sobre a crise cacauieira (e as variações deste questionamento. Por exemplo: O que foi/é a crise cacauieira para o Sr(a)?).		
Respostas	Qde.	%
Quando?		
1985	1	1,49
1986	3	4,48
1989	2	2,99
1982	1	1,49
Não se referiram a uma data	4	5,97
Por quê?		
<ul style="list-style-type: none"> Desunião dos cacauicultores – os cacauicultores endividados criaram a Associação Brasileira de Cacauicultores (ABC), que passou a concorrer com a CNPC. Os cacauicultores passaram a apresentar propostas diferentes para a resolução da crise ao Ministério da Agricultura; falta de cultura cooperativista; todos querem mandar e não sabem atribuir tarefas; enfraquecimento da ABC e CNPC; hoje criaram a APC e em seguida criaram o IPC, rachando novamente os interesses dos cacauicultores; não participam das instituições de classe. Os cacauicultores, sem dinheiro, perderam a capacidade de articulação. 	6	8,96
<ul style="list-style-type: none"> Maculação do nome dos cacauicultores – difusão da visão jorgeamadiana (negativa) dos cacauicultores; difusão da ideia de que foram escravocratas. Dizendo que não foram escravocratas como foram os canicultores e cafeicultores. 	5	7,46
<ul style="list-style-type: none"> Fim do Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) a juros subsidiados, conforme prazo; Diminuição do crédito agrícola; 1987 – 1988 – queda nos preços do cacau no mercado mundial; Estiagem na região cacauieira; Desvalorização cambial; Diminuição dos investimentos na lavoura; Diminuição do preço das amêndoas de cacau; Desestruturação do setor de compra e venda do cacau; Desestruturação institucional da Ceplac com o fim da taxa de retenção; 1989 – chegada da vassoura-de-bruxa – foi o “tiro de misericórdia”; 	4	5,97

Questão 2 – Fale-me sobre a crise cacauera (e as variações deste questionamento. Por exemplo: O que foi/é a crise cacauera para o Sr(a)?).

Respostas	Qde.	%
<ul style="list-style-type: none"> A crise não foi só do setor primário da economia. Afetou a toda sociedade regional. 		
<ul style="list-style-type: none"> Ceplac – o PRLC não deu certo. 	3	4,48
<ul style="list-style-type: none"> Chegada da vassoura-de-bruxa na região cacauera da BA; Os trabalhadores passaram a ter mais acesso à informação e não aceitavam mais trabalhar sem carteira de trabalho assinada – regime de CLT; aumento do custo da força de trabalho; 	3	4,48
<ul style="list-style-type: none"> A vassoura-de-bruxa foi um crime biológico. 	2	2,99
<ul style="list-style-type: none"> Consolidação das leis trabalhistas – os trabalhadores passaram a exigir seus direitos. Muitas fazendas foram adjudicadas para pagar as dívidas trabalhistas; os cacauicultores eram desorganizados, não eram empresários, não tinham controle sobre a folha de pagamento e fazendas foram a leilão. 	2	2,99
<ul style="list-style-type: none"> O Estado dependia muito da arrecadação advinda do cacau, quando veio a crise, o Estado não pode ajudar para não comprometer o próprio Estado; O Estado tinha investido o dinheiro do cacau na construção do Pólo Petroquímico de Camaçari e não pode ajudar os cacauicultores. 	2	2,99
<ul style="list-style-type: none"> Transição do regime ditatorial para o democrático no Brasil e os sucessivos planos econômicos. 	1	1,49
<ul style="list-style-type: none"> A crise de Ilhéus começou com o deslocamento da economia para Itabuna, com a construção da BR 101. E também com a construção da BR 116. 	1	1,49
<ul style="list-style-type: none"> Despreparo dos cacauicultores em lidar com o dinheiro. O dinheiro era fácil e não foram preparados, educados, para tempos de crise. 	1	1,49
<ul style="list-style-type: none"> Toda <i>commodity</i> tem preço variável, instável. A produção cacauera já vinha de crises cíclicas. Na década de 70 os cacauicultores tiveram dinheiro (o preço do cacau estava em alta) e crédito. O crédito era muito fácil e o cacau tinha liquidez, vendia fácil e mesmo antes das colheitas. As movimentações com o cacau eram taxadas em 15% e administrada pela Ceplac. Era muito dinheiro e a Ceplac passou a ser um Estado dentro do Estado. Sabendo disso o Estado acabou com essa taxa e os cacauicultores ficaram desprotegidos diante da crise. 	1	1,49
Consequências		
<ul style="list-style-type: none"> Queda do padrão de vida. 	5	7,46
<ul style="list-style-type: none"> Desemprego. 	4	5,97
<ul style="list-style-type: none"> Falta de gente para trabalhar. Os melhores trabalhadores foram embora. 	3	4,48
<ul style="list-style-type: none"> A crise foi violenta, mas atingiu mais gravemente quem vivia exclusivamente do cacau, que não era o caso do entrevistado. 	3	4,48
<ul style="list-style-type: none"> Dívidas. 	2	2,99
<ul style="list-style-type: none"> Diminuição do paternalismo. 	2	2,99
<ul style="list-style-type: none"> Fechamento de cooperativas e empresas locais – milhares de desempregados; Organização do cacauicultores na Central Nacional dos Produtores de Cacau (CNPC) – pressionaram o governo, que criou o PRLC, através da Ceplac; Os primeiros clones não foram altamente produtivos; Os demais clones demoraram de 2 a 6 anos para se tornarem aptos para a comercialização; Os próprios cacauicultores passaram a vender mudas de cacau supostamente resistentes à vassoura-de-bruxa; O Estado estava investindo mais na industrialização do que na agricultura. Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento 	2	2,99

Questão 2 – Fale-me sobre a crise cacauera (e as variações deste questionamento. Por exemplo: O que foi/é a crise cacauera para o Sr(a)?).

Respostas	Qde.	%
influenciavam nas decisões do Ministério da Agricultura e os pleitos dos cacauicultores não eram atendidos;		
<ul style="list-style-type: none"> • Entra o grupo da “tendência ideológica” no governo, que passa a priorizar os pequenos produtores em detrimento aos grandes cacauicultores; • Os créditos bancários foram suspensos; • Dependência dos cacauicultores do Estado. • A região está tendo uma chance de transformar a crise em oportunidades. 	2	2,99
<ul style="list-style-type: none"> • Baixa auto-estima dos cacauicultores; crise existencial dos cacauicultores. 	2	2,99
<ul style="list-style-type: none"> • Interrupção de estudos dos filhos dos cacauicultores que moravam fora. 	2	2,99
<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade para se trabalhar com outras coisas além do cacau, como é a questão da cabruca, do aproveitamento da madeira morta, dos produtos da floresta. 	2	2,99
<ul style="list-style-type: none"> • Maior conhecimento sobre o fungo da vassoura-de-bruxa. 	1	1,49
<ul style="list-style-type: none"> • Agregação de valor ao cacau – vontade de fazer líquido, chocolate, bombom, selecionar a amêndoa de cacau, certificação de origem. A crise deu muita experiência, muita vivência. 	1	1,49
<ul style="list-style-type: none"> • Todos tiveram que trabalhar fora, inclusive as mulheres. 	1	1,49
<ul style="list-style-type: none"> • Invasões de terras. 	1	1,49
<ul style="list-style-type: none"> • Descrença no cacau pelos órgãos públicos. Desânimo dos cacauicultores. 	1	1,49
<ul style="list-style-type: none"> • Persistência dos cacauicultores, mesmo após 23 anos sem crédito. 	1	1,49
<ul style="list-style-type: none"> • Suicídio de cacauicultores. 	1	1,49
Total	67	100

Nota: O número de respostas é maior do que o de entrevistados porque deram mais de uma resposta.

Aqui as temáticas sobre a necessidade de mudar a imagem que a sociedade faz dos cacauicultores baianos e a desunião dos cacauicultores voltam a aparecer (7,48%). As divergências internas ao grupo dos cacauicultores são apontadas como principais motivos para a própria crise. Segundo Chiapetti (2009), a desarticulação dos produtores de cacau “[...] e falta de comprometimento da classe cacauicultora com os caminhos desejados para a atividade e, por conseguinte, para a Região Cacauera” (p. 69), é histórica e contribuiu para

[...] a dissolução ou perda de função das associações ou instituições como o ICB, a maior parte dos sindicatos de produtores, COOPERCACAU e todo o seu complexo industrial e comercial, o Conselho Nacional dos Produtores de Cacau (CNPC), a Comissão de Comércio de Cacau da Bahia (CONCAUBA), a Associação de Apoio à Recuperação da Lavoura Cacauera (COMACAU), a Associação Brasileira de Cacauicultores (ABC), etc (CHIAPETTI, J., 2009, p. 69-70).

Na Lista do Cacau, é frequente a “guerra verbal” entre a APC, IPC e Câmara Setorial porque dão conteúdos diferentes à crise.

A troca de *e-mails* entre Listeiros serve de exemplo ao que estamos dizendo.

O Listeiro nº 7 relatou:

O que realmente temos de efetivo nada tem a ver com a associação [referindo-se a APC]. Na área da pesquisa, são atividades anteriores e completamente desconectadas. Para o PAC do cacau, é um programa anterior à associação. Para o que fazer para combater a vassoura, o nosso norte é o amigo Edvaldo Sampaio associado às pesquisas de alto nível geradas a partir da iniciativa do projeto genoma. Em breve teremos a iniciativa das processadoras com o projeto Phoenix [Phenix⁶³], agora oficialmente noticiado em jornais de grande circulação. Na área do cacau fino, temos a APCFE [Associação dos Profissionais de Cacau Fino e Especial] que agora se converteu em FCA [FCA - Fine Cocoa Association]. No orgânico, temos a Cabruca. Na área ambiental, grande número de ONGs [Organizações Não Governamentais], como a Preserva, o IESB [Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia], etc. Como novidade, temos o nosso novo amigo, o cientista amador, o simpaticíssimo Sr. Cecílio, da Fazenda do Cal, etc. Portanto, há muita gente mobilizada e trabalhando em prol da cacaucultura. Espero que vocês trabalhem cada vez mais, mas que não imaginem ser o canal oficial da cacaucultura, porque não são. Vocês são uma associação, feito nos moldes do Código Civil, entre tantas que podem ser formadas com o mesmo objetivo ou objetivos semelhantes (LISTEIRO nº 7,14/04/2011).

E obtive a seguinte resposta: “Se trabalhando separados estamos fazendo tudo isso, imagine se juntássemos as nossas forças e nossas inteligências? Pense nisso (LISTEIRO nº 3,14/04/2011).

Temos ainda outro *e-mail* que exemplifica a disputa entre a APC e IPC:

Pessoal da Lista, vejam abaixo, o e-mail de nosso 'dito' representante, mas o IPC não foi nessa conversa, portanto após a edição da Instrução normativa do MAPA em outubro, dentro do prazo Hábil entramos com a Ação Judicial. Porque então presidente da APC assim não procedeu na época? Ficou nos entretantos das Câmaras Setoriais, a espera de hoje já terem descarregado três navios em Ilhéus com amêndoas de cacau sem tratos fitossanitários

63 Projeto Phenix – adoção de práticas de manejo do cacau por parte dos produtores, em 25 fazendas, coordenados pela “[...] Associação da Indústria Produtora de Cacau (AIPC), que representa as cinco maiores produtoras mundiais da amêndoa - Cargill, ADM, Barry Callebaut, Delfi Cacau e Indeca. A duração total é de oito anos, sendo que os aportes financeiros serão realizados nos primeiros quatro. O orçamento total é de € 673 mil, sendo € 500 mil aportados pelo fundo do governo alemão Buffer Stock Fund, e o restante pela AIPC. As fazendas selecionadas participam com 15% do total dos insumos gastos no projeto” (BATISTA, 2011, s/p). O objetivo é aumentar a produtividade do cacau”.

de origem? Há [Ah!], devia estar preocupado em Salon de Paris! Nós tomamos a atitude, eles a passitude! (LISTEIRO nº 14, 20/02/2012).

A diferença de atuação entre a APC e IPC, de acordo com a troca de correspondências na Lista do Cacau, está basicamente na relação com o Estado. A APC atua mais alinhada ao Estado e o IPC atua declaradamente contra o Estado. Daí a ironia do membro do IPC sobre a APC estar preocupada com o *Salon* de Paris, uma alusão à participação da APC no Salão do Chocolate em Paris, em 2010, “[...] a convite do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (Seagri) e Sebrae” (ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE CACAU, 2010, s/p), todos órgãos do Estado.

Esta diferença é evidenciada pelo Listeiro nº 1. Segundo ele:

O INSTITUTO PENSAR CACAU foi criado há menos de 6 meses, mais precisamente no dia 15 de Março de 2011 com a expectativa justamente de promover a união dos produtores de cacau e vem conseguindo isto, haja visto que em tão pouco tempo já somos quase trezentos associados e com crescentes e aceleradas adesões. Não vejo nisso sinal de desunião, ao contrário chamo isso de COMUNHÃO. Em nenhum momento nossa instituição pregou ou irá pregar a desunião e conseqüente enfraquecimento da classe produtora. Ao contrário, pregamos sim o fortalecimento e união dentro daquilo que julgamos ser de interesse do produtor de cacau e jamais iremos negociar o que de mais precioso ainda temos, diante de tudo que já perdemos: A NOSSA DIGNIDADE. De que união estão falando? De nos unirmos à CEPLAC e ao aceitar a renegociação de dívidas propostas aceitarmos também que esses débitos são legais e que as recomendações à que fomos submetidos não surtiram o efeito anunciado por culpa unicamente nossa? Que união estão querendo? União com os criminosos da Vassoura de bruxa? União com o estado que nos virou as costas no momento em que mais precisamos? União com os Agentes financeiros que empunham à todo o momento uma espada em nossas cabeças? De que EQUILÍBRIO estão falando? Do equilíbrio que se deve ter para ficar em cima do muro? Acho que o que nos enfraquece senhores, não é nossa suposta DESUNIÃO e sim nossa até então patente e patética SUBMISSÃO. De que nos serve estarmos unidos numa luta, se a bandeira a ser empunhada é a mesma do inimigo? Se não formos capazes de defender a nossa honra, de defender a nossa história, de defender a verdade e a justiça, tenho uma sugestão: NÃO NOS RESTA MAIS NENHUMA LUTA, APENAS A RENDIÇÃO!... aí sim, estaremos todos unidos não mais numa TRINCHEIRA, mas dentro de uma mesma COVA (LISTEIRO nº 1, 03 08/2012).

Por este *e-mail*, ficam mais claros os objetivos do IPC: lutar contra o pagamento dos empréstimos contraídos para atender ao PRLC e “[...] honrar um passado de luta e de sacrifício, [...] daqueles que a mais de 200 anos desbravaram [...] essa região” (MUNIZ, 2011a). Defender a honra, história, verdade e a justiça dos cacauicultores, conforme a citação anterior. Uma das ações do IPC, neste sentido, foi o apoio logístico e campanha de arrecadação de verbas para o financiamento do documentário “O nó – ato humano deliberado”, e a entrada na Vara Única da Justiça Federal de Ilhéus, de Ação Declaratória contra a Ceplac e União, visando “[...] **o pronunciamento judicial da responsabilidade civil da CEPLAC para com os efeitos do PRLCB**”; o “[...] **pedido de reconhecimento de prática de improbidade administrativa por parte da CEPLAC [...]**”; e “[...] pedido para que o Juiz determine a UNIÃO que esta traga aos autos os motivos pelos quais foi o processo extinto e arquivado” (LISTEIRO nº 1, 17/11/2012, grifo do autor).

O IPC busca na base histórico-geográfica a revisitação ao passado pela repetição com certa regularidade da história dos desbravadores; no crime da vassoura-de-bruxa como ato de injustiça; um projeto de futuro. Enquanto a APC centra-se mais nas relações territoriais presentes: pesquisa científica relacionada ao cacau; definição de preço mínimo para o cacau; certificação de origem; defesa da produção do cacau de qualidade com responsabilidade social e ambiental⁶⁴, para se construir uma imagem do território-região porvir.

Para que a APC e o IPC alcancem seus intentos, falam constantemente em alguns lugares: na Lista do Cacau, no site Mercado do Cacau⁶⁵, no site Canal Rural⁶⁶, nos jornais locais, em instituições de ensino e de pesquisa, em entidades de classe. E com rituais cerimonialistas em determinadas circunstâncias: entrevistas, palestras, reuniões, congressos, seminários, encontros. É preciso falar, repetir constantemente “suas histórias” até que se tornem banais, ou seja, que outras pessoas passem a repeti-las sem reflexão, como única verdade e passem a agir “naturalmente” segundo esta ideia subjetivada.

Vejamos ainda uma “guerra verbal” desencadeada porque a verba para um projeto foi para os “outros” e não para os cacauicultores. A “guerra” foi contra um

64 Consultar o site da APCACAU, disponível em: <<http://www.apcacau.org/>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

65 Consultar o site do Mercado do Cacau, disponível em: <<http://www.mercadodocacau.com.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

66 Consultar o site do Canal Rural, disponível em: <<http://canalrural.ruralbr.com.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

projeto do Instituto Cabruca, que envolve o representante dos cacauicultores na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis⁶⁷.

Recentemente:

A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir) assinaram um convênio com o Instituto Cabruca, [...], para o 'Manejo Agroecológico do Cacau e Processamento de Cacau de Qualidade em Assentamentos Rurais e Comunidades Quilombolas e Indígenas no Território Litoral Sul da Bahia' (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 2011).

Na Lista do Cacau, esta notícia foi divulgada e colocados sob suspeita os objetivos do convênio e concessão da verba no valor de R\$ “3.005.074,90 (TRÊS MILHÕES E CINCO MIL E SETENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)” (LISTEIRO nº 14, 16/12/2011a). Segundo este listeiro,

O objetivo é [sic] promover o enriquecimento de áreas de cacau e o [sic] processamento da amêndoa com qualidade, visando a geração de renda, [sic] segurança alimentar, e a conservação da Mata Atlântica em ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, AGRICULTORES FAMILIARES, COMUNIDADES QUILOMBOLAS, E COMUNIDADES INDIGENAS, por meio [sic] da produção e [sic], comercialização de um produto local. No momento, \$em mais comentário\$ (LISTEIRO nº 14, 16/12/2011b, grifo do autor).

Segundo o autor do *e-mail* que resultou em uma série de respostas, ele não é contra aos objetivos do projeto, só estranha que o mesmo seja assinado por Durval Libânio Netto Mello, representante dos cacauicultores na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis⁶⁸:

O que está em jogo é que esse senhor de múltiplas facetas, [...] é o presidente da Câmara Setorial do Agronegócio Cacau! O voto de minerva! O nosso elo, entre o produtor e entes do Governo Federal!

67 “A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis foi instalada pelo então Ministro Roberto Rodrigues em 4 de maio de 2004, na Sala de Reuniões do CNPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília, DF” (BRASIL, 2012a).

68 “As Câmaras Setoriais e Temáticas têm por finalidade propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. Constituem um foro de caráter consultivo, pertencentes ao Conselho do Agronegócio e vinculadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, sendo compostas por representantes de produtores, consumidores, trabalhadores, entidades empresariais e organizações não governamentais, bem como de órgãos públicos relacionados aos arranjos produtivos aos quais se referem” (BRASIL, 2012b).

Presidente de um órgão responsável pela definição das POLÍTICAS do MAPA para a Cacaucultura! (LISTEIRO nº 14, 20/12/2011a).

“[...] ações do Instituto Privado [Instituto Cabruca] que dirige, vem de encontro às demandas dos Produtores Rurais da Bahia, da região Sul, baixo sul e extremo sul” (LISTEIRO nº 14, 20/12/2011b); “os princípios demonstrados nesse convênio diferem sobremaneira dos anseios da nossa classe, ma\$ o que está na moda é o tudo pelo \$ocial, não é?” (LISTEIRO nº 14, 17/12/2011).

Em que o convênio assinado pelo Instituto Cabruca contraria aos interesses dos cacaucultores? O listeiro em referência responde:

O Instituto Cabruca que o mesmo dirige [referindo-se a Durval Libânio Netto Mello], sendo o presidente, acaba de receber três milhões de reais de verba não reembolsável para atender O POLVO com seus imensos tentáculos (assentamentos, quilombolas e índios) ou massa de manobra do MST [...] (LISTEIRO nº 14, 20/12/2011c).

“Mais, assina [Durval Libânio Netto Mello assina] um documento intitulado ‘MANIFESTO EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DO MST’” (LISTEIRO nº 14, 20/12/2011d).

Em outros termos: a verba conseguida não foi para os cacaucultores, mas para outros grupos que disputam o território: os assentados, quilombolas e índios e o representante dos cacaucultores na Câmara Setorial assinou um manifesto em defesa da democracia e do MST, ações contrárias, segundo o Listeiro nº 14, aos interesses dos cacaucultores. Estes grupos (índios, quilombolas, sem-terra) estão excluídos do projeto de região de alguns cacaucultores, são os rejeitados, escondidos, dissimulados, no discurso da luta pelo bem comum e, portanto, o destino de todos do território-região cacaueiro Sul baiano.

A crise enfraqueceu a Ceplac de outrora e tornou-se alvo de divergências entre os cacaucultores. Temos, de um lado, a APC, que defende a continuidade da Ceplac e, de outro, o IPC, que se não defende o fim da Ceplac, age contrário à instituição, visto a tentativa de atribuir a esta a responsabilidade pelo insucesso do PRLC. Em uma entrevista à TV Mercado, o então presidente da APC, Henrique Almeida, denominou de “[...] canalhice generalizada na região que faz questão de acabar com a instituição Ceplac, fazia esses movimentos para o fim da Ceplac [em

Salvador, na Assembléia Legislativa]. Nós estamos lá defendendo exatamente o contrário [...]” (ALMEIDA, 2011, s/p).

Em nota à imprensa, dia 21 de setembro de 2011, o presidente do IPC, Águido Muniz, a conclui da seguinte maneira:

Lastimável. Este é o termo mais adequado para classificar a colocação do presidente da APC ao referir-se a assunto de responsabilidade da CEPLAC, quando diz: *‘para as pessoas que reflitam e não saiam nos criticando de qualquer forma’*, como se ‘ceplaqueano’ fosse. Lembramos ao senhor Henrique de Almeida que ele não é ceplaqueano e que ainda preside uma instituição criada para defender os interesses de alguns produtores. Por fim, o Instituto Pensar Cacau vem de público dizer que não acredita na independência de uma instituição [APC] cujo presidente, além de ocupar cargo cuja indicação é sabidamente política (eticamente incompatível), ainda assume a defesa incondicional da CEPLAC, em detrimento dos interesses dos produtores de cacau da Bahia (MUNIZ, 2011b, grifo do autor).

É a mesma crise o IPC e APC, mas com conteúdo e proposições de resolução diferentes.

Em relação as consequências da crise, aparece, em primeiro lugar, a “queda no padrão de vida” e, em segundo, o desemprego.

Voltemos à análise das entrevistas com os cacauicultores. A próxima pergunta é sobre o que os entrevistados perderam com a crise cacauaieira (Tabela 6).

Tabela 6 – Entrevistados: cacauicultores – o que perderam com a crise cacauaieira

Questão 3 – O que o sr.(a) perdeu com a crise cacauaieira?		
Respostas	Qde.	%
Perdas pessoais – materiais e imateriais	6	54,54
<ul style="list-style-type: none"> • Perdeu de fazer o doutorado, ficaram mais pobres, mas tinha outras fontes de renda e não precisaram vender nada. Deixaram de ganhar. • Perdeu autoestima, perdeu na parte financeira, se sentia incapaz, muito desgaste, muito sofrimento, quase houve separação da esposa porque insistia em querer lidar com o cacau. • Perdeu um terreno e a saúde: teve dois enfartes. • Vendeu algumas coisas. • Perdeu a saúde, “só isso”. Sofreu com o julgamento dos outros. Foram perdas materiais e não morais. • As fazendas perderam valor, os pais empobreceram e investiram em criação de gado e empresa de transporte. 		
Perdas regionais	4	36,36
<ul style="list-style-type: none"> • Individualmente não perdeu. A família perdeu casa e carros. Os cacauicultores empobreceram. Teve gente que pegou empréstimos bancários, investiu no cacau e não teve resultados e teve uma minoria que pegou o dinheiro e não colocou o dinheiro no lugar certo. • Disse não gostar de analisar a perda individual. Considera que as perdas foram regionais em termos econômicos, sociais e ambientais. A 		

Questão 3 – O que o sr.(a) perdeu com a crise cacauaieira?			
região perdeu infraestrutura de produção, perdeu com a diminuição do valor da terra, perdeu com a migração campo-cidade e perdeu 300 mil hectares de cabruca.			
<ul style="list-style-type: none"> • Considera que a crise não o afetou diretamente porque quando a crise ocorreu estava trabalhando fora da região. Quando voltou passou a trabalhar no comércio, saiu novamente e voltou a trabalhar na área comercial. A crise afetou a região. Seus filhos não têm perspectivas de emprego, as pessoas saíram do campo e foram para as cidades, deixaram de aprender o trabalho na área rural e não sabem como trabalhar nas cidades. Saíram do campo e não querem mais voltar a trabalhar na roça porque nas cidades há maior acesso a mercadorias e serviços. As cidades não comportam analfabetos. • Individualmente não perdeu. Houve a crise da vassoura-de-bruxa que dizimou os cacauais e as orientações equivocadas da Ceplac. A crise afetou a região e indiretamente também foi afetado porque houve o aumento do custo de vida, da violência, e a questão social que trouxe insegurança. Mas a violência “transcende a crise cacauaieira, está no bicho homem”. 			
	Não perdeu	1	9,09
<ul style="list-style-type: none"> • Nada. Não dependia exclusivamente do cacau para viver. 			
Total		11	99,99

De acordo os cacauicultores entrevistados, as maiores perdas não foram somente materiais. Alguns deixaram de continuar os estudos, outros sofreram de baixa autoestima, sofreram com o julgamento dos outros (54,54%). Destes, dois entrevistados ressaltaram o sofrimento que passaram com o empobrecimento:

A crise cacauaieira foi uma coisa muito terrível [...]. Então, pra mim foi muito triste [...]. Eu colhia 12 mil arrobas, passei a colher 800 arrobas de cacau. Veio a quase nada. Então, começou... É uma coisa... É uma coisa muito difícil, porque faltava assim... Preocupação de faltar dinheiro para as coisas básicas de escola de filho, tudo. Minha mulher começou a trabalhar [...] (Entrevista nº 10, 29/03/2011).

Para o entrevistado nº 12, a crise não decorreu somente da vassoura-de-bruxa, mas incluía também os planos econômicos do governo brasileiro:

No Plano Collor, eu disse pra minha mulher: ‘Queijo só quando melhorar’. Porque só tinha 50 reais! Só tem 50 cruzeiros. Então, não adianta. O banco... Você pode ter, mas o banco não lhe dá. Acabou o queijo, acabou o presunto, acabou isso, acabou aquilo (Entrevista nº 12, 29/03/2011).

Dos cacauicultores entrevistados, 36,36% disseram que as perdas foram principalmente regionais. Alguns disseram que individualmente não perderam porque não dependiam exclusivamente da produção de cacau para sobreviver,

outros não quiseram falar das perdas pessoais, mas das regionais, como foi o caso do entrevistado nº 21. Para este, houve perdas regionais:

a) da produção de cacau:

Se a gente considerar isso, que a gente perdeu em torno de 300 mil hectares de cacau, se a gente considerar que a nossa média de produção, nos últimos dez anos antes da vassoura, eram 340 mil toneladas, se a gente abater, [interrupção] se a gente pegar as produções médias dos últimos 10 anos de vassoura e subtrair da... dessa produção média dos últimos 10 anos anteriores da vassoura, você vai ver as perdas que a gente tem de cacau” (Entrevistado nº 21, 17/05/2012).

b) do valor da terra;

c) da biodiversidade com o desmatamento da cabruca e substituição do cacau por outras culturas: a relação de área entre cacau plantado a pleno sol e na forma de cabruca era de “[...] 6 hectares de cabruca para 1 de derruba total. Então se a gente perdeu 300 mil hectares de cacau, nós perdemos 200 mil hectares de cabruca. 2/3!” (Entrevistado nº 21, 17/05/2012).

d) de crédito bancário: “Nós tomávamos em torno de 700 milhões de reais em empréstimos, que segurava a região”.

e) de remanescentes de Mata Atlântica: “Dá [a perda de] 1 milhão e 200 mil essências nativas, de qualidade, de alto preço, porque foram os 300 mil que a gente perdeu em uma conta simples (Entrevistado nº 21, 17/05/2012).

f) de infraestrutura produtiva;

g) de empresas e, conseqüentemente, perda de postos de empregos;

h) populacional da maioria das cidades e ganho populacionais das principais cidades regionais como Ilhéus e Itabuna;

i) de articulação política dos cacauicultores.

Somente um dos entrevistados disse que não perdeu nada (9,09%).

As respostas da pergunta 4, a seguir, apontam que se, por um lado, a vassoura-de-bruxa desorganizou a vida de muita gente, por outro, oportunizou o surgimento de outras formas de pensar a produção cacauífera e o próprio território-região, agora olhado de uma forma diferente, com outras possibilidades. Dos

cacaucultores entrevistados, 72,72% tiveram ganhos imateriais com a crise: experiência, maturidade, oportunidade, sagacidade, versatilidade, dentre outros substantivos, e novas maneiras de falar e fazer o território região. Um dos entrevistado disse que conseguiu comprar uma fazenda de cacau, que em outros tempos, não poderia comprar (9,09%). Outro disse que não ganhou com a crise (9,09%) e, por último, um disse que não sentiu que perdeu, senão recentemente quando precisou contratar trabalhadores e não teve condições para tal (9,09%).

Tabela 7 – Entrevistados: cacauicultores – o que ganharam com a crise cacauaieira

Questão 4 – O que o sr.(a) ganhou com a crise cacauaieira?		
Respostas	Qde.	%
Ganhos imateriais	8	72,72
<ul style="list-style-type: none"> Experiência e que a gente precisa de organização e planejamento. No momento da crise a gente pensa mais, passa a ver alternativas. Maturidade, ganhei versatilidade, sagacidade e mais respeito por ir vencendo. Eu acho que eu só tive ganhos. A perda talvez tenha sido material. Financeira! Mas o ganho foi muito maior. A gente ainda vai homenagear a vassoura-de-bruxa. Novos caminhos: cacau fino, cacau orgânico, deixar de ser somente exportador de cacau, incorporação do conhecimento prático. As pessoas aprenderam a se mexer, a se virar. O comércio de Ilhéus ficou mais forte. Quem comprou terras no auge da crise ganhou. A crise para alguns foi ótima, conseguiram ganhar dinheiro. Experiência. Muita, muita experiência. Em cacau. Oportunidades. Ganhou a percepção de que é necessário construir uma nova cacauicultura, agora baseada na conservação ambiental, com compromisso social, com a inclusão dos pequenos produtores, com incorporação da produção familiar. 		
Ganhos materiais	1	9,09
<ul style="list-style-type: none"> Eu ganhei uma propriedade, porque se não fosse a crise eu jamais poderia comprá-la. O pai morreu e os filhos não se interessaram pela fazenda e comprei. 		
Não ganhou	1	9,09
<ul style="list-style-type: none"> Não ganhou. Perdeu produção, teve que demitir os trabalhadores, as fazendas perderam preço. 		
Indiferente	1	9,09
<ul style="list-style-type: none"> Inicialmente não se sentiu afetado pela crise. Hoje está sofrendo porque precisa contratar trabalhadores e não tem recursos para tal. O custo da mão de obra é muito grande. 		
Total	11	99,99

O entrevistado nº 21 nos disse o seguinte:

Eu achava que aquele *status quo* que estava estabelecido ali, que nós devíamos lutar por aquilo ali. E perdemos tempo nisso: lutando pela grande propriedade, lutando pelo grande produtor, lutando pela agricultura concentrada, pela agricultura produtivista de alto

investimento de capital, forte relação de dependência externa. Então, eu achava que esse *status quo* deveria ser mantido. E hoje eu percebo totalmente o inverso disso (Entrevistado nº 21, 17/05/2012).

Enfim, o que foi uma catástrofe para uns, surgiu como oportunidade para outros: “Meu vizinho lá em Itajuípe mesmo, que comprou uma área de 30 hectares, ele tinha um açougue. Ele vendeu o açougue e comprou a fazenda. Uma fazenda que era impossível para ele em outras épocas” (Entrevista nº 10, 29/03/2011). Ou ainda:

Num momento de crise, num momento de problemas... Porque a gente se incomoda na medida em que as coisas nos incomodam. Então, é aquela situação da lavoura cacauera que existiu há 22 anos atrás, acho que foi importante para que, não só eu, mas que muitos outros colegas tivessem a dinâmica de desenvolver outras coisas, de procurar outros caminhos (Entrevista nº 8, 28/03/2011).

Aí pagou 280 mil e ele [comprador da fazenda] assumiu uma parte da dívida do cacau. [...] Na verdade o dinheiro que ele [irmão] recebeu foi 280 mil, porque a dívida foi injusta com ele. [...] Chegou a produzir 14 mil arrobas de cacau, essa fazenda. Você vender por 280 mil é duro, viu! Né! É uma coisa... Aí, [o comprador] ficou feliz. É o que ele diz aí, que graças à crise, ele conseguiu uma fazenda de cacau belíssima. E é verdade. Então, a crise para muitos foi ótimo (Entrevista nº 10, 29/03/2011).

Para sobreviver à crise, os entrevistados encontraram uma diversidade de ações: permaneceram ou tornaram-se funcionários públicos, criaram ONGs, instituições educacionais, estabelecimentos comerciais, empresas de assessoria técnica; demitiram os funcionários das fazendas e investiram na criação de gado e empresa de transportes (Quadro 34). Um diminuiu os gastos e vendeu algumas propriedades para saldar as dívidas.

Questão 5 – O que o sr.(a) fez para sobreviver à crise cacauera?	
Respostas	
•	Tornou-se funcionário público em instituição ligada ao cacau. A família demitiu os empregados e o melhor empregado foi aceito como meeiro, porque diminuía o custo e conservava a mão-de-obra.
•	Comprou uma fazenda e tornou-se funcionário de uma instituição ligada ao cacau.
•	Tocou os negócios da família e foi para Brasília defender a cultura cacauera. Trabalhou para desconstruir a imagem jorgeamadiana do cacauicultor. Trabalha em uma instituição não governamental ligada ao cacau e cabruca.
•	Trabalhou para manter a fazenda, demitiu gente, foi trabalhar em uma instituição ligada ao cacau, é proprietário de uma instituição de ensino superior em Ilhéus, a esposa passou a trabalhar fora de casa.

Questão 5 – O que o sr.(a) fez para sobreviver à crise cacauceira?
<ul style="list-style-type: none"> • Continuou na atividade comercial e cuida de fazenda com produção bem diversificada. Fica com 10% do lucro.
<ul style="list-style-type: none"> • Arrochou as contas e vendeu algumas propriedades.
<ul style="list-style-type: none"> • Tornou-se funcionário público em uma instituição de ensino superior; foi trabalhar em instituições ligadas ao cacau e aos problemas regionais.
<ul style="list-style-type: none"> • Deixou de investir tanta energia na resolução política da crise e passou a focar mais a resolução técnica e valorização dos recursos ambientais regionais. Tornou-se sindicalista patronal, deu prosseguimento aos estudos, criou um empresa de assessoria técnica sobre a conservação produtiva.
<ul style="list-style-type: none"> • Quando retornou para a região a crise já estava instalada. Manteve a propriedade de cacau do pai e abriu um estabelecimento comercial.
<ul style="list-style-type: none"> • A família deixou de investir no cacau e passou a investir em criação de gado e empresa de transporte.

Quadro 34 – Entrevistados: cacauicultores – o que fizeram para sobreviver à crise.

A maioria considera que houve políticas públicas para sanar a crise, mas foram insuficientes ou ineficientes (90,90%). Os movimentos sociais realizados pelos cacauicultores foram incentivadores para a criação do FNE Verde, da APC, do IPC. Os ex-trabalhadores das fazendas entraram para os movimento dos sem-terra, como o MST, MLT, Contag, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Somente um cacauicultor disse que não houve qualquer movimento ou política pública para resolver a crise (Tabela 8).

Tabela 8 – Entrevistados: cacauicultores – políticas públicas ou movimentos sociais para resolver a crise cacauceira

Questão 6 – Houve alguma política pública, algum movimento social para resolver a crise?		
Respostas	Qde.	%
Houve	10	90,90
<ul style="list-style-type: none"> • Houve o PRLC e tudo o mais decorreu dele. Aumentou os movimentos de luta pela terra. • Houve vários. Houve o Movimento de Valorização da Região Cacaueira (MVRC), que envolveu todos os produtores de cacau: pequeno, médio, grande. Teve o fracassado PRLCB. Para os desempregados... Se o PRLC tivesse dado certo, teriam emprego. Muitos cacauicultores não pagaram as dívidas por falta de interesse e de informação; outros porque não podiam pagar mesmo. Alguns trabalhadores entraram com reclamação trabalhista e o processo correu à revelia porque os cacauicultores eram desinteressados. Faltou gestão mesmo. Os trabalhadores foram para as cidades, para Porto Seguro, Ilhéus. • Teve vários movimentos. Vários políticos que ajudaram. Teve o Procacau, o ICB, Ceplac, APC, Câmara Setorial. O município não fez nada e o Estado só fez alguma coisa depois da inquietação dos cacauicultores. O governador Jacques Wagner assumiu um compromisso com o cacau. Hoje o entrevistado vê o Estado e a União como contribuidores. Mudou os paradigmas em relação à produção e relações de trabalho, que eram mais paternalistas. Não acredita que a introdução da vassoura-de-bruxa tenha sido criminosa. É preciso falar em associativismo, mas os 		

Questão 6 – Houve alguma política pública, algum movimento social para resolver a crise?

<ul style="list-style-type: none"> cacaucultores têm resistência à ideia, porque não precisavam de ninguém. São individualistas. Brigam na Lista do Cacau. Houve. O entrevistado participou de um movimento pela não importação de cacau, mas depois cedeu quando percebeu que o desemprego poderia ser maior. Teve a política pública denominada de FNE Verde, com a linha de crédito baixo. Está sendo criado o CTGA dentro da CEPLAC, que é o Grupo Técnico de Garantia Ambiental, que foi uma articulação entre o IMA – Instituto de Meio Ambiente – e a CEPLAC; tem a Câmara Setorial, APC, IPC. Houve política pública, mas foi ineficiente. 		
Não houve	1	9,09
<ul style="list-style-type: none"> Não. Nunca houve. O governo abandonou os cacaucultores. 		
Total	11	99,99

A maior parte dos entrevistados disse que sente saudade da fartura de dinheiro que existia na região. Isso contribuía para a dinamização do comércio, maiores investimentos nas fazendas e na compra de outras, das festas, dos presentes que davam aos funcionários, dos armazéns cheios (63,63%) (Tabela 9). Um deles afirmou que sente saudade da forma como era organizada a comercialização do cacau (9,09%). Outro lembrou da dinâmica política e econômica da cidade de Ilhéus (9,09%). O ativismo político do pai despertou saudades em um dos entrevistados (9,09%). Por fim, um dos entrevistados constatou que os cacaucultores tiveram poder econômico, social e político e poderiam ter construído a cacauicultura em bases mais sólidas. Sente pesar por não terem percebido isso no passado (9,09%):

Tabela 9 – Entrevistados: cacaucultores – saudade do tempo de maior produtividade do cacau

Questão 7 – O sr.(a) sente saudade do tempo de maior produtividade do cacau? Dê quê?		
Respostas	Qde.	%
<ul style="list-style-type: none"> Do dinheiro fácil. Disse que era muito bom. Que ele vendia de bicicleta à roupas. As fazendas tinham muitos empregados que compravam seus produtos. Ter dinheiro para investimentos nas fazendas. Do prazer de uma boa safra, das festas de São João na fazenda, de dar presentes a todos os funcionários no Natal. Viajar sem ser para trabalhar. Do armazém cheio. De pular, quando era criança, nos montes de amêndoas de cacau já secas. Das férias na fazenda do avô. Da grande quantidade de funcionários que tinham. 	7	63,63
<ul style="list-style-type: none"> Saudade da parte da comercialização do cacau, que era bem organizada. 	1	9,09
<ul style="list-style-type: none"> Da cidade de Ilhéus, cidade rica, com poder de mando, os palacetes. O Porto do Malhado embarcando cacau. 	1	9,09
<ul style="list-style-type: none"> Do ativismo do pai. 	1	9,09
<ul style="list-style-type: none"> Não sente saudade porque era adolescente quando o cacau teve maior produtividade, mas sente pensar pelos cacaucultores não terem dado maior solidez ao que construíram na região. Considera que os 	1	9,09

Questão 7 – O sr.(a) sente saudade do tempo de maior produtividade do cacau? Dê quê?

cacaucultores tiveram oportunidades e recursos, mas não tiveram visão.

Total	11	99,99
--------------	-----------	--------------

Nas respostas à questão 8, sobre o coronelismo, encontramos algumas repetições, enunciação das mesmas ideias vistas na Lista do Cacau: a negação da existência “real” dos coronéis jorgeamadianos (54,54%) e o estabelecimento da ligação dos coronéis como sendo desbravadores e conservacionistas (36,36%). Quando assumem que há semelhanças entre os coronéis jorgeamadiano e os que existiram na região, há uma atenuação deste fato ao comparar com outras regiões do Brasil, dizendo que em todo o país houve o coronelismo: “Então, isso é uma coisa que pessoas que tinham muitos recursos e achavam que eram, assim, o dono do mundo. Isso teve no cacau, como teve no café, em todas culturas” (Entrevista nº 10, 29/03/2011), mas que não é tão propagado por ter ocorrido a mais tempo:

Estão num período em que outros ciclos como o do café, como o da própria cana... Eles já estavam se esvaziando mais, aí o cacau vem, uma coisa mais recente e a questão da literatura regional de Adonias Filho, de Jorge Amado que ganhou notoriedade, então isso fez com que essa pecha de coronelismo, ela ficasse mais, mais, arraigada (Entrevista nº 20, 01/04/2011).

Já quanto aos coronéis terem sido conservacionistas, um dos entrevistados foi claro sobre essa assunção pelos cacaucultores:

O cacau, como eu disse, era de grande produtor, era de uso intensivo de capital, de uso intensivo de agroquímico. Certo? [...] Com a forte conotação concentradora de terra, concentradora de produção. [...] Nós entendemos que essa visão tinha que ser mudada. Até para você se incorporar ao novo discurso internacional, da academia, da ciência né, de que a força dos recursos naturais é que deveria prevalecer (Entrevistado nº 21, 17/05/2012).

Tabela 10 – Entrevistados: cacaucultores – o que pensam sobre o coronelismo

Questão 8 – Coronelismo. O que o sr.(a) tem a me dizer sobre isto?		
Respostas	Qde.	%
Fala sobre o coronelismo jorgeamadiano	6	54,54
<ul style="list-style-type: none"> Ocorreu no Brasil inteiro. Nessa época havia uma relação íntima entre os trabalhadores e os cacaucultores. O coronelismo que houve aqui na região está mais nos livros de Jorge Amado do que na prática. O coronelismo foi um momento para poucas pessoas. Teve gente que abusou do poder, tomou coisas dos outros. Conflitos entre famílias de coronéis. Mas foram poucos os coronéis. 		

Questão 8 – Coronelismo. O que o sr.(a) tem a me dizer sobre isto?

Ressalta que também teve coronéis em outras culturas como o café e cana-de-açúcar. O coronel jorgeamadiano prejudica o cacauicultor. Está na cabeça das pessoas, da sociedade.

- O coronelismo está mais na cabeça de Jorge Amado. A visão dos coronéis gastões, preguiçosos, que só viviam na farra na Europa e no Rio de Janeiro atrapalha no atendimento aos pleitos dos cacauicultores.
- O coronelismo na região foi diferente daquele que existiu no sertão Nordestino. O coronelismo da região foi menos fechado do que o do sertão porque os cacauicultores tinham que se relacionar com o exterior e também porque o Estado de direito estava mais consolidado. O coronel jorgeamadiano é o coronel do militante comunista que foi Jorge Amado.
- Não existe mais esse coronel que queimava, acendia charuto com nota de 100 mil réis. Acabou. Se existiu.
- Só conheceu o coronelismo através de livros e novelas. Acha que muito do que dizem sobre o coronelismo na região é fantasioso. Só sente que os que têm sobrenome dos antigos coronéis consigam os melhores postos de trabalho em Ilhéus e Itabuna.

	Foram desbravadores	4	36,36
<ul style="list-style-type: none"> • Não teve coronéis na família. Conheceu alguns coronéis. Eram austeros, bons, desbravadores e preservacionistas. • O coronelismo existiu. O Estado de Direito não se fazia presente e cada um fazia suas regras. Havia uma relação de opressão sobre os trabalhadores. Foram desbravadores. • Tem pró e contra: pró – foram desbravadores; contra – desunião – tornaram-se individualistas, tinha rivalidade entre os coronéis e cada um tinha que proteger seu lado e a consequência é uma desavença incrível. A cultura cooperativista não é arraigada na região. Comodistas, não participam e há falta de ética. Os coronéis formaram seus filhos e hoje eles ficam administrando a fazenda de longe. São absenteístas. • Os coronéis desbravaram uma região inóspita. 			
<ul style="list-style-type: none"> • Não respondeu 		1	9,09
Total		11	99,99

Enfim, temos a questão 9, sobre a crise regional. Para os cacauicultores entrevistados, é praticamente unanimidade que a região cacauieira do Sul da Bahia ainda está em crise (81,81%) porque: não recuperou o mesmo nível de emprego e produção do passado; está descapitalizada; está endividada; o preço do cacau está baixo; a força de trabalho está cara; as terras estão desvalorizadas; os cacauicultores resistem à mudança do paradigma produtivista implantado.

Outros 18,18% disseram que a região está saindo da crise porque: houve melhora na produtividade dos cacauais; algumas pessoas não estão só insistindo na questão das dívidas e estão investindo no cacau fino, na agroindústria; está havendo uma maior profissionalização dos cacauicultores; o Estado está investindo em ciência e tecnologia e os cacauicultores têm usufruído disso; está havendo uma maior valorização do cacau-cabruca.

Tabela 11 – Entrevistados: cacauicultores – a existência (ou não) da crise e os motivos da crise

Questão 9 – A Região Cacauaieira da Bahia ainda está em crise? Por quê?	Qde.	%
Sim	9	81,81
<ul style="list-style-type: none"> • Está. Porque ela não recuperou o nível de emprego e nem produção. • Está. Ainda está. A região está descapitalizada e não falida. • Sim. Ainda tem muita gente endividada. • Considera que a região está em crise e nunca vai sair. O preço do cacau está baixo, as terras estão ficando cansadas, sem a fertilidade de outrora e a mão de obra está muito cara. • Está havendo uma quebra do paradigma do produtivista na região e esse rompimento é muito difícil. • As terras estão desvalorizadas, ninguém quer comprar. 		
Está saindo da crise	2	18,18
<ul style="list-style-type: none"> • A região está saindo da crise. Já tem cacauais com boa produtividade e pessoas que já de desligaram das dívidas e estão investindo em cacau fino, agroindústria. O Estado está investindo em ciência e tecnologia e os produtores têm se apropriado disto. Os cacauicultores profissionais têm sobressaído. Mas é preciso que os órgãos de pesquisa se comuniquem e não fiquem só competindo entre eles. • Sim, mas está saindo. Está havendo outra visão sobre o aproveitamento dos recursos naturais. 		
Total	11	99,99

Em resumo: as entrevistas apontam indícios de transição de uma situação de crise do modo de produzir, distribuir e consumir riquezas para uma situação de acomodação em outras bases múltiplas e complexas. Está se rompendo a cultura do crédito fácil e salvaguarda estatal nos momentos de crise, processo apreendido pelo entrevistado nº 8: “E a gente vê também, aquele senhor de 60 anos, 70 anos, que a gente vê que não tem mais o espaço. A fala é a mesma fala de sempre: ‘Eu preciso de mais dinheiro’. E o mundo moderno não vai mais favorecer essas pessoas” (Entrevista nº 8, 28/03/2011).

Em seu lugar há uma maior valoração dos recursos naturais – ainda que recursos –, como a Mata Atlântica com sua diversidade de fauna, flora, conservação de mananciais, fertilidade do solo, clima. Já germinam as ideias da industrialização do cacau na própria região, diversificação da produção, maior preocupação com turismo e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), a exemplo do projeto do Instituto Cabruca, citado anteriormente; investimento na qualidade do cacau (cacau fino, cacau orgânico, cacau com certificação de origem, seleção de amêndoas de melhor qualidade).

Fora isto, ainda têm outros fatores contribuindo para a construção de outros discursos de cunho regional como: a expansão da UESC (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 2012); a aprovação para criação da Universidade

Federal do Sul da Bahia (UFSBA) (BAHIA, 2011) em Itabuna; a inauguração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) (BRASIL, 2012c), em Ilhéus; construção da ponte estaiada ligando o bairro do Pontal ao centro do Ilhéus (SECOM, 2013⁶⁹); realização de eventos ligadas ao cacau; Complexo Intermodal Porto Sul (ECODESENVOLVIMENTO..., 2012), mesmo com a controvérsia dos ambientalistas que são contra a construção do Complexo:

Acho que ela [a região cacauzeira] está em um momento de expansão estúpida. [...] Houve uma diversificação cultural muito grande, de alternativas... Mesmo que seja pasto, mesmo que seja leite, mesmo que seja café, coco e tudo mais. [...] Acredito que a questão do dendê vá também explodir. É uma questão de tempo. [...] O dendê, além de ele ser um bem, [é] um *commodity* bastante importante. E também está trazendo, está havendo o surgimento de uma classe média empresarial. [...] Isso vai alavancar novos negócios. Em termos de quê? Do todo dia: é restaurante, é botequim, é mercadinho, é açougue, é padaria, é... Está havendo uma diversificação econômica muito grande e com a chegada do Complexo Intermodal [...] (Entrevista nº 2, 23/03/2011).

Pelo apresentado por meio das entrevistas, apreendemos que a crise cacauzeira do Sul da Bahia tem o limite temporal e as consubstanciações com algumas diferenças comparativamente ao que encontramos na Lista do Cacau. Na Lista a crise está mais delimitada, seja em termos temporais, como de conteúdo. Nas entrevistas, outros acontecimentos são acoplados à crise, dando outras perspectivas para o território-região cacauzeira. O limite temporal para início da crise é o início da década de 1980 e se aprofunda, como desdobramentos de fatores econômicos e políticos anteriores, com a chegada da vassoura-de-bruxa.

Entretanto, o bioterrorismo não é o foco, o elemento a ser ressaltado. A chegada da vassoura-de-bruxa é a culminância de uma série de infortúnios e não decorreu necessariamente de bioterrorismo. O irrupção da crise dá-se por fatores oriundos de diferentes escalas geográficas, como por exemplos: na escala mundial, com a queda do preço das amêndoas de cacau e maior competitividade com outros mercados; na escala nacional, com a ruptura do Estado com as políticas produtivistas de cacau e a assunção de outra postura, mais difusa, ao contemplar também a agricultura familiar, as políticas ambientais e a melhor distribuição de

69 SECOM. **Governo da Bahia lança edital para construção de nova ponte em Ilhéus**. 21 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2011/12/21/governo-da-bahia-lanca-edital-para-construcao-da-nova-ponte-em-ilheus>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

renda e da terra; e na local, como a estiagem, a falta de tratos e renovação dos cacauais, a dependência do cacauicultores em relação ao Estado, a falta de união dos cacauicultores diante do que os ameaçam.

Nas entrevistas, as consequências atribuídos à crise não é um arrolamento de infortúnios, mas também a abertura de possibilidades para a constituição de novos saberes diante dos obstáculos colocados à realização da riqueza nas mãos dos cacauicultores. Além de dispenderem energia na resolução da crise, via políticas públicas de saneamento financeiro e financiamentos bancários, como reivindicam os cacauicultores da Lista do Cacau, nas entrevistas nos deparamos com saídas técnicas. Para o entrevistado nº 8, “[...] as coisas estão em sua ordem prática. Quando a gente fala de economia cacauaieira, de dinheiro, é matéria pura e simplesmente. Não é espírito. A gente precisa do resultado das coisas (Entrevistado nº 8, 28/03/2011).

E saídas que exigem o olhar a região sob outras perspectivas: “Nós buscamos mais a dimensão técnica da representação e nos desvinculamos um pouco da representação política. Isso também foi um ganho fantástico porque incorporou a região num novo pensar [...]” (Entrevistado nº 21, 17/05/2012). A seguir, apresentamos um quadro sintético com os principais delineamentos dados à crise cacauaieira do Sul da Bahia, obtidos através das entrevistas com os cacauicultores (Quadro 35).

Entrevistados: crise cacauaieira do Sul da Bahia, segundo os cacauicultores
Quem? (Procedência do discurso) ↓
Cacauicultores entrevistados
Quando? (Início da ocorrência da crise) ↓
Década de 1980 – sem precisar 1989 como o início da crise
Onde? ↓
Região cacauaieira da Bahia do Sul da Bahia
Por quê? ↓
<ul style="list-style-type: none"> • 1987 – 1988 – queda nos preços do cacau no mercado mundial; • Consolidação das leis trabalhistas no campo; • Dependência dos cacauicultores do Estado; • Desestruturação do setor de compra e venda do cacau; • Desestruturação institucional da Ceplac com o fim da taxa de retenção e suspensão de novas contratações; • Deslocamento da economia de Ilhéus para Itabuna, com a construção da BR 101;

Entrevistados: crise cacauera do Sul da Bahia, segundo os cacauicultores
<ul style="list-style-type: none"> • Despreparo dos cacauicultores em lidar com o dinheiro. O dinheiro era fácil e não foram preparados, educados, para tempos de crise; • Desvalorização cambial; • Diminuição do crédito agrícola; • Diminuição do preço das amêndoas de cacau no mercado mundial; • Diminuição dos investimentos dos cacauicultores na lavoura; • Entra o grupo da “tendência ideológica” no governo, que passa a priorizar a agricultura familiar em detrimento aos grandes cacauicultores; • Estiagem na região cacauera; • Falta de organização dos cacauicultores – os cacauicultores endividados criaram a Associação Brasileira de Cacauicultores (ABC), que passou a concorrer com a CNPC. Os cacauicultores passaram a apresentar propostas diferentes para a resolução da crise ao Ministério da Agricultura; falta de cultura cooperativista; todos querem mandar e não sabem atribuir tarefas; enfraquecimento da ABC e CNPC; hoje criaram a APC e em seguida criaram o IPC, rachando novamente os interesses dos cacauicultores; não participam das instituições de classe. Os cacauicultores, sem dinheiro, perderam a capacidade de articulação. • Fim do Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) a juros subsidiados, conforme prazo; • Mudança de postura do Estado que passou a investir mais na indústria do que na agricultura; • Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento influenciavam nas decisões do Ministério da Agricultura e os pleitos dos cacauicultores não eram atendidos; • Transição do paradigma produtivista para a conservação ambiental; • Transição do regime ditatorial para o democrático no Brasil e os sucessivos planos econômicos; • 1989 – chegada da vassoura-de-bruxa – foi o “tiro de misericórdia”.
Consequências acopladas pelos cacauicultores à crise
<ul style="list-style-type: none"> • Desarticulação política dos cacauicultores; • Descrença no cacau pelos órgãos públicos. Desânimo dos cacauicultores; • Desemprego; • Desmatamento; • Desvalorização das fazendas de cacau; • Endividamento dos cacauicultores; • Falta de gente para trabalhar. Os melhores trabalhadores foram embora; • Mudança do paradigma produtivista do cacau para a conservação produtiva; • Novas oportunidades; • Perda populacional de muitas cidades e intenso aumento populacional de outras; • Perdas econômicas – baixa produtividade do cacau e falta de novas linhas de crédito para os cacauicultores endividados; • Sofrimento diante da identidade coronelista jorgeamadiana atribuída aos cacauicultores; • Suicídio de cacauicultores.
Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Incluir o território da região cacauera em suas reivindicações – o trabalho é em prol de todos da região; • Firmar a sua história: dos desbravadores e conservacionistas; • Mudar a opinião pública ao seu respeito e conseguir a adesão da mesma aos seus projetos regionais.
Efeitos esperados
↓
<ul style="list-style-type: none"> • Persuasão da população e do Estado: mudar o comportamento da população e do Estado ao seu favor.
Objetivos (efeitos materiais do poder)
↓
recursos econômicos em disputa: o cacau e a terra
<ul style="list-style-type: none"> • Mais crédito agrícola;

Entrevistados: crise cacaeira do Sul da Bahia, segundo os cacauicultores
<ul style="list-style-type: none"> • Maiores investimentos estatais na agroindústria; • Adoção da Conservação Produtiva como novo paradigma que direcionará o desenvolvimento regional. <p>Ameaças – Se não houver investimentos estatais, a conservação ambiental, distribuição de renda e dinamização da economia não ocorrerá.</p> <p>Recompensas – Mais investimentos na cacauicultura, maior dinamização da economia, proteção do cacau-cabruca e das matinhas, fortalecimento da agricultura familiar, maior retenção do dinheiro em escala regional com a agroindústria do chocolate.</p>
Ordens imperativas ao Estado e persuasão ao Estado e à população
↓
<ul style="list-style-type: none"> • Liberar novos empréstimos bancários; • Investir em formação profissional, infraestrutura, ciência e tecnologia relacionadas com o cacau; <p>Persuasão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A região será desenvolvida tendo como pilares a conservação ambiental, a inclusão social e uma maior prevalência do dinheiro em escala regional.

Quadro 35 – Entrevista com os cacauicultores: quadro síntese sobre a crise cacaeira do Sul da Bahia.

Nota-se, dessa forma, que a linearidade discursiva sobre a crise da região cacaeira do Sul da Bahia não é a mesma alinhavada entre os próprios cacauicultores, não é de igual forma para todos. Veremos isso mais demoradamente na seção seguinte quando trataremos da crise falada pelos trabalhadores do cacau.

6 A CRISE DA MICRORREGIÃO ILHÉUS-ITABUNA: CAMINHOS SOMBREADOS DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES DO CACAU

A introdução criminosa da vassoura-de-bruxa e o fracasso do Plano de Recuperação ocasionaram um desastre que inviabilizou mais de 600.000 hectares de plantações de cacau no sul da Bahia; decretou a falência de aproximadamente 30.000 propriedades agrícolas; desempregou 250.000 trabalhadores; forçou o êxodo de quase 800.000 homens, mulheres e crianças que moravam nas fazendas; contribuiu para a “favelização” das cidades da região; fez crescer a exclusão social, a criminalidade e a prostituição infantojuvenil [infanto-juvenil]; quebrou a economia de 93 municípios e ainda provocou a derrubada de milhões de árvores, comprometendo o bioma Mata Atlântica no sul da Bahia...
(DOCUMENTÁRIO O NÓ, 2012).

Ao içar dos documentos discursivos sobre a crise cacauzeira do Sul da Bahia, produzidos pelos cacauicultores da Lista do Cacau, tínhamos um conjunto de infortúnios construídos para dar sentido à crise dos mesmos; substanciações capazes de gerar singularidades à crise; e elementos de permanência temporal, que permitem novos acoplamentos, dando a ideia de uma crise linear, tendendo ao infinito. Entretanto, por meio dos dados estatísticos e entrevistas com os trabalhadores, pretendemos nessa seção demonstrar que o objeto crise pode despertar imagens associativas diversas daquelas desejadas pelos cacauicultores, dependendo das tomadas de referências utilizadas para dar sentido a essa mesma crise; e demonstrar que as políticas públicas de promoção social de combate à concentração da renda mexeram com o domínio dos cacauicultores sobre o trabalho e os trabalhadores.

Procuramos, na coleta, organização, apresentação, análise e interpretação dos dados numéricos, conhecimento que nos auxiliasse a entender a crise regional na sua dimensão quantificável. Buscamos a articulação entre a crise falada e os dados oriundos de uma região programada, aprisionada em uma representação cartográfica, político-administrativamente assumida: a microrregião Ilhéus-Itabuna. Recorremos a coleta de dados em três escalas geográficas de comparação: Brasil,

Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna com o intuito de captar a singularidade da crise regional.

Identificamos a mobilidade territorial e socioeconômica da população, bem como apontamos algumas políticas públicas realizadas pelo governo federal, que ampliaram as oportunidades e poder de decisão dos trabalhadores, contribuindo para a valorização da força de trabalho e a “escassez de trabalhadores” na atual conjuntura de retomada da produção cacauceira. Analisamos 158 mensagens de *e-mail* (pasta intitulada "Trabalho e trabalhadores") enviadas para a Lista do Cacau no período de 02/05/2009 a 24/09/2010, em que os cacauicultores falaram sobre o trabalho e os trabalhadores.

Na prescrutação sobre a crise falada pelos trabalhadores, utilizamos 23 entrevistas com os mesmos; os documentários "Os magníficos" e "O nó – ato humano deliberado", uma série de reportagens intitulada "A saga do Cacau" e a reportagem do "SBT Repórter" sobre a crise cacauceira.

6.1 MUDANÇA PARADIGMÁTICA DO ESTADO: DIFERENTES GOVERNOS E AS MESMAS POSTURAS DIANTE DA CRISE CACAUEIRA

Entendemos que políticas públicas são ações que o Estado faz ou deixa de fazer (SOUZA, 2006) e, em ambos os casos, há intencionalidades e opções de como fazê-las, quando, em que local, quem atingir e por quanto tempo. Durante todo o percurso da crise cacauceira do Sul da Bahia, tanto no governo federal como no Estado da Bahia, tivemos governos de diferentes partidos políticos: PMDB, PRN, PRN-PMDB, PSDB, PT, DEM, PDS e PL, conforme quadros 36 e 37. Entretanto, com tomadas de decisões no tocante à crise, que não atenderam aos desejos dos cacauicultores.

PRESIDENTES DO BRASIL – 1985 - 2012		
GOVERNO	MANDATO	PARTIDO POLÍTICO
José Sarney	1985 - 1990	PMDB
Fernando Collor de Mello	1990 - 1992	PRN
Itamar Franco	1992 - 1995	PRN - PMDB
Fernando Henrique Cardoso	1995 - 2002	PSDB
Luiz Inácio Lula da Silva	2003 - 2010	PT
Dilma Rousseff	2011 -	PT

Quadro 36 – Presidentes da República Federativa do Brasil, mandatos e respectivos partidos políticos – 1985-2012.

Fonte: Ipeadata.

GOVERNADORES DO ESTADO DA BAHIA – 1983 - 2012		
GOVERNO	MANDATO	PARTIDO POLÍTICO
João Durval Carneiro	1983 - 1987	PDS
Waldir Pires	1987 - 1989	PMDB
Nilo Moraes Coelho	1989 - 1991	PSDB
Antônio Carlos Magalhães	1991 - 1994	DEM
Ruy Trindade	1994 - 1994	SEM PARTIDO
Antônio Imbassahy	1994 - 1995	PSDB
Paulo Souto	1995 - 1999	DEM
César Borges (DEM)	1999 - 2002	DEM
Otto Alencar (PL)	2002 - 2003	PL
Paulo Souto (DEM)	2003 - 2007	DEM
Jaques Wagner (PT)	2007 -	PT

Quadro 37 – Governadores do Estado da Bahia, mandatos e respectivos partidos políticos – 1985-2012.

Fonte: Ipeadata.

Não houve intervenção do governo federal na composição das dívidas dos cacauicultores – processo em que a Ceplac juntava as dívidas dos cacauicultores, independentemente da origem de formação, e as refinanciava com juros subsidiados –, como ocorreu nas décadas de 50, 60 e 70, conforme quadro 38 abaixo.

Data	Valores em 1981 (Cr\$ ⁷⁰)	Condições de devolução ao governo federal
1957 – 1ª composição	3,5 bilhões	– “[...] com juros de 8% ao ano, períodos variáveis de carência e um cronograma de reembolso que poderia estender-se até o décimo segundo ano, no caso dos empréstimos para financiar a implantação de novas lavouras” (p. 37).
1962 – 2ª recomposição	2.092,6 milhões	– com juros de 8 % ao ano.
1971 – 3ª recomposição	7,74 bilhões	Sem informações
Total		11.242.092.600 bilhões

Quadro 38 – Composição das dívidas dos cacauicultores – valores liberados para empréstimos aos cacauicultores pelo governo federal – 1957, 1962 e 1971

Fonte: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (1982).

Como disse um dos entrevistados,

[...] a primeira ação da Ceplac foi uma ação de repactuação de dívidas, de renegociar dívidas. Pegar todas as dívidas existentes do cacauicultor – e foi um programa *sui generis* – porque... Por exemplo: se a senhora era produtora, trazia para a Ceplac para ser analisada, reunida, todas suas dívidas como produtora e como cidadã – a dívida da padaria, a dívida do armazém, a dívida da

70 A moeda brasileira denominada de Cruzeiro foi lançada na década de 1970 e valeu até 1986. Moedas que circularam na década de 80. Museu Anos 80. 19 jul. 2007. Disponível em: <<http://museuanosoitenta.blogspot.com.br/2007/07/moedas-que-circularam-na-dcada-de-80.html>>. Acesso em: 08 out. 2012.

casa comercial. De tudo. E aí foi feito um refinanciamento de dívida (Entrevista nº 25, 25/05/2012).

O Estado intervencionista e garantidor do processo de acumulação da riqueza dos cacauicultores e do próprio Estado, que usufruía do superávit na balança comercial e mantinha parcela da população regional excluída dos serviços públicos básicos, dessa vez agiu diferente. No início da década de 1990 ocupou a Presidência do Brasil Fernando Collor de Mello (1990 – 1992), que entre outras ações, segundo Sallum Jr., adotou medidas liberalizantes ao “[...] transferir para a iniciativa privada o centro motor do desenvolvimento brasileiro, reduzindo as funções empresariais do Estado e “abrindo” a economia brasileira para o Exterior” (SALLUM JR, 2011, p. 264). Houve o “[...] desmantelamento de diversos setores e políticas públicas, além da redução de atividades estatais essenciais” (ABRUCIO, 2007, p. 70).

Diante do acirramento da crise de preços e baixa produtividade do cacau no Sul da Bahia, em 1995-1996 houve o Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira, ocorrido no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), outro presidente que também adotou medidas neoliberais; e o PAC do Cacau no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), mais preocupado com a efetividade das políticas públicas universalizantes (ABRUCIO, 2007) do que com políticas setoriais patrocinadas com dinheiro público, como vinha ocorrendo, não só em relação ao cacau.

Essa mudança de postura do governo federal em relação as políticas setoriais, particularmente em relação a agricultura, ocorre imbuída pelo processo de substituição de importações (FURTADO, 1981), que já vinha ocorrendo no Brasil desde a década de 1930, e passou a prevalecer na Bahia após a década de 1970 (ALCOFORADO, 2003), deslocando paulatinamente os investimentos da economia primário-exportadora para a infraestrutura industrial. No contexto desse processo, temos a construção do Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, inaugurado no final da década de 1978, consolidando a industrialização na Bahia “[...] com uma redução do peso da agricultura e um aumento significativo da participação do setor secundário no PIB estadual, principalmente dos segmentos químico e petroquímico e extrativo mineral” (ALCOFORADO, 2003, p. 230). Como nos disse um dos entrevistados, o governo baiano “[...] passa a ter outros ativos

econômicos no território. Então o cacau, ele perde importância, vem o Oeste da Bahia, vem o eucalipto e aí o cacau perde a importância política e econômica que tinha” (Entrevista nº 20, 01/04/2011), e quando a crise chega ao setor cacauero não houve salvaguardas dos interesses do grupo de cacauicultores.

A não intervenção estatal voltada diretamente para o segmento dos cacauicultores acabou por desarranjar uma forma de produzir cacau marcada pela concentração fundiária, monocultura extensiva, uso de grande quantidade de trabalhadores mal remunerados e produção voltada para o mercado externo. Essa ruptura paradigmática do Estado e, recentemente, a adoção de políticas mais abrangentes, voltadas para o combate à pobreza, como as de emprego e aumento real do salário mínimo, repercutiu na mobilidade territorial e social da população, afetando a região e os recortes territoriais dos locais de partida e chegada dos migrantes do cacau.

Segundo os entrevistados (cacauicultores e trabalhadores), a migração campo-cidade acoplada com o desemprego tornaram-se situações catastróficas (Entrevistado nº 25; DOCUMENTÁRIO O NÓ, 2012) porque foram imbuídas de três fatores: essa população concentrou-se nas maiores cidades regionais; era uma população empobrecida, com baixo nível de escolaridade e altamente especializada em produzir cacau; criou-se a territorialização e criminalização da pobreza no interior das maiores cidades regionais, a primeira, referente à formação das favelas, e, a segunda, o atrelamento da pobreza à criminalidade, atribuição aos pobres urbanos oriundos das áreas produtoras de cacau, a violência⁷¹, o tráfico de drogas, a prostituição, a delinquência e imoralidades, como fenômenos particulares decorrentes da crise. Junta-se a essa situação os desempregados urbanos das áreas comerciais, industriais e de serviços.

Na área rural há um esvaziamento populacional e a deterioração do patrimônio: plantações de cacau, estradas, sedes das fazendas, residências dos trabalhadores, barcaças e avenidas (conjunto alinhado de casas). As pequenas cidades tiveram grandes perdas populacionais.

71 De acordo com O mapa da violência 2013, estudo realizado por Julio Jacobo Waiselfisz, houve um aumento da mortalidade por armas de fogo em praticamente todo o Brasil no período de 1980-2010. No Nordeste aumentou em 92,2% e na Bahia o crescimento de vítimas de armas de fogo foi de mais de 200%. Itabuna está em 12º lugar no ranking dos municípios com maior número de homicídios e de óbitos por armas de fogo (taxa média), no período de 2008-2010, dentre os municípios com mais de 20.000 mil habitantes do Brasil. WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013**. Morte *matada* por armas de fogo. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos e FLASCO Brasil. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf>. Acesso em: 16 maio 2013.

Por um lado, a mudança paradigmática do governo federal, quanto à cacauicultura, desacomodou a “sociedade do cacau”; por outro, os programas de promoção social adotados por esse, principalmente a partir de 2003, contribuíram para minimizar a crise, com o aumento real do salário mínimo e do emprego, Programa Bolsa-Família, Seguro-Desemprego e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principais programas citados pelos cacauicultores, que ampliaram as opções dos trabalhadores do cacau e, exatamente por isso, se colocaram à frente dos cacauicultores como obstáculos ao total domínio produtivo do cacau.

6.2 A CRISE CACAUEIRA DO SUL DA BAHIA E A MOBILIDADE TERRITORIAL E SOCIECONÔMICA DA POPULAÇÃO

Quando falamos em crise, uma das questões é saber: crise de quê? Afinal, deve haver uma situação de acomodação e na crise, uma turbulência, um desarranjo. Temos, portanto, um antes e um depois da crise que tentamos apreender, redimensionar, mudar para sair dela ou tomar outro rumo. Houve um desarranjo nas bases, já mencionadas, de sustentação da economia cacaueira, causando crise: aquele momento de decisão diante de uma mudança súbita, uma ruptura naquilo que mentalmente já estava programado, previsível para acontecer. Na crise, diante do inesperado, a pessoa não sabe qual a melhor decisão a ser tomada, não consegue se situar diante das novas variáveis apresentadas às formas de fazer e pensar. Segundo a entrevistada nº 22, a geração de cacauicultores que viveu ou está vivendo a crise, a única coisa que sabia fazer “[...] era ir à fazenda colher o cacau. Investir uma parte na fazenda e o resto era diversão! *Commodity! Commodity!* É simples. É só tirar, tirar, tirar, tirar. Todo mundo [as gerações anteriores] só soube fazer isso a vida inteira!” (Entrevistada nº 22, 18/05/2012).

O que se pretende com qualquer política social pública é atingir certa população, fazer com que a mesma comporte-se de acordo com objetivos previamente definidos. Dessa maneira, há uma intencionalidade quando o Estado, desde 1980, não interfere de forma a impedir o desmanche de

determinada forma de produção de cacau e, conseqüentemente, atingiu, precisamente, a população regional. Daí perguntarmos: como a crise se manifesta estatisticamente quanto a mobilidade socioeconômica e territorial da população?

6.2.1 Crise cacaeira e a mobilidade territorial da população regional⁷²

No período entre 1980-1991, a população rural da microrregião diminuiu em 0,90%. Entre os anos de 1991-2000, a população rural diminuiu 32,73%, processo de decréscimo que continuou entre a década de 2000-2010, com queda de 25,74%, configurando êxodo rural bem maior do que o do Brasil e da Bahia no mesmo período, que foi consecutivamente de decréscimos de 7,10%, 11,13% e 6,33% para o Brasil; e crescimento de 1,17%, decréscimos de 11,41% e 8,92%, para a Bahia nos períodos em referência. Ao somarmos as perdas populacionais absolutas dos períodos 1980-1991, 1991-2000 e 2000-2010, encontramos uma variação de 220.381 mil pessoas que se puseram em mobilidade territorial só na área rural, no período analisado (Tabela 12). Configurando assim um processo de desruralização acentuado, de diminuição consecutiva da população rural, conforme demonstra a tabela 12, com os índices negativos indicados na cor vermelha. É possível observar que, em alguns casos, os municípios perderam mais de 50% de sua população rural.

Chama a atenção aqui a diferença em pontos percentuais entre a desruralização do Brasil, Bahia e microrregião. Comparando os dados da microrregião com os do Brasil, temos entre 1980-1991, no Brasil um decréscimo populacional rural de 7,10% e a microrregião de 0,90%. Na comparação, o Brasil perdeu 6,20% a mais de população rural. No período seguinte, 1991-2000, o Brasil perdeu 11,13% de população rural, já a microrregião perdeu 32,73%, diferença de 21,60 pontos percentuais na comparação com o Brasil. No último período, 2000-2010, tanto no Brasil quanto na microrregião, o processo de desruralização se torna mais lento: o Brasil perde 6,33% e a microrregião

72 Ressaltamos os dados municipais da população urbana e rural da Microrregião Ilhéus-Itabuna não conferem com os da Microrregião Ilhéus-Itabuna rural e urbana e nem referente a sua totalidade – soma da população rural e urbana. Dados disponíveis no Ipeadata, 2012.

25,74%, diferença de 19,41 pontos percentuais. Mesmo assim, a microrregião perdeu 19,41 pontos percentuais a mais de sua população rural em comparação com o Brasil.

A desruralização da Bahia mais acentuada começa entre 1991-2000, quando os índices negativos de crescimento populacional rural começaram a aparecer. Assim, entre 1980-1991, enquanto a Bahia tinha crescimento positivo de 1,17% da sua população rural, na microrregião se perdia 0,90%. A Bahia teve um crescimento populacional rural de 0,27% a mais do que a microrregião. Já no período seguinte, 1991-2000, a Bahia entra no processo de desruralização, mas em ritmo menor do que a da microrregião, com diferença de 21,32% a mais de perda populacional para a microrregião. No último período, 2000-2010, o ritmo de desruralização da microrregião também foi maior do que o da Bahia, com uma diferença percentual de 16,82% a mais de perda populacional.

O intenso processo de desruralização da microrregião comparativamente ao Brasil e a Bahia, demonstrado pelos maiores percentuais de perdas populacionais rurais, principalmente entre 1991-2000 e 2000-2010, dá indícios da crise na região.

Tabela 12 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – população rural absoluta, variação absoluta e variação relativa (1980, 1991, 2000 e 2010)

Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – população rural 1980, 1991, 2000 e 2010											
Nº	Brasil, Bahia e Municípios da MI-I	População rural absoluta				População rural – variação absoluta			População rural – variação relativa (%)		
		1980	1991	2000	2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010
	Brasil	38.573.725	35.834.485	31.845.211	29.830.007	-2.739.240	-3.989.274	-2.015.204	-7,10	-11,13	-6,33
	Bahia	4.794.893	4.851.221	4.297.902	3.914.430	56.328	-553.319	-383.472	1,17	-11,41	-8,92
1	Almadina	4.349	3.976	2.446	1.277	-373	-1.530	-1.169	-8,58	-38,48	-47,79
2	Arataca	...	9.138	5.735	4.804	...	-3.403	-931	...	-37,24	-16,23
3	Aurelino Leal	7.902	6.469	3.209	2.169	-1.433	-3.260	-1.040	-18,13	-50,39	-32,41
4	Barra do Rocha	6.862	6.625	4.649	2.507	-237	-1.976	-2.142	-3,45	-29,83	-46,07
5	Barro Preto
6	Belmonte	12.562	11.210	9.226	10.378	-1.352	-1.984	1.152	-10,76	-17,70	12,49
7	Buerarema	14.678	4.880	2.869	3.328	-9.798	-2.011	459	-66,75	-41,21	16,00
8	Camacan	25.503	20.659	6.773	6.787	-4.844	-13.886	14	-18,99	-67,22	0,21
9	Canavieiras	27.454	12.361	8.979	6.433	-15.093	-3.382	-2.546	-54,98	-27,36	-28,36
10	Coaraci	11.059	9.405	4.583	1.834	-1.654	-4.822	-2.749	-14,96	-51,27	-59,98
11	Firmino Alves	2.386	1.730	1.364	1.047	-656	-366	-317	-27,49	-21,16	-23,24
12	Floresta Azul	11.709	6.174	4.066	3.317	-5.535	-2.108	-749	-47,27	-34,14	-18,42
13	Gandu	15.924	6.864	5.100	5.488	-9.060	-1.764	388	-56,90	-25,70	7,61
14	Gongogi	3.889	3.275	4.272	2.999	-614	997	-1.273	-15,79	30,44	-29,80
15	Ibicaraí	12.818	11.228	9.528	6.387	-1.590	-1.700	-3.141	-12,40	-15,14	-32,97
16	Ibirapitanga	15.676	20.087	15.814	16.435	4.411	-4.273	621	28,14	-21,27	3,93
17	Ibirataia	9.978	7.325	6.015	3.201	-2.653	-1.310	-2.814	-26,59	-17,88	-46,78
18	Ilhéus	50.625	79.518	60.002	28.955	28.893	-19.516	-31.047	57,07	-24,54	-51,74
19	Ipiaú	11.665	8.837	5.697	4.006	-2.828	-3.140	-1.691	-24,24	-35,53	-29,68
20	Itabuna	15.615	7.716	5.491	5.024	-7.899	-2.225	-467	-50,59	-28,84	-8,50
21	Itacaré	10.202	14.156	10.169	10.676	3.954	-3.987	507	38,76	-28,16	4,99
22	Itagibá	14.370	12.632	8.424	5.621	-1.738	-4.208	-2.803	-12,09	-33,31	-33,27
23	Itaju do Colônia	7.995	6.888	2.139	1.449	-1.107	-4.749	-690	-13,85	-68,95	-32,26
24	Itajuípe	12.146	8.959	6.388	4.242	-3.187	-2.571	-2.146	-26,24	-28,70	-33,59
25	Itamari	4.765	4.182	2.859	2.064	-583	-1.323	-795	-12,24	-31,64	-27,81
26	Itapé	6.453	8.079	5.973	3.815	1.626	-2.106	-2.158	25,20	-26,07	-36,13
27	Itapebi	6.466	4.682	2.584	2.227	-1.784	-2.098	-357	-27,59	-44,81	-13,82
28	Itapitanga	5.291	4.379	3.287	2.616	-912	-1.092	-671	-17,24	-24,94	-20,41
29	Jussari	...	3.861	2.432	1.598	...	-1.429	-834	...	-37,01	-34,29
30	Mascote	17.949	18.605	4.240	2.961	656	-14.365	-1.279	3,65	-77,21	-30,17
31	Nova Ibiá	...	8.144	4.632	3.841	...	-3.512	-791	...	-43,12	-17,08

Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – população rural 1980, 1991, 2000 e 2010											
Nº	Brasil, Bahia e Municípios da MI-I	População rural absoluta				População rural – variação absoluta			População rural – variação relativa (%)		
		1980	1991	2000	2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010
32	Pau Brasil	10.034	6.900	4.308	3.470	-3.134	-2.592	-838	-31,23	-37,57	-19,45
33	Santa Cruz da Vitória	2.612	2.126	2.037	1.597	-486	-89	-440	-18,61	-4,19	-21,60
34	Santa Luzia	...	8.909	7.174	5.272	...	-1.735	-1.902	...	-19,47	-26,51
35	São José da Vitória	...	3.551	1.056	553	...	-2.495	-503	...	-70,26	-47,63
36	Teolândia	8.035	10.674	8.966	9.768	2.639	-1.708	802	32,84	-16,00	8,94
37	Ubaitaba	6.637	8.554	5.272	3.093	1.917	-3.282	-2.179	28,88	-38,37	-41,33
38	Ubatã	6.267	6.470	3.956	7.053	203	-2.514	3.097	3,24	-38,86	78,29
39	Una	30.368	18.410	15.987	9.080	-11.958	-2.423	-6.907	-39,38	-13,16	-43,20
40	Uruçuca	12.365	21.723	6.165	4.058	9.358	-15.558	-2.107	75,68	-71,62	-34,18
41	Wenceslau Guimarães	13.880	13.221	17.136	14.678	-659	3.915	-2.458	-4,75	29,61	-14,34
Total da MI-I		436.489	432.582	291.002	216.108	-3.907	-141.580	-74.894	-0,90	-32,73	-25,74

Fonte: Ipeadata. Censo Demográfico (IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010).

Outra forma de demonstrar essa desruralização na microrregião é através da taxa de ruralização – percentagem da população da área rural em relação à população total – que diminuiu durante todo o período analisado, conforme tabela 13 e figura 19 a seguir. Observa-se que a desruralização é tendência também no Brasil (32,41% em 1980, 24,41% em 1991, 18,75% em 2000 e 15,65% em 2010) e na Bahia (49,96% em 1980, 40,92% em 1991, 32,89% em 2000 e 27,93% em 2010), tendo mais expressão no Brasil do que no Estado da Bahia e na microrregião (46,62% em 1980, 38,28% em 1991, 26,55% em 2000 e 21,17% em 2010). Na microrregião o percentual populacional que permaneceu no campo foi menor do que o da Bahia, no período, ou seja, *a diminuição da população rural foi maior do que nas outras escalas de análise em referência.*

Tabela 13 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – taxa de ruralização (1980, 1991, 2000 e 2010)

Período	Brasil	Bahia	MI-I
	Taxa de ruralização (%)	Taxa de ruralização (%)	Taxa de ruralização (%)
1980	32,41	49,96	46,62
1991	24,41	40,92	38,28
2000	18,75	32,89	26,55
2010	15,65	27,93	21,17

Fonte: Ipeadata. Censos Demográficos (IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010).

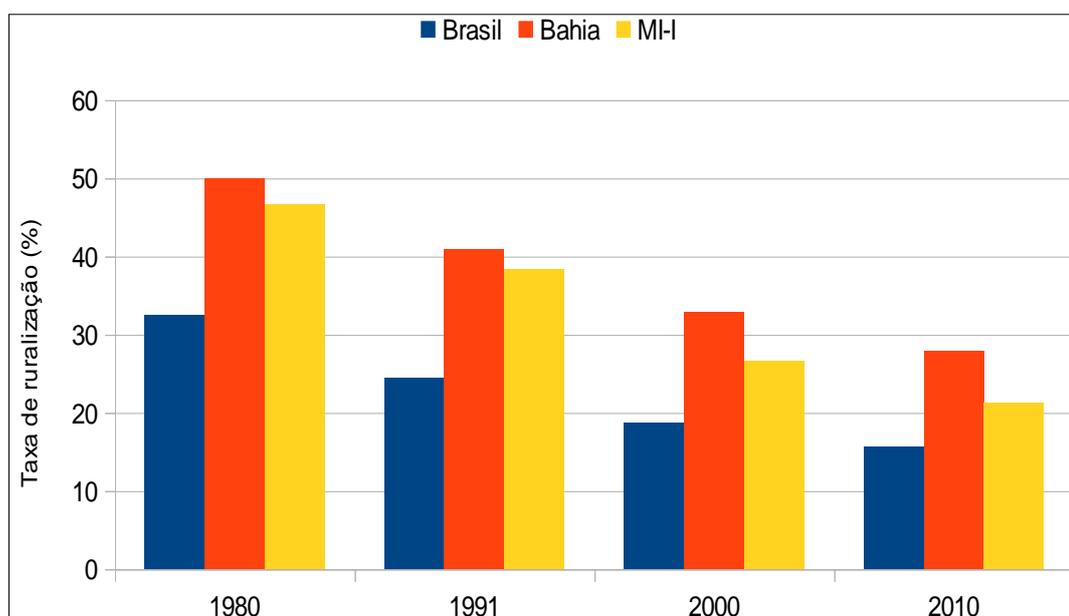


Figura 19 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – taxa de ruralização (1980, 1991, 2000 e 2010).

Fonte: Ipeadata. Censos Demográficos (IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010).

Enquanto a área rural perdia população, as cidades da região recebiam parcela desses migrantes, como verifica-se na tabela 14. Assim entre 1980-1991, a população urbana cresceu 39,73%, sendo essa não completamente oriunda da área rural regional, que só perdeu 0,90% nesse período. No período seguinte, 1991-2000, as cidades da microrregião ganharam 15,96% de população e 0,05% entre 2000-2010. Na comparação com o Brasil, no período de 1980-1991, o crescimento da população urbana foi maior na microrregião em 1,75%, pois enquanto a população urbana do Brasil cresceu 37,98%, na microrregião esse crescimento foi de 39,73%. No período seguinte, já na crise, o processo de urbanização da microrregião passa a ser mais lento do que o do Brasil, que cresceu 24,29%, enquanto que a microrregião teve crescimento de 15,96%, um crescimento menor de 8,33% em relação ao Brasil. A diferença de ritmo do crescimento urbano na comparação Brasil-microrregião é maior entre 2000-2010. Enquanto o crescimento populacional urbano no Brasil era de 16,65%, na microrregião somente 0,05%, ou seja, diferença de 16,6%.

Na comparação com a Bahia, o crescimento da população urbana da microrregião também aconteceu em menor ritmo. Em 1980-1991, a população urbana da Bahia aumentou em 50,56%, bem mais do que o Brasil e a da microrregião, que foi de 39,73%, ou seja, a Bahia teve um crescimento populacional urbano 10,83% a mais do que a microrregião. Essa diferença praticamente se mantém no período seguinte – 1991-2000. A população urbana da Bahia cresceu 25,16% e a da microrregião 15,96%, diferença de 9,06% de crescimento populacional urbano a mais para a Bahia. No último período – 2000-2010, a diferença foi maior: 15,11%. A população urbana da Bahia cresceu 15,16% e a da microrregião 0,05. Em outros termos, o crescimento da população urbana da Bahia cresceu 15,11% a mais do que a da microrregião.

Assim, o crescimento populacional urbano da microrregião Ilhéus-Itabuna foi maior entre 1980-1991, quando ainda não se configurava totalmente a crise segundo os cacauicultores da Lista do Cacau, e apesar de positivo em todo o período, foi diminuindo paulatinamente.

Os dados sobre a mobilidade territorial demonstram que:

- a) Houve um intenso processo de desruralização na microrregião Ilhéus-Itabuna, inclusive mais rápido do que o do Brasil e da Bahia. Entretanto, apesar da maior intensidade com que aconteceu, não apresentou

tendência diferente ao que vinha acontecendo no Brasil e Bahia. *Aqui a crise se manifesta na intensidade do processo de desruralização e não na inversão da tendência, já que, nas outras escalas de análise, a desruralização também estava ocorrendo.*

- b) O intenso processo de desruralização não teve seu correspondente percentual no processo de urbanização, que mesmo sendo alto, foi menor do que a desruralização e foi mais lento do que o do Brasil e Bahia. *Aqui também a crise se manifesta na intensidade do processo de urbanização, mais lento, e não na inversão da tendência, que em todas as escalas foi de crescimento positivo, com indicativo de queda.*

Sendo assim, por esses dados, *o que caracteriza a crise não foi tanto o processo de urbanização, mas o de desruralização. Em outros termos, a microrregião perdeu população.* Chamamos a atenção que estamos trabalhando com os dados da microrregião e não individualmente com os municípios, mesmo que os mesmos estejam constando na tabela 14, para demonstrar o processo.

Tabela 14 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – população urbana total, variação absoluta e variação relativa (1980, 1991, 2000 e 2010)

Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna - população urbana 1980, 1991, 2000 e 2010											
N°	Brasil, Bahia e Municípios da MI-I	População urbana total				População Urbana variação absoluta			População urbana variação relativa (%)		
		1980	1991	2000	2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010
	Brasil	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.792	30.553.663	26.962.969	22.971.833	37,98	24,3	16,7
	Bahia	4.660.499	7.016.770	8.772.348	10.102.476	2.356.271	1.755.578	1.330.128	50,56	25,0	15,2
1	Almadina	4.797	6.028	5.416	5.080	1.231	-612	-336	25,66	-10,2	-6,2
2	Arataca	...	4.456	5.483	5.588	...	1.027	105	...	23,0	1,9
3	Aurelino Leal	8.476	9.268	13.940	11.426	792	4.672	-2.514	9,34	50,4	-18,0
4	Barra do Rocha	2.731	3.065	3.425	3.806	334	360	381	12,23	11,7	11,1
5	Barro Preto
6	Belmonte	9.994	10.860	10.806	11.420	866	-54	614	8,67	-0,5	5,7
7	Buerarema	10.197	15.959	16.249	15.277	5.762	290	-972	56,51	1,8	-6,0
8	Camacã	14.997	16.364	24.282	24.685	1.367	7.918	403	9,12	48,4	1,7
9	Canavieiras	14.668	20.658	26.343	25.903	5.990	5.685	-440	40,84	27,5	-1,7
10	Coaraci	16.353	21.659	23.269	19.130	5.306	1.610	-4.139	32,45	7,4	-17,8
11	Firmino Alves	3.648	3.793	3.806	4.337	145	13	531	3,97	0,3	14,0
12	Floresta Azul	6.727	7.766	7.548	7.343	1.039	-218	-205	15,45	-2,8	-2,7
13	Gandu	13.346	19.597	22.060	24.848	6.251	2.463	2.788	46,84	12,6	12,6
14	Gongogi	4.454	5.676	6.250	5.358	1.222	574	-892	27,44	10,1	-14,3
15	Ibicaraí	18.160	19.332	19.333	17.885	1.172	1	-1.448	6,45	0,0	-7,5
16	Ibirapitanga	4.634	6.697	6.363	6.163	2.063	-334	-200	44,52	-5,0	-3,1
17	Ibirataia	9.999	15.369	18.726	15.742	5.370	3.357	-2.984	53,71	21,8	-15,9
18	Ilhéus	80.831	144.232	162.125	155.281	63.401	17.893	-6.844	78,44	12,4	-4,2
19	Ipiaú	27.410	36.408	37.924	40.384	8.998	1.516	2.460	32,83	4,2	6,5
20	Itabuna	137.724	177.561	191.184	199.643	39.837	13.623	8.459	28,93	7,7	4,4
21	Itacaré	3.005	4.275	7.951	13.642	1.270	3.676	5.691	42,26	86,0	71,6
22	Itagibá	4.636	7.284	8.767	9.572	2.648	1.483	805	57,12	20,4	9,2
23	Itaju do Colônia	2.839	2.885	6.441	5.860	46	3.556	-581	1,62	123,3	-9,0
24	Itajuípe	12.840	15.972	16.123	16.839	3.132	151	716	24,39	0,9	4,4
25	Itamarí	3.332	4.649	5.488	5.839	1.317	839	351	39,53	18,0	6,4
26	Itapé	4.950	7.565	8.666	7.180	2.615	1.101	-1.486	52,83	14,6	-17,1
27	Itapebi	4.597	6.396	8.542	7.180	1.799	2.146	-1.362	39,13	33,6	-15,9

Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna - população urbana 1980, 1991, 2000 e 2010											
N°	Brasil, Bahia e Municípios da MI-I	População urbana total				População Urbana variação absoluta			População urbana variação relativa (%)		
		1980	1991	2000	2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010
28	Itapitanga	5.096	6.095	7.095	7.591	999	1.000	496	19,60	16,4	7,0
29	Jussari	...	4.609	5.124	4.876	...	515	-248	...	11,2	-4,8
30	Mascote	1.278	1.573	11.853	11.679	295	10.280	-174	23,08	653,5	-1,5
31	Nova Ibiá	...	2.358	2.534	2.807	...	176	273	...	7,5	10,8
32	Pau-Brasil	8.742	9.279	8.740	7.382	537	-539	-1.358	6,14	-5,8	-15,5
33	Sta.Cruz da Vitória	4.363	4.527	4.988	5.076	164	461	88	3,76	10,2	1,8
34	Santa Luzia	...	7.410	8.329	8.072	...	919	-257	...	12,4	-3,1
35	S.José da Vitória	...	5.217	5.154	5.162	...	-63	8	...	-1,2	0,2
36	Teolândia	1.218	1.759	3.606	5.068	541	1.847	1.462	44,42	105,0	40,5
37	Ubaitaba	9.393	12.508	18.582	17.598	3.115	6.074	-984	33,16	48,6	-5,3
38	Ubatã	16.981	19.430	17.847	17.951	2.449	-1.583	104	14,42	-8,1	0,6
39	Una	7.233	5.347	15.274	15.030	-1.886	9.927	-244	-26,07	185,7	-1,6
40	Uruçuca	9.571	9.040	14.158	15.779	-531	5.118	1.621	-5,55	56,6	11,4
41	Wenceslau Guimarães	2.422	4.033	6.790	7.511	1.611	2.757	721	66,52	68,4	10,6
Total da MI-I		491.642	686.959	796.584	796.993	195.317	109.625	409	39,73	15,96	0,05

Fonte: Ipeadata. Censo Demográfico (IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010).

O processo de desruralização, urbanização e perda populacional descrito anteriormente pode ser melhor visualizado figura 20, a seguir.

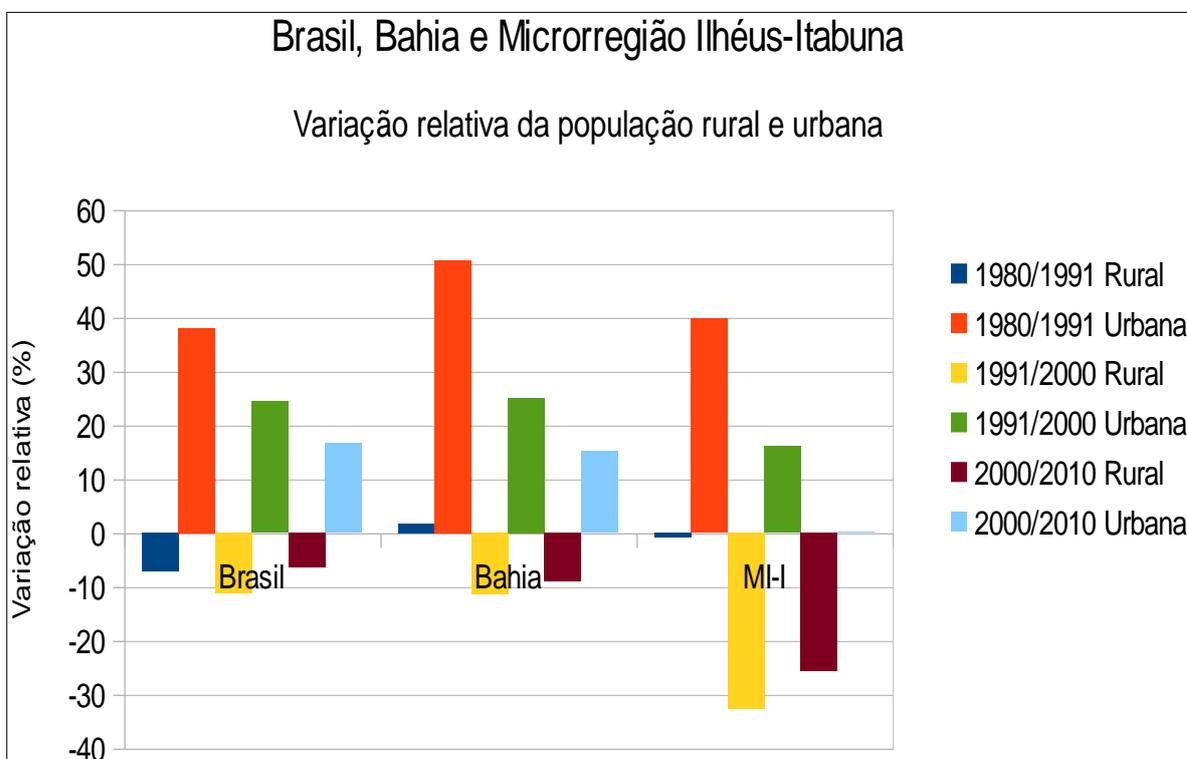


Figura 20 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna: variação relativa da população rural e urbana (1980-1991, 1991-2000 e 2000-2010).

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010).

Na tabela 15 e figura 21, apresentamos a taxa de urbanização – percentagem da população da área urbana em relação à população total – das três escalas geográficas de referência. Esses dados traduzem uma taxa de urbanização maior para a microrregião se comparada a da Bahia, entretanto, apresenta-se menor do que a do Brasil, em todo o período analisado. Na década de 1980, a taxa de urbanização da microrregião era de 52,51% e foi progressivamente aumentando até alcançar 78,09% em 2010, inferior a do Brasil que foi de 84,4% e superior a da Bahia de 72,07%.

Tabela 15 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – taxa de urbanização (1980, 1991, 2000 e 2010)

Período	Brasil	Bahia	MI-I
	Taxa de urbanização (%)	Taxa de urbanização (%)	Taxa de urbanização (%)
1980	67,59	49,19	52,51
1991	75,59	59,12	60,79
2000	81,23	67,12	72,67
2010	84,4%	72,07	78,09

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010).

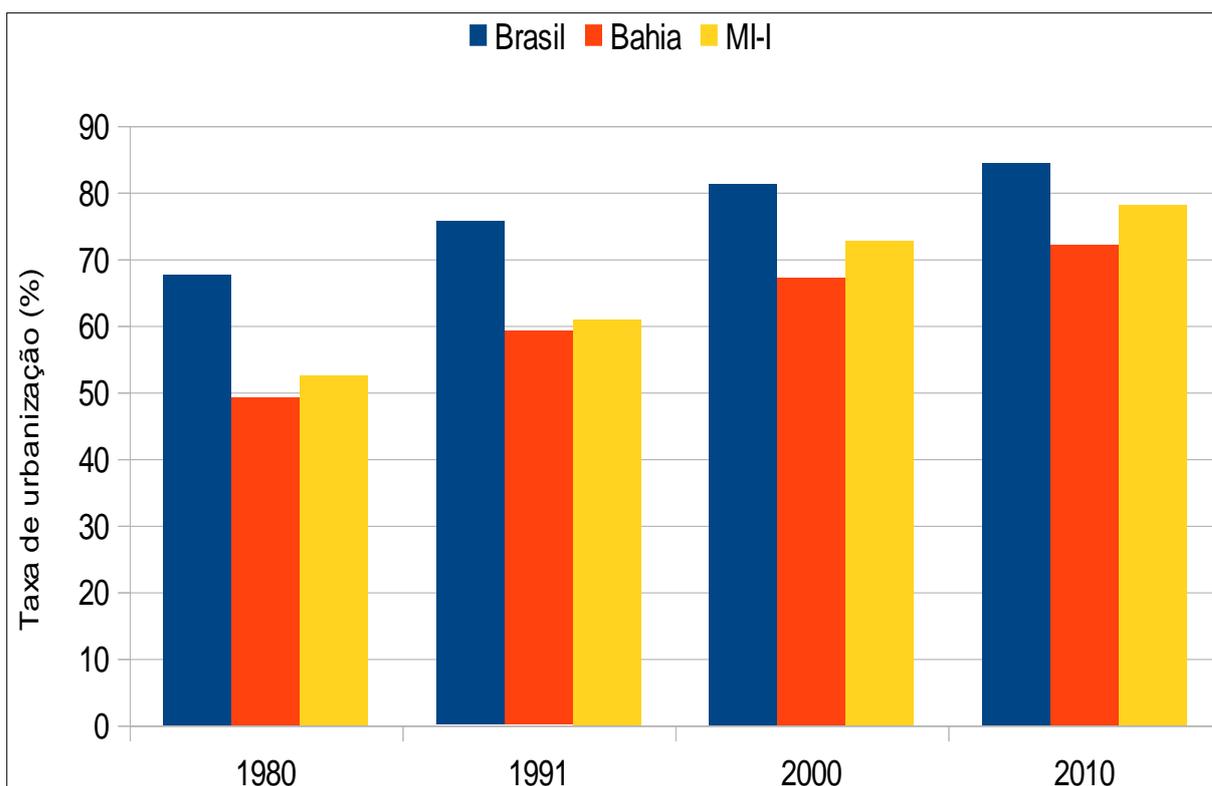


Figura 21 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – taxa de urbanização (1980, 1991, 2000 e 2010).

Esses dados indicam que o processo de *desruralização e de urbanização não são específicos da microrregião no início do período em foco – 1980-2010*. Em todas as escalas de análise, isso estava se dando, conforme Maricato nos diz: “O Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Em 1940, a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela é de 81,2%” (MARICATO, 2001, p. 16). E em 2010, ela era de 84,4% (IBGE, 2010).

Além da maior intensidade de desruralização e menor da urbanização, o que particulariza a crise na microrregião são os motivos atribuídos pelos cacauicultores a essa mobilidade territorial – a queda da produção do cacau em

função de uma praga introduzida e disseminada de forma criminosa – porque não houve mecanização significativa na produção cacaueteira (LEITE, 2012) que resultasse na dispensa dos trabalhadores e nem houve significativa industrialização na área urbana, que poderia atrair a população rural, apesar “[...] da política de concessão de incentivos federais e estaduais, associada ao Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia, que privilegia a interiorização das indústrias” (OLIVEIRA, 2001), como foi o caso de Ilhéus e Itabuna na década de 1990.

A mudança de eixo dos investimentos estatais da agricultura para a indústria, a falta de incentivos para a agricultura, o desejo de maior acesso aos serviços públicos urbanos voltados para a saúde, educação, previdência social; as melhores condições de trabalho e salários pagos aos trabalhadores urbanos, dentre tantos outros motivos para a mobilidade rural-urbana no mesmo período, não são aventados pelos cacauicultores como impulsionadores da mobilidade territorial rural-urbana.

Em termos de população total, entre 1980-1991, a região ganhou 193.811 mil habitantes (20,70%), já entre 1991-2000 perdeu 33.954 mil habitantes (-3%) e, entre 2000-2010, perdeu 75.546 mil habitantes (-6,89%). Verifica-se assim, que, das 193.811 mil pessoas que entraram entre 1980-1991, 84.311 mil habitantes ($193.811 - 109.500$ ($33.954+75.546$)) permaneceram na região, fazendo com que a quantidade que abandonou a região fosse menor do que a quantidade de ingressantes no período analisado. Em todas as escalas de análise, há uma tendência de diminuição da população durante todo o período, sendo mais acentuada na microrregião entre 1991-2000 e 2000-2010 (Tabela 16).

Tabela 16 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – população total e variação absoluta e relativa da população (1980, 1991, 2000 e 2010)

Nº	Brasil, Bahia e Municípios da MI-I	População total				Variação absoluta			Variação relativa (%)		
		1980	1991	2000	2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010
	Brasil	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799	27.814.423	22.973.695	20.956.629	23,37	15,65	12,34
	Bahia	9.597.393	11.855.157	13.066.910	14.016.906	2.257.764	1.211.753	949.996	23,52	10,22	7,27
1	Almadina	9.146	10.004	7.862	6.357	858	-2.142	-1.502	9,38	-21,41	-19,14
2	Arataca	...	13.594	11.218	10.392	...	-2.376	-815	...	-17,48	-7,36
3	Aurelino Leal	16.378	15.737	17.149	13.595	-641	1.412	-3.550	-3,91	8,97	-20,72
4	Barra do Rocha	9.593	9.690	8.074	6.313	97	-1.616	-1.738	1,01	-16,68	-21,81
5	Barro Preto	8.200	10.601	8.602	6.453	2.401	-1.999	-2.149	29,28	-18,86	-24,98
6	Belmonte	22.556	22.070	20.032	21.798	-486	-2.038	1.806	-2,15	-9,23	8,82
7	Buerarema	24.875	20.839	19.118	18.605	-4.036	-1.721	-496	-16,23	-8,26	-2,68
8	Camacan	40.500	37.023	31.055	31.472	-3.477	-5.968	413	-8,59	-16,12	1,34
9	Canavieiras	42.122	33.019	35.322	32.336	-9.103	2.303	-2.991	-21,61	6,97	-8,45
10	Coaraci	27.412	31.064	27.852	20.964	3.652	-3.212	-6.888	13,32	-10,34	-24,73
11	Firmino Alves	6.034	5.523	5.170	5.384	-511	-353	215	-8,47	-6,39	4,14
12	Floresta Azul	18.436	13.940	11.614	10.660	-4.496	-2.326	-954	-24,39	-16,69	-8,21
13	Gandu	29.270	26.461	27.160	30.336	-2.809	699	3.169	-9,60	2,64	11,69
14	Gongogi	8.343	8.951	10.522	8.357	608	1.571	-2.178	7,29	17,55	-20,58
15	Ibicaraí	30.978	30.560	28.861	24.272	-418	-1.699	-4.620	-1,35	-5,56	-15,90
16	Ibirapitanga	20.310	26.784	22.177	22.598	6.474	-4.607	433	31,88	-17,20	1,90
17	Ibirataia	19.977	22.694	24.741	18.943	2.717	2.047	-5.795	13,60	9,02	-23,43
18	Ilhéus	131.456	223.750	222.127	184.236	92.294	-1.623	-37.896	70,21	-0,73	-17,06
19	Ipiaú	39.075	45.245	43.621	44.390	6.170	-1.624	809	15,79	-3,59	1,76
20	Itabuna	153.339	185.277	196.675	204.667	31.938	11.398	8.035	20,83	6,15	4,06
21	Itacaré	13.207	18.431	18.120	24.318	5.224	-311	6.220	39,55	-1,69	34,21
22	Itagibá	19.006	19.916	17.191	15.193	910	-2.725	-1.981	4,79	-13,68	-11,62
23	Itaju do Colônia	10.834	9.773	8.580	7.309	-1.061	-1.193	-1.302	-9,79	-12,21	-14,81
24	Itajuípe	24.986	24.931	22.511	21.081	-55	-2.420	-1.417	-0,22	-9,71	-6,35
25	Itamari	8.097	8.831	8.347	7.903	734	-484	-443	9,07	-5,48	-5,32
26	Itapé	11.403	15.644	14.639	10.995	4.241	-1.005	-3.653	37,19	-6,42	-24,89
27	Itapebi	11.063	11.078	11.126	10.495	15	48	-629	0,14	0,43	-5,67
28	Itapitanga	10.387	10.474	10.382	10.207	87	-92	-175	0,84	-0,88	-1,69
29	Jussari	...	8.470	7.556	6.474	...	-914	-1.089	...	-10,79	-14,32
30	Mascote	19.227	20.178	16.093	14.640	951	-4.085	-1.453	4,95	-20,24	-9,03
31	Nova Ibiá	...	10.502	7.166	6.648	...	-3.336	-518	...	-31,77	-7,23
32	Pau Brasil	18.776	16.179	13.048	10.852	-2.597	-3.131	-2.195	-13,83	-19,35	-16,83

Nº	Brasil, Bahia e Municípios da MI-I	População total				Variação absoluta			Variação relativa (%)		
		1980	1991	2000	2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010
33	Santa Cruz da Vitória	6.975	6.653	7.025	6.673	-322	372	-352	-4,62	5,59	-5,01
34	Santa Luzia	...	16.319	15.503	13.344	...	-816	-2.171	...	-5,00	-13,93
35	São José da Vitória	...	8.768	6.210	5.715	...	-2.558	-495	...	-29,17	-7,97
36	Teolândia	9.253	12.433	12.572	14.836	3.180	139	2.278	34,37	1,12	18,01
37	Ubaitaba	16.030	21.062	23.854	20.691	5.032	2.792	-3.157	31,39	13,26	-13,26
38	Ubatã	23.248	25.900	21.803	25.004	2.652	-4.097	3.212	11,41	-15,82	14,68
39	Una	37.601	23.757	31.261	24.110	-13.844	7.504	-7.155	-36,82	31,59	-22,88
40	Uruçuca	21.936	30.763	20.323	19.837	8.827	-10.440	-483	40,24	-33,94	-2,39
41	Wenceslau Guimarães	16.302	17.254	23.926	22.189	952	6.672	-1.745	5,84	38,67	-7,26
Total da MI-I		936.331	1.130.142	1.096.188	1.020.642	193.811	-33.954	-75.546	20,70	-3,00	-6,89

Fonte: Ipeadata. Censo Demográfico (IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010).

No que se refere às duas cidades polos da microrregião, Ilhéus e Itabuna, a dinâmica populacional foi distinta: Ilhéus perdeu população e Itabuna aumentou durante todo o período, ultrapassando a população de Ilhéus em 2010, ao chegar a 204.667 habitantes. A polarização de Ilhéus e Itabuna e o considerável aumento populacional de Itacaré são acontecimentos que irromperam das alternativas à saída da crise. Em Itacaré investe-se no turismo (MELIANI, 2011) e no caso de Ilhéus-Itabuna

[...] os fixos mais importantes para condução da vida regional continuam a ser instalados – ou ampliados – nos territórios de Itabuna e Ilhéus: *shopping center*, grandes empresas atacadistas, aeroporto, universidades e faculdades, hospitais regionais, concessionárias de automóveis, lojas de *softwares e hardwares*, indústrias, centros de convenções, teatros, redes de TV, edifícios de apartamento e condomínios verticais etc.) (TRINDADE, 2011, p. 325).

As feições do território construídas ao longo da predominância da produção cacauera estão sendo, paulatinamente, modificadas, comandadas por outras ordens. Essas escolheram Itabuna como cidade de maior dinamicidade no conjunto da região, devido à sua localização estratégica para o fluxo de pessoas e mercadorias, já que é cortada pela BR 101, uma rodovia federal longitudinal do Brasil. Se, antes da crise, algumas cidades serviam como ponto de passagem do cacau até esse seguir para os portos exportadores, hoje, segundo Trindade (2011), outras cidades se destacam na paisagem regional como é o caso dos “[...] centros de zona – Ipiaú, Camacan, Gandu, Ibicaraí e Ubaitaba – que assumiram nos seus entornos algumas funções até então realizadas por Itabuna e Ilhéus” (TRINDADE, 2011, p. 325).

Enfim, a política pública não intervencionista, nesse caso, desterritorializou parte significativa da população regional e concomitantemente a reterritorializou em outras localidades (HAESBAERT, 2010a).

Como ficou demonstrado, houve dois locais de saída da população: da área rural para a urbana e da própria microrregião. Para onde foram? O que aconteceu com eles? O ex-Presidente da APC e atual Diretor Geral da Biofábrica do Cacau e outros entrevistados respondem:

[Concentraram-se] Principalmente nas periferias [das] três cidades grandes da região: Itabuna, Ilhéus e Porto Seguro. Porto Seguro, um contingente muito grande daquela região de Camacan. Ilhéus, de

toda essa região. Itabuna também, criando bolsões de miséria (ALMEIDA, 2012)

Tiraram o pessoal da roça devido a situação, crise. Fazendeiro botou pra fora porque tinha 15, 20 funcionários. 'Bom, vou diminuir aqui, porque eu não aguento'. Diminui a metade. 'Diminui 10'. Vêm pra cá. Fazer o que na cidade? Trabalhar de gari, principalmente, né. Ajudante de pedreiro, que nem todos sabem, que hoje as grandes obras não quer um ajudante de pedreiro analfabeto. Não quer, não quer. O analfabeto é um problema (Entrevistado nº 31, 22/05/2012).

[...] temos exemplo na família, amigos que os filhos virou bandido, as filhas virou prostituta! Porque ele não tinha como... Sem estrutura, sem conhecimento, sem estudo, trabalhador rural, desinformado... (Entrevistado nº 15, 30/03/2011).

Segundo esses depoimentos, foram os trabalhadores desempregados, sem estudo e especializados em cacau, que formaram as favelas: bairros “informais”, “clandestinos” ou “irregulares” e sem os serviços públicos mínimos necessários para essa população subsistir dignamente. São exemplos emblemáticos os casos do bairro Teotônio Vilela (VIDAL, 2009), em Ilhéus e o Baianão, em Porto Seguro (ARAÚJO; SILVA, 2008). Ressaltamos que *o processo de favelização presentes nas principais cidades da microrregião não é um fenômeno particular dessas cidades e consequência unicamente da crise, pois o mesmo estava acontecendo no Brasil, conforme mostra o trabalho de Pequeno, 2008.*

6.2.2 Crise cacauera e a mobilidade socioeconômica da população

6.2.2.1 IDHM⁷³

Até aqui, falamos sobre a mobilidade territorial da população na crise. A seguir, verificaremos a mobilidade socioeconômica (somente alguns indicadores) na crise. O que mudou? O que permaneceu?

73 “O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal compreende indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013, p. 1).

A análise do desenvolvimento humano através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) deve levar em consideração que esse índice não contempla todos os aspectos do desenvolvimento humano, como a qualidade de vida dos que saíram do campo e nem, por exemplo, a satisfação dos migrantes em seus novos lugares de vivência.

Além disso, no item renda, por trata-se de aferições por meio do Produto Interno Bruto (PIB) per capita em uma sociedade com profundas desigualdades sociais, como a do Brasil (O IDH ajustado à desigualdade do Brasil em 2010 é de 0,519, o 3º pior índice de desigualdade no mundo) e a da microrregião, que segundo o Ipeadata (2012), em 2010, a razão da renda entre os 10% mais ricos e dos 40% mais pobres era de 18,39%, essa representação numérica se distancia do real.

Em relação à educação, somente o acesso à escola não é garantia de qualidade de ensino, visto que em 2012: “O Brasil ficou na penúltima posição em um índice comparativo de desempenho educacional feito com dados de 40 países” (G1, 2012). Levando em consideração esses adendos, o IDHM⁷⁴ apresenta, de forma sintética, três aspectos: renda, saúde e educação.

Feitas essas consideração, vamos para a descrição e análise do IDHM na microrregião Ilhéus-Itabuna.

74 Atualmente, os três pilares que constituem o IDHM (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma:

1. Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
2. O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
3. E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO 2012). Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH#>. Acesso em: 02 out. 2012.

Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna				
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 1980, 1991, 2000 e 2010				
Localidades	IDHM			
	1980	1991	2000	2010
Brasil	0,685	0,493	0,612	0,727
Bahia	0,515	0,386	0,515	0,660
Microrregião Ilhéus-Itabuna	0,451	0,293	0,422	0,591

Quadro 39 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (1980, 1991, 2000 e 2010).

Nota: A partir de 1991, o Pnud modificou a metodologia de aferição do IDHM, não sendo possível fazer comparações com os dados de 1980. O IDHM de 1980 da Microrregião Ilhéus-Itabuna não contempla 6 municípios (Arataca, Barro Preto, Jussari, Nova Ilbiá, Santa Luzia e São José da Vitória) porque não há dados disponíveis no IBGE.

Fonte: Ipeadata (dados de 1980), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013) (dados de 1991, 2000, 2010).

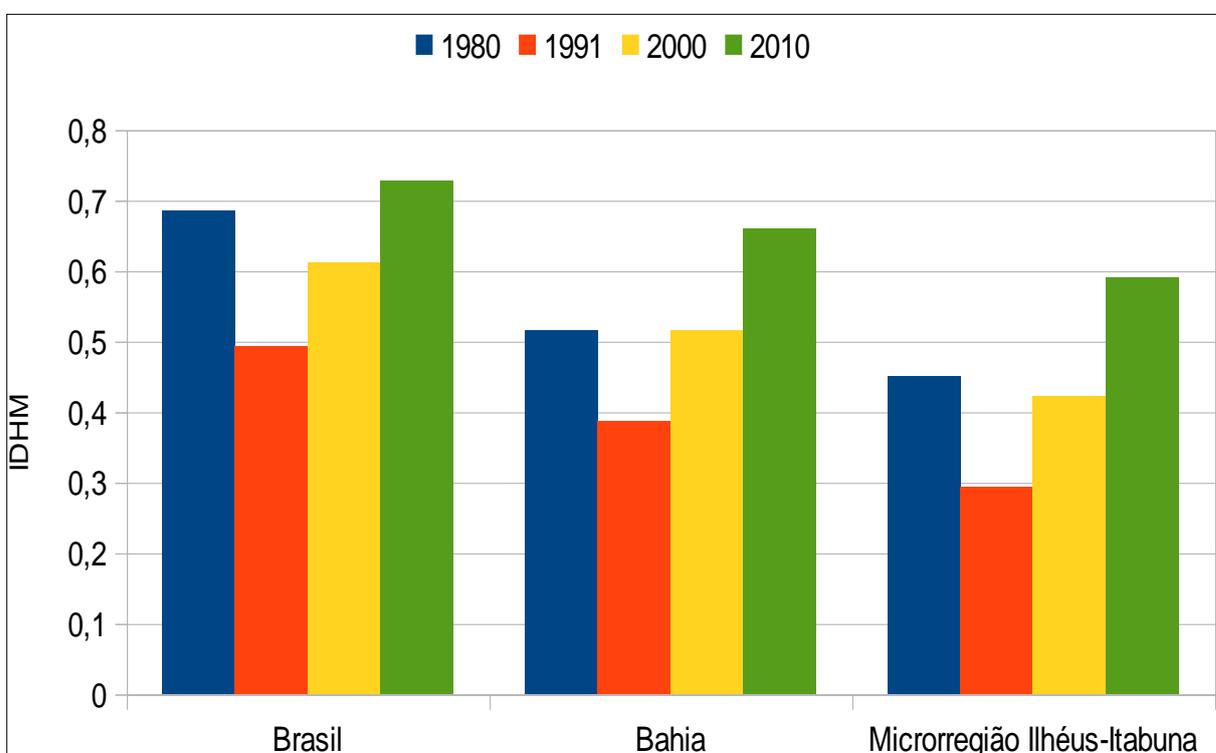


Figura 22 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (1980, 1991, 2000 e 2010)

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013).

No Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal no Brasil, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013) criou 5 faixas de desenvolvimento humano municipal:

- Muito baixo desenvolvimento humano (0,000 até 0,499);
- Baixo desenvolvimento humano (0,500 até 0,599);
- Médio desenvolvimento humano (0,600 até 0,699);
- Alto desenvolvimento humano (0,700 até 0,799);

– Muito alto desenvolvimento humano (acima de 0,800).

Faremos a análise acompanhando essa divisão em faixas de desenvolvimento humano.

6.2.2.1.1 IDHM - situação em 1980

Segundo essas faixas, em 1980, o Brasil tinha médio desenvolvimento humano (0,685), a Bahia tinha baixo desenvolvimento humano (0,515) e a microrregião muito baixo desenvolvimento humano (0,451) (Quadro 39). Em 1980, dos 41 municípios que compõem a Microrregião Ilhéus-Itabuna, havia 2 (4,88%) na faixa do médio desenvolvimento humano (Ilhéus e Itabuna), 3 (7,32%) baixos (Ipiaú, Itamari e Ubaitaba), os 30 (73,17%) demais municípios estavam na faixa de muito baixo. Em 6 (14,63%) municípios não foi aferido o IDHM em 1980 (Tabela 17). Considerando que na década de 1970 houve o “quinquênio de ouro” da cacauicultura regional, esses resultados são indicativos que a riqueza produzida não chegava até a maioria, que permanecia com pouco acesso à escolaridade, à renda e às condições mínimas de sobrevivência, refletidas nas condições de saúde dessa população de baixa longevidade.

Tabela 17 – Microrregião Ilhéus-Itabuna – percentual de municípios por faixa de Desenvolvimento Humano Municipal – 1980, 1991, 2000 e 2010

Desenvolvimento Humano	1980		1991		2000		2010	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
Muito Alto	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Alto	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	2,44
Médio	2	4,88	0	0,00	0	0,00	12	29,27
Baixo	3	7,32	0	0,00	2	4,88	28	68,29
Muito Baixo	30	73,17	41	100,00	39	95,12	0	0,00
Sem informação	6	14,63	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013).

6.2.2.1.2 IDHM – Comparação entre 2000 e 2010

Brasil – O IDHM passou de 0,612, em 2000, para 0,727, saindo de médio para alto desenvolvimento humano.

Bahia – O IDHM passou de 0,515 para 0,660, saindo de baixo para médio desenvolvimento humano.

Microrregião – O IDHM passou de 0,422 para 0,591, saindo de muito baixo para baixo desenvolvimento humano. Em 2000, na microrregião, havia 2 municípios (4,88%) na faixa de baixo desenvolvimento humano (Ilhéus e Itabuna) e 39 (95,12%) na faixa de muito baixo desenvolvimento humano. Em 2010, não havia municípios na faixa de muito baixo desenvolvimento humano e sobem de 2 (em 2000) para 28 (68,29%) o número de municípios na faixa de baixo desenvolvimento humano. 12 municípios (29,27%) entram para a faixa de médio desenvolvimento humano e aparece o primeiro município com alto desenvolvimento – Itabuna (2,44%).

6.2.2.1.3 IDHM – Comparação entre 1991 e 2000

Brasil – O IDHM saiu de 0,493 para 0,612, saindo da condição de muito baixo para médio desenvolvimento humano.

Bahia – O IDHM saiu de 0,386 para 0,515, saindo da condição de muito baixo para baixo desenvolvimento humano

Microrregião – O IDHM saiu de 0,293 para 0,422, ou seja, melhorou, mas permaneceu na faixa de muito baixo desenvolvimento humano. Houve uma ascensão de faixa nas outras escalas de análise, enquanto a microrregião, na década delimitada pelos cacauicultores como a mais dramática da crise, não conseguiu sair da condição de muito baixo desenvolvimento humano. Em 1991, os 41 (100%) municípios da microrregião estavam na faixa de muito baixo desenvolvimento humano. Em 2000, 39 (95,12%) municípios permaneceram na faixa de muito baixo desenvolvimento humano e houve a ascensão de 2 (4,88%) municípios.

6.2.2.1.4 IDHM – Comparação entre 1991 e 2010

Brasil – O IDHM saiu de 0,493 para 0,727, saindo da faixa de muito baixo para o de alto desenvolvimento humano.

Bahia – O IDHM saiu de 0,386 para 0,660, saindo da faixa de muito baixo para a de médio desenvolvimento humano.

Microrregião – O IDHM saiu de 0,293 para 0,591, saindo da faixa de muito baixo para a de baixo desenvolvimento humano. Em 1991, todos os municípios da microrregião Ilhéus-Itabuna estavam na faixa de muito baixo desenvolvimento humano. Em 2010, não havia mais municípios nessa faixa. 28 (68,29%) municípios ascenderam para a faixa de baixo e 12 (29,27%) para médio desenvolvimento humano. Itabuna ultrapassa Ilhéus e torna-se o primeiro município a ter alto desenvolvimento humano, desde 1980. Mesmo na crise, houve mobilidade ascendente do IDHM na microrregião nas década de 2010.

6.2.2.1.5 *Analfabetismo*

Nas falas dos entrevistados e na Lista do Cacau, é comum a referência ao analfabetismo de grande parte da população, principalmente dos que saíram do campo e foram para as cidades regionais. Procuramos então verificar o percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas na microrregião Ilhéus-Itabuna, no período de 1980 – 2010, representada na tabela 18. Nela constatamos que, *durante o período delimitado pelos cacauicultores como o de crise, houve melhoras*. Na década de 1980, havia 4 (9,7%) municípios da microrregião com mais de 60% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas. Situação que prevaleceu em 1991, como 3 municípios (7,3%). De 2000 em diante, não encontramos mais municípios nessa situação.

Tabela 18 – Microrregião Ilhéus-Itabuna – percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas – 1980-2010

Microrregião Ilhéus-Itabuna - percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas – 1980 – 2010								
(%)	1980 Municípios	População	1991 Municípios	População	2000 Municípios	População	2010 Municípios	População
Menos de 12,50	0	0	0	0	0	0	1(2,4%)	204667 (20,5%)
12,50 a 25,00	0	0	1 (2,4%)	185.277 (16,4%)	2 (4,9%)	418.802 (38,2%)	16 (39,02%)	517388 (50,69%)
25,00 a 37,50	2 (4,8%)	284.795 (30%)	2 (4,9%)	272.130(24,1%)	33 (80,5%)	588.897(53,7%)	24 (58,53%)	298587 (29,25%)
37,50 a 50,00	11 (26,8%)	241.978 (26%)	22 (53,7%)	436.855(38,7%)	6 (14,6%)	88.489 (8,1%)	0	0
50,00 a 62,50	18 (43,9%)	346.347 (37%)	13 (31,7%)	196.504(17,4%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0	0
62,50 a 75,00	4 (9,7%)	55.011 (6%)	3 (7,3%)	39.062 (3,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0	0
Sem informação	6 (14,6%)	8.200 (1%)
Total	41(100,0%)	936.331(100%)	41(100,0%)	1.129.828(100,0%)	41(100,0%)	1.096.188 (100,0%)	41(100,0%)	1.020.642 (100%)

Fonte: Ipeadata (1980); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013).

Em 1980, o percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, no Brasil, era de 25,5% (IBGE, 2010⁷⁵), na Bahia 43,14% (IPEADATA, 2013) e na microrregião 46,15% (Ipeadata, 2013). Dentre os municípios da microrregião, 2 (4,8%) possuíam entre 25,00 a 37,50% de pessoas analfabetas nessa faixa etária: Itabuna e Ilhéus. O município com o maior percentual de pessoas analfabetas era Teolândia, com 69,5%. 11 (26,8%) municípios tinham percentual entre 37,50 a 50%; 18 (43,9%) com percentual entre 50 a 62,5%; 4 (9,7%) com percentual entre 62,5 a 75%.

Em 1991, o percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, no Brasil, era de 19,40% (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013), na Bahia, 34,53% (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013) e, na microrregião, 39,82% (IPEADATA, 2013). Há um percentual maior de analfabetos na microrregião comparativamente as outras escalas de análise. Os dados da tabela 18 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013) demonstram que dentre os municípios da microrregião, 1 (2,4%) possuía entre 12,50 a 25,00% de pessoas analfabetas nessa faixa etária: Itabuna (22,50%). Observa-se que em 1980 não havia município nessa faixa de percentual. Na faixa de percentual entre 25,00 a 37,50% continuou-se com 2 (4,9%) municípios. As mudanças maiores ocorrerem nas faixas de percentual seguintes. Saiu-se de 18 municípios na faixa percentual de 50,00 a 62,60%, em 1980, para 13 municípios em 1991. Aumentou o percentual de municípios que entraram para a faixa de 37,50 a 50%, de 11(26,8%) para 22 (53,7%) em 1991. Diminuiu de 4 para 3 municípios com percentual de mais de 60% da população na situação de analfabeta.

Em 2000, o percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas no Brasil era de 12,94%, na Bahia 34,53% e na microrregião 33,01% (ADHB, 2013). Houve melhoras no Brasil, na Bahia e Microrregião.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013, “Dentre os municípios da microrregião Ilhéus-Itabuna, o município com o melhor valor era Itabuna (BA), com um valor de 15,14, e o município com o pior valor era Wenceslau Guimarães, (BA) com um valor de 47,38” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013, p. 1).

75 IBGE, Censo Demográfico 2010. Resultados Gerais da Amostra. 27 de abr. 2012. Disponível em;<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/000000084731041220123157_27483985.pdf>. Acesso em 21 maio 2013.

Pelo que podemos verificar na tabela 18 dos 41 município da microrregião, somente 1 (4,9%) tinha um valor entre 10,50 e 26,00%; na faixa de 25,00 a 37,50%, saímos de 2 municípios em 1991, para 33 municípios (80,5%) em 2000. São 31 municípios de entraram nessa faixa. Comparativamente a 1991, caiu de 22 para 6 (14,6%) os municípios com valores percentuais entre 37,50 e 50,00% de pessoas com 15 anos e mais analfabetas. O percentual de pessoas vivendo em municípios com mais de 50% de pessoas com 15 anos ou mais foi paulatinamente diminuindo desde 1980, até chegar em 2000 sem municípios nessas condições.

Em 2000, a situação da microrregião Ilhéus-Itabuna se assemelhava à do Brasil na década de 1970, em que o percentual de pessoas nessa faixa etária analfabeta era de 33,6% (IBGE, 2012⁷⁶).

Em 2010, o percentual de pessoas de 15 anos ou mais não alfabetizadas no Brasil era de 9,61%, na Bahia 16,58% e na microrregião 25,5% (ADHB,2013). Não há mais municípios com mais de 50% de pessoas com 15 anos ou não alfabetizadas. Há 1 município (2,4%) com menos de 12,50 de pessoas analfabetas (Itabuna). 16 municípios (39,02%) estão na faixa percentual de 12,50 a 25,00%, seguida por 24 (58,53%) municípios. Em outros termos: *o percentual de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas na microrregião é maior do que o do Brasil e Bahia, entretanto houve uma diminuição de pessoas nessas condições durante todo o período da dita crise cacauera.*

6.2.2.1.6 Renda

Na tabela 19 é demonstrado o rendimento nominal mensal de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por faixa de renda na microrregião, na Bahia e no Brasil. Não comparamos os dados de 1980 com os dos anos seguintes, 1991, 2000 e 2010, porque aqui os dados do IBGE são da Microrregião Cacaueira, composta por 22 municípios. Ainda não existia a Microrregião Ilhéus-Itabuna, composta por 41

76 IBGE, Censo Demográfico 2010. Resultados Gerais da Amostra. 27 de abr. 2012. Disponível em;<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em 21 maio 2013.

municípios. Vamos, por isso, analisá-la isoladamente, e não comparativamente as outras décadas subsequentes, senão no que diz respeito a Bahia e ao Brasil.

Tabela 19 – Microrregião Cacaueira, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 1980

Faixa de rendimento em Salários Mínimos	Microrregião		Bahia		Brasil	
	Rendimento nominal mensal	(%)	Rendimento nominal mensal	(%)	Rendimento nominal mensal	(%)
Até 1 SM	179.973	33,73	1.758.419	26,88	103.549.746	59,68
Mais de 1 – 2	20.998	3,94	712.540	10,89	13.039.599	7,52
2 – 3	21.269	3,99	245.864	3,76	5.457.844	3,15
3 – 5	15.284	2,86	187.480	2,87	4.787.046	2,76
5 – 10	8.810	1,65	94.091	1,44	3.119.227	1,80
10 – 20	4.381	0,82	52.230	0,80	1.359.066	0,78
Mais de 20	2.450	0,46	24.075	0,37	646.203	0,37
Sem rendimento	277.360	51,98	3.438.494	52,57	41.244.409	23,77
Sem declaração	3.055	0,57	27.707	0,42	298.337	0,17
Total	533.580	100	6.540.900	100	173.501.477	100

Nota: Em 1980 existia oficialmente a Microrregião Cacaueira da Bahia, composta por 22 municípios: Almadina, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Canavieira, Coaraci, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibirataia, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapetinga e Mascote.

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 1980).

Em todo o período analisado e em todas as escalas de análise, há uma maior concentração de pessoas na faixa de sem rendimento e de até um salário mínimo mensal. Em outros termos: grande parte dos brasileiros ganha até um salário mínimo ou não tem rendimento. *Na Bahia e na microrregião essa desigualdade de renda é maior do que a do Brasil, mas não é exceção.*

A microrregião cacaueira do Sul da Bahia, na década de 1970, teve o que denominaram de quinquênio de ouro, cinco anos de bonança: “No apogeu da cacauicultura. Foi nos anos 70, né. Chamou o quinquênio de ouro do cacau. Nos anos 70. Foi de 76, 77, 78, 79... Não: foi de 74 a 79. Foi o quinquênio de ouro da cacauicultura” (Entrevistado nº 21, 17/05/2012), confirmado pelo historiador Zumaeta (2012), como o período de 1974-1979. A riqueza socialmente produzida, entretanto, não foi auferida pela maior parte da população, já que em 1980, praticamente dez anos antes da ressaltada crise, o que temos é 51,98% das pessoas de 10 anos ou mais de idade sem rendimentos e 33,73% ganhando até um salário mínimo, situação melhor do que a Bahia, com 52,57% sem rendimentos e 26,88% recebendo até um salário mínimo. Na faixa de sem rendimentos o Brasil (23,73%) apresenta índice menor do que a microrregião

(51,98) e a Bahia (52,57%), mas com índice bem maior de pessoas com rendimentos de até um salário mínimo (59,68%).

(31,75%), comparativamente a Bahia (29,14%) e ao Brasil (21,10%). A grande pobreza da maioria da população regional levou Chiapetti concluir em sua tese: “Assim é que, pode-se afirmar que para a grande maioria da população, ou nunca houve crise, ou a crise do lugar é permanente” (CHIAPETTI, J., 2009, p. 96).

Nos anos posteriores – 1991, 2000 e 2010 – tivemos a seguinte mobilidade social em termos de renda da população regional, considerando somente três variáveis: pessoas que recebem até um salário mínimo nominal por mês, pessoas que recebem entre um e dois salários e pessoas sem rendimento. De acordo com as tabelas 20, 21 e 22, em 1991, 31,75% das pessoas recebiam até um salário mínimo, caiu para 28,24% em 2000 e subiu para 43,33% em 2010. Quanto a quantidade de pessoas que recebiam entre um e dois salários mínimos mensais, houve um aumento em todo o período. De 8,18%, em 1991, foi para 11,14%, em 2000, e 12,49%, em 2010. Se por um lado ocorreu uma diminuição na faixa de menos de um salário mínimo de 1991 para 2000, nesse mesmo período houve um acréscimo da faixa de um a dois salários.

A quantidade de pessoas sem rendimento diminuiu de 52,6% para 50,29% entre 1991-2000. De 2000 para 2010 caiu ainda mais, foi para 35,54%. Assim temos, em 2010, uma diminuição das pessoas sem rendimento, aumento das pessoas com rendimento de até um salário mínimo e aumento da quantidade de pessoas que recebem entre um e dois salários mínimos. *Houve, portanto, uma melhora na distribuição de renda entre 1991, 2000 e 2010, mesmo com a crise.* Essa melhora não é particular da microrregião e para o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) (CORRÊA, 2010) está relacionada com a baixa inflação e mecanismos de transferência de renda para os mais pobres criados pelo governo federal.

O comportamento auferido através da faixa de rendimento em relação ao Estado da Bahia não apresentou grandes diferenciações em relação a microrregião. Em 1991, pessoas que recebiam até um salário mínimo era de 29,14%, diminuiu em 2000 para 27,39% e aumentou para 40,68% em 2010. Quanto aos que ganham entre um e dois salários, houve um aumento em todo o

período: saiu de 9,73%, foi para 11,70% e depois para 13,26% em 2010. Diminuiu a quantidade de pessoas sem rendimentos em todo o período: de 50,59% em 1991, foi para 48,1 em 2000 e 36,17% em 2010. *Repete-se o movimento de ascensão dos sem rendimentos para os de rendimento até um salário mínimo e desses para um a dois salários mínimos.*

A tendência de ascensão dos mais pobres se evidencia nos dados sobre o Brasil. Em 1991, 21,1% ganhavam até um salário mínimo, diminuiu para 17,92% em 2000 e aumentou para 27,78%. Na faixa de um a dois salários, de 14,8% diminuiu para 14,4 em 2000 e aumentou para 27,78% em 2010. Durante todo o período houve diminuição das pessoas sem rendimentos, saindo de 44,46% em 1991, para 42,22% em 2000 e 32,78% em 2010. Repete-se a tendência da microrregião e da Bahia, mas com uma diferença: em todo o período a quantidade de pessoas sem rendimento e que ganham até um salário mínimo, na microrregião é maior do que na Bahia e Brasil, exceto em 2010, pois as pessoas sem rendimento na Bahia é um pouco maior do que na microrregião. Na faixa de um a dois salários a quantidade é menor. *Apresenta-se assim uma expressão da crise estrutural em termos de distribuição dos rendimentos em todo o período – maior concentração de empobrecidos do que no Brasil e Bahia –, com tendência a melhoras.*

Tabela 20 – Microrregião Ilhéus-Itabuna, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 1991

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por faixa de rendimento nominal mensal – 1991							
Faixa de rendimento em Salários Mínimos	Microrregião		Bahia		Brasil		
	Rendimento nominal mensal	(%)	Rendimento nominal mensal	(%)	Rendimento nominal mensal	(%)	
Até 1 SM	260.577	31,75	2.556.497	29,14	23.586.083	21,10	
1 – 2	67.122	8,18	853.508	9,73	15.745.685	14,08	
2 – 3	22.275	2,71	302.660	3,45	7.583.798	6,78	
3 – 5	14.979	1,83	219.629	2,50	6.551.588	5,86	
5 – 10	11.348	1,38	177.781	2,03	5.294.389	4,74	
10 – 20	4.493	0,55	76.825	0,88	2.242.713	2,01	
Mais de 20	2.185	0,27	37.856	0,43	1.081.186	0,97	
Sem rendimento	431.704	52,60	4.438.385	50,59	49.709.061	44,46	
Sem declaração	5.970	0,73	110.488	1,26	1.065.642	0,95	
Total	820.653	100	8.773.629	100	111.794.503	100	

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 1991).

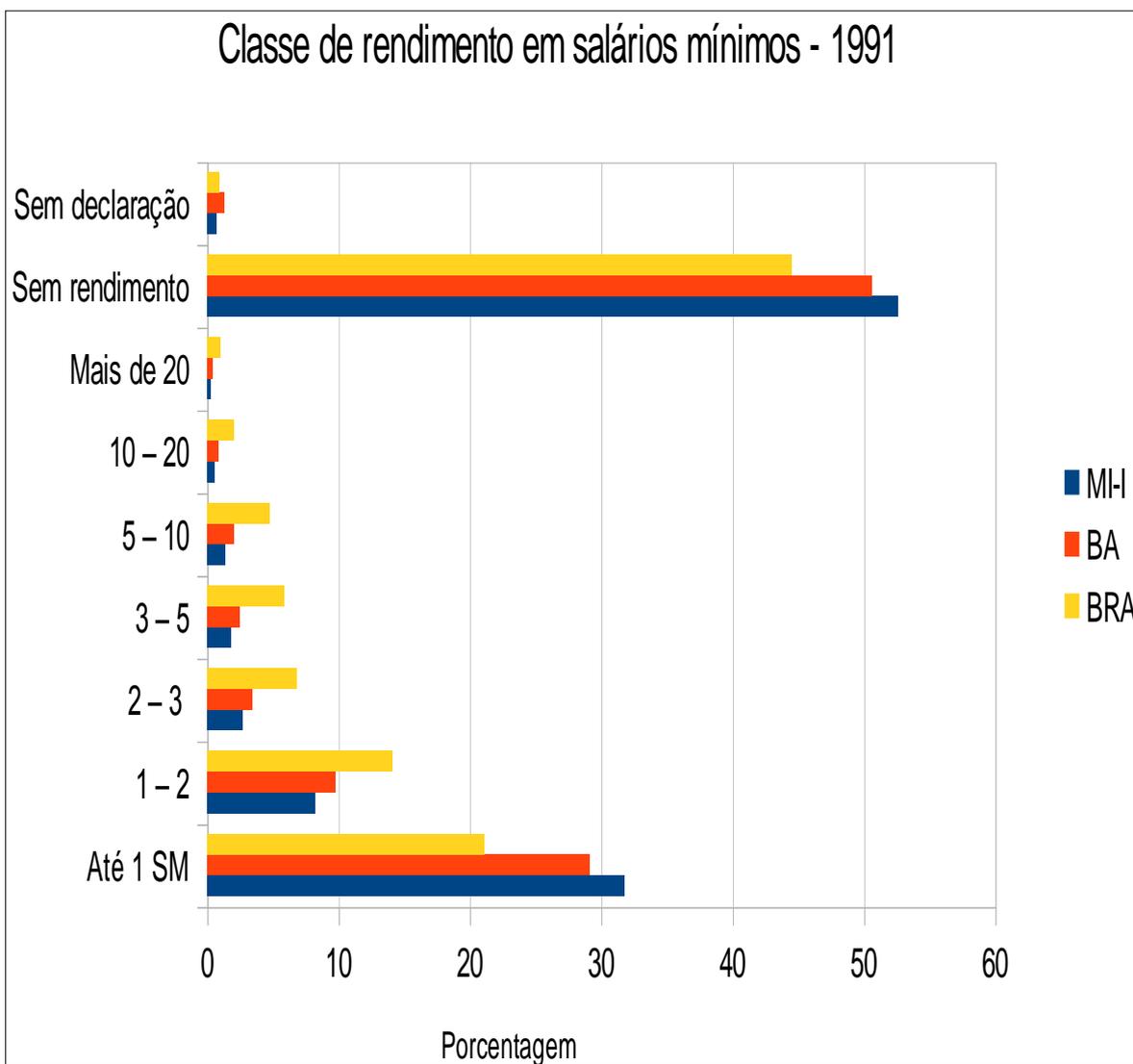


Figura 23 – Microrregião Ilhéus-Itabuna, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 1991

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 1991).

Tabela 21 – Microrregião Ilhéus-Itabuna, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 2000

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por faixa de rendimento nominal mensal – 2000						
Faixa de Rendimento em Salários Mínimos	Microrregião Rendimento nominal mensal	(%)	Bahia Rendimento nominal mensal	(%)	Brasil Rendimento nominal mensal	(%)
Até 1 SM	245.676	28,24	2.845.904	27,39	24.538.558	17,92
1 – 2	96.881	11,14	1.215.216	11,70	19.221.765	14,04
2 – 3	28.934	3,33	414.080	3,99	9.810.720	7,17
3 – 5	28.870	3,32	398.781	3,84	10.184.618	7,44
5 – 10	20.714	2,38	311.895	3,00	9.179.256	6,70
10 – 20	7.755	0,89	133.949	1,29	3.931.140	2,87
Mais de 20	3.534	0,41	72.286	0,70	2.235.279	1,63
Sem rendimento	437.451	50,29	4.997.008	48,10	57.809.024	42,22
Total	869.815	100	10.389.119	100	136.910.360	100

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2000).

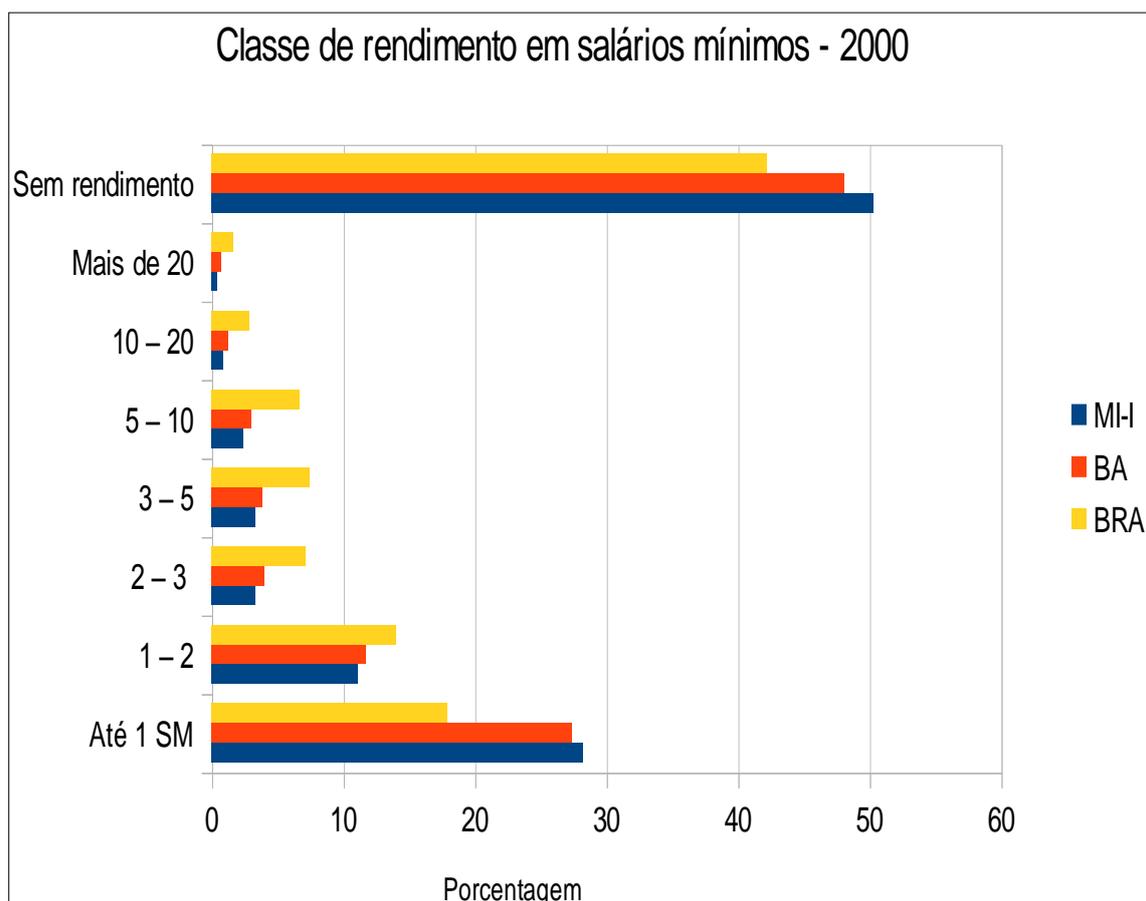


Figura 24 - Microrregião Ilhéus-Itabuna, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 2000

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2000).

Tabela 22 – Microrregião Ilhéus-Itabuna, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 2010

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por faixa de rendimento nominal mensal – 2010						
Faixa de rendimento em Salários Mínimos	Microrregião		Bahia		Brasil	
	Rendimento nominal mensal	(%)	Rendimento nominal mensal	(%)	Rendimento nominal mensal	(%)
Até 1 SM	368.354	43,33	4.785.094	40,68	44.991.563	27,78
1 – 2	106.174	12,49	1.560.217	13,26	32.934.535	20,33
2 – 3	28.341	3,33	424.083	3,60	11.367.350	7,02
3 – 5	23.697	2,79	347.036	2,95	9.202.384	5,68
5 – 10	14.881	1,75	252.050	2,14	6.674.038	4,12
10 – 20	4.569	0,54	94.772	0,81	2.493.924	1,54
Mais de 20	2.057	0,24	45.378	0,39	1.212.631	0,75
Sem rendimento	302.138	35,54	4.255.479	36,17	53.104.874	32,78
Total	850.211	100	11.764.109	100	161.981.299	100

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

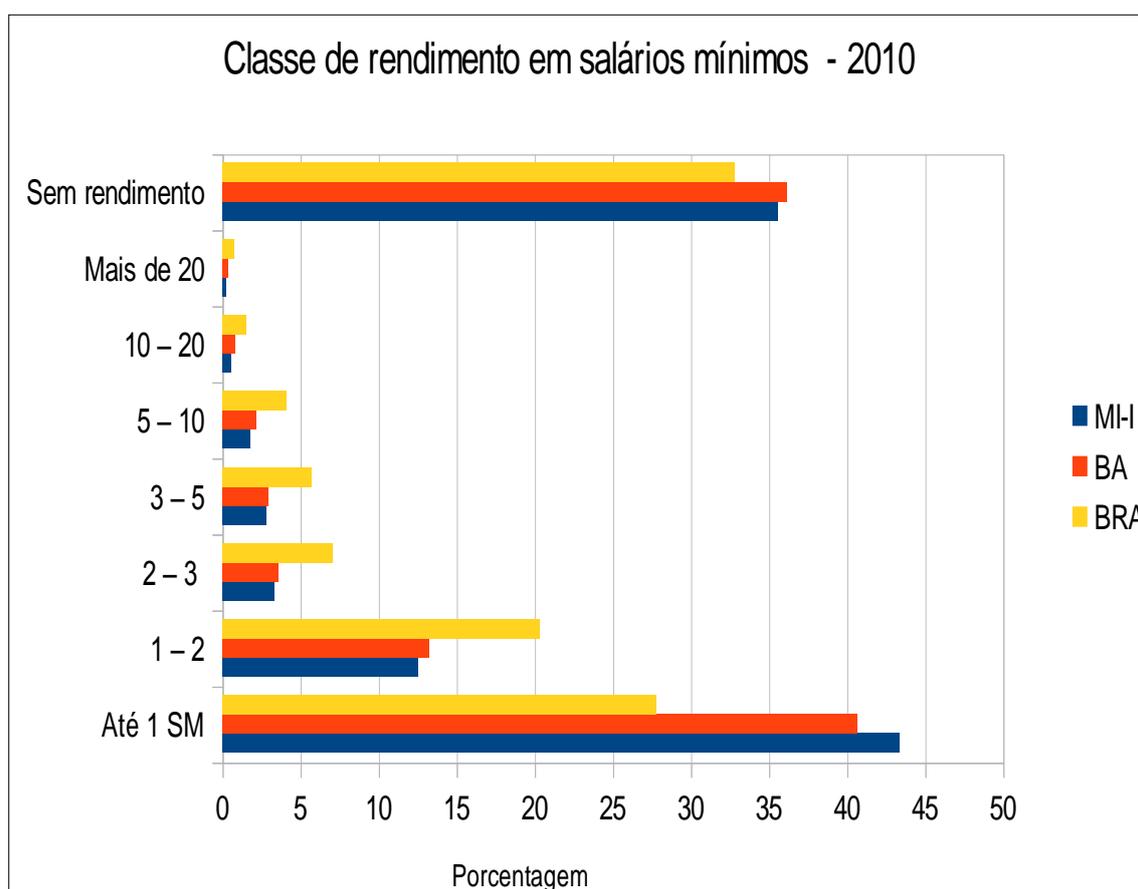


Figura 25 – Microrregião Ilhéus-Itabuna, Bahia e Brasil – pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por faixa de rendimento nominal mensal – 2010

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Há essa desigualdade por faixa de rendimento e há também quanto ao valor total dos rendimentos recebido nas áreas urbanas e rurais, sendo que a renda na

área rural é bem menor em todas as escalas geográficas de referência, entre 1980-2000, como visto no quadro 40 abaixo. Ou seja, *a distribuição da renda no campo ainda é mais desigual.*

Valor total dos rendimentos recebidos						
Período	Brasil		Bahia		Microrregião	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
1980	3.122.538,15	20.573.953,26	295.992,20	812.165,41	38.119,53	75.343,86
1991	2.174.007,76	22.998.435,50	179.559,71	887.368,52	14.757,46	63.316,71
2000	3.402.096,35	46.469.375,88	265.663,29	1.809.828,49	18.191,26	123.051,68

Quadro 40 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – valor total dos rendimentos recebido – rural e urbano (1980, 1991 e 2000)

Fonte: Ipeadata. Censo Demográfico (IBGE, 1980, 1991, 2000).

6.2.2.1.7 PEA

O desemprego se manteve em alta durante o período, conforme os dados da População Economicamente Ativa, representados na tabela 23.

Tabela 23 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – População Economicamente Ativa (PEA) – (1980, 1991 e 2000)

Período	Localidades	PEA				
		Total	Rural	%	Urbana	%
1980	Brasil	43.235.712	12.986.292	30	30.249.420	69,96
	Bahia	3.034.291	1.539.035	50,7	1.495.256	49,28
	Ilhéus-Itabuna	313.534	156.713	50	156.821	50,02
1991	Brasil	58.456.125	12.825.920	21,9	45.630.205	78,059
	Bahia	4.165.376	1.577.642	37,9	2.587.733	62,12
	Ilhéus-Itabuna	381.539	141.867	37,2	239.671	62,82
2000	Brasil	77.467.473	13.076.188	16,9	64.391.285	83,12
	Bahia	5.613.079	1.642.851	29,3	3.970.229	70,73
	Ilhéus-Itabuna	441.702	103.290	23,4	338.412	76,62

Fonte: Ipeadata (2012).

Em relação à População Economicamente Ativa⁷⁷, nos períodos de 1980, 1991 e 2000, houve uma diminuição da PEA rural e aumento da PEA urbana na microrregião. O mesmo ocorreu em relação ao Brasil e ao Estado da Bahia. *O que diferencia a microrregião em relação ao Brasil e a Bahia é a maior diminuição da*

77 De acordo com o IBGE a População Economicamente Ativa (PEA) “É composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa”. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>. Acesso em: 4 out. 2012.

PEA na área rural, principalmente em 2000. A PEA do Brasil na área rural saiu de 30,04% em 1980 e foi para 21,94% (diferença de - 8,1 pontos percentuais) em 1991 e manteve a tendência à diminuição em 2000, quando foi para 16,88 (-5,06). Em relação à Bahia, a PEA rural saiu de 50,72% em 1980 e diminuiu para 37,88% (-12,84) em 1991. Em 2000 diminuiu para 29,27% (-8,61). Referente à microrregião, a PEA em 1980, na área rural era de 49,98% e diminuiu para 37,18% em 1991 (-12,8). Em 2000 diminuiu para 23,38% (-13,8).

Na área urbana, houve um aumento da PEA em todos os níveis geográficos de referência, havendo um aumento maior referente à microrregião. A PEA urbana do Brasil em 1980 era de 69,96% e aumentou para 78,06% em 1991 (diferença de +8,1 pontos percentuais). Em 2000 foi para 83,12% (+5,06). A Bahia saiu de 49,28% em 1980 para 62,12% em 1991 (+12,84). Na data seguinte foi para 70,73% (+8,61). Quanto à microrregião, a PEA urbana que em 1980 era de 50,02%, foi para 62,82% em 1991 (+12,80) e aumentou mais 13,8 pontos percentuais até 2000, quando foi para 76,62%. Portanto, a tendência de diminuição PEA rural e aumento da urbana são comuns ao Brasil, Bahia e microrregião. O que difere é a variação percentual maior da microrregião no período.

A PEA total teve crescimento nas diferentes escalas geográficas em análise e aqui também o que particulariza a microrregião é o ritmo menor, conforme tabela 24. No Brasil houve crescimento de 35,2%, na Bahia de 37,28% e na microrregião 21,69%, entre 1980-1991. De 1991-2000, o crescimento foi de 32,52% para o Brasil, 34,76% para a Bahia e 15,77% para a microrregião. *Ao compararmos os dois períodos, constatamos que houve uma redução do ritmo de crescimento da PEA em todas as escalas, com maior percentual para a microrregião, que pode estar relacionada com a diminuição do ritmo de crescimento da própria população brasileira.*

Tabela 24 – Microrregião Ilhéus-Itabuna – variação absoluta e relativa da PEA – (1980-1991 e 1991-2000)

Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna - variação absoluta e relativa da PEA (1980-1991 e 1991-2000)				
Brasil, Bahia e MI-I	1980-1991		1991-2000	
	PA absoluta	PEA relativa (%)	PA absoluta	PEA relativa (%)
Brasil	15.220.413	35,20	19.011.348	32,52
Bahia	1.131.085	37,28	1.447.703	34,76
Ilhéus-Itabuna	68.005	21,69	60.163	15,77

Fonte: Ipeadata (2012).

Resumidamente os dados representam que *na microrregião houve uma intensa mobilidade territorial da população e mesmo para fora; melhora geral no IDHM; melhora na distribuição da renda; diminuição da PEA rural, aumento da PEA urbana, e diminuição do ritmo de crescimento da PEA total, fenômenos que também ocorreram nas escalas geográficas de referência, Brasil e Bahia, só que nessas com pontos percentuais menores.*

CRISE DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: MOBILIDADE TERRITORIAL E SOCIOECONÔMICA	
Territoriais	Socioeconômicas
<ul style="list-style-type: none"> • Processo de desruralização mais intenso do que o da Bahia e Brasil. • Processo de urbanização mais lento do que o da Bahia e Brasil. • Perdas populacionais regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Renda – diminuição do IDH (renda) em 0,023 de 1980-1991 e aumento de 0,057 em 2000. • Longevidade – aumento do IDH (longevidade) em todo o período. • Escolaridade – aumento do IDHM (escolaridade) em quase todo o período. • Analfabetismo (pessoas de 15 ou mais) – diminuição em todo o período. • Quantidade maior de pessoas com 10 anos e mais sem rendimento ou com até um salário mínimo maior do que a Bahia e Brasil, com tendência a melhoras na distribuição de renda. • PEA – diminuição maior do que a do Brasil e Bahia na área rural; aumento maior da PEA na área urbana, comparativamente ao da Bahia e Brasil.
Tendências que estavam acontecendo na Bahia e Brasil – 1980 - 2010	Tendências que estavam acontecendo na microrregião Ilhéus-Itabuna – 1980 - 2010
<ul style="list-style-type: none"> • desruralização • urbanização • favelização • aumento do número de mortes por armas de fogo • diminuição da população • melhora no IDHM • queda do analfabetismo • melhora na distribuição de renda • queda da PEA na área rural • aumento da PEA na área urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • desruralização • urbanização • favelização • aumento do número de mortes por armas de fogo • diminuição da população • melhora no IDHM • queda do analfabetismo • melhora na distribuição de renda • queda da PEA na área rural • aumento da PEA na área urbana

Quadro 41 – A crise de microrregião cacauzeira: mobilidade territorial e socioeconômica da população regional

Os dados apontam que *a crise da microrregião Ilhéus-Itabuna não apresentou tendências contrárias àquelas que estavam acontecendo na Bahia e no Brasil. O que a caracteriza melhor quantitativamente falando é a variação de intensidade, para mais ou para menos, do que vinha acontecendo no Brasil e Bahia.*

6.3 LISTA DO CACAU: O TRABALHO E OS TRABALHADORES

No período de 02/05/2009 a 24/09/2010, selecionamos 158 *e-mails* na Lista do Cacau cujos assuntos diziam respeito ao trabalho e aos trabalhadores do cacau. Os debates se concentraram nos custos de produção e suas variáveis, incluindo aí a remuneração do trabalho, os encargos sociais, a qualificação profissional e as “malandragens” dos trabalhadores, artimanhas dos trabalhadores para não trabalhar de acordo com as ordens dos patrões. Outro assunto que também se mostrou relevante foi a “escassez de trabalhadores” para trabalhar nas lavouras de cacau atualmente, como demonstra o quadro 42. Isso se torna mais evidente na tabela 25 em que sistematizamos o conteúdo dos *e-mails*.

TÍTULO DOS E-MAILS	QDE.		QDE.
(Custo de Produção)	17	ENC: Cacaucultores e o custo de produção	1
FATORES LIMITANTES PARA REGIÃO	13	RES: RES: cacaucultores e o custo de produção	1
cacaucultores e o custo de produção	11	ARTIGO	1
FW: IMPORTANTE: Trabalhador do Cacau - FATORES LIMITANTES PARA REGIÃO	9	FALTOU MÃO DE OBRA	1
ABRA 1 - MUDANDO A FACE DA REGIÃO CACAUEIRA	7	Abra- 2 . MUDANDO A FACE da REGIÃO CACAUEIRA	1
ENC: viabilidade de cacau	7	RES: Abra- 2 . MUDANDO A FACE da REGIÃO CACAUEIRA	1
trabalhador do cacau - fatores limitantes para a região	7	Fw: Re: RES: Abra- 2 . MUDANDO A FACE da REGIÃO CACAUEIRA	1
ROÇADEIRA / ROÇAGEM / MÃO DE OBRA	7	semana de 40 horas	1
viabilidade de Cacau	6	(Custo de Produção e recuperação da lavoura)	1
Malandragem de Trabalhador Rural	6	Custo de Mão de Obra	1
IMPORTANTE: Trabalhador do Cacau - FATORES LIMITANTES PARA REGIÃO	6	[Bulk] Re: [Bulk] Re: (Custo de Produção)	1
FW: (Custo de Produção)	4	RES: Planilha para manejo de cacau	1
RES: cacaucultores e o custo de produção	3	Espécies invasoras chegam, trabalhadores rurais vão embora	1
RES: Malandragem de Trabalhador Rural	3	estatuto do produtor rural	1
cacaucultores e o custo de produção	3	Ainda há tempo - Será?	1
MÃO DE OBRA	3	RES: Anexos ao contrato de parceria	1
[Bulk] Re: (Custo de Produção)	3	agricultura familiar	1
Dia do trabalhador	3	Previdência Social (INSS)	1
FATOR LIMITANTE : CHEGOU CÉDO	3	PROJETO IGUALA CRÉDITO ENTRE AGRICULTOR FAMILIAR, MINI E PEQUENO PRODUTOR RURAL	1
Planilha para manejo de cacau	2	Morte no Campo - Roubo de Cacau	1
notificação trabalhista	2	RES: Trabalho infantil e escravo é	1

TÍTULO DOS E-MAILS	QDE.		QDE.
		flagrado na colheita de cacau - 30/06/2010	
Trabalhador do cacau-FATORES LIMITANTES DA REGIÃO	2	insegurança, empregados e outras "pipocas do genero"	1
Anexos ao contrato de parceria	2	Re: trabalhador do cacau - fatores limitantes para a região	1
Fwd: FW: Curso para 500 mulheres	2	Parceria e colaboradores	1
[Bulk] RES: Malandragem de Trabalhador Rural	1	Trabalho infantil e escravo é flagrado na colheita de cacau - 30/06/2010	1
RES: RES: Malandragem de Trabalhador Rural	1		
Total			158

Quadro 42 – Lista do Cacau – falas dos cacauicultores sobre o trabalho e os trabalhadores: títulos dos *e-mails*

Fonte: Lista do Cacau. Temática: Trabalho e trabalhadores. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período: 02/05/2009 a 24/09/2010

Segue a tabela 25 com o conteúdo dos *e-mails* da Lista do Cacau sobre o trabalho e trabalhadores.

Tabela 25 – Lista do Cacau: conteúdo dos *e-mails* sobre o trabalho e os trabalhadores

CONTEÚDO DOS E-MAILS – trabalho e trabalhadores	QDE.	%
<ul style="list-style-type: none"> • Viabilidade econômica da produção do cacau – discutindo sobre a viabilidade econômica da produção do cacau, incluindo a remuneração ao trabalhador. • Direitos trabalhistas – falando sobre o alto custo dos direitos trabalhistas contidos na CLT, que torna difícil manter-se como cacauicultor. 	49	28,16
<ul style="list-style-type: none"> • Parceria agrícola – discutindo a parceria como alternativa para não pagar os direitos trabalhistas exigidos pela CLT. Adoção da parceria orientada. Discutindo ação do Ministério Público junto às fazendas em que os parceiros estavam se utilizando do trabalho infantil na produção de cacau no Pará. Discutindo parceria e legislação trabalhista. Relatando experiências no sistema de parceria e comentários. Repassando modelos de documentos de parceria. • Considerando que “Não há interesse do Estado seja ele Federal ou Estadual em resolver o problema da cacauicultura [...]”. Falando sobre os encargos trabalhistas e discutindo a Parceria Agrícola Familiar como alternativa para diminuir o pagamento dos direitos trabalhistas. 	40	22,99
<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de trabalhadores – falando sobre a escassez de trabalhadores para trabalhar na produção de cacau. Falando da dificuldade de encontrar profissionais capacitados para trabalhar com cacau. Discutindo o que fazer para atrair os trabalhadores, manter os que já têm e capacitar os trabalhadores para as novas lidas com o cacau. • Como manter os trabalhadores nas fazendas – falando da necessidade de incorporar a mulher no trabalho com o cacau para compor a renda familiar. Falando da necessidade de melhorar as condições de vida dos trabalhadores nas fazendas para que eles permaneçam no campo. 	23	13,22
<ul style="list-style-type: none"> • Resistência passiva ao trabalho – discutindo sobre as diversas formas de resistência passiva dos trabalhadores ao trabalho – as “malandragens” dos trabalhadores. Reclamando que os empregados forcem demissão para receber o Seguro-Desemprego. Que é preciso vigiá-los. • Programa Bolsa-Família e a falta de trabalhadores – repassando <i>e-mail</i> contra o Programa Bolsa-Família e discussão subsequente. Falando que os trabalhadores não querem trabalhar porque têm a opção do Programa Bolsa-Família. 	18	10,34

CONTEÚDO DOS E-MAILS – trabalho e trabalhadores	QDE.	%
<ul style="list-style-type: none"> • Controle do trabalho e do trabalhador – repassando ficha de observação sobre as atividades a serem desenvolvidas pelos trabalhadores semanalmente. Planilha de manejo do cacau – atividades a serem realizadas pelos trabalhadores. 		
<ul style="list-style-type: none"> • Desunião dos cacauicultores – considerando que ter o cacau como complemento de renda “[...] pode contribuir para a falta de agregação. Outro fator que, também, pode contribuir é o histórico em que o produtor era soberanamente independente”. Dizendo que os cacauicultores estão assistindo pacificamente “[...] um movimento político revolucionário ideológico [...]” e perguntando sobre as lideranças locais e seu papel na inibição de práticas contrárias aos interesses dos cacauicultores. Considerando que o cacauicultor precisa fazer alguma coisa para melhorar a situação. 	12	6,90
<ul style="list-style-type: none"> • Tecnificação da produção – discutindo a necessidade de tecnificar a produção cacauieira para não ficarem dependentes da mão de obra e baratear os custos da produção. 	10	5,75
<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação da produção – considerando que a fase crítica da produção do cacau já passou, que os cacauicultores precisam investir na diversificação da produção e não ser dependentes das fábricas de fertilizantes. Falando sobre as dificuldades de mudança de cultura, de diversificar a cultura. 	9	5,17
<ul style="list-style-type: none"> • Comentários sobre as comemorações do Dia do Trabalho no Brasil. 	3	1,72
<ul style="list-style-type: none"> • Comentários sobre notificação trabalhista. 	2	1,15
<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdos que não se repetem 	8	4,60
Total	175	100

Observação: a quantidade de conteúdos é maior do que a quantidade de *e-mails* porque em um *e-mail* pode haver mais de um assunto.

Fonte: Lista do Cacau. Temática: Trabalho e trabalhadores. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período – 27/02/2009-19/11/2010

6.3.1 Viabilidade econômica da produção de cacau

O assunto mais debatido na Lista do Cacau que diz respeito ao trabalho e aos trabalhadores refere-se à viabilidade econômica da produção de cacau (28,16%), pois nela está a remuneração ao trabalho. Dois itens são predominantes: os direitos trabalhistas contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tidos como excessivos, e o aumento real do salário mínimo, acima do valor que os cacauicultores alegam que poderiam pagar.

A política do governo federal de determinar e decretar o valor do salário mínimo é criticada porque os cacauicultores não têm autonomia para defini-lo de acordo com as variações dos custos de produção. No dizer de um cacauicultor: “O cacau hoje, não rentabiliza mais como no passado. Isso é fato! Nossos custos de produção aumentaram e continuarão aumentando, basta ver a política de salário mínimo” (LISTEIRO nº 8, 17/02/2010).

Conforme os *e-mails* enviados para a Lista do Cacau, os cacauicultores vivem hoje uma situação de baixa produtividade dos cacauais em decorrência da vassoura-de-bruxa e dos baixos preços das cotações do cacau nas bolsas de valores (HARTMANN, 2012) provocados pela manutenção da oferta nos países produtores (a especulação de que haveria seca na África e problemas na forma de comercialização na Costa do Marfim não se concretizou em 2012) e aumento da produção mundial, inclusive na própria Bahia. Há um superávit na produção, diminuição do consumo nos países europeus em crise e aumento do consumo nos países emergentes. Nesse cenário, há vazão às reclamações dos cacauicultores de que não conseguem remunerar os trabalhadores de acordo com o exigido pela CLT.

6.3.2 Parceria agrícola orientada

Das 158 correspondências eletrônicas selecionadas da Lista do Cacau que falam sobre o trabalho e os trabalhadores do cacau, 22,99% diz respeito a questão da parceria agrícola. De acordo com o dicionário Houaiss da língua portuguesa, parceiro é aquele “[...] que não apresenta, ou quase não apresenta diferença em relação a outro; igual, semelhante, par”. Como substantivo masculino, significa “[...] o que está em parceria; sócio, cúmplice, companheiro de dupla [...]”. Transportado para uma relação contratual rural, a parceria rural⁷⁸ é

[...] o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha, isolada ou cumulativamente [...] (BRASIL, 2007).

Nele está o sentido da palavra parceiro: contrato entre iguais, com partilha de resultados. Nesse tipo de relação contratual, os envolvidos devem partilhar tanto do

78 Para maiores esclarecimentos sobre a parceria rural ler: BUENO, Francisco de Godoy. **Arrendamentos e parcerias rurais: questões civis e tributárias relevantes – novas alterações.** Disponível em: <<http://www.godoybueno.adv.br/artigo1.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2012.

esforço no momento da produção, como do resultado final, no caso, a venda do cacau e a proporção do lucro que cabe a cada um. Essa deve ser equivalente aos investimentos na produção feitos por cada um dos parceiros. Recorrer à parceria para produzir cacau foi “[...] uma alternativa que nós criamos de ter menor custo e também conservar a mão de obra” (Entrevistado nº 1, 22/03/2011). Segundo Nascimento, Costa e Costa (2011, p. 4):

Com a retomada das pesquisas genéticas em clonagem do cacauzeiro, o cacauicultor se encoraja e retoma a gestão das suas propriedades para adequá-las as novas orientações técnicas indicadas, já que a cacauicultura ainda é a filosofia do agricultor regional. O operário evadido não se interessa mais em voltar a atividade na cacauicultura, ele está agregado em atividades urbanas nas cidades da região. O produtor passa a ter dificuldade na contratação de operários [operários] para as novas tarefas das fazendas de cacau. Essa dificuldade motiva a transformação das relações de trabalho na cacauicultura, muita demanda por trabalhador numa região com ausência de mão-de-obra. Assim, o cacauicultor utiliza e se torna dependente de parceiros para tocar o dia a dia das fazendas de cacau.

Para os cacauicultores, nesse caso os trabalhadores mantêm-se empregados, os cacauicultores dispõem de força de trabalho, garante a reprodução social dos trabalhadores, na condição de trabalhadores e evitam pagar os direitos dos trabalhadores previstos na CLT, que um cacauicultor considera

[...] inadequado, e elenco alguns motivos que me ocorrem:
 a) pouco dinheiro na mão do trabalhador, e muito encargo administrado pelo governo;
 b) muita burocracia na gestão;
 c) grande incentivo à rotatividade da mão de obra, especialmente decorrente da questão do saque do FGTS, agravado pela absurda multa de 40% pela demissão involuntária - introduzida temporariamente, e nunca mais retirada da legislação;
 d) necessidade de forte supervisão para se obter uma mínima produtividade, sem contar a supervisão da supervisão...
 e) injusta e desequilibrada relação com a Justiça do Trabalho [...] (LISTEIRO nº 21, 25/07/2010).

Além de optarem pela parceria para evitar legalmente de pagar férias, 13º salário, seguridade social, FGTS, descanso semanal remunerado, multa de 40% do FGTS em caso de demissão sem justa causa, entre outros, constantes na Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, encontraram na parceria uma forma de disciplinar o

trabalho dos parceiros. Diante da falta de qualificação profissional e do baixo nível educacional dos parceiros, alguns cacauicultores estão praticando a parceria orientada.

Nesse caso a parceria é orientada pelo saber dos cacauicultores e o parceiro não-proprietário deve executar as ordens do proprietário quanto ao que fazer, como fazer, quando fazer, em quais circunstâncias e com determinadas metas a atingir. São as ordens imperativas do poder inculcadas diariamente para fazer com que a energia produtiva dos trabalhadores seja colocada a serviço deles e dos cacauicultores, pois “[...] a parceria agrícola familiar, bem acompanhada, é uma das alternativas ao problema da instabilidade do mercado de trabalho na cultura do cacau” (LISTEIRO nº 23, 24/07/2010) e uma forma de não pagar sequer o salário mínimo em regime de CLT.

Na parceria agrícola a remuneração do trabalho tornou-se aviltante⁷⁹ quando utilizada como alternativa ao não pagamento do salário mínimo. Para Andrade (2009), “[...] com a queda da produção o produtor começou a propor, ao trabalhador rural, uma espécie de “parceria” que era na verdade “dividir a miséria” (ANDRADE, 2003:80), uma forma legal que encontraram “[...] para tentar atravessar esse período de dificuldade”, como diz João Tavares:

Hoje a gente tem uma relação bem diferente do que tinha nos tempos áureos, né. O produtor de cacau não vivenciava tanto a lavoura do cacau. Que era uma atividade muito rentável. E hoje não. Hoje você está perto do seu trabalhador, na verdade você está com ele, ali junto, dia a dia nessa luta. É uma parceria. Aqui a própria propriedade é toda parceirada. Nós temos 23 parceiros que fazem a parte de campo, temos mais alguns funcionários. Mas realmente é uma... Nós demos as mãos para tentar atravessar esse período de dificuldade (TAVARES, Os magníficos, 2009).

Para um dos listeiros, a punição para os parceiros que não cumprem suas ordens é a rescisão contratual:

O serviço de roçagem e desbrota deve ser retomado imediatamente e para tanto tivemos mais uma conversa com o parceiro e

⁷⁹ Segundo o Jornal Agora, equipes do Ministério do Trabalho estão fazendo uma série de autuações na região referente aos contratos de parceria agrícola por não estarem de acordo com a lei vigente. (JORNAL AGORA. **Fiscalização**. Itabuna, 9 de julho de 2013, p. 3).

⁸⁰ ANDRADE, Benício Boida – Médico, presidente do sindicato patronal e produtor rural em Camacan. Entrevista concedida aos professores da UESC Clarice Gonçalves de Oliveira; Gilmar Alves Trindade; Maria Helena Gramacho em março de 2003.

deixamos claro nossa insatisfação e a possibilidade real e imediata de rescindir seu contrato caso o mesmo não mude sua postura (LISTEIRO nº 1, 26/12/2012).

Para que haja correspondência entre o que os cacauicultores querem e as ações de seus parceiros, recorrem a diversos artifícios, entre eles, o efeito de demonstração do fazer bem adotado por um dos listeiros, em que coloca trabalhadores com outras relações trabalhistas junto às propriedades destinadas a parceria, para que o parceiro não-proprietário compare seu rendimento com o dos outros e faça igual, como explica um cacauicultor à TV Mercado.

[...] eu tenho optado por manter todas as minhas áreas, em cada fazenda, nós temos 8 propriedades, em manter 60% em regime de parceria e bancar 40% das áreas, afim de demonstrar, quando o parceiro não trabalha, demonstrar o que é possível fazer numa área para que ela produza mais do que a dele. Já fiz a área toda de parceria. Não deu certo. Eu tenho sofrido muito com parceira. Parceira é a coisa mais próxima de agricultura familiar, que até hoje nunca provou dar certo. Só provou que dá errado. O governo insiste nisso, como se a agricultura familiar fosse uma coisa enorme, coisa excelente, mas o que peca, nesta área é que gente de pouca instrução, gente que não teve o hábito de frequentar a escola todo dia, tem uma dificuldade muito grande de disciplina. E se essas pessoas não tem [têm] quem lhe mande trabalhar, que diga o que que tem [têm] que fazer a cada dia, a cada manhã, ele realmente, ele acaba sendo pouco produtivo porque... Por falta de disciplina (ANDRADE, 2012).

Nesse caso, trata-se, portanto, de uma relação contratual assimétrica, em que cabe ao cacauicultor que detém o conhecimento, dominar o processo produtivo, disciplinando o trabalho, e ao parceiro não-proprietário entrar com a parte mais cara da produção, o trabalho, que segundo Nascimento; Costa; Costa (2011), custa mais de 50% da produção.

6.3.3 A escassez de trabalhadores

O terceiro assunto mais debatido na lista foi a escassez e falta de qualificação do trabalhador do cacau (13,22%). As demissões no auge da crise da “civilização do cacau” obrigaram os trabalhadores assalariados a procurar imediatamente

alternativas de sobrevivência e alguns optaram por não retornar ao trabalho rural, quando da retomada paulatina da produção cacauaieira baiana recentemente.

Segundo os cacauicultores, os antigos trabalhadores já estão idosos hoje e os filhos desses, mais escolarizados e com outras perspectivas de vida, também não querem o trabalho nos cacauais. Nos períodos de acirramento do trabalho nas fazendas, faltam pessoas disponíveis, principalmente com experiência e comprometidas com os objetivos dos empregadores, levando os cacauicultores a “ficar de olho nos funcionários” e pensar na mecanização da produção cacauaieira, conforme os seguintes depoimentos feitos na Lista do Cacau:

[...] acho que, tanto o produtor, quanto o administrador e o técnico devem ‘ficar de olho nos funcionários para que façam as práticas com o cuidado que merecem’ [...]. Até que seria cômodo se pudéssemos delegar tudo... Ficar de olho é acompanhar, verificar, orientar, cobrar, reconhecer o resultado, etc. [...] Cada vez mais o manejo da cultura do cacau irá depender da rigorosa observação dos procedimentos recomendados pelas boas práticas e pela ciência o que só será possível tendo uma mão de obra preparada e acompanhada (LISTEIRO nº 20, 22/07/2010).

[...] além da carência de quantidade de mão de obra, sofremos com a qualidade do profissional disponível hoje. O velho trabalhador rural polivalente e conhecedor profundo de suas habilidades, morreu, se aposentou ou migrou para outras regiões. Muitos deles estão nos barracos do MST à espera do vale voto de cada mês. Sobrou para nós os jovens despreparados e descompromissados, muitos deles até viciados. Temos hoje na região um patrimônio gigantesco de moradias abandonadas nas fazendas de cacau e que foram substituídas pelos barracos das favelas das cidades ou pelos acampamentos de beira de estrada; o prejuízo social é imenso e me parece quase irreversível. Isso porquê as luzes das cidades seduziram o homem do campo a ponto de mesmo vivendo de gorjetas, ignorar a possibilidade de um trabalho fixo com melhor qualidade de vida. E agora, o que fazer? Mecanizar as lavouras de cacau? (LISTEIRO nº 1, 25/07/2010).

A medida que a educação avança - e isso é muito bom - teremos cada vez menos gente disposta a enfrentar a lida do cacau pelos salários que são possíveis de serem pagos com o emprego da tecnologia atual. [...] Não acredito que teremos, em 10 anos, muita gente disposta a ganhar um salário mínimo para fazer isso. Conclusão: teremos que mecanizar. [...] E aí vem o problema. Como mecanizar o cacau? Esse é um enorme desafio (LISTEIRO nº 7, 23/07/2010).

6.3.4 Resistência passiva dos trabalhadores

O quarto assunto mais debatido na lista é sobre as resistências passivas dos trabalhadores, suas “malandragens”, a opção em ser beneficiário do Programa Bolsa Família em detrimento ao trabalho na cacauicultura e a necessidades de haver controle sobre o trabalho e os trabalhadores para que cumpram as funções determinadas pelos cacauicultores (10,34%).

Os constantes investimentos dos cacauicultores em vigilância – “[...] necessidade de forte supervisão para se obter uma mínima produtividade, sem contar a supervisão da supervisão...” , como disse o listeiro nº 21 anteriormente – e o ensino, pelo exemplo, do fazer bem o trabalho são algumas das reações às suaves e difusas resistências dos trabalhadores ao trabalho nos cacauais e o baixo salário. O boicote ao trabalho não é organizado contra uma ordem social, não tem cara, identidade de movimento social de resistência, dificultando o combate e o confronto com o poder, mas manifesta-se na diminuição da produtividade do trabalho; diminuição da qualidade do trabalho; faltas consecutivas, que o Listeiro nº 22 denominou de “custo silencioso”; não cumprimento dos horários; realização do trabalho sem se preocupar com a expectativa do empregador. No quadro 43 organizamos o conteúdo de um *e-mail* em que um cacauicultor enumerou os “custos silenciosos” da produção cacauaieira.

Custos silenciosos da produção	
1. Falta que não pode ser abatida das férias e nem do 13 [13º salário].	12. Falta dia de finados.
2. Falta pinga (o empregador pode descontar, mas o trabalho não foi feito e as conseqüências têm de ser assumidas com prejuízo para o empregador).	13. Falta Senhor do Bom Fim.
3. Falta acidente de trabalho.	14. Falta lavagem e levagem.
4. Falta jogo [de futebol] do Bahia ou do Vitória.	15. Falta Santa Luzia.
5. Falta dor de dente.	16. Falta quinta feira Santa.
6. Falta saúde.	17. Falta suspensão (punição tem custo).
7. Falta atestado médico falso.	18. Falta casamento do amigo, da filha.
8. Falta chuva.	19. Falto [a] São João.
9. Atraso transporte.	20. Falta São Pedro.
10. Falta levar o filho para o médico.	21. Falta padroeiro da cidade.
11. Falta carnaval (única cidade na Bahia que carnaval e [é] feriado é Ilhéus);	22. Falta Copus Cristi [<i>Corpus Christi</i>].

Quadro 43 – Custos silenciosos da produção segundo um cacauicultor da Lista do Cacau.

Fonte: Listeiro nº 22. Viabilidade do cacau. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-

l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 10 out. 2010.

Desobediência? Insubmissão? Resistências? Sim, mas de forma suave, dissimulada, desorganizada e caótica, sem confronto direto com o poder maior que compra sua capacidade de trabalho. Compra, e através das pequenas insubordinações, os trabalhadores não a entrega completamente, como os empregadores desejam. Então o objetivo é resistir ao trabalho na cacauicultura e o alvo é subverter o saber e o poder dos cacauicultores, que separaram a energia dos trabalhadores da informação, do saber produzir cacau (RAFFESTIN, 1993).

Sabendo dessas táticas dos trabalhadores, dessas artimanhas, os empregadores contratam os cabos de turma para vigiá-los diariamente. Acontece que até os contratados para vigiá-los também têm as mesmas práticas e burlam as intenções dos empregadores, que ficam atados diante da falta de resignação dos trabalhadores à condição de subalternos. E nesse jogo em que, por um lado, não há deserção absoluta do trabalho, tão pouco compromisso com as intencionalidades dos cacauicultores, o cotidiano de trabalho torna-se imbuído desses mecanismos de poder como as vigilâncias, controles, direcionamentos, convencimentos, resistências, dissimulações, “malandragens”.

Além de relacionar os “custos silenciosos”, o listeiro nº 22 acrescentou os seguintes itens aos custos de produção, que inclui a mão de obra:

[...] A política pública, a burocracia, a liberdade de exploração, o direito da propriedade (cada dia mais ameaçado), os juros, os financiamentos, o acesso à tecnologia, o acesso ao crédito, a carência de cada empréstimo, o prazo de financiamento de uma cultura que precisa de mais de dez anos para ser considerada pronta. Não se pode deixar de destacar a qualidade da mão de obra (LISTEIRO nº 22,11/02/2010).

Segundo um dos entrevistados, a entrada do trabalho no custo de produção é algo recente na história econômica da região cacauqueira do Sul da Bahia, porque prevaleciam formas não assalariadas de relações trabalhistas:

Antigamente esse componente [custo da mão de obra] não existia na planilha de custos da produção do cacau. De repente ele entrou! E entrou quando? Entrou quando estava em plena crise da vassoura-de-bruxa. Você via alguém receber indenização em 1960? Trabalhista? De INSS? Quanto era um salário em 1970? Quanto isso é hoje em dia? E quanto isso representa... Estou falando... Não ao

salário que se paga ao trabalhador, mas para a pessoa que paga, quanto isso representa? Se ela paga 540 reais para o trabalhador, ela está pagando muito mais para o governo. Tem outros, outros... Tem os encargos. É praticamente dois salários. [Para a entrevista para atender ao telefone]. Viu, então, a questão da crise praticamente mudou a estrutura na qual o fazendeiro estava acostumado a trabalhar. Antigamente o fazendeiro trabalhava de uma forma, hoje em dia ele trabalha de outra forma. Você não tinha a questão do cara empregado. [...] Ele não era empregado! Ele ganhava assim: colhia tanto de cacau, trabalhava, ganhava as vezes a meia [meação], entende? Mas salário? Não. Ao contrário (Entrevistado nº 2, 23/03/2011).

Ainda segundo esse entrevistado, essa variável começou a fazer parte da planilha dos custos de produção dos cacauicultores mais efetivamente na década de 1980, quando

[...] começaram a aparecer os advogados espertos, trabalhistas, descobriram que podiam ganhar dinheiro e começaram o quê? A incutir na cabeça que você tem direitos, você tem direitos, você tem direitos, você tem direitos. Hoje em dia o cara vai trabalhar pensando no dia que ele vai ser despedido para ganhar o auxílio desemprego, o Seguro-Desemprego (Entrevistado nº 2, 23/03/2011).

Para o cacauicultor e comerciante, entrevistado nº 12, as gerações de cacauicultores subsequentes aos desbravadores não costumavam viver nas fazendas de cacau e tinham pouco controle sobre a produção:

Veja bem, naquela época 90% dos produtores, eram... Não tinham um espírito empresarial. Eram totalmente desorganizados. Como até hoje, tem um grande número ainda. Para você ver, eu tenho a folha [Folha de pagamento], eu tenho um arquivo ali com os trabalhadores ativos, cada trabalhador tem sua pasta, tem sua ficha, tem seu [gabarito?], tem salário família. Tudo é controlado. E o pessoal não tinha essa, essa experiência de empresário (Entrevistado nº 12, 29/03/2011).

Sendo assim, os próprios cacauicultores estão em processo de aprendizagem de como trabalhar de acordo com a lei trabalhista e como escapar dela sem cometer infração.

Além desses problemas, outros fatores vão contra aos interesses dos cacauicultores já que pressionam o valor da força de trabalho para cima. São exemplos as possibilidades dos desempregados do cacau e antigos burareiros tornarem-se assentados da reforma agrária e trabalharem para si (até abril de 2011, a microrregião possuía 83 projetos de assentamento de reforma agrária); o acesso

pelos pobres a alguns programas de promoção social do governo federal; a maior escolarização; o baixo índice de desemprego; outras perspectivas de vida criadas pelos trabalhadores urbanos; a migração campo-cidade. Segundo um cacauicultor e proprietário de um bar:

[...] nessa região, o Governo Federal abriu muita brecha pra ninguém querer trabalhar. [...]. Aqui na região então, tem muita brecha pra [para] o pessoal não querer trabalhar. O cara não faz questão de trabalhar não. Ganha muito dinheiro do governo, que, por exemplo, o cara que ganha lá o Bolsa-Família mesmo, tem muita gente [que] não quer trabalhar mais pra ninguém, não faz questão de trabalhar mais pra ninguém não (Entrevistado nº 31, 22/05/2012).

Assim, quando podem, os trabalhadores se recusam a trabalhar nas lavouras de cacau, diminuindo a oferta de força de trabalho disponível no mercado e impulsionando o valor do trabalho para cima. Segundo um dos listeiros, os fatores limitantes para a produção lucrativa do cacau são:

[...] a - Capital, a região é carente de dinheiro novo, mas, esse não virá , sua independência cacauicultor tem de ser com o sacrifício de sua família também. MEU LIVRO, ensina.

b - Trabalhador, com a queda de produção, falta de trabalho, etc. o operário foi para a cidade grande, conheceu as festas e as malandragens e despovoou o campo. Eles não retornarão, os filhos dos que permaneceram tem uma escolaridade melhor , não quer a vida rural , constituindo um problema para o pai de família, tenho exemplo, não encontra o sonhado trabalho no comércio com dizem e permanecem desempregado. O que será daqui há 10 anos quando essa turma se aposentar ? [...].

c - Assentamentos [de reforma agrária], estão constituindo uma legião de preguiçosos, como um carona me relatou: tem uma sexta [cesta] farta e 150/MES, como não tem um objetivo de melhoria de vida, passam o dia vagando (LISTEIRO nº 19, 23/07/2010a).

Atualmente as redes de comunicação fazem com que a informação chegue aos locais mais longínquos, disseminando o saber sobre os direitos trabalhistas:

É preciso entender que o meu trabalhador, meu funcionário, hoje em dia, [...] ele vê o Globo Rural todo dia, 06h15min da manhã. Ele está a par de qualquer problema trabalhista. De qualquer inovação. Ele sabe tudo. [...] na minha fazenda quase todo mundo tem parabólica (Entrevistado nº 12, 29/03/2011).

Conhecedores de seus direitos os trabalhadores criam artifícios, nem sempre éticos, para acessar esses direitos: por exemplo, forçando a demissão depois de 6

meses para ter acesso ao Seguro-Desemprego e ficar um tempo sem trabalhar (3 a 5 meses, dependendo do tempo de registro de trabalho):

Criou-se o costume do brasileiro em geral, que não é mais só aqui, trabalhou um tempo que ele sabe que já tem Seguro-Desemprego, ele começa incomodar o patrão, o empregador. Chega passando fome, principalmente em roça. Quatro, cinco meses depois quer sair de qualquer jeito. Que ele sabe que chega lá na Caixa Econômica, dá entrada em todos os documentos e ele vai pegar o Seguro-Desemprego. [...]. Se ele souber, se ele for um bom podador, um bom colhedor, um bom quebrador de cacau, ele vai receber o seguro e vai fazer um biscate na outra roça vizinha (Entrevistado nº 31, 22/05/2012).

Os trabalhadores, com as brechas abertas pelo Estado por meio dos programas sociais, minam o poder dos cacauicultores, que resistem à perda desse trunfo, que é o disciplinamento da força de trabalho, colocada para produzir riquezas para eles. Ambos, trabalhadores e cacauicultores, produzem relações de forças, estratégias, um modo de lutar de cada um, revelando-se no contexto das adversidades da desestruturação de uma forma de produzir cacau. Cada um disfarçadamente colocando em campo sua capacidade de poder, as forças “ocultas”, não reveladas, anteriores a relação de troca entre os ofertantes da força de trabalho e os demandantes, aqueles que necessitam da força de trabalho de outrem para atingir seus fins.

6.3.5 Os afagos do poder para sanar o problema da “escassez de trabalhadores”

Com a pressão do valor do trabalho para cima, principalmente os grandes cacauicultores precisam encontrar maneiras de manter o trabalhador no campo sem, contudo, aumentar a remuneração direta do trabalho. Assim, criam técnicas para tornar atrativa a permanência do trabalhador e sua família na área rural, oferecem melhores condições de moradia e de trabalhado, trabalho para as mulheres, escolas, oferta de crédito, relações de amizade, festas, como demonstram as seguintes citações:

Com energia elétrica, telefonia, boas estradas, glp, etc. a moradia no campo possibilitará uma vida mais tranquila ao trabalhador e família do que nas cidades cada vez mais violentas. Não pagará aluguel, água, energia elétrica, terá frutas, verduras ,leite, etc. sem custo, ônibus na porta, inclusive escolar. As casas da fazenda, com sanitário e demais dependências, são ou serão melhores do que as da cidade. Poderão dispor de tv, celular e toda a parafernália eletrônica. Um empregado que mora na cidade, praticamente gasta quase meio S.M. [salário mínimo] para pagar aluguel, luz e água. E é casa simples. Na medida em que o campo puder oferecer melhores condições de vida ao trabalhador, paralelamente, haverá melhor disponibilidade de mão de obra mais preparada ou pronto para ser preparada (LISTEIRO nº 20, 25/07/2010).

Existem duas coisas que podem manter um homem no campo: primeiro, uma boa remuneração. Segundo, o bem estar de sua família. E a remuneração tem que sair da RENDA FAMILIAR e não mais do salário do homem. A mulher tem que fazer parte deste contexto também pois nas cidades é assim que ocorre. Aí vem o outro motivo que pode segurar o homem no campo: O BEM ESTAR DE SUA FAMÍLIA. E esse bem estar significa: moradia digna e um futuro melhor para seus filhos. Se nós podemos pensar em investir em mecanização para a lavoura, porque não investir numa moradia melhor para a "máquina" que já dispomos. Água encanada, luz, saneamento básico, enfim, custa mais que tratores e colheitadeiras? Eu já estou investindo nisso há tempos (Listerio nº 1, 25/07/2010).

Está havendo falta de mão de obra. Porque houve o êxodo, houve...[...] Saiu muita gente e têm regiões que está faltando. Lá na minha região falta gente. Eu faço tudo para não perder ninguém hoje em dia. Coisa que eu não fazia há 5 anos. Dava graças a Deus quando pedia para ir embora, que eu não precisava depositar os 40% [do FGTS]. Hoje em dia não. Ó! Funcionário meu com um ano de casa, eu dou um limite que [ele] pode usar o meu cartão de crédito. Você acredita isso? (Entrevistado nº 12, 29/11/2011).

Sou privilegiado, [tenho] fazendas próximos a lugarejos e ainda mais temos de dar um bom tratamento, festas em ABB etc. e assim mesmo tive dificuldades [em conseguir gente para trabalhar], então contrariando a técnica imprimo meus conceitos (LISTEIRO nº 19, 23/07/2010b).

Enfim, aqui o poder não é exercido somente através da vigilância e da coerção, mas também do encantamento, sedução, afago, mimos. O poder encanta, entre outras maneiras, através do fazer o bem em nome do bem comum, e convence as pessoas a agirem conforme as intenções dos que o exerce. Nas palavras de Foucault:

O poder vai se caracterizar, tanto quanto pelo seu bem-fazer, por sua onipotência, pela riqueza e por todo o fulgor dos símbolos de que se cerca. O poder vai se definir por sua capacidade de triunfar sobre os inimigos, de derrotá-los, de reduzi-los à escravidão. O poder se definirá também pela possibilidade de conquistar e por todo o conjunto dos territórios, riquezas, etc., que terá acumulado. O bem-fazer é apenas uma das características em todo esse feixe pelo qual o poder é definido (FOUCAUL, 2008, p. 169).

Concluindo esse item, abaixo apresentamos esquema sintético de análise sobre o trabalho e os trabalhadores de acordo com os cacauicultores da Lista do Cacau.

Lista do Cacau – o que os cacauicultores falam sobre o trabalho e os trabalhadores
Quem fala
Cacauicultores
De onde falam
Lista do Cacau e entrevistas
Por quem falam
Pelos cacauicultores
De quê falam
- Inviabilidade econômica atual da produção de cacau diante do aumento da remuneração e direito dos trabalhadores, da baixa produção e preço do cacau; como diminuir os custos com a força de trabalho; o que fazer diante da “escassez de trabalhadores”, da baixa qualificação e das resistências passivas dos trabalhadores, que boicotam o trabalho.
Para quem falam
Para o Estado e população
Utilizando-se de quais meios
Depoimentos na Lista do Cacau, nas entrevistas e TV Mercado
Com quais estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Ameaça – se não houver redução dos custos de produção, crédito bancário e qualificação profissional dos trabalhadores realizados pelo Estado, a produção de cacau tornar-se-á inviável economicamente, porque a vassoura-de-bruxa fez diminuir muito a produção do cacau e haverá mais desempregados na região. Utilizarão da parceria agrícola como forma de socializar os riscos da produção e evitar de pagar os direitos trabalhistas. Substituirão a cacauicultura por outras atividades rentáveis e mais agressivas à Mata Atlântica. • Recompensa – se o Estado fizer o que querem gerarão lucros, emprego, renda, impostos e divisas. Continuarão a produzir cacau, uma cultura altamente sustentável ambientalmente.
Ordens imperativas ao Estado e persuasão à população
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir/extinguir os direitos trabalhistas; • Capacitar os trabalhadores do cacau; • Dar assistência técnica aos cacauicultores;

Lista do Cacau – o que os cacauicultores falam sobre o trabalho e os trabalhadores
<ul style="list-style-type: none"> • Investir em ciência e tecnologia relacionadas ao cacau; • Dar crédito bancário específico para o cacau – que tem um longo tempo do plantio até começar a produzir; • Retirar os mecanismos de transferência de renda do Estado para os pobres: Bolsa-Família, Seguro-Desemprego, porque os mesmos se recusam a trabalhar em troca de um salário mínimo, tornam-se vagabundos; • ao Estado fazer isso gerarão empregos, renda e lucro para todos da região.
↓
Efeitos esperados ou intencionalidades
↓
Aumentar a produtividade do cacau e o lucro.
↓
Intermediações espaciais
↓
Dizer que a liberação de novos empréstimos, o cancelamento das dívidas, a produção de postos de trabalho na cacauicultura é bom para todos do território-região.

Quadro 44 – Lista do Cacau – esquema de análise da fala dos cacauicultores sobre o trabalho e os trabalhadores

Fonte: Lista do Cacau. Temática: Trabalho e Trabalhadores. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período - 27/02/2009 – 19/11/2010

Todos esses dizeres acontecem em contexto de efetividade das políticas públicas universalizantes do governo federal que beneficiaram os trabalhadores e da difusão da informação sobre os direitos trabalhistas. É o que veremos mais demoradamente a seguir.

6.4 POLÍTICAS PÚBLICAS NÃO-DIRETAS E AMPLIAÇÃO DAS OPÇÕES DOS TRABALHADORES

Se por um lado não houve política pública específica para mudar a situação dos cacauicultores, políticas gerais do governo federal serviram para minimizar a situação dos trabalhadores na crise, com o aumento real do salário mínimo, tabela 26, e políticas sociais⁸¹ de promoção social⁸², quadro 45. Os dados da tabela 26

81 A política social é “[...] composta por um conjunto de programas e ações do Estado que se manifestam em oferta de bens e serviços, transferências de renda e regulação, com o objetivo de atender às necessidades e aos direitos sociais que afetam vários dos componentes das condições básicas de vida da população, inclusive aqueles que dizem respeito à pobreza e à desigualdade” (CASTRO et al., 2012, p. 4). IPEA. Nota Técnica nº 9. **Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010.** Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/120904_notatecnicadisoc09.pdf>. Acesso em: 5 out. 2012.

82 Na “[...] Promoção Social –, agrupam-se as políticas que [...] pretendem garantir aos cidadãos oportunidades e resultados mais amplos e mais equânimes de acesso aos recursos e benefícios conquistados pela sociedade em seu percurso histórico. Tais políticas compreendem um vasto espectro de ações que abarca desde a formação e desenvolvimento do cidadão – casos da educação, do acesso à cultura e das políticas de trabalho e renda que buscam a qualificação profissional e regulação do mercado de trabalho –, até a democratização do acesso a ativos – como as políticas voltadas à

representam o aumento real do salário mínimo a partir de 2003, atingindo 123,6% acumulado no período 2002-2012.

Tabela 26 – Reajuste do salário mínimo (2002-2012): salário mínimo, reajuste nominal, INPC e aumento real

Reajuste do Salário Mínimo - 2002-2012				
Período	Salário Mínimo	Reajuste Nominal	INPC	Aumento Real
	R\$	%	%	%
Abril de 2002	200			
Abril de 2003	240	20,0	18,54	1,23
Mai de 2004	26	8,33	7,06	1,19
Mai de 2005	300	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510	9,68	3,45	6,02
Janeiro de 2011 (1)	545	6,86	6,47	0,37
Janeiro de 2012	622	14,13	6,08	7,59

Nota: (1) Os valores do salário mínimo observados em 2011 podem gerar diferentes referências de data-base no cálculo da política de valorização do salário mínimo. O valor de R\$ 622,00, representa 14,13% sobre o valor nominal que vigorou em 01/março/2011. Neste intervalo (março e dezembro de 2011), o INPC registrou variação de 4,53%. Assim, o ganho real neste período representaria 9,18%. Esta diferença deve-se tão somente à mudança de base de comparação entre janeiro e março de 2011, quando o salário mínimo não registrou ganho real.

Fonte: DIEESE (2012).

O aumento real do salário mínimo em uma conjuntura de taxa de desemprego em queda desde 2003, chegando a 5,5% ao final de 2012 (PORTAL BRASIL, 2013), permite aos dispensados do trabalho nas fazendas de cacau, empregos em outros locais e setores da economia, inclusive fora da microrregião, o que diminui a oferta de mão de obra para o trabalho nas fazendas e gera a denominada “escassez de trabalhadores”.

Como vimos, para os cacauicultores da Lista do Cacau, a “escassez de trabalhadores” é agravada pelos programas de transferência de renda para os mais pobres feitos pelo governo federal, pois são usados pelos trabalhadores como alternativas à baixa remuneração do trabalho nos cacauais. Segundo o Ipea, os gastos federais sociais “[...] partiu de R\$ 234,0 bilhões em 1995 para alcançar os R\$ 638,5 bilhões em 2010. Um crescimento real de 172% em 16 anos” (IPEA, 2012, p. 9). Dentre esses gastos com políticas sociais, estão àqueles destinados à promoção social como o desenvolvimento agrário, trabalho e renda. O Programa Bolsa-Família, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o

agricultura familiar (acesso a crédito, extensão rural, reforma agrária), à economia solidária, à habitação, à mobilidade urbana” (IPEA, 2012, p. 6).

Seguro-Desemprego, quadro 45, são algumas das políticas públicas sociais que ampliaram as opções dos trabalhadores e diminuíram o poder dos cacauicultores em relação ao disciplinamento do trabalho e dos trabalhadores. Vejamos no quadro 45 algumas das características desses programas.

Programas do governo federal	Características
Programa Bolsa-Família (PBF)	Criado pela Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, “[...] é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos” (MDS, 2012).
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	“O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família. [...] Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares” (SILVA FILHO, 2012).
Seguro-Desemprego	Criado em 1986, o seguro-desemprego tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta; auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional (Lei nº 8.900 de 30 de jun. 1994).

Quadro 45 – Programas e características das políticas públicas de promoção social que minimizaram a crise

No que se refere ao Programa Bolsa-Família, a quantidade de benefícios cresceu no período de 2004-2011, como mostra o quadro 46, referente ao Brasil, Bahia e microrregião. Segundo o Ipeadata (2012), em 2004 foram 53.649 beneficiados, o que corresponde monetariamente a 3.645.981 milhões de reais que ingressaram na microrregião. Tivemos um aumento absoluto de beneficiados entre 2004 e 2011 de 88.687, ou seja, saímos de 53.649 para 141.336 beneficiados, equivalente monetariamente a sair de 3.645.981 milhões de reais e chegar a 16.987.677 milhões em benefícios.

Programa Bolsa-Família – quantidade de beneficiados e valor dos benefícios em dezembro – 2004-2007								
Brasil, Bahia e MI	2004		2005		2006		2007	
	Beneficiados	R\$	Beneficiados	R\$	Beneficiados	R\$	Beneficiados	R\$
Brasil	6.571.839	439.870.605	8.700.445	549.385.527	10.965.810	686.701.812	11.043.076	831.106.698
Bahia	838.963	58.927.705	1.067.291	71.409.768	1.391.245	91.941.563	1.411.662	111.384.233
MI-I	52.649	3.645.981	69.198	4.558.365	116.992	7.420.868	126.505	9.692.112
Programa Bolsa-Família – quantidade de beneficiados e valor dos benefícios em dezembro – 2008-2011								
Brasil, Bahia e MI	2008		2009		2010		2011	
	Beneficiados	R\$	Beneficiados	R\$	Beneficiados	R\$	Beneficiados	R\$
Brasil	10.557.996	905.899.897	12.370.915	1.174.300.000	12.778.220	1.239.000.000	13.352.306	1.602.100.000
Bahia	1.372.763	122.182.634	1.581.639	156.565.931	1.662.069	166.063.311	1.752.993	209.149.757
MI-I	130.023	11.371.820	136.633	13.523.926	136.299	13.733.587	141.336	16.987.677

Quadro 46 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – Programa Bolsa-Família: quantidade e valor dos benefícios (2004-2011).

Fonte: Ipeadata (2012).

Em 2010 a população total da microrregião era de 1.020.642 pessoas (IBGE, 2010) e dessa, 136.299 era beneficiária do Programa Bolsa-Família, ou seja, existiam 13,35% de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza nesse território, situações *sine qua non* para receber o benefício.

Outro programa que contribuiu para minimizar a crise regional foi o Pronaf. Para ser beneficiário do Pronaf é preciso ser agricultor familiar. Segundo a Lei nº 11.336 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006), para ser agricultor familiar ou empreendedor familiar rural é preciso atender determinados requisitos em relação ao tamanho da propriedade – área menor do que 4 módulos fiscais; uso da mão de obra da própria família; renda minimamente originada do estabelecimento ou empreendimento e que estes sejam dirigidos pela família, entre outros (RISSARDO, 2012). Atendendo esses requisitos, também podem usufruir desse crédito rural assentados da reforma agrária, silvicultores, aqüicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, remanescentes de quilombos rurais, entre outros.

Na microrregião a maioria dos estabelecimentos rurais são considerados pequenos. A conjugação com os outros critérios fez com que a soma dos financiamentos agrícolas para a Microrregião Ilhéus-Itabuna, através do Pronaf em 2012⁸³, fosse de 28.290.233 milhões de reais (soma dos valores de custeio e investimento) e o da agropecuária fosse de 78.117.228 (soma dos valores de custeio e investimento) milhões de reais, totalizando 106.407.461 milhões que ingressaram na microrregião através desse programa, conforme os quadros 47 e 48.

83 Atemo-nos aos dados do ano de 2012 porque nos anos anteriores do Anuário Estatístico do Crédito Rural, do Banco Central do Brasil, não constam os dados por municípios.

Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – Pronaf – atividade agrícola e finalidade do financiamento – 2012						
Brasil, Bahia e MI-I	Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)
Brasil	119.761	1.447.536.420	143.663	1.603.396.502	0	0
Bahia	3.830	31.992.739	16.827	55.863.952	0	0
Total da MI-I	31	684.183	1.758	27.606.050	0	0

Quadro 47 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – Pronaf – atividade agrícola e finalidade do financiamento – 2012.

Fonte: Banco Central do Brasil (2012).

Microrregião Ilhéus-Itabuna – Pronaf – atividade de pecuária e finalidade do financiamento – 2012						
Brasil, Bahia e MI-I	Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)
Brasil	78.750	863.197.695	371.182	2.364.548.946	0	0
Bahia	5790	15.151.266	59.531	124.593.836	0	0
MI-I	21	86.957	1.503	78.030.271	0	0

Quadro 48 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – Pronaf – atividade de pecuária e finalidade do financiamento – 2012

Fonte: Banco Central do Brasil (2012).

Quanto ao Seguro-Desemprego, criado no governo do ex-presidente José Sarney, por intermédio do Decreto-Lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986 e regulamentado pelo Decreto n.º 92.608, de 30 abril de 1986, o Seguro-Desemprego “[...] é um benefício integrante da seguridade social que tem por objetivo, além de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado sem justa causa, auxiliá-lo na manutenção e na busca de emprego [...]” (BRASIL, 2012), ao fornecer aos trabalhadores demitidos sem justa causa, ou por causa indireta (quando o empregador não cumpre o contrato estabelecido com o empregado, por exemplo) entre R\$ 622 e R\$ 1.163,76 reais por mês (o reajuste do salário é feito anualmente). As condições para a concessão do Seguro-Desemprego são:

- Ter recebido salários consecutivos, nos últimos 06 (seis) meses;
- Ter sido empregado pelo menos 06 (seis) meses nos últimos 03 (três) anos;
- Não esteja recebendo qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, previsto no Regulamento de Benefícios da Previdência Social. O auxílio acidente, auxílio reclusão e pensão por morte poderão ser acumulados com o benefício do seguro-desemprego;
- Não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente para sua manutenção e de sua família. Considera-se como renda própria de qualquer natureza o valor igual ou superior a 01(um) salário mínimo, conforme a Constituição Federal (BRASIL, 2012).

Desde sua criação em 1986, a quantidade de requerentes pelos trabalhadores formais só veio aumentando, tabela 27, mesmo com baixa taxa de desemprego ao ano no Brasil.

Tabela 27 – Brasil, Bahia e municípios da Microrregião Ilhéus-Itabuna onde há postos de recepção do Seguro-Desemprego – quantidade de requerentes do Seguro-Desemprego pelo trabalhador formal (1996-1989, 1990-1999 e 2000-2010)

Posto Recepção	1986 – 1989	%	1990-1999	%	2000-2010
Brasil	3.990.534	10	40.937.905	1,56	63.690.248
Bahia	2.892	513	1.483.547	2,18	3.230.830
Camacan	1	6.262	6.262	0,10	632
Coaraci	0	...	1.029	0,00	0
Gandu	0	...	656	0,00	0
Ibicaraí	0	...	8.491	1,15	9.762
Ibirataia	0	...	91	0,00	0
Ilhéus	8	4.340	34.722	2,19	76.208
Ipiaú	0	...	13.013	2,48	32.273
Itabuna	6	8.582	51.493	2,01	103.665
Itajuípe	1	1.113	1.113	0,00	0
Ubatiba	0	...	1.770	0,00	0
Ubatã	0	...	498	0,00	0
Una	0	...	41	31,12	1.276
MI-I	16	7.449	119.179	1,88	223.816

Fonte: Brasil (2012).

No período de 1986-1989, apenas 16 pessoas entraram com pedido do Seguro-Desemprego nos postos de recepção da microrregião. De 1999 até 2000, foram 119.179 mil requentes (aumento de 7.449%). No período seguinte de 2000 a 2010, a quantidade foi para 223.816 mil requerentes (aumento de 1,88%). O aumento de requerentes entre os períodos de 1986-1989 e 1999-2000 para a microrregião foi maior do que o brasileiro (mais 7.439 pontos percentuais) e baiano (mais 6.937 pontos percentuais). Esse aumento desigual, comparativamente às demais referências escalares, acontece no auge da crise, dando indícios do desemprego regional.

A comparação entre os períodos de 1990-1999 e 2000-2010 apresenta maior equilíbrio entre os dados dos recortes geográficos de referência. O Brasil teve um crescimento de 1,56%, a Bahia 2,18% e a microrregião 1,88%, portanto, maior do que o do Brasil, mas menor do que o da Bahia, evidenciando a situação de quase pleno emprego vivido pelo Brasil. Enfim, a concessão do Salário-Desemprego fez com que ingressassem milhões de reais na microrregião, contribuindo para minimizar as consequências sociais da crise.

São esses alguns dos programas do governo federal criticados com frequência na Lista do Cacau e nas entrevistas com os cacauicultores, mesmo não havendo perguntas diretas a esse respeito. São programas que mexeram com os campos de força das múltiplas relações de poder regional, por vez atingindo os trunfos de poder de um grupo local.

6.5 A CRISE FALADA PELOS TRABALHADORES E SEUS SILÊNCIOS

Pra gente fraco como eu mesmo, que já batalhou tanto, hoje em dia não tenho nada. Nada, nada, nada. Tenho sim, porque graças ao bom Deus toda vida fui um cara sadio, toda vida fui um cara sadio. A doença que eu sentia era dor de dente. Mas arranquei os dentes e botei a chapa, tudo... (SANTOS, 2009⁸⁴)

Silêncio. Essa é a mais gritante manifestação dos trabalhadores sobre a crise. Suas palavras estão cassadas pelo saber do poder, que primeiro distingue-os como pouco letrados, pobres, trabalhadores do cacau, assentados, vagabundos, entre outros adjetivos tornados depreciativos, depois os hierarquiza, colocando-os como inferiores e que não têm saber no que dizem. Isso é subjetivado e praticado: “Uma pessoa que nasceu na mata, chama índio, como eu, fica sempre de fora. Agora, quando me convida, eu vou chegar lá assim, ainda assombrado [Risos]”, nos disse o burareiro, entrevistado nº 9 (26/03/2011), referente a sua participação no Sindicato Rural. Além disso, vários outros trabalhadores não aceitaram gravar entrevista sem autorização de seus patrões. Sua palavra não é sua, está calada coercitivamente pelo outro, porque podem falar o que seus patrões não querem divulgar. Não possuem, nesse caso, autonomia para falar sobre a sua crise.

Como demonstrar o interdito, mas praticado? Como demonstrar que os empoderados não dizem explicitamente: não faça isso, é assim que se faz, não fale, ponha-se em seu lugar, sua palavra não serve, não quero que você fale? Como demonstrar que esse silêncio dos trabalhadores é expressão diante de uma crise que

84 SANTOS, José Vitor dos. Documentário **Os magníficos**. DOCTV IV – 31. Direção e roteiro de Bernard Attal. Produção Ondina Filmes. Produção executiva Diana Gurgel. Realização Programa de Fomento a Produção e Teledifusão ao Documentário Brasileiro (DOCTV), do Ministério da Cultura, com parceria do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (Irdeb), exibição Rede Cultura. Fotografia de Matheus Rocha. Edição de Carlos Shintomi/Bernard Attal, DVD, áudio e vídeo, color. Salvador: Rede Cultura, 2009. 51min. 59s.

lhe é estranha? Que a crise falada pelos trabalhadores tem objetivos e objetos distintos dos contornos da crise hegemônica? Entre 1980-2010, mais de 300 mil pessoas se colocaram em mobilidade territorial na microrregião, 220.381 pessoas saíram da área rural, 223.816 recorreram ao Seguro-Desemprego entre 2000-2010, entretanto não é delas que se propagam ininterruptamente os falares sobre a crise. Os trabalhadores não ficaram endividados porque não tinham crédito, não perderam suas terras, porque não as tinham ou eram pequenos e médios proprietários, não perderam grandes fortunas porque estas também estavam ausentes, não tiveram que demitir ninguém, pois foram os demitidos. Os trabalhadores iriam falar o quê da crise com essas consubstanciações?

Uma crise que não é falada, também não é ouvida e nem repetida até a ocorrência do convencimento, da prática discursiva, senão na forma de silêncio. A crise falada pelos trabalhadores está abafada pelo saber e poder daqueles que têm acesso às mídias, aos lugares consagrados, aos rituais das bancadas jornalísticas e mesas das academias. Por isso tivemos que buscar em documentários e reportagens um pouco de suas falas sobre a crise. Em meio às muitas falas dos que são “autorizados” a falar sobre a crise, encontramos a dos trabalhadores nesses documentos.

No documentário *Os magníficos*, que demonstra a ascensão e a decadência da “civilização do cacau”, dos 14 entrevistados, somente 2 são ex-trabalhadores do cacau: José Vítor dos Santos e Adelson Alves dos Santos, quadro 49. Os demais são cacauicultores ou ex-cacauicultores, principalmente do município de Itajuípe-BA.

Depoentes do filme Os magníficos	
Nº	Cacauicultores e ex-cacauicultores
1	Adenilson Chaves
2	Ana Amélia Amado
3	Carmem Pepe
4	David Benvenuto dos Santos
5	Dionísio Marçal de Oliveira
6	Henrique Pepe
7	Joanacy Garcia
8	João Tavares
9	Maria da Luz
10	Moyses Leal
11	Paulo Jorge
12	Rafael Pepe Gomes
Trabalhadores	
13	Adelson Alves dos Santos
14	José Vítor dos Santos

Quadro 49 – Documentário Os magníficos: nome dos depoentes e suas identificações.

Sobre a ascensão da cacauicultura, esses trabalhadores falaram da satisfação em ter o salário garantido, da comida farta, das festas e dos administradores que depositavam o dinheiro no banco para seus patrões. Sobre a decadência, o José Vítor dos Santos disse:

Pra gente fraco como eu mesmo, que já batalhou tanto, hoje em dia não tenho nada. Nada, nada, nada. Tenho sim, porque graças ao bom Deus toda vida fui um cara sadio, toda vida fui um cara sadio. A doença que eu sentia era dor de dente. Mas arranquei os dentes e botei a chapa, tudo...

Ainda sobre a decadência, as falas do Adelson Alves dos Santos foram sobre a crise dos patrões, pois para os que permaneceram empregados, a crise não provocou mudanças substanciais, como nos disse um empregado da Fazenda Primavera, que não quis gravar entrevista sem autorização do patrão. Adelson, ao ser solicitado a falar sobre a crise, falou do patrão que empobreceu: “Hoje a situação do patrão, alguns, têm muitos, não pode comprar nem uma bicicleta [bicicleta], nem uma bicicleta. Os burros ficou velho lá na fazenda, venderam, de graça” (SANTOS, 2009).

Em outro trecho do mesmo documentário, Santos diz o seguinte: “Ele não teve mais como tê a lavôra [lavoura]. Efetivo para aguentar os trabalhado [trabalhador]. Aí ele demitiram tudo! Tem fazenda, várias fazendas no Estado da Bahia que está sem trabalhado, tá sem dono. Quem está pegando é os assentamento” (SANTOS, 2009). Aqui os patrões entraram em falência, demitiram os funcionários, abandonaram as fazendas, deixando-as sujeitas a reforma agrária. Neste documentário, para os trabalhadores, a crise é dos que demitiram, dos que tinham do que empobrecer e dos que perderam suas fazendas para a reforma agrária.

No documentário “O nó”, que tem por objetivo provar que os cacauicultores são vítimas de um crime biológico e as dívidas contraídas para atender ao PRLC são espúrias, dos 24 entrevistados, 2 são ex-trabalhadores do cacau, Davi Bispo e Hélio Santana de Souza, conforme demonstramos no quadro 50 a seguir.

Depoentes do filme “O nó”			
Nº	Nome	Atividade profissional/fonte de renda	Localização
1	Águido Muniz	Produtor Rural – Presidente do Instituto Pensar Cacau	Não consta no filme
2	Carlos Amado	Advogado	Salvador – BA
3	Chico Lima	Produtor Rural	Ilhéus – BA
4	Cláudio Zumaeta	Historiador	Ilhéus – BA

Depoentes do filme “O nó”			
Nº	Nome	Atividade profissional/fonte de renda	Localização
5	Dan Lobão	Engenheiro Florestal/Pesquisador da Ceplac	Ilhéus – BA
6	Dorcas Guimarães	Produtor Rural	Ibirataia – BA
7	Durval Libânio	Presidente da Câmara Setorial Nacional do Cacau	Não consta no filme
8	Edvaldo Bruni	Produtor Rural/Geólogo aposentado	Ibirapitanga – BA
9	Gonçalo Pereira	Prof. Doutor/coordenador Programa Genoma da vassoura-de-bruxa – UNICAMP-SP	Campinas - SP
10	Henrique de Almeida	Produtor Rural/Ex-Presidente da APC – Diretor Geral Biofábrica	Ilhéus – BA
11	Jay Wallace da Silva Mota	Diretor Geral da Ceplac/Diretor Comissão Executiva de Lavoura Cacaueira	Brasília – DF
12	João Tavares	Cacaucultor	Itabuna – BA
13	Jorge Vianna	Médico/ Ex-Deputado Federal	Ilhéus – BA
14	José Roberto Benjamin	Engenheiro Agrônomo/Produtor Rural	Camacan – BA
15	Noélia Gomes	Dona de casa	Ubaitaba – BA
16	Ramayana Vargens	Professor	Ilhéus – BA
17	Ranulfo Júnior	Produtor Rural	Ubatã – BA
18	Rogério Brandão	Advogado	Salvador – BA
19	Salem Rachid Asmar	Sociólogo/Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris	Itabuna – BA
20	Salomão Mafuz	Advogado/Ex-Presidente do CNPC	Itabuna – BA
21	Sena Gomes	Engenheiro Agrônomo/Ex-Diretor do CEPEC/CEPLAC	Ilhéus – BA
22	Walter Nascimento	Economista/Produtor Rural	Itabuna – BA
Ex-trabalhadores do cacau			
23	Davi Bispo	Trabalhador Rural aposentado	Camacan – BA
24	Hélio Santana de Souza	Ex-Trabalhador Rural	Itabuna – BA

Quadro 50 – Documentário O nó: nome dos depoentes, cargo/função e local de origem.

Observação – os nomes, cargos e funções estão como no documentário.

Fonte: Documentário O Nó (2012).

Esses dois ex-trabalhadores do cacau falaram sobre a alta produtividade dos cacauais anterior a vassoura-de-bruxa, da grande quantidade de empregados que trabalhavam nas fazendas, da queda da produção com a chegada da vassoura-de-bruxa e das migrações: “Muita gente foi embora. Tinha vez e tinha vez [não compreensível], ia procurar [reposto?] por fora, outro outro lugar, nas cidades, em tudo” (BISPO, 2012).

O ex-trabalhador do cacau Hélio Santana de Souza falou sobre onde foi parar após ficar desempregado: “Trabalhei 10 anos em roça. De roçagem, de colheita e também trabalhava na barcaça. A vassoura-de-bruxa acabou a roça de cacau e foi o jeito eu vim pro lixo. Não tinha outro recurso. Nós não tinha muito serviço pra trabalhar, o jeito foi vir pra reciclagem” (SOUZA, 2012). Suas falas serviram para corroborar com a ideia de que a produção de cacau, por ser pouco mecanizada, é altamente empregadora e que a vassoura-de-bruxa foi avassaladora no que diz respeito a destruição de postos de trabalho de alto consumo de energia física e pouca remuneração, desencadeando o processo de migração campo-cidade e as consequências negativas advindas disso:

desruralização, urbanização, violência. Fora do trabalho nas fazendas, para Hélio Santana de Souza, só restou ir trabalhar no lixão de Itabuna.

Sem intenção de criminalizar a introdução da vassoura-de-bruxa na região, sem dívidas, sem terras ou com pequenas propriedades de terras não sujeitas à reforma agrária, os trabalhadores pouco foram ouvidos sobre sua crise no documentário “O nó”. Imbuídos da vontade de verdade, dona de casa e esposa de cacauicultor que teve seu suicídio atrelado à crise cacauieira, advogados, historiador, sociólogo, deputado, cacauicultores, funcionários públicos puderam falar sobre a crise. Sem o efeito de verdade almejado pelos cacauicultores, as falas dos trabalhadores foram colocadas em segundo plano.

Na reportagem do SBT, repórter que procurou mostrar a ascensão e queda dos cacauicultores, aliada a questão do desmatamento na região, foram escolhidas falas de 3 trabalhadores, num total de 11 depoentes, quadro 51. Sobre o que falaram?

Depoentes do documentário feito pelo SBT em 1998		
Nº	Nome	Atividade profissional e/ou referência identitária
1	Ana Amélia Amado	“Ana Amélia é descendente do rei do cacau. O bisavô dela, coronel Misael Tavares foi dono de uma das maiores fortunas da Bahia no começo do século e chegou a ser personagem de Jorge Amado no livro São Jorge dos Ilhéus”.
2	Boaventura Moura	Fazendeiro
3	Hilton Kruschewsky	Superintendente da Ceplac
4	Junot Martins	Fazendeiro
5	Luciano Santana	“Luciano Santana já foi um dos maiores produtores de cacau da Bahia. Com 33 fazendas e um milhão de cacauieiros, chegou a produzir 93 mil arrobas de cacau por ano. No ano passado produziu apenas 3 mil. Homem rico e poderoso, foi deputado estadual e prefeito de Camacã por duas vezes, sempre pelo PFL, o partido de Antônio Carlos Magalhães”.
6	Maria Cristina Alves	Bióloga
7	Raimundo Kruschewsky	Fazendeiro
8	Rodolfo Batisti	Madeireiro
	Trabalhadores	
9	Augusto da Silva	Lavrador
10	José dos Santos	Empregado da fazenda São Jorge
11	Valdomiro Rocha	Lavrador

Quadro 51 – Reportagem do SBT – nome dos depoentes e atividade profissional.

Obs.: Foram mantidas as identificações dos entrevistados conforme a reportagem.

Augusto da Silva falou sobre a questão de ter trabalhado com muitas pessoas ricas, mas não ter juntado dinheiro, porque segundo ele, “[...] pessoas honestas é difíci [difícil] fazer alguma coisa na vida. Quem trabalha com honestidade, que só tem o salário, nunca pode subir na vida, porque o salário nunca dá” (SILVA, 1998).

Para Valdomiro Rocha, mesmo trabalhando nas fazendas de cacau, passou fome: “Passamo [passamos] fome porque meu ordenado não dava. A delicadeza deles era honrar e segurar o que é deles, né. E eu ganhava aquele salariozinho” (ROCHA, 1998). Já a edição da fala de José dos Santos foi sobre o linho de 120 fios usado pelos antigos cacauicultores. Nesse documentário, a jornalista Neide Duarte concluiu que: “Os lavradores do cacau sempre ganharam o salário mínimo e hoje, muitos assistem com indiferença a decadência do cacau na Bahia. Para eles, a miséria é a mesma, em qualquer lugar” (DUARTE, 1998).

Em 2005, a TV Santa Cruz produziu uma série de reportagens intitulada “A saga do cacau”. Nela mais de 40 pessoas foram entrevistadas, quadro 52: cacauicultores, memorialista, cientistas, políticos, empresários, turistas, estudantes... E dois trabalhadores – Milton Vieira, Presidente da Associação Brasil na Luta e Miguel Marques, assentado da reforma agrária que disseram respectivamente o seguinte: “Faltou emprego. Foram pra cidade. A cidade encheu. Então teve que voltar para os assentamentos. Forçar uma negociação juntamente com o governo para que o governo fizesse a desapropriação, porque sem emprego, tinha que voltar pra zona rural” (VIEIRA, 2005); “Não samos [somos] empregados mais de ninguém. Samos donos do nosso nariz. E graças a Deus samos muito feliz. Trabalhamos, todos iguais, uns ajudando uns aos outros. Os mais fortes ajudando os mais fracos. E aí vamos levando a vida” (MARQUES, 2005).

Nº	Nome	Identificação	Nº	Nome	Identificação
1	Vanderley Rocha Oliveira	Dono da fazenda Cubículo	24	Nicolas Mailot	Cacauicultor
2	João Elias Ribeiro	Cacauicultor	25	Cristinaldo Gally	Presidente da APCFE - Ilhéus
3	Fernando Reis	Memorialista	26	Fausto Pinheiro	Cacauicultor
4	João Dias Tavares	Cacauicultor	27	Mark Nuscheler	Presidente da [do Instituto] Cabruca
5	Trajano Costa Barbosa	Cacauicultor	28	Luís Carlos Souto	Coordenador de Agroecologia da [ONG]Jupará
6	Salomão Mafuz	Ex-presidente do Fundecau	29	Joana Arcoverde	Empresária
7	Polycarpo Hughes	Cacauicultor	30	Eládio Fernandes	Gerente de Confeitaria
8	Eliezer Correia	Chefe do Centro de Extensão - Ceplac	31	Manoel Chaves Neto	Empresário
9	Giácomo Mancini	Sem identificação	32	Paulo Moreira	Estudante
10	Rui Rocha	Ambientalista	33	Ronaldo Carneiro	Gerente de marketing da fábrica
11	Henrique Berbert	Presidente da APRF/BA e SE	34	Raimundo Bororó	Coordenador do projeto
12	Talita Fontoura	Professora	35	Gustavo Moura	Diretor da Ceplac

Nº	Nome	Identificação	Nº	Nome	Identificação
13	Deborah Faria	Doutora em Ecologia	36	Helenilson Chaves	Empresário
14	Osmil Rodrigues	Cacaucultor	37	João Ramos	Gerente de fábrica
15	Paulo Souto	Governador	38	Antônio Carlos Magalhães	Senador – PFL - BA
16	Jonas Souza	Chefe do Centro de Pesquisa - Ceplac	39	Carlos Luís Borges	Presidente do Sindicato Rural - Canavieiras
17	Carlos Macêdo	Diretor da Biofábrica	40	Osmil Rodrigues	Cacaucultor
18	Wellington Duarte	Sup. Regional da Ceplac	41	Otávio Pires	Coordenador de compras da indústria
19	Jorge Amado	[Escritor – áudio e vídeo gravados]	42	Paulo Peixinho	Consultor de Mercado
20	Arléo Barbosa	Historiador	43	Paulo dos Santos	Turista portuguesa
21	Guido Paternostro	Empresário	44	Luigi Ausebi	Consultor Internacional
22	Eduardo Athayde	Presidente da UMA	45	Simone Souza	Contadora
23	Alessandro Barberius	Pres. Câmara de Comércio de Turismo	46	Heloísa Gama	Dona de Casa
Trabalhadores					
47	Miguel Marques	Assentado			
48	Milton Vieira	Presidente da Associação Brasil na Luta			

Quadro 52 – A Saga do Cacau: identificação dos depoentes.

Nota: Só foram citadas as pessoas identificadas na legenda do documentário. A grafia dos nomes e as identificações estão de acordo com o documentário.

Fonte: A Saga do Cacau, 2005.

Diante dos mais de 200 mil trabalhadores que foram desacomodados da condição de moradores, assalariados, empreiteiros, aristas, parceiros, arrendatários, diaristas (LIMA, 2011), franquiam a palavra para dois trabalhadores.

6.5.1 Entrevista com os trabalhadores: empregados, arrendatários, ex-empregados das fazendas...

Visto a crise dos trabalhadores nos documentários e reportagens, passamos agora para as entrevistas. Nelas a crise dos trabalhadores é mais difracionária do que a dos cacaucultores, que apesar dos conflitos internos, entre eles, apresenta certa coesão. Daí nossa dificuldade na tabulação e análise das entrevistas, já que são poucos os elementos aglutinadores na crise falada pelos entrevistados. Na questão 1, quadro 53, sobre a história de vida desses trabalhadores relacionada com o cacau, obtivemos três direcionamentos principais: a história pessoal e familiar ligada a questão fundiária; a história de vida ligada a instituição onde os entrevistados trabalham/trabalhavam; e as dificuldades em ser burareiro ou ex-

burareiro na crise. Em alguns casos, juntamos também os desencantados com a região estraçalhada, aqueles que manifestaram dor ao ver se desmanchando, ruindo, aquilo pelo qual tinham deslumbramento.

Na questão nº 1, os entrevistados membros dos movimentos de luta pela terra, seja ele o MST, MLT ou Sindicato dos Trabalhadores Rurais, destacaram a questão da expropriação das terras feita pelos antigos coronéis do cacau, seja através do uso da violência física, o poder das armas, seja através de mecanismos jurídicos burlados, como é o caso do caxixe – negociata envolvendo terras de plantação de cacau. Para esses, a crise possibilitou a irrupção dos movimentos de luta pela reforma agrária e a vassoura-de-bruxa é a “fada madrinha” dos movimentos sociais: “Dizem que a fada madrinha dos sem terra na região é a bruxa, a vassoura-de-bruxa [Risos]” (Entrevistado nº 14, 30/03/2011).

Nesses movimentos, tentam construir, discursivamente, uma identidade relacionada com a questão ambiental e com características diferenciadoras frente aos cacauicultores: não praticam a monocultura do cacau e preocupam-se com a formação educacional dos trabalhadores:

Isso aqui só vai resolver quando construir escola. Quando digo escola, digo uma escola que vai se dedicar a estudar a problemática daqui, vai se dedicar a estudar a grandiosidade disso daqui e vai soerguer com esse povo, com a juventude, todo mundo. Valores, autoestima, e nós voltar para essa região o olhar pro setor primário, para a agricultura. Isso aqui só tem solução se agente reerguer a agricultura, baseado na cabruca, que é o cacau, na fruticultura, e nessa questão da água, da sócio biodiversidade, da biodiversidade e nas essências florestais [...] (Entrevistado nº 34, 23/05/2012).

Em relação ao comandar o território-região cacaueira do Sul da Bahia, os entrevistados que estão nos movimentos sociais tentam diferenciar-se dos cacauicultores, inclusive no que se refere ao compartilhamento territorial:

A gente já estamos pensando que essa crise tem jeito. Agora essa crise não é mais do jeito que muitos, muitas instituições querem. Depois da crise da vassoura-de-bruxa houve... Outros... Agora tem outros atores que é preciso você dialogar. E eu já falei, os autores hoje, aqui, que tem que dialogar nessa região, primeiro, os indígenas, os quilombolas, e os assentamentos, e os assentados da reforma agrária. E os pequenos produtores (Entrevistado nº 34, 23/05/2012).

Para os trabalhadores membros dos movimentos de luta pela terra, o território têm que ser compartilhado, como afirma Joelson Ferreira de Oliveira, assentado da reforma agrária no assentamento Terra Vista, ex-liderança nacional do MST e coordenador do Território de Identidade Litoral Sul:

Então, aproveitando essa sacada da Ceplac, de juntar todo o potencial de sustentabilidade que marca a região há 250 anos, com o cacau, de um lado, e, do outro, assumindo as políticas públicas voltadas para as populações indígenas, para os quilombolas, assentamentos e pequenos produtores, vamos fazer aqui uma região extremamente forte e rica. [...] Não tenho preconceito contra ninguém. Aliás, foram os grandes fazendeiros que investiram na região, no cacau-cabruca e ajudaram a preservar a mata atlântica há 250 anos (OLIVEIRA, 2012⁸⁵).

Há, portanto, resistências ao grupo de poder dos cacauicultores. A autoidentidade sendo construída como oposição ao poder.

Questão 1 - Conte-me sua história de vida relacionada com a produção do cacau.	
História ligada a questão fundiária	Qde.
<ul style="list-style-type: none"> • O avô veio de Sergipe, tornou-se coronel de cacau, ajudou a fundar Itabuna. Era coronel na região de Coaraci, Itajuípe. Fala sobre o coronelismo na região, das formas ilegais e “legais” de expropriação das terras dos pequenos cacauicultores. Fala da grande queda dos coronéis com a VB e o prosseguimento dos latifúndios nas mãos dos filhos e netos. Disse não acreditar no crime da VB. Ajudou a criar o Movimento de Luta pela Terra (MLT) e no movimento, começou a ocupar fazendas de cacau na região. Com a crise muitos cacauicultores saíram da região. Os cacauicultores usaram o crédito do PRLC para manter o padrão de vida. E aí foi a oportunidade da reforma agrária entrar na região. Se não fosse a crise acredita que os membros do MLT já estariam mortos. Com a VB os cacauicultores perderam os cacauais e o crédito bancário. Os cacauicultores não faziam suas obrigações trabalhistas. No momento crucial da crise os trabalhadores criaram o MLT e hoje é assentado da reforma agrária. Acha que está devolvendo ao povo a terra que o avô tomou. Está bem com a agricultura familiar. Está lutando pelos direitos dos trabalhadores, que continuam a ser injustiçados com o sistema de parceria. Os trabalhadores continuam a bater [passar veneno] Rendap, que é cancerígeno. • Os pais eram contratistas e os avós paternos e maternos foram vítimas de caxixe. Avó materna descendente dos Tupinambás. • Os pais trabalhavam com cacau em Canavieiras. O entrevistado saiu de Canavieiras com 6 anos de idade e junto com os pais foram morar em Salvador. Voltaram para a região em 1993, ano em que conheceu o movimento dos desempregados do cacau, depois esse movimento tornou-se algo maior, relacionado com a reforma agrária. Movimento dos desempregados – esse movimento depois virou MLT. Conseguiram consolidar dois Projetos de Assentamento (PA), um em 1996 e outro em 1997. Hoje mora próximo da mãe em um PA. Ficou em acampamento de 1993 até 1997. Muitos trabalhadores antes de 2000 não tinham carteira assinada e não tinham como reclamar os direitos. Hoje têm, mas os empregadores não recolhem para a Previdência Social e depois fazem acordo na justiça e pagam bem menos. 	6

85 OLIVEIRA, Joelson Ferreira de. **Entrevista com Joelson Ferreira: "A Ceplac será o motor da transformação da região"**. O trombone. 20 set. 2012. Disponível em: <<http://www.otrombone.com.br/blogpost/3848>>. Acesso em: 17 nov 2012.

Questão 1 - Conte-me sua história de vida relacionada com a produção do cacau.	
<ul style="list-style-type: none"> Foi morar na fazenda com 7 anos. Aos 9 começou a trabalhar na roça, bandeirando cacau, desbrotando. Começou a trabalhar com carteira de trabalho assinada aos 18 anos na fazenda onde hoje é assentado da reforma agrária. Mas não ficou todo tempo trabalhando na mesma fazenda. Saía e voltada, saía e voltava. Quando estava com 15 anos de carteira assinada nesta fazenda, o INCRA negociou-a com a proprietária. O proprietário tinha morrido. O genro não soube administrar e foi feito a reforma agrária. Era uma fazenda que dava muito lucro, tinha muitos arrendatários. O único herdeiro faleceu antes de completar 18 anos. A proprietária desgostou-se porque perdeu tudo o que tinha, adoeceu e morreu. Chegou a trabalhar 120 pessoas na fazenda. Teve 6 barças. Hoje trabalha por conta própria, mas não aguenta trabalhar muito porque tem dores na coluna. Não participou do movimento social para conseguir a terra. Nasceu praticamente na fazenda onde mora. Começou a trabalhar na fazenda com 17 anos. Tem 13 anos de carteira assinada, sempre trabalhando dentro da mesma fazenda de cacau. Os pais tinham um pequeno sítio. Hoje é assentado nessa mesma fazenda. Não participou do movimento social para conseguir a terra. 	
Vivência do cacau ligada a instituição onde trabalha	
<ul style="list-style-type: none"> Trabalha em instituição que tem atividades ligadas ao cacau. Trabalha em instituição que tem atividades ligadas ao cacau. Trabalho voltado para a agricultura familiar. Com a ideia de Estado mínimo iniciado no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello e continuado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, não houve contratação de novos servidores públicos e o setor de extensão rural ficou debilitado por falta de recursos humanos e de infraestrutura, principalmente estradas. Mesmo com o reconhecimento da importância da agricultura familiar a partir de 2006, falta recursos humanos para trabalhar. 	6
Burareiros e ex-burareiros	
<ul style="list-style-type: none"> É burareiro. Nasceu em Ibicaraí. Os avôs tinham uma pequena propriedade onde plantavam cacau. Nasceu praticamente em uma roça de cacau. Veio a crise e os filhos foram cada um para um local. Os pais do entrevistado vieram para Ilhéus com 5 filhos pequenos e os outros tios foram para São Paulo. Foram morar na cidade sem ter uma profissão e tiveram que aprender “na tora” [forçadamente]. A propriedade foi vendida a “preço de bagatela”, mas não passaram a escritura para o comprador. É burareiro. Administra uma propriedade sua e de mais 8 herdeiros. Reclama dos roubos de cacau e da falta de providências do Estado. Disse que está se acabando de trabalhar e mostra as mãos calejadas. Disse que precisa do auxílio do governo, mas o governo não ajuda. Ganha dois salários e tem 11 filhos vivos. Ex-burareiro – com a crise deixou a pequena propriedade que herdara para trabalhar na cidade. Plantou cacau por um período e depois fez parceria. Burareiro – filho de trabalhadores assalariados do cacau. Nascido em Uruçuca. Tem uma propriedade de 12 hectares conseguida através de indenização trabalhista por 14 anos trabalhados em uma fazenda. Não gosta de trabalhar com cacau e gosta de plantar cereais e frutas. Uma parte vende e a outra é para o consumo familiar. Tocava a propriedade com 5 filhos e a esposa, mas hoje é cada um por si. Burareiro – neto de produtor de cacau. Estudava no Rio de Janeiro e passava as férias escolares na fazenda do avô. Produziu cacau na Amazônia. Hoje tem uma pequena propriedade com plantação de cacau, mas está abandonada. Tentou viver da produção de cacau e não obteve rendimento suficiente para tal. Passou a ser funcionário público e fazer chocolate. Fala que a crise foi a melhor coisa que aconteceu na região porque diminuiu o poder dos cacauicultores “coroné”. Considera que a cultura local é muito individualista e tem o pior da civilização. Não há cooperação. Há a luta pelo poder. Compadrio, manipulação das pessoas. Acredita que a crise do cacau está ligada a aplicação da lei trabalhista, que acabou com o agregado, com pessoas que trabalhavam nas fazendas em troca de uma feirinha. Fala dos fazendeiros agiotas, dos que expropriavam as terras dos pequenos produtores através da execução de dívidas reais ou fictícias. Com a crise houve maior moralização nas relações entre patrões e empregados. Houve a crise, mas a região está tendo oportunidade de se reconstruir “lançar bases para transformar a crise em oportunidade”. É preciso mudar a cultura local baseada no 	5

Questão 1 - Conte-me sua história de vida relacionada com a produção do cacau.	
individualismo, na “esperteza”, e isso demora muito.	
Sem relação direta com a produção de cacau – pais e avós ligados com a produção de cacau	
<ul style="list-style-type: none"> • O avô era administrador da fazenda de Antônio Sá Pereira. Foi empregado dele até morrer. Quando o avô morreu, o entrevistado era pequeno. O pai morava na fazenda e aos 12 anos foi trabalhar com oficina mecânica. O pai morava na fazenda próxima a Ilhéus e trabalhava nessa cidade como mecânico. Quando adulto trabalhou com o pai como caminhoneiro. • O pai sempre teve roça de cacau. Foi criado no cacau. Considera que todos de Ilhéus são envolvidos pelo cacau, porque o que faz a economia da cidade girar é o cacau. • A família toda vivia do cacau. O avô começou com um pequeno sítio e foi comprando outros. Quando o avô faleceu, metade dos bens ficou para a avó e uma fazenda para cada um dos 12 filhos. Aí veio a VB de bruxa e ficou ruim para todo mundo. Os tios tiveram que buscar outro tipo de atividade. Alguns ainda vivem da cacauicultura, mas só mesmo para se alimentar. Todo mundo tem casa própria, só não vive tão bem como antes. São todos formados em Salvador, pois aqui não havia universidade. O pai do entrevistado era empregado da Brasil Gás até se aposentar e a mãe era filha do grande produtor de cacau que era o avô. O avô reunia toda a família na fazenda nos finais de semana. Depois comprou uma casa grande na avenida Soares Lopes, em Ilhéus, e as reuniões passaram a ser feitas lá. Depois que o avô faleceu, a avó vendeu a casa e comprou outra menor, onde mora até hoje. O avô era rico, meio ditador. Queria todos embaixo das asas, sob seu domínio, mas o pai do entrevistado não quis isso. Considera que isto foi bom porque os tios que o avô sustentava tiveram dificuldades para viver do próprio trabalho depois da crise. O entrevistado começou a trabalhar com 13 anos na loja de tintas do pai, mas gostava mesmo era de oficina mecânica, ramo que trabalha até hoje. Dizem que o avô era coronel, mas o entrevistado não tem certeza disto. 	3
Ex-trabalhadores do cacau	
<ul style="list-style-type: none"> • São ex-administradores de fazendas de cacau. 	2
Desencantados com a região estraçalhada – não produtores de cacau	
<ul style="list-style-type: none"> • O avô e os tios vieram de Sergipe. Em Itabuna alguns viraram comerciantes, prestadores de serviços, outros viraram grandes cacauicultores. Não é produtora de cacau. Nasceu e se criou em Ilhéus. Quando veio a crise cacauaieira a empresa onde trabalhava chegou a ter 85% de inadimplentes. Sempre se reconheceu e teve orgulho de ser da região cacauaieira do Sul da Bahia. Ficou chocada ao ver as pessoas que admirava empobrecidas. Sofreu por elas e pelas empresas que fecharam, pelas pessoas desempregadas. Ilhéus viveuilhada, havia os coronéis do cacau. Acredita que a VB foi introduzida propositalmente na região. Disse que hoje as pessoas estão na fase do ódio, da questão pessoal. Não discutem ideias. • Teve toda a vida marcada pela produção cacauaieira. Nasceu em uma vila formada por pequenos produtores de cacau, o que o incentivou a fazer o curso de agronomia. Teve o cacau como um componente íntimo, emocional e de formação da trajetória de vida. Toda a vila dependia do cacau. Os pais eram dessa vila rural. 	2
Total	23

Quadro 53 – Entrevistados: trabalhadores – síntese da história de vida relacionada com o cacau.

Quanto a questão nº 2, tabela 28, do roteiro de entrevista, em que os trabalhadores deveriam falar sobre a crise, encontramos as seguintes variáveis principais que delineiam a crise cacauaieira: desemprego (34,78%) (aliado a desruralização, urbanização, migração de retorno, aumento da criminalidade, desmoralização, emigração, empobrecimento, oportunidades, reforma agrária); remissão à crise falada pelos cacauicultores (30,43%) (desemprego, reforma agrária,

tentativas fracassadas em sair da crise, aumento da violência, desruralização, urbanização, moralização da crise, posicionamento contra a criminalização da introdução da vassoura-de-bruxa na região, decadência da cidade de Ilhéus e falta de independência política dos cacauicultores); crise como decorrente da baixa produtividade do cacau (8,69%) (e adendo de que a produção está se recuperando); posicionamento contra a criminalização da introdução da vassoura-de-bruxa na região (8,69%) (e necessidade da união da região para sair da crise); crise como empobrecimento familiar (4,34%); decorrente da falta de investimentos na produção e falta de política agrícola para o cacau (4,34%); luta para ser assentado, pela manutenção do assentamento e pela agroecologia (4,34%); e um que não quis falar sobre a crise (4,34%).

Tabela 28 – Entrevista - a crise cacauceira segundo os trabalhadores

Questão 2 - Fale-me sobre a crise cacauceira (e as variações deste Qde. % questionamento. Por exemplo: O que foi/é a crise cacauceira para o Sr(a)?).	Qde.	%
Urbanização-desruralização		
<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego e desruralização, urbanização, migração de retorno. • Desemprego e desruralização. • Desemprego, desruralização, criminalidade, desmoralização. • Desruralização, urbanização, emigração, empobrecimento e oportunidades. • Desemprego e reforma agrária. • Desemprego e oportunidades. 	8	34,78
Remissão à crise dos cacauicultores		
<ul style="list-style-type: none"> • Crime da vassoura-de-bruxa, orientações equivocadas da Ceplac, endividamento dos cacauicultores, desemprego e oportunidade para a reforma agrária. • Crime da vassoura-de-bruxa, orientações equivocadas da Ceplac, endividamento dos cacauicultores, desemprego. • Crime da vassoura-de-bruxa, orientações equivocadas da Ceplac, endividamento dos cacauicultores, desemprego, tentativas fracassadas para sair da crise, violência. • Contaminação dos cacauais com a vassoura-de-bruxa, endividamento dos cacauicultores, desruralização, urbanização, moralização da crise, posicionamento contra a criminalização da VB. • Falências, endividamento dos cacauicultores. Fala sobre a decadência da cidade de Ilhéus. • Crise como decorrente da falta de independência política dos cacauicultores. 	7	30,43
Baixa produção e preço do cacau		
<ul style="list-style-type: none"> • Baixa produtividade do cacau e recuperação atualmente. • Baixa produtividade do cacau. 	2	8,69
Criminalização da introdução da vassoura-de-bruxa		
<ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento contra a criminalização da introdução da vassoura-de-bruxa, necessidade da união para a recuperação da região. • Posicionamento contra a criminalização da introdução da VB na região. 	2	8,69
Falas que não se repetem		
<ul style="list-style-type: none"> • Empobrecimento familiar. • Crise como decorrente dos baixos investimentos na produção e falta de política agrícola para o cacau. • Luta para ser assentado, pela manutenção do assentamento e pela 	4	17,39

Questão 2 - Fale-me sobre a crise cacaueteira (e as variações deste Qde. % questionamento. Por exemplo: O que foi/é a crise cacaueteira para o Sr(a)?).	%
--	----------

agroecologia.

- Não quis falar mais sobre a crise.

Total	23	99,98
--------------	-----------	--------------

Como vimos na tabela 28, em primeiro lugar, há o reconhecimento do desemprego como principal elemento que caracteriza a crise dos trabalhadores. É a variável em que há maior remissão em seus enunciados:

E também teve a parte ruim foi que as fábricas também foram fechando. Porque as fábricas naquela região ali [do Iguape, bairro de Ilhéus] davam um movimento, pra li, pra gente. Por exemplo, a Barreto de Araújo, ela fazia a festa de final de ano para os trabalhadores e a gente ia, a gente gostava, a gente curtia aquela festa. Todo mundo. Isso há uns 30 anos atrás, mas para aquela região o cacau tinha um significado muito grande. E depois, com a crise, a Barreto de Araújo fechou. Acho que foi a primeira que fechou. Depois foi a Itaísa. Então, para gente ali foi um baque muito grande (Entrevistado nº 18, 31/03/2011).

Cê vê na rua... [os desempregados]. A senhora vê na rua aí, o movimento da rua. Todo mundo tá vendo como é. É aquelas pessoas que não têm condições mesmo. Porque toda pessoa que tem um pedacinho de terra, ele já está empregado. Toda pessoa que tem terra, ele já é empregado. O que não tem é desempregado. É uma vida difícil (Entrevistado nº 13, 30/3/2011).

Entretanto, não é somente essa variável que consubstancia a crise dos trabalhadores. Há também a desruralização, a intensa migração dos trabalhadores do campo para as cidades, ocorrendo, concomitantemente, a urbanização; e inclusive a saída dos desempregados para outras cidades do Brasil como São Paulo e Rio de Janeiro. Como constam nos depoimentos, o agravante desse processo de urbanização na região cacaueteira é que o mesmo não se deu devido a introdução de novas tecnologias no campo e nem da maior oferta de empregos nas indústrias urbanas regionais. Os destituídos de seus postos de trabalho ficaram a deriva.

Uma das saídas da crise para estes foi a criação dos diferentes movimentos de luta pela terra na região. A crise corroeu as bases dos grupos de poder local e os desempregados puderam se organizar, ao ponto de criarem o MLT, e o MST pôde estabelecer o primeiro assentamento de reforma agrária na região cacaueteira no Sul da Bahia, no município de Arataca – o assentamento Terra Vista – no auge da crise.

Se para alguns trabalhadores a crise foi uma oportunidade de acesso a terra,

outros lamentam que as fazendas onde trabalhavam, hoje sejam objeto de reforma agrária e estejam em ruínas, como é o caso de um assentado que não participou da luta pela terra, mas mesmo assim obteve o direito a um lote porque já trabalhava na fazenda há muito tempo e optou por permanecer na mesma como assentado.

E hoje em dia a gente vê tudo acabado. Para mim mesmo é... Não tem nem como a gente conversar mais, que, sei lá... [emocionado]. No tempo que era de um só, tinha zelo, e hoje em dia, que é de quarenta pessoa, hoje vive tudo abandonado. É desse jeito assim. A senhora vê aí, só vê mato. É de quarenta pessoa que podia ter mais zelo ainda do que quando era de um só, né?! (Entrevistado nº 16, 30/03/2011).

Os cacauicultores alegam que abandonaram suas fazendas de cacau porque, com a vassoura-de-bruxa, as mesmas tornaram-se inviáveis economicamente, improdutivas, ao ponto das grandes propriedades ficarem suscetíveis à reforma agrária. Essas fazendas nas mãos dos assentados não mudaria a situação, como visto na citação acima.

O empobrecimento, o aumento da mendicância, de pessoas que trocavam um dia de trabalho por um prato de comida, também foi lembrado:

[...] o próprio trabalhador rural que não tinha outra forma de viver, porque ele não aprendeu a fazer outra coisa, a não ser trabalhar no cacau, eles foram os que mais se prostituíram, digamos assim, porque aí veio pra cidade sem conhecer o que tinha que fazer, se jogando em qualquer coisa que botasse, ganhando salário de miséria, que não era nem salário. Muita gente até por um prato de comida trocava um dia de trabalho e isso foi muito cruel (Entrevistada nº 28, 21/05/2002).

Em segundo lugar, conforme a tabela 28, alguns entrevistados (30,43%), ao falarem sobre a crise, transpuseram sua crise para a crise dos cacauicultores: falaram que os cacauicultores empobreceram, estão endividados, pegaram empréstimos e usaram para manter o *status*, os herdeiros não sabiam lidar com a produção do cacau porque foram estudar fora e só ficavam de lá, recebendo o dinheiro oriundo da produção do cacau:

Essa [geração] que sofreu a crise, já é uma... De neto. Quarta, quarta, quinta geração. [...] até a terceira geração ainda sabia o que era estar dentro da fazenda de cacau e realmente trabalhando para que a coisa acontecesse. Mas a quarta e a quinta já não sabia. Só

sabia usufruir. Já nasceram em berço de ouro (Entrevistada nº 22, 18/05/2012).

Entretanto, não se restringiram a falar sobre isso. Ressaltaram também o desemprego, a urbanização, desruralização, a violência, a desmoralização social: “O trabalhador saiu do interior, veio pra cidade, morar nos morros, em cima do... A mulher jogar frô [flor] na cabeça do marido [trair o marido], os filhos homem virar bandido e as meninas vender o corpo para sobreviver” (Entrevistado nº 13, 30/3/2011).

Ao remeterem suas falas à crise dos cacauicultores, há também uma moralização da crise, a crise como uma lição de moral aos cacauicultores: “As vezes a gente até fala que isso foi uma providência, até certo ponto, uma praga divina que veio. Que as pessoas não se deram conta de que tudo que vem em grande quantidade, um dia também acaba. E foi o que ocorreu” (Entrevistado nº 23, 18/05/2012).

Essa crise veio para mostrar que ninguém é dono de nada, que ninguém pode subestimar ninguém. Ninguém pode tomar nada que é de ninguém. Porque eles achavam que o cacau ia ter esse valor a vida toda. Que eles iam ser donos dessas terras a vida toda, mas veio a crise, que foi na verdade essa vassoura-de-bruxa (Entrevistado nº 4, 24/03/2011).

Para os que conseguiram melhorar de vida, a crise foi um elemento de desacomodação de uma situação ruim, mas que muitos tinham receio de livrar-se. Sendo migrantes compulsórios, tiveram que romper com o sentimento de apreensão diante do que se julgava perigoso e pôr os pés na estrada:

O povo tinha muito medo. Hoje o povo está um pouquinho... O povo ainda tem, né. Acho que é uma cultura nossa aqui. Da nossa região. Mas o povo já melhorou muito. A gente vai... A mídia ajuda muito hoje, né. As pessoas evoluíram, aprenderam a enxergar que elas têm direito. Tem direito e que o governo tem obrigação com eles também. Mas antigamente não tinha isso. O povo tinha medo de tudo. Uma pessoa sair da roça, falar que vinha pra cidade pra os filhos estudar, isso era uma coisa absurda, né! Coisa absurda (Entrevistado nº 18, 31/03/2011).

Em terceiro lugar, a crise é a queda da produção cacaueteira, hoje em processo de recuperação (8,69%). Na quarta posição (8,69%) temos aqueles que se mostram contra a criminalização da introdução da vassoura-de-bruxa na região:

Eu posso te dizer, como uma pessoa que coordenei as ações de campo da Ceplac naquela primeira etapa de contenção da doença: nunca reuni e nunca detectei, nem nunca vivenciei um elemento que diga que foi um ato deliberado! A doença veio pelas mãos humanas. Isso é certo (Entrevistado nº 25, 20/05/2012).

Agora, o que me afetou, o que me afetou muito é no frígir de toda essa história aí, a gente parar e pensar o seguinte: por uma questão ideológica, você está envolvida com um conglomerado de pessoas, onde essas pessoas... A gente pode ser também acusada a qualquer momento de uma coisa que a gente não fez (Entrevistada nº 28, 21/05/2012).

Por último, temos a crise como o empobrecimento da família quando o entrevistado ainda era adolescente; como decorrente dos baixos investimentos na produção e falta de política agrícola para o cacau; e como luta para ser assentado, diante das constantes ameaças e despejos, quando da primeira ocupação de terras na região. Um dos entrevistados não quis falar sobre a crise, alegando que já sabíamos o que ela era, e passou a falar da conservação produtiva como saída para a crise.

Resumidamente, não há, na crise falada pelos trabalhadores, uma precisão temporal quanto ao início da crise, a não ser para aqueles que trabalham em instituições ligadas ao cacau. As tramas da crise estão relacionadas com o desemprego, com a urbanização-desruralização, com a crise dos cacauicultores – dívidas agrícolas, reforma agrária, empobrecimento. Há remissão também à passagem da condição de desempregado do cacau para a de assentando do cacau, assentado da reforma agrária em fazendas antes voltadas para a produção de cacau.

Ao remeterem suas falas aos cacauicultores, tentam construir uma identidade como oposição a *do* “outro”, diferente do “outro”. É uma identidade de reação e afirmação, com alguns traços de identidade do passado – trabalhador rural pobre, analfabeto, resistente, desempregado –, e de futuro – diversificação da agricultura, maior preocupação com as condições de trabalho e educação. Mesmo que essas características identitárias sejam somente um contraponto a dos cacauicultores,

visto, por exemplo, que muitos trabalhadores não encontram na escola o seu lugar de aprendizagem e alguns se recusam a frequentá-la (Entrevistado nº 34, 23/05/2012).

Tabela 29 – Entrevistados: trabalhadores – perdas e ganhos com a crise

Questão 3 e 4 – O que o Sr(a) perdeu ou ganhou com a crise cacauera?	Qde.	%
Ganhou com a crise		
<ul style="list-style-type: none"> • Só ganhou com a crise. Alterou a vida para melhor. Já tinha trabalhado como empregado com carteira assinada e via as humilhações que os trabalhadores passavam. Considera que a reforma agrária dá maior liberdade para o ser humano, que não precisa trabalhar vigiado, não podendo nem parar um pouquinho para comer farinha. A liberdade não tem preço. Ter a vida natural também é muito bom. • Não perdeu. Deixou de ser empregado e passou a ter a própria roça. Não vive sob a vigilância do cabo de turma. • A possibilidade de construir o assentamento onde vive. Recuperar as terras roubadas dos avós. • Conseguiu autonomia para trabalhar na própria terra. • Com a crise a vida melhorou bem. Vivia em casa da fazenda e hoje tem duas casas. Considera que a casa onde mora não é boa, mas é dele. Dinheiro tirado do trabalho como ambulante. Tem três filhas formadas e estão empregadas. Considera que se tivesse ficado na fazenda talvez não tivesse dado estudo às filhas. • Evolução. Começou a buscar outras coisas, não ficar dependente do cacau. O comércio cresceu, as indústrias de outros segmentos vieram. Logo depois da crise Ilhéus estagnou, mas de uns 5 anos para cá está melhorando. • Foram ganhos imateriais. Aprendeu muito. Veio a Constituição Federal cidadã de 1988. As pessoas passaram a ser mais humildes, mais acessíveis. As pessoas ficaram mais solidárias. A solidariedade passou a existir. • Ganhou muita experiência. Colheu os frutos da sabedoria de não cometer os mesmos erros do passado. • Aprendizado, novas experiências. Veio a atividade turística, agora vem o Porto Sul, a industrialização está chegando, está melhorando o setor de serviços. Não teve vantagem direta. • O desvelamento de muitas questões que estavam encobertas pela facilidade de crédito. • A permanência no emprego. 	15	34,88
Perdeu com a crise		
<ul style="list-style-type: none"> • Se não fosse a crise poderia ter continuado com a roça de cacau, que poderia estar ajudando na composição da renda. A família deixou de ter a renda do cacau, mas o pai nunca dependeu diretamente da renda do cacau, por isto não teve a vida muito afetada pela crise, como alguns familiares que tiveram que ir embora para poder se manter. Foram para São Paulo, Espírito Santo. Eles aguentaram até 1994 e como o cacau não dava nem um grão, foram embora. • Perdeu a tranquilidade. Trabalha como taxista e já foi assaltado duas vezes. Tem medo dos passageiros. Antigamente tinha menos disso. Antigamente dava para se estabelecer como taxista, hoje não. O combustível está caro e não tem passageiros suficientes para repor os gastos com o carro. • Perdeu uma roça nova de cacau. O entrevistado tinha acabado de formar a roça quando veio a VB e perdeu tudo. Hoje a terra está vazia. • Perdeu a identidade de moradora na região cacauera do Sul da Bahia. Os ganhos e perdas foram imateriais. Tinha orgulho de ser de Ilhéus, terra do 	13	30,23

Questão 3 e 4 – O que o Sr(a) perdeu ou ganhou com a crise cacauêira?	Qde.	%
<p>cacau, de Jorge Amada, a Princesinha do Sul. “Gabriela, cacau, chocolate, cravo e canela...” (Entrevistada nº 22, 18/05/2012).</p> <ul style="list-style-type: none"> • O pai perdeu um posto de gasolina. O entrevistado estava administrando o posto e veio a crise, os altos juros da época da URV e o entrevistado não pode honrar um contrato de compra de combustível. Tem um pequeno terreno na beira de uma pista que está improdutivo por causa da crise. Saiu da roça e veio para a cidade para dar estudo aos filhos. • O entrevistado disse que foi afetado de todas as formas pela crise. Foi muito desvalorizado profissionalmente, tanto simbólica como monetariamente. A família foi afetada, a instituição onde trabalha foi afetada, a sociedade onde vivia foi afetada. • Não ganhou nada. Alguns familiares ganharam com a crise porque conseguiram uma profissão, puderam estudar e não dependem só do cacau para sobreviver. • O governo precisa ajudar. O crédito só chega para os fazendeiros. • Esperava ganhar maior irmandade entre as instituições na busca por soluções dos problemas, entretanto o isolamento continua. A crise legou poucos saltos de qualidade. Os políticos locais não sabem potencializar o que existe na região para gerar emprego. Segundo o entrevistado os produtores são bons na produção de cacau e péssimos da porteira para fora. • Não ganhou. Ganhou a capacidade de analisar melhor, de propor novos encaminhamentos. A região tinha muitos ricos que empregavam muitas pessoas. A mecanização do cacau é muito difícil, agravada na região que possui relevo acidentado. Com a crise muitas pessoas perderam o emprego. Não se chegou ainda ao nível de inteligência capaz de unir os produtores, organizar os produtores. O pensamento ainda é muito individualista. 		
A região perdeu		
<ul style="list-style-type: none"> • A região perdeu com a crise porque houve o êxodo rural. • A região perdeu muito emprego. Muitas indústrias fecharam. Perdeu a Recicla que fazia a reciclagem da casca do cacau, perdeu o Senai. • Não foi atingido particularmente, mas a região empobreceu. • Não foi diretamente atingida porque manteve-se no emprego, mas a região perdeu. • Especificamente não perdeu nada. A região é que foi afetada. Os salários diminuíram. Quem perdeu com a crise foi quem perdeu o emprego. • Quem perdeu foi toda a sociedade. Houve o êxodo rural não em decorrência da tecnificação na cultura do cacau, mas porque o produtor não podia mais pagar ao trabalhador e teve que demitir. Cerca de 250 mil trabalhadores ficaram desempregados. Houve o problema ambiental, porque os cacauicultores derrubaram árvores que faziam o sombreamento do cacau para vender. Houve o problema econômico, porque imaginando que sairia da crise, o produtor foi consumindo a poupança que tinha e acabou ficando descapitalizado. Depois veio o plano de recuperação que acabou de degradar. Houve também uma ação de governo de diminuir o orçamento da extensão rural, que começou na década de 1980, o que dificultou a assistência aos pequenos proprietários, que é maioria. • Não perdeu nada diretamente. A região perdeu, todos da região perderam. A crise demonstrou a crise de representação que a região tem. Demonstrou que o foco para sair da crise ainda é somente a produção de cacau. A diversificação da produção poderia ser mais fortalecida. A região perdeu a oportunidade de demonstrar que tinha uma posição estratégica para o Estado, que ainda a considera rica. A região é rica, mas ao mesmo tempo pobre. Rica em recursos naturais e pobre em recursos econômicos. • A região só perdeu. Teve o êxodo rural. A maioria dos jovens não querem ficar nos assentamentos. Vão para as cidades procurar emprego. Dizem que a VB foi a fada madrinha da região, pois ela permitiu a existência do 	8	18,60

Questão 3 e 4 – O que o Sr(a) perdeu ou ganhou com a crise cacauaieira?	Qde.	%
MLT.		
Perdeu e ganhou		
<ul style="list-style-type: none"> • Não pode estudar. Os pais vieram para a cidade com 13 filhos. Os filhos mais velhos tiveram que trabalhar e não pode estudar. Mas foi bom também porque hoje ele e o irmão tem propriedade em um projeto de assentamento. Agradece a VB porque trouxe a crise e o MLT. Está faltando crédito, mas acredita que vai melhorar. • A fazenda onde trabalhava era bem administrada e hoje está abandonada. Em outro ponto ganhou com a crise porque antes trabalhava na diária, com alguém vigiando, dizendo o que fazer. Agora trabalha no que é dele. Hoje está melhor porque não está sendo mandado pelos outros. Tinha cabo de turma que ficava atrás deles, mandando e desmandando. • A família perdeu tudo na região de Arataca. A formação do assentamento só foi possível com a vassoura-de-bruxa. Hoje existem outros autores que o Estado e a população precisa dialogar: índios, quilombolas, assentados, pequenos agricultores. Não é como as instituições querem. 	3	6,98
Indiferente		
<ul style="list-style-type: none"> • Nunca viveu do cacau e não viu diferença. Acha que a diferença foi para os empregadores. Para ele tudo continuou na mesma. • A família empobreceu, mas o pai não dependia exclusivamente do cacau para viver. Via que a família estava empobrecendo, mas como era pequeno, isso não significava muita coisa. 	3	6,98
Não perdeu e a região ganhou		
<ul style="list-style-type: none"> • Não perdeu com a crise e a região ganhou uma oportunidade para se refazer em outras bases. 	1	2,33
Total	43	100

Nota: Em relação as questões 3 e 4, juntamos as respostas, porque na mesma pergunta os entrevistados já respondiam as duas. Decorre disso a quantidade de 43 respostas na tabela anterior.

A maioria dos entrevistados disse que ganhou com a crise (34,88%), outros perderam (30,23%), outros ainda que a região perdeu com a crise (18,60%). Para 6,98%, houve perdas e ganhos. Três disseram que (8,98%) não houve alterações em suas vidas e, por último, um disse que particularmente não perdeu nada, mas a região ganhou a oportunidade de se refazer em outras bases.

Dentre os que ganharam com a crise estão os assentados da reforma agrária.

Segundo Lima (2011):

O desemprego associado ao número crescente de fazendas ociosas e improdutivas foram os ingredientes necessários que levaram à mobilização desses trabalhadores para lutarem pelas terras, seja por iniciativa própria, seja por orientação dos sindicatos, dos partidos, da Igreja e de movimentos que passaram a atuar na região. Nesse contexto, o MST, que já atuava no Extremo-Sul do estado, ampliou sua atuação, mesmo antes do desfecho da crise, no final dos anos de 1980 (LIMA, 2011, p. 86).

Ociosos, com dificuldades de serem absorvidos pelo mercado de trabalho urbano, muitos desempregados das fazendas engajaram-se nos movimentos de luta pela terra, criando inclusive o MLT na região, que passou a agir concomitantemente com o MST,

dentre outros movimentos de luta pela terra. Para esses a crise foi ruim porque gerou o desemprego, mas ao mesmo tempo foi uma oportunidade de conseguir um lote de terra e ganhar autonomia, livrar-se, por exemplo, do cabo de turma.

O cabo de turma é a pessoa contratada pelo cacauicultor para controlar a produção, a frequência dos trabalhadores e o tempo necessário para a execução de cada tarefa, ao modo da indústria taylorista. Acompanham os trabalhadores nas lidas diárias orientando como fazer e em que tempo, de forma a aumentar a qualidade e a quantidade da produção, de acordo com as ordens dos cacauicultores. É o “olho do dono” no local de trabalho. No dizer de um ex-trabalhador do cacau, ser comandado pelo cabo de turma:

É muito ruim. Porque a senhora tá trabalhando, tá uma pessoa de junto lhe olhando, lhe ordenando: faça isso, faça aquilo... ‘Aqui lá não tá bom não, você vai ajeitar de novo’. E sendo que a senhora fez bom. Que nem aqui mesmo, tinha um cabo de turma, que era só andando atrás da gente, mandando, desmandando. [...]. Fica dentro da roça. Peão está trabalhando, ele está atrás só comandando. [...] Só olhando. E mandando fazer as coisas: ‘Olha, aqui tem um pé de cacau sem colher! Volta cá, vem colher! Ficou outro coco aqui. Vem cá!’ Ali está numa roçagem: ‘Esse toco está mais alto, volta cá, rebaixa mais esse toco’. É assim. Aí, muitos não queria aceitar: ‘Ah! Rapaz, você [não] está vendo lá cortado?’ E aí... [Risos] (Entrevistado nº 16, 30/03/2011).

Outro trabalhador explica o seguinte:

O cabo de turma é assim... Era assim: ele, nós ia pra roça, ele ia também mais a gente. Aí, ele ficava lá mais a gente. Quando dava o horário das 12, ele dizia: ‘Ó meninos, é 12 hora! Vamos almoçar’. Aí, dava uma hora, ele olhava: ‘Meninos, é 1 hora. Vamos trabalhar!’ Aí nós pegava. 4 hora, ele disse: ‘Meninos, ó, 4 hora!’ Aí nós... (Entrevistado nº 17, 30/03/2011).

Os ganhos com a crise não estão ligados somente ao desvencilhamento da vigilância dos cacauicultores, mas também a afirmação da diversificação da produção, oportunidade de se conhecer outras culturas, outras formas de pensar, além da produção única do cacau. Assim, ganharam experiência em lidar com outras produções, com outras pessoas, em falar em seu próprio nome. Descobriram que têm direitos, que se não são respeitados, precisam lutar por eles.

Houve aqueles que perderam suas roças de cacau, o emprego, o *status* profissional em trabalhar com o cacau ou ser da região cacauqueira, e dizem que o Estado precisa ajudá-los (30,23%). Para 18,60%, entretanto, quem perdeu foi a região. O que se

quer dizer com isso? Que não só o indivíduo perdeu, mas quando muitos que vivem em determinado recorte territorial perdem, todos perdem. Nesse caso, a região é o território vivido e quando muitos que nele vivem entram em crise, todos sofrem. Seleccionamos nas questões 3 e 4 alguns depoimentos que indicam isso:

A crise cacauera mudou, não só a cidade de Ilhéus, mas a região. A região cacauera. Realmente foi uma crise que afetou bastante. O povo da roça passou a vir para a cidade porque não tinha mais renda na roça, e o desemprego na cidade conseqüentemente aumentou, porque teve que dividir com as pessoas que morava na roça. Muitos também foram embora para São Paulo, Espírito Santo. Eu tenho parentes que estão para São Paulo, devido a essa crise do cacau (Entrevistado nº 5, 25/03/2011).

Rapaz, a crise não afetou só a minha. [...]. O pessoal desempregado das fazendas, porque não tinha o que fazer, veio tudo pra cidade, para... Pegava aquele tempinho, comprava um terreninho, fazia uma casa para sobreviver. Para não ficar na roça. Porque não tinha o que fazer na roça. Tinha que vir para a cidade mesmo, fazer alguma coisa (Entrevistado nº 7, 25/03/2011).

É como eu disse, afetar, acho que a região foi quem ficou afetada. A gente está numa região, a gente leva, vai de rodo também nessa história, mas pessoalmente, particularmente a mim não afetou, porque eu não tenho cacau (Entrevistado nº 28, 21/05/2012).

Eu, como funcionário público e um cidadão da região, com todos os meus projetos de vida restritos aqui a região, perdi muito com a crise. Perdi do ponto de vista que familiares meus foram afetados, porque eu venho de uma família... Embora, individualmente eu não seja produtor de cacau, mas tenho tios, tias, primos, parentes meus... A comunidade em que eu vivo é cheia de gente que lida com essa atividade (Entrevistado nº 25, 20/05/2012).

O que eu perdi com a crise foi uma identidade. Eu perdi como se tivesse perdido um filho, que eu me orgulhava... Os valores são imateriais, porque que eu não era cacauicultora. Eu trabalhava na Embratel e é claro que ali, naquela empresa, a gente viu e a gente sentiu as conseqüências da crise. Perdão... [chorando]. Quando você falou até chegou a me dar vontade de... (Entrevistado nº 22, 18/05/2012).

Perdas, ganhos, perdas e ganhos. Para alguns a crise teve perdas e ganhos (6,98%). A crise teve os componentes já citados e alguns ganhos como, por exemplo, o acesso à terra e o trabalho para si, de acordo com seu tempo e jeito de lidar com a terra, sem ninguém comandando. Há aqueles que disseram que a crise não os afetou, porque não dependiam do cacau para sobreviver (6,98%). Um deles (2,33%) disse o seguinte:

Potencialmente [a região ganhou]. Ela está tendo uma oportunidade. Não estou dizendo que ela teve ganhos. Ela teve uma oportunidade de lançar bases para transformar a crise em oportunidade. Taí as pequenas fábricas de cacau, são pequenas, pequena capacidade (Entrevistado nº 2, 23/03/2011).

Os mecanismos de enfraquecimento do poder dos cacauicultores já enunciados possibilitaram a emergência de outros grupos de poder e de outras configurações ao território, como é a expansão dos assentamentos da reforma agrária, a maior diversificação produtiva, a preocupação com o manejo ambiental e outros grupos dizendo o território. Daí um dos entrevistados dizer que as decisões não podem mais partir somente de um grupo de poder. É necessário que os assentados, os índios e quilombolas também falem e sejam ouvidos sobre o destino do território-região.

Sobre a questão nº 5, tabela 30, em que perguntamos o que fizeram para sair da crise, algumas respostas já foram dadas nas questões 4 e 5 anteriores: permaneceram no emprego (26,09%), entraram para os movimentos sociais de luta pela terra (21,71%), a crise não os afetou diretamente (17,39%), arrumou emprego na cidade (8,70%), continuou na empresa onde trabalhava e teve ascensão social; fez muitas coisas – “malabarismos” – para sobreviver; aposentou-se e continuou a produzir cacau. Um não quis falar sobre isso (17,39%).

Tabela 30 – Entrevistados: trabalhadores – o que fizeram para sobreviver à crise

Questão 5 - O que o sr.(a) fez para sobreviver à crise cacauzeira?	Qde.	%
Mantiveram-se no emprego		
• Manteve-se no emprego. Manteve a renda, mas muitos colegas de trabalho perderam a condição de cacauicultores.	6	26,09
• Manteve-se no emprego. Disse que sobreviver a crise é estar preparado para a carga de pressão e até de mal tratos por parte daqueles que acham que a Ceplac é culpada de alguma coisa.		
• Manteve-se no emprego. Os salários foram aviltados e precisou arrumar mais um emprego para conseguir sobreviver. Muitos dos seus colegas de trabalho não conseguiram arrumar outros empregos e tiveram que se ajustar.		
• Permaneceu no emprego. Não dependia exclusivamente da produção do cacau para sobreviver.		
Entraram para os movimentos sociais de luta pela terra		
• Entrou para os movimentos de luta pela terra – MLT e MST	5	21,71
A crise não os afetou diretamente		
• A crise não o afetou diretamente. Não dependia do cacau para sobreviver.	4	17,39
Arrumou emprego na cidade		
• Arrumaram emprego na cidade	2	8,70
Permaneceram nas fazendas onde trabalhavam		
• Permaneceu na fazenda onde trabalhava como assentado depois que o INCRA fez a reforma agrária. É aposentado, planta cacau e aipim, feijão de corda, maxixe, cereal.	2	8,70
Falas que não se repetem		

Questão 5 - O que o sr.(a) fez para sobreviver à crise cacauêira?	Qde.	%
<ul style="list-style-type: none"> • Continuou a trabalhar na empresa onde trabalhava e teve ascensão social. Saiu da classe C baixa. Hoje as pessoas mais pobres culturalmente são os filhos e netos dos cacauicultores. • Fez muito malabarismo. Fechou o posto de gasolina, ficou com o restaurante. Alugou o terreno para uma empresa. Foi vendendo uma coisa e outra. Vendeu madeira de uma área de conservação ambiental que tinha. Vendia sílica para as Prefeituras de uma jazida defronte ao posto de gasolina, arrendou pasto. • Aposentou-se e continuou a produzir cacau. • Não falou sobre isso. 	4	17,39
Total	23	100

A tabela 31 aponta para o reconhecimento de que não houve qualquer política pública específica que assistisse aos trabalhadores no momento de maior gravidade da crise (56,52%). Esse desamparo aos trabalhadores deu-se em um contexto particular brasileiro. Década de 1980 (a “década perdida”), fim do regime ditatorial brasileiro, fortalecimento do sindicalismo, criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), criação do MST e do MLT. No Sul da Bahia, o movimento sindical, que deu origem ao PT na região cacauêira, surgiu entre os funcionários da Ceplac.

[...] aqui nesta região toda, o PT, Partido dos Trabalhadores, foi originado aqui dentro da Ceplac. Aqui. Ele não veio da fábrica aqui, ele não veio das ruas. Foi organizado aqui dentro, através do Sindicato dos Servidores Públicos com uma categoria aqui. Mas eu digo, aquele PT original mesmo, com todo aquele glamour, com toda aquela expectativa de reformismo social, com tudo aquilo aqui. E dentro da Ceplac, através de um segmento, que foram os técnicos agrícolas (Entrevistado nº 25, 20/05/2012).

O nascedouro [do movimento sindical] sempre foi Ceplac. Aí começou aparecer movimentos dentro da Ceplac de organização dos técnicos agrícolas. Começou com técnico agrícola em 83. Em 83 foram demitidos 2 servidores por conta disso (Entrevistada nº 28, 21/05/2012).

A irrupção desses movimentos sociais de luta pela terra e partido político dos trabalhadores, dentre outras coisas, se traduziu nos assentamentos de reforma agrária como alternativa aos desempregados do cacau. Daí serem lembrados por 21,74% dos entrevistados.

Uma política pública apontada pelos entrevistados foi o PRLC (13,04%), acrescida do incentivo de políticos locais para que as pessoas viessem para as cidades, o incentivo ao turismo e a reforma agrária (4,35%). Um dos entrevistados disse que a crise criou um

contingente de pessoas desocupadas e não de desempregadas já que as mesmas não estavam formalmente empregadas (4,35%).

Tabela 31 – Entrevistados: trabalhadores – políticas públicas ou movimentos sociais para resolver a crise cacauieira

Questão 6 - Houve alguma política pública, algum movimento social para resolver a crise?	Qde.	%
• Não houve ou não sabe.	13	56,52
• Houve o MLT, MST e outros (Fetag, Contag e CUT) – movimentos sociais e sindicais.	5	21,74
• Houve o PRLC para os cacauicultores.	3	13,04
• Houve incentivo de políticos para as pessoas virem para as cidades. Houve incentivo ao turismo. Teve o PRLC, os movimentos por reforma agrária.	1	4,35
• Foi criada a APC e o IPC. E tem o MST. Os trabalhadores não tinham carteira assinada, os contratos eram verbais e quando veio a crise, simplesmente foram embora. Então eles não ficaram desempregados, eles eram desempregados. A CLT só se consolidou na década de 80. Os trabalhadores não sabiam ler, nem escrever. Não tinham a menor noção dos seus direitos. Aí começou a aparecer advogados para defendê-los e hoje eles já trabalham pensando nos direitos que terão para receber. Antigamente o custo da mão de obra não entrava na planilha de custo de produção e começou a entrar na crise da vassoura-de-bruxa. O trabalhador não era empregado de fulano, ele era da casa de fulano. Não recebia salário, tinha caderneta e recebia o salário em compras. Então foi criado um contingente de desocupados e não de desempregados.	1	4,35
Total	23	100

Segundo o que consta na tabela 32, a maior parte dos trabalhadores entrevistados (34,78%) sente saudade do trabalho coletivo nas fazendas, das conversas, brincadeiras, alegria e satisfação em trabalhar:

Gostava de estar na roça com os companheiros, gostava de estar aqui nas barcaças, que eu trabalhei bastante de barceiro. E era gente aí brincando, proseando e todo mundo trabalhando, alegre, satisfeito. Para mim era tudo bom aqui. E hoje em em dia a gente vê tudo acabado. Para mim mesmo é... Não tem nem como a gente conversar mais, que, sei lá... [emocionado] (Entrevistado nº 16, 30/03/2011).

Havia a segurança do emprego, geração de riqueza e festas – segundo alguns trabalhadores e mesmo cacauicultores, o patrão matava boi para fazer churrasco para os trabalhadores, como forma de reconhecimento ao trabalho realizado e incentivo para continuarem a trabalhar. Entretanto, nem todos sentem saudade desse tempo (30,43%), seja porque eram pouco idosos na época, e não entendiam o que estava acontecendo, ou porque não estavam envolvidos diretamente com a produção de cacau.

Com a exacerbação da violência, principalmente nas duas principais cidades da região, Ilhéus (Indicadores de violência... 2012) e Itabuna (SANTOS, A. A. P., 2012),

alguns sentem saudade da sensação de segurança e tranquilidade (8,70%). Os demais (falas que não se repetem) têm saudade da riqueza que o cacau produzia. Segundo eles, devido a queda no preço e da produção, só o produtor familiar consegue continuar com o cultivo do cacau porque emprega a força de trabalho familiar e nas entressafras trabalha como diarista para outras pessoas, complementando a renda. Os grandes fazendeiros, que despertavam admiração e projeção identitária, empobreceram. E há aquele para quem o tempo de maior pujança é também aquele de maior subordinação e humilhação dos trabalhadores pelos cacauicultores (26,09%).

Tabela 32 – Entrevistados: trabalhadores – saudade do tempo de maior produtividade do cacau

Questão 7 – O sr.(a) sente saudade do tempo de maior produtividade do cacau? De quê?	Qde	%
Da pujança socioeconômica		
<ul style="list-style-type: none"> • Muitos trabalhadores diziam que era o auge, que mesmo sendo trabalhador tinha aquela ousadia. • Tem saudade do ambiente de trabalho, com muitos trabalhadores, todo mundo trabalhando, brincando, conversando. • Tem saudade do tempo em que Ilhéus era reconhecida como a terra do cacau, de Jorge Amado, de Gabriel Cravo e Canela, das pessoas ricas. • Da sociedade dinâmica que existia. Considera no entanto que havia uma estratificação social muito grande e a crise mudou isso. • Da maior dinamicidade da região, das pessoas trabalhando, gerando riqueza e ocupação. Itabuna é uma cidade violenta e a região não encontrou uma saída para a crise ainda. O que será no futuro? Pergunta o entrevistado. • Da pujança financeira. Da riqueza que era dividida com as famílias que hoje estão desempregadas. • Da maior produção e maior riqueza. • Naquele tempo a carestia era menor. O dono da fazenda dava roça para quem quisesse e matava gado para o trabalhador. Era tudo bom. 	8	34,78
Não sente saudade		
<ul style="list-style-type: none"> • Não sente saudade 	7	30,43
Da maior segurança, tranquilidade para se viver		
<ul style="list-style-type: none"> • Saudade do tempo que Ilhéus tinha maior segurança, menos assaltos. • Da tranquilidade. Considera que morar na roça era tranquilo, mas de qualquer forma tinham que sair para dar estudo aos filhos. Aprendeu muito morando na roça, aprendeu a lidar com pessoas simples, tinha boas amizades, mas considera importante ter contato com outras pessoas da cidade. 	2	8,70
Falas que não se repetem		
<ul style="list-style-type: none"> • De ir nos finais de semana com o pai para a roça. De ir à cidade e comprar um carro e coisas para casa. Naquela época a situação era difícil. Só não era difícil para os grandes fazendeiros. • Os fazendeiros ficaram inadimplentes, empobreceram e hoje só quem pode plantar cacau é o produtor familiar porque o cacau fica seis meses sem produzir. • Não quis falar sobre isso. • Da maior organização dos funcionários. • Não tem saudade do tempo de riqueza porque seu povo foi humilhado, era subalterno. Os assentados querem construir uma riqueza com inclusão, conhecimento e sabedoria de causa, cuidar bem da terra para as gerações futuras. • Sente saudade do cheiro de cacau na fazenda do avô. 	6	26,09

Questão 7 – O sr.(a) sente saudade do tempo de maior produtividade do cacau? De quê?	Qde	%
Total	23	100

Na crise falada pelos cacauicultores encontramos a preocupação desses em se desvencilhar da identidade de herdeiros dos coronéis aplicada e imposta pelos “outros”. Com a questão número 8, queríamos saber a relação estabelecida pelos trabalhadores entre o coronelismo e a crise regional. Entretanto não perguntamos isso diretamente. Dissemos apenas a palavra coronelismo e o entrevistado podia falar o que lhe viesse à mente. Se houvesse necessidade, complementávamos com a seguinte questão: o que o senhor(a) tem a me dizer sobre isto? Em 52,17% das respostas o coronelismo está relacionado com a arrogância, abuso de poder econômico, político e das armas: a expropriação das terras dos pequenos proprietários pela força das armas e da enganação através de artimanhas jurídicas, a aviltção do salário, os compromissos não honrados com os trabalhadores, as dívidas do armazém, a arrogância, a criação de uma hierarquização da subserviência:

Nóis [nós], trabalhado [trabalhador], qualquer um, chegava num bar. Pronto! Se tivesse um coronel ali, ninguém chegava junto. ‘Coronel fulano de tal tá ali! Cê [você] tá é doido rapaz! Deixa o homem sair para nós podê [poder] chegá [chegar]’. E se tivesse e ele chegasse, tinha que sair todo mundo! [...]. Se ele chegasse aqui, tinha que sair todo mundo, porque ele chegava acompanhado com mais de 50 jagunço. Uma ruma de... Cada um, tudo armado. Quem ia ficar ali? Nêgo ia saindo assim, devagarinho. [Incompreensível ou inaudível] Nem olhar pro cara não podia porque os cara está tudo [Incompreensível ou inaudível] na cara do patrão! ‘Está olhando por quê? Perdeu alguma coisa?’ ‘Não senhor, não senhor!’ Fora a parte mais pesada da história, que era o seguinte: meu pai, como aconteceu com meus avós, tinha um pedacinho de terra lá, cuidando do pedacinho de terra dele. O cara mandava dizer: ‘Diga a seu senhor, que o pedaço de terra dele é meu. Manda ele vir buscar o dinheiro aqui’. Mandava o pistoleiro lá dá recado. ‘Oh! Arruma suas coisas aí, que esse pedaço de terra aí, já... [Incompreensível ou inaudível]. Vá lá, que ele vai lhe pagar!’ Quando manda pagar! Quando não mandava matar! ‘Mata a família toda, enterra por lá mesmo. E fica com o pedaço de terra!’ Muitas terras aqui foram ganhadas dessa forma. (Entrevistado nº 15, 30/03/2011).

Era aquele negócio: ‘Eu sou fulano de tal!’ Porque tinha dinheiro, tinha fazendas, tinha posses, aí tinha aqueles arrogantes. Tinham pessoas decentes também, que não usava isso, mas a maioria tinha esses negócios. Os filhos, tal. Era fulano de tal, nem a polícia podia triscar. ‘Sou filho de fulano de tal’. A polícia não nem olhava! ‘Não vou nem chegar lá senão amanhã me transferem para o interior aí. Eu tô ferrado!’

Tinha muito isso. Quem mandava eram os coronéis.(Entrevistado nº 19, 31/03/2011).

É. 20 anos [passados]. Que vinha os caminhões de Sergipe com o trabalhador para dentro da fazenda de Sá Barreto, em Buerarema. Os caras vinham fazer paralelepípedo. Quando eles chegavam lá, a primeira coisa que eles tinham que fazer, era fazer uma... Comprar mantimentos para eles, para eles se manterem lá. Aí compravam no armazém da fazenda. Aí eu me lembro que eu ficava observando exatamente isso, o que eles compravam: quilo de arroz, quilo de café, um quilo de açúcar, dois quilos de jabá, dois quilos de farinha e um pacote de fumo. Isso aí eu me lembro muito bem [Risos]. Essa era a cesta básica. Compravam. Toda semana tinha que fazer aquela compra. Aí trabalhavam um mês, dois meses. Quando chegava no final do mês, na hora de receber, ainda estava devendo á fazenda. [...]. Aquilo eu ficava olhando. Eu já dirigia a caçamba de meu pai, mas eu ficava observando. 'Mas rapaz, como pode um negócio desse! O cara vem aqui trabalhar, se alimentar mal, dorme mal...' Que eles dormiam por dentro do mato mesmo, fazia umas cabanazinhas de palha, de plástico, dormia por ali mesmo. E vai voltar para casa com quê? (Entrevistado nº 18, 31/03/2011).

Para um dos entrevistados, o coronelismo ainda existe na sociedade regional, se sustenta porque têm os que dão poder aos coronéis, e se expressa no comportamento ao mesmo tempo arrogante, austero, bondoso, simpático, educado, sedutor, refinado, de algumas pessoas:

[O] coronelismo, ele está aí. O coronelismo, digamos, amadiano [dos romances de Jorge Amado] [...] é uma forma bastante atenuada do que é o coronelismo de verdade. [...]. É ridículo, eu diria. Eu acho muito bonitinho, muito simpático, lobo mau, uma coisa assim tão... Dicotomia muito pesada, entende? [...]. O coronel é, porque é a natureza dele. O problema está naqueles que dão sustentação ao doutor coroné [Sic]. Por inépcia, por comodismo, por incompetência, por se espelharem nele, por comerem... Por se contentarem com as migalhas de poder, que caem de lado. A prefeitura está cheia de coronezim [Sic]. [...]. A classe política é tudo coronézim [Sic]! Coronéis de verdade são os que tem, de fato, dinheiro! Aquele coronel que está lá, os Badaró, aquelas lutas [presentes na literatura de Jorge Amado], blá, blá, blá, isso é uma coisa bonitinha. Agora você tem o pequeno coronel, entende, que não aparece, que anda, passa por você na rua, você não percebe. Mas o cara se comporta em casa como um coronel. É o pequeno empresário, [...], é o dono do posto de gasolina, que se comporta com os funcionários dele como se fosse um coronézim [Sic], [...], que tem duas ou três amantes. [...]. É seu juiz, que é outro coronézim [Sic], que quando sai na rua esqueceu que não está carregando a cadeira na bunda. [...]. Ele [o coronel] é bonachão, ele é... Ele tem uma áurea de bom, de bonachão, e parte duro, de severo. É macho! Entende? Mas é um cara legal, conta piada, joga bola, tem time de futebol. Bom papo com as mulheres, conhece vinhos, charutos, etc, etc. Tem uma

cultura de verniz. Entende? Já viajou. Provavelmente já foi até a *Disneyland* [Dito em tom de ironia]. Entende? Alguns foram até Paris, no Salon du Chocolat! Fui até o Salon du Chocolat Paris, de chocolat, mon die [Falando em francês]. Coitado! [...] Se ele pegar um chocolate, uma porcaria aqui ou porcaria ali, ele vai dizer que os dois são maravilhosos. Por quê? Por tem etiqueta. De Paris! [Falando em francês e com ironia] (Entrevistado nº 2, 23/03/2011).

Parte dos trabalhadores, entretanto, disse não conhecer ou não quiseram falar sobre o coronelismo na região (17,39%). Outros (8,70%) ressaltaram que o coronelismo não é particular da região cacauera do Sul da Bahia e que é preciso separar a realidade da ficção contida na obra de Jorge Amado sobre os coronéis do cacau. Daí termos alguns que só ouviram falar do coronelismo através da obra de Jorge Amado, na escola ou pela histórias contadas pelos pais (9,70%), já que não viveram no tempo em que existiam os coronéis na região.

Dentre as falas que não se repetem (13,04%), uma das entrevistadas fala sobre o papel da Ceplac na legitimação das práticas coronelistas, já que era uma comissão criada para atender ao segmento dos cacauicultores e não da sociedade de modo geral. A Ceplac era a expressão de uma política setorial feita com dinheiro público. Os cacauicultores tinham voz ativa nas políticas da Ceplac e isso era esperado, já que a comissão funcionava com dinheiro oriundo dos cacauicultores. Já outro entrevistado disse que o coronelismo é uma relação social do passado, que a modernidade contemporânea não permite mais relações coronelistas. Por fim, um entrevistado citou o nome dos coronéis que ele conheceu, que eram “os homens mais altos [poderosos] que tinha aqui”.

Tabela 33 – Entrevistados: trabalhadores – coronelismo

Questão 8 - Coronelismo. O que o sr.(a) tem a me dizer sobre isto?	Qde.	%
Coronelismo – expropriação e prepotência		
<ul style="list-style-type: none"> Os coronéis pressionavam os pequenos à vender suas propriedades e quando estes não vendiam, os coronéis mandavam matar. Depois passaram a constituir advogados para tomar as pequenas propriedades. Com a queda dos coronéis ficou o latifúndio pronto para os filhos, netos. Acha que mesmo depois do fim do coronelismo, ficou o rancor dos filhos, dos netos, dos bisnetos dos coronéis. Continuou as injustiças e mortes. Hoje não é mais o coronelismo. É o abuso de poder dos fazendeiros. Os fazendeiros exploram os trabalhadores, pagam salário mínimo para um trabalho pesado. Tem fazendeiro que não assina a carteira do trabalhador e quando assina, não paga as obrigações trabalhistas (FGTS, INSS, férias, 13º salário). O nome – coronelismo – ainda dá medo. Os coronéis tomaram as terras dos pequenos proprietários na marra. Tem fazendas que cada parte tem o nome do ex-proprietário. Quando um coronel devia muito para um pequeno proprietário e não queria pagar, era o pé do toco (emboscada) que valia 	12	52,17

Questão 8 - Coronelismo. O que o sr.(a) tem a me dizer sobre isto?	Qde.	%
<p>mais. Muitos que faziam suas roças, os fazendeiros tomavam na tora (ilegalmente, na marra). Isso antigamente, década de 30. Os coronéis faziam o que queriam, mas hoje não tem mais coronéis.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aqui foi a região do coronelismo, com a VB foi acabando. A crise foi ruim para os latifundiários, mas para o pequeno produtor que não tinha nada, não fez diferença. Os coronéis tinham muito dinheiro e crédito nos bancos. Pegavam dinheiro adiantado no banco e quando veio a VB não puderam pagar. Primeiro veio a podridão parda, depois a VB. Não puderam mais pagar os empregados e foram demitindo. Os trabalhadores que saíram magoados procuraram os sindicatos para saber dos direitos. Os fazendeiros ameaçavam os empregados que queriam receber seus direitos. Quando os coronéis estavam em um bar com seus jagunços ninguém poderia chegar junto. Um coronel tomou a propriedade do avô do entrevistado. Mandou o jagunço avisar que aquelas terras eram do coronel, para ir receber o dinheiro com o coronel. Os coronéis não cumpriam os combinados com os trabalhadores que formavam as roças para os coronéis. Não pagavam aos trabalhadores e as vezes mandavam matar. • Ouvia-se muitas histórias dos coronéis. Quem mandava era o coronel. Quem decidia quem seria o delegado era o coronel. O coronel era o prefeito. Quem estudava nas melhores escolas eram os filhos dos coronéis. Tem histórias dos coronéis que não pagavam seus funcionários, mandavam matar. O entrevistado viu na fazenda de Sá Barreto o sistema de barracão funcionando. Tudo era para os coronéis, eles fechavam tudo entre eles. • Toda a família foi vítima do coronelismo. Hoje tem consciência do mal que os coronéis fizeram para a família. • A maioria era arrogante. Quem mandava era o coronel. Acha que o avô era coronel, mas não vivia ostentando. Considera que quem tem dinheiro e compra o que quer, quer queira ou não, acaba ostentando. • A maioria dos ex-coronéis são coronéis falidos que atrapalham o desenvolvimento da cidade. O ônibus não pode passar na avenida Soares Lopes porque atrapalha o sono dos coronéis falidos. • O coronelismo é a razão dessa região ser subserviente. Os coronéis eram subservientes ao Estado e exigia subserviência dos seus dependentes. Essa é a razão dessa sociedade ser subserviente. Aqui o coronelismo foi mais arraigado e criou-se a cultura dos coronéis do cacau. Uma parcela nas universidades locais ainda se comporta como coronelzinho, a submissão é dele para cima e imposição dele para baixo. • O coronelismo está aí. O coronelismo dicotômico amadiano é atenuado perante ao que está aí. O coronelismo é mais sutil, perverso. Tem gente que sustenta o coronelismo porque se alimenta das migalhas de poder. Então tem um monte de “coronezim” na prefeitura, na classe política, no comércio, na justiça, na Ceplac, na UESC. O cara que é prepotente é “coroné” porque tem dinheiro e é prepotente por causa disso. Coronelismo é uma postura da pessoa, um comportamento. Ele é bom, mas severo, macho, amigo e possui uma cultura de verniz. 		
Desconhece ou não quis falar sobre o assunto		
<ul style="list-style-type: none"> • Não sabe o que quer dizer, não sabe o que é, não tem nada a dizer, não quis falar sobre isso. 	4	17,39
Atenuação do coronelismo regional		
<ul style="list-style-type: none"> • O coronelismo não houve somente na região cacaueira. Havia a necessidade do Estado em angariar dinheiro com a venda de títulos e vendia títulos de coronéis. Houve escravidão nas fazendas de cacau, mas sem a existência da senzala, comum nas plantações de cana-de-açúcar. Nesse regime de escravidão criou-se relações de afetividade, mas ao mesmo tempo era uma relação jocosa dos cacaucultores com os mais pobres. Os pequenos cacaucultores imitavam os grandes, também queriam ser reconhecidos como coronéis e compravam o título de coronel. 	2	8,70

Questão 8 - Coronelismo. O que o sr.(a) tem a me dizer sobre isto?	Qde.	%
<ul style="list-style-type: none"> • Tem de separar o que é folclore do que é real. Os coronéis do Sul da Bahia foram pioneiros, bons administradores e comandantes. Formaram o patrimônio regional. O coronel era assim denominado porque comprava o título de coronel. Era coronel honorífico. É um absurdo dizer que eram perdulários. 		
Só conhece o coronelismo na região por ouvir falar		
<ul style="list-style-type: none"> • Não foi da época do coronelismo na região. Só sabe das histórias de ouvir o pai falar. Foi uma época que não traz boas lembranças. Lembra que o pai contava dos caxixes. • Não viveu esse tempo. Era muito pequena e não reconhecia a prática coronelista. Só conheceu através da escola e dos livros de Jorge Amado. • Não viveu esse tempo, não pode falar disso. Só conhece o coronelismo pelos livros de Jorge Amado. 	2	8,70
Falas que não se repetem		
<ul style="list-style-type: none"> • É uma prática estranha no Estado. A Ceplac era mantida com o dinheiro dos produtores de cacau. Exerceu poder de Estado e reforçou a visão e base patrimonialista e coronelista impregnada no Estado. Quando a Ceplac exercia poder de Estado havia política com patrocínio público e não uma política pública no sentido de políticas com ações universalizantes. A Ceplac estava voltada para um segmento. • Não existe mais. A modernidade não permite mais o coronelismo. • Conheceu os coronéis Senô [Antônio Senô Lavigne de Lemos], coronel Ramiro Duarte, e Adriano Gil Vita. Eram os mais poderosos que o entrevistado conheceu. 	3	13,04
Total	21	100

Por último, temos a questão 9, tabela 34, em que os entrevistados foram convidados a falar sobre a existência ou não da crise atualmente. Do total de entrevistados, 56,52% disseram que a região cacauzeira ainda está em crise porque não há ajuda governamental, baixa produtividade do cacau, o solo está perdendo fertilidade, os jovens não querem mais trabalhar na produção de cacau, as famílias ricas empobreceram e os pobres ganharam maior visibilidade, há favelização, violência, tráfico de drogas, marginalidade. Outros dizem que os cacauicultores estão endividados e não pagaram ao Estado suas dívidas, “deram calote”, mas nem todas as pessoas da região estão endividadas e estão encontrando empregos em outros setores da economia, como o de serviços.

Para 21,74%, entretanto, a região cacauzeira do Sul da Bahia está saindo da crise, mesmo que a um custo catastrófico. A produção do cacau está retomando, houve diversificação da produção e surgiram novos postos de empregos. Para 13,04%, a região não está em crise porque houve diversificação de culturas, surgiram novas atividades econômicas e as pessoas passaram a ter outras perspectivas de vida além da de serem empregadas.

Enfim, para uma entrevistada, a crise cacauzeira deve ficar no passado, mas despertou coisas boas também, como a necessidade das pessoas em exercerem

seus direitos, em participar da vida política regional. Um entrevistado não quis falar sobre isso. Optou por apontar uma das saídas para a crise, segundo ele (8,70%).

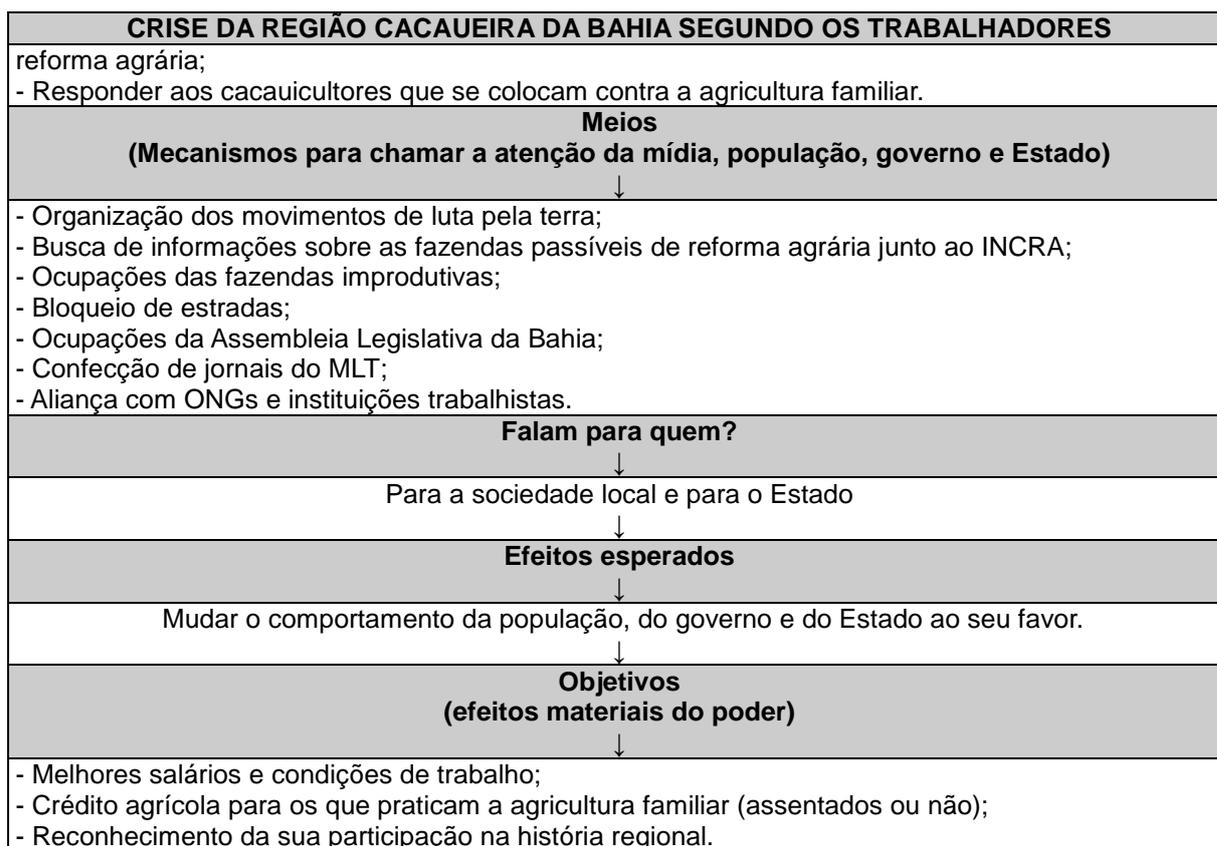
Tabela 34 – Entrevistados: trabalhadores - a existência (ou não) da crise e os motivos

Questão 9 - A Região Cacaueira da Bahia ainda está em crise? Por quê?	Qde.	%
Sim – a região ainda está em crise		
<ul style="list-style-type: none"> • Sim. Enquanto não houver ajuda do governo “fecha a porta o último que sair”. • Sim. Porque a região não tem produção como antigamente, os cacaucultores estão em crise porque não têm dinheiro para contratar trabalhadores. Não dá para o fazendeiro ter funcionário com a baixa produção. • Está em crise. Os jovens não querem continuar trabalhando com cacau e estão indo para as cidades. • Está em crise. O entrevistado disse que se beneficiou com a crise, mas nem todas as pessoas se beneficiaram. • Está precisando circular dinheiro, mas tem que diversificar, não pensar somente em cacau. Esquecer esse negócio de que vai voltar a ser como antes. Vai ter que mudar a cabeça do pessoal arrogante. Tem que mudar a cabeça do pessoal daqui. • Sim. O que incomoda é a criminalização da introdução da VB, colocando todos os funcionários da Ceplac como suspeitos. • Sim. A região está em crise porque não encontrou outra atividade econômica que lhe desse dinamicidade. • Sim. Quando as famílias ricas empobreceram deram maior visibilidade às famílias pobres. Houve políticas públicas que deram maior visibilidade às famílias pobres, mas a produção e os preços do cacau continuam baixos. É preciso políticas públicas específicas para que a cacaucultura seja viável. • Sim. Está em crise e nunca vai sair. O preço do cacau não melhora. A terra tá cansando e a produtividade está diminuindo. As pessoas estão na pior, se envolvendo com o tráfico de drogas, morando em favelas. Tem muitos vagabundos. • A região está em uma crise profunda. A violência é grande e não vai ser resolvida com política. Vai ser resolvida com educação, com a compreensão do passado, acertar o presente para organizar o futuro. 	13	56,52
A crise está terminando		
<ul style="list-style-type: none"> • A crise está terminando. Tem roça cheia de cacau, gente animada. • Está melhorando. Já estão colhendo cacau sadio. • A região está saindo da crise. O povo está aprendendo a caminhar, a fazer outras coisas. Ainda está precisando de mais empregos, mas a região está crescendo por conta da universidade. As pessoas têm mais acesso a universidade. Faculdades particulares vieram para a região. Porto Sul, Cefet, Senai. • A região está saindo da crise, mas a um custo catastrófico. A região está aí, está indo. 	5	21,74
Não – a região não está em crise		
<ul style="list-style-type: none"> • Não. A crise da região é por falta de compromisso dos fazendeiros. Os fazendeiros estão endividados. A crise é financeira porque os cacaucultores deram o calote. • Não. Hoje voltou a circular dinheiro novamente. Tem empresas, hipermercado, cacau. Na verdade o Brasil está melhorando, não é só a região. • A região está vivendo um crescimento incrível. Com a crise surgiu a diversidade de cultivos, de atividades econômicas. Está surgindo uma classe média empresarial e aos jovens já têm a expectativa de serem empreendedores e não de serem empregados. A ferrovia Oeste-Leste trará maior dinâmica à região. Há as escolas técnicas, as universidades, estão 	3	13,04

Questão 9 - A Região Cacaueira da Bahia ainda está em crise? Por quê?	Qde.	%
construindo prédios novos.		
Falas que não se repetem		
<ul style="list-style-type: none"> A crise está no passado. “Eu entendo até as coisas que acontecem de forma aparentemente ruins, elas são boas porque despertam, como despertaram em mim, uma cidadania adormecida, tá” (Entrevistada nº 22, 18/05/2012). Não quis falar sobre isso. 	2	8,70
Total	23	100

A seguir apresentamos quadro sintético sobre a crise da região cacaueira do Sul da Bahia da perspectiva dos trabalhadores.

CRISE DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA SEGUNDO OS TRABALHADORES	
Quem? (Procedência do discurso)	
↓ Trabalhadores	
Quando?	
↓ 1989 ou em um ano qualquer da década de 1980	
Onde?	
↓ região cacaueira do Sul da Bahia	
Por quê?	
↓ - Vassoura-de-bruxa	
↓ - Empobrecimento dos cacauicultores	
Consequências	
Positivas	Negativas
<ul style="list-style-type: none"> - Formação do MLT; - Maior atuação dos movimentos sociais de luta pela terra; - Acesso à terra; - Acesso à escola; - Profissionalização; - Libertação da vigilância dos “cabos de turma”; - Diversificação das atividades produtivas; - Diminuição da arrogância dos herdeiros dos coronéis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa produtividade do cacau; - Aumento demorado da população urbana; - Violência urbana e rural; - Desemprego; - Desagregação familiar; - Prostituição; - Migrações; - Falta das festas, animação e riqueza nas fazendas.
Estratégias	
<ul style="list-style-type: none"> - Impor a identidade estereotipada de coronel aos cacauicultores; - Dizer que os cacauicultores deram “calote” no Estado; - Valorizar a produção de cereais e frutas em detrimento à monocultura do cacau, principal ingrediente de uma guloseima; - Colocar-se na condição de explorados – salário baixo, trabalho árduo, expropriados dos direitos trabalhistas e da propriedade da terra; - Denunciar a vigilância ostensiva dos cacauicultores sobre os trabalhadores; - Ressaltar as dificuldades, violências e a identidade que estereotipa e humilha os assentados da 	



Quadro 54 – Recorte temporal e consubstancial da crise da região cacauqueira da Bahia segundo os trabalhadores.

Como dissemos anteriormente, uma crise pressupõe que exista um momento de acomodação em determinada situação e um rompimento disso, surgindo variáveis inesperadas para as pessoas, colocando-as em crise. Para os produtores de cacau, a queda da produção em decorrência de uma praga, as oscilações do preço das amêndoas de cacau no mercado mundial e a ausência do Estado colocaram os cacauicultores em crise. Os trunfos como a propriedade da terra e o domínio sobre a produção, circulação e comercialização tornaram-se de difícil domínio. A população da Microrregião Ilhéus-Itabuna, até então especializada em produzir cacau, ficou sem referencial, sem elementos para pensar o futuro. Contudo, o que os dados estatísticos nos demonstraram foi uma intensa migração, principalmente para fora e para as cidades da região, provocando a desruralização, urbanização, favelização... processos que estavam acontecendo também no Brasil e na Bahia. O que pode ser atrelado a uma crise regional é a intensidade um pouco maior desse processo na região no período analisado, mas não esses fenômenos em si, a não ser que se considere que o Brasil e Bahia estavam em crise também.

Outro aspecto a ser ressaltado é que durante a crise regional falada pelos cacauicultores, não se menciona as melhorias socioeconômicas alcançadas pela população regional, como a renda, escolaridade, expectativa de vida, mesmo que em ritmo menor do que na Bahia e Brasil (a situação em 1980 também era pior do que na Bahia e Brasil). A quantidade de dinheiro oriunda dos empréstimos bancários antes tomados pelos cacauicultores, o lucro auferido, podem ter diminuído na região, no entanto, como esses não chegavam à maioria da população, não a afetou a ponto de colocá-la em uma crise que se prolonga por mais de 20 anos. Para os que dependiam do trabalho nos cacauais para sobreviver, o desemprego exigiu a retomada do emprego imediatamente, seja nas cidades da região ou mesmo saindo para outros locais, como ocorreu.

A crise falada pelos cacauicultores vai tomando consubstanciações particulares de um grupo de poder. A crise falada, repetida por mais de 20 anos com a intenção de desencadear subjetivações, vai revelando as intencionalidades de sua manutenção, mesmo quando os dados socioeconômicos revelam que na crise houve melhoras nas condições de vida da maioria.

7 A CRISE DA MICRORREGIÃO ILHÉUS-ITABUNA: A QUESTÃO DA TERRA E A ABERTURA PARA MÚLTIPLOS CAMINHOS REGIONAIS

O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas.
(RAFFESTIN, p. 58, 1993).

Para que os cacauicultores falem sobre o território-região e suas falas tornem-se atitudes na preservação do domínio territorial por eles, devem carregar algo a mais, que está fora do que foi dito, mas que deve ser reconhecido e subjetivado pelos que os ouvem. É necessário que tenham algo que gere deferência, que lhe confira status pelas pessoas no local aonde vivem ou pretendem influenciar. No que se refere à questão agrária regional, suas palavras devem soar como a de arautos contra os movimentos de luta pela terra, num jogo de interdições, separações e rejeições, mecanismos de determinação entre o verdadeiro e o falso, simulações, generalizações, esquecimentos ou lembranças içadas do passado, organizadas para dar sentido, em defesa da propriedade privada e do uso livre da terra.

No início da produção cacauieira, o principal elemento diferenciador, gerador de assimetrias sociais, econômicas, culturais e de uso do território, era ser possuidor de fazendas monocultoras de cacau. Não necessariamente ser proprietários de terras, mas de fazendas de cacau. Terra na região cacauieira do Sul da Bahia que não estivesse produzindo cacau valia bem menos do que se houvesse pés de cacau, tanto que, no momento da venda da terra, o preço desta era estipulado de acordo com a quantidade e idade de pés de cacau produzindo (GARCEZ, 1977).

Enfim, ser proprietário de terras era situação *sine qua non* para dominar o processo produtivo da monocultura cacauieira; adquirir a ajuda cooperada e mediadora do trabalho dos trabalhadores na obtenção e acumulação de riquezas, para além somente dos objetos materiais, como é o poder decisional e o prestígio social e político; decidir os usos dos recursos naturais exteriores aos humanos (SPÓSITO; SAQUET, 2008): Mata Atlântica, fauna, solo e a água; influenciar nas decisões quanto ao que produzir, as técnicas e os fazeres sociais; ter acesso ao crédito agrícola subsidiado pelo Estado; configurar as redes de comunicação e transportes, dando maior visibilidade a alguns locais e opacidade a outros; ditar palavras de ordem e interditar, desqualificar, hierarquizar negativamente respostas

inconvenientes. Enfim, fazer prevalecer práticas e discurso hegemônico sobre o território-região de acordo com os interesses dos cacauicultores.

Ao longo do tempo a estrutura fundiária foi se caracterizando por uma maioria de pequenos e médios proprietários ocupando menos da metade do território da microrregião e uma minoria de grandes proprietários ocupando mais da metade do território. O controle sobre a estrutura fundiária, a monocultura cacaueteira e a utilização de grande contingente de trabalhadores com pouca escolaridade, assalariados ou não, mal remunerados, foram conformando as formas de dizer e fazer o território, sob as ordens imperativas dos cacauicultores.

A base da deferência estava supostamente e mentalmente assegurada na propriedade da terra, na qual se emprega a energia pouco informada dos trabalhadores na produção do cacau, fruto/trunfo gerador de riquezas, deferências e assimetrias espaciais e na distribuição dessas riquezas. Enfim, ter mais, ter algo a mais, imbuíu de poder os cacauicultores, que puderam dizer o território-região, redefinir infinitamente o passado, ler o presente e projetar o futuro, não só deles, mas de todos seus seguidores, pessoas influenciadas, concordantes e praticantes dos seus dizeres. E compulsoriamente daqueles que tiveram suas vozes abafadas, silenciadas pela força opressiva dos símbolos, da violência feroz da oratória, como vimos nas citações ao longo dessa tese, ou mesmo das armas (FALCÓN, 2010).

Para Paulino (2010, p. 108), com a qual concordamos:

Arranjos territoriais não são casualidades, mas desdobramentos de opções que definem os termos de intercâmbio entre seres humanos e base material na qual subsistem e da qual não podem prescindir. Por sua vez, esses termos possuem vinculação estrita com as relações de poder que afloram na disputa por condições de existência, e que direta ou indiretamente dizem respeito à terra, matriz de todos os bens, convertidos ou não em mercadorias, a depender do circuito no qual são extraídos, transformados e consumidos.

A partir da década de 1990, esse trunfo dos grandes proprietários de terras locais tornou-se vulnerável à reforma agrária e, por conseguinte, a estratégia de usar a terra como instrumento para comandar o território-região por meio da monocultura e “mono-inteligência” cacaueteiras. Diante do desarranjo das relações de poder provocado pela vassoura-de-bruxa, outras vozes puderam irromper-se e propor

diferentes maneiras de pensar, falar e agir o território, conflitando sobremaneira com as bases do desenvolvimento regional até então posto.

7.1 UM PEDAÇO DA TERRA: TRUNFO NAS MÃOS DE QUEM É PROPRIETÁRIO DE TERRA

Por que ter terras confere poder ao seu proprietário? Como? A vassoura-de-bruxa possibilitou um rearranjo das relações de poder e do território, colocando os grandes proprietários em crise? Para responder a essas questões é preciso fazer algumas considerações em relação à propriedade da terra, a terra como mercadoria, como é no Brasil.

Em primeiro lugar, a quantidade de terras existentes é limitada ao planeta Terra. Não se produz terras. Na relação que estabelecemos com a terra, esta pode ser apropriada, usada, comprada, vendida, arrendada, doada, mas não pode ser produzida pelo trabalho humano. Podemos aumentar as terras agricultáveis através do uso da ciência e tecnologia, mas ainda não podemos aumentar a Terra (com T maiúsculo, mundo). Por tratar-se de um imóvel, isso implica dizer que, ao adquirir um pedaço da Terra, o proprietário não possui a terra em si, mas um símbolo, a escritura da terra, que lhe confere poder sobre uma fração de um território qualquer. Portanto, como diz José de Souza Martins (1988), a terra é um bem natural finito e imóvel, que pode ou não ser apropriado de forma privada. Para Martins (1988) a terra é uma mercadoria completamente distinta das demais:

[A diferença] está em que a terra não é produto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo. Todas as verdadeiras mercadorias se realizam na sua utilidade e na sua utilização; elas se realizam nas mãos de quem *as possui e usa*. A terra não é propriamente mercadoria, mas equivalente de mercadoria. Para que possa produzir renda – que é o seu uso capitalista – a terra não exige que o *ter* e o *usar* estejam juntos. Nas outras mercadorias, o *ter é condição do usar e o usar é a realização do ter*; no caso da terra, na sociedade capitalista (e é dela que estamos falando), *não* é necessário que estejam juntos (MARTINS, 1988, p. 32-33).

Segundo: se não houver regulamentação, ao possuir um pedaço da Terra, seu proprietário está adquirindo o direito de definir qual utilidade dará aos recursos naturais também finitos como a fertilidade do solo, água, fauna, flora, ali existentes. A terra é – entre outras utilidades – um meio de produção dos alimentos que todos necessitam para sobreviver, entretanto, seus proprietários poderão colocá-la para produzir ou não. Na economia de mercado, à medida que aumenta a demanda por alimentos, sejam esses para os carros (biocombustível) ou animais (ração) de alguns humanos, o preço da terra sobe. Mesmo sem produzir ou passar por qualquer melhoria interna – como edificações, cercamentos, limpeza do terreno – ou externa à propriedade – construção de vias de transporte ou de uma agrovila nas proximidades, por exemplo –, a terra poderá ter um preço maior de venda, comparado ao de compra. A demanda por alimentos ou pela compra especulativa da terra faz com que o proprietário obtenha renda, seja no momento da comercialização dos produtos, quando embute, por tempo indeterminado, no preço dos alimentos o dinheiro immobilizado na compra da terra, parcialmente quando arrenda a terra ou de uma só vez quando a vende (MARTINS, 1983). Assim, toda a sociedade paga continuamente para que alguns sejam proprietários, devido a sua escassez.

Dessa forma, o preço da terra poderá oscilar de acordo com a demanda por alimentos, devida à especulação imobiliária ou, até mesmo, pela procura por recursos naturais conservados, como a paisagem, água potável, solos férteis e sem agrotóxicos, vegetação nativa, produtora de oxigênio e preservadora da fauna.

Terceiro: como dissemos, devido à finitude da quantidade de terras, seus proprietários poderão usar a terra para fazer especulação imobiliária, comprar a terra e esperar por sua “valorização”. Compram a terra não necessariamente com o intuito de produzir alimentos ou preservar as qualidades dos recursos, mas para poder vendê-la posteriormente a um preço maior. Aqueles que precisam da terra para produzir alimentos ou para conservação ambiental têm que pagar renda para aqueles que a monopolizam. Além disso, os proprietários de um recorte da Terra poderão deixar a terra sem produzir até que a sociedade esteja disposta a pagar para que ele, proprietário, produza os alimentos a um preço que lhe seja lucrativo ou o remunere suficientemente para que conserve a “natureza originária” existentes em suas propriedades. Soma-se a isso o fato de que os proprietários poderão produzir os alimentos que lhes dê lucros e não necessariamente aqueles que compõem os itens básicos da alimentação da maioria.

Toda essa situação de domínio sobre a terra é agravada quando há manobras ilícitas na apropriação da terra como a grilagem, os caxixes, a invasão das terras devolutas. Nesses casos, praticantes de ilicitudes cobram renda da terra por ter “roubado” a titularidade da terra e juridicamente transformado em legal um ato ilegal, a injustiça em justiça, abrindo a possibilidade para que outros queiram fazer a mesma coisa.

Quarto: o solo, a água, a fauna e a flora estão contidos na fração de terra adquirida. São matérias, “[...] um dado puro, na exata medida em que resulta de forças que agiram ao longo da história da terra sem nenhuma participação ou intervenção do homem” (RAFFESTIN, 1993, p. 200), tornadas recursos pelos diferentes usos dados a elas ao longo do tempo. O trabalho informado, o domínio tecnológico e prático, dão a propriedade da terra e aos recursos nela existentes várias possibilidades para quem os detém, dependendo das utilidades que possam dar a eles (RAFFESTIN, 1993): meios de produção, fonte de rendimentos, instrumentos de enriquecimento, patrimônios familiares, lugares sagrados de existência, mercadorias, patrimônios naturais, reserva de valores. O uso inadequado, a não renovação das propriedades desses recursos naturais implica na não renovação da vida na Terra. Portanto, os possuidores de terras têm em mãos as condições de existência da vida, o que lhes confere poder.

Em quinto e último lugar: em não havendo mudança na sociedade quanto à propriedade da terra ser privada no Brasil, seus proprietários poderão ter a terra como bem familiar, hereditário, passado de geração para geração, como reserva de patrimônio. O trunfo, o que confere poder, é retido nas mãos de poucos proprietários, dificultando a democratização histórica do poder no campo.

Vale lembrar que, para que se configure uma crise, deve haver um estado de ruptura de certa ordem estabelecida. Nesse caso, a conjunção da concentração fundiária e a disseminação da vassoura-de-bruxa na região cacaueteira Sul baiana mexeram, mesmo que minimamente, com esse trunfo do poder local que é a propriedade da terra. O que se concebia como sagrados – a propriedade e a definição das formas de uso da terra pelos coronéis e seus herdeiros – sofreram uma pequena desacomodação, suficiente para desencadear palavras imbuídas de passionalidade contra os movimentos sociais de luta pela terra. Não se trata somente de uma batalha para preservar a terra como local de trabalho, lugar de moradia, meio de sobrevivência, local de conservação ambiental, já que “[...] O

proprietário da grande propriedade geralmente não residia no estabelecimento e adotava uma gestão ausenteísta [...]” (RELATÓRIO ANALÍTICO..., 2011, p. 15), mas o de continuar a definir a terra como sendo de uso livre, da forma que o proprietário considerar mais conveniente aos seus interesses e a propriedade como patrimônio hereditário intocável, açambarcada de histórias familiares grandiosas, como a dos desbravadores, para suscitar sentimentos de injustiça às invasões de terras. Assim, o que está em jogo são também o seu valor simbólico, a dimensão histórica, social e política da existência dos cacauicultores.

7.2 O TER E O USAR A TERRA: A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA

Para limitar o poder dos proprietários, já que a terra é uma mercadoria *sui generis*, conforme as considerações anteriores, na Constituição Federal brasileira de 1988 está assegurada a propriedade da terra a todos, mas mediante algumas condições: o atendimento à função social da propriedade da terra e a possibilidade de desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social (BRASIL, artigo 5º, incisos XXII e XXIII da Constituição, 1988), por parte do Estado. A propriedade da terra deixa de ser intocável quanto à posse e uso. Em nome de interesses coletivos, o Estado colocou limites econômicos, sociais e ambientais ao uso da propriedade da terra.

Em outros termos, o comprador de um pedaço da Terra, no Brasil, terá que fazer aproveitamento racional e adequado da terra; utilizar adequadamente os recursos naturais disponíveis e preservar o meio ambiente; observar as disposições que regulam as relações de trabalho; explorar a propriedade de modo que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988, Art. 186). Desta forma, no marco regulatório sobre a Reforma Agrária no Brasil, constante na Constituição Federal, procurou-se abarcar as dimensões econômicas, sociais e ambientais, forma de evitar o uso de um bem comum para atender somente aos interesses particulares de enriquecimento, empoderamento e autonomia decisional de alguns em detrimento a dependência de muitos.

Uma das formas da propriedade da terra cumprir a sua função social é mantê-la produtiva. Para isso foram criados os índices de produtividade, parâmetros para determinar se uma propriedade é ou não produtiva. Segundo Ramos (2005):

Os atuais índices de rendimento foram fixados em 1980, a partir de uma aferição de rendimentos por meio da coleta de dados da realidade fática de produção agropecuária, utilizando-se estatísticas de órgãos oficiais especializados que refletem o comportamento dessas atividades rurais, no caso o Censo Agropecuário de 1975 (RAMOS, 2005, p. 6).

Para os proprietários de terras, cumprir a função social da terra e mantê-la produtiva é essencial porque “[...] são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária os imóveis rurais que não cumpram essa exigência e sejam considerados improdutivos” (RAMOS, 2005, p. 5). No caso do cacau, o índice de rendimento, válido para todo o país, é de 0,70 tonelada por hectare do cacau em caroço (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 4 DE ABRIL DE 2003), ou seja, são 700 quilos ou 46,66 arrobas por hectare.

Os dados usados como referência para produzir a Instrução Especial Incra nº 19, de 28 de maio de 1980, que estabelece normas, critérios e tabelas para o cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), foram coletados pelo IBGE, para o Censo Agropecuário de 1975 (RAMOS, 2005). Em meados da década de 1970, a produção do cacau na microrregião Ilhéus-Itabuna, como vimos, estava em seu auge. Os proprietários das fazendas de cacau nessa época teriam facilidade em atingir o índice mínimo exigido pela lei de 1980. Poderiam, portanto, manter concentrada a terra sem empecilhos. Entretanto, no final da década de 1980, chegou a vassoura-de-bruxa, que, segundo o entrevistado nº 25, foi catastrófica:

Mas a outra grande crise na história centenária do cacau foi essa da vassoura-de-bruxa. Essa foi a crise do final dos anos 80 e foi como o caboclo da região costuma dizer: ‘queda e coice!’ A lavoura já vinha sendo afetada por uma conjunção de fatores climáticos, preços... Uma série de coisas que criou o ciclo da causação, digamos assim, da baixa produtividade: baixos preços, situação climática adversa, o produtor sem condições de fazer os tratamentos nas roças, e nesse quadro de dificuldades, foi identificada no dia 19 de maio de 1989, o primeiro foco em Uruçuca, no município de Uruçuca, da vassoura-de-bruxa. Aí, a repercussão foi terrível e os efeitos maiores ainda, danosos, porque toda a expertise da Ceplac estava centrada na região de origem da doença na Amazônia (Entrevistado nº 25, 20/05/2012).

Ainda conforme o entrevistado nº 25,

[...] de todas as crises nossas, essa foi a pior, porque já pegou uma economia enfraquecida e como ela comprometia a produção e compromete a produção, nós saímos, nós chegamos a mais de 400 mil toneladas que a região produzia, desceu para menos de 100 toneladas. Foi uma crise sem precedentes. Catastrófica! Catastrófica! (Entrevistado nº 25, 20/05/2012).

Com a queda da produtividade do cacau, os grandes proprietários de imóveis rurais com área superior a 15 módulos fiscais e que não estavam em dia com as questões trabalhistas, ambientais e econômicas, como determina a lei citada anteriormente, ficaram com suas propriedades suscetíveis à reforma agrária. Sem produção, os cacauicultores já não poderiam manter a estrutura fundiária como estava. Conforme o artigo 185 da Constituição Federal, as pequenas e médias propriedades não podem ser desapropriadas para fim de reforma agrária, desde que seu proprietário não possua outras em que a soma da área dessas ultrapasse 15 módulos fiscais. A classificação entre o que é pequena, média e grande propriedade está na Instrução Normativa de nº 11, de 4 de abril de 2003, em seu artigo 3º:

Art. 3.º Para efeito do disposto no art. 4º da Lei nº 8.629/93, considera-se:

I - Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial;

II - Pequena Propriedade - o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) Módulos Fiscais;

III - Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) Módulos Fiscais;

IV - Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) Módulos Fiscais.

Dos 41 municípios da microrregião Ilhéus-Itabuna, 36 possuem módulo fiscal de 20 hectares, que multiplicados pelos 15 módulos fiscais correspondentes a grande propriedade, obtém-se 300 hectares. Itagibá, Itapebi e Pau Brasil possuem módulo fiscal de 35 hectares (acima de 525 hectares é considerada grande propriedade) e Itajú do Colônia e Santa Cruz da Vitória, 50 módulos (acima de 750 hectares é considerada grande propriedade) (INCRA, 2001).

A concentração fundiária, baixa produtividade da monocultura cacauzeira, falta de aplicação das leis trabalhistas e o grande número de trabalhadores dispensados das fazendas de cacau na microrregião Ilhéus-Itabuna, formaram condições para a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra: MST, MLT, Sindicados dos Trabalhadores Rurais, CUT, ONG, CONTAG; novas vozes disputando o dizer-fazer o território-região, tendo como referência a pequena unidade familiar, diversidade produtiva, histórias de vida impregnadas por expropriações e injustiças do passado, como vimos na seção anterior. Além disso, inesperadamente o preço da terra caiu, empobrecendo os proprietários:

Nos bons tempos, antes da introdução criminosa da vb [vassoura-de-bruxa], as terras em nossa região chegaram a custar 20.000 reais o hectare. Naquela época o cálculo era simples. Uma fazenda com 30 hectares de cacau, produzindo 1.500 @ por ano era vendida pelo valor de bruto de 5 safras. Isto equivaleria hoje a 7.500@ que a um preço de R\$ 80,00 seriam R\$ 600.000,00 ou R\$ 20.000,00 por há de cacau. O que temos na Região hoje. Preços de R\$2.500 a R\$5.000 o hectare. Alguns dirão. É muito melhor que os R\$ 300,00 a R\$ 500,00, preço que foi praticado nos anos de 1999 e 2000 (LISTEIRO nº 8, 03/09/2009).

Como já dissemos, essa confluência de acontecimentos estava se dando em um momento político brasileiro de fim do regime militar e ditatorial, início da abertura política para a pretensa democracia. Segundo o entrevistado nº 21:

Foi por volta de 1985, o Estado brasileiro começou a mudar. Sair do período revolucionário ditatorial, passar para o regime, passar para uma nova democracia, para uma nova Constituição. É afirmar a democracia. Foi nesse momento de crise econômica, de extrema crise, inflação disparada, os grandes planos: Cruzado, Plano Collor, Plano... O diabo de plano. Foi nesse momento que a crise do cacau se instalou. [incompreensível]. E a desarticulação da Ceplac. A Ceplac desarticulada, suspensão do imposto de 10% que a produção pagava. Suspensão do imposto. Então, foi nesse momento que a VB se instalou e pegou a região... E pegou o Estado e a região em um momento de mudança. E essa crise foi se avolumando, se avolumando. E ela teve seus desdobramentos (Entrevistado nº 21, 17/05/2012).

Na década de 1980, teve início a organização dos trabalhadores, em todo o Brasil, inclusive com a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, do MST, em 1984, formado no Sul do Brasil e atuante na microrregião, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nessa mesma época, a Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil (CNBB), passou a discutir a questão da terra (OLIVEIRA, 2001). Como resposta aos movimentos de luta pela terra no Brasil em 1980 criou-se a União Democrática Ruralista (UDR) em Presidente Prudente-SP “[...] que aglutinava os latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes para defenderem seus interesses na Constituição” (OLIVEIRA, 2001, p. 192) e passou a agir na microrregião contra esses movimentos sociais.

Nessa época, a microrregião Ilhéus-Itabuna também estava passando por essa efervescência política, com o surgimento de candidato do PT em 1989 para disputar as eleições municipais em Itabuna⁸⁶, com um candidato do atual DEM; organização de diversos movimentos de luta pela terra: MST, MLT, RACCA, PUC, JUPARÁ, CETA, STR, FETAG, CUT (LIMA, S/D); formação da CUT e dos sindicatos dos servidores públicos da Ceplac: “Sempre foi aqui. O nascedouro [do movimento sindical] sempre foi Ceplac. Aí começou aparecer movimentos dentro da Ceplac de organização dos técnicos agrícolas. Começou com técnico agrícola em 83. Em 83 foram demitidos 2 servidores por conta disso” (Entrevistada nº 28, 21/05/2012).

A criação de CUT, aí saiu um grupo. Aí a gente fez... Em 88... 89. Em agosto de 89 nós criamos o nosso sindicato. Aí nós fomos pra construção desse sindicato. A Ceplac, de 142 delegados, fizeram, foram os primeiros que fundaram a Ceplac. Tínhamos 80 e alguma coisa. Então nós tínhamos a maioria. A Ceplac era a maioria nesse primeiro... Tivemos o privilégio de ser a maior base que o sindicato tinha. E aí nós fomos, continuamos... De lá até cá, nunca paramos... Com a questão sindical, essas coisas. A gente nunca parou (Entrevistada nº 28, 21/05/2012).

Mexer na estrutura fundiária e na decisão sobre o uso da terra, conseqüentemente, desarranjou as relações de poder local, resultando em um estado de crise e em conflitos graves, como foi o assassinato de 21 pessoas entre 1985-1996, no Sul da Bahia (OLIVEIRA, 2001).

86 Entre 1989-2008 houve revesamento do cargo de prefeito do município de Itabuna entre Fernando Gomes de Oliveira (DEM) e Geraldo Simões (PT). Em 2008-2012 entrou na prefeitura José Nilton Azevedo Leal (DEM) e em 2013 ganhou para Prefeito Vane do Renascer (2013-?).

7.3 CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA, CRIME DA VASSOURA-DE-BRUXA, BAIXO ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE E REFORMA AGRÁRIA EM GRANDES FAZENDAS CACAUEIRAS

Final da década de 1980, início da década de 1990, efetivou-se as primeiras desapropriações de fazendas produtoras de cacau, como foi a que deu origem ao Projeto de Assentamento Terra Vista, em 1995:

Essa é a primeira fazenda conquistada pelos sem-terra, pelo MST, no coração do cacau. O Assentamento Terra Vista, essa fazenda aqui era de um coronel do cacau, Elias Cavanhaque. Depois que ele morreu, passou para as herdeiras, três filhas e um filho. São quatro herdeiros e [em] março de 1992 nós ocupamos aqui (Entrevistado nº 34, 23/05/2012).

De acordo com os dados do Incra, as desapropriações para fim de reforma agrária na região começaram a partir do final da década de 1980 e foi se acentuando nas décadas seguintes, conforme demonstra a tabela 35. Hoje são 83 Projetos de Assentamento de Reforma Agrária Federais na microrregião Ilhéus-Itabuna e 54.373,0148 mil hectares desapropriados (houve um confisco) pelo Estado para a reforma agrária. Isso corresponde a quanto por cento da área total dos estabelecimentos no conjunto da microrregião?

Tabela 35 – Microrregião Ilhéus-Itabuna – municípios com projetos de reforma agrária, nome do projeto, área (ha), ato de criação e forma de obtenção – 1/01/1900 até 18/08/2011

Microrregião Ilhéus-Itabuna								
Municípios com projetos de reforma agrária, nome do projeto, área, ato de criação e forma de obtenção								
Período de criação do projeto - 01/01/1900 até 18/08/2011								
Qde.	Municípios	Nome do projeto	Área (ha)	Ato de criação			Obtenção	
				Tipo	Nº	Data	Forma	Data
1	Arataca	PA TERRA VISTA	756,0314	POR	15	27/03/95	Desapropriação	29/10/93
2		PA RIO ALIANÇA	567,5750	POR	4	11/03/98	Desapropriação	07/10/97
3		PA GRUPO SANTO ANTONIO	514,0000	POR	105	21/12/98	Desapropriação	03/08/98
4	Aurelino Leal	PA CASCATA	597,9421	POR	117	30/12/98	Desapropriação	03/08/98
5	Barra do Rocha	PA COROA VERDE	1.477,4621	POR	60	05/11/99	Desapropriação	16/06/99
6	Barro Preto	PA FAZENDA BRASIL	599,2004	POR	27	19/07/04	Desapropriação	19/03/03
7	Belmonte	PA PIASSAVA	3.035,0000	RES	81	30/11/89	Desapropriação	13/04/88
8		PA TUIUTY	510,0000	RES	140	20/07/92	Desapropriação	26/02/88
9		PA SAO FRANCISCO DE ASSIS DO JEQUITINHONHA	382,5367	POR	36	28/07/05	Desapropriação	06/09/04
10	Buerarema	PA BUIQUE	366,0200	POR	34	06/06/97	Desapropriação	08/10/96
11		PA ITARARÉ	555,5851	POR	52	20/11/00	Desapropriação	28/09/99
12	Camacan	PA NOVA YPIRANGA	817,9038	POR	59	03/11/97	Desapropriação	03/11/97
13		PA AUXILIADORA	388,4755	POR	124	30/12/98	Desapropriação	25/09/98
14		PA RECORDAÇÃO	429,4715	POR	105	21/12/98	Desapropriação	25/09/98
15		PA ENTRE RIOS	321,6977	POR	35	19/08/04	Desapropriação	29/09/03
16	Canavieiras	PA SÃO JOSÉ	367,7790	POR	42	28/11/96	Desapropriação	07/06/96
17		PA PINGA PINGA	498,0000	POR	22	04/04/97	Desapropriação	12/01/95
18		PA CAMPINHOS	500,0000	POR	23	04/04/97	Desapropriação	19/08/96
19		PA CANAA II	812,5776	POR	78	21/11/05	Desapropriação	03/05/04
20	Coaraci	PA PEDRA DOURADA	373,2129	POR	32	06/06/97	Desapropriação	23/09/96
21		PA OJEFERSON SANTOS	300,4357	POR	41	13/01/09	Desapropriação	02/08/05
22	Gandu	PA CEDRO III	292,9892	POR	71	26/11/02	Desapropriação	22/03/01
23		PA CONJUNTO MINEIRO	323,4813	POR	24	14/05/03	Desapropriação	16/01/02
24	Gongogi	PA SANTA IRENE	930,8874	POR	22	09/05/03	Desapropriação	22/11/01
25		PA SÃO JERONIMO	187,1690	POR	158	28/12/05	Desapropriação	29/12/04
26	Ibicaraí	PA CONJUNTO VILA ISABEL	1.016,1156	POR	18	14/05/99	Desapropriação	23/12/98
27		PA ETEVALDO BARRETO PELÉ	518,2684	POR	22	18/10/02	Desapropriação	24/09/01
28		PA LORETA VALADARES	519,5055	POR	22	12/07/04	Desapropriação	23/06/03
29	Ibirapitanga	PA SERRA DE AREIA I E II	469,2184	POR	52	07/10/04	Desapropriação	25/02/03
30		PA CONJUNTO SAO JOAO	727,9551	POR	47	15/09/05	Desapropriação	05/08/04
31	Ibirataia	PA EUCLIDES NETO II	157,8425	POR	106	11/12/06	Desapropriação	11/11/05

Microrregião Ilhéus-Itabuna								
Municípios com projetos de reforma agrária, nome do projeto, área, ato de criação e forma de obtenção								
Período de criação do projeto - 01/01/1900 até 18/08/2011								
Qde.	Municípios	Nome do projeto	Área (ha)	Ato de criação			Obtenção	
				Tipo	Nº	Data	Forma	Data
32	Ilhéus	PA FÁBIO HENRIQUE CERQUEIRA	269,8600	POR	23	25/07/96	Desapropriação	...
33		PA COSME MUNIZ	423,9910	POR	62	17/12/97	Desapropriação	07/10/96
34		PA RESSUREIÇÃO	538,4417	POR	56	15/10/98	Desapropriação	20/11/97
35		PA JOSEFA VITÓRIA	180,8300	POR	44	04/08/98	Desapropriação	20/11/97
36		PA CONJUNTO BOM GOSTO	431,3063	POR	38	09/09/99	Desapropriação	07/12/98
37		PA DOIS IRMÃOS	461,8727	POR	7	12/04/00	Desapropriação	09/11/99
38		PA FREI VANTUY	476,4368	POR	8	12/04/00	Desapropriação	28/09/99
39		PA NOVA VITORIA	580,7954	POR	6	12/04/00	Desapropriação	25/06/99
40		PA DOM HELDER CAMARA	241,0700	POR	82	18/12/02	Desapropriação	06/08/01
41		PA JOAO AMAZONAS	833,2629	POR	32	02/08/04	Desapropriação	23/06/03
42		PA SAO BENTO	235,4819	POR	9	18/03/05	Desapropriação	25/02/03
43		PA FAZENDA ROCHEDO E OUTRAS	342,3008	POR	105	07/12/06	Desapropriação	28/12/05
44		Itabuna	PA MANOEL CHINÊS	415,0000	POR	5	12/04/00	Desapropriação
45	PA CONJUNTO ALEMITA		343,3436	POR	45	19/08/05	Desapropriação	05/08/04
46	Itacaré	PA MARAMBAIA	830,5448	RES	12	11/11/96	Desapropriação	29/08/86
47		PA PANCADA GRANDE	843,6291	POR	58	03/11/97	Desapropriação	20/06/97
48		PA CONJUNTO LARANJEIRA	927,0000	POR	19	30/10/01	Desapropriação	13/01/00
49		PA JOÃO EPIFÂNIO	368,7723	POR	45	14/12/01	Desapropriação	18/09/01
50		PA NOVA VIDA	576,3051	POR	28	11/08/06	Desapropriação	06/09/04
51	Itajuípe	PA LOANDA	408,4023	POR	39	21/11/96	Desapropriação	04/09/95
52		PA HELVECIA	467,7240	POR	26	14/08/00	Desapropriação	09/11/99
53	Mascote	PA NANCY	542,2983	POR	33	06/06/97	Desapropriação	23/09/96
54	Pau Brasil	PA PAU BRASIL	160,6533	POR	27	14/05/09	Desapropriação	10/07/07
55	Santa Luzia	PA PUXIM/SARAMPO	2.819,9486	RES	11	29/11/01	Desapropriação	04/09/85
56		PA FAZ POÇO	1.848,2541	POR	370	12/05/87	Desapropriação	30/07/86
57		PA CONJUNTO COARY	258,3400	POR	21	30/10/01	Desapropriação	29/11/99
58		PA TERRA DE SANTA CRUZ	382,6817	POR	9	12/04/00	Desapropriação	12/04/00
59		PA SOSSEGO I	705,4624	POR	49	23/08/05	Desapropriação	26/10/04
60	Ubaitaba	PA CACHOEIRA BONITA E CONCEIÇÃO	965,3328	POR	61	28/12/99	Desapropriação	25/08/99
61		PA CONJUNTO CRUZEIRO DO SUL	909,8750	POR	76	28/12/00	Desapropriação	09/06/99
62		PA NOSSA SENHORA APARECIDA	261,0258	POR	13	29/03/07	Desapropriação	23/05/06
63	Ubatã	PA NOVA OLINDA	138,0000	POR	47	14/12/01	Confisco	...

Microrregião Ilhéus-Itabuna								
Municípios com projetos de reforma agrária, nome do projeto, área, ato de criação e forma de obtenção								
Período de criação do projeto - 01/01/1900 até 18/08/2011								
Qde.	Municípios	Nome do projeto	Área (ha)	Ato de criação			Obtenção	
				Tipo	Nº	Data	Forma	Data
64	Una	PA GUANABARA	286,0000	POR	64	22/01/87	Desapropriação	01/10/86
65		PA FAZ FORTALEZA	1.056,0956	RES	6	23/11/01	Desapropriação	19/12/86
66		PA IPIRANGA	1.260,9975	POR	26	29/05/98	Desapropriação	13/11/97
67		PA VITOROPOLIS	404,3609	POR	10	12/04/00	Desapropriação	04/11/99
68		PA NOVA GALICIA	489,5694	POR	72	26/11/02	Desapropriação	20/03/02
69	Uruçuca	PA TIJUÍPE	1.111,0000	POR	67	29/12/95	Desapropriação	26/04/88
70		PA SÃO JORGE	557,4167	POR	127	30/12/98	Desapropriação	31/08/98
71		PA FAZ VAVA	159,9568	POR	36	08/10/03	Desapropriação	20/03/02
72	Wenceslau Guimarães	PA VILA TANCREDO NEVES	985,7596	POR	360	12/05/87	Desapropriação	04/09/95
73		PA RESISTENTE	1.000,9600	POR	40	21/11/96	Desapropriação	04/09/95
74		PA NOVO HORIZONTE	2.497,8108	POR	41	28/11/96	Desapropriação	25/06/96
75		PA UNIÃO	562,0000	POR	38	21/11/96	Desapropriação	04/09/95
76		PA ERNESTO CHEGUEVARA	848,2488	POR	2	11/03/98	Desapropriação	22/10/97
77		PA BOA SORTE	1.099,3418	POR	86	31/12/97	Desapropriação	01/09/97
78		PA CHICO MENDES	425,9769	POR	65	30/12/97	Desapropriação	22/10/97
79		PA FABIO HENRIQUE	1.288,9250	POR	115	30/12/98	Desapropriação	31/08/98
80		PA SÃO JOÃO	988,2476	POR	112	30/12/98	Desapropriação	31/08/98
81		PA VENCEDORES	240,0000	POR	23	18/10/02	Desapropriação	06/08/01
82		PA ANTONIO CONSELHEIRO	303,0795	POR	9	20/01/03	Desapropriação	22/11/01
83		PA FAZ DOIS IRMAOS	304,6863	POR	5	21/01/09	Desapropriação	29/09/03
Área total			54.373,0148					

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Instituto Nacional de Reforma Agrária. Diretoria de Obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento (DT)

Nota: POR – portaria; RES – resolução; PA – Projeto de Assentamento Federal

Na tabela 36, temos o número e a área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total, em termos absolutos e relativos(%). 54.373 mil hectares dos assentamentos de terra correspondiam a aproximadamente 3,17% da área total dos estabelecimentos da microrregião em 2006 (Data do último Censo Agropecuário). Em um período de 17 anos de crise de baixa produtividade do cacau (1989 a 2006), foram desapropriadas ou confiscadas 3,17% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Mesmo assim nas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010 houve concentração fundiária (COSTA, 2012).

Tabela 36 – Microrregião Ilhéus-Itabuna – número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área total – 2006

Microrregião Ilhéus-Itabuna: número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – 2006				
Classe de área (ha)	Imóveis	Área	% Imóveis	% Área
Menos de 1	1.101	455	3,21	0,03
1 a menos de 2	2.153	2.472	6,29	0,14
2 a menos de 3	2.135	4.524	6,23	0,26
3 a menos de 4	1.835	5.751	5,36	0,34
4 a menos de 5	1.452	5.937	4,24	0,35
5 a menos de 10	5.748	37.701	16,78	2,20
10 a menos de 20	6.253	81.658	18,25	4,77
20 a menos de 50	6.439	195.682	18,80	11,42
50 a menos de 100	3.178	217.249	9,28	12,68
100 a menos de 200	1.804	241.105	5,27	14,08
MENOS DE 200	32.098	792.534	93,70	46,27
200 a menos de 500	1.201	353.663	3,51	20,65
500 a menos de 1.000	295	198.625	0,86	11,60
1.000 a menos de 2.500	126	180.560	0,37	10,54
2.500 e mais	21	187.614	0,06	10,95
Produtor sem área	515	...	1,50	...
Total	34.256	1.712.996	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Vale lembrar que as pequenas e médias propriedades, únicas de um proprietário, não podem sofrer reforma agrária. Se cada proprietário da microrregião possuir somente uma propriedade abaixo de 200 hectares, nesse caso, conforme a tabela 36, mais de 90% das propriedades da microrregião não pode ser desapropriada para fim de reforma agrária e, portanto, somente menos de 10% dos proprietários podem ter suas terras desapropriadas. A área desses menos de 10% dos estabelecimentos corresponde a mais de 50% da área total dos estabelecimentos, o que demonstra a alta concentração fundiária regional.

Como vimos na seção 3, os cacauicultores iam comprando ou anexando pequenas propriedades às suas, fazendo com que hoje uma única pessoa possua

diversas propriedades. De acordo com o relatório do projeto de pesquisa intitulado “Qualificação da gestão territorial e fortalecimento do capital social por meio da monitoria e avaliação das condições de vida e da sustentabilidade no Litoral Sul da Bahia”, “[...] é frequente na região o fenômeno de um mesmo proprietário possuir dois ou mais imóveis rurais no mesmo ou em diferentes municípios da região” (2011, p. 16). Se a soma total das áreas dessas propriedades for superior a 300 hectares, se improdutivas, também estarão suscetíveis à reforma agrária. Então, apesar do grande número de pequenas propriedades, muitas podem ser de um único dono, e se ultrapassarem 300 hectares poderão sofrer reforma agrária.

A concentração fundiária na microrregião, entretanto, não é exclusiva deste recorte territorial do Brasil. No Brasil e na Bahia, a concentração fundiária é ainda maior. Vejamos a tabela 37.

Na tabela 37, temos o número e a área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área total (%), no Brasil, Bahia e microrregião (IBGE, Censo Agropecuário, 2006). Nas três escalas de análise, mais de 90% das propriedades possuem menos de 200 hectares, entretanto ocupam menos da metade da área total, demonstrando a alta concentração da terra nas mãos de poucos proprietários. No Brasil, 90,2% dos estabelecimentos agropecuários com menos de 200 hectares ocupam 29,94% da área desses estabelecimentos. Na Bahia a equivalência é de 94,7% de estabelecimentos ocupando 40,6% da área e na microrregião a ordem é de 93,72% dos estabelecimentos para 46,28% da área ocupada.

Tabela 37 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna – número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área total (%) – 2006

Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna						
Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (%) – 2006						
Grupos de área total (ha)	Estabelecimentos (%)			Área (%) - hectares		
	Brasil	Bahia	Microrregião	Brasil	Bahia	Microrregião
Menos de 1	11,73	13,35	3,22	0,08	0,18	0,03
1 a menos de 2	8,54	10,25	6,29	0,17	0,36	0,14
2 a menos de 3	6,18	7,88	6,23	0,21	0,46	0,26
3 a menos de 4	4,95	6,38	5,36	0,25	0,54	0,34
4 a menos de 5	4,17	5,21	4,24	0,28	0,58	0,35
5 a menos de 10	12,29	14,24	16,78	1,34	2,51	2,20
10 a menos de 20	14,24	13,79	18,25	3,08	4,8	4,77
20 a menos de 50	16,31	15,20	18,80	7,83	11,76	11,42
50 a menos de 100	7,55	5,75	9,28	7,94	9,81	12,69
100 a menos de 200	4,24	2,65	5,27	8,76	9,06	14,08
MENOS DE 200	90,2	94,7	93,72	29,94	40,06	46,28
200 a menos de 500	2,91	1,73	3,51	13,9	13,29	20,65
500 a menos de 1.000	1,05	0,58	0,86	11,16	10,16	11,60
1.000 a menos de 2.500	0,62	0,31	0,37	14,58	11,76	10,54
2.500 e mais	0,30	0,14	0,06	30,42	24,69	10,95
200 e mais	4,88	2,76	4,8	70,06	59,9	53,74
Produtor sem área	4,93	2,54	1,5

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

É nesse contexto de desapropriações, de alterações na propriedade e uso da terra que podemos compreender a crise dos cacauicultores e o alarido desses, na Lista do Cacau, no que se refere à vontade de tornar criminoso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a não distinção entre ocupações e invasões de propriedades, tratando todas as ações dos movimentos dos sem-terra como invasões; a exigência aos assentados da reforma agrária da mesma produtividade e desempenho econômico dos grandes proprietários monocultores de cacau, pois querem que esses também atinjam de imediato, o índice de produtividade de 0,70 tonelada de amêndoas de cacau por hectare; desqualificação dos funcionários do Incra; amalgamação da estrutura fundiária com relações de trabalho; busca nas “invasões históricas” e na deferência a justificativa para lutar contra o que consideram uma violabilidade da propriedade da terra.

Um dos procedimentos de exclusão utilizado tanto pelos cacauicultores como pelos trabalhadores é o da separação e exclusão ou distinção e hierarquização. Como veremos, negativamente adjetivados, os membros dos movimentos de luta pela terra, particularmente o MST, são distinguidos pelos cacauicultores e no processo de hierarquização social são desmoralizados e inferiorizados. A luta dos cacauicultores contra a “turba”, “canibais”, “horda”, “vagabundos” “prostitutos”, “ladrões” ganha conotação universal e legitimação social, porque não é

explicitamente em defesa da grande propriedade privada da terra improdutiva, juridicamente constituída, historicamente legitimada, mas simulada contra um grupo de pobres malfeitores, visível na paisagem dos acampamentos à beira das estradas, nos assentamentos de reforma agrária e na mídia. Com diz o entrevistado nº 34:

Com relação ao movimento sem-terra, hoje, o MST, com as lutas que nós tivemos, com os enfrentamentos que nós fizemos, o Estado hoje, a polícia hoje está mais amena. Mas a população continua com o mesmo preconceito. Eles chama... Acha que nós somos ladrão. Nós somos vagabundos, somos prostitutas, somos tudo o quanto não presta. [Silêncio]. Criminaliza a gente de todo jeito. Ainda tem... Tem o Estado e tem os meios de comunicação. A Rede Globo é uma emissora que faz propaganda contra os indígenas, contra os quilombolas e contra os sem-terra. Aí vem a repressão do aparelho de Estado. Então, nós temos, pelo embate, nós estamos hoje sofrendo menos do que os índios. Quando a gente tá assentado. Quando a gente está na luta pela terra, nós somos tratados desse jeito, como inimigos do estado da Bahia, como inimigos do estado brasileiro (Entrevistado nº 34, 23/05/2012).

A estratégia de persuasão à população é atingir os movimentos sociais de luta pela terra, despertar reações apaixonadas contra suas ações e conseqüentemente colocar a população, não só regional, mas nacional contra a atual reforma agrária. A desqualificação, inferiorização, aniquilamento discursivo dos inimigos são táticas, procedimentos de exclusão feitos pelo poder para alcançar determinado objetivo: a manutenção da propriedade da terra e a determinação do uso da terra em um dado território-região.

Em contrapartida, no processo de hierarquização social, os cacauicultores são colocados no patamar de cima, legitimados em suas ações, pois se postam contra os malfeitores sem-terra. Como vítimas do crime da vassoura-de-bruxa e endividados para atender ao PRLC, os “ordeiros”, “ilibados”, “tradicionais produtores de cacau”, “injustiçados”, “guerreiros”, “soldados”, “lutadores”, “não-comunistas ou socialistas”, não “aparelhados”, “isentos”, “apartidários”, colocam-se contra a injustiça de desapropriarem suas grandes propriedades monocultoras de cacau e improdutivas e entregá-las aos “bandidos”. Por meio da valorização identitária de si os cacauicultores procuram construir deferência social tal que a população regional possa lhes conferir poder para falar e agir em nome do território-região para realização de fins simulados dos interesses coletivos, mas que vão ao encontro dos desejos de um grupo de poder.

Na luta para definir a estrutura fundiária e o uso da terra, temos por um lado os cacauicultores tentando livrar-se da identidade negativa lhes imposta pelos “outros”; por outro lado, atribuem traços identitários aos membros dos movimentos sociais de luta pela terra, que se ressentem, mas não conseguem se desvencilhar da identidade impingida. Ambos, cacauicultores e membros dos movimentos de luta pela terra, construindo mecanismo de diferenciação e estratificação, como armas discursivas para atingir seus objetivos. Ambos incapazes de construir, desarticular, escolher suas identidades de acordo com suas vontades e amplo espectro de possibilidades (BAUMAN,2005).

Ressaltamos que a tática de adjetivar os inimigos negativamente e adjetivizar-se positivamente, como contraponto ao “outro”, e colocar-se hierarquicamente como superior, não é particular dos cacauicultores. Os sem-terra manifestaram a mesma tática, como vimos na seção anterior, entretanto com menor “efeito de verdade” em suas palavras, já que no jogo do poder local são os perdedores.

Como veremos, a desconcentração fundiária desperta indignações, inclusive porque toca na história familiar secular de posse e uso da terra, em poderes legitimados socialmente pelo reconhecimento jurídico das “invasões históricas” e porque provém de um poder maior, de difícil confronto direto: o poder do Estado. A segurança mental construída ao longo do tempo pelo exercício do poder referente à inviolabilidade da propriedade da terra e da decisão do que fazer com ela é colocada em suspensão pelo limite ao tamanho e uso da terra presente na Constituição Federal de 1988, pelo Código Florestal (LEI Nº 12.651, DE MAIO DE 2012) e leis ambientais.

Diferentemente do que vimos na seção anterior em que a política pública do Estado foi marcada pela ausência de uma tomada de decisão que beneficiasse aos cacauicultores da forma que gostariam, aqui temos uma política pública marcada pela presença do Estado, mesmo que tímida e devido à pressão dos movimentos populares, na execução da reforma agrária definida na Constituição Federal.

A baixa produtividade do cacau pode ser decorrente do ataque da vassoura-de-bruxa e do endividamento de 16% dos cacauicultores para atender ao PRLC, como alegam os cacauicultores, mas a concentração fundiária regional é anterior à crise:

Este período [1920-1930] favoreceu o fortalecimento dos superproprietários e o crescimento da sua influência econômica. Nele, os grandes fazendeiros asseguraram sua participação decisiva no controle da maior parte da produção, revertendo o perfil do período pioneiro, onde a responsabilidade da lavoura estava distribuída de forma desconcentrada entre um contingente expressivo de pequenos produtores (FALCÓN, 2010, p. 58).

Enfim, alegam que não conseguem atingir o índice de produtividade mínimo exigido por lei devido ao ataque da vassoura-de-bruxa, e por isso, e não devido também à concentração fundiária, estão tendo suas propriedades desapropriadas. Entretanto não se mobilizam para que ocorra a revisão do índice de produtividade regional que poderia beneficiá-los ao transformar as grandes propriedades de uma única pessoa física ou jurídica – de área contínua ou não – em produtivas.

7.4 A QUESTÃO AGRÁRIA NA LISTA DO CACAU: CRIMINALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO MST, INVASÕES, ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE...

No período de 26 de fevereiro de 2009 a 20 de dezembro de 2010 selecionamos 348 mensagens na Lista do Cacau sobre a questão agrária, conforme assuntos dispostos no quadro 55. Veremos o conteúdo desses *e-mails* na tabela 38.

TÍTULO	Qde.	ASSUNTO	Qde.
Ceplac, e bancos são coniventes	16	NOME DAS DUAS EXCRESCENCIAS QUE RETIRARAM A ASSINATURA NA CPI DO MST	3
programa de governo [PNDH-3]	16	Manifesto Lojas Maçônicas	3
Invasões	15	CPI MST - Parlamentares Baianos	3
(sem assunto)	13	União poderá comprar terras para reforma agrária	3
MST	13	NOTA DO MST	3
ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE	10	"MST é 1 caixa 2 do Governo", diz Caiado	2
UOL - Notícias	8	Índices de produtividade	2
SEAGRI, nos ajude	8	Geraldo Simões na CPI do MST	2
VENDA DE TERRAS A ESTRANGEIROS	8	Palestra do INCRA	2
Assentamento – Produção	7	Aqui mora Bruno Maranhão - ELE É UM DOS LIDERES DO MST	2
Proposta para criação dos "SEM JUSTIÇA	7	Para 92%, invasão é ilegal	2
invasões, violências do MST	6	Invasões e ameaças	2
Kátia Abreu na CNA é nossa boa surpresa.	6	MST e Borebi [SP]	2
Valorização das nossas propriedades rurais	5	ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE/PARCERIA/CABRUC	2

TÍTULO	Qde.	ASSUNTO	Qde.
		A	
Retirada de assinatura CPI do MST	5	ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE e EQUADOR	2
Apelo, invadiram nossas terras	5	Nota embaixada americana e o MST	2
Mediação após a invasão	5	REUNIÃO DA COORDENAÇÃO DA CAMPANHA APC MIL	2
Confisco de grandes fazendas	5	Senadora Katia Abreu - MST - Estado do Pará	2
Vídeo - Inauguração da Fábrica – ES	5	Invasões -Votação e Opinião de todos Lesteiros para Plano de Reação	2
Invasões incentivadas	4	Justiça!!!! abaixo uma esperança - Invasões	2
MST – mortes	4	DEPUTADA	2
Agricultura Familiar	4	Feira do Chocolate e Cacau	2
Voltando, dando um F5 na Lista ao som de uma AK-47	4	A Justiça tarda, mas, às vezes chega...	2
Fazenda é desapropriada por crime ambiental	4	Produtividade para quem?	2
ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE	4	Seu amigo lhe enviou uma notícia do Sistema de Informações CNA Nacional	2
CPI do MST não aprovada	4	Pedido de criação da CPMI do MST é lido no plenário do Congresso	2
E assim desanda o Brasil ...	3	E-MAIL DOS DEPUTADOS TRAIADORES	2
Reunião sobre Direito fundiário e agrário	3	OS BÁRBAROS DO MST NUM PAÍS SEM LEI	2
FUI PREZO POR DEFENDER A MINHA RPPN E REMANESCENTE DA MATA ATLANTICA.	3	CPI do MST não aprovada, ouça os mais velhos!!!	2
A posição do MST	3	Latifúndio Ilógico	2
Senadora Kátia Abreu já tem assinaturas para CPI do MST	3	O País com medo dos sem-terra	2
VOCÊS ENVERGONHAM A NAÇÃO	3	Mal-aventurados os miseráveis de João Pedro Stedile. Porque eles não serão consolados.	2
Mensagens únicas			
<ul style="list-style-type: none"> • Notícias do MST • INCRA • FERNANDO GABEIRA FALA DO MST • Governo repassa R\$ 150 milhões para entidades ligadas ao MST • Direito a propriedade • REFORMA AGRÁRIA E O ANARQUISMO • Paz no Campo • Terceirização de Terras • ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE • REAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS SOBRE PRODUTIVIDADE • índice de produtividade • IBAMA - Ato Declaratório Ambiental [ADA] • 210 STF freia a FUNAI • as coisas estão mudando • SINDICATOS E APC DEVEM DIVULGAR NOME DE DEPUTADOS QUE FORAM CONTRA A CPI • Folha Online: Oposição tenta emplacar nova CPI do MST após destruição de laranjal em SP • Notícias sobre CPI do MST no UOL • Folha informa -Nova CPI do MST • agricultura familiar • OPINIÃO [...] O país tem uma legis... 			71

TÍTULO	Qde.	ASSUNTO	Qde.
<ul style="list-style-type: none"> • MST bom e ruim • Folha Online: Relatório da CPI das ONGs vê braço do MST na Câmara • Assinaturas X MST • Quem não deve não teme • CPMI DO MST • DEPUTADOS QUE RETIRARAM ASSINATURA E COERENCIA DO DEP. Geraldo Simões • Notícias do Dia - CNA • @uol.com.br has shared something with you • INVASÃO • INVASÃO DE TERRAS • CNA - DIREITO DE PROPRIEDADE - ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE • QUEM É BRUNO MARANHÃO - desmistificando o aloprado • lista de <i>e-mails</i> • será que vai dar em alguma coisa? • Pesquisa CNA / IBOPE • (In)segurança jurídica • O MST do PNDH • Insegurança jurídica no Campo • Índices de produtividade • negociação na fazenda • CPI ouve hoje entidades ligadas ao MST sobre recursos irregulares • Um Duplo Atentado • DOCUMENTO CNA AO MIN. JUSTIÇA • UOL - Notícias por <i>e-mail</i> • ENC: INVASÃO É CRIME - VAMOS LUTAR PELOS NOSSOS DIREITOS • Os lúdicos e trêfegos eventos do MST • Dos jornais. do dia 30Abr2010 MST • invasões de terras – Estadão • OUTROS • Confisco de grandes fazendas • ameaça ao direito de propriedade • Invasões e Ameaças - O que fazer • SUL DA BA.- TERRA SEM LEI • Palestra - Assuntos Fundiários • HOJE - Palestra na FAEB • ITR [Imposto Territorial Rural] 2010 • Produtividade em parceria • Deve-se limitar o tamanho das propriedades rurais? • INDIFERENÇA ISTO SOMOS NÓS(cacaucultores) fazendas indo à praça apesar da MP 472.09 ARTIGO 138, NEM UMA RESPOSTA ATÉ AGORA • Palestra Assuntos Fundiários • Declaração de Imposto Territorial Rural [ITR] • Solicitação para se ater ao tema cacauicultura • Foto do barraco do líder dos sem terra • desapropriação encomendada • Posicionamento [de] Serra quanto ao MST • insegurança no campo • PM baiana ataca assentamento em Ilhéus • projeto incentiva cacau cabruca • Pense no conteúdo do <i>e-mail</i> abaixo. Estranho !?!?... Você sabia? • Jornal A TARDE • CEPLAC / MST / índices de produtividade 			
TOTAL			348

Quadro 55 – A questão agrária na Lista do Cacau: assunto dos *e-mails* enviados.
Nota: Período analisado: 26/02/2009 – 20/12/2010.

Fonte: Lista do Cacau.

A tabela 38 representa o conteúdo principal dos *e-mails* encaminhados para a Lista do Cacau, no período estudado, sobre a questão agrária. Notamos que os principais enunciados dizem respeito à criminalização do MST (29,74%), seguido pelos enunciados sobre as invasões de terras (25,76%) e sobre o índice de produtividade mínimo a ser alcançado pelos cacauicultores (12,88%), para que suas grandes propriedades não fiquem vulneráveis à reforma agrária. Nos deteremos mais nesses três aspectos logo a seguir, procurando nos processos discursivos os mecanismos utilizados pelos cacauicultores para que prevaleçam seus interesses na condução do território-região.

Tabela 38 – A questão agrária na Lista do Cacau: conteúdo dos *e-mails* enviados

CONTEÚDO	QDE.	%
MST		
<ul style="list-style-type: none"> • Movimento pela criminalização do MST. • Contra os deputados que não assinaram pela instalação da CPI do MST. • Movimento pela instalação da CPI do MST. • Movimento pela criminalização do MST e outros movimentos sociais na Região Cacaueira da Bahia – índios e quilombolas. • Movimento contra os deputados que não assinaram pela instalação da CPMI do MST. • Desconfiança da lisura do processo da CPI do MST. • Movimento pela criação da CPMI do MST. • <i>E-mail</i> contra a criminalização do MST. • Falando da necessidade dos proprietários de fazendas de cacau em se organizarem para defenderem seus interesses porque o MST é organizado. 	127	29,74
Invasões		
<ul style="list-style-type: none"> • Insegurança jurídica no que diz respeito as invasões – desapropriações. • Necessidade dos proprietários de fazendas de cacau se organizarem para defenderem seus interesses – invasões/desapropriações. • Discussões sobre as invasões. • Relato de invasão de uma fazenda de cacau. • Orientações do que fazer para prevenir as invasões e o que fazer posterior a invasão. • Discussão sobre a diferença entre invasão e ocupação. • Movimento contra as invasões – criação do Movimento dos Sem Justiça – ou grupo dos Cem. • Apoio da Senadora Kátia Abreu. • Contra as invasões em propriedades que não atendem as condições legais para a reforma agrária. • Desapropriações motivadas pelos proprietários 	110	25,76
Índice de produtividade		
<ul style="list-style-type: none"> • Discussão sobre o uso diferenciado do índice de produtividade para os assentados e proprietários de terras. • Necessidade de diferenciação entre a produtividade em áreas de cabruca e nas demais áreas da fazenda produtora de cacau. • Discussão sobre o uso do índice de produtividade para fim de reforma agrária na Região Cacaueira da Bahia – desapropriações. 	55	12,88
Comércio da terra na região		
<ul style="list-style-type: none"> • Venda de terras a estrangeiros e valorização das terras na Região Cacaueira da 	13	3,04

CONTEÚDO	QDE.	%
Bahia.		
• Desvalorização da terra na Região Cacaueira da Bahia.		
PNDH – 3		
• Contra a mediação como ato inicial das demandas de conflitos agrários e urbanos – PNDH – 3.	12	2,81
Descrédito na recuperação da produtividade do cacau na região		
• Contra o descrédito dos funcionários da Ceplac e Banco do Brasil sobre a recuperação da produtividade do cacau na Região.	8	1,87
Outros		
• Contra a proposta de limitar o tamanho da propriedade no Brasil.	18	4,22
• Reunião sobre Direito Fundiário e Agrário.		
• Reação contra listeiro que disse ser mentira que a então candidata a presidência da república, Dilma Rousseff, planeja o fim da propriedade privada no Brasil e deu “Bom Dilma pra todos”.		
• PM baiana ataca assentamento em Ilhéus.		
• Diferença entre a produção cacaueira baiana e capixaba – na baiana há inadimplência.		
Conteúdos mencionados somente uma vez	84	19,67
TOTAL	427	100

Nota: Período analisado: 26/02/2009-20/12/2010.

7.4.1 Conflitos com um inimigo imediato: o MST

Aqui o inimigo maior é a política pública de reforma agrária praticada pelo Estado. O inimigo imediato, mais próximo e mais vulnerável aos ataques, são os movimentos sociais de luta pela terra, particularmente

[...] um dos movimentos camponeses mais atuantes do Brasil – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – [que] tem feito da ocupação de terra a principal forma de acesso à terra no Brasil. São estas ações que têm mantido a reforma agrária na pauta política do governo brasileiro (FERNANDES, et al, 2012. p. 13).

Pelo que podemos notar na tabela 38, uma das estratégias dos cacauicultores para ir contra a reforma agrária é transformar as ações do MST em ilicitudes. 29,74% dos *e-mails* selecionados, referentes à questão agrária, são pautados pelo interesse de criminalizar as ações do MST. A transubstanciação do MST em movimento criminoso tornou-se mais enfática na Lista do Cacau depois que ex-presidente do Superior Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, declarou que:

‘Há uma lei que proíbe o governo de subsidiar esse tipo de movimento. [Repassar] dinheiro público para quem comete ilícito é também uma ilicitude, e aí a responsabilidade é de quem subsidia’, disse o ministro em entrevista coletiva. Para Mendes, ‘a sociedade tolerou esse tipo de ação, por razões diversas, como um certo paternalismo, uma certa compreensão, mas isso não é compatível com a Constituição nem com o Estado de Direito’. Questionado se os movimentos extrapolam a legalidade, ele respondeu estar ‘certo de que sim’ e disse ser fundamental que não ocorra invasão de propriedade pública ou privada. Também afirmou que ‘está faltando talvez uma reação coordenada e ativa do Ministério Público’ para coibir tais ações (MICHEL; FREIRE, 2009).

Essas declarações foram reproduzidas na Lista do Cacau pelo listeiro nº 5, em 26 de fevereiro de 2009, pela mensagem com o título de “invasões incentivadas”, acirrando os falares na Lista contra a reforma agrária. Um dos enunciados feito pelos cacauicultores sobre a reforma agrária foi a respeito da necessidade de separar as ações legítimas dos movimentos sociais de luta pela terra, daquelas delituosas de expropriação da terra através da expulsão violenta dos proprietários que têm a propriedade assegurada na Constituição Federal. Nos termos do listeiro nº 12, “[...] separar o joio do trigo nesses movimentos e dar terra para aqueles que realmente nela trabalham e produzem, gerando riquezas para o país e ajudando a produzir os alimentos necessários à sobrevivência de todos os brasileiros com dignidade” (LISTEIRO nº 12, 26/02/2009).

Essa mesma listeira demonstrou dúvidas quanto à diferença do significado político de invasão e ocupação, pelo seguinte *e-mail*:

A matéria sugerida transcreve o artigo de Clovis Rossi, mas alguém postou o seguinte comment. Por - pingo nos 'is' | Março 01, 2009. Clóvis Rossi é um ótimo jornalista, mas quis forçar a barra ou está muito mal informado. Não existe crime na ocupação de terra. A jurisprudência do STJ, firmou sobre a necessidade de distinguir uma forma legítima de pressão democrática com qualquer tipo de figura delituosa: ‘A conduta do agente do esbulho possessório é substancialmente distinta da conduta da pessoa com interesse na reforma agrária’. (HC 4.399-SP)’. Outra jurisprudência do STJ decidiu que ‘...Movimento popular visando a implantar a reforma agrária não caracteriza crime contra o patrimônio. Configura direito coletivo, expressão da cidadania, visando a implantar programa constante da Constituição República. A pressão popular é própria do Estado de Direito Democrático’. (HC 5.574 - SP)’. Portanto, ocupar terra não se configura crime nenhum, muito pelo contrário, é a expressão da luta pela cidadania, pelos direitos fundamentais do art. 5º da CF, pela defesa da Constituição Federal, que também determina que toda propriedade tem que cumprir sua função social’. Gostaria que alguém

entendido em direito agrário comentasse isso, pois se assim é, o direito à propriedade rural, de uma certa forma, deixa de existir. Uma pena que a pessoa que escreveu o comment não se identifica (LISTEIRO nº 12, 02/03/2009).

Nos movimentos sociais de luta pela terra, os sem-terra utilizam a palavra ocupação da terra de forma distinta da acepção de invasão. Não se trata tanto de uma diferenciação semântica, mas de uso político, do discurso potencialmente desencadeador de práticas subjetivadas quanto à luta pela terra. A palavra invasão configura-se como ato ou efeito de invadir, ocupar pela força, com desrespeito, desconsideração, usurpação. Consiste em crime ao configurar-se na entrada na propriedade sem autorização.

Já ocupar significa ato de preencher a terra usada de forma indevida, contrária ao que apregoa o artigo 5º da Constituição Federal: “XXIII - a propriedade atenderá a sua função social”. Ao denominar de ocupação a entrada em propriedades que não cumprem a função social da terra, o MST admite que o uso da terra de forma contrária ao que diz a Constituição configura-se em uma ilicitude, um descumprimento à Constituição Federal. A manutenção do direito à propriedade, nesse caso, torna-se ilegal. Para Juvelino Strozake, advogado e integrante do Setor de Direitos Humanos do Movimento Sem Terra:

O termo invasão é utilizado pelo Código Penal para identificar o crime de esbulho possessório. O termo ocupação é utilizado pela sociologia e geografia para designar o processo de apropriação do espaço geográfico pelo homem. É possível dizer que todo espaço territorial que está sendo utilizado em desacordo com a lei, está vazio, e, portanto, pode ser ocupado, desde que tal ocupação seja com a intenção de dar àquele espaço uma utilidade social (STRIZAKE, 2006).

Apesar da necessidade de “separar o joio do trigo”, como disse o listeiro nº 12 anteriormente, não houve *e-mails* dos listeiros nesse sentido. Não se falou quais seriam as ações legítimas dos movimentos de luta pela terra, mas de invasões.

7.4.2 As invasões: “[...] aproveitando a maré da mídia contra o mst [MST]”

A não distinção entre essas duas acepções, ou seja, ao denominar todas as ocupações como invasões, os cacauicultores transformaram todas as ações do MST, nesse particular, também em ilicitudes. Não reconhecem nas ocupações uma forma dos sem-terra pressionar o Estado em fazer cumprir a Constituição quanto a distribuição e uso da terra e nem que o uso da terra fora do que apregoa a Constituição seja uma ilicitude.

Aqui são dizeres que requerem práticas, só que, a favor da manutenção da propriedade da terra como direito absoluto, ilimitado, intocável e a predominância da monocultura do cacau, do uso intensivo da força de trabalho pouco informada e letrada, a terra como patrimônio, como mecanismos de domínio do território-região. É sem essa distinção que 25,76% dos conteúdos sobre a questão agrária na Lista do Cacau fez referências às invasões e despertou reações de indignação diante do relato das mesmas.

Em sendo toda ocupação uma invasão, todos os membros do MST são imediatamente transformados em foras da lei, em perigosos, ameaçadores. Mudam da situação de ex-trabalhadores das fazendas de cacau, de desempregados das cidades regionais e das fazendas, para ser o “outro” que se deve ter medo: “invasores”, “bandidos”, “horda de malfeitores”, “turba”, “guerrilheiros”, “meliantes”, “marginais”, “criminosos”, “baderneiros”, “sequestradores”, “assassinos” são adjetivos identitários impostos aos membros de MST, conforme as citações seguintes:

Precisamos reagir de alguma forma contra essas arbitrariedades infames!

A contundência da Senadora [Kátia Abreu] vem trazer uma esperança de reação aos atos cometidos por essas hordas de bandidos acobertados por uma política [política] hipócrita e paternalista que só trouxe problemas e desassossego à toda sociedade produtiva que a sustenta. Já o ministro Gilmar Mendes também sinalizou seu descontentamento. As coisas estão começando a mudar... (LISTEIRO nº 24, 06/03/2009).

Assisti por acaso a reprise do discurso da Senadora [Kátia Abreu] na Tv Senado por volta das 3 da manhã de hoje. Foi o discurso mais contundente que [que] vi ser proferido no Senado em prol dos produtores rurais deste país, que são constantemente atacados por esta horda de malfeitores dos movimentos ditos sociais que pessoalmente considero movimentos de guerrilha. Ao pessoal da Faeb. Vejam se disponibilizam a íntegra do discurso. Foi brilhante (LISTEIRO nº 8, 05/03/2009).

Ao considerarem os membros do MST como praticantes de ilicitudes, como o “outro” ameaçador e desmoralizado, as palavras dos cacauicultores imbuem-se, avolumam-se de interesses aparentemente em defesa do bem comum – luta contra os imorais invasores de terras – e tornam-se práticas, mobilizações contra as invasões e invasores:

Aproveitando a oportunidade, convoco aqueles interessados, e, ou prejudicados para enviarmos nota conjunta às revistas de grande circulação nacional, Veja, Isto É, como também, ao Presidente do Supremo denunciando o descaso governamental e como vem sendo tratada a questão das invasões e violências no campo principalmente aqui na Bahia. Meu pensamento é construir um breve relato com fotos de situações verificadas aqui na Bahia. Aliado a isso um abaixo assinado (nosso – Lista) ao Presidente do Supremo denunciando e cobrando providências. Aberta a discussão, que ser breve, aproveitando a maré da mídia contra o mst [MST] (LISTEIRO nº 25, 01/03/2009).

Assim, como pessoas que denotam periculosidade e praticantes de ilicitudes, em nome do direito ilimitado de todos à propriedade e ao uso livre da terra, os membros do MST precisam ser combatidos e não podem receber “[...] repasse de verba pública para ONGs que, direta ou indiretamente, ajudam a financiar tais movimentos”, conforme representados nas citações seguintes:

Claro que ninguém, em sã consciência, quer que os processos dos crimes cometidos contra trabalhadores fiquem arquivados, claro que queremos justiça igual para todos, não importa quem seja. Mas o bispo [referindo-se a um artigo escrito por um bispo], do alto do envolvimento político que deforma a sua percepção, jamais poderia chamar de "migalhas" a verba que é repassada à grife ‘sem terra’ via ONGs e outras entidades, inclusive ministérios. Essa gente que entende ser a agricultura a moeda de troca para resolver os problemas sociais do mundo, precisa sair do século XIX e cair na realidade. Creio que o Mnistério [Ministério] do Desenvolvimento Agrário escamoteia as informações a respeito de repasse de verba pública para ONGs que, direta ou indiretamente, ajudam a financiar tais movimentos (LISTEIRO nº 12, 09/03/2009).

[...] Quero dizer aos colegas, que nenhum de nos [nós] esta [está] livre de uma situação como essa [descrita no *e-mail* referente a uma invasão] e que eles fazem isso porque são marginais unidos que atacam cacauicultores desunidos. Não é por falta de informação que somos desunidos. A APC existe e se cada um de nos [nós] fossemos [fôssemos] associados, teríamos [teríamos] em [um] exercito [exército] de mais de 25.000 mil homens e com a garra dos

guerreiros que nos representam atualmente, tendo nós como soldados, certamente não permitiríamos [permitiríamos] imoralidades tão revoltantes acontecerem com os nossos semelhantes. [...] Não se iludam CACAUCULTORES DESUNIDOS SEMPRE SERAM [serão] VENCIDOS (LISTEIRO nº 18, 03/09/2009).

[...] PARABÉNS PELO CORAJOSO RELATO. TRISTE É VER UMA SITUAÇÃO DESSAS ACONTECER EM NOSSA REGIÃO. AONDE NÃO TEMOS TERRAS PARA REFORMA AGRÁRIA, HAJA VISTO TERMOS SIDO VITIMAS [vítimas] DE UM HORRENDO E NEBULOSOS ATO CRIMINOSO DE TERRORISMO BIOLÓGICO PERPETRADO POR FORÇAS OCULTAS, QUE HOJE SORRIEM DE NOSSA LUTA HÉRCULEA CONTRA ESSE FUNGO, O QUE MAIS POSSO DIZER.....SE FOSSEMOS [fôssemos] UNIDOS, COM CERTEZA ESSES MELIANTES, TRAVESTIDOS DE 'MOVIMENTOS SOCIAIS', JÁ OS TERÍAMOS ENQUADRADOS E COLOCADOS EM SEUS DEVIDOS LUGARES, AONDE DEVEM FICAR CRIMINOSOS COVARDES COMO ESSES, NO XADREX [xadrez], VENDENDO O SOL NASCER QUADRADO E A LUA TAMBÉM; SE VALEM DESSES HIPÓCRITAS MOVIMENTOS, TIPO PASTORAL DA TERRA, CIMIS [Conselho Indigenista Missionário] E POR AÍ VAI, FAZENDO BAGUNÇA, ESCULHAMBANDO E DEPRDANDO IMÓVEIS RURAIS E PÚBLICOS E NADA ACONTECE. SÃO PROFISSIONAIS NO QUE FAZEM, SEQUESTRAM, ROUBAM, MATAM, DEPRDAM, SEQUER SÃO INDICIADOS....TUDO ISSO COM UMA ENORME REDE SOCIAL E DE RECURSOS PÚBLICOS E DO EXTERIOR, QUANDO MANDAMOS ALGUNS DELES PARA O INFERNO QUE OS CARRREGUEM, AÍ VEM CONTRA NÓS: A FORÇA DO GOVERNO E NÃO DO ESTADO DE DIREITO, ENTIDADES COMO AS CITADAS ACIMA, DIREITOS HUMANOS E O ESCAMBAU.... É DESPROPORCIONAL E CRESCENTE A FORÇA DESSA TURBA CONTRA NÓS, QUE REALMENTE PRODUZIMOS E SOMOS CANIBALIZADOS E VITIMADOS POR ESSA HORDA [...] (LISTEIRO nº 14, 04/09/2009).

7.4.3 Uso da terra: tensionamentos entre os cacauicultores e os membros dos movimentos de luta pela terra

Em relação ao uso da terra, há a configuração de duas ideias-forças discursivas, tendências conflituosas instaladas, presentes tanto nas falas dos cacauicultores da Lista do Cacau como nas dos sem-terra expressas nas entrevistas concedidas a nós. Na discussão sobre o passado, presente e futuro da microrregião cacauera há uma disputa pela hegemonia de quem determinará qual a estrutura fundiária deverá prevalecer e quais usos darão à terra: concentração fundiária ou fracionamento da terra; produção na forma de *plantation* e agroexportação de

commoditie ou agroecologia, desmatamento e troca de cultura ou conservação produtiva, agricultura familiar ou agricultura capitalista, agroindústria ou produção de amêndoas de cacau. A oposição entre essas formas de uso da terra gera lutas pela projeção do desenvolvimento territorial regional, presentes na fala do entrevistado nº 34:

As duas instituições são importantíssimas, a UESC e a Ceplac, mas é preciso mudar de paradigma. É preciso enfrentar a realidade. A UESC não pode ficar entre quatro paredes, fingindo que não existe uma problemática regional. Ou então querendo fazer, preparar agrônomos pra soja, pra o eucalipto, pra outras *commodities* que não engrandece essa região. A mesma coisa os bancos. Hoje você procura empréstimo pra plantar cacau, pra cuidar dessa região, não tem. Tem dinheiro pra soja, tem dinheiro pra o eucalipto, mas pro cacau não existe. Então tem que ter uma política voltada pra fazer isso. E a Ceplac, como órgão, que já foi um órgão muito importante de assistência técnica, de indutor de tecnologia, eles podem se voltar pra essa região com novo olhar, sem esse preconceito com os indígenas, com os quilombolas e com os sem-terra e os pequenos produtores. Se juntar toda essa gama pra gente dá uns passos importantes para o desenvolvimento. Eu não tenho preconceito nem com os médios e nem com os grandes [proprietários]. Todos aqueles que quiser erguer essa região dentro de um desenvolvimento rural sustentável, dentro de uma possibilidade mais avançada, eu tô com eles. Não tenho problema com isso. Eu acho isso. Agora não dá pra viver com um grupo, conviver, ficar fazendo coro com um grupo que tá aí querendo desatar um nó [referência ao documentário O nó – ato humano deliberado], levar pra Haia [levar as questões das invasões de terras para o Tribunal Internacional de Justiça, sediado em Haia, Holanda], levar pra não sei o quê, uns malucos aí querendo voltar a região que era antes dos coronéis e dos subalternos dos coronéis. Aí não dá [Risos] (Entrevistado nº 34, 23/05/2012).

A Ceplac, órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), diante do grande número de pequenas propriedades, do aumento do número de assentamentos da reforma agrária na região, do discurso de valoração dos recursos naturais em diferentes escalas geográficas, por Estados, governos, ONGs e população, e da pressão do governo e da sociedade brasileira para justificar uma de suas funções relacionada ao desenvolvimento regional, está mudando seus paradigmas, como manifestado pelo entrevistado nº 25:

Ela [a região] está sofrendo transformações. Por exemplo: essa região, hoje, aqui, essa região cacauera, é aonde existe a maior quantidade de assentamentos agrícolas do Estado da Bahia e a maioria feito em grandes propriedades. Ou seja: há uma outra sociedade se formando aí, porque a própria convivência com a

vassoura-de-bruxa exige que a gente dê tratos contínuos, que as grandes propriedades as vezes não têm capacidade. Agora mesmo com o declínio do preço não tem como manter um contingente de mão de obra, mas a agricultura familiar é o futuro dessa região, porque ela vive na propriedade e o manejo que ela dá é diretamente com o braço familiar à propriedade. E por outro lado, as políticas públicas instaladas desde o governo Lula, primeiro governo Lula e que continua agora com a presidente Dilma – elas criaram mecanismos de resgate dessas categorias de produtores que anteriormente, no ciclo áureo, eles não tinham sido contemplados. Isso é um dever de justiça, a gente reconhecer isto. Então tinha aquele dinamismo, mas foi um ciclo que era necessário ele ser aprimorado (Entrevistado nº 25, 20/05/2012).

Essa mudança paradigmática dá indícios na programação do III Congresso Brasileiro do Cacau, com a palestra que relaciona “O Cacau e a agricultura familiar”, apresentada por Argileu Martins da Silva (MDA/DF); na Carta de Ilhéus⁸⁷; e na apresentação da proposta da conservação produtiva pelo palestrante Wallace Setenta, intitulada de “Ativos e serviços ambientais na Mata Atlântica sob o conceito da conservação produtiva”, ao incorporar o combate à pobreza como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável regional (III CONGRESSO BRASILEIRO DO CACAU, 2012).

As relações homem-natureza constituídas na formação e manutenção da cabruca, deu origem à **CONSERVAÇÃO PRODUTIVA**, um processo produtivo inovador. Diferentemente dos demais modelos agrícolas produtivistas, de intenso uso de capitais e agroquímicos, o cacau cabruca permitiu a conservação de remanescentes florestais que circundavam as áreas antropizadas [antropomorfizadas]; bem como a permanência de indivíduos da floresta primária como proteção de topo e lateral do cacauzeiro. Desta forma a conservação produtiva permite a interação dos saberes regionais com as modernas técnicas de agricultura, o que permite estabelecer novas bases para uma proposta de desenvolvimento sustentável para as regiões produtoras de cacau do Brasil. Isso possibilitará o aumento da produção e da produtividade no imóvel rural, conjugadas com a conservação dos bens comuns globais e o combate a pobreza (LOBÃO; SETENTA, 2012, grifo do autor).

De acordo com o conteúdo dos anais do III Congresso Brasileiro do Cacau, a Ceplac não está abandonando completamente o modelo tradicional pautado nas premissas da Revolução Verde, como considera o entrevistado nº 33 citado a seguir,

87 Carta de Ilhéus, documento “[...] baseado nas informações apresentadas e discutidas por palestrantes e participantes do III Congresso Brasileiro do Cacau, evento realizado de 11 a 14 de novembro de 2012, em Ilhéus, <http://www.ceplac.gov.br/paginas/cbc/paginas/carta_de_ilheus.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2013.

mas está contemplando outras formas de condução do uso da terra na região, como é a conservação produtiva via cacau-cabruca e o incentivo à agricultura familiar. No dia 24 de janeiro de 2013, a Ceplac lançou sete cartilhas técnicas voltadas para a agricultura familiar, cujo “[...] objetivo é garantir aos produtores rurais um incremento em sua renda a partir da exploração de novas e melhores práticas de cultivo, possibilitando um incremento de receitas nas propriedades familiares” (MATOS, 2013).

Para o entrevistado nº 33:

A região cacaueira tem 25 anos que ela trabalha com isso [sistema tradicional de produção] e esse sistema que foi colocado pela Ceplac aqui na região, ela [ele] só se baseia no aspecto econômico e no aspecto social. Isso não assegura uma produção de forma sustentável. Veio a sociedade, impôs que esse modelo acabou. Esse modelo não existe mais. Então é necessário incorporar uma variável chamada ambiental, ou seja, para você produzir você tem que preservar o meio ambiente. Você tem que ter cuidado com o meio ambiente. Então o sistema moderno, ele tem três variáveis, o econômico, o social e acrescenta o ambiental. Nesse modelo aqui [o tradicional], na realidade, somente o econômico era intensificado, ou seja, a ordem era produzir a qualquer custo. Na parte social ninguém nunca se preocupou aqui com segurança alimentar, com qualidade de vida e nem com inclusão social. Com esse modelo [conservação produtiva] a gente vai ter que trabalhar com isso (Entrevistado nº 33, 22/05/2012).

As dualidades discursivas se institucionalizam, têm suas representações institucionais, mesmo que internamente os interesses, meios, estratégias, não sejam inteiramente convergentes. Nesse caso, de um lado há os Sindicatos Rurais, a APC e o IPC e do outro, os movimentos de luta pela terra, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, o CNPC (com a conservação produtiva), a Ceplac, que atualmente tem demonstrado um olhar mais condescendente para com os assentados e agricultores familiares.

É nesse contexto que podemos entender a fala do presidente do IPC ao não ser convidado a participar do III Congresso Brasileiro de Cacau, organizado pela Ceplac, ao dizer que: “Dentre as ausências mais comemoradas nesse evento, está a ausência do INSTITUTO PENSAR CACAU e de seus associados, e desculpem o trocadilho, sempre associados à controvérsias e questionamentos inoportunos” (MUNIZ, 2012), referindo-se a intenção do IPC em criminalizar a introdução e

disseminação da vassoura-de-bruxa atribuídas aos funcionários da Ceplac e ao fracasso do PRLC, denunciados no documentário “O nó – ato humano deliberado”.

Nos dias 17 e 18 de dezembro de 2012, realizado no Auditório Paulo Souto (UESC), o IPC realizou o 3º Encontro Pensar Cacau e demonstrou suas preocupações com a condução do território-região cacauzeira. São elas:

Como produzir cacau na cabruca;
 As relações de trabalho e as limitações da mão de obra
 As invasões de terra no sul da Bahia
 Novo código florestal e seu impacto na cacauicultura
 Importação de cacau e suas consequências
 Ações de prevenção e contenção da monilíase
 Apresentação do documentário ‘O Nó – Ato Humano Deliberado’
 Endividamento da cacauicultura (Banco do Brasil, BNB, OAB, IPC, APC, Advogados)
 Melhoramento genético do cacauzeiro
 Novidades na pesquisa da vassoura de bruxa (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 2012).

Aos poucos as tendências sobre o falar-agir o território vão se delineando, cada grupo social de poder expondo seus interesses, suas estratégias, meios, cada um exercendo sua territorialidade como processo histórico, social, relacional e com a natureza. O território aqui é o referencial para a reconstrução permanente da identidade como arma de poder, permeada por acontecimentos econômicos, sociais, culturais, históricos. Em meio aos acontecimentos caóticos, procura-se organizar convergências discursivas e práticas, construir tensionamentos sociais entre as diferentes formas de apropriar-se do território, recorrer a elementos identitários como mecanismo de expressar sentimentos de exclusividade de mando.

Ao mesmo tempo em que cada grupo procura os/nos elementos identitários de convergência uma forma de exercício de poder, cria-se distanciamentos entre os grupos com intencionalidades opostas. Como já dito, transforma-se, por oposição, o “outro” em diferente, sendo esse imediatamente travestido de consubstanciações negativas, não merecedor de ponderações e considerações. Daí a união de esforços dos cacauicultores da Lista do Cacau em criminalizar as ações do MST e fazer com que suas vozes não sejam capazes de conter verdades com vigor suficiente para a condução do território-região.

7.4.4 A CPMI do MST: a luta pela desmoralização do inimigo

Na tabela 38, um dos destaques foi a movimentação no Congresso Nacional para a criação da CPMI do MST. Na Lista do Cacau essa temática entrou em pauta através do *e-mail* da listeiro nº 13, em 11 de setembro de 2009, cujo assunto era “[Cacau-] Senadora Kátia Abreu já tem assinaturas para CPI do MST”.

Em 01 de outubro de 2009, o Deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), a Senadora Kátia Abreu (DEM/TO) e o Deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO) entraram com requerimento, junto ao Congresso Nacional, para criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) com o objetivo de investigar os repasses federais a ONGs ligadas ao MST. Na primeira tentativa, parte dos parlamentares que assinaram o requerimento para a instalação da CPMI retirou suas assinaturas e a CPI não ocorreu, contrariando as expectativas de alguns listeiros, conforme *e-mails* encaminhados para a Lista do Cacau:

A APC, FAEB E SRI, COMO PRODUTOR RURAL E ASSOCIADO, SOLICITO INSTITUCIONALMENTE O REPÚDIO DESSAS ENTIDADES A ESSES DEPUTADOS QUE VOTARAM CONTRA A CPI, PRINCIPALMENTE POR SER A SENADORA KÁTIA ABREU A PROPONENTE E PRES. DA CNA.TEM QUE TER NO MINIMO UMA NOTA A IMPRENSA,TORNANDO ASSIM PÚBLICO NOSSA POSIÇÃO A ESSAS 'EXCRECÊNCIAS',OPS,,, DIGO "EXCELENCIAS" [excelências] ENVIO COM CÓPIA PARA ESSE DEPUTADO QUE DIZ REPRESENTAR A CLASSE E INFORMO AO MESMO QUE ESTA MISSIVA ESTÁ INDO PARA A LISTA DO CACAU,AONDE SOMOS 1.100 PARTICIPANTES, QUE COM CERTEZA PENSAREMOS MUIIIITAS VEZES ANTES DE VOTAR EM Oponentes CONTRÁRIOS À NOSSA CLASSE, E AINDA POR CIMA RETIRANDO NO ULTIMO [último] INSTANTE SUA ASSINATURA NÃO HONRANDO,PORTANTO, SEU COMPROMISSO⁸⁸ (LISTEIRO nº 14, 05/10/2009).

HÁ POUCOS DIAS, COMENTEI QUE A POLITICA [política] DE APOIO AO MST FAZ PARTE E É COERENTE COM A POLITICA [política] DO PT E SEUS SATELITES [satélites], O QUE ME CAUSA INDIGNAÇÃO E NAUSEA [náusea], É A POSIÇÃO DESTES DEPUTADOS OPORTUNISTAS QUE CRITICAVAM ESTA POSIÇÃO E HOJE PARA RECEBER MIGALHAS DEFENDEM ESTA SITUAÇÃO, TRAINDO O COMPROMISSO ASSUMIDO COM GRANDE PARTE DE SEUS ELEITORES. O MEU RECADO AO DEPUTADO VELOSO VOLTEI NO SENHOR CONSEGUIR [consegui] INUMEROS [inúmeros] VOTOS PARA ESTA HOJE EMINENCIA [eminência] PARDA DA CLASSE PRODUTORA RURAL PRIMEIRO

88 Destaque em letra maiúscula feita pelo autor. Nas *netquetas* isso significa que o listeiro está gritando.

ATENDENDO UM PEDIDO DA MINHA LOJA (O SENHOR SABE DA ORGANIZAÇÃO QUE ME REFIRO) E TAMBEM [também] A PEDIDO DA DRA. RUBIA PESSOA DE MINHA ESTIMA E ADMIRAÇÃO E QUE FAZIA PARTE DE SEU COMITE [comitê] POLITICO [político]. O SR. TERÁ A RESPOSTA NA PROXIMA [próxima] ELEIÇÃO. QUEM TRAIU A CAUSA DA INCONFIDENCIA [inconfidência] MINEIRA TAMBEM [também] PERTENCIA A LOJA DE TIRADENTES. O QUE O SR. FEZ NESTES ANOS EM PROL DA POLITICA [política] DO CACAU, DIGA DE PASSAGEM É BEM PAGO PARA TAL SERA [será] MACULADO COM TAL POSIÇÃO ORA ASSUMIDA. OS DEMAIS SEUS PARES A HISTORIA [história] O JULGARA [julgará]. LANCAREI NESTE MOMENTO UM GRITO MUITO ENTOADO QUANDO DA MINHA MILITANCIA [militância] ESTUDANTIL COM PEQUENA MODIFICAÇÃO. PRODUTOR UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO ENQUANTO PERDURAR A JUSTIÇA NESTE PAIS [país]. MINHA TOTAL INDIGNAÇÃO COMEÇA A TIRAR-ME DO ANONIMATO⁸⁹ (LISTEIRO nº 32, 05/10/2009).

Houve trocas de *e-mail* na Lista do Cacau sobre a instalação dessa CPMI, expressões de desaprovação e agravo aos parlamentares que retiraram suas assinaturas, e aprovações para os que mantiveram. Além disso, houve um movimento de apoio à segunda tentativa de instalação da CPI do MST, ocorrida no dia 21 de outubro de 2009. Segundo os Deputados e Senadora citados acima, a CPMI do MST pretendia

[...] apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária. (Processo Especial do Requerimento nº 24 de 2009-CN, nos termos do art. 263 do Regimento Interno) .

No dia 21 de outubro de 2009, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (CPMI do MST) foi instalada no Congresso Nacional. Encerrada em 17 de julho de 2010, dia da votação do relatório final da referida comissão, não houve apontamento de culpados nem recomendações de indiciamentos, como consta em seu relatório intitulado: “Comissão parlamentar mista de inquérito destinada a apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a união e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento

89 Destaque em letra maiúscula feita pelo autor.

agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária” (BRASIL, 2013).

Os participantes dos movimentos de luta pela terra, ao entrarem em uma propriedade, fracioná-la e cultivá-la com outros produtos que não somente *commodities* estão se confrontando com o desejo dos cacauicultores em manter a estrutura fundiária concentrada e a produção de *commoditie*, tendo como base o uso intensivo da força de trabalho assalariada. Os cacauicultores resistem por meio da luta pelo direito inalienável da propriedade da terra; em defesa das “invasões históricas” das antigas terras indígenas, consolidadas pela titularidade secular da terra e pela tradição; das histórias familiares de luta também pela terra em tempos remotos.

A luta dos sem-terra investe-se de ressentimentos históricos, tentam fixar suas identidades nas “chicanas” denunciadas por Jorge Amado, como vimos, e que o Lesteiro nº 31 identificou no “radicalismo e não coerência da política agrária”:

[...] nas questões substantivas eu sou aliado das preocupações com o radicalismo e a não coerência da política agrária (registre-se que o número de assassinatos de sem terra é muito superior ao de fazendeiros ou grileiros e o adepto da legalidade, tem que defender a apuração [apuração] de todos estes crimes e o fenômeno da grilagem existe e apropria-se de boa parte das terras públicas brasileiras e pergunto aos que criticam a literatura de Jorge Amado se eles de fato acham que não houve nenhum incêndio ou xicanas [chicanas] cartoriais na constituição do sistema de propriedades da região - acho que isso não tem nenhuma repercussão prática, pois é preciso respeitar as titularidades existentes e seculares, mas fundamenta um sentir de ressentimento contra o pobre autor que, no meu ponto de vista, descreveu a grandiosidade do povo da região, que ele não confunde com a minoria dos que foram xicaneiros [chicaneiros]) (LISTEIRO nº 31c, 10/10/2009).

De acordo com a citação acima, o sentimento de injustiça dos cacauicultores com as invasões não deve submergir que a quantidade de mortes dos sem-terra é maior do que a de fazendeiros; que a apuração dos crimes motivados por conflito agrário deve ocorrer, independentemente de onde proceda a ação; as grilagens de terra existem; e que uma minoria praticou manobras capciosas, trapaças, tramoias para ter acesso às terras da microrregião cacaueira:

Talvez o elemento mais ilustrativo da instabilidade regional residisse no principal meio de produção: a terra. Até o primeiro decênio deste século, a posse precária dada pela ocupação pioneira constituiu indiscutível foco de tensão, levando seus ocupantes a conflitos e agressões permanentes com vistas à manutenção de suas glebas. A violência, mecanismos extra econômicos e a habilidade de advogados inescrupulosos contratados pelos ‘caxixeiros’ - um certo tipo precursor dos grileiros de hoje - pressionaram permanentemente os ‘proprietários menos afortunados e esclarecidos’ com o objetivo de expropriação de suas roças, como eram chamadas as fazendas de cacau mais rústicas e de menos proporções. Para isso, como se verá adiante, muito contribuiu o exacerbado poderio coronelista dos grandes proprietários e a ausência efetiva da aplicação das leis ou sua aplicação distorcida no município (FALCÓN, 2010, p. 39).

Essas palavras não repercutiram na Lista do Cacau, visto que se focaram nas ações delituosas do MST. Os interesses dos cacauicultores são: manter a estrutura fundiária concentrada; infundir-se do poder de decisão sobre o uso da terra; continuar a ditar as regras na microrregião Ilhéus-itabuna como fizeram no passado, convertendo seus interesses em justos, tendo como parâmetros para a construção do “capital de confiança” a introdução e disseminação da vassoura-de-bruxa, o endividamento para atender o fracassado PRLC, a história dos desbravadores, a tradição familiar e a luta contra os “bandidos” do MST.

7.4.5 Contra os atuais índices de produtividade como parâmetros para a reforma agrária: “Vamos reivindicar para que esse índice de produtividade seja revisto na nossa região, o mais rápido possível”

Ainda sobre a tabela 38, em 12,88% dos *e-mails*, os cacauicultores falam sobre o índice de produtividade. Em 25 de fevereiro de 1993, foi aprovada a Lei nº 8.629, que tem por objetivo dispor sobre a “[...] regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal” (BRASIL, Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993)⁹⁰. Nessa lei destacamos os artigos 6º e 11º que versam sobre o índice de produtividade ou exploração econômica da terra:

90 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 14 jan. 2013.

Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

Art. 11. Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola (BRASIL, 2013).

Como é possível notar na citação acima, será considerada propriedade produtiva aquela que tiver produção correspondente ou superior aos índices fixados em lei. Além disso, essa lei fala da necessidade de reajuste periódicos desses índices. Como afirma Ramos (2005, p. 6):

Apesar dessa exigência legal e da existência de informações suficientes, produzidas por estudos realizados pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em conjunto com o Incra, ainda nos anos 1990 a atualização não ocorreu, em decorrência da resistência ativa dos setores contrários à reforma agrária.

Passados mais de sete anos da afirmação acima, ainda não ocorreu a revisão dos índices de produtividade no Brasil, pelo mesmo motivo apontado por Ramos, em 2005. Como disse um dos listeiros:

Segundo o ministro do desenvolvimento agrário esses índices serão revistos como manda a lei, coisa que não é feita [feita] desde 1980 segundo o mesmo, dentro de uma lógica e sem distorções. Serão usadas as produtividades médias de 1996 a 2007, segundo novamente o ministro. O índice usado para cacau é 47,7@/ha/ano, média que para a grande maioria é inatingível, se o critério a ser utilizado for mesmo o citado acima seria mais ou menos um alívio para nós no meu ponto de vista, pois todos sabemos que nossas produtividades médias neste período foram bem baixas e aquém dos 47,7 (LISTEIRO nº 26, 19/08/2009).

Então, particularmente para os cacaucultores, a não revisão desses índices é prejudicial, pois:

Pela proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os índices - que servem de parâmetro para classificar uma propriedade como produtiva ou improdutiva - serão atualizados com base na Produção Agrícola Municipal (PAM), feita pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), por microrregião geográfica. Isso significa que haverá uma análise caso a caso das propriedades para definir o nível de produtividade. 'Os índices serão diferentes de região para região e de cultura para cultura', explicou o ministro Guilherme Cassel (BRASIL, 2009).

Hoje o índice de produtividade do cacau é baseado na realidade brasileira, ou seja, é o mesmo para todo o território nacional. Com a revisão, os índices seriam regionalizados, o que poderia identificar o baixo índice de produtividade do cacau na microrregião cacauzeira. Fazendas que hoje estão sujeitas à reforma agrária, poderiam ser enquadradas como produtivas. Como a revisão não foi feita, o Incra continua a aplicar o índice determinado em 1980, portanto, de antes da crise. Os cacauicultores reivindicam a revisão desses índices:

Conversando com diversos amigos cacauicultores da Região percebi que está crescente o recebimento de ofícios do INCRA para vistoriar propriedades rurais com intuito de verificar o cumprimento da função social da terra (grau produtividade, grau de eficiência [eficiência] de aproveitamento da terra, geração de emprego..). E o que nos deixa muito assustado nesta vistoria, é que a produtividade é o principal índice para se determinar a desapropriação de uma fazenda. Segundo a tabela do INCRA, toda fazenda de cacau deve produzir uma média de 0,7 toneladas/ha (ou seja 46,6 @/ha), não considerando a questão da vassoura de bruxa nem o endividamento [endividamento]. O que é pior, quem indica as fazendas são os próprios movimentos dos SEM TERRA. Precisamos agir! Vamos reivindicar para que esse índice de produtividade seja revisto na nossa região, o mais rápido possível⁹¹ (LISTEIRO nº 34, 26/10/2011).

O Lesteiro nº 31 concorda que há a necessidade de revisão dos índices de produção para a microrregião, já que segundo os cacauicultores, os atuais utilizados pelo Incra estão superestimados para a região. Entretanto ressalva que não concorda

[...] com a demonização da reforma agrária [agrária] e dos assentados. Em todo grupo ou corporação existem os que seguem o espírito das leis e os que não seguem. Mas esta questão conduzida de forma clara e civilizada é uma forma de aprofundamento de nossa civilização e conduzida de forma emocional e radicalizada, não contribui para a nossa evolução (LISTEIRO nº 31d, 10/10/2009).

91 Destaque em letra maiúscula feita pelo autor.

Como vimos, mais de 3% do total da área dos estabelecimentos foram desapropriados para a reforma agrária desde a década de 1980 até 2006, por meio de pressão dos movimentos sociais pela reforma agrária. No local onde havia somente um proprietário hoje há diversos “proprietários” na condição de assentados. A esses a lei não exige, num primeiro momento, que atinjam qualquer índice de produtividade porque não são grandes proprietários e porque essa é a segunda ação da reforma agrária. Primeiramente pretende-se garantir o acesso à terra e posteriormente criar as condições para a permanência dos assentados na terra.

Entretanto os cacauicultores da Lista do Cacau consideram que deve ser cobrado dos assentamentos a mesma produtividade da terra que a das grandes propriedades regionais. Nesse entendimento, só estaria havendo a substituição de um proprietário improdutivo por vários “proprietários” também improdutivos. Assim, os cacauicultores começam o assunto índice de produtividade (12,88% dos conteúdos mais discutidos na Lista do Cacau sobre a questão agrária) comparando coisas diferentes como sendo iguais: comparam a grande propriedade improdutiva, de uso de força de trabalho assalariada ou não, em grande escala, com uma pequena unidade familiar de produção improdutiva em um assentamento da reforma agrária:

Sempre fui um defensor da reforma agraria [agrária]. Mas hoje sou radicalmente contra a reforma agraria [agrária] desse Governo. Não vou me reportar a industria [indústria] das invasões e aos acampamentos fantasmas na beira das estradas. E sim aos assentamentos. Proximo [próximo] a minha Fazenda temos um assentamento com 25 famílias de cerca de três anos que se limita a colher o cacau já existente e nada mais. Possuem um gado de sociedade, e apenas uma das famílias fez uma roça de mandioca e banana da terra. Quando acampados recebiam duas cestas básicas por mês, o que parece que continuou depois que receberam as terras. Nesse período [período] que não tem cacau cada família, segundo o que se comenta, recebe R\$300,00 por mês. E muitos estão reclamando do valor. Estão sendo enviados materiais para as construções [construções] das casas, e as máquinas estão abrindo estradas e construindo [construindo] represas [represas], inclusive para garantir agua [água] para as casas. A energia elétrica [elétrica] já foi puxada. Não sou contra essa ajuda, contudo, deve ser cobrada a produção, pois é muito dinheiro para manter só 25 famílias [famílias]. Hoje, mesmo na crise, eu emprego 13 famílias [famílias] e sem qualquer recurso do Governo Federal. É uma farra com o dinheiro público. Houve uma sobra do dinheiro do cacau. Alguem [alguém] guardou ou aplicou em roças (milho, mandioca ou milho)? Compraram motos. Pois não vai faltar cesta básica ou ajuda financeira. E falam que o dinheiro para o financiamento ainda não

veio. O problema é que nossas lideranças não fazem o enfrentamento público com as invasões ilegais e com os assentamentos improdutivos, ambos financiados com dinheiro público (LISTEIRO nº 26, 09/03/2009).

Caro _____, compartilho da sua indignação... O fato gerador da desapropriação de uma determinada fazenda para a reforma agrária é ser considerada improdutiva. A partir dessa consideração o governo transfere a posse das terras para os 'sem terra'. Contudo, curiosamente, não existe nenhuma exigência para que os 'novos proprietários' atinjam determinado índice de produtividade e dessa forma adquiram de fato o direito de posse definitiva, caso contrário as terras seriam novamente disponibilizadas para novos assentamentos. Uma situação dessas nos leva a crer que a posse dos assentados é mais sólida do que a do agricultor anterior, que certamente teve menos apoio, por parte do governo, que os novos terão (LISTEIRO nº 27, 09/03/2009).

Há muito tempo escrevi [escrevi] uma manifestação na lista contra o índice fixado pelo INCRA. Poucas manifestações em favor. Naquela época alertava para o plano macabro do 'arrote vil' contra os cacauicultores [cacauicultores]. Arrocho financeiro contra os devedores e aumento dos índices de produtividade para tornar as terras do cacau improdutivas. O plano continua em andamento... E tem mais: De nada adiantam as Escrituras legais, nem mesmo cadeia sucessória centenária... pois vão acabar provando que suas terras pertencem aos índios ou quilombolas... Adeus direito de propriedade [propriedade] garantido pela Constituição [Constituição]. Felizmente, a direção nacional do PMDB fechou questão determinando ao seu ministro Stephanes que não assinasse tal portaria. ACORDEM E DEFENDAM O QUE DE GRAÇA RECEBERAM DOS SEUS ANTEPASSADOS. Ou pelo menos rezem uma prece árabe que começa assim: DEUS, NÃO CONSINTAS QUE EU SEJA O CARRASCO QUE SANGRA AS OVELHAS, NEM UMA OVELHA NA MÃO DOS ALGOZES⁹² (LISTEIRO nº 30, 03/09/2009).

Os pequenos e médios proprietários, assim como os grandes proprietários que mantêm suas terras produtivas, têm o direito de propriedade assegurado pela Constituição. Ao exigir que um assentado possuidor de um lote de terra atinja o mesmo índice de produtividade do que um grande proprietário, os cacauicultores estão se igualando a um assentado, colocando ambos nas mesmas condições de fazer produzir ou não a terra. Em sendo iguais, a pergunta que os cacauicultores nos fazem é: por que fazer reforma agrária em uma grande fazenda monocultora de cacau improdutiva para colocar os "marginais" do MST e a terra continuar improdutiva?

92 Destaque em letra maiúscula feito pelo autor.

Os ex-sem-terra e atuais assentados da reforma agrária são principalmente os ex-trabalhadores das fazendas de cacau, arrendatários, meeiros, moradores das fazendas, pessoas com baixo índice de instrução, habituados a produzir cacau sob as ordens dos cacauicultores ou seus comandados. Para Heredia et al (2013), os assentados da reforma agrária no Sul da Bahia são “[...] os assalariados rurais permanentes (45% da população assentada), provavelmente ex-assalariados das fazendas de cacau” (HEREDIA et al, 2013, p. 82).

Já o perfil dos listeiros nos mostrou que os cacauicultores são possuidores de conhecimento, têm reputação – são líderes em seus municípios – maior poder de decisão, e mesmo assim não estão conseguindo manter produtivas suas terras contaminadas pela vassoura-de-bruxa. Para o cacauicultor nº 10: “O Inbra querer índice de produtividade num momento que a gente está atravessando uma crise, que é um fungo. Isso é um absurdo! Uma coisa assim, que poderia ter sido colocado como calamidade pública e o Inbra forçando a ter índice de produtividade. Isso não existe!” (Entrevistado nº 10, 29/03/2011). Segundo esse cacauicultor, exigir dos grandes proprietários que suas terras sejam produtivas é um absurdo na atual conjuntura, entretanto, de forma aparentemente contraditória, os cacauicultores exigem que os assentados da reforma agrária o sejam, pois, em não sendo produtivos, não se justificaria a reforma agrária. Aqui o baixo índice de produtividade é transformado, pelos cacauicultores, no principal motivo para a ocorrência da reforma agrária na região e assim desviam o foco da concentração fundiária, indutora das desapropriações.

Independentemente desse jogo remisso ao que está fora do discurso e suas práticas, todos que têm acesso à terra, assentados ou não, devem produzir, porque de acordo com o Estatuto da Terra, Art. 1º, parágrafo 1º, “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

Na busca pela produtividade:

Durante o ano de 2013 será executado o Projeto de Recuperação das lavouras de cacau nos assentamentos de Reforma Agrária da Bahia. A ação é fruto de um convênio firmado entre a Associação Estadual de Cooperação Agrícola com a Empresa Baiana de

Desenvolvimento Agrícola (EBDA). O projeto prevê a compra de insumos, adequação do manejo e um processo de capacitação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em manejo agroecológico do cacaueteiro, processamento de cacau de qualidade, certificação orgânica, legislação, coleta e manejo de sementes nativas da Mata Atlântica (NOGUEIRA, 2013).

O trabalho de Lima (2013), cujo o objetivo era “apresentar indicadores que permitam qualificar os impactos socioeconômicos desencadeados pelos assentamentos rurais na região cacaueteira” (LIMA, 2013, p. 1), afirmou que

[...] uma análise da realidade do assentamento que apenas contemple a viabilidade econômica de sucesso ou insucesso é, no mínimo, apressada e, talvez, comprometedor, desde que não leve em conta outras dimensões internas e externas dessa realidade, que passa também, e fundamentalmente, pelo âmbito das políticas agrária e agrícola dentro de um plano maior de desenvolvimento econômico para o país, e nesse caso, para a região em estudo [a região cacaueteira] (LIMA, 2013, p. 16).

7.4.6 Depoimentos emocionados, palavras encorpadas em movimento, reações passionais

A descrição das invasões das fazendas e as ações do MST contra os proprietários, inclusive contra pessoas idosas e com poucas defesas (25,76% dos conteúdos sobre a questão agrária contidos na Lista do Cacau, tabela 36 anterior), encorpam as palavras de sentimentos e constroem verdades:

No caso das roças de cacau, mesmo que, sendo mais de 90% mine e pequenos agricultores, mesmo sabendo que grandes fazendas aqui são apenas 43 e representam 0, 15 %, ainda assim todos cacauicultores são rotulados de coronéis. Talvez pela estrutura já montada com casas e principalmente com a cultura perene já implantada com muito trabalho e suor, as áreas produzindo frutos aí pra eles é que fica bom, principalmente se o dono do imóvel, não residir nele, for um idoso ou uma viúva indefesa como aconteceu com a minha tia Silvia Almeida, que de cacauicultora do ano por diversas vezes, passou para improdutiva por ser vítima de um crime que já foi feito com intenção de minar os cacauicultores, por inveja, usura, safadeza de roubar e poder político. O mal da gente é que só ficamos de blá, blá. De por mim, eu já iria para as ruas quebrando tudo indo para o INCRA mandar o chefe mostrar a produtividade da roça dele, esfregar na fuça dele o relatório da Polícia Federal enfim, disposto a matar e morrer (LISTEIRO nº 18, 09/08/2010).

Os depoimentos de quem teve as fazendas com mais de 300 hectares desapropriadas devido ao baixo índice de produtividade, como foi o caso de diversos depoimentos feitos sobre as invasões na Lista do Cacau e do listeiro nº 23, em particular, despertam para atitudes concretas contra a reforma agrária nos termos em que a mesma está se dando na microrregião:

Vivo na pele esta situação absurda, maquiavélica... O INCRA deu a posse de 330 hectares da fazenda Rochedo a 16 acampados que substituíram 11 meeiros e 3 funcionários com mais de 30 anos de trabalho com o meu pai. Quem vai verificar se a baixa produtividade, argumento utilizado para a desapropriação foi revertido? Do ponto de vista social, trocou-se 6 por meia dúzia! É revoltante!⁹³ (LISTEIRO nº 21, 10/03/2009).

Você aceitaria de bom grado, e no perfeito entendimento do drama social vivido pelos trabalhadores rurais afetados, a desapropriação de suas terras pelo INCRA, sob alegação de improdutivas, pagando uma avaliação absolutamente aviltada pela realidade do mercado atual, e ainda por cima restando a seu encargo um saldo devedor 3 vezes maior do que esta avaliação? **Os onze parceiros e os três empregados (com mais de 30 anos de vínculo) que mantínhamos na fazenda foram expulsos da nossa propriedade pelos ex-sem-terra, não tendo recebido qualquer consideração especial por parte do INCRA, ou dos agraciados pela desapropriação. Isto é justiça social? Em visita conjunta com o avaliador judicial ocorrida durante a semana passada, uma pessoa da minha confiança relatou-me as condições do imóvel após 3 anos na posse desse ‘agricultores’: abandono total das roças e pastos, com uma ou duas pequenas áreas com algum trato; como fica a produtividade destas terras após esta intervenção encomendada ao INCRA por estes pretensos agricultores urbanos? Não precisa responder-me, peço apenas que avalie a situação acima do nosso ponto de vista, considerando que esta fazenda foi comprada com muito sacrifício, em 1970 pelo meu pai, - homem de reputação ilibada em Salvador e região cacauzeira, com vários títulos de produtor doa [do] ano, que merece respeito e consideração pelo bom nome que construiu ao longo de toda a sua vida, e que, apesar da idade avançada e recente operação cardíaca, continua trabalhando como médico [médico], por necessidade, brio e solidariedade humana. Esta é uma faceta do drama vivido pela nossa região que vale a pena ser divulgada, repetida e avaliada quando se fala de CEPLAC, BANCOS, INCRA, SEM-TERRA e outros agentes desta lamentável história [história] da criminoso introdução desta praga em nosso meio (LISTEIRO nº 21, 29/09/2009).**

93 Destaque em negrito feito pelo autor.

Para essa forma de pensar, o entrevistado nº 4 apresenta outra perspectiva. Para ele, os meeiros são os alvos da reforma agrária. Já os funcionários com carteira assinada têm prioridade para ficar na terra:

É um direito deles. Aqueles que tem carteira assinada... Não os meeiros, mas os que tem carteira assinada, eles têm a prioridade para ficar na terra. A partir de que ele se adapite [adapte] ao trabalho da reforma agrária. Geralmente tem trabalhadores que não se adapita [adapta] não, ao trabalho de reforma agrária. Ele já está acostumado, às vezes, a ser mandado, a trabalhar daquela forma, ele não se adapita [adapte] muito aquele trabalho (Entrevistado nº 4, 24/03/2011).

Desse enfoque, no caso da desapropriação da fazenda do listeiro nº 23, trocou-se um proprietário por 16 assentados e os 11 meeiros se transformaram em sem-terra, em clientes da reforma agrária.

7.4.7 Ano eleitoral: o MST e o resgate do medo da “revolução comunista” – da complexidade da questão agrária para a polarização entre capitalismo e comunismo

Em um momento político de disputa pela Presidência do país, entre a ex-guerrilheira Dilma Rousseff (PT) (AMARAL, 2011⁹⁴) e José Serra (PSDB) em 2010, o fantasma da “revolução comunista” rondou as discussões contra a reforma agrária na microrregião cacauzeira, ao discutirem o PNDH – 3 e as eleições presidenciais (7,03%) (Tabela 36). A revolta do listeiro nº 23 e de outros “invadidos” reverberaram em mobilizações e no resgate do medo da “revolução comunista” ainda presente no imaginário coletivo (TRINDADE, 1996), para se combater a reforma agrária:

Devemos agradecer ao prezado Alberto essa mobilização. Sabemos que é uma luta difícil, a exemplo do Promotor que reconheceu as dificuldades e tirou o time de campo para preservar sua própria integridade. Até mesmo seus colegas e a própria instituição que os representa, pressionam a deixar o mst [MST] agir de forma bandida e irresponsavelmente [irresponsavelmente] criminosa. Recebo semanalmente recados deles que se me dirigiram [dirigir] a nossa propriedade serei um homem morto a exemplo de nosso tio, um ancião de 82 anos, covardemente assassinado [assassinado] dia 06/01/2008, até hoje sem nenhuma punição. Não é por isso que

94 Ver AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**. A trajetória de Dilma Rousseff - a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro: Sextante, 2011. Coleção Primeira Pessoa.

devemos nos amofinar, a constituição brasileira foi escrita para os brasileiros e não para proteger bandidos, apesar dos pesares. São igrejas, católica principalmente, ongs [ONG], governos que os protegem e lhes dão guarida. Somos iguais a todos e trabalhadores. Vamos lutar (LISTEIRO nº 25, 26/04/2009).

A sociedade apoiou no início a reforma agrária [agrária] patrocinada pelo PT, PCdoB e MST, porem [porém] estes caíram [caíram] em descredito [descrédito] perante a sociedade mostraram sua cara e sua real intençã^o [intenção], a revolução comunista, já fracçada [fracassada] em outros países [países] em época [época] muito remota que se justificava tal filosofia. Há aproximadamente tres [três] anos lendo um jornal português [português] o mesmo já relatava a situação critica [crítica] que o Brasil vai atravessar por imobilismo de seu povo, da relaç^o [relação] do poder dominante com a FARC e Venezuela, do seu poder de mobilização em qualquer momento sem nenhuma contrapartida de forças de opusição [oposição]. Ficamos todos que não compartilha com a situação atual a espera da modificação, sem organização. Estamos todos esperando que o outro faça a nossa obrigação, ninguém [ninguém] se levanta quando uma fazenda é invadida pelo MST, Índio [índio] o pseudo-quilombola estes fomentados as vezes por certas ONGs a serviço de grande rede bancaria [bancária], complexo turistico [turístico] e certas empresas de cosmeticos [cosméticos] que querem preservar a nossa flora e fauna em beneficio próprio [próprio], contando sempre com o patrocio [patrocínio] do poder ora dominante e para tal expulsando os posseiros nativos [nativos] sem o menos [menor] esrupulo [escrúpulo]. Temos que sair a luta, temos que nos organizar o povo brasileiro é um povo de garra, a luta armada não é a solução, só criara [criará] mais odio [ódio] e abismo, temos que denunciar a nivel [nível] dos tribunais internacionais, pois estes desconhece o que se passa no Brasil no momento, a midia [mídia] governamental é imensa e com tentaculos [tentáculos] em todos os setores, os metodos [métodos] são os memos [mesmos] da revoluç^o [revolução] russa de 1917. Sem organização vamos a cada dia enfiarmo-nos num buraco [buraco] sem saída [saída]. Temos grandes juristas, juises [juízes] e promotores honestos, temos que nos alinhar a estes, para levar o nosso clamor as esferas competentes e fazer assim respeitar a nossa constituição e direito de posse conseguida com muito trabalho e sonho (LISTEIRO nº 28, 23/04/ 2009).

Nessa discussão sobre o medo da “revolução comunista” ou socialismo, o Listeiro nº 31 avalia:

O importante é que os assentados em terras legitimamente desapropriadas se transforme em agricultores familiares ou pequenos agricultores e isso não tem nada de revolucionário no sentido mais radical da expressão. Trata-se da criação de milhares de novos proprietários rurais, o que não tem nada que ver com socialismo ou propriedade coletiva das unidades de produção (LISTEIRO nº 31e,10/10/2009).

Como a quantidade de grandes propriedades é muito inferior às pequenas e médias na microrregião, o movimento só dos que tiveram suas terras desapropriadas ou “invadidas” e dos proprietários com mais de 300 hectares não teria repercussão, comoção social e não resultaria em tomadas de decisões contrárias a reforma agrária na microrregião. É preciso persuasão dos que não estão vulneráveis às desapropriações – mais de 90% dos proprietários da microrregião – e que essa resulte em adesões contra as invasões:

Enquanto os não invadidos não se juntarem aos diretamente prejudicados, para pressionar protestando, vai continuar essa baderna, até correr muito sangue e causar um [uma] comoção popular que poderar [poderá] mudar esse rumo das coisas (LISTEIRO nº 4, 22/04/2009).

Muito oportuna essa afirmação sua quanto a necessidade da união dos invadidos e não invadidos, fato que infelizmente até hoje , e não é de hoje, todos são testemunhas disso, venho batendo nessa tecla sem nenhuma resposta afirmativa por parte da região (LISTEIRO nº 25, 22/04/2009a).

Aos poucos os cacauicultores vão mostrando os procedimentos de exclusão e mecanismos de poder contra a reforma agrária: tentativa de criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra em detrimento a luta direta contra a reforma agrária; desencadeamento de reações comovidas contra o MST para que suas palavras tenham vigor contra as desapropriações impulsionadas por pressão desse movimento; convencimento com base na deferência aos “não invadidos” a aderirem ao movimento de resistência à reforma agrária que passa as terras dos humanos “severos e bons” aos improdutivos e marginais do MST; confusão entre propriedade da terra e utilização da força de trabalho na propriedade, como se somente ter mais ou menos pessoas trabalhando nas fazendas blindassem a propriedade contra as desapropriações; aventamento (ameaça) de um possível confronto entre os “invasores” e os “invadidos” com consequências trágicas, representado em frases como “correr muito sangue” e “DEUS, NÃO CONSINTAS QUE EU SEJA O CARRASCO QUE SANGRA AS OVELHAS, NEM UMA OVELHA NA MÃO DOS ALGOZES”; recorrência ao poder da deferência – a um passado glorioso dos proprietários de terras, pessoas produtivas e de reputação ilibada, possuidoras da titularidade secular da terra – a terra como patrimônio familiar; recorrência ao medo da “revolução comunista” no período eleitoral para conseguir adesões da população ainda temerosa ao

comunismo “real”; desqualificação dos funcionários do Incra, como veremos a seguir.

7.4.8 Pressão e desqualificação dos funcionários do Incra

No interior das discussões sobre o MST, invasões, índice de produtividade, desvalorização das terras, está o papel do Incra na região. Diante da dificuldade de lutar diretamente contra o poder do Estado, outro inimigo torna-se alvo dos cacauicultores e, de forma distinta, também dos sem-terra: os funcionários do Incra. De um lado os sem-terra pressionam o Incra para cumprir a reforma agrária constante na Constituição, do outro os grandes cacauicultores lutam para preservar suas terras recorrendo novamente a um dos procedimentos de exclusão dos dizeres e fazeres: a separação e rejeição. Os funcionários do Incra são desqualificados pelos cacauicultores e pressionados pelos sem-terra:

Preocupa-nos sobretudo a infantilidade, talvez dos bem intencionados em tratar com o INCRA como se fossem pessoas bem intencionadas com a região. [...]. Rola todo tipo de negociações ali, amizades, interesses pessoais e o que se pensar mais. Ou a região se conscientiza da necessidade de partir junto às lideranças regionais, somadas às representativas classistas ou a vaca vai pro brejo. É o governo agindo covardemente contra o cidadão individualmente. Gasta-se dinheiro, exaurem-se as reservas financeiras do proprietário com o estímulo do Incra, desde o Ouvidor Agrário Nacional até o mais simples funcionário, eles são pagos para isso e estimulados por uma política governamental atrasada que conta com a pouca vontade do judiciário em resolver (LISTEIRO nº 25, 22/04/2009b).

, sou conhecedor de seus problemas, inúmeras vezes conversamos sobre esse assunto, aonde minha ideia é vocês [vocês] foram vilapendiados [vilipendiados], criminosamente utilizados pelo INCRA ,que é um órgão [órgão] do aparelho Petista, tanto é que tiraram um Técnico(Zé Leal) e colocaram mais um barbudinho roxo,portanto produtor lá é esbulhado sempre,afinal essa é a tã?nica [tônica] (LISTEIRO nº 14, 30/09/ 2009).

Nossa propriedade não foi invadida pelos sem-terra, na verdade esta desapropriação foi feita por encomenda dos pseudo agricultores-urbanos ao INCRA. **Este facilmente oficializou a ocupação, cedendo a posse das nossas terras a 16 acampados, cuja**

relação encontra-se no processo de desapropriação. Bela reforma agrária: substituir 11 parceiros/meeiros (gente do ramo) + 3 funcionários com mais de 30 anos de carteira assinada, por 16 oportunistas. Alguém desconhece que o INCRA é um órgão 100% aparelhado? Ronald: como podemos excluir a componente político-ideológica desta questão? Difícil afastar a idéia de que houve uma ação criminosa, deliberada e de longo prazo conduzindo à situação atual da nossa região: Introdução da VB, soluções improvisadas da CEPLAC, financiamento, endividamento, exaustão e desapropriação – fica fácil como chutar cachorro morto (LISTEIRO nº 21, 30/09/2009).

Para evitar as “invasões motivadas por conflito agrário”, está previsto na lei 8. 629, de 25 de fevereiro de 1993, artigo 2º, parágrafo 6º, que:

O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações (BRASIL. Lei 8. 629, de 25 de fevereiro de 1993, 2013).

Além disso, para conter as ocupações como estratégia dos movimentos sociais de luta pela terra para que o Estado efetive a reforma agrária, o MDA, através da portaria nº 62, de 27 de março de 2001, que trata de critérios para realização de vistoria de imóveis rurais, em seu artigo 2º, diz que: “Os beneficiários assentados em projetos integrantes do Programa de Reforma Agrária que vierem, de qualquer modo, participar de esbulho ou invasão de terras [de] domínio público ou privado, bem como de prédios públicos serão excluídos do programa (MDA. PORTARIA Nº 62, DE 27 DE MARÇO DE 2001, 2013).

Essa lei e portaria fizeram com que os sem-terra mudassem os meios para ter acesso à terra:

[...] a gente [MLT] solicita algumas fazendas e pede para o INCRA fazer a vistoria. Certo? Aí já é da alçada dele. Porque a gente só pressiona para fazer a vistoria. O que que eles pedem? O inteiro teor da fazenda em cartório, para eles saberem quem é o proprietário e notificar (Entrevistado nº 14, 30/03/2011).

De forma ilegal, até mesmo invadem propriedades produtivas como forma de pressionar o Incra a fazer vistoria em uma propriedade em condições de ser

desapropriada. Nesse sentido o interesse não é desapropriar aquela terra, aqui deveras invadida, mas outra:

Agora, existem certos casos que a gente, por exemplo, a gente sabe que aquela área não sai, a gente ocupa para forçar o INCRA fazer vistoria em outra. Existe essa estratégia também. A gente [MLT] não usa muito, porque a gente perde ela também. Quem usava mais isso é o MST – Movimento dos Sem Terra. Quem usa mais essa estratégia é o MST. Eles sabem que aquela área não sai. Ele ocupa para poder forçar o INCRA fazer vistoria em outra fazenda que eles têm interesse. Por lei eles sabem que eles não podem, aquela área não sai mesmo (Entrevistado nº 14, 30/03/2011).

Já os proprietários das grandes fazendas de cacau pressionam para que suas terras não sejam vistoriadas, inclusive desqualificando o trabalho desses funcionários – são “aparelhados”: ocupam e controlam esse setor da administração pública com interesses corporativos e partidários do PT, mesmo que a reforma agrária no Brasil esteja em pauta desde a década de 60 (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012). Como lembra o Listeiro nº 31: “A reforma agrária não foi criada pelo governo atual, nem pelo precedente” (LISTEIRO nº 31f, 10/10/2009).

Como vimos, como o Estado não se adianta nas desapropriações e assentamentos dos sem-terra, os movimentos sociais vão criando artimanhas para fazer com que a reforma agrária seja efetivada. E há reações.

7.4.9 “Mas simplificar a questão em termos dos que são a favor da reforma e dos que são contra é errado”: dois extremos e poucas reflexões sobre a reforma agrária

Em resposta ao listeiro nº 21, temos as ponderações feitas pelo Listeiro nº 28, que poderiam contribuir para superar a bipolarização entre os que são contra e a favor da reforma agrária e tornar a discussão mais complexa:

O problema da reforma agrária é garantir que ela seja feita nos termos e nos limites da lei e nos casos que isso não acontece é perfeitamente válida a crítica e o inconformismo. A tendência ao corporativismo que entende que só tem santo na própria corporação não é realista [realista] e nem educativo. É claro que existem terras ociosas. É claro que tem assentamento que não produz, ou produz menos do que a produtividade exigida pela lei. É claro que estas

distorções devem ser combatidas. Mas é claro também que há casos de assentamentos que transformaram-se em núcleos de produção e produtividade e esta discussão existe entre eles no sentido de alguns defenderem isso e outros não perceberem esta importância, fortalecidos pelos que denunciam toda e qualquer manifestação [manifestação] de defesa dos interesses dos que na região perderam seus empregos e que são em maior número do que os que perderam suas fazendas ou roças. Mas simplificar a questão em termos dos que são a favor da reforma e dos que são contra é errado. E os que são contra aderirem por solidariedade, que não devia haver, aos que estão grilando as terras públicas e desmatando a amazônia [Amazônia], me parece uma atitude pouco construtiva da sociedade de equilíbrio e de oportunidades que acredito a maior parte dos listeiros quer construir. [...]. Neste contexto de dificuldade é preciso muita união dos que percebem que o cacau é a melhor alternativa de desenvolvimento para a região, no que diz respeito a geração de riqueza e de difusão desta riqueza entre propriedades que não são latifúndios [latifúndios]. E de quebra preserva o meio ambiente. [...]. (LISTEIRO nº 31b, 29/09/2009).

A situação que você descreve é intolerável e injustificável. Digna de haver algum processo de reparação. Creio até que a APC pode e deve constituir um grupo de luta pela reparação, acumulando fatos e argumentos que permitam que o assunto seja trabalhado. Mas, sugeriria que não transformasse esta luta justa, numa adesão sem críticas, ao latifúndio improdutivo, assim como não posso aderir, sem crítica, a luta pela melhoria das condições dos agricultores familiares e assentamentos. Colocada a questão em termos ideológicos a resolução do problema torna-se mais difícil, pois abandonam-se argumentos, esquecem-se as leis e fica todo mundo no seu extremo, ficando os demais inibidos de participar de uma luta tão acirrada e extrema. A diplomacia continua sendo o melhor caminho, o que não tem nada a ver com submissão, pois [pois] pode-se e deve-se ser bem firme na defesa de interesses justos e legais. [...] Esteja certo que acho estas atitudes e procedimentos totalmente inadequados. Creio que a discussão sobre o tamanho da propriedade e a questão da produtividade são elementos centrais na defesa dos agricultores e não vejo como, nem a conveniência, confundir estas irregularidades e tragédias com o trabalho quase escravo em muitas lavouras de cana de açúcar, ou com os grileiros que cometem crimes para ficar com terras públicas ou de pequenos proprietários. Sinto a mesma indignação com o que aconteceu com sua família e com fatos como os que aqui citei e acontecem com regularidade, acrescidos de assassinatos de lavradores (LISTEIRO nº 31a, 29/09/2009).

Entretanto a apreciação da reforma agrária nos termos ressaltados pelo Listeiro nº 28 não repercutiu na Lista do Cacau, não resultou em seguidores, em respostas, tanto quanto em relação aqueles que emocionados relatavam seus dramas pessoais ao ter suas propriedades invadidas, como a citação a seguir:

Amigos, vim por este meio apelar para a ajuda de todos. Neste último dia 19 de outubro tivemos nossa fazenda invadida por bandidos armados e que se apossaram de nossas terras. A nossa propriedade é denominada São João e fica no município de Ibirapitanga, no distrito de Novo Horizonte. Invadiram e estão armados até os dentes. Não se identificaram como nenhum grupo (MST, etc...). Estamos apelando para a justiça mas já vimos que será uma luta difícil. Somos 11 herdeiros de um espólio deixado por meu pai. Nos últimos anos, vimos tentando com dificuldades manter a fazenda em funcionamento e, neste momento de crise, ainda tivemos nossa propriedade invadida por bandidos e assaltantes e não temos acesso às dependências de fazenda. Saliento que não é uma propriedade improdutiva, pois cada irmão e mais minha mãe estamos tocando a produção com meeiros, pois isto reduz custo, mas não dá direito a bandidos armados com revólveres, espingardas e outras armas invadirem nossa propriedade. Apelamos a quem puder nos ajudar neste momento, pois está tudo muito difícil. Fomos dar queixa na delegacia e, quando tinha funcionário, não tinha computador. Depois de conseguir o computador, faltou tinta na impressora. Com muita dificuldade conseguimos imprimir a queixa para que possamos abrir um processo na justiça contra esses bandidos (LISTEIRO nº 33, 26/10/2009).

7.5 ENTREVISTAS COM OS CACAUCULTORES: A QUESTÃO AGRÁRIA

Do total de cacauicultores entrevistados, somente 6 se pronunciaram sobre a reforma agrária e os enunciados não fugiram daqueles levantados na Lista do Cacau: índice de produtividade, não necessidade de reforma agrária na região porque a maioria das propriedades são pequenas e médias; assentamentos improdutivos; desvalorização das terras devido à vassoura-de-bruxa; invasões; fazendas arrematadas para pagar dívidas trabalhistas, caxixes e grilagens. O que se apresentou como diferente foi à questão das fazendas leiloadas para pagar dívidas trabalhistas e a assunção de que houve caxixes e grilagens na região.

A seguir, reproduziremos uma citação de cada um dos enunciados descritos:

“[...] a região não tem esse índice de produtividade tão alto”. Baixo índice de produtividade na região

Tanto é que tem o índice de produtividade que eles estão colocando muito alto e a região não tem esse índice de produtividade tão alto. Botaram um índice muito alto para efeito de desapropriação. Então

tem que ser revisto isso aí. Esse índice de produtividade tem que diminuir mais, porque senão praticamente todas as terras aqui vão ser sujeitas a reforma agrária. Então tem que ser revisto isso aí. Tem que ser revisto (Entrevistado nº 1, 22/03/2011).

“[...] eu não vejo muita distorção na formação agrária no Sul da Bahia [...]”: a maioria das propriedades é de pequena e médias propriedades e não há motivo para reforma agrária

Mas a grande maioria da Região Cacaueira é assim: 100 hectares, 150 hectares, 50 hectares. Eu não vejo nenhuma distorção no sentido geral. Na Suíça também, que é um paíszinho pequeninho, tem os grandes proprietários e tem os pequenos e os médios. Mas a maioria são pequenos. Então, eu não vejo muita distorção na formação agrária no Sul da Bahia, não (Entrevistado nº 8, 28/03/2011).

“Porque não estão produzindo. Demonstra que a reforma agrária não foi a solução pra região”. Os assentamentos estão improdutivos

Eu tenho certeza que você vai ouvir pessoas aqui que vai defender o argumento da reforma agrária. Eu desafio a lhe mostrar um assentamento de reforma agrária aonde se for retirado todos... As bolsas isso, bolsa aquilo, bolsa... Essas bolsa escola, bolsas todas do governo. Programas sociais do governo, que o assentado viva exclusivamente de cacau. Eu desafio. Então, os assentamentos, eu já estou sentindo isso. Eu conversava com uma liderança do MST recentemente, tem 15 a 20 dias, e ele me dizia assim: ‘É, agora em diante o nosso lema vai ser ocupação – que eles não falam invasão, eles falam ocupação – ocupação zero. Agora temos é que colocar esses assentados a produzir’. Porque não estão produzindo. Demonstra que a reforma agrária não foi a solução pra região. Pra Região Cacaueira. E hoje tem um outro entrave. Eles têm dificuldades em encontrar áreas que atendam a legislação. Porque a legislação é no mínimo, para a região, em módulo rural, é no mínimo 300 hectares (Entrevistado nº 3, 24/03/2011).

“Quer dizer: uma terra de primeiríssima por 500 reais o hectare? É um absurdo!” Desvalorização das fazendas de cacau

Então, quem comprou fazenda de cacau, por exemplo, naquela época [auge da crise], foi o melhor negócio que fez. Fazenda de cacau, o hectare chegou a valer 500 reais e não achava quem comprasse. Quer dizer: uma terra de primeiríssima por 500 reais o hectare? É um absurdo! Foi terra mais barata do que o Oeste [da Bahia], que sempre disse que não valia muito naquela época. Hoje já vale muito por causa da soja, mas aqui, a região caiu muito, porque

aqui nunca se vendeu propriedade por tamanho. Aqui sempre se vendeu por produção (Entrevistado nº 10, 29/03/2011).

“Quadrilha montada para fazer isso, porque não pode”. Criminalização dos movimentos de luta pela terra

Quando chega aqui, que vê todos esses absurdos, a gente fica muito triste, dá um choque porque o movimento, infelizmente, que era um movimento que a gente tinha como movimento bonito, ficou um movimento muito errado, muito... Com muitas invasões. As pessoas entram... Tem invasões aqui de fazendas que as pessoas quando saem, levam as portas da fazenda. Levam motor de geladeira. Entram, matam boi pra fazer churrasco. Entram quando está em época de cacau, colhem o cacau todo e depois vai... Isso não é... Isso já passa a ser roubo. Quadrilha montada para fazer isso, porque não pode. Eu acho que o movimento, infelizmente, que eu tinha como movimento bonito, ele perdeu a finalidade (Entrevistado nº 10, 29/03/2011).

“Teve gente que não pode pagar a dívida trabalhista”. Fazendas leiloadas para pagar dívidas trabalhistas

Teve gente que não pode pagar a dívida trabalhista. A fazenda foi penhorada, foi à praça, foi...

[MCR] – A leilão?

[MB] – A leilão! Essa mesmo foi adjudicada. Sabe, a adjudicação da dívida. O cara tomou pela dívida. ‘Até logo, passe bem’ (Entrevistado nº 12, 29/03/2011).

“[...] na verdade e houve muito o que eles chamavam de caxixe”. Caxixes e grilagens

Ela é uma região de pequenas propriedades quando comparadas com outras regiões. Em termos econômicos hoje é também. Não tem nenhum grande produtor. Pequeno produtor só 3,8 milhões de renda anual, com o declínio da lavoura isso não é mais possível, mas a gente nota que era uma região de muito mais pequenas propriedades quando analisa, por exemplo, os registros de imóveis onde você tem uma fazenda que tem dez títulos. Uma fazenda de 300 hectares que tem quatro, cinco títulos. Que depois o produtor foi, fez, juntou, mas mostrando que ali eram quatro, cinco, na verdade e houve muito o que eles chamavam de caxixe. Quando o marido morria alguém ia lá com a viúva, assumir as contas da viúva, ficava pagando as contas, depois quando a família queria retomar ele dizia: “Não, o que eu gastei foi tanto e não sei o quê”, e acabava... Houve muito isso, grilagem... Como houve em toda região (Entrevistado nº 20, 01/04/2011).

A seguir apresentamos esquema analítico segundo Foucault (2008a) e Raffestin (1983):

Lista do Cacau - a questão agrária segundo os cacauicultores
Quem fala
↓ Cacauicultores
De onde falam
↓ Lista do Cacau e entrevistas
Por quem falam
↓ Pelos cacauicultores
De quê falam
↓ a) criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra, principalmente do MST; b) movimentos contra as invasão de suas terras; c) contra a aplicação do atual índice de produtividade para fim de reforma agrária em suas terras, pois foram vítimas de um crime biológico e do PRLC; d) desqualificação dos funcionários do Incra que estão “aparelhados”; e) atrelamento entre reforma agrária e “revolução comunista” em momento eleitoral brasileiro.
Para quem falam
↓ Para o Estado e população
Utilizando-se de quais meios
↓ Depoimentos emocionados e indignados na Lista do Cacau e nas entrevistas
Com quais estratégias
↓ <ul style="list-style-type: none"> • Não confrontar diretamente com a reforma agrária constante na Constituição, mas considerar todas as ações do MST em ilicitudes, independentemente de serem ocupações ou invasões de terras, como forma de conseguir adeptos contra a reforma agrária; • Não estabelecer relação entre a quantidade de estabelecimentos agropecuários e a área ocupada para dizer que o território-região cacaueira do Sul da Bahia não precisa passar por reforma agrária; • Dizer que os assentamentos são improdutivos, caros e por isso a reforma agrária em suas terras não se justifica; • Confundir mudança na estrutura fundiária com relações de trabalho nas propriedades; • Resgatar o medo da “revolução comunista” na população para que ajam ações contra a reforma agrária, entendidas como atos de comunistas; • Descreditar do profissionalismo dos funcionários do Incra – são “aparelhados”; • Não falar sobre o processo de ocupação das terras da microrregião cacaueira: invasão de terras devolutas, invasão das pequenas propriedades, manipulações jurídicas para se apropriar de terras de outrem; • Valorização de si: guerreiros, ordeiros, defensores do direito de propriedade, produtivos, ilibados, tradicionais produtores de cacau, apatidários, não comunistas, merecedores de respeito e consideração, democráticos; • Desqualificação dos “outros”: invasores, bandidos, horda de malfeitores, turba, guerrilheiros, meliantes, marginais, criminosos, baderneiros, seqüestradores, assassinos, vagabundos, ladrões, “aparelhados”, comunistas, socialistas, de esquerda, revolucionários. • Ameaças – suas terras não podem sofrer reforma agrária porque foram vítimas de um crime

Lista do Cacau - a questão agrária segundo os cacauicultores
<p>biológico que os impedem de atingir o índice de produtividade exigido em lei e tornaram-se endividados devido ao fracasso do PRLC. Se suas terras continuarem a sofrer invasões recorrerão aos tribunais internacionais, denunciarão o Estado brasileiro junto ao Tribunal Internacional de Haia. Se não houver a criminalização das ações dos movimentos sociais de luta pela terra poderá ocorrer conflitos com conseqüências trágicas. Não votarão nos candidatos que não são contra a criminalização do MST. Estrangeiros deixarão de investir no Brasil se continuar as invasões. Se nada for feito, os movimentos sociais de luta pela terra instalarão o comunismo no Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recompensas – se o Estado fizer o que querem a ordem será restabelecida, respeitarão o direito de propriedade, serão produtivos, produzirão postos de empregos, gerarão impostos e renda. Prevalecerá a democracia.
↓
Ordens imperativas ao Estado e persuasão ao Estado e à população
↓
<p>Ordens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não fazer reforma agrária em suas terras; • Tornar as ações do MST em ilicitudes; • Ao Incra – não utilizar os atuais índices de produtividade para fim de desapropriação das grandes propriedades improdutivas na região; • Não adotar o comunismo ou socialismo como ideologias políticas, econômicas e sociais; • Não fazer demarcação das terras indígenas e quilombolas – porque os atuais proprietários possuem o título de propriedade emitido pelo Estado há séculos e os que reivindicam a demarcação não são índios e nem remanescentes dos antigos quilombos. <p>Persuasão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Defenderão o direito à propriedade; zelarão pela ordem; as terras são de todos os brasileiros, de forma indistinta; não permitirão que seja implantado no Brasil o socialismo e/ou comunismo. Prevalecerá a democracia.
↓
Efeitos esperados ou intencionalidades
↓
<ul style="list-style-type: none"> • Acabar com a política de reforma agrária na região. Não ter suas terras objetos de reforma agrária.
↓
Intermediações espaciais
↓
<ul style="list-style-type: none"> • Açambarcar a opinião pública para ir contra a reforma agrária praticada pelo Estado. Agir como se todos os proprietários de terras na microrregião estivessem sujeitos à reforma agrária em suas terras.

Quadro 56 – Lista do Cacau – esquema de análise sobre a questão agrária falada pelos cacauicultores.

Fonte: Lista do Cacau. Temática: Questão Agrária. Mensagens disponíveis em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Período – 27/02/2009-19/11/2010

Pelo que vimos até aqui, a crise da região cacauzeira consubstanciada pela reforma agrária nas fazendas produtoras de cacau, como difundem e repetem os cacauicultores na Lista do Cacau, é particular dos proprietários que possuem mais de 300 hectares na microrregião (ou fora dela) e não conseguem mantê-las produtivas. Situação em que se encontram menos de 10% dos proprietários. Em mais de 20 anos de instalação da crise substanciada e datada pelos cacauicultores, um pouco mais de 3% da área total da microrregião sofreu reforma agrária. Pelos

depoimentos emocionados, repetição de seus infortúnios em locais que adotam um conjunto de formalidades, de deferência, a crise regional vai se confirmando pelo que dizem dela.

7.6 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NO USO DA TERRA E NAS RELAÇÕES DE PODER LOCAL

A conservação da cabruca – plantação do cacau em mata raleada – e das matinhas, como denominamos as áreas com remanescentes de Mata Atlântica conservados no interior das fazendas de cacau, permitiram a irrupção de novas vozes sobre o território-região e outra perspectiva para as propriedades da matéria chamada Mata Atlântica, que não somente a de desflorestá-la.

Ao longo dos 250 anos da produção cacauera no Sul da Bahia, essas duas formas de uso do solo pelos cacauicultores acabaram por conservar parte da Mata Atlântica, mesmo quando não havia uma legislação ambiental que coibisse o desmatamento: “Naquela época [década de 40] não havia IBAMA, não havia FUNAI [Fundação Nacional do Índio], não havia INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], não havia nada. Você podia fazer o que você quisesse dentro da sua fazenda” (Entrevistado nº 12, 29/03/2011).

Em decorrência dos mais de 20 anos da crise cacauera Sul baiana, ocorreram duas tendências em relação aos remanescentes da Mata Atlântica na forma das matinhas e à cabruca. Primeira: o abandono das fazendas, como consequência, o não uso das pequenas matinhas deixadas para a caça, feitorias nas propriedades cacaueras, ou por consciência preservacionista (LINS, 2005) e a não exploração econômica da cabruca, fizeram com houvesse uma regeneração e transformação dessas em florestas, na concepção do IBAMA. As árvores da cabruca foram fechando suas copas e os extratos arbóreos foram se restabelecendo.

Aí veio a crise. Com a crise o cara parou de investir na lavoura, parou de cuidar das roças. Ora, se ele parou de cuidar do cacau, que é a planta que produz, imagina as árvores de sombra! Tô certo? [...]. As árvores engrossaram. [Em] 15 anos, engrossou, regenerou. As que estavam finas engrossaram, aquela que estava embaixo de outras árvores, porque ele não tirou, porque não investiu nada, cresceu de novo. Ou seja, a floresta voltou, a cabruca voltou a ter uma

característica que não dava mais economicamente para ser explorada porque tinha muita sombra (Entrevistado nº 33, 22/05/2012).

Segunda tendência: muitos cacauicultores derrubaram árvores, seja das matilhas ou cabruças, para fazer a comercialização da madeira, como denunciado pelo SBT Repórter, em 1998, e pelos entrevistados, particularmente o entrevistado nº 21 e nº 3:

Nós mantivemos um sistema de produção que a gente chama de sistema cabruca, até hoje com uma relação de 6 para 1, ou seja, seis hectares de cabruca para 1 hectare de derruba total, que é o plantio produtivista. [...]. Então se a gente perdeu 300 mil hectares de cacau, nós perdemos 200 mil hectares de cabruca. 2/3! [...]. Se a gente considerar a média de 40 árvores por hectare, você multiplique 300 mil vezes 4, nós perdemos... Pode ver aí. Dá 1 milhão e 200 mil essências nativas, de qualidade, de alto preço, porque foram os 300 mil que a gente perdeu em uma conta simples. Associada a cabruca, você tem os remanescentes de Mata Atlântica, que foram embora também, que eram mantidos e conservados com o cacau. Então você perdeu cacau, perdeu remanescentes. A gente calcula que a gente perdeu em torno de 3 milhões de árvores, de essências nativas. Arbórea de alto valor comercial. Se você calcular em função [metros] cúbicos, você tem o valor econômico. Essa aí é o valor ambiental, que eu prefiro falar. Mas você pode transformar esse metro cúbico de madeira – e você tem elementos para isso – e você vê que o valor econômico, o valor ambiental... O valor ambiental e o valor econômico que teve. Esses são os principais... as principais vertentes da perda.

[MCR] – E as pessoas derrubavam a cabruca para poder comercializar a madeira, para poder...

[] - Para comercializar a madeira, lógico! Venderam. Nós chegamos a ter uma concentração absurda de madeiras, de serrarias clandestinas na região. Tem esse número aí, mas não sei de cabeça não. Todo mundo tinha. Todo lugar tinha uma serraria clandestina, logo no apogeu da crise. Aí por volta de 1995 até 2000 (Entrevistado nº 21, 17/05/2012).

O custo ambiental foi muito alto. Nós perdemos aí uns 150 mil hectares de cabruca, desse agrossistema fantástico que é a cabruca para virar pastagem. Camacã perdia 500 hectares, a cada ano, de cabruca, para cacau e 50% da área de Camacã hoje virou pasto, onde era cacau. Ali entre Barro Preto e a entrada entre Barro Preto e a entrada de Itapé, ali tudo virou pastagem. Era tudo fazenda de cacau. Almadina... Enfim, esse preço ambiental foi muito alto (Entrevistado nº 3, 24/03/2011).

O desmatamento continua. De acordo com o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, referente ao período de 2010 a 2011: “A Bahia conquistou a triste segunda posição do ranking com o desflorestamento de 4.686 ha. Hoje, restam 2.408.648 ha de Mata Atlântica no estado, o que, originalmente, já correspondeu a 18.875.099 ha” (SOS Mata Atlântica, 2012). Entre os municípios que lideram o *ranking* dos que mais desflorestaram na Bahia, estão os municípios de Canavieiras (1.337 há) e Belmonte (902 há), ambos localizados na microrregião Ilhéus-Itabuna. Hoje, “Considerando todos os pequenos fragmentos de floresta natural acima de 3 hectares, o índice chega a 13,32%” (SOS Mata Atlântica, 2012) de remanescentes florestais da Mata Atlântica, sendo um dos mais ameaçados do Brasil.

São duas situações opostas acontecendo simultaneamente: uma de conservação e outra de degradação da floresta, apesar de o artigo 225 da Constituição Federal, parágrafo 1º, item 4, dizer que considera, dentre outras, a Mata Atlântica como “[...] patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais” (BRASIL, 1988)⁹⁵, da Lei da Mata Atlântica⁹⁶ e outras⁹⁷.

Com o restabelecimento da Mata Atlântica nas cabruças⁹⁸, os cacauicultores não puderam mais ralar a floresta porque, segundo o IBAMA, estariam praticando crime ambiental. O mesmo acontecendo em relação às matinhas, que não poderiam mais ter uso econômico direto. Para os respeitadores da lei, as áreas das fazendas com esses tipos de uso do solo ficaram inutilizadas, sem meios de obtenção direta da riqueza. As carpintarias, marcenarias, serrarias foram desativadas, como nos disse o entrevistado nº 8.

95 Ver legislação específica sobre a Mata Atlântica em: <<http://www.ibama.gov.br/documentos/link-mata-atlantica>>. Acesso em: 31 fev. 2013.

96 Ver Lei da Mata Atlântica : Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 [e] Resolução CONAMA nº 388, de 23 de fevereiro de 2007 / Editor Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica ; revisão João L.R. Albuquerque, Clayton F. Lino. - - São Paulo : Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2007. 54 p. ; 21 cm. - - (Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Série Políticas Públicas; 33). Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_33.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2013.

97 Ver legislação sobre Ucs em: <<http://www.semace.ce.gov.br/monitoramento/reservatorios/>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

98 O IBAMA passou a considerar a derrubada de árvores da cabruca como crime por tratar-se de madeira retirada do bioma Mata Atlântica.

Diante disso, procuraram criar meios legais de obter renda com essas áreas, tais como: a) valorização da floresta em pé – “A Mata Atlântica, a grande massa da floresta Atlântica preservada no Brasil, está no Sul da Bahia, você acha que isso se deve a quê? Ao cacau! Então, na verdade, as fazendas de cacau, hoje, têm muito mais valor pela floresta, do que pelo cacau propriamente dito” (Entrevistado nº 8, 28/03/2011); b) construindo meios legais para poder ralear novamente a cabruca; c) transformando essas áreas em unidades de proteção – RPPN, Reserva Legal.

Em 28 de dezembro de 2011, por meio da lei 12.377, o governo do Estado da Bahia reconheceu a cabruca como sistema agroflorestal que associa Mata Atlântica com o cultivo do cacau. Em seu artigo 117-A diz que:

O cacau cabruca é um sistema agroflorestal (agrossilvicultural) que proporciona benefícios ambientais, econômicos e sociais, manejo, plantio, condução e interferências silviculturais nos elementos arbóreos, serão disciplinados em disposições regulamentares, ouvindo o Órgão Agrônomo responsável pela Política Cacaueira da Bahia, a CEPLAC – SUEBA (BAHIA, LEI Nº 12.377 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011, 2011).

Há, segundo o entrevistado nº 33, a liberação do uso econômico da cabruca pela retomada da produção do cacau-cabruca e da derrubada de árvores, conforme explicação nos concedida:

Eu quero que você entenda o seguinte, é que você tem, o cacau precisa mais ou menos, por hectare, 40 árvores bem distribuídas. Ora, essa aqui tem 85. Então não tem como eu produzir cacau com essa quantidade de árvores. Então eu tenho que fazer a supressão, eu tenho que abater algumas, porque ela sempre foi abatida. Deu pra entender? Historicamente ela sempre foi. Ela parou 15 anos sem ninguém mexer. Por isso é que ela ficou desse jeito. Eu, para atender a demanda econômica eu preciso fazer isso pra penetrar sol, pra mim poder adubar, poder clonar algumas áreas. Então, o que que vai acontecer? Eu preciso suprimir algumas árvores, preciso abater, preciso retirar algumas árvores de lá. E existe uma proposta, pra cada árvores que a gente retirar, a gente devolve 3. (Entrevistado nº 22, 22/05/2012).

Como efeito prático da valorização do cacau-cabruca e não somente do cacau pleno sol, como é denominado o cacau produzido na forma de *plantation* e sem a necessidade de muito sombreamento, algumas realizações já estão sendo pautadas na microrregião Ilhéus-Itabuna: foram realizados entre os dias 26 e 28 de

novembro de 2012, no auditório Jorge Amado, na UESC, o I Encontro Baiano dos Povos da Cabruca, o I Encontro Baiano de Sistemas Agrossilviculturais, a Cúpula Técnica dos Povos (Encontro de saberes da Agricultura Familiar com a Ciência), uma Feira da Agricultura Familiar e de Artesãos, exposições e espaços para negócios. E mais: está previsto para outubro de 2013 a realização do IX Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, em Ilhéus (PEIXOTO, 2012).

7.6.1 Cacau-cabruca e Reserva Legal

Para a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o Novo Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012), os imóveis rurais localizados na microrregião Ilhéus-Itabuna devem manter cobertura de vegetação nativa de 20% da área do imóvel na forma de Reserva Legal, área que tem

[...] a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL, 2012).

A exploração da cabruca, como agrofloresta, pode ser transformada em Reserva Legal, ter plano de manejo e ser usada de modo sustentável, respeitando o Código Florestal atual, como o que está acontecendo com o Projeto Barro Preto:

Ou seja, a gente quer parar com essa história de derrubar cabruca, de derrubar mata. A gente quer continuar produzindo cacau. Proporcionar adequação ambiental – Reserva Legal e APP – ou seja, cumprir o que a legislação ambiental está dizendo. A gente tem que regularizar. Existe um prazo, a gente vai ter que regularizar (Entrevistado nº 22, 22/05/2012).

Para os proprietários da cabruca, seu reconhecimento como sistema agroflorestal têm consequências como: a) permissão legal para a comercialização da madeira oriunda do novo raleamento da cabruca; b) voltar a produzir o cacau-cabruca, com possibilidade de haver a certificação de origem e melhor preço da amêndoa do cacau no mercado por ser produzido dentro dos princípios da

conservação produtiva⁹⁹; c) obtenção de ações extensionistas da Ceplac no manejo da cabruca; d) abertura de linhas de financiamentos especiais como o Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental - FNE VERDE, do banco do Nordeste; d) associação público-privada, como a da Mars Cacao e Ceplac, com o Projeto Barro Preto, que tem como objetivo:

[...] por meio da orientação e educação dos produtores rurais, resgatar a agrossilvicultura (a prática de cultivo de árvores em conjunto com culturas agrícolas ou com a criação de animais), por meio do uso racional da terra, promovendo o fortalecimento do solo, além da preservação das nascentes dos rios e de toda a biodiversidade. Para promover a revitalização do cultivo cacauero na região, será utilizado o sistema ecológico agroflorestal Cabruca [...] (MARS, 2012).

Além das Reservas Legais, alguns cacauicultores transformaram suas matilhas, inclusive as ex-cabruças, em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), ou seja, “[...] área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica” (SNUC, 2000, p. 31), reservando parte de sua propriedade exclusivamente para a pesquisa científica e “visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais” (SNUC, 2000, p. 31). Com isso os cacauicultores passaram a pagar menos impostos sobre essas áreas “improdutivas” e a evitar que as mesmas fossem ocupadas pelos sem-terra (LINS, 2005).

Como disse um dos entrevistados:

A gente batia isso aqui dentro: ‘rapaz, a Ceplac tá dizendo lá [no projeto], a Ceplac tem que promover o desenvolvimento sustentável. A gente tem que introduzir a questão ambiental, aquela questão ambiental’. E a gente estava fazendo esforço isolado. Isolado, isso é a realidade, para tentar convencer os produtores a regularizar a Reserva Legal. Até porque para evitar, tipo assim, a invasão de terra. Uma fazenda que tem, ela, você sabe, se ela tiver como Reserva Legal, ela tá cumprindo aquele papel ambiental, ninguém... O cara não pode ser colocado pra reforma agrária (Entrevistado nº 22, 22/05/2012).

99 “A Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados aprovou ontem (20), o Projeto de Lei 3.665/12 de autoria do deputado federal Félix Júnior (PDT-BA), que institui o Selo Verde Cacao Cabruca e Cacao Amazônia”. Comissão de meio ambiente aprova selo verde para o cacao cabruca. Disponível em: <http://www.politicosdosuldabahia.com.br/v1/2013/03/21/comissao-de-meio-ambiente-aprova-selo-verde-para-o-cacao-cabruca/>. Acesso em: 22 mar. 2013

Hoje a microrregião Ilhéus-Itabuna possui 19 RPPNs de administração federal e 1 estadual ocupando área de 2.633 hectares. A conservação ambiental nas áreas de cabruca, ou não, resultou também na criação de 2 unidades de conservação de proteção integral, cujo objetivo “[...] é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2000, p. 20-21). São ambas de administração federal e mais duas estaduais, correspondendo a 41.529 hectares de terras. Em relação às unidades de conservação de uso sustentável – aquelas que visam “[...] compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2000, p. 20-21) – a microrregião tem 22 sob a responsabilidade administrativa federal e 7 estaduais, em 528.66 hectares, conforme tabelas 61 e 62. Todas as unidades de conservação foram criadas após a década de 1980, portanto, durante a delimitação temporal da crise cacauceira.

Tabela 39 – Microrregião Ilhéus-Itabuna – Unidades de Conservação de Proteção Integral: esfera de administração, municípios abrangidos, área (ha) e data de criação

Microrregião Ilhéus-Itabuna – Unidades de Conservação de Proteção Integral esfera de administração, municípios abrangidos, área (ha) e data de criação					
Qde.	Categoria	Esfera de Administração	Municípios Abrangidos	Área (ha)	Data de criação
1	Parque Nacional da Serra das Lontras	Federal	Arataca/Una	11.336	11/06/2010
2	Reserva Biológica de Una	Federal	Una	18.500	10/12/1980
3	Estação Ecológica Estadual Wenceslau Guimarães	Estadual	Wenceslau Guimarães	2.418	21/02/1997
4	Parque Estadual da Serra do Conduru	Estadual	Ilhéus, Itacaré, Uruçuca	9.275	21/02/1997
Área total				41.529	

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2012. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-gerar-relatorio-de-uc>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

Tabela 40 – Microrregião Ilhéus-Itabuna – Unidades de Conservação de Uso Sustentável: esfera de administração, municípios abrangidos, área (ha) e data de criação

Microrregião Ilhéus-Itabuna – Unidades de Conservação de Uso Sustentável esfera de administração, municípios abrangidos, área e data de criação					
Qde.	Categoria	Esfera de Administração	Municípios Abrangidos	Área (ha)	Data de criação ou atualização
1	Reserva Particular do Patrimônio Natural Salto Apepique	Federal	Ilhéus	118	12/09/1997
2	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda São João	Federal	Ilhéus	25	31/03/1997
3	Reserva Particular do Patrimônio Natural Mãe da Mata	Federal	Ilhéus	13	10/03/2004
4	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Arte Verde	Federal	Ilhéus	10	17/08/1998

Microrregião Ilhéus-Itabuna – Unidades de Conservação de Uso Sustentável esfera de administração, municípios abrangidos, área e data de criação					
Qde.	Categoria	Esfera de Administração	Municípios Abrangidos	Área (ha)	Data de criação ou atualização
5	Reserva Particular do Patrimônio Natural Boa União	Federal	Ilhéus	113	12/04/2007
6	Reserva Particular do Patrimônio Natural Helico	Federal	Ilhéus	65	19/01/2007
7	Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva São José	Federal	Ilhéus	77	06/02/2008
8	Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio Capitão	Federal	Itacaré	385	09/03/2004
9	Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Natural da Serra do Teimoso	Federal	Jussari	200	18/08/1997
10	Reserva Particular do Patrimônio Natural Araçari	Federal	Itacaré	110	05/10/1998
11	Reserva Particular do Patrimônio Natural Itacira	Federal	Itapebi	100	28/03/1991
12	Reserva Particular do Patrimônio Natural Estância Manacá	Federal	Ibicaraí	95	16/06/2000
13	Reserva Particular do Patrimônio Natural Ecoparque de Una	Federal	Una	83	02/06/1999
14	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Ararauna	Federal	Una	39	12/02/2003
15	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Paraíso	Federal	Uruçuca	26	14/04/2000
16	Reserva Particular do Patrimônio Natural Pedra do Sabiá	Federal	Itacaré	22	25/10/2001
17	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Sossego	Federal	Uruçuca	5	12/02/1999
18	Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Capitão	Federal	Itacaré	660	01/12/2005
19	Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Maria Vicentini Lopes	Federal	Belmonte	392	10/09/2008
20	Reserva Extrativista de Canavieiras	Federal	Belmonte, Canavieiras, Una	100.645	05/06/2006
21	Área de Proteção Ambiental Costa de Itacaré/ Serra Grande	Estadual	Uruçuca, Itacaré	62.960	07/06/1993
22	Área de Proteção Ambiental Lagoa Encantada	Estadual	Ilhéus	157.745	14/06/1993
23	Área de Proteção Ambiental Pratigi	Estadual	Piraí do Norte, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Ibirapitanga	86.686	02/04/1998
24	Área de Proteção Ambiental Baía de Camamu	Estadual	Camamu, Itacaré, Marau	118.000	27/02/2002
25	Reserva Particular do Patrimônio Natural Refúgio do Guigó I e II	Estadual	Una	95	08/10/2010
Área total				528.669	

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-gerar-relatorio-de-uc>>. Acesso em: 30 dez. 2012

O Estado da Bahia tem 9,76% das Unidades de Conservação do Brasil. Em relação ao Estado da Bahia, o total de Unidades de Conservação da microrregião

Ilhéus-Itabuna é de 18,01%, com 29 unidades, sendo 4 de Proteção Integral e 25 de Uso Sustentável, com demonstra a tabela 41. Isso dá indício da importância da conservação da Mata Atlântica no Sul da Bahia e das possibilidades de atuação de instituições interessadas na conservação ambiental:

Dos produtores não [houve movimentos sociais para resolver a crise]. Mas dos trabalhadores a gente vê, do setor ambiental, a gente vê que eles têm ONGs muito poderosas, muito ativas. São ONGs ativas que lutam pela preservação do meio ambiente. A gente vê muito disso aqui na região. Tem a Cabruca, tem aquele de Ilhéus, que o Rui Rocha é colega nosso.

[MCR] – Floresta Viva.

[ACCZ] – Floresta Viva... Tem várias ONG aí muito ativas. Então nesse setor da preservação do meio ambiente, dos recursos naturais, a gente vê que houve uma evolução bastante grande. Por outro lado, no setor dos trabalhadores também. Você vê que no setor de MLT, MST, setor dessa militância dos trabalhadores, dos sem terra, setor rural de... Como é que chama, de alimentação rural... [...]. De regularização de terra. Então, realmente é um setor que evoluiu. (Entrevistado nº 1, 22/03/2011).

Tabela 41 – Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna: Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável

Brasil, Bahia e Microrregião Ilhéus-Itabuna					
Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável					
Tipo/Categoria	BRASIL	BAHIA	%	MI-I	%
Proteção Integral	491	24	4,89	4	16,67
Uso Sustentável	1.158	137	11,83	25	18,25
Total	1.649	161	9,76	29	18,01

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-gerar-relatorio-de-uc>>. Acesso em: 30 dez. 2012

Assim, os dois processos – o de desmatamento e o de conservação – deram condições e razão de existência na região de ONGs, como o Instituto Cabruca, que “[...] nasceu com a missão de conservar e valorizar o sistema de produção conhecido como “cacau-cabruca” ou simplesmente “cabruca” [...]” (Instituto Cabruca, 2013), incluindo o combate à pobreza. E o Instituto Floresta Viva, que procurar “[...] trabalhar com os diferentes públicos e setores da sociedade, valorizando os mesmos e promovendo o diálogo entre diferentes setores e públicos existentes no território de atuação”.

Ambos os institutos não excluem os sem-terra, os agricultores familiares, os índios e os quilombolas de seus projetos, o que contraria os interesses dos cacauicultores, daqueles para quem “O ambientalismo, indigenismo e quilombolismo é o refúgio de socialistas fracassados” (LISTEIRO nº 35, 30/02/2013).

Entre os cacaucultores da Lista do Cacau há os que estão procurando “[...] formas de lutas contra a criação da Nação quilobola [Quilombola], Floresta Viva e MST (LISTEIRO nº 32, 28/01/2013).

Como diz o listeiro nº 12, indignado, diante do relato feito na Lista do Cacau sobre invasão em uma fazenda:

Que diabos de governo é esse que temos que permite que bandidos de todas as espécies dominem uma região desse jeito? Que pretendem os nossos governantes que permitem tamanhas barbaridades contra uma região? que é mesmo que essas gentes querem fazer conosco? um dia é sem terra, outro é quilombola, outro são índios (falsificados), e agora bandidos armados que invadem nossas propriedades, sem mais nem menos e fica tudo por isso mesmo, já que somos um dos horrendos representantes das burguesias [burguesias] dominadoras, escravocratas, elitistas que devem ser extirpadas deste país de políticos ‘honestos’, ‘sérios’, ‘comprometidos com o desenvolvimento do país’ (LISTEIRO nº 12, 28/01/2013).

As demarcações das terras indígenas e quilombolas, previstas na Constituição Federal, poderão afetar as relações de poder no território da microrregião Ilhéus-Itabuna, pois acentuarão a redefinição sobre a propriedade e uso da terra, entretanto, não nos aprofundaremos nesse assunto¹⁰⁰, mas não o ignoramos, pois são frequentemente citados ao longo desse trabalho pelos cacaucultores. Como disse um dos listeiros:

Em nossa regioao [região], alem [além] dos sem terras temops [temos] a ousadia de supostos indios [índios] – marginais - que invade [invadem] fazendas, destroem instalaçoes [instalações] e como os demais vandalos [vândalos] - sem terra - ficam impunes e nossos poderes nada fazem para defender aqueles que tem [têm] seus imoveis [imóveis] gerando renda e empregos (LISTEIRO nº 37, 09/10/2009).

O que ressaltamos no momento é que em função da conservação da Mata Atlântica, seja através da manutenção da cabruca ou das matinhas, das RPPNs, APPs, Reservas Legais, UCs de uma forma geral, outras formas de dizer, inclusive

100 Sobre os grupos indígenas no Sul da Bahia ler: PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos de ir e vir e caminho sem volta**: índios, estradas e rios no sul da Bahia. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

Sobre um dos conflitos por terras na microrregião Ilhéus-Itabuna ler: ZAMPIER, Débora. Supremo anula títulos de fazendeiros em terra indígena na Bahia. 2 mai. 2012. **Revista Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/supremo-anula-titulos-de-fazendeiros-em-terra-indigena-na-bahia/>>. Acesso em: 26 jan. 2013.

por segmentos dos próprios cacauicultores, estão refazendo a estrutura e o uso da terra no território-região cacaueira. E há resistências, competições e conflitos de interesses na condução do território-região, como o que está acontecendo com a proposta de criação do Parque Estadual das Nascentes do Almada e Serra do Corcovado e a criação do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) nas nascentes do Almada (MERCADO DO CACAU, 2013) pelo governo da Bahia.

Para o IPC e APC, em documento entregue ao Ministério Público Federal em Ilhéus, em 18 de dezembro de 2012, não há necessidade de criação dessas unidades de conservação por que:

As pretendidas unidades de conservação, atualmente constituídas de fazendas produtivas encontram-se, até hoje, protegidas graças ao interesse dos seus proprietários e pela cultura do cacau no sistema cabruca. As limitações legais, recentemente introduzidas pela legislação ambiental, já asseguram a continuidade da preservação atual (LISTEIRO nº 3, 18/12/2012).

7.6.2 As “novas” propriedades da matéria Mata Atlântica

Podemos notar, na figura 26, que a região cacaueira do Sul da Bahia possui remanescentes da Mata Atlântica e as políticas públicas para sua conservação trouxeram mais uma perspectiva para a concepção da riqueza regional. As “novas” propriedades da matéria que podem traduzir-se como riquezas não estão naquilo que podemos construir a partir delas, mas estão nelas mesmas, em sua existência tal como é. Em outros termos, o valor de uma árvore, por exemplo, não está na madeira que a mesma possui ou nos frutos que pode gerar, mas na produção de oxigênio, sombreamento, retenção e infiltração da água, controle da erosão, hospedagem para diferentes espécies de animais, ancoragem para outras espécies vegetais e assim por diante.

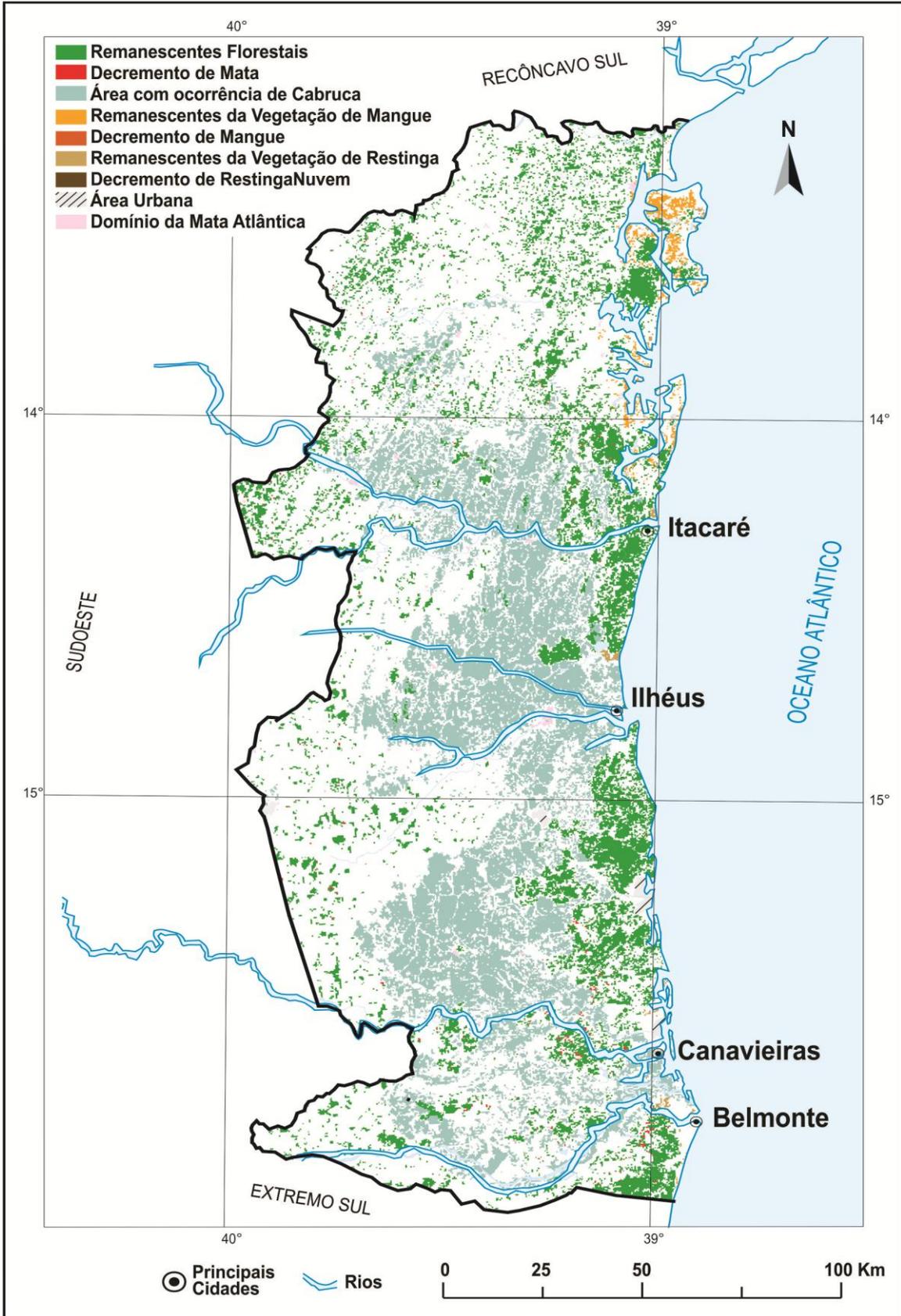


Figura 26 – Remanescentes de Mata Atlântica na microrregião Ilhéus-Itabuna

Na concepção da valorização da natureza em si, a região já é rica com o uso do solo voltado para a conservação, e, exatamente por isso, ergue-se contra aqueles para quem a ideia de riqueza e desenvolvimento está baseada na transformação da matéria em mercadorias, na acumulação e consumo de bens móveis e imóveis. Há um acontecimento social em relação à natureza – a valorização da matéria tal qual ela é – que implica em mudança na repartição dos humanos e dos recursos na região em questão.

Em relação à repartição da população pelo território, com a conservação da natureza, o aumento da densidade populacional nesses locais não é necessário e deixa de ser um indicativo da pujança ou decadência regional. No que se refere à repartição dos recursos, a especialização regional em produzir *commodity* na forma de cabruca, concomitantemente à conservação da Mata Atlântica, trouxeram à região olhares focados na natureza, seja no sentido do “mito moderno da natureza intocável” (DIEGUES, 2001), como a criação de recortes territoriais de proteção integral, seja no uso sustentável, despertando para a questão de como se dará o uso e a apropriação dessa nova forma de produção social da riqueza. E vem a pergunta: quem pagará para que conservem a fauna, flora, rios, solo nas propriedades dos cacauicultores?

Assim, mesmo que o valor da matéria Mata Atlântica seja incalculável levando-se em consideração seu valor em si, socialmente o preço da mata em pé ainda é inferior aos lucros obtidos com o desmatamento e o uso da terra para a produção de alimentos. Daí os cacauicultores constroem mecanismos para comercializá-la, de transformar sua existência em riqueza monetária. Estamos nos referindo, por exemplo, ao arrendamento das propriedades da matéria na forma de crédito de carbono; cobrança de tributos à sociedade para que haja a conservação; regularização da utilização da madeira morta para a fabricação de móveis rústicos – “Foi uma política pública que a gente acabou, que nossa ação acabou forçando o Estado a criar, que foi a regulamentação de madeira morta por conta de um empreendimento em Camacã, que trabalha com madeira morta” (Entrevistado nº 20, 01/04/2011) –; valorização comercial do cacau-cabruca como produto de baixo impacto ambiental; valorização dos serviços de provisões próprios da Mata Atlântica, das árvores frutíferas, das essências medicinais, das paisagens, do turismo de consumo da “natureza-espetáculo”, e até mesmo dos traços culturais intangíveis, como o modo de trabalhar no cacau-cabruca. Há um deslocamento do significado de

natureza exclusivamente como recurso para o da mercantilização da natureza em si. Essa passa a ter um valor mercadológico e poderá, nesse sentido, ser apropriada de forma privada.

A mudança de concepção do consumo da natureza “natural” está repleta de outras, na medida em que instituições públicas e privadas, pessoas – forasteiras ou não – passam a dizer e fazer o território segundo essa visão, sem inibições e embaraços, pois têm suas ações e falas legitimadas principalmente pelo discurso extra-território regional da conservação ambiental, aparentemente tido como de valor universal, comum a todos, calando ou dificultando que discursos contrários sejam tidos como verdades e resultem em ações. Para Valle (2012), na Conservação Produtiva, a Mata Atlântica e os ecossistemas associados são “[...] entendidos como bens públicos globais que devem ser respeitados, conservados e preservados; o *modus vivendi* de seu povo, reverenciado; e o “lugar”, a região cacauífera, percebido em uma nova abordagem” (VALLE, 2012, p. 13-14).

Encerrando esta seção, é no contexto de mudanças paradigmáticas no presente que acontecimentos do passado são içados, trazidos para o presente, transformados em elementos do futuro, para dar sentido à conservação da Mata Atlântica e do cacau-cabruca pelos desbravadores. Durante a temporalidade da crise tivemos a intensa mobilidade territorial da população regional no sentido campo-cidade e mesmo para outras regiões; alterações nas relações de trabalho; na propriedade e uso do solo do território-região. São mudanças que consubstanciam a crise falada pelos cacauicultores da Lista do Cacau, que constroem mecanismos para que a situação de outrora vivida por eles – real ou imaginária – seja retomada. É nesse contexto que podemos entender a “fala” do listeiro nº 12:

o mundo atual já não mais comporta simples produtores de matéria prima e empregadores de mão de obra barata e sem qualificação. [...]. Temos que pensar em agregar valor ao nosso produto e deixarmos de vender apenas amêndoas secas. O custo da mão de obra vai subir, o custo dos insumos baseados nos hidrocarbonetos também, ou seja, a nossa margem de lucro vai diminuir. [...]. Quem insistir em manter as relações sociais patrão x empregado como foram no passado, vai ter problemas, embora os nossos avós, do alto da sabedoria deles, fizeram muita justiça social ao transformar os seus melhores empregados em pequenos proprietários de fazendas de cacau. O coronelismo existiu, o mandonismo ainda existe e o clientelismo, ao menos da relação patrão x empregado, está com seus dias contados. O clientelismo ainda é uma praga na política brasileira que, por mais contraditório que pareça, é, no momento

atual, mantido pelos partidos ditos de 'esquerda'. Os produtores de cacau terão de se adequar aos novos tempos, quer queiram quer não queiram, pois, se assim não fizerem, serão tragados pelos novos conceitos de produção, pelos novos conceitos de relação patrão x empregado, enfim, pelo 'modus vivendi'. Quase nenhum produtor profissional de cacau da Bahia está atendo ao que andam fazendo os ditos 'movimentos sociais'. Só estão vendo o problema das invasões, mas os tratam como se fossem um bando de vababundos [vagabundos] e marginais (muitos deles o são realmente). Acontece que os seus líderes sabem muito bem onde querem chegar e como chegar. Nós precisamos começar a aprender algumas coisas com eles, inclusive a defender os nossos direitos e reverter esse conceito, preconizado pelos ditos 'movimentos sociais', de que produtor rural é um usurpador da terra, um explorador social etc. Conceitos esses oriundos dos tempos feudais e que não se modernizaram, muito produtores também não, e agem como uma espécie de senhores feudais mais modernos, fazendo com que aqueles que nos combatem, os ditos 'movimentos sociais', tenham ainda algum argumento. Penso que deveremos mudar, mudar para melhor, mas não precisa voltar ao 'default' e, muito menos, usar o matracar de uma AK-47 como fundo musical. Quando a questão da dívida se esgotar haverá espaço para discussões e propostas mais arrojadas e modernas. Quanto a APC, ela vai ter que mostrar serviço para se manter, para aumentar os seus quadros e ter maior representatividade. Vamos ter que remover o mofo, arejar o ambiente e voltar os olhos para o amanhã que já é quase hoje (LISTEIRO nº 12, 12/08/2009).

Enfim, a crise cacauceira é uma desacomodação, uma ruptura da relação do Estado com os cacauicultores que desencadeou mudanças nas relações de trabalho, na estrutura fundiária, no uso do solo, na distribuição espacial da população, nas condições de existência dessa mesma população. Houve um pequeno deslocamento na reprodução das condições que mantinham um grupo com poder decisional e reputacional dizendo-fazendo o território-região cacauceira de acordo com seus interesses, colocando-o em crise.

8 PERCURSOS FINAIS

"Caminhante não há caminho,
se faz caminho ao andar..."
(Antônio Machado)

Esta tese se funda no que é caminhante, o eterno processo de caminhar, e não em hipóteses seguras e verdades inquestionáveis. Muitas vezes, quando entendíamos ter encontrado o caminho, novos elementos emergiam e nos desnorteavam: pesquisa e pesquisadores em constante interação, inseparáveis. Sem um guia para nos direcionar e em caminhos fugidios, tortuosos, conflituosos, contraditórios, fomos retendo, alinhavando o caminho que nos trouxe até aqui. Como diz Raffestin (1993), agora é chegado o momento de abandonar o texto, de deixá-lo livre para seguir seus próprios caminhos. É chegado o momento em que o texto nos abandona, passa a soar estranho, como se ganhasse vida própria. Antes, porém, de nos despedirmos definitivamente e passá-lo aos leitores, é preciso refletirmos um pouco sobre o caminho percorrido.

Quando escrevemos a introdução desta tese em 2009, escolhemos dois movimentos emblemáticos para demonstrarmos as conexões em rede, as múltiplas escalas de articulações, que contribuem para tornar os territórios mais permeáveis, sujeitos (e opositores) às ordens vindas de todos os lugares: a crise das hipotecas *subprime* norte-americanas (2008) e a Primavera Árabe (2010). Estamos em 2013 e as contra-ordens construídas (e destruídas) por meio das redes sociais via internet chegaram com intensidade ao Brasil, nos megaprotestos denominados Jornadas de Junho (HARVEY et al., 2013), deixando os políticos profissionais pasmados diante das ordens populares: mais educação, saúde, transporte, menos corrupção... Obrigando o governo federal mudar a agenda política, tomar medidas emergenciais para impedir revoltas urbanas, flagelos do lado da população e crise do lado do governo (FOUCAULT, 2008a).

As reflexões desta tese se dão no calor da hora desses acontecimentos, nesse contexto de ciberativismo, de grande mobilizações em rede, práticas sociais reivindicatórias inovadoras, inesperadas, deixando perplexos os analistas sociais acostumados com o *modus operandi* dos movimentos sociais.

Na "sociedade em rede", as ordens imperativas que tinham origens e alvos certos, direções hierarquizadas, são anarquizadas, desviadas do caminho, acrescidas de outros saberes, enfraquecidas pelas mudanças nos mecanismos de exclusão discursivos como a autoridade, a hierarquização social das diferenças, os cerimoniais, os assuntos proibidos, o peso dos sobrenomes familiares, das vestimentas, das palavras eloquentes. Neste contexto, o acesso mais democrático aos meios de comunicação e transportes possibilitou a diversidade de fontes de informações, trouxe canais de expressão não só para os detentores dos discursos hegemônicos sobre a crise cacauera, mas outras vozes também passaram a dizer sua crise ou simplesmente ignorar a crise ditada pelos cacauicultores.

Neste sentido, uma das nossas primeiras reflexões foram sobre a relação entre o território, região e a "vida" na internet. Afirmamos que as redes de comunicação e transportes são elementos constituintes do território, tanto no sentido da sua existência imediata, concreta, como dos fenômenos que os anima, tornando o território mais suscetível a mudanças ao adquirir novos componentes materiais e imateriais, de longe e de perto, em qualquer tempo. A Lista do Cacau é uma micro rede de comunicação, lugar virtual onde os cacauicultores constroem o "e-território", exercem suas "territorialidades" no ciberespaço, com ações e intenções bem terrenas.

Por diversos meios (não só da Lista do Cacau), os cacauicultores usam a região como território referencial de pressão para acessar (novamente, da forma que querem) as benesses do Estado e manter trunfos outrora conquistados. Se unem virtualmente para falar, potencializar e dar visibilidade à crise, formando um grupo discursivo-prático, moldando a região em crise. Utilizando-se das mídias e de diversos gêneros orais, escritos, imagéticos, dão texto e paisagens à própria região, sob seu domínio, construída como abandonada, falida, empobrecida, sofrida, necessitada de ajuda, vítima. Sendo vitimada, seus infortúnios não são de responsabilidade dos que têm poder e saber para decidir o tipo de desenvolvimento regional (e seus valores correspondentes), afastando os próprios cacauicultores da situação de construtores da região, possibilitando a construção identitária dos "300 espartanos", guerreiros defensores da região, resistentes, sofredores, em diálogo com seu passado (mantendo-o vivo), em defesa das heranças culturais, tradições, identidade histórica e territorial.

Os destaques e repetição com certa regularidade de elementos da crise regional, em diferentes discursos, pelos cacauicultores, comunicam suas ordens para saírem da crise e expõem suas inseguranças diante do que os ameaçam. É um grito de socorro (salve-nos!) e de guerra (vamos lutar para proteger nossos trunfos, manter o domínio territorial), indicativos que os elementos estruturantes do território estão ameaçados. No "e-território", fazem a ciberguerra oral/escrita, expõem as ameaças, propõem as recompensas, expressam suas estratégias, meios, metas.

Não se trata de invenção ou prolongamento artificial de uma crise, mas de construções, estratégias, meios, potencializações e repetições estratégicas de um grupo de poder para continuar a comandar o território. Por um lado, há o policiamento às falas dissonantes ao designá-la; por outro, a utilização de diversos procedimentos para intensificá-la, mantê-la em evidência, construindo caminhos que levem a comportamentos desejados. Ao dizer a crise como regional, como se fosse de igual forma para todos, os cacauicultores escamoteiam os conflitos, abafam as vozes assimétricas, as disputas territoriais entre eles e com outros grupos: sem terras, índios, quilombolas, ambientalistas, forasteiros, comerciantes, industriários, "outros". Enfim, com o empobrecimento dos cacauicultores (e não estamos afirmando que os cacauicultores ficaram pobres) e a "sociedade em rede", o exercício do poder de outrora precisa lidar com a liberação de demandas reprimidas e uma multiplicidade de grupos disputando o território.

Dentre tantas possibilidades de revisão do passado e perspectivas de futuros a serem projetadas, procuram dar à crise imagens, textos associativos a infortúnios para que possam ser operacionalizados como verdades, ensombreado tantas outras possibilidades de falar e criar imagens associativas. Colocar somente os infortúnios da crise em foco, dificulta o deslocamento do olhar para a melhoria nas condições de saúde, renda e educação da população nos últimos anos. Anuvia o olhar para outras perspectivas regionais como a dinamização do setor de serviços, comércio, indústria da construção, diversificação produtiva, conservação ambiental via cacau-cabruca, industrialização do cacau, papel da agricultura familiar na região, comercialização de créditos de carbono, aproveitamento da madeira morta para fabricação de móveis, polo de educação, ciência e tecnologia, turismo, novos meios de transportes (porto, ponte, aeroporto, ferrovia) incorporação de outros grupos no comando do território, valorização da natureza em si, elementos que apontam para uma nova região, mais diversa, não mais predominantemente cacauceira.

Discursivamente a crise cacaueteira adquiriu um estado duradouro e a concepção de crise deixou de ser daquele momento decisivo, de incertezas. Indicativos de que, enquanto não for resolvida para os cacauicultores, será estendida, sua conclusão adiada, tendendo a ser interminável. Sua contrapartida – a emergência – também ganha elasticidade temporal, as mãos pedintes continuando estendidas.

Há um esforço dos cacauicultores para que todos tenham os mesmos esquadrinhamentos perceptivos sobre a crise cacaueteira regional. A seguir apontaremos algumas estratégias utilizadas para que isto ocorra.

Primeiro: focar o crime de bioterrorismo – a assunção, pela população e pelo Estado, de que a introdução e disseminação da vassoura-de-bruxa no Sul da Bahia foram criminosas coloca os cacauicultores em posição de dignos de compaixão, desperta piedade, solidariedade associada a vontade de recompensá-los por uma injustiça. Não se trata somente da luta política pela verdade sobre o crime, mas pelo que a verdade, subjetivada e praticada, poderá proporcionar em termos de bens materiais e simbólicos. Nesse sentido, o crime da vassoura-de-bruxa está ficando cada vez mais real e prático, principalmente com o documentário “O nó”, que se transforma em monumento da história regional e dificilmente será ignorado por cientistas, pesquisadores, jornalistas, pessoas de reconhecida legitimidade social, capaz de gerar “verdades regionais” e práticas regionalizantes.

Segundo: colocar sob sombras determinados contextos histórico-geográficos inoportunos e intensificar outros. Acoplamos à crise da vassoura-de-bruxa processos como desemprego, desruralização, urbanização, favelização, aumento da violência, dentre outras “consequências”. Processos que descontextualizados do que vinha acontecendo na Bahia e no Brasil, têm uma expressão catastrófica. Contudo, as catástrofes locais não demonstraram ser muito diferentes das brasileiras, no mesmo período, com pequenas variações. O êxodo rural estava se dando no Brasil e na Bahia, e com maior intensidade na microrregião Ilhéus-Itabuna; o processo de urbanização estava se dando nas três escalas de análise, com menor intensidade na microrregião nos últimos anos; o desemprego sendo uma das marcas da década de 1980, a “década perdida” (e estendida até a década de 1990), a precarização da moradia dando-se em quase todas as cidades do Brasil, assim como o aumento da violência (quantidade de homicídios).

No mesmo recorte temporal da crise, estava ocorrendo no Brasil o esfacelamento na sociedade de assento mais rural (com textos e imagens ligadas ao atraso, ao arcaico), a consolidação da sociedade industrial e urbana (dita, imaginada como moderna e positiva), o afastamento das novas gerações do espaço rural, o mundo conectado em rede, emergindo novas sociabilidades e relações com o espaço geográfico. Para os cacauicultores, ligados ao mundo pré-industrial (mesmo morando nas cidades), o novo foi surgindo como assombro, motivo para medo, resistências, crises (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, em outro contexto).

A atribuição, pelos pesquisados, do aumento da violência nas duas cidades polos regionais – Ilhéus e Itabuna – exclusivamente à infestação de uma praga nos cacauais, no período analisado, não levando em consideração a localização estratégica de ambas para o comércio de drogas (Ilhéus pelo fluxo de turistas, Itabuna por ser cortada pela rodovia federal BR 101, que liga o Sul ao Nordeste do Brasil e entroncamento para várias cidades), a relação entre o aumento de homicídios, o consumo e tráfico de drogas no Brasil, o contexto brasileiro de aumento da violência, é dar artificialmente maior gravidade à crise e legitimidade a seus pleitos junto ao Estado. Dizer que havia segurança e ordem na região antes do crime de bioterrorismo e que ambas eram devidas à "sociedade do cacau", dá energia potencial às reivindicações, desperta sentimentos e atitudes solidárias da população. As denúncias das misérias regionais em crise resultam em pedidos, súplicas para que o Estado as resolvam da forma que querem. A reprodução sistemática dessas denúncias se incorporam à região, são também a região, ou seja, regionalizam-se, territorializam-se, são usadas em benefício de poucos.

As migalhas da riqueza regional que caíam para a maioria, na crise tornaram-se escassas, obrigando muitos a procurarem alternativas fora das fazendas de cacau e mesmo da região. Em contexto de quase pleno emprego como se encontra o Brasil na atualidade e da “escassez de trabalhadores” no território-região, é difícil persistir no convencimento de que o Estado, ao resolver a crise dos cacauicultores, a região será recompensada porque necessitarão de empregados para trabalhar nas fazendas, gerarão renda, conservarão a Mata Atlântica, manterão a ordem e isso dinamizará a própria região.

Terceiro: uso da distinção, desqualificação e hierarquização social como mecanismos de eliminação dos obstáculos ao domínio territorial – há esforço em criminalizar os movimentos sociais de luta pela terra na região, desqualificar seus

membros e mesmo o trabalho dos funcionários do INCRA na região. Assim, os vitimados pelo crime biológico da vassoura-de-bruxa, os guerreiros, "severos e bons" lutam contra os improdutivos e marginais do MST.

Quarto: recurso à compaixão para obter adesões – depoimentos emocionados das "invasões" capazes de comover, banhar em lágrimas a quem se destina, palavras cortantes como punhais contra os membros dos movimentos de luta pela terra, ampliam a situação de vulnerabilidade à reforma agrária de todas fazendas produtoras de cacau. A estrutura fundiária regional, no entanto, é marcada por grande maioria de pequenas e médias propriedades – não passíveis de reforma agrária – e pouquíssimas grandes propriedades, sendo que as produtivas não estão sujeitas à reforma.

Quinto: incitação à violência contra os membros dos movimentos de luta pela terra – aventamento de possível confronto entre os "invasores" do MST e os "invadidos". Intensificação do medo da "revolução comunista" para conseguir adesões contra a reforma agrária pela população supostamente temerosa ao comunismo, mesmo quando nos últimos anos houve diminuição do número de assentamentos rurais no Brasil.

Sexto: recorrência ao poder de deferência – remissão a história dos pioneiros e desbravadores, pessoas produtivas, de reputação ilibada, possuidoras da titularidade secular da terra, para fazer valer o poder de decisão sobre os destinos da região.

Sétimo: orientações dos caminhos da crise – escolha dos que possuem *status quo* suficiente para falar a crise, indicações de como falar, de onde falar, falar de quê, quando falar, para quem e com quais intencionalidades, para evitar que outras vozes possam trilhar outros caminhos para a crise.

Oitavo: ordens do discurso – indicam ao Estado e à população o que fazer, como fazer, quando fazer, em qual lugar, com objetivos pré-definidos. Como o território da região cacauera era pouco compartilhado, há resistências à conciliação entre a velha região cacauera e a nova região que se constrói. Para os cacauicultores da Lista do Cacau, sair da crise significa manter o cacau como *commodity* na forma de *plantation*, recuperar a margem de lucro tal qual outrora, haver total desregulamentação sobre a propriedade e uso da terra, persistir com as relações clientelistas com o Estado, recuperar a quantidade de empregos, manter o

mínimo de direitos trabalhistas, a extrema desigualdade social, tudo isso com créditos subvencionados.

Neste caso, as ordens imperativas são: não fazer a reforma agrária nas grandes fazendas produtoras de cacau, não regulamentar o uso do solo rural, não ampliar as oportunidades dos trabalhadores para que continuem trabalhadores do cacau, nos concedam empréstimos bancários subsidiados, mantenham as antigas relações clientelistas com o Estado. Ao conseguir isso, como "recompensa", os cacauicultores manteriam o cacau (cultivo conservacionista), a propriedade e uso da terra como outrora, o emprego de grande quantidade de trabalhadores com remunerações aviltantes, com baixo nível de escolaridade e a profunda assimetria entre os que produzem a riqueza e os "pensantes", que se apropriam dela.

Com essas reivindicações, a crise tem dificuldades de saltar da internet para as ruas, ganhar adesões no território concreto pela população regional ou não (seu silenciamento como se a bruxa da vassoura-de-bruxa tivesse enfeitiçado a todos). Expõe a crise de uma minoria, mesmo que falem como representantes dos interesses regionais.

Nono: desvinculação da identidade dos cacauicultores da fala e imagens dos coronéis jorgeamadeanos – a associação identitária dos atuais cacauicultores aos coronéis presentes na obra de Jorge Amado tem obstaculizado o atendimento aos pleitos dos cacauicultores. Se os beneficiassem, as palavras seriam outras e não as de negação da verossimilhança entre os coronéis da obra de Jorge Amado e os comportamentos adotados pelos coronéis do cacau.

Décimo: atribuir ao comportamento dos seus antepassados, referente à Mata Atlântica, valores conservacionistas – quanto a questão dos cacauicultores serem conservacionistas ao não desmatar completamente a Mata Atlântica e manter a produção do cacau-cabruca por mais de 200 anos, ao mesmo tempo que se constrói esse discurso, por outro lado, na crise, os próprios cacauicultores denunciam o quanto desmataram e continuam desmatando. Afirmam que, se o Estado não tornar a cacauicultura uma atividade econômica lucrativa, substituirão o cacau por outras práticas econômicas menos conservacionistas. Considerando que mais da metade do território da microrregião Ilhéus-Itabuna está nas mãos dos grandes proprietários e que esses dificilmente conseguiriam manter suas propriedades produtivas só com a força de trabalho familiar, a ameaça de troca de cultura é premente.

Pequenos deslocamentos focais permitem revelar que a crise é falada e vista de maneiras múltiplas, dependendo do lugar social que se encontra o sujeito que a fala, da trama do poder que o envolve, dos materiais e métodos usados pela "política da verdade". Para os trabalhadores, passado o auge da crise, as algúrias dos primeiros anos de desemprego foram se dissipando, mesmo não havendo a retomada da produtividade do cacau. Há assim certo mudismo, silenciamento sobre a crise com os elementos discursivos difundido pelos cacauicultores e o destaque para a perda do emprego, do lugar onde se vivia e trabalhava. Os trabalhadores ligados aos movimentos de luta pela terra indicam que a vassoura-de-bruxa foi a "fada madrinha" dos movimentos, pois abrandou o poder dos cacauicultores, puderem ocupar as grandes fazendas improdutivas, formar os assentamentos de reforma agrária. Para alguns funcionários públicos, houve empobrecimento regional, diminuição salarial, desprestígio profissional e social.

Mesmo para alguns cacauicultores, a crise não foi só um acúmulo de misérias, mas também oportunidades para se construir a região sob outras bases.

Nesta tese, o território foi entendido como local onde se dão as relações de poder, substrato referencial para diferentes formas de apropriação de trunfos, como o cacau, a terra, o trabalho, onde se dão as assimetrias derivadas das formas de apropriação e distribuição da riqueza socialmente produzida, bem como a construção de identidade de grupos sociais de poder. Entretanto demos mais alguns passos ao procurarmos, através da análise do discurso, os diversos procedimentos de um grupo local para tomá-lo, dominá-lo, mantê-lo.

Os territórios não são fixos no tempo. Em outros termos, uma vez constituído por um grupo de poder, não significa que será eterno desse grupo e nem mesmo que não haverá disputas internas, ameaças externas, conflitos explícitos e dissimulados. Nas tramas das relações de poder, nem sempre se ganha, nem sempre se perde. No caso do território da região cacauqueira do Sul da Bahia, este se institui por um território secularmente dominado pelos desbravadores, tornados coronéis e por seus sucessores, tanto dos bens materiais como do "capital social". Hoje, o domínio territorial por este grupo foi colocado em suspensão, deixando o território mais vazado, com oportunidades para que outros possam dizer/fazer o território, ameaçando o poder hegemônico local.

Pelo que vimos, da mesma forma que os cacauicultores enviam suas ordens via internet, outras ordens e contra-ordens também são enviadas, transformando o

modelo de desenvolvimento da antiga região cacauera em obsoleto, obrigando os cacauicultores a modificar seus discursos, desprezando alguns elementos não concatenados com o contexto histórico-geográfico atual, e mesmo a incorporação de outros. Assim, alguns elementos da crise, para que a mesma persista, precisam ser “esquecidos” e outros incorporados, como a conservação ambiental, a pressão para que o Estado defina um preço mínimo para o cacau, fiscalize melhor a quantidade e qualidade do cacau que entra no Brasil, a defesa do território contra os ataques indígenas.

Por fim, a crise da região cacauera do Sul da Bahia surgiu do rompimento paradigmático do Estado, que mantinha relações clientelistas com um grupo de poder local, os cacauicultores, e dava sustentação a si e à própria “sociedade do cacau”. Outrora contribuidores de muito mais da metade do orçamento do Estado da Bahia, maiores produtores de cacau do Brasil, responsáveis por colocar o Brasil em segundo lugar na produção mundial de cacau (COSTA, 2012), hoje não produzem nem o necessário para atender o mercado interno. O Brasil importa cacau. Sem o trunfo cacau, os cacauicultores foram perdendo poder de barganha com o Estado e a oferta de crédito público e privado foi minguando. Os cacauicultores foram paulatinamente sendo destituídos do poder pelo mesmo Estado que os manteve por mais de 60 anos (COSTA, 2012).

Nesse sentido, os recortes temporais, os elementos constituintes, os abandonos e acréscimos, os focos intensamente iluminados e os sombreamentos propositais da crise precisam ser desvendados, mostrados os pilares em que se sustentam e que se encontram ameaçados. Se conseguimos demonstrar as relações de poder que instauram e mantêm uma região em certa crise; os mecanismos de produção das hierarquias sociais e, por conseguinte, territoriais; colocar em suspensão verdades simples da crise, cotidianas, lineares, tendendo a infinitude e mostrar suas relações, complexidades políticas na produção do espaço geográfico, então teremos, minimamente, atingido nossos objetivos. A análise do discurso focada na relações de poder, nos permitiu enxergarmos relações dissimétricas entre os humanos, destes com o território e os recursos, bem como o poder em seu exercício para manter o domínio sobre os trunfos, incluindo os trabalhadores. Como uma região construída prática e discursivamente em crise, é possível outras construções que nos interessem. Para isto, o mais importante, para a Geografia, não é garantir a consolidação dos recortes geográficos, mas fazer os

questionamentos pertinentes que desvendem suas construções, situando-os no que é caminhante, o eterno processo de caminhar.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória Recente da Gestão Pública Brasileira. **RAP**, Rio de Janeiro, 1967-2007. Edição Especial Comemorativa 67-86.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 13-31.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALCOFORADO, Fernando Antônio Gonçalves. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. 2003. Tese (Doutorado)-Universitat de Barcelona, 2003. Disponível em: <<http://tdx.cat/handle/10803/194>>. Acesso em: 9 maio 2013.

ALMEIDA, Henrique. **Documentário terrorismo biológico do cacau. O nó – ato humano deliberado. O registro histórico da introdução criminosa da doença vassoura-de-bruxa nas plantações de cacau do sul da Bahia**. Pesquisa, roteiro, produção e direção de Dilson Araújo. Roteiro de edição, montagem e finalização de Henrique Filho. Direção de fotografia Isaiás Neto. Região Cacaueira da Bahia (Ilheus-Itabuna), 2012. (70 min.).

ALMEIDA, Henrique. **Renorbio**: vassoura de bruxa: como chegou esse projeto pra gente. [Entrevistadora e apresentação: Kaline Ribeiro]. Direção e produção TV Mercado. Ilhéus, 2011. Color, áudio e vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=GIRM4dEIC-c&feature=player_embedded#!>. Acesso em: 4 abr. 2012.

ÁLVARES-AFONSO, Frederico Monteiro. Vassoura-de-bruxa não é carcará... **Jornal A Região on-line**. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/aregiao/art/fredmon3.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

ALVES FILHO, Manuel. O mapa da praga do cacau. **Jornal da Unicamp**, Campinas, SP, ano 17, n. 192, p. 3, set./out. 2002. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/192-pag03.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2012.

AMADO, Ana Amélia. **[Documentário]**: os magníficos. DOCTV IV – 31. Direção e roteiro de Bernard Attal. Produção Ondina Filmes. Produção executiva Diana Gurgel. Realização Programa de Fomento à Produção e Teledifusão ao

Documentário Brasileiro (DOCTV), do Ministério da Cultura, com parceria do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (Irdeb), exibição Rede Cultura. Fotografia de Matheus Rocha. Edição de Carlos Shintomi, Bernard Attal, DVD, áudio e vídeo, color. Salvador: Rede Cultura, 2009. 51min. (59s.).

AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem. A trajetória de Dilma Rousseff - a primeira presidenta do Brasil**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011. Coleção Primeira Pessoa.

ANDRADE, Adeir Boida de. Mobilização na lavoura cacauera. **Mercado do Cacau: Colunas Pensar Cacau**, 1 set. 2011. Disponível em: <http://www.mercadodocacau.com.br/2010/coluna/Pensar_Cacau/Mobiliza%C3%A7%C3%A3o_na_lavoura_cacauera>. Acesso em: 7 set. 2011.

ANDRADE, Deroaldo. **Adilson Reis entrevista de Deroaldo Andrade: Parte 2**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=X0SeKv8kaBA&feature=player_embedded#!> Acesso em: 31 out. 2012.

ANDRADE, Deroaldo Boida. **Viagem a Brasília**. Lista do Cacau. Mensagem disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 9 set. 2009.

ANDRADE, Deroaldo Boida. **Artigo sobre a Lista do Cacau** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rangel.mariacristinarangel@gmail.com> em 4 fev. 2011.

ANDRADE, Deroaldo Boida. **Artigo sobre a Lista do Cacau** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rangel.mariacristinarangel@gmail.com> em 3 fev. 2011a.

ANDRADE, Deroaldo Boida. **Artigo sobre a Lista do Cacau** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rangel.mariacristinarangel@gmail.com> em 3 fev. 2011b.

ANDRADE, Deroaldo Boida. **Artigo sobre a Lista do Cacau** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rangel.mariacristinarangel@gmail.com> em 3 fev. 2011c.

ANDRADE, Deroaldo Boida. **Artigo sobre a Lista do Cacau** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rangel.mariacristinarangel@gmail.com> em 5 fev. 2011.

ANDRADE, Maria Luiza Nora de. Assim falaram os trabalhadores rurais. In: SIMÕES, Maria de Lourdes Netto (Org.). **Identidade cultural e expressões regionais: estudos sobre literatura, cultura e turismo**. Ilhéus: Editus, 2006. p. 243-268.

ASMAR, Selem Rachid. **Economia da microrregião cacauera**. Itabuna: Colorgraf, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CHOCOLATE, CACAU, BALAS E DERIVADOS. **História**. Disponível em: <<http://www.abicab.org.br/chocolate-e-cacau/historia/>>. Acesso em: 9 dez. 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE CACAU. **APC marca presença do Sul da Bahia no Salão do Chocolate de Paris edição 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.apcacau.org/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=184:apc-marca-presenca-do-sul-da-bahia-no-salao-do-chocolate-de-paris-edicao-2010&catid=65:noticias&Itemid=114>. Acesso em: 22 mar. 2012.

ATHAYDE, Eduardo. **A saga do cacau e o festival de chocolate**. 2009. Disponível em: <<http://www.acaoilheus.org/news/894-a-saga-do-cacau-e-o-festival-de-chocolate>>. Acesso em: 26 de nov. 2010.

AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 38, p. 225-240, 1994.

BADIE, B. **La fin des territories**. Paris: Fayaard, 1996.

BAHIA (Estado). **Bahia ganha duas novas universidades e nove Institutos Federais**. 2011. Disponível em: <<http://www.ouvidoriageral.ba.gov.br/tag/universidade-federal-do-sul-da-bahia/>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

BAHIA (Estado). Secretaria da Agricultura. Irrigação e Reforma Agrária. Cacau para sempre beneficiará pequenos produtores. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, 29 maio 2012. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&exibir=clipping¬id=25375>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

BAHIA (Estado). Secretaria de Comunicação Social. **Governo do Estado da Bahia**. Disponível em: <www.comunicacao.ba.gov.br/>. Acesso em: 26 de mar. 2010.

BAHIA. **Lei nº 12.377 de 28 de dezembro de 2011. Altera a Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, que Reestrutura o Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação**. Disponível em: <<http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/LEI%20N%C2%BA%2012.377%20DE%2028%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202011.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

BAIARDI, Almicar. **Inovação tecnológica e trabalho assalariado na agricultura brasileira**: com estudos sobre as lavouras de arroz, cana e cacau. 1986. Tese (Doutorado em Economia)—Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1986.

BAIARDI, Amilcar. **Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauzeira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.

BAIARDI, Amilcar; ROCHA, João Henrique. A crise da cacauicultura baiana: uma revisão histórica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: SOBER, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. 2012.

Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/pronaf.asp?idpai=RELRURAL201>>2.

Acesso em: 8 out. 2012.

BANCO DO NORDESTE. **Produtos e Serviços**: Programas do FNE. Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental - FNE VERDE. Disponível em:

<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos_e_servicos/programas_fne/gerados/fne_verde.asp>. Acesso em: 30 jan. 2013.

BARBOSA, Arléo. Conversa com o Prof. Arléo Barbosa. Entrevistadores: Equipe Kàwé. **Revista Kàwé**, Ilhéus, n. 2, p. 23-27, 2001. Disponível em:

<http://www.uesc.br/nucleos/kawe/revistas/Ed_02/conversa_arleo_barbosa.pdf>.

Acesso em: 5 jan. 2012.

BARROS, Francisco Borges de. **Memória sobre o município de Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2004.

BATISTA, Fabiana. **Projeto de fomento reanima produção de cacau na Bahia: Sindicacau**. 2011. Disponível em:

<<http://sindicacau.blogspot.com.br/2011/02/projeto-de-fomento-reanima-producao-de.html>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

BAUMAN, Zygmunt Zygmunt. Identidade [**Entrevista a Benedetto Vecchi**]. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região**: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.

BISPO, Davi. **Documentário**: Terrorismo biológico do cacau. O Nó – ato humano deliberado. O registro histórico da introdução criminosa da doença vassoura-de-bruxa nas plantações de cacau do sul da Bahia. Pesquisa, roteiro, produção e direção de Dilson Araújo. Roteiro de edição, montagem e finalização de Henrique Filho. Direção de fotografia Isaías Neto. Região Cacauzeira da Bahia (Ilheus-Itabuna): 2012. 70 min.

BLOG do Miolo Baiano. Disponível em: <blogdomioloBaiano.blogspot.com>. Acesso em: 27 jun. 2012.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. 18. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 1. ed. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 1998. v. 1.

BÖHMERWALD, Paula; CENDÓN, Beatriz Valadares. Vantagens das Listas de Discussão como fonte de informação pessoal e profissional. *Encontros Biblio*, 2º Semestre, n. 16, UFSC, 2003.

BONDAR, Gregório. **A Cultura de Cacao na Bahia**. São Paulo: Empreza Graphica da "Revista dos Tribunaes", 1938. (Boletim Technico, n. 1). 205p.

BOTELHO, Fernando. **Mas afinal, o que é cabruca?** Direção Lázaro Vasconcelos. Produção equipe Lázaro Vasconcelos. Edição Maxwell Fidellis. Ilhéus: UESC, 05 ago. 2011. Duração: 9 min. 3 seg. Color, áudio e vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=eX-yTph6ZDM&feature=player_embedded>. Acesso em: 31 ago. 2011.

BRA SIL. Lei 8. 629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 fev 1993. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 22 jul. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Agricultura aprova política de conservação do cultivo tradicional do cacau**. 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/radio/materias/ULTIMAS-NOTICIAS/390695-AGRICULTURA-APROVA-POL%C3%8DTICA-DE-CONSERVA%C3%87%C3%83O-DO-CULTIVO-TRADICIONAL-DO-CACAU-%282%2758%27%27%29.html>>. Acesso em: 8 maio 2012.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de Fevereiro de 1891**. Brasília, DF, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 1 nov. 2011.

BRASIL. Lei n. 11.775, de 17 de setembro de 2008. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nos 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei no 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11775.htm>. Acesso em: 24 mar. 2012.

BRASIL. [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012](#). **Diário Oficial** da União, Brasília, DF, Seção 1, 28 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 18 jan. 2013.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 3 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7170.htm>. Acesso em: 28 fev. 2012.

BRASIL. Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 26 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm>. Acesso em: 28 fev. 2012.

BRASIL. Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994. Dispõe sobre o benefício do seguro-desemprego, altera dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 1 jul. 1994 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8900.htm>. Acesso em: 5 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cacau**: histórico da Câmara. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>>. Acesso em: 24 mar. 2012a.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Câmaras Setoriais e Temáticas**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas/informacoes-gerais>>. Acesso em: 24 mar. 2012b.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Delegacia de Polícia Federal de Ilhéus-BA. **Relatório do inquérito nº 2-169/2006-DPF.B/ILS/BA**. Relatora Denise Dias de Oliveira Cavalcanti. Ilhéus, 29 set. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria nº 62, de 27 de março de 2001. Trata de critérios para realização de vistoria de imóveis rurais**. Brasília, DF, 2001. <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/legislacao--/atos-internos/portarias/file/75-portariamdan-62-2703200>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Índices de produtividade de terra são atualizados**. Brasília, DF, 18 ago. 2009. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3593709>. Acesso em: 14 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 5 out. 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Emprego e renda. Salário Desemprego**. Brasília, DF, 20 out. 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/>. Acesso em: 20 out. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas e Emprego. Coordenação Geral do Seguro-Desemprego. **Gestão de Sistemas e informação**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <andre.ferreira@mte.gov.br> em 16 nov. 2012.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Ilhéus. **Promoção de arquivamento**. Ilhéus, 19 abr. 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.443, de 5 de janeiro de 2007. Dá nova redação aos arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11443.htm>. Acesso em: 9 out. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Vide Decreto-Lei nº 127, de 1967 ([Vide Lei nº 12.619, de 2012](#)). **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 9 out. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 8 out. 2012.

BRASIL. **Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – 3ª e 4ª Etapas. A crise da lavoura cacaueira, condicionantes, ação governamental, análise e recomendações**: Nota Técnica (abril/2009). Brasília, DF: Ceplac, 2009. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/CRA/AP/AP20100622_Nota%20Tecnica-2009.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2012.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Destinada a Apurar as Causas, Condições e Responsabilidades Relacionadas a Desvios E Irregularidades Verificados em Convênios e Contratos Firmados entre a União e Organizações ou Entidades de Reforma e Desenvolvimento Agrários, Investigar o Financiamento Clandestino, Evasão de Recursos para Invasão de Terras, Analisar e Diagnosticar a Estrutura Fundiária Agrária Brasileira e, em Especial, a Promoção e Execução da Reforma Agrária. **Relatório**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=80504&tp=1>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BRASIL. Senado Federal. **RQN**: requerimento (CN). Brasília,DF, 2009. <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=93831>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BRASILIO JUNIOR, Sallum. Governo Collor: O Reformismo Liberal e a Nova Orientação da Política Externa Brasileira. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 259-288, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a02.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2012.

BUENO, Francisco de Godoy. **Arrendamentos e parcerias rurais**: questões civis e tributárias relevantes – novas alterações. Disponível em: <<http://www.godoybueno.adv.br/artigo1.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2012.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BUTTNER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

CACAU para Sempre. Cocoa Forever. [Filme Completo]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uindlc79L2A>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

CACAUCULTORES baianos querem uma solução para o endividamento. **A Tarde**, 26 mar. 2010. Disponível em: <<http://faeb.org.br/main/agronoticias/detalhes.jsp?codigo=1269603940362>>. Acesso em: 28 jun. 2010.

CACAU-L. Disponível em: <<https://www.listas.unicamp.br/mailman/listinfo/cacau-l>> -> Acesso em: 26 nov. 2010.

CALDEIRA, Clovis. **Fazendas de cacau na Bahia**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954. (Documentário da Vida Rural, n. 7).

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A geografia crítica e a crítica da geografia. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 11, n. 245, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24503.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

CARTA de Ilhéus. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/paginas/cbc/paginas/carta_de_ilheus.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2013.

CARVALHO, Álvaro de. **Viagem sentimental à Bahia**. Florianópolis: Rocha Editora Gráfica, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação**: economia, sociedade e cultura. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade. São Paulo: Zará, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da F.; NABUCO, Maria Regina (Org.). **Integração, região e regionalismo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994. p 155-169.

CHIAPETTI, Jorge. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado**: transformações e permanências na região cacauzeira da Bahia. 2009. Tese (Doutorado em Geografia)–Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137004P0/2009/chiapetti_j_dr_rcla.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2012.

CHIAPETTI, Jorge; KAHIL, Samira Peduti. Dinâmica do território: crescimento econômico x desenvolvimento. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1., 2008, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: Ed. da Unesp, 2008. p. 649-661.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. **Na beleza do lugar, o rio das contas indo... ao mar**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia)–Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

CÓDIGO FLORESTAL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 18 jan. 2013.

COMISSÃO de meio ambiente aprova selo verde para o cacau cabruca. Disponível em: <<http://www.politicosdosuldabahia.com.br/v1/2013/03/21/comissao-de-meio-ambiente-aprova-selo-verde-para-o-cacau-cabruca/>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. **Projeto Renorbio pesquisa soluções para o cacau**: secretário sugere que cacauicultores usem a união dos pesquisadores como exemplo para defender os interesses do cacau. Brasília, DF, 9 set. 2011. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=1829>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. **CAR e Sedir promovem ação que beneficia pequenos agricultores da região cacaueira**. Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br/noticias.asp?id=604>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

CONGRESSO BRASILEIRO DO CACAU, 3., Ilhéus, 2012. **Inovação tecnológica e sustentabilidade**. Ilhéus: Centro de Convenções Luis Eduardo Magalhães, 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Cacau/24RO/App_II%20Congresso%20Brasileiro%20do%20Cacau_CEPLAC.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2013.

CORRÊA, Alessandra. Bird vê 'avanços dramáticos' em redução da pobreza no Brasil. **BBC Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/04/100420_pobreza_bird_brasil_ac_np.shtml>. Acesso em: 14 maio 2013.

CORREA, Roberto Lobato. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: _____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 107-118.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORTIZO, Paulo. **Paulo Cortizo vídeo**. [Entrevistador: João Batista Olivi]. Mercado & Companhia, 27 maio, 2010. Disponível em: <<http://en.sevenload.com/videos/8btGpLm-Mercado-Cia-27-05-10-Paulo-Cortizo>>. Acesso em: 27 nov. 2010.

COSTA, Francisco Mendes. **Políticas públicas e atores sociais na evolução da cacauicultura baiana**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/wp->

content/uploads/2012/07/Tese-Francisco-Mendes-Costa.pdf >. Acesso em: 07 dez. 2013.

COSTA, José Fialho. **Conjuntura cacauera do Sul da Bahia**. 2. ed. Salvador: Bureau, 1992.

COUTO, Vitor de Athayde. O território do cacau no contexto da mundialização. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 9, n. 4, p. 38-52, mar. 2000. Disponível em: <http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:illOIJ9cd20J:wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/leiturasba_1/pag_38.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2011.

CRIAÇÃO da Associação dos Profissionais do Cacau Fino e Especial (APCFE). Disponível em: <<http://www.apcfe.com/>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

CRISE. In: GRANDE dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Disponível em <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=crise&cod=57781>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

CRUZ, Ronaldo Lima da. Tráfico clandestino de escravos: a atuação do juiz de direito de Ilhéus na apreensão dos africanos desembarcados na praia de Mamoam. **Documentação e Memória/TJPE**, Recife, v. 2, n. 3, p. 119-134, jan./dez. 2010.

DAMÁSIO, Antônio R. **O erro de Descartes**: emoção, razão e o cérebro humano. 2. ed. 5. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. 1. ed. São Paulo: Graal, 2006. [Ano da obra: 1968].

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço**. São Paulo: Record, 2001.

DIAS, Marcelo Henrique. A floresta mercantil: exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 193-214, 2010.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagem da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial**. 2007. 424 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

DIAS, Marcelo Henrique. **Farinha, madeiras e cabotagem**: a Capitania de Ilhéus

no antigo sistema colonial. Ilhéus: Editus, 2011.

DIEESE. **Nota técnica n° 118, de dez. 2012.** Política de Valorização do Salário Mínimo. Salário Mínimo de 2013 será de R\$ 678,00. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec118salarioMinimo2013.pdf>>. Acesso em 20 out. 2013.

DINIZ, José Alexandre Filizola; DUARTE, Aluízio Capdeville. **A região cacauera da Bahia.** Recife: Sudene, 1983. (Série Estudos Regionais).

DOCUMENTÁRIO O NÓ. **O nó:** ato humano deliberado. Sinopse. Disponível em: <<http://documentarioono.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 1 maio 2012.

DOCUMENTÁRIO Terrorismo biológico do cacau. **O Nó** – ato humano deliberado. O registro histórico da introdução criminosa da doença vassoura-de-bruxa nas plantações de cacau do sul da Bahia. Pesquisa, roteiro, produção e direção de Dilson Araújo. Roteiro de edição, montagem e finalização de Henrique Filho. Direção de fotografia Isaías Neto. Região Cacauera da Bahia. Ilhéus, 2012. (70 min.).

DOIMO, Ana Maria; MITRE, Maya; MAIA, Rousiley. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes, sociedades e territórios.** 2. ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2007.

DOURADO, Cláudio. **Ceplac debate em Seminário:** "A Região Cacauera e o Sistema Cabruca na Rio+20". [Entrevistadora e apresentação: Kaline Ribeiro]. Direção e produção TV Mercado. Ilhéus, mar. 2012. Color, áudio e vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZoXiLZEIaUc&feature=player_embedded#!>. Acesso em: 4 abr. 2012.

ECODESENVOLVIMENTO no Sul da Bahia: uma Visão de futuro muito além do Porto Sul. Rede Sul da Bahia. Disponível em: <<http://redecoalizaosulba.ning.com/>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

EIDE, Phyllis; ALLEN, Carol B. Recruiting Transcultural Qualitative Research Participants: a conceptual model. **Int. J. Qual. Methods**, Canada, v. 4, no. 2, Jun. 2005. Disponível em:<<http://ejournals.library.ualberta.ca/index.php/IJQM/article/view/4446> >. Acesso em: 24 jun. 2013.

EUCLIDES NETO, José Teixeira. **Dicionário das roças de cacau e arredores.** 2. ed. Ilhéus: Edittus, 2002.

FALCÓN, Gustavo. **Coronéis do cacau**. 2. ed. Salvador: Solisluna Design, 2010.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 9. ed. São Paulo: Globo, 1991.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew, GONÇALVES, Elienai Gonçalves. **Governança da terra no século XXI**: sessões framing the debate. Políticas fundiárias no Brasil. Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. International Land Coalition. 2012. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/lt/politicas_fundiarias_brasil-bmf_caw_ecq.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2013.

FERREIRA, Antônio Alberto Carmo; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena. (Org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FERREIRA, Lucas Tadeu. Cacau: clones tecnológicos, a salvação da lavoura. **Revista Biotecnologia Ciência & Desenvolvimento**, Goiânia, ano 1, n. 3, p. 20-24, nov./dez. 1997. Disponível em: <http://www.biotecnologia.com.br/revista/bio03/3hp_7.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

FERREIRA, Lucas Tadeu. Cacau: clones tecnológicos, a salvação da lavoura. **Revista Biotecnologia Ciência & Desenvolvimento**, ano 1, n. 3, p. 20-24, nov./dez. 1997. Disponível em: <http://www.biotecnologia.com.br/revista/bio03/3hp_7.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

FILHO, Adonias. **Sul da Bahia, chão de cacau**: uma civilização regional. 3. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

FIORAVANTI, Carlos Henrique; VELHO, Léa. Fungos, fazendeiros e cientistas em luta contra a vassoura de bruxa. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 256-283.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité**: 1. La Volonté de Savoir. Paris: Gallimard, 1976.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: I. A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 1 ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FRAGOSO, Suely; EBS, Rebeca Recuero; Daiani L. BARTH. Territorialidades virtuais: identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. In: ENCONTRO DA COMPÓS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** 2010. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010.

FRANCO, Gustavo Henrique de Barroso. **A década perdida e a das reformas**. 30 jan. 2000. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/a48.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

FRANK, Joseph Luce. **Rural workers and labour justice**: the Estatuto do Trabalhador Rural in Brazil's Cacao Region, 1963-1973. 2009. Tese (Doutorado)–Osgoode Hall Law School, York University, Toronto, 2009. Disponível em: <<http://ezproxy.library.yorku.ca/login?url=http://proquest.umi.com/pqdweb?did=1934999961&sid=1&Fmt=2&clientId=5220&RQT=309&VName=PQD>>. Acesso em: 1 maio 2012.

FRANK, Joseph Luce. **Rural workers and labour justice**: the Estatuto do Trabalhador Rural in Brazil's Cacao Region, 1963-1973. 2009. Tese (Doutorado)–Osgoode Hall Law School, York University, Toronto, 2009. Disponível em: <<http://ezproxy.library.yorku.ca/login?url=http://proquest.umi.com/pqdweb?did=1934999961&sid=1&Fmt=2&clientId=5220&RQT=309&VName=PQD>>. Acesso em: 1 maio 2012.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO. **Biografia**. Disponível em: <http://www.jorgeamado.org.br/?page_id=75>. Acesso em: 12 jun. 2012.

FURTADO, Celso. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n.1, jan./mar. 1981. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311220160.estados_e_empresas_transnacionais.pdf>. Acesso em: 9 maio 2013.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Ceplac de corpo e alma**. Ilhéus: Ceplac, 1985.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Mecanismos de formação da propriedade cacauera no eixo Itabuna/Ilhéus –1890-1930**: um estudo de história agrária. 1977. 188 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. **História Econômica e Social da região cacauera**. Rio de Janeiro: Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul, 1975. (Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacauera, v. 8). Disponível em:
<http://books.google.com.br/books?id=l1oqAAAAYAAJ&pg=PA43&lpq=PA43&dq=consumo+de+cacau+na+guerra&source=bl&ots=t0-6NO_ShQ&sig=mZERVvCyVycxlwwk6HAoXbGeisk&hl=pt-BR&ei=l03ATtG8HpSztwfgll22Ag&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=7&ved=0CEgQ6AEwBg#v=onepage&q=consumo%20de%20cacau%20na%20guerra&f=false>. Acesso em: 14 nov. 2011

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

GIL, Gilberto. **Parabolicamará**. Disponível em: <<http://letras.mus.br/gilberto-gil/46234/>>. Acesso em: 6 set. 2011.

GOETHE INSTITUT SALVADOR. **Bahia**. Disponível em:
<<http://www.goethe.de/ins/br/sab/ver/acv/ptindex.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. **Revista Território**, Cuiabá, ano 111, n. 4, p. jan./jun. 1998.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007a. p. 43-71.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999. p. 168-189.

HAESBAERT, Rogério. Nossos clássicos: La Blache, Ratzel e a “geografia política”. **Geographia**, Niterói, v. 4, n. 7, p. 1-3, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/80/78>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Rev Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007b.

HARTMANN, Thomaz. **[Entrevista com Thomas Hartmann]**. Analista do Mercado Internacional do Cacau. 5 out. 2012. Canal Rural. Mercado e Cia. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/videos/entrevistas/111811-entrevista-confira-a-entrevista-com-thomas-hartmann-analista-do-mercado-internacional-do-cacau.html>>. Acesso em: 9 out. 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; IEK, Slavoj; DAVIS, Mike et. al. **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEREDITA, Beatriz et al. **Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil**. Disponível em: <<http://1.ufrrj.br/esa/art/200204-073-111.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Resultados Gerais da Amostra. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 1980, 1991, 2000, 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

IBGE. **Mapa político-administrativo 2005**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge/>. Acesso em: 22 set. 2011.

IBGE. Disponível em: <www.integracao.gov.br/.../download.asp?.../desenvolvimentoregional...>. Acesso em: 14 nov. 2011.

INCRA. **Instrução Normativa nº 11, de 4 de abril de 2003. Estabelece diretrizes para fixação do Módulo Fiscal de cada Município de que trata o Decreto n.º 84.685, de 6 de maio de 1980, bem como os procedimentos para cálculo dos Graus de Utilização da Terra - GUT e de Eficiência na Exploração GEE, observadas as disposições constantes da Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Disponível em: <www.faemg.org.br/Content.aspx?Code=247&fileDownload=True>. Acesso em: 10 jan. 2013.

INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural**: Índices Básicos de 2001 - Relação Alfabética. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/38595048/Incrasistema-Nacional-de-Cadastro-Rural-Indices-Basicos-de-2001>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

INDICADORES de violência em Ilhéus. Disponível em: <nossailheu.dominiotemporario.com%2Findicadores%2F&originalURL=1537701276&pip=false&premium=false&client_uid=2054420881&client_ver=3.6.0.165&client_type=IEPlugin&suite=false&aff_id=0&locale=pt_BR&ui=1&os_ver=6.1.1.0>. Acesso em: 7 dez. 2012.

INSTITUTO CABRUCO. **Institucional**: quem somos? Disponível em: <<http://www.cabruca.org.br/institucional.php>>. Acesso em: 1 fev. 2013.

INSTITUTO CABRUCO. **Valorizando a cacauicultura e os biomas brasileiros**: a cabruca. Disponível em: <<http://www.cabruca.org.br/a-cabruca.html>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Bahia – Campus Ilhéus**. Disponível em: <<http://www.ilheus.ifba.edu.br/>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

INSTITUTO FLORETA VITA. **Quem somos?** Disponível em: <<http://www.florestaviva.org.br/quem-somos.html>>. Acesso em: 1 fev. 2013.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Ceplac - Cacau, ano 25**: desenvolvimento e participação. Brasília, DF: IICA, 1982. (Série Desenvolvimento Institucional, n. 16). Disponível em:

<<http://books.google.com.br/books?id=snkuwaWpOzsC&pg=PA25&lpg=PA25&dq=c+eplac+taxa+de+reten%C3%A7%C3%A3o&source=bl&ots=qF1tISIYCz&sig=QzQbBoTXtiBNmd4ldupJtNMTJFc&hl=pt-BR&sa=X&ei=o-DpToSnJITXtgeG5tXuCg&ved=0CB8Q6AEwAA#v=snippet&q=taxa&f=false>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

IPC aciona o governo para anular dívida de R\$ 1 bilhão dos produtores de cacau. **Jornal Agora** [Online], São Paulo, 28 nov. 2011. Disponível em: <<http://agora-online.com.br/jornal/2011/11/28/ipc-aciona-o-governo-para-anular-divida-de-r-1-bilhao-dos-produtores-de-cacau/>>. Acesso em 28 nov. 2011.

IPEA. **Nota Técnica nº 9**. Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/120904_notatecnicaadisoc09.pdf>. Acesso em: 5 out. 2012.

IPEADATA. Banco de Dados do IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 20 out. 2013.

JORGE, Paulo. **[Documentário]: Os magníficos**. DOCTV IV – 31. Direção e roteiro de Bernard Attal. Produção Ondina Filmes. Produção executiva Diana Gurgel. Realização Programa de Fomento à Produção e Teledifusão ao Documentário Brasileiro (DOCTV), do Ministério da Cultura, com parceria do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (Irdeb), exibição Rede Cultura. Fotografia de Matheus Rocha. Edição de Carlos Shintomi/Bernard Attal, DVD, áudio e vídeo, color. Salvador: Rede Cultura, 2009. 51min. 59s.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1948.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEAL, Victor Nunes. O Coronelismo e o Coronelismo de cada um. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 11-14, 1980.

LEFEBVRE, Henry. **The production of the space**. Oxford: Blackwell, 1992.

LEITE, Jose Basilio Vieir. Cultivo do cacau em áreas não tradicionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DO CACAU, 3., 2012, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: [s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/paginas/cbc/paginas/palestras/C4_1.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2013.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

LENCIONE, Sandra. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 187- 204.

LENINE. **Aquilo que dá no coração**. [Letra de música]. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/lenine/131363/#selecoes/1685719/>>. Acesso: 10 out. 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999. (Coleção TRANS).

LIBÂNIO, Durval. Câmara Setorial do Cacau em foco na TV Mercado. **[Entrevista: Kaline Ribeiro]**. Mercado do Cacau, 20 maio 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yPXCIV3p7hc>> Acesso em: 20 nov. 2010.

LIDERANÇA DO PT BAHIA. CPI começa a apurar sabotagem biológica. **Correio da Bahia**, Salvador, 2006. Disponível em: <http://liderancadoptbahia.com/novo/noticias.php?id_noticia=3827>. Acesso em: 27 fev. 2012.

LIMA, Maria Helena Palmer (Org.). **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <www1.ibge.gov.br/home/estatistica/.../Anexo_C_6_3_1_1_DTB.doc>. Acesso em: 14 nov. 2011.

LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro. **Reflexões sobre os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais na região cacauzeira**. Disponível em: <www.uesc.br/dcec/sergioricardo/economia40anos.rtf>. Acesso em: 21 jan. 2013.

LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro. **Terra, trabalho e autonomia: condições de produção e reprodução de assentados no Terra Vista da “região cacauzeira” da Bahia**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro. **Reflexões sobre os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais na região cacauzeira**. Disponível em: <www.uesc.br/dcec/sergioricardo/economia40anos.rtf>. Acesso em: 29 jul. 2013.

LINS, Alene da Silva. **A decisão de preservar: um estudo das Reservas Particulares do Patrimônio natural na região cacauzeira (Sul da Bahia - Brasil)**. 2005. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <www.ufrb.edu.br/publica/.../attachment.php?link>. Acesso em: 30 jan. 2013.

LISTA de cacau: total de inscritos: 501. Disponível em: <http://www.lge.ibi.unicamp.br/cacau/lista/lista_de_inscritos.phpordenar=instituicao>. Acesso em: 25 nov. 2010.

LISTEIRO nº 1. **Trabalhador do cacau-FATORES LIMITANTES DA REGIÃO.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 25 jul. 2010.

LISTEIRO nº 1. **Proposta para a lista do cacau.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 18 out. 2010.

LISTEIRO nº 1. **[Cacau-I] UNIÃO.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 3 ago. 2012.

LISTEIRO nº 1. **SÍNTESE DA AÇÃO DECLARATÓRIA.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 17 nov. 2012.

LISTEIRO nº 1. **[Cacau-I] RELATÓRIO FAZENDA SANTO ANTÔNIO 21.12.12.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 26 dez. 2012.

LISTEIRO nº 2. **Enc: ENIGMA AMBIENTALISTA!!!!.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 29 dez. 2011a.

LISTEIRO nº 2. **Enc: ENIGMA AMBIENTALISTA!!!!.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 29 dez. 2011b.

LISTEIRO nº 2. **Re: [Cacau-I] Enc: ENIGMA AMBIENTALISTA!!!!.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 02 jan. 2012.

LISTEIRO nº 3. **APC e falta de sugestões.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 14 abr. 2011.

LISTEIRO nº 3. **[Cacau-I] Carta elaborada para envio ao Ministério Público - criação das Unidades de Conservação.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 18 dez. 2012.

LISTEIRO nº 4. **[Cacau-I] Invasões.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 22 abr. 2009.

LISTEIRO nº 4. **Viagem a Brasília.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 9 set. 2009.

LISTEIRO nº 4. **Seleção de mensagens da lista.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 2 mar. 2010.

LISTEIRO nº 4. **Proposta para a lista do cacau.** Mensagem disponível em: Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 20 out. 2010.

LISTEIRO nº 5. **Movimento 23 de março.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-

l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 13 mar. 2010.

LISTEIRO nº 6. **DIAGNÓSTICO e CURA**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 31 ago. 2010.

LISTEIRO nº 6. **HORA de GRITAR**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 04 mar. 2010.

LISTEIRO nº 6. **Movimento**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 07 mar. 2010a.

LISTEIRO nº 6. **Movimento**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 07 mar. 2010b.

LISTEIRO nº 7. **Tenham calma**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 14 abr. 2009.

LISTEIRO nº 7. **Seleção de mensagens da lista**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 2 mar. 2010.

LISTEIRO nº 7. **IMPORTANTE: Trabalhador do Cacau - FATORES LIMITANTES PARA REGIÃO**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 23 jul. 2010.

LISTEIRO nº 7. **Proposta para a lista do cacau**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 18 out. 2010.

LISTEIRO nº 7. **APC e falta de sugestões**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 14 abr. 2011.

LISTEIRO nº 8. **[Cacau-I] Senadora Katia Abreu - MST - Estado do Pará**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 5 mar. 2009.

LISTEIRO nº 8. **[Cacau-I] Valorização das nossas propriedades rurais**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 3 set. 2009.

LISTEIRO nº 8. **(Custo de Produção)**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br >. Acesso em: 17 fev. 2010.

LISTEIRO nº 8. **210 STF freia a FUNAI**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 04 out. 2011.

LISTEIRO nº 9. **Pobres de espíritos**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-

l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 26 mar. 2010.

LISTEIRO nº 10. **Comigo é na PORRADA.** Lista do Cacau. Mensagem disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 08 mar. 2010.

LISTEIRO nº 10. **Não esqueçam das rádios->>Re: Movimento 23 de março.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 12 mar. 2010.

LISTEIRO nº 10. **2 milhões de vítimas!Re: Atenção. Vão prometer...DE NOVO !-Re: O Movimento anda.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 16 mar. 2010.

LISTEIRO nº 10. **Mas a questão é essencialmente política->Re: Atenção. Vão prometer...DE NOVO !-Re: O Movimento anda.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 16 mar. 2010.

LISTEIRO nº 10. **Estratégia agradecimento. Re: Mas a questão é essencialmente política->Re: Atenção. Vão prometer...DE NOVO !-Re: O Movimento anda.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 17 mar. 2010.

LISTEIRO nº 11. **Que ORGÃO deve punir primeiro o presidente da Petrobras para preservar a empresa de sua sanha.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 16 out. 2010.

LISTEIRO nº 12. **Re: [Cacau-I] invasões incentivadas.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 26 fev. 2009.

LISTEIRO nº 12. **Re: [Cacau-I] E assim desanda o Brasil...** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 2 mar. 2009.

LISTEIRO nº 12. **Comigo é na PORRADA->Re: [Cacau- I] MOVIMENTO 23 de MARÇO.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 09 mar. 2010.

LISTEIRO nº 12. **Re: [Cacau-I] Agricultura Familiar.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 9 de mar. 2009.

LISTEIRO nº 12. **Os parceiros e trabalhadores do cacau...Re: Atenção. Vão prometer...DE NOVO !-Re: O Movimento anda.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 17 mar. 2010.

LISTEIRO nº 12. **Pobres de espíritos.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 26 mar. 2010.

LISTEIRO nº 12. **Re: [Cacau-I] Voltando, dando um F5 na Lista ao som de uma AK-47.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 12 ago. 2009.

LISTEIRO nº 12. **Re: [Cacau-I] RES: invasão.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 28 jan. 2013.

LISTEIRO nº 13. **E agora...** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br> . Acesso em: 12 nov. 2010.

LISTEIRO nº 13. **[Cacau-I] Senadora Kátia Abreu já tem assinaturas para CPI do MST.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 11 set. 2009.

LISTEIRO nº 14. **Re: [Cacau-I] Fwd: UOL - Notícias por e-mail.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 4 set. 2009.

LISTEIRO nº 14. **Re: [Cacau-I] TERRORISMO BIOLÓGICO (AGRADECIMENTOS).** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 25 mai. 2010 .

LISTEIRO nº 14. **Re: [Cacau-I] RES: RES: Ceplac,e bancos são coniventes.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 30 set. 2009.

LISTEIRO nº 14. **Re: [Cacau-I] Retirada de assinatura CPI do MST.** Lista do Cacau. Disponível em:< cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 5 out. 2009.

LISTEIRO nº 14. **Re: [Cacau-I] TERRORISMO BIOLÓGICO (AGRADECIMENTOS).** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 25 mai. 2010.

LISTEIRO nº 14. **APELO AOS QUE JÁ CONTRIBUÍRAM AO DOCUMENTÁRIO DA VB.** Lista do Cacau. Disponível em <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 11 out. 2010.

LISTEIRO nº 14. **NOTÍCIAS CONVÊNIO CAR / SEDIR - INSTITUTO CABRUCÁ - R\$ 3.005.074,90 (TRES MILHÕES E CINCO MIL E SETENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 16 dez. 2011a.

LISTEIRO nº 14. **NOTÍCIAS CONVÊNIO CAR / SEDIR - INSTITUTO CABRUCÁ - R\$ 3.005.074,90 (TRES MILHÕES E CINCO MIL E SETENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-

l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 16 dez. 2011b.

LISTEIRO nº 14. **NOTÍCIAS CONVÊNIO CAR / SEDIR - INSTITUTO CABRUCÁ - R\$ 3.005.074,90 (TRES MILHÕES E CINCO MIL E SETENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 17 dez. 2011.

LISTEIRO nº 14. **NOTÍCIAS CONVÊNIO CAR / SEDIR - INSTITUTO CABRUCÁ - R\$ 3.005.074,90 (TRES MILHÕES E CINCO MIL E SETENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)**. Lista do Cacau. Disponível em <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 20 dez. 2011a.

LISTEIRO nº 14. **NOTÍCIAS CONVÊNIO CAR / SEDIR - INSTITUTO CABRUCÁ - R\$ 3.005.074,90 (TRES MILHÕES E CINCO MIL E SETENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 20 dez. 2011b.

LISTEIRO nº 14. **NOTÍCIAS CONVÊNIO CAR / SEDIR - INSTITUTO CABRUCÁ - R\$ 3.005.074,90 (TRES MILHÕES E CINCO MIL E SETENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 20 dez. 2011c.

LISTEIRO nº 14. **Enc: NOTÍCIAS CONVÊNIO CAR / SEDIR - INSTITUTO CABRUCÁ - R\$ 3.005.074,90 (TRES MILHÕES E CINCO MIL E SETENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)**. Lista do Cacau. Disponível em <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 20 dez. 2011d.

LISTEIRO nº 14. **FW: ENIGMA AMBIENTALISTA!!!!**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 30 dez. 2011.

LISTEIRO nº 14. **Enc: ENIGMA AMBIENTALISTA!!!!** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br> . Acesso em: 02 jan. 2012.

LISTEIRO nº 14. **MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA MAPA/DSV R E C O R D A R É V I V E R - PARTE – 1**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 20 fev. 2012.

LISTEIRO nº 15. **TRF SUSPENDE DEMARCAÇÃO PARA OS "ÍNDIOS"!** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 13 out. 2011.

LISTEIRO nº 16. **Lista do Cacau – somente cacau & outros assuntos**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 21 out. 2010a.

LISTEIRO nº 16. **Política da Lista e o papel do moderador**. Lista do Cacau.

Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 21 out. 2010b.

LISTEIRO nº 17. **DIAGNÓSTICO e CURA**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 12 nov. 2010a.

LISTEIRO nº 17. **DIAGNÓSTICO e CURA**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 12 nov. 2010b.

LISTEIRO nº 18. **Re: [Cacau-I] Fwd: UOL - Notícias por e-mail**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 3 set. 2009.

LISTEIRO nº 18. **Re: [Cacau-I] Invasões e ameaças**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 9 ago. 2010.

LISTEIRO nº 18. **BLOQUEIO DE VALORES EM CONTA DE DEVEDORES DA VASSOURA**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 21 jun. 2012.

LISTEIRO nº 19. **FATORES LIMITANTES PARA REGIÃO**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 23 jul. 2010a.

LISTEIRO nº 19. **FATORES LIMITANTES PARA REGIÃO**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 23 jul. 2010b.

LISTEIRO nº 20. **insegurança, empregados e outras "pipocas do genero"**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 22 jul. 2010.

LISTEIRO nº 20. **trabalhador do cacau - fatores limitantes para a região**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 25 jul. 2010.

LISTEIRO nº 21. **[Cacau-I] RES: Assentamento – Produção**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 10 mar. 2009.

LISTEIRO nº 21. **[Cacau-I] RES: Ceplac, e bancos são coniventes**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 29 set. 2009.

LISTEIRO nº 21. **[Cacau-I] RES: Ceplac, e bancos são coniventes**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 30 set. 2009.

LISTEIRO nº 21. **FW: IMPORTANTE: Trabalhador do Cacau - FATORES LIMITANTES PARA REGIÃO**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 25 jul. 2010.

LISTEIRO nº 22. **viabilidade de Cacau**. Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 11 fev. 2010.

LISTEIRO nº 22. **Viabilidade do cacau.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 10 out. 2010.

LISTEIRO nº 23. **FW: IMPORTANTE: Trabalhador do Cacau - FATORES LIMITANTES PARA REGIÃO.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 24 jul. 2010.

LISTEIRO nº 24. **Re: [Cacau-l] Senadora Katia Abreu - MST - Estado do Pará.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 6 mar. 2009.

LISTEIRO nº 25. **[Cacau-l] invasões, violências do mst.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 1 mar. 2009.

LISTEIRO nº 25. **Re: [Cacau-l] Justiça!!!! abaixo uma esperança->Re: Invasões.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 26 abr. 2009.

LISTEIRO nº 25. **Subject: Re: [Cacau-l] Invasões.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 23 abr. 2009.

LISTEIRO nº 25. **Re: [Cacau-l] Invasões. Lista do Cacau.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 22 de abr. 2009a.

LISTEIRO nº 25. **Re: [Cacau-l] Invasões. Lista do Cacau.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 22 de abr. 2009b.

LISTEIRO nº 26. **[Cacau-l] Assentamento – Produção.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 9 mar. 2009.

Listeiro nº 26. **ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 19 ago. 2009.

LISTEIRO nº 27. **Re: [Cacau-l] Assentamento - Produção.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 9 mar. 2009.

LISTEIRO nº 28. **Subject: Re: [Cacau-l] Invasões.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 23 abr. 2009.

LISTEIRO nº 29. **ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 19 ago. 2009.

LISTEIRO nº 30. **UOL - Notícias por e-mail.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 3 set. 2009.

LISTEIRO nº 31. **Re: [Cacau-I] Ceplac,e bancos são coniventes.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 29 set. 2009a.

LISTEIRO nº 31. **Re: [Cacau-I] Ceplac,e bancos são coniventes.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 29 set. 2009b.

LISTEIRO nº 31. **Re: [Cacau-I] agricultura familiar.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 10 out. 2009c.

LISTEIRO nº 31. **Re: [Cacau-I] agricultura familiar.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 10 out. 2009d.

LISTEIRO nº 31. **Re: [Cacau-I] agricultura familiar.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 10 out. 2009e.

LISTEIRO nº 31. **Re: [Cacau-I] agricultura familiar.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em:10 out. 2009f.

LISTEIRO nº 32. **Re: [Cacau-I] Retirada de assinatura CPI do MST.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 5 out. 2009.

LISTEIRO nº 32. **[Cacau-I] Reunião Cacau.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 28 jan. 2013.

LISTEIRO nº 33. **[Cacau-I] apelo, invadiram nossas terras.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 26 de out. 2009.

LISTEIRO nº 34. **[Cacau-I] VISTORIA DO INCRA EM FAZENDAS.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 26 de outubro de 2011).

LISTEIRO nº 35. **Re: [Cacau-I] RES: invasão.** Disponível em: Lista do Cacau. <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 30 jan. 2013.

LISTEIRO nº 36. **Carta entregue a Lula.** Lista do Cacau. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 28 mar. 2010.

LISTEIRO nº 37. **Re: [Cacau-I] O País com medo dos sem-terra.** Lista do Caacau. Disponível em: <cacau-l.listas.unicamp.br>. Acesso em: 9 out. 2009.

LOBÃO, Dan Érico. **Mas afinal, o que é cabruca?** Direção Lázaro Vasconcelos. Produção equipe Lázaro Vasconcelos. Edição Maxwell Fidellis. Ilhéus: UESC, 5 ago. 2011. Duração: 9min. 3 seg., color, áudio e vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=eX-yTph6ZDM&feature=player_embedded>. Acesso em: 31 de ago. 2011.

LOBÃO, Dan Érico; SETENTA, Wallace. Fundamentos para programa de desenvolvimento rural - conservação produtiva - processo produtivo sustentável inovador. In: CONGRESSO BRASILEIRO DO CACAU, 3., 2012, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: Centro de Convenções Luis Eduardo Magalhães, 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Cacau/24RO/App_II%20Congresso%20Brasileiro%20do%20Cacau_CEPLAC.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2013.

LOBÃO, Dan Érico; VALERI, Sérgio Valiengo. Sistema cacau-cabruca: conservação de espécies arbóreas da floresta atlântica. Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus (BA). **Agrotropica**, Ilhéus, v. 21, n. 1, p. 43-54, 2009.

LORENZZONI, Pablo. **Regras Básicas da Netiqueta para a Lista Debian-RS**, 19 set. 2001. Disponível em: <debian-rs.sourceforge.net/netiqueta/>. Acesso em: 6 ago. 2012.

LULA e Wagner defendem Geddel de vaia em inauguração de gasoduto na Bahia. UOL **Notícias**, 26 mar. 2010b. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/2010/03/26/lula-e-wagner-defendem-geddel-de-vaia-em-inauguracao-de-gasoduto-na-bahia.jhtm>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

LULA não aceita calote do cacau. **A Tarde**, 27 mar. 2010a. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aregiao/2010/03/entry_1873.html>. Acesso em: 10 mar. 2012.

LULA prega paz entre PT e PMDB na Bahia. **Estadão.com.br**, 26 mar. 2010d. Disponível em: <<http://contacto-latino.com/archvs/news02/357698/lula-prega-paz-entre-pt-e-pmdb-na-bahia-estadao/>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

LULA: Palanque duplo na Bahia pode dificultar campanha de Dilma. **O Globo**, 26 mar. 2010c. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/lula-palanque-duplo-na-bahia-pode-dificultar-campanha-de-dilma-3033158#ixzz1oitQH911>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

MACHADO, Antônio. **Cantares**. Disponível em: <http://blogs.utopia.org.br/poesialatina/cantares-antonio-machado/>. Acesso em 08 nov 2010.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 1 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 7, p. 23.

MAHONY, Mary Ann. Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 25/26, p. 95-139, 2001.

MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. **Cadernos de Ciências Humanas**: Especiaria, Ilhéus, v. 10, n.18, p. 737-793, jul./dez. 2007.

MAKHOUL, Fábio Jammal. **A cobertura da Revista Veja no primeiro mandato do presidente Lula**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp091353.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

MANCINI, Giacomo. **A saga do Cacau**. Produção TV Santa Cruz. 90 min. 2005. Parte I - Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=e-PylxdWJBs&feature=share>>; Parte II Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=NeGL1z8ZJU4>>; Parte III; Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=qDWMEXd1bdw&feature=share>>; Parte IV – Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=qOcyoHZosPk&feature=share>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARINHO, Pedro Lopes. **O Estado e a economia cacauzeira da Bahia**. 1989. Disponível em: <www.uesc.br/dcec/pedro3.rtf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

MARON, Maurício. Projeto Vila Cacau mostra potencialidade da agricultura familiar no sul da Bahia. **Agência Sebrae de Notícias Bahia**, Salvador, 10 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.ba.agenciasebrae.com.br/noticia/12897808/noticias/projeto-vila-cacau-mostra-potencialidade-da-agricultura-familiar-no-sul-da-bahia/>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

MARS CACAU. **Mars apoia projeto sustentável para alavancar plantio de cacau no sul da Bahia**. 14 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.marscacau.com.br/web/mars-apoia-projeto-sustentavel-para-alavancar-plantio-de-cacau-no-sul-da-bahia/>. Acesso em: 30 jan. 2013.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 3. ed. São Paulo: Paulos, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

MARTINS, Jose de Souza. **Os camponeses e a politica no Brasil**. 2. ed.

Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira**. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v081/o_tempo.pdf. 9 dez. 2013.

MATOGROSSO, Ney. **Mal necessário**. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/ney-matogrosso/47728/>. Acesso em: 15 dez. 2011.

MATOS, Domingos. **Cartilhas técnicas da Ceplac ajudam a aumentar renda das famílias rurais**. 2013. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=2035>. Acesso em: 28 jan. 2013.

MAYNART, Juvenal. **Ceplac debate em Seminário "A Região Cacaueira e o Sistema Cabruca na Rio+20"**. [Entrevistadora e apresentação: Kaline Ribeiro]. Direção e produção TV Mercado. Ilhéus, 2012b. Color, áudio e vídeo. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=ZoXiLZElaUc&feature=player_embedded#!. Acesso em: 4 abr. 2012.

MAYNART, Juvenal. Sustentabilidade com ganho econômico. **Agora online**, 12 mar. 2012a. Disponível em: <http://agora-online.com.br/jornal/2012/03/12/sustentabilidade-com-ganho-economico/>. Acesso em: 14 mar. 2012.

MELIANI, Paulo Fernando. **Crítica à estética da mercadoria no turismo**: dilemas da precarização do trabalho na produção do espaço de Itacaré, litoral sul da Bahia. 2011. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MELLO NETTO, Durval Libânio. **Exclusivo na web**: agrônomo fala sobre a produção de cacau no Brasil. G1, São Paulo, mar. 2012. Entrevistadores: Mariana Ferrão e Fernando Rocha, Programa Bem Estar. Disponível em: <http://globov.globo.com/rede-globo/bem-estar/v/exclusivo-na-web-agronomo-fala-sobre-a-producao-de-cacau-no-brasil/1867057/>. Acesso em: 31 mar. 2012.

MENEZES, Albene Miriam. Utopia, imigração e a Colônia alemã de Una, Bahia no contexto histórico. **Textos de História**, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 35-78, 2006.

MENEZES, Rogério. Decreto reconhece cabruca como sistema agroflorestal. **Rede Brasil de Notícias**, Itabuna, 11 jun. 2012. Disponível em: <http://jornalsportnews.blogspot.com.br/2012/06/decreto-reconhece-cabruca-como-sistema.html?m=0>. Acesso em: 12 jun. 2012.

MERCADO do Cacau. **Parque Estadual**. Disponível em: <http://www.mercadodocacau.com.br/video/Parque_Estadual>. Acesso em: 28 jan. 2013.

MERCADO do Cacau. **Quem somos?** Disponível em: <<http://www.mercadodocacau.com.br/quemsomos>>. Acesso em: 01 maio 2012.

MICHEL, Andréa; FREIRE, Sílvia. Governo é cúmplice de atos ilegais do MST, diz Mendes. **Folha de S. Paulo**, 26 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2602200902.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MORAES, Dênis de. A ética comunicacional na Internet. **Biblioteca On-line de Ciências da Computação**. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-etica-internet.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

MUNDO orgânico. Disponível em: <<http://mundoorganico.blogspot.com/2010/01/cacau-organico.html>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

MUNIZ, Águido. **[Entrevista com Águido Muniz]**. Entrevistador: João Batista Olivi. Mercado em Companhia, Nov. 2011a. Disponível em: <AguidoMunizMercado&Cia-21_11_11-Entrevista-com-Águido-Muniz>. Acesso em: 22 mar. 2012.

MUNIZ, Águido. **A ausência mais presente**. Apresentado no III Congresso Brasileiro do Cacau. 19 nov. 2012. Disponível em: <http://www.mercadodocacau.com.br/coluna/Pensar_Cacau/III%20CONGRESSO%20BRASILEIRO%20DE%20CACAU> Acesso em: 25 jan. 2013.

MUNIZ, Águido. Nota pública do Instituto Pensar Cacau. **Blog: O sarrafo**, 22 set. 2011b. Disponível em: <<http://www.osarrafo.com.br/v1/2011/09/22/nota-publica-do-instituto-pensar-cacau/>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serv Soc Soc., [online]**, São Paulo, n. 110, p. 213-240, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a02n110.pdf> >. Acesso em: 21 jul. 2013.

NASCIMENTO, Valter Alves; COSTA, Francisco Mendes; COSTA, Raimundo Jorge

Z. A parceria agrícola no contexto das relações de produção na cacauicultura baiana. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2011. v. 1, n. 1. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1420/1014>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

NEVES, Maricélia Cardoso Matos. **Estado de Santa Cruz: o separatismo no mosaico baiano (1930-1980)**. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

NOGUEIRA, Renata. **Assentamentos da Bahia iniciam recuperação das lavouras de cacau**. 21 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/assentamentos-da-bahia-iniciam-recupera%C3%A7%C3%A3o-das-lavouras-de-cacau>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

O CACAU é show. **Globo.com**. 23 nov. 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Carnaval2010/0,MUL1359819-17813,00.html>>. Acesso em: 22 jun. 2010.

OLIVEIRA, Ana Cristina; GLÓRIA, Jonildo. Índios e produtores buscam apoio de Lula. **A Tarde online**, 26 de mar. 2010. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=2213872>>. Acesso em: 26 de mar. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015...sci...>. Acesso em: 22 jan. 2013.

OLIVEIRA, Clarice Gonçalves Souza de. **Novas Indústrias em Itabuna e Ilhéus (1980 – 2000)**. 2001. 168f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

OLIVEIRA, Marival Lopes de; LUZ, Edna Dora Martins Newman. **Identificação e manejo das principais doenças do cacaueteiro no Brasil**. Ilhéus: Ceplac: Cepec: Sefit, 2005.

OLIVEIRA, Raquel Maria de et al. Importância do sistema agroflorestal cabruca para a conservação florestal da região cacaueteira, Sul da Bahia, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, n. esp., p. 1-12, , 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2640>>. Acesso em: 2 maio 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Os recursos do futuro: um outro discurso. **MultiCiência**.

2003. Disponível em:
www.multiciencia.unicamp.br/artigos_01/A5_Orlandi_port.PDF . Acesso em: 4 abr. 2013.

OTTONI, O. J. da S. A cacauicultura está sitiada. **Agora**, Itabuna, ano 8, n. 373, p. 5, abr. 1990.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias**: a Bahia na primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos de ir e vir e caminho sem volta**: índios, estradas e rios no sul da Bahia. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

PARCEIRO. **Dicionário Houaiss**. Disponível em:
<<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbeta=pioneiro&stipe=k>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Políticas territoriais e questão agrária: da teoria à intervenção. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 107-130.

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. **Coronelismo, enxada e voto**. 2000. Disponível em:
<http://www.iets.org.br/biblioteca/Coronelismo_enxada_e_votos.pdf>. Acesso em: 21 maio 2010.

PEIXOTO, José Carlos. I Encontro Baiano dos povos da Cabruca debaterá desenvolvimento sustentável regional. Assessoria de Comunicação da Ceplac. 22 nov. 2012. Disponível em:
<<http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=2015>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

PEPE, Henrique. **[Documentário]**: Os magníficos. DOCTV IV – 31. Direção e roteiro de Bernard Attal. Produção Ondina Filmes. Produção executiva Diana Gurgel. Realização Programa de Fomento à Produção e Teledifusão ao Documentário Brasileiro (DOCTV), do Ministério da Cultura, com parceria do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (Irdeb), exibição Rede Cultura. Fotografia de Matheus Rocha. Edição de Carlos Shintomi/Bernard Attal, DVD, áudio e vídeo, color. Salvador: Rede Cultura, 2009. 51min. 59s.

PEQUENO, Renato. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras**: transformações e tendências. 2008. Universidade Federal do Ceará. Disponível em:
<http://www.observatoriodasmetrolopes.ufjf.br/Renato_Pequeno.pdf> Acesso em:

7 dez. 2012.

PEREIRA, Lisiane de Almeida. **Enfoque jurídico-penal do crime de terrorismo no direito brasileiro**. 2003. Monografia (Conclusão de Curso)–Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. Faculdade de Direito de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2003.

PERSONAGEM mais sensual de Jorge Amado foi inspirada em pessoa real. **Globo TV**. Disponível: <<http://globotv.globo.com/rede-globo/globo-reporter/v/personagem-mais-sensual-de-jorge-amado-foi-inspirada-em-pessoa-real/1996101/>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

PIMENTA NA MUQUECA. **“Bioterrorista” é padrasto do goleiro Bruno**. 10 jul. 2010. Disponível em: <http://www.pimenta.blog.br/tag/franco-timoteo/>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

PINTO, Maria Joaquina Moura. **Histórias contadas sobre Camacã**: filha pródiga de Canavieiras. 2004. 162 f. Monografia (Especialização)–Faculdade Olga Metting, Salvador, 2004.

POLICARPO JUNIOR, A. N. A caça às bruxas: a Polícia Federal abre investigação sobre denúncia de que o cacau na Bahia foi alvo de sabotagem. **Revista Veja On-line**, São Paulo, 5 jul. 2006. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/050706/p_052.html>. Acesso em: 24 abr. 2010.

POLICARPO JUNIOR, A. N. Terrorismo biológico: petistas são acusados de disseminar a praga que destruiu a lavoura de cacau no sul da Bahia. **Revista Veja On-line**, São Paulo, 21 jun. 2006. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/210606/p_060.html>. Acesso em: 24 abr. 2010.

PORTAL BRASIL. **País fecha 2012 com menor taxa de desemprego desde 2002**. 31 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/01/31/pais-fecha-2012-com-menor-taxa-de-desemprego>>. Acesso em: 7 mai. 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; SADER, Emir (Org.). **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/destaques/>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Perfil do País**: Indicadores de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/BRA.html>>. Acesso em: 5 out. 2012.

RAFFESTIN, Claude. [Entrevista]. In: SEMINÁRIO ESTADUAL DE ESTUDOS TERRITORIAIS, 4., 2009, Francisco Beltrão. **Vídeo...** Francisco Beltrão: Unioeste, 2009. 1 DVD. Organização do DVD: Adilson Francelino Alves e Luiz Carlos Flávio. Tradução do francês: Luiz Carlos Flávio e Jacques Moinoux.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Pedro. **Índices de rendimento da agropecuária brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (NEAD Debate; 5). Disponível em: <www.nead.gov.br/portal/nead/nead-debate/download_orig_file?...>. Acesso em: 10 jan. 2013.

RATZEL, Friedrich. **Politische Geographie**. München und Leipzig, 1897.

RELATÓRIO Analítico do projeto: “Qualificação da gestão territorial e fortalecimento do capital social por meio da monitoria e avaliação das condições de vida e da sustentabilidade no Litoral Sul da Bahia”. 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra090.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

REQUERIMENTO do Seguro-Desemprego. Disponível em: <<http://www.sine.mg.gov.br/seguro-desemprego.html>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

REZENDE, Gervásio Castro de. Produção, emprego e estrutura agrária na região cacauzeira da Bahia. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 83-116, abr. 1978.

RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, poder e mito**: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950**. 2008. Tese (Doutorado)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RISSARDO, João Ricardo Barbosa. **Políticas de aquisição de alimentos na região Centro-Ocidental paranaense**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)-Departamento de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá-PR, 2012.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauzeira da Bahia**: uma abordagem fenomenológica. Aracaju: Ed. da UFS, 2006.

ROCHA, Lurdes Bertol. O cacau na literatura regional do sul da Bahia: ícone de diferenças socioespaciais. **Geograficidade**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 16-31, 2011.

ROCHA, Lurdes Bertol; ANDRADE, Maria Palma. Itabuna: sua história. In: ROCHA,

Lurdes Bertol; ANDRADE, Maria Palma (Org.). **De Tabocas a Itabuna**: um estudo histórico-geográfico. Ilhéus: Editus, 2005. p. 13-26.

ROCHA, Vitor. Em visita ao sul da Bahia, presidente Lula cobra juízo de produtores de cacau. **A Tarde On Line**, 26 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/politica/noticia.jsf?id=2214174>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. **Ecologia da vegetação arbórea de cabruca**: Mata Atlântica raleada utilizada para o cultivo de cacau – na região Sul da Bahia. 2003. Tese (Doutorado em Ecologia)–Instituto de Ciências Biológicas. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/.../biologia.../reginatesefinal.pdf >. Acesso em: 25 mar. 2012.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. Fitossociologia e diversidade de espécies arbóreas em cabruca (mata atlântica raleada sobre plantação de cacau) na região Sul da Bahia, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 89-101, 2002.

SANTO, Dorcas Guimarães Espírito. **Documentário o Nó**. Direção e produção TV Mercado. Apresentação Kaline Ribeiro. Ilhéus, 8 mar. 2012. Disponível em: <http://www.mercadodocacau.com.br/video/Document%C3%A1rio_O_N%C3%B3_>. Acesso em: 9 mar. 2012. Color, áudio e vídeo.

SANTOS, Adelson Alves. **[Documentário]**: Os magníficos. DOCTV IV – 31. Direção e roteiro de Bernard Attal. Produção Ondina Filmes. Produção executiva Diana Gurgel. Realização Programa de Fomento a Produção e Teledifusão ao Documentário Brasileiro (DOCTV), do Ministério da Cultura, com parceria do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (Irdeb), exibição Rede Cultura. Fotografia de Matheus Rocha. Edição de Carlos Shintomi/Bernard Attal, DVD, áudio e vídeo, color. Salvador: Rede Cultura, 2009.(51min. 59s).

SANTOS, Alan Azevedo Pereira dos. **Diagnóstico da violência e criminalidade em Itabuna – BA**. 1. ed. Itabuna: Instituto - PROSEM, 2012. Disponível em: <<http://paginadepolicia.com/diversos/securedownload.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

SANTOS, José Vitor dos. **[Documentário]**: Os magníficos. DOCTV IV – 31. Direção e roteiro de Bernard Attal. Produção Ondina Filmes. Produção executiva Diana Gurgel. Realização Programa de Fomento a Produção e Teledifusão ao Documentário Brasileiro (DOCTV), do Ministerio da Cultura, com parceria do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (Irdeb), exibição Rede Cultura. Fotografia de Matheus Rocha. Edicao de Carlos Shintomi/Bernard Attal, DVD, áudio e vídeo, color. Salvador: Rede Cultura, 2009. (51min. 59s).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, Milton. O retorno do território. OSAL: Observatorio Social de América Latina. **Clacso**, Buenos Aires, ano 6, n. 16, p. 251-261, enero/abr. 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/4799802/o-retorno-do-territorio-milton-santos-clacso>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Zona do cacau**: introdução ao estudo geográfico. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SANTOS, Milton; SEABRA, Odette Carvalho de Lima; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Paulo Rodrigues. Desenvolvimento, democracia e meio ambiente degradação e fábula ambiental no Sul da Bahia. **Especiaria**: UESC, Ilhéus, v. 6, n. 11/12, p. 241-262, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelionoi; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Passôa (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SETENTA, Wallace. **Ceplac debate em Seminário**: "A Região Cacaueira e o Sistema Cabruca na Rio+20". [Entrevistadora e apresentação: Kaline Ribeiro]. Direção e produção TV Mercado. Ilhéus, mar. 2012. Color, áudio e vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZoXiLZElaUc&feature=player_embedded#!>. Acesso em: 4 abr. 2012.

SETENTA, Wallace. Wallace Setenta não assina documento reivindicatório e defende um novo modelo para a cacauicultura. **Jornal Sport News**, 1 abr. 2010. Disponível em: <<http://jornalsportnews.blogspot.com.br/2010/04/wallace-setenta>>

nao-assina-documento.html>. Acesso em: 4 abr. 2012.

SILVA FILHO, José Brandt. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**: Pronaf. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>>. Acesso em: 5 out. 2012.

SILVA, Domingos Nascimento; MENDES, Luiz Gonzaga. Variação da estrutura fundiária do Estado da Bahia. **Revista Bahia Agrícola**, Salvador, v. 2, n. 3, nov. 1998.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, às rádios Difusora, de Itabuna, e Santa Cruz, de Ilhéus**. Ilhéus. 26 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 7 mar. 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 73-102.

SILVEIRA, Adelindo Kfoury. **Carta de Adelindo Kfoury (Especial)**: história de nossa primeira estrada. Disponível em: <<http://duplicabr.com.br/?pg=conteudo&id=1>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

SILVEIRA, Maria Laura; SANTOS, Milton. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002.

SIMÕES, Geraldo. **Ceplac debate em Seminário**: "A Região Cacaueira e o Sistema Cabruca na Rio+20". [Entrevistadora e apresentação: Kaline Ribeiro]. Direção e produção TV Mercado. Ilhéus, mar. 2012. Color, áudio e vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZoXiLZElaUc&feature=player_embedded#!>. Acesso em: 4 abr. 2012.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **Texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional**. 2. ed. ampl. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. (Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: série conservação e áreas protegidas, 18).

SOARES, Vitor Hugo. Lula enfrenta vespeiro de políticos, cacauicultores e militantes no sul da Bahia. **Bahia em Pauta**, 27 de mar. 2010. Disponível em: <http://bahiaempauta.com.br/?s=cacauicultor+%C3%A9+pior&x=10&y=8>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Prefácio. In: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. p. XIII-XVII.

SOS Mata Atlântica e INPE divulgam dados do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, no período de 2010 a 2011. 31 maio 2012. Disponível em: <<http://www.sosma.org.br/5697/sos-mata-atlantica-e-inpe-divulgam-dados-do-atlas-dos-remanescentes-florestais-da-mata-atlantica-no-periodo-de-2010-a-2011/>>. Acesso em: 1 jan. 2013.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

SOUZA, Hélio Santana de. **[Documentário]**: Terrorismo biológico do cacau. O Nó – ato humano deliberado. O registro histórico da introdução criminosa da doença vassoura-de-bruxa nas plantações de cacau do sul da Bahia. Pesquisa, roteiro, produção e direção de Dilson Araújo. Roteiro de edição, montagem e finalização de Henrique Filho. Direção de fotografia Isaiás Neto. Região Cacaueira da Bahia (Ilheus-Itabuna), 2012. (70 min).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 77-116.

SOUZA, Telma Miriam Moreira de. **Entre a enxada e a cruz**: a exploração de mão-de-obra indígena no sul da Bahia (1845-1875). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. p. 52-53.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

STRIZAKE, Juvelino. **Propriedade que não cumpre função social deve ser ocupada**. 6 de out. 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/3009>. Acesso em: 21 jan. 2013.

SUFIXOS bons de briga. Uso de termos depreciativos marca confrontos em São Paulo. **Língua Portuguesa**, São Paulo, ano 7, n. 77, mar. 2012. p. 19.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Evolução territorial e administrativa do Estado Bahia**: um breve histórico. Salvador: SEI, 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**: Série 1999-2007. Salvador: SEI, 2010. (Série Estudos e Pesquisas, 84). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid>

d=110>. Acesso em: 15 nov. 2011.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Região Econômica Litoral Sul do Estado da Bahia**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/regioes_eco/regioes_eco.htm>. Acesso em: 22 ago. 2011.

TAVARES, João. **[Documentário]**: Os magníficos. DOCTV IV – 31. Direção e roteiro de Bernard Attal. Produção Ondina Filmes. Produção executiva Diana Gurgel. Realização Programa de Fomento à Produção e Teledifusão ao Documentário Brasileiro (DOCTV), do Ministério da Cultura, com parceria do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (Irdeb), exibição Rede Cultura. Fotografia de Matheus Rocha. Edição de Carlos Shintomi, Bernard Attal, DVD, áudio e vídeo, color. Salvador: Rede Cultura, 2009. 51min. (59s.).

TERRA, Ademir. Evolução histórica da categoria geográfica território e a sua atual multiplicidade interpretativa. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 17-31, 2009.

TERRITÓRIO litoral sul da Bahia. **Nosso território**. Disponível em <http://www.territoriolitoralsulbahia.com.br/?pg=nosso_territorio>. Acesso em: 22 ago. 2011.

TERRORISTA arrependido diz que PT trouxe a “vassoura” para a Bahia. **Diário do Sul**, Itabuna e Ilhéus, n. 1502, p. 7, fev. 2006.

THE INTERNATIONAL COCOA ORGANIZATION. **Qual o título?** Disponível em: <<http://www.icco.org/>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

THOMPSON, Paul R. **A voz do passado**: história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TIMÓTEO, Luiz Henrique Franco. **Íntegra da denúncia registrada por Luiz Henrique Franco Timóteo**. Itabuna, 2005. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/aregiao/serv/denuncia-timoteo.html>>. Acesso em: 23 de abr. 2010.

TOMAZI, Nelson Daci. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: EdUEM, 1999. p. 51-86.

TRINDADE, Gilmar Alves. **Aglomerção Itabuna – Ilhéus**: cidade, região e rede

urbana. 2011. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/732820572T.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

TRINDADE, Gilmar Alves; FRANÇA, Vera Lúcia Alves. A rede urbana no âmbito territorial da aglomeração Ilhéus – Itabuna / BA. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010. p. 1-10.

TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Nossa história**. Disponível em: http://www.uesc.br/a_uesc/index.php?item=conteudo_historia.php>. Acesso em: 26 mar. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Notícias**: 3º Encontro Pensar Cacau. Ilhéus, 2012. Disponível em: <http://www.uesc.br/noticias/?acao=exibir&cod_noticia=2598>. Acesso em: 25 jan. 2013.

VALLE, Raúl René. Apresentação. In: SETENTA, Wallace; LOBÃO, Dan Érico. **Conservação produtiva**: cacau por mais 250 anos. Itabuna: Wallace Setenta & Dan Érico Lobão, 2012.

VANDRÉ, Geraldo. **Para não dizer que não falei das flores**. Disponível em: <<http://letras.mus.br/geraldo-vandre/46168/>>. Acesso em: 8 set. 2011.

VIDAL, Elzita Ferreira. **Ocupação urbana em área de manguezal**: estudo de caso do bairro Teotônio Vilela no município de Ilhéus – BA. 2009. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia, Feira de Santana, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp112444.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2012.

VIEIRA, Milton. **[Reportagem]**: A saga do cacau. Produção TV Santa Cruz. 90 min. 2005. Parte I- Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=e-PylxdWJBs&feature=share>>; Parte II. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=NeGL1z8ZJU4>>; Parte III. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=qDWMEXd1bdw&feature=share>>; Parte IV – Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=qOcyoHZosPk&feature=share>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

VIRILIO, P. Fin de L´histoire, ou fin de la géographie?: un monde surexposé. **Le Monde Diplomatique**, Paris, v. 44, n. 521, p. 17, ago. 1997.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013**: morte matada por armas de fogo. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos e FLASCO Brasil. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf>.

Acesso em: 16 maio 2013.

WALLACE, Jay. **Ceplac debate em Seminário: "A Região Cacaueira e o Sistema Cabruca na Rio+20"**. [Entrevistadora e apresentação: Kaline Ribeiro]. Direção e produção TV Mercado. Ilhéus, 2012. Color, áudio e vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZoXiLZEIaUc&feature=player_embedded#!>. Acesso em: 4 abr. 2012.

WEBER, Jochen. **Fotografias: ciclo do cacau**. Disponível em: <http://www.fotografo.de/Mostra%20Cacau/mostra_cacau_pt.html>. Acesso em: 27 jun. 2012.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 7-72.

ZAMPIER, Débora. Supremo anula títulos de fazendeiros em terra indígena na Bahia. **Revista Carta Capital**, 2 maio 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/supremo-anula-titulos-de-fazendeiros-em-terra-indigena-na-bahia/>>. Acesso em: 26 jan. 2013.

ZUGAIB, Antônio César Costa. **Análise da Importação de Cacau Via Drawback no Brasil e sua influência para os produtores, industriais e governo**. Ilhéus: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, Centro de Pesquisas do Cacau – CEPEC, Seção de Sócio-Economia – SESOE, 2005. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/drawback.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

ZUGAIB, Antônio César Costa (Coord.); SANTOS, Almir Martins do; SANTOS FILHO, Lindolfo Pereira dos. **Mercado do cacau**. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/mercado_cacau.htm>. Acesso em: 10 dez. 2011.

ZUMAETA, Cláudio. **O quinquênio de ouro do cacau**. 30 jan. 2010. Disponível em: <http://www.mercadodocacau.com.br/coluna/Cl%C3%A1udio_Zumaeta/%20O%20quinqu%C3%AAnio%20de%20ouro%20do%20cacau>. Acesso em: 5 dez. 2012.